



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ICS – Instituto de Ciências Sociais
ISCSP – Instituto de Ciências Sociais
e Políticas
ISEG – Lisbon School of Economics
and Management



NOVA FCSH – Faculdade
de Ciências Sociais e
Humanas



IIFA – Instituto
de
Investigação e
Formação
Avançada



FE – Faculdade de Economia

Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia
Conhecimento para sociedades abertas e inclusivas

As Comunidades Sustentáveis Intencionais como Laboratórios de Inovação Social:

Análise de Experiências Europeias para uma Transição Sustentável

Carla Filipa Sequeira Valente Nogueira

Orientador(a/es): Professor Doutor João Filipe Marques, Faculdade de Economia da
Universidade do Algarve

Professor Doutor Hugo Emanuel dos Reis Sales da Cruz Pinto Faculdade de
Economia da Universidade do Algarve

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ICS – Instituto de Ciências Sociais
ISCSP – Instituto de Ciências Sociais
e Políticas
ISEG – Lisbon School of Economics
and Management



NOVA FCSH – Faculdade
de Ciências Sociais e
Humanas



IIFA – Instituto
de
Investigação e
Formação
Avançada



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FE – Faculdade de Economia

Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia

Conhecimento para sociedades abertas e inclusivas

As Comunidades Sustentáveis Intencionais como Laboratórios de Inovação Social:

Análise de Experiências Europeias para uma Transição Sustentável

Carla Filipa Sequeira Valente Nogueira

Orientador(a/es): Professor Doutor João Filipe Marques, Faculdade de Economia da
Universidade do Algarve

Professor Doutor Hugo Emanuel dos Reis Sales da Cruz Pinto Faculdade de
Economia da Universidade do Algarve

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

Com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia

Júri:

Presidente: Doutor Sérgio Pereira dos Santos, Professor Catedrático, Presidente do Conselho
Científico da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Vogais: Doutor José Andrés Domínguez Gómez, Profesor Titular da Facultad de Trabajo
Social da Universidade de Huelva
Doutor José Fernando Bessa Ribeiro, Professor Associado com Agregação do
Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
Doutor João Filipe Jesus Marques, Professor Associado com Agregação da
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Doutora Iva Maria Miranda Pires, Professora Associada da Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Doutor António Manuel Simões Lopes Paiva de Carvalho, Professor Auxiliar da
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Doutora Bernardete Dias Sequeira, Professora Auxiliar da Faculdade de Economia
da Universidade do Algarve

Grau atribuído com a classificação de: Aprovada com Distinção e Louvor

2023

Declaração de Autoria do Trabalho

As Comunidades Sustentáveis Intencionais como Laboratórios de Inovação Social - Análise de Experiências Europeias para uma Transição Sustentável

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Carla Filipa Sequeira Valente Nogueira

Direitos de cópia ou Copyright

© Copyright: *Carla Filipa Sequeira Valente Nogueira.*

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Este trabalho foi elaborado com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia através da atribuição, à autora, de uma Bolsa Individual de Doutoramento, através do Programa Operacional de Capital Humano (POCH) apoiado pelo Fundo Social Europeu (FSE) e fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), com a referência SFRH/BD/117398/2016.



*Para o meu pai e para a minha avó Joana!
Que, mesmo ausentes, sempre me
mostraram que este era o caminho. Se este
trabalho vos orgulhar já serviu o seu
propósito...*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho da dimensão de uma tese de doutoramento é algo que não se finaliza de forma solitária. O término deste projeto é fruto de um conjunto de esforços, de várias dimensões e de várias naturezas, sem os quais não teria sido possível.

Os meus primeiros agradecimentos são de natureza institucional:

À *direção do OpenSoc* – Programa Interuniversitário em Sociologia por me proporcionarem a oportunidade de continuar a minha formação com um quadro docente profundamente inspirador.

À *Universidade do Algarve e, principalmente, à Faculdade de Economia*, na pessoa do Professor Efigénio Rebelo, por me terem permitido continuar este percurso num ambiente onde me sinto em “casa”. Por todo o suporte que me têm oferecido, serei sempre muito grata!

Ao *CinTurs – Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar*, por me terem dado o acolhimento institucional e proporcionado o ambiente de investigação que permitiu o desenvolvimento deste trabalho. Destaco, neste momento, a professora Patrícia Pinto e a professora Manuela Guerreiro, pelo trabalho imprimido no esforço de tornar o CinTurs um centro de referência nacional, ao qual me orgulho de pertencer. Não poderia fazer este agradecimento sem deixar uma palavra especial à Marlene Fernandes e à Julieta Rosa, que mais do que um suporte institucional fundamental, se tornaram verdadeiras amigas.

Ao *curso de Sociologia*, nomeadamente à sua direção na pessoa do professor José de São José, mas também a todos os professores com quem tive a sorte de me cruzar neste percurso e cujo conhecimento sempre me inspirou.

À *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que concederam o apoio financeiro para esta investigação.

Ao *CES – Centro de Estudos Sociais* por me ter propiciado várias oportunidades que me ajudaram a evoluir como investigadora e condições materiais (como a licença do Nvivo e apoio em conferências) que contribuíram também para o desenvolvimento desta investigação. Em especial ao projeto Atlantic Social Lab que inspirou muitas das reflexões sobre a Inovação Social presentes nesta tese.

Ao *meu orientador, Professor João Filipe Marques*, por toda a confiança depositada em mim, mesmo quando o processo parecia mais difícil, por toda a motivação que me amparou quando a minha própria parecia querer desaparecer, pela disponibilidade sempre demonstrada, pelas horas dedicadas a todo o processo de revisão, e principalmente, pelo exemplo e pela referência que tem sido durante todo o meu percurso.

Ao *meu co-orientador, Professor Hugo Pinto*, por tantas coisas que serão difíceis de enumerar. Por ter sido através dele que iniciei o meu percurso na investigação e por sempre me ter motivado a segui-lo. Por todas as oportunidades e por todos os ensinamentos. Por todas as horas investidas em mim muito antes ainda deste doutoramento ter começado. Pela grande referência que se tornou, tanto a nível profissional como pessoal, ensinando-me a importância do trabalho e mostrando-me o significado de resiliência.

Os seguintes agradecimentos são para todo(a)s que contribuíram de forma operacional para este trabalho:

A todas as comunidades que fazem parte deste estudo, sem as quais esta tese nunca teria sido possível. O vosso trabalho diário continua a ser uma grande inspiração. Um agradecimento especial às comunidades que fazem parte dos estudos de caso deste trabalho - Cloughjordan Ecovillage, à PPAUW, aos Los Portales e à Live with Earth Organization. A todo(a)s o(a)s entrevistado(a)s pelo tempo despendido e pelas conversas inspiradoras.

A todas as organizações que colaboraram na disseminação do questionário e que sempre demonstraram interesse neste trabalho: a Global Ecovillage Network, a Rede Ibérica de Ecoaldeias, a Rede Italiana de Ecoaldeias, a Rede Báltica de Ecoaldeias e a ECOLISE, na pessoa do Tom Henfrey.

Por fim, mas não menos importante, um conjunto de agradecimentos de natureza pessoal:

Aos meus amigos e família pelo apoio incondicional, pelo suporte emocional e por compreenderem todos os meus “nãos”.

Aos meus colegas de doutoramento, por me terem acolhido em Lisboa. Fizeram com que fosse sempre mais difícil regressar ao Algarve.

Às minhas colegas de percurso, Ana Rita Teixeira e Milene Lança, com quem partilhei angústias, desafios e que sempre me motivaram a continuar.

À Natacha Valente pela ajuda dedicada que me deu na reta final deste trabalho e sem a qual tudo teria sido mais moroso.

Ao César Morais, companheiro desta aventura de doutoramento, que passou de colega a amigo, e ao qual agradeço o imenso altruísmo que o caracteriza, todas as palavras amigas e as “trocas e baldrucas” que pautaram o último ano deste processo e que foram fundamentais para que a motivação não cessasse.

Ao André Guerreiro, colega e amigo, por toda a atenção dedicada aos meus textos e por ter sempre acreditado em mim mesmo quando eu própria não acreditava.

À Ana Rita Cruz que, mesmo inconscientemente, foi a grande impulsionadora de tudo isto quando nos cruzamos numa sala de aula há dez anos atrás. Muito do que aqui mobilizo aprendi-o com a Rita (trabalhar com o Gephi ou com o Nvivo) mas o meu agradecimento estende-se para além desses ensinamentos. Sempre vi na Rita uma grande inspiração, não só pela forma como trabalha, mas principalmente, pela forma altruísta como partilha o que sabe.

À minha mãe por ser sempre o meu grande pilar, a minha maior referência, a minha grande mentora, o meu maior apoio e a verdadeira definição da palavra amor.

À minha irmã por conseguir sempre alegrar os meus dias mesmo quando o trabalho ficava mais difícil e por toda a ajuda de bastidores que imprimiu neste trabalho.

Ao David, companheiro da vida, que sempre me fez sentir que este doutoramento era também a sua prioridade, pelo apoio incondicional, por todos os abraços nas horas difíceis. Creio que nunca saberá realmente o quão importante foi e creio que também nunca o conseguirei exprimir por palavras. Teremos o resto da vida...

A todos, estarei para sempre grata!

RESUMO

O debate em torno das transições para a sustentabilidade consolidou a ideia de que as sociedades enfrentam desafios estruturais, transversais, complexos e multidimensionais, que exigem respostas articuladas em múltiplas escalas. As estruturas sociais tradicionais não se mostraram eficazes na resposta a esses desafios, como é o caso das alterações climáticas, e é, portanto, importante refletir sobre propostas que enfatizem essa ligação entre diferentes escalas e atores.

O objetivo da investigação que deu origem a esta tese, foi perceber se as Comunidades Sustentáveis Intencionais (CSIs), consideradas atores de base micro (ou nichos), podem contribuir para o processo de uma transição para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Para isso, analisam-se as práticas de inovação social que se desenvolvem no nível micro e de que forma é que essas práticas, e o conhecimento que lhes está associado, podem ser disseminadas para contextos meso e macro.

Do ponto de vista teórico, as transições para a sustentabilidade são um processo que articula diferentes atores e diferentes níveis. Partindo deste princípio, o desenho metodológico é inspirado pela perspectiva multinível para permitir a análise entre os diferentes níveis. Foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos, com recurso a duas técnicas de recolha de dados (inquérito por questionário e entrevistas semiestruturadas) e várias técnicas de análise (análise descritiva e multivariada, análise fatorial de componentes principais, análise de *clusters*, análise estrutural de redes sociais e análise de conteúdo). No questionário às CSIs da Europa foram validadas 108 repostas e as entrevistas semiestruturadas foram feitas a membros de 4 CSIs selecionadas como estudos de caso (22 entrevistas).

Os resultados revelam que estas CSIs desenvolvem práticas de inovação social de forma recorrente e que integram, embora de forma diferenciada, diferentes práticas de sustentabilidade no seu quotidiano. Apesar de disporem de mecanismos de reciprocidade para a transferência do conhecimento, a rede de CSIs na Europa tem uma densidade interna limitada e é excessivamente dependente de um número limitado de atores centrais. Os dados qualitativos evidenciaram a emergência de um conjunto de discursos que criticam o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade e que enfatizam a necessidade de refletir sobre novas propostas teóricas. Todos os entrevistados são unânimes em relação ao papel que estas CSIs podem desempenhar no processo de transição – enquanto laboratórios para o desenvolvimento de inovação e enquanto locais de demonstração e aprendizagem de boas práticas de sustentabilidade.

Palavras-Chave: Comunidades Sustentáveis Intencionais; Inovação Social; Transições Sustentáveis; Desenvolvimento Sustentável; Métodos Quantitativos; Métodos Qualitativos.

ABSTRACT

The debate around transitions towards sustainability has consolidated the idea that societies face structural, transversal, complex and multidimensional challenges that require articulated responses at multiple scales. Traditional social structures have not proved effective in responding to these challenges, as is the case of climate change. Therefore, it is important to reflect on proposals that emphasise this link between different scales and actors.

The objective of the research that gave rise to this thesis was to understand whether Intentional Sustainable Communities (ISCs), considered micro-based actors (or niches), can contribute to the transition towards more sustainable development models. To this end, we analyse the social innovation practices that develop at the micro level and how these practices, and the knowledge associated with them, can be disseminated to meso and macro contexts.

From a theoretical point of view, transitions towards sustainability are a process that articulates different agents and levels. Based on this principle, the methodological design is inspired by the multilevel perspective to allow the analysis between the different levels. Qualitative and quantitative methods were used, resorting to two data collection techniques (questionnaire survey and semi-structured interviews) and several analysis techniques (descriptive and multivariate, principal component factor, clusters, structural analysis of social networks and content analysis). In the questionnaire to ISCs in Europe, 108 responses were validated, and the semi-structured interviews were conducted with members of 4 CSIs selected as case studies (22 interviews).

The results reveal that these CSIs develop social innovation practices on a recurrent basis and integrate, albeit differently, different sustainability practices into their daily lives. Despite having reciprocity mechanisms for knowledge transfer, the network of ISCs in Europe has limited internal density and is overly dependent on a limited number of central actors. The qualitative data highlighted the emergence of discourses that criticise sustainable development and sustainability and emphasise the need to reflect on new theoretical proposals. All the interviewees are unanimous about the role these ISCs can play in the transition process - as laboratories for developing innovation and as places for demonstrating and learning good sustainability practices.

Keywords: Intentional Sustainable Communities; Social Innovation; Sustainable Transitions; Sustainable Development; Quantitative Methods; Qualitative Methods.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	x
RESUMO.....	xii
ABSTRACT	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS	xviii
ÍNDICE DE TABELAS	xx
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xxi
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	8
CAPÍTULO 2 – AS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS DA MODERNIDADE ...	9
2.1 Modernidade e Desenvolvimento: Articulações e Desarticulações.....	9
2.1.1 Modernidade e Industrialização	9
2.1.2 O Capitalismo e o seu Espírito.....	11
2.1.3 Rumo(s) do Desenvolvimento.....	13
2.2 O Ambiente no Espaço Público: Um Problema Social.....	19
2.2.1 O Movimento Ambientalista.....	19
2.2.2 Decrescimento e Desenvolvimento Sustentável	33
2.3 O Ambiente enquanto Problema Sociológico.....	36
2.3.1 A Controversa Definição de um Objeto.....	36
2.3.2 A Perspetiva Construtivista.....	42
2.3.3 Antropoceno e Risco	46
CAPÍTULO 3 – COMUNIDADE(S), PRINCÍPIO DA INTENÇÃO E SUSTENTABILIDADE	51
3.1 A Ideia de Comunidade(s) no Pensamento Sociológico.....	51
3.1.1 Os Contributos Clássicos	51
3.1.2 O Papel da Comunidade na Modernidade.....	57
3.1.3 Reflexividade, Intenção e Sustentabilidade	64
3.2 As Comunidades Sustentáveis Intencionais	67
3.2.1 Em Direção à Definição	67
3.2.2 Em Direção à Formalização	78
3.2.3 Em Direção à Mudança Social	82

CAPÍTULO 4 – A INOVAÇÃO SOCIAL E AS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE	87
4.1 Inovação Social e a Construção Social da Inovação.....	87
4.1.1 A Inovação Social enquanto Objeto Sociológico.....	87
4.1.2 Agência e Estrutura nos Processos de Inovação Social	92
4.2 A Mudança Social e a Transição para a Sustentabilidade	100
4.2.1 Definição e Características das Transições para a Sustentabilidade	100
4.2.2 Transições a Múltiplos Níveis e Múltiplos Atores.....	103
4.3 As Comunidades Sustentáveis Intencionais enquanto Nichos de Inovação Social	109
PARTE II – ABORDAGEM E ESTRATÉGIA(S) METODOLÓGICAS	116
CAPÍTULO 5 – DESENHO E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	117
5.1 Posicionamento da Investigadora	117
5.2 Problema e Objetivos de Investigação.....	118
5.3 Definição do Modelo de Análise	120
5.4 Triangulação de Métodos.....	124
5.5 Desenho de Investigação	128
5.5.1 Componentes da Investigação e Matriz de Planeamento	128
5.5.2 Práticas de Sustentabilidade e Dinâmicas de Inovação.....	131
5.5.3 Mecanismos de Reciprocidade para a Disseminação de Conhecimento.....	138
5.5.4 Tipos de Comunidades Sustentáveis Intencionais na Europa	141
5.5.5 Significados de Sustentabilidade, Práticas de Inovação Social e Representações sobre a Transição.....	143
PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	156
CAPÍTULO 6 – PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DINÂMICAS DE INOVAÇÃO.....	157
6.1 Caracterização das CSIs em Análise	157
6.2 Tendências e Práticas de Sustentabilidade.....	163
6.3 Dinâmicas de Inovação Social	169
6.3.1 Áreas, Obstáculos e Facilitadores para o Desenvolvimento de Inovação Social	169
6.3.2 Grau de Implementação das Práticas	175
CAPÍTULO 7 – MECANISMOS DE RECIPROCIDADE PARA A DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	184
7.1 Conectividade da Rede das Comunidades Sustentáveis Intencionais.....	184
7.2 Atores Centrais para a Reciprocidade.....	192
7.3 Análise das Ligações das Comunidades Sustentáveis Intencionais.....	198

CAPÍTULO 8 – TIPOS DE COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS INTENCIONAIS NA EUROPA	203
8.1 Os Fatores de Diferenciação das Comunidades Sustentáveis Intencionais	203
8.2 Uma Tipologia(s) de Comunidades Sustentáveis Intencionais.....	210
8.2.1 Procedimentos Estatísticos: Análise de Clusters.....	210
8.2.2 Caracterização dos Clusters	216
CAPÍTULO 9 – SIGNIFICADOS DE SUSTENTABILIDADE, PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÕES SOBRE A TRANSIÇÃO.....	225
9.1 Uma Comunidade Híbrida de Desenvolvimento: Los Portales.....	225
9.1.1 Apresentação de Los Portales	225
9.1.2 Caracterização dos Entrevistados de Los Portales.....	232
9.1.3 Inovação em Los Portales	234
<i>Representações sobre a Inovação</i>	<i>234</i>
<i>Sociocracia em Los Portales.....</i>	<i>237</i>
9.1.4 Sustentabilidade e Transição em Los Portales.....	241
9.2 Uma Comunidade Emergente: Live with Earth Organization	250
9.2.1 Apresentação da Live with Earth.....	250
9.2.2 Caracterização dos Entrevistados	255
9.2.3 Inovação na Live with Earth	257
<i>Representações sobre a Inovação</i>	<i>257</i>
<i>Construção Natural na Live with Earth.....</i>	<i>260</i>
9.2.4 Sustentabilidade e Transição na Live with Earth.....	264
9.3 Uma Comunidade de Pertença: Cloughjordan Ecovillage	272
9.3.1 Apresentação da Cloughjordan Ecovillage.....	272
9.3.2 Caracterização dos Entrevistados de Cloughjordan.....	281
9.3.3 Inovação em Cloughjordan	283
<i>Representações sobre a Inovação</i>	<i>283</i>
<i>O desafio da neutralidade carbónica em Cloughjordan.....</i>	<i>286</i>
<i>O tratamento das águas residuais em Cloughjordan</i>	<i>290</i>
9.3.4 Sustentabilidade e Transição em Cloughjordan.....	292
9.4 Uma Comunidade Anárquica Dinâmica: PPAUW	300
9.4.1 Apresentação de PPAUW	300
9.4.2 Caracterização dos Entrevistados de PPAUW.....	308
9.4.3 Inovação em PPAUW	309
<i>Representações sobre a Inovação</i>	<i>309</i>
<i>Economia Circular em PPAUW.....</i>	<i>312</i>
9.4.4 Sustentabilidade e Transição em PPAUW.....	316
9.5 Comparação dos Estudos de Caso	321

CAPÍTULO 10 – CONCLUSÃO	326
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	347
APÊNDICES.....	377
Apêndice A - Publicações e Comunicações Científicas Resultantes da Investigação .	378
Apêndice B - Inquérito por Questionário	381
Apêndice C - Guião de Entrevista Semi-Estruturado.....	391
Apêndice D - Consentimento Informado para as Entrevistas.....	393
Apêndice E - Árvore de Códigos da Análise de Conteúdo	394
Apêndice F - Matriz de Componentes Original da AFConfirmatória.....	396
Apêndice G - Comunalidades da ACP	397
Apêndice H - Cronograma de Aglomeração	398
Apêndice I - Dendograma.....	401
Apêndice J - Caracterização dos Entrevistados	402

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Cronologia dos Principais Acontecimentos no Movimento Ambientalista	21
Figura 3.1 - Tipos de Comunidades Contemporâneas	61
Figura 3.2 - Mapa das Dimensões Abordadas na Literatura	70
Figura 3.3 - Processo de Revisão Sistemática da Literatura	72
Figura 3.4 - Articulação entre CSIs e Ecoaldeias	73
Figura 3.5 - Cronologia dos Principais Acontecimentos das CSIs	80
Figura 4.1 – Inovação Social: Esquema Conceptual	97
Figura 5.1 - Modelo de Análise	121
Figura 5.2 - Triangulação Teórica e Metodológica da Investigação	128
Figura 5.3 - Componentes de Investigação	129
Figura 5.4 - Processo de Amostragem	137
Figura 5.5 - Etapas e Escolhas para a Identificação dos Casos	147
Figura 6.1 - Anos de Existência das CSIs Analisadas	158
Figura 6.2 - Dispersão Geográfica da Amostra	158
Figura 6.3 - Número de Membros das CSIs em Análise	160
Figura 6.4 - Área Disponível das CSIs em Análise (em hectares)	161
Figura 6.5 - Estatuto Jurídico das CSIs em Análise	162
Figura 6.6 - Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Ambiental	164
Figura 6.7 - Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Social	166
Figura 6.8 - Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Económica	168
Figura 6.9 - Áreas de Desenvolvimento de Inovação	171
Figura 6.10 - Obstáculos ao Desenvolvimento de Práticas de Inovação	172
Figura 6.11 – Elementos Facilitadores do Desenvolvimento de Práticas de Inovação	174
Figura 6.12 - Nível de Importância de Fatores Estruturais para o Desenvolvimento de Inovação	175
Figura 6.13 - Práticas Inovadoras Desenvolvidas, por Categoria	180
Figura 6.14 - Grau de Desenvolvimento das Práticas de IS, por Categorias	181
Figura 6.15 - Nível Geográfico de Implementação das Práticas de IS	182
Figura 7.1 - Estrutura da Rede das CSIs	186
Figura 7.2 - A Componente Principal e Buracos Estruturais	190
Figura 7.3 - Centralidades da Componente Principal	194
Figura 7.4 - Centralidade das Redes Nacionais/Internacionais	197
Figura 7.5 - Importância dos Laços	199
Figura 7.6 - Caracterização dos Laços	201
Figura 8.1 - Scree Plot	207
Figura 8.2 - Desempenho dos Clusters nos Componentes	214
Figura 9.1 - Localização de Los Portales	226
Figura 9.2 - Comunidade Los Portales	228
Figura 9.3 - Representações sobre a Inovação em Los Portales	234
Figura 9.4 - Representações sobre a Sustentabilidade em Los Portales	242
Figura 9.5 - Representações sobre o Papel na Transição em Los Portales	246
Figura 9.6 - Localização de Live with Earth	251
Figura 9.7 – Maquete Final em Barro da Eco-Village Community	252
Figura 9.8 - Atividades em Construção Natural da LWE	254

Figura 9.9 - Representações sobre a Inovação na LWE	257
Figura 9.10 - Exemplo de uma Earthship	262
Figura 9.11 - Representações sobre a Sustentabilidade na LWE	265
Figura 9.12 - Representações sobre o Papel na Transição na LWE	269
Figura 9.13 - Localização de Cloughjordan	272
Figura 9.14 - Cloughjordan Ecovillage	273
Figura 9.15 - Middle Country Café	277
Figura 9.16 - Red Gardens.....	277
Figura 9.17 - Inauguração do Anfiteatro pelo Presidente da Irlanda.....	278
Figura 9.18 - Representações sobre a Inovação em Cloughjordan	284
Figura 9.19 - Representações sobre a Sustentabilidade em Cloughjordan.....	293
Figura 9.20 - Representações sobre o Papel na Transição em Cloughjordan.....	297
Figura 9.21 - Localização de PPAUW	301
Figura 9.22 - Casas de Banho Secas em PPAUW	302
Figura 9.23 - Painéis Solares e Iluminação Pública em PPAUW	304
Figura 9.24 - Artefactos de Cozinha em PPAUW	305
Figura 9.25 - Meios de Transporte em PPAUW	305
Figura 9.26 - Representações sobre a Inovação em PPAUW	310
Figura 9.27 - Representações sobre a Sustentabilidade em PPAUW	317
Figura 9.28 - Representações sobre o Papel na Transição em PPAUW.....	320

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 5.1 - Objeto, Objetivos e Perguntas de Investigação	119
Tabela 5.2 - Matriz de Planejamento	130
Tabela 5.3 - Conceitos, Dimensões e Variáveis da Componente de Investigação 1	131
Tabela 5.4 - Conceitos, Dimensões e Variáveis da Componente de Investigação 2	138
Tabela 5.5 - Conceitos, Dimensões e Variáveis da Componente de Investigação 3	141
Tabela 5.6- Conceitos, Dimensões e Variáveis da Componente de Investigação 4.....	144
Tabela 5.7 - Caracterização dos Casos (most-different).....	148
Tabela 8.1 - KMO e Teste de Bartlett	204
Tabela 8.2 - Variância Explicada e Componentes a Reter Antes e Após Rotação.....	206
Tabela 8.3 - Matriz de Componentes após Rotação (15 iterações)	208
Tabela 8.4 - Análise da ANOVA.....	212
Tabela 8.5 - Estatística Descritiva dos Clusters	213
Tabela 8.6 - Dimensões Latentes e Performances Comparativas dos Clusters	215
Tabela 8.7 - Caracterização dos Clusters por Contexto.....	216
Tabela 8.8 - Obstáculos e Facilitadores de Inovação por Cluster	220
Tabela 8.9 - Áreas Melhoradas pelas Práticas de Inovação por Cluster.....	221
Tabela 9.1 - Sociocracia em Los Portales.....	239
Tabela 9.2 - Construção Natural na Live with Earth.....	263
Tabela 9.3 - Neutralidade Carbónica em Cloughjordan	288
Tabela 9.4 - Economia Circular em PPAUW	315
Tabela 9.5 - Comparação dos Estudos de Caso.....	325

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP	Análise de Componentes Principais
AERS	Análise Estrutural de Redes Sociais
AF	Análise Fatorial
APS	Associação Portuguesa de Sociologia
BEN	Baltic Ecovillage Network
BEPA	Bureau of European Policy Advisers
BM	Banco Mundial
BTS	Teste de Esfericidade de Bartlett
CASA	Council of the Americas Sustainable Settlements
CCH	Casa Comum da Humanidade
CCMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CDS	Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
CE	Comissão Europeia
COP	Conferência ONU sobre Mudanças Climáticas
CSI	Comunidade Sustentável Intencional
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
EC	Economia Circular
ECOLISE	Rede Europeia para Iniciativas Comunitárias nas Alterações Climáticas e Sustentabilidade
ECOSOC	Conselho Económico e Social das Nações Unidas
ENA	Ecovillage Network das Américas
ESA	Agência Espacial Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases de Efeito de Estufa
GEN	Global Ecovillage Network
GENNA	Global Ecovillage Network da América do Norte
GENOA	Global Ecovillage Network da Oceânia e Ásia
FCT	Fundação para Ciência e Tecnologia
FP7	Sétimo Programa-Quadro

HEP	Human Exemptionalism Paradigm
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIDM	Instituto Internacional de Direito e Meio Ambiente
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IS	Inovação Social
ISA	Associação Internacional de Sociologia
IST	Inovação Social Transformadora
LWE	Live With Earth
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin
MLP	Perspetiva Multinível
NEP	Novo Paradigma Ecológico
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDCS	Programa para o Desenvolvimento Comunitário Sustentável
PE	Pegada Ecológica
PIB	Produto Interno Bruto
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
RIE	Rede Ibérica de Ecoaldeias
RIVE	Rete Italiana dei Villaggi Ecologici
SALSA	Search, Appraisal, Synthesis, Analysis
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TEPSIE Europe	Theoretical, Empirical and Policy Foundations for Social Innovation in Europe
TPI	Tribunal Penal Internacional

UE	União Europeia
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNSCCUR	Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A crise ambiental é um dos principais desafios que as sociedades contemporâneas enfrentam na atualidade. As consequências das alterações climáticas estão a mudar estruturalmente o equilíbrio dos ecossistemas terrestres e marítimos. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) revela que as tendências climáticas a que se tem assistido, como o aumento da temperatura global, o degelo do Ártico e o aumento do nível do mar, irão continuar a verificar-se pelo menos durante os próximos vinte anos. O mesmo relatório sublinha que, até 2050, metade da população da Europa pode ser exposta a riscos muito elevados de *stress* térmico durante o Verão, principalmente na Europa do Sul. Estes riscos serão maiores para pessoas idosas, jovens e indivíduos economicamente mais vulneráveis, contribuindo assim, para a reconfiguração das desigualdades sociais. Por exemplo, as secas e as chuvas extremas têm vindo a contribuir para a diminuição da reserva alimentar mundial e para o aumento dos preços dos alimentos, principalmente em certas zonas da Ásia, de África e da América Central, nas quais a pobreza económica já surge particularmente vincada. Prevê-se que o número de refugiados associados às consequências das alterações climáticas terá magnitudes nunca registadas que trarão tensões sociais difíceis de antecipar (ONU, 2015).

As alterações climáticas são apenas o ponto de partida para esta introdução. De facto, as consequências sociais, económicas e políticas que daí advêm poderão conduzir a mudanças sociais imprevisíveis, mas sobre as quais se deve refletir. Mais do que sobre o ambiente, esta é uma investigação sobre mudança social, inovação social e sustentabilidade. Os problemas ambientais e a necessidade de mudanças sociais que se consubstanciem numa eventual transição para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis têm vindo a ser alvos de discussão e de reflexão. Isso é visível tanto ao nível do aumento da produção académica sobre as temáticas da sustentabilidade e das transições (Strasser *et al.*, 2019) como nas agendas estratégicas que identificam direções desejáveis para o desenvolvimento das sociedades, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) (ONU, 2015).

A transversalidade e complexidade dos desafios que se mencionaram implicam respostas articuladas a múltiplos níveis e o envolvimento de uma ampla variedade de atores. As iniciativas de base micro (ou *grassroots* como são também identificados na língua inglesa) têm vindo a ser analisadas como relevantes para o desenvolvimento de

práticas de inovação que contribuem para uma transição sustentável (Seyfang e Haxeltine, 2012). Nesta investigação utilizam-se as Comunidades Sustentáveis Intencionais (CSIs) como objeto empírico de base micro, para verificar a sua importância para a mudança social orientada para a sustentabilidade.

Por Comunidades Sustentáveis Intencionais entende-se formatos comunitários de organização social, delimitadas geograficamente, nas quais os membros participam de forma voluntária e intencional e cujo objetivo é o desenvolvimento de modos de vida sustentáveis. Para estas CSIs a sustentabilidade é compreendida de forma multidimensional incorporando, principalmente, práticas de sustentabilidade ambiental, social e económica. Optou-se pela utilização da designação CSIs em detrimento da de “ecoaldeias” pelo facto deste último ser um conceito émico – que implica que os membros de determinada comunidade se autodefinam como tal. Neste sentido, uma ecoaldeia é um tipo de CSI mas uma CSI pode não ser considerada uma ecoaldeia.

Assim, o trabalho de doutoramento intitulado *As Comunidades Sustentáveis Intencionais como Laboratórios de Inovação Social - Análise de Experiências Europeias para uma Transição Sustentável* consubstancia-se numa investigação que tem dois objetivos gerais. Por um lado, perceber em que medida estas comunidades podem funcionar como laboratórios de práticas de inovação social. A ideia de “laboratórios” é aqui utilizada para descrever um local ou coletivo onde se identifica, desenvolve, experimenta e consolida novas soluções para um determinado problema. E, por outro lado, compreender de que forma é que as práticas comunitárias de escala micro podem gerar inovações potencialmente generalizáveis para que, eventualmente, venham a funcionar como mecanismos de transição para modelos sociais, económicos e ambientais mais sustentáveis.

Foram várias as razões que motivaram o desenvolvimento desta investigação e a persecução destes objetivos. A motivação inicial nasceu durante o desenvolvimento da dissertação de mestrado da autora. Nessa fase, procurou-se perceber de que forma se manifestava o sentimento de procura da sustentabilidade como modo de vida (Nogueira, 2015). Aquando da imersão no terreno, nomeadamente, na observação participante em duas CSIs em Portugal e nas entrevistas em profundidade aos seus membros, percebeu-se que existia um conjunto de práticas diferenciadoras que emergiam nestes contextos específicos. Essas práticas eram, muitas vezes, identificadas pelos entrevistados como

inovadoras. Esta foi uma das futuras linhas de investigação identificadas nessa dissertação e que se procura agora aprofundar nesta tese.

O interesse no desenvolvimento desta investigação relacionou-se também com a curiosidade sobre o caminho que se foi percorrendo a nível europeu no sentido de introduzir uma trajetória orientada para a sustentabilidade como um dos principais desígnios estratégicos. Por muito ambicioso que seja, qualquer investigação deve partir de uma inquietação pessoal do investigador em resolver problemas que não estejam a ser solucionados. Contribuir para essa discussão foi outra das motivações para este trabalho.

A articulação entre CSIs, as suas práticas de inovação social e o papel que podem desempenhar no processo de transição para a sustentabilidade já foi analisado na literatura (como por exemplo em Avelino e Kunze, 2009; Haxeltine *et al.*, 2018, entre outros). No entanto, estes contributos utilizaram, exclusivamente, abordagens metodológicas de tipo etnográfico existindo assim uma lacuna ao nível dos estudos que analisem quantitativamente a relação entre estas comunidades, o desenvolvimento de inovação social e as transições. Embora existam estudos quantitativos relevantes que procuram analisar de forma transversal algumas dimensões dessas comunidades, como o seu impacto ambiental (Daly, 2017), a qualidade de vida (Grinde *et al.*, 2017) e a prosperidade (Rubin *et al.*, 2019), a investigação de questões relacionadas com a inovação pode ser aprofundada recorrendo a esse tipo de metodologia.

Embora a abordagem qualitativa seja fundamental para o estudo destas comunidades, principalmente devido às suas especificidades, nomeadamente das suas práticas sociais e da forma como se organizam socialmente, na análise da ligação destas comunidades com a inovação social e com as transições sustentáveis, existem problemas de investigação que necessitam de uma abordagem mais transversal e mais extensiva que a análise qualitativa não permite. Posto isto, neste estudo procura-se colmatar a lacuna de dados quantitativos sobre estas temáticas sem, porém, descurar a importância de as complementar com dados qualitativos.

Com base nestes motivos procurou-se enunciar um problema de investigação que os pudesse refletir – a análise do papel das CSIs enquanto atores de nível micro para o desenvolvimento de inovação social que possa contribuir para uma transição para a sustentabilidade. Para tratar este problema identificou-se um conjunto de objetivos específicos para esta investigação, listados detalhadamente na secção metodológica desta

tese. Estes têm implícita uma lógica de transferibilidade e de articulação entre os níveis micro, meso e macro. Para que as iniciativas do nicho possam escalar as suas práticas necessitam de mecanismos de difusão de conhecimento que as conectem, em primeiro lugar, com o nível meso. Por isso, esta investigação centra-se, empiricamente, nesses dois níveis (micro e meso), de modo a permitir perceber que articulação existe entre ambos que possa facilitar, futuramente, a introdução de práticas no nível macro.

Neste sentido, foram colocadas duas questões de investigação principais:

As comunidades sustentáveis intencionais podem funcionar como laboratórios de práticas de inovação social? Se sim, existem mecanismos de difusão para a escala meso que permitam que estas inovações geradas à escala micro sejam potencialmente generalizáveis para a escala macrosocial?

Para responder a estas perguntas optou-se pela utilização de métodos qualitativos e quantitativos e de um conjunto de técnicas de análise da informação obtida. Como tal, foi aplicado um questionário *online* a todas as CSIs europeias que foi possível identificar. Os dados do questionário alimentam três capítulos empíricos: uma análise descritiva sobre as práticas de sustentabilidade e de inovação, uma análise estrutural de redes sociais para verificar os mecanismos de transferência de conhecimento de que dispõem e a criação de uma tipologia de CSIs que informou a escolha dos estudos de caso. Os quatro estudos de caso selecionados são analisados através de uma abordagem qualitativa que procura compreender a construção de significados e representações dos membros destas comunidades em torno das ideias de inovação, sustentabilidade e do seu papel no processo de transição.

Neste sentido, a presente tese está dividida em 3 partes e 10 capítulos (nos quais se inclui a introdução e conclusão). A primeira parte é de enquadramento teórico e inclui os seguintes capítulos:

Capítulo 2 - As Consequências Ambientais da Modernidade. Este capítulo serve como um preâmbulo à problemática construída nos capítulos 3 e 4 porque tem como objetivo apresentar a forma como os atores sociais e a Sociologia se têm debruçado sobre as questões ambientais. Inicia-se com a reflexão sobre as características das sociedades modernas que contribuíram para as alterações climáticas e da entrada no antropoceno, passando pela forma como se tem olhado para os diferentes rumos do desenvolvimento. Analisa com detalhe a noção de “desenvolvimento sustentável”, identificando as

alterações climáticas como um problema social. Termina com a apresentação dos principais debates sociológicos sobre o ambiente e sobre a forma como os atores sociais constroem as suas práticas ambientais (de forma positiva ou negativa), sublinhando a inspiração construtivista desta investigação.

Capítulo 3 - Comunidade(s), Princípio da Intenção e Sustentabilidade. O terceiro capítulo tem como objetivo principal definir o que se entende por CSIs. Para isso, analisa-se a forma como a sociologia clássica utilizou o conceito de comunidade fazendo a ponte para as especificidades das comunidades contemporâneas. Parte-se das ideias de “reflexividade” e de “intenção” para introduzir o objeto empírico da investigação – as CSIs. Neste capítulo é apresentada uma revisão sistemática da literatura em torno das CSIs para justificar a preferência face a outros termos, como ecoaldeia.

Capítulo 4 - A Inovação Social e as Transições para a Sustentabilidade. A parte I termina com este capítulo que tem como objetivo refletir sobre o conceito de inovação, em particular a inovação social, analisando e identificando as suas principais características. Para além disso, argumenta-se que a inovação social pode ser um caminho para uma transição baseada em modelos de desenvolvimento com princípios mais sustentáveis. Mobilizam-se os conceitos de mudança social, transições e transições sustentáveis para explicar de que forma é que as CSIs tal como foram definidas no capítulo anterior, podem funcionar como agentes de inovação ao nível micro e indutores de transformação nos níveis meso e macro.

Capítulo 5 - Desenho e Métodos de Investigação. Este capítulo consubstancia a parte II desta tese referente à abordagem e estratégias metodológicas. Começa por identificar o problema e os objetivos da investigação e enquadrar e explicar o modelo teórico-analítico que inspirou a construção do desenho metodológico. De seguida, é apresentada a forma como os dados quantitativos e qualitativos são triangulados nesta investigação, com recurso a dois instrumentos de recolha de dados: o inquérito por questionário e a entrevista semi-estruturada. O desenho de investigação agrega quatro componentes de investigação que, embora distintas nos métodos, técnicas de recolha e de análise, são interligadas de forma a contribuírem de forma direta para os objetivos do estudo.

A parte III deste trabalho inclui os capítulos que apresentam e discutem a componente empírica da investigação. Os capítulos 6, 7 e 8 apresentam análises

decorrentes dos dados obtidos através do inquérito por questionário e o capítulo 9 utiliza dados recolhidos através de entrevistas semiestruturadas para apresentar as quatro comunidades que servem como casos de estudo¹.

Capítulo 6 - Práticas de Sustentabilidade e Dinâmicas de Inovação. Este é um capítulo de análise descritiva que pretende caracterizar a amostra, identificar o nível de integração de práticas de sustentabilidade no quotidiano destas comunidades e as dinâmicas de inovação social. São analisadas as práticas de inovação social que desenvolvem, quais os principais obstáculos e elementos facilitadores que encontram no processo de desenvolvimento de inovação e qual o grau de implementação das práticas identificadas. Este capítulo tem como objetivo colmatar a lacuna que foi identificada no início desta introdução, traçando um quadro geral das características inovadoras destas comunidades.

Capítulo 7 - Mecanismos de Reciprocidade para a Disseminação de Conhecimento. Verificada a existência de práticas de inovação, importa perceber se existem mecanismos que permitam a difusão e transferência do conhecimento produzido. Neste capítulo, os mecanismos de reciprocidade são analisados sob a forma de redes, através da utilização da técnica de Análise Estrutural de Redes Sociais (AERS). Este esforço analítico tem como objetivo perceber a estrutura da rede originada pelas CSIs estudadas, identificar buracos estruturais, perceber com que tipos de atores tendem a relacionar-se e quais são os mais centrais na generalidade da rede.

Capítulo 8 - Tipos de Comunidades Sustentáveis Intencionais na Europa. Este capítulo constitui um preâmbulo para a análise qualitativa. Utiliza-se a técnica de análise de *clusters* para construir uma tipologia de CSIs com base nas diferenças existentes entre os seus comportamentos de sustentabilidade. A identificação de quatro tipos diferentes de CSIs na Europa foi a base para a escolha dos estudos de caso analisados no capítulo 9.

Capítulo 9 - Significados de Sustentabilidade e Representações sobre as Transições para a Sustentabilidade: Diferentes Tipos de CSIs em Análise. É neste capítulo que se apresenta a dimensão qualitativa desta investigação. São analisadas quatro CSIs, uma representante de cada uma das tipologias identificadas: Los Portales (Espanha), Live with Earth (Portugal), Cloughjordan (Irlanda) e PPAUW (Holanda). Em

¹ Algumas das análises, nomeadamente a revisão sistemática da literatura apresentada no capítulo 3, e dos resultados apresentados nesta tese já foram publicados (outros encontram-se em fase de publicação) em revistas com arbitragem científica e foram comunicados em encontros científicos nacionais e internacionais (Vide Apêndice A).

cada uma delas são observadas as representações que os entrevistados fazem sobre o conceito de inovação e de sustentabilidade, que mudanças sociais consideram prioritárias e de que forma percebem o seu papel no processo de transição para a sustentabilidade. Apresentam-se, em detalhe, práticas socialmente inovadoras em cada comunidade. Os casos são, no fim, comparados e identificadas semelhanças e diferenças.

Esta tese termina com um capítulo dedicado às principais linhas conclusivas da investigação, no qual se identificam as implicações teóricas e práticas sobre o papel das CSIs enquanto atores de base micro para o processo de transição para a sustentabilidade. É neste momento que se apontam as principais limitações desta investigação e se sugerem futuras linhas de pesquisa.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2 – AS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS DA MODERNIDADE

O impulso da humanidade para o progresso social é como o movimento das correntes de um grande sistema de água, a partir de uma miríade de fontes e sob uma miríade de circunstâncias e condições, seguindo em frente, sempre em direcção à sua eternidade, o Oceano².

Anna Julia Cooper

2.1 Modernidade e Desenvolvimento: Articulações e Desarticulações

2.1.1 Modernidade e Industrialização

Este capítulo abre a parte I desta tese e apresenta o enquadramento geral da problemática da investigação. O seu principal objetivo é evidenciar as principais dimensões e características do mundo contemporâneo que condicionaram a forma como os indivíduos e a sociologia se debruçaram sobre as questões ambientais. Para tal, aborda as questões da modernidade, da industrialização, do capitalismo, a forma como estas mudanças sociais moldaram o rumo do desenvolvimento e, por fim, a emergência dos problemas ambientais enquanto problemas sociais e sociológicos.

Max Weber ilustra a passagem para o mundo moderno através da ideia de “desencantamento do mundo”. Este desencantamento refere-se a um duplo movimento: por um lado, a uma rutura com o sagrado, o divino e o mágico como via de salvação (2004 [1930]: 96) e por outro lado, à tónica na racionalidade da ciência moderna que contesta a ideia de que o mundo tenha um significado que lhe é conferido por um Deus. Esta ideia clássica de Weber é o ponto de partida para um conjunto de considerações em torno da articulação entre modernidade e reflexividade que marcaram a sociologia contemporânea.

A passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas foi marcada por um conjunto de discontinuidades entre as instituições e os modos de comportamento, cujo início se começa a verificar com o fim do feudalismo. Giddens (1990:8) define a modernidade como o “modo de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e que posteriormente adquiriu uma influência mundial”. Esta visão é

² Tradução da autora. Original: “The impulse of humanity toward social progress is like the movement in the currents of a great water system, from myriad sources and under myriad circumstances and conditions, beating onward, ever onward toward its eternity, the Ocean.”

também apoiada por Beck (1992) que argumenta que as sociedades modernas apresentam diferenças estruturais, nomeadamente, ao nível dos padrões coletivos de vida, da ideia de progresso e da relação com a natureza.

O crescente progresso técnico característico da modernidade permitiu a industrialização das sociedades ocidentais através da substituição ou reconversão das competências humanas por máquinas e da energia humana e animal por outras fontes de energia, como o carvão. Consequentemente, verificaram-se processos crescentes de urbanização marcados pelo êxodo rural e pela emergência de oportunidades de trabalho nas fábricas industriais. Tudo isto alterou substancialmente a forma como as sociedades se organizam e como os indivíduos se relacionam, não só entre si, como com as estruturas sociais e com o meio-ambiente e caracteriza a modernidade como um fenómeno complexo (Ribeiro, 2017).

As alterações que marcam a modernidade podem ser discutidas a diferentes níveis. Desde logo, as mudanças políticas originadas pela revolução francesa e o apogeu dos valores de liberdade, igualdade e fraternidade, a explosão demográfica e as mudanças globais caracterizadas pelo colonialismo (Marques, 2015). Mais importantes para a introdução ao quadro teórico desta investigação são as mudanças económicas - que advieram da revolução industrial e da industrialização das sociedades ocidentais e introduziram o liberalismo e o *laissez-faire* como corolário económico – e as filosóficas e epistemológicas emblematizadas pelo iluminismo e pela razão científica. Marques (2015) compreende a modernidade como uma objetificação cultural do conteúdo intelectual da revolução científica e filosófica do Iluminismo e afirma que este é:

Um conteúdo que acompanha e, simultaneamente, ratifica a radicalmente nova conceção das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza. A crença iluminista na ilimitada capacidade da razão conduziu à elaboração de discursos múltiplos baseados nas ideias de emancipação e progresso da humanidade. Através da utilização instrumental da razão, o “Homem”, transformado agora em sujeito histórico abstrato, teria por meta penetrar nos segredos da natureza e dominá-la para o bem individual e coletivo (Marques, 2015:170).

Para Bauman (2000), a modernidade começa quando o espaço e o tempo se separam, não só entre si como, das práticas sociais. Esta separação implica também o desfasamento das relações sociais dos contextos locais e a sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo (Giddens, 1999). Este é o contexto da

reflexividade e do conhecimento racional – uma das principais características da modernidade – ou, como Giddens define, a capacidade dos atores sociais desenvolverem uma “monitorização reflexiva” das suas ações. A questão não é se existe ou não um mundo social estável para ser conhecido, mas se a produção do conhecimento sobre esse mundo é causa e consequência do seu carácter instável e mutável. Neste sentido, a reflexividade pode ser entendida como a contínua geração de autoconhecimento sistemático que não estabiliza a relação entre o conhecimento perito e o conhecimento leigo (Beck, 2000). A realidade social é também composta pelo observador que a conhece e isto significa que as alterações na sua visão implicam alterações na própria realidade social.

Isto é mais facilmente compreensível se se retomar a ideia de como, durante a emergência da modernidade, a noção de um mundo povoado por deuses e espíritos deu lugar a um mundo mais previsível governado por leis que a razão humana consegue descortinar. É esse fator de previsão que permite um desencaixe entre o espaço e o tempo, afastando-os das relações sociais de proximidade, e que conduz à emergência da racionalidade e reflexividade (Ritzer, 2011). No entanto, segundo Weber (2004 [1930]), a mesma racionalização progressiva que libertou a humanidade das superstições e de Deus, tende a submetê-la a outras estruturas institucionais, igualmente rígidas, nomeadamente, à economia de mercado de tipo capitalista. Marx já havia sugerido este tipo de oposição ao refletir sobre a forma como, devido à natureza do sistema capitalista, as realidades materiais e sólidas anteriores, características do feudalismo, foram “dissolvidas” pelo capitalismo (Marx, 2017 [1867]).

2.1.2 O Capitalismo e o seu Espírito

O capitalismo é um sistema económico liberal que, de acordo com Karl Marx, tem como principal característica a divisão de classes entre os indivíduos que detêm os modos de produção e o capital e os assalariados (Marx, 2017 [1867]). O liberalismo, como corrente política e económica, surge no século XVII e ganha protagonismo com Adam Smith. A teoria económica liberal assenta no pressuposto principal do equilíbrio do mercado, que resulta das dinâmicas de oferta e procura: a mão invisível. Esta insistência nas virtudes do equilíbrio entre oferta e procura, assume que os indivíduos procuram maximizar a sua utilidade, estando na posse de informação perfeita fazendo escolhas racionais (Roncaglia, 2005).

Esta ideia do mercado como elemento natural das relações sociais é profundamente criticada por Polanyi (2012 [1944]), que defende que os mercados não são naturais nem necessariamente neutros na sua origem e no seu modo de operação, mas sim construções sociais. Polanyi, mostra que o sistema *laissez-faire* emergiu com a ajuda do Estado e a sua manutenção deveu-se, igualmente, à implementação de ações estatais. É neste sentido que o autor argumenta a dimensão social está incrustada na dimensão económica quando o “natural” seria o oposto:

O padrão de mercado, relacionando-se com um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controlo do sistema económico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema económico. A importância vital do fator económico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema económico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado³. (Polanyi, 2012 [1944]: 77)

O mercado é natural porque as sociedades, mesmo as arcaicas e tribais, sempre necessitaram de mecanismos para assegurar a troca de bens e de serviços, de forma a assegurar as suas necessidades. O que para o autor não é natural é a hegemonia do mercado enquanto princípio de governação económica porque, aqueles mecanismos, implicam uma articulação de princípios de governança económica - a reciprocidade, redistribuição e troca – em detrimento do sistema de mercados autorregulados, característicos apenas das sociedades modernas:

Nenhuma sociedade poderia, naturalmente, viver durante muito tempo se não possuísse uma economia de algum tipo; mas antes do nosso tempo nenhuma economia jamais existiu que, mesmo em princípio,

³ Tradução da autora. Original: “The market pattern, on the other hand, being related to a peculiar motive of its own, the motive of truck or barter, is capable of creating a specific institution, namely, the market. Ultimately, that is why the control of the economic system by the market is of overwhelming consequence to the whole organization of society: it means no less than the running of society as an adjunct to the market. Instead of economy being embedded in social relations, social relations are embedded in the economic system. The vital importance of the economic factor to the existence of society precludes any other result. For once the economic system is organized in separate institutions, based on specific motives and conferring a special status, society must be shaped in such a manner as to allow that system to function according to its own laws. This is the meaning of the familiar assertion that a market economy can function only in a market society.”

fosse controlada pelos mercados. (...) Todos os sistemas económicos conhecidos até ao fim do feudalismo na Europa Ocidental foram organizados ou com base no princípio da reciprocidade ou da redistribuição, ou da domesticidade, ou de alguma combinação dos três. A sociedade do século XIX revelou-se, de facto, um ponto de partida singular, no qual a atividade económica foi isolada e imputada a uma motivação económica distinta.⁴ (Polanyi, 2012 [1944]: 92-93)

As visões liberais foram aprofundadas no pensamento económico durante a segunda metade do século XX com Friedrich Hayek e Milton Friedman, que procuraram defender a separação entre o poder económico e o poder político, de modo a potenciar a liberdade individual e económica característica do sistema capitalista (Hayek, 2018 [1960]; Friedman, 2018 [1962]), e colocando o mercado como o princípio de governação por excelência. O neoliberalismo consolidou a ideia de que as regras da vida social deveriam submeter-se às leis económicas. Segundo Weber (2004 [1930]), o capitalismo moderno tem vindo a fortalecer o seu lugar de uma forma predominante. As instituições económicas, jurídicas e políticas legitimam o espírito do capitalismo, como resultado da adaptação racional das sociedades à devoção ao trabalho e à vontade mercantil incessante de gerar lucro (Weber, 2001). Esta desincrustação entre o económico e o social origina inúmeras consequências sociais e a ideia de um mundo que pode e deve ser gerido por regras universais – as do sistema económico – ignorando diferenças culturais, sociais, históricas, políticas e, principalmente, diferentes trajetórias de desenvolvimento.

2.1.3 Rumo(s) do Desenvolvimento

Uma breve análise dos paradigmas dominantes relativamente ao desenvolvimento mostra um campo teórico-conceitual fértil que se constrói tendo por base duas grandes correntes. Se por um lado, existe um conjunto de autores – influenciados pelos paradoxos clássicos da Economia, apoiados nas visões de Adam Smith e David Ricardo – que considera que o desenvolvimento é sinónimo de crescimento económico, modernização e progresso. Por outro lado, existe um conjunto de teorias críticas – de influência marxiana – que consideram frágil e limitada a equivalência entre desenvolvimento e

⁴ Tradução da autora. Original: “No society could, naturally, live for any length of time unless it possessed an economy of some sort; but previously to our time no economy has ever existed that, even in principle, was controlled by markets. (...) All economic systems known to us up to the end of feudalism in Western Europe were organized either on the principle of reciprocity or redistribution, or householding, or some combination of the three. (...) Nineteenth-century society in fact proved to be a singular starting point, in which economic activity was isolated and imputed to a distinct economic motivation.”

crescimento económico e que defendem uma leitura descentralizada e periférica (Wallerstein, 1990).

O conceito de desenvolvimento é polissémico uma vez que é resultado de um contexto histórico e de um sistema político e económico. Nesta leitura, o “desenvolvimento” é uma construção social e política, que deve ser analisada com recurso às dinâmicas do sistema mundial moderno e da sua economia-mundo capitalista, nas quais predomina a ideia da soberania da economia e da cultura ocidental (Ribeiro, 2017). Isto é particularmente importante porque traz para o centro da reflexão um conjunto de ideias que só existem em oposição – o arcaico e o moderno, o avançado e o atrasado, o primeiro e o terceiro mundo e, acima de tudo, o desenvolvido e o subdesenvolvido (Frank, 1967) e que explicitam essa soberania. Estas oposições resultam, muitas vezes, de noções etnocêntricas que tendem a cristalizar-se nas sociedades contemporâneas:

Contra as expectativas da Antropologia relativamente ao fim dos etnocentrismos e à abolição da clivagem entre “nós” ocidental e os “outros” criadas a partir da aceitação crescente das posições relativistas, o *ethnos* continua no centro do mundo e “nós” e os “outros” tornaram-se instâncias cada vez mais irreduzíveis e simbolicamente mais distantes (Marques, 2000:36).

Paul Collier (2007) crítica em profundidade o conceito de desenvolvimento por defender que este é um reflexo dos quadros político-económicos das nações com maiores probabilidades de sucesso e não oferecer mecanismos conceptuais e empíricos que permitam analisar as sociedades que ocupam o fundo dos *rankings* da hierarquia global em várias dimensões (esperança média de vida, mortalidade infantil, desnutrição a longo prazo, entre outros aspetos).

Com a industrialização das sociedades ocidentais e com a evolução dos modos de produção, começou-se a confundir a ideia de modernização com a ideia de desenvolvimento. As cinco etapas do desenvolvimento – a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa – identificadas por Rostow (1960) dão também conta dessa transformação. Este contexto histórico acarretou implicações políticas que fundamentaram uma dicotomia – a que contrapõe as sociedades modernas às sociedades tradicionais – que justificava a relação de poder desigual entre ambas (So, 1990). Um dos paradigmas que dominou a reflexão sobre o desenvolvimento foi a teoria da modernização. A modernização é, então, um processo pelo qual as sociedades passam por uma transição estrutural de uma

condição para outra, de um ponto inicial para um ponto final, do primitivo ao evoluído, do tradicional ao moderno (Kingsbury *et al.*, 2016). A ideia de associar o desenvolvimento à modernização começa a ganhar forma na década de 1950 como resultado do processo da descolonização, da crescente competição entre os EUA e a URSS e pelo consequente aumento e disseminação do movimento comunista a nível mundial (Ribeiro, 2017). O movimento que opõe comunismo ao capitalismo marcou o contexto histórico dos anos subsequentes com uma vitória clara do liberalismo e neoliberalismo.

A ideia de desenvolvimento enquanto sinónimo de modernização implicou transformações nas dimensões económicas, sociais, culturais, ideológicas e políticas, todas elas, igualmente, importantes para plantar a semente que viria a marcar o desenvolvimento até aos dias de hoje, principalmente do ponto de vista ideológico. A reflexão sobre a modernização na economia foi acompanhada por uma série de outros estudos noutras ciências sociais, nomeadamente na sociologia. Parsons (1977) acabou por contribuir para esta discussão com a sua teoria dos sistemas que identificava quatro grandes subsistemas funcionais - a economia, a política, a comunidade social e o sistema fiduciário. Neste sentido, à medida que as sociedades se modernizam, estes sistemas tornam-se mais elaborados e os papéis dos indivíduos cada vez mais diferenciados. Esta visão sistémica enfatizava a ideia de um equilíbrio que valorizava a estabilidade das sociedades capitalistas (Robertson e Turner, 1991). Neste sentido, as sociedades tradicionais deveriam orientar-se para o percurso de desenvolvimento trilhado pelas sociedades industrializadas e modernas.

Este último aspeto permitiu a caracterização de países não industrializados como “subdesenvolvidos” ou de “terceiro mundo” (Amin, 1999). Os que não se enquadravam nas métricas utilizadas para medir o processo de modernização deveriam olhar para os países da Europa ocidental e para os EUA como faróis para o seu desenvolvimento. A ideia de modernização, enquanto rumo ao desenvolvimento, consolidou-se com a adoção e legitimação de políticas de ajuda externa conduzidas pelos países centrais e através da ONU, do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo principal de garantir o afastamento do fantasma do comunismo (Ribeiro, 2017). No entanto, este desígnio de modernização dos países mais pobres acabou por ter consequências perversas (e há quem argumente que seriam até desejadas e previsíveis [Chase-Dun e Grimes, 1995]) que conduziram a um aumento da disparidade. Os países

não industrializados não foram capazes de alcançar os índices de modernização do ocidente e dos EUA, acabando por ficar numa situação de dependência que perpetuou a sua posição periférica de subordinação no sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 1990).

Algumas propostas alternativas começaram a ganhar destaque nos anos 50 e 60 do século passado, fase em que o fracasso do paradigma da modernização já se fazia sentir e o prenúncio anunciado da ascensão do neoliberalismo começava a ecoar. Um dos principais contributos de inspiração marxista, que funcionou também como crítica aos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, foi a teoria da dependência (Frank, 1967; Cardoso, 1970). Esta proposta emerge no contexto latino-americano e sustenta a ideia, já deixada latente neste capítulo, de que a imposição de modos de produção juntamente com a agenda das políticas de ajuda, conduziu à dependência dos países periféricos em relação aos países ditos desenvolvidos (Santos, 2011 [1978]). Enquanto estes últimos se tornavam cada vez mais ricos, os primeiros iam-se tornando não apenas mais pobres, como mais dependentes.

Deste modo, a teoria da dependência foi uma proposta endógena dos países periféricos que os analisa “por dentro” e procura encontrar os mecanismos explicativos para a inibição e distorção no seu desenvolvimento no quadro da sua integração no sistema capitalista (Silva e Cardoso, 2005). Estes mecanismos foram, essencialmente, a perpetuação das dependências inauguradas durante a dominação colonial que submetiam os países periféricos à condição de fornecedores de matérias primas e a sua exploração financeira, sob a forma de ajuda externa, que se traduziu na contração de enormes dívidas aos países centrais (Frank, 1967; Wallerstein, 1990). A teoria da dependência acabou por funcionar mais como uma proposta analítica e nunca atingiu um estatuto dominante.

Durante a década de 70, a persistência da dependência dos países periféricos mostrou a ineficácia das políticas de desenvolvimento associadas à teoria da modernização, juntamente com o sucesso das lutas anti-imperialistas (nomeadamente a derrota dos EUA na luta do Vietname), a revolução islâmica do Irão (e a conseqüente crise do petróleo de 1979) condicionaram a força e a universalidade das agendas de modernização (Ribeiro, 2017). Tudo isto contribuiu para a intensificação do neoliberalismo porque se por um lado, existia um conjunto de motivos políticos relacionados com a crise da modernização, por outro lado, verificavam-se problemas económicos, que não encontravam resposta nas abordagens económicas de inspiração keynesiana (Kingsbury *et al.*, 2016). Com as eleições de Margaret Thatcher, no Reino

Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, este rejuvenescimento acelerou e assistiu-se a uma nova tentativa, bem-sucedida, de edificar uma economia neoliberal e a expansão da aplicação das suas propostas económicas como sinónimo de desenvolvimento. Isto foi conduzindo a um crescente poder, económico, social e político dos mercados financeiros, ou seja, a um processo de financeirização do capitalismo (Rodrigues *et al.*, 2016) que caracteriza o modelo neoliberal atual.

Harvey (2005:12) define o neoliberalismo como “uma teoria de práticas de economia política que entende que o bem-estar pode ser mais rapidamente alcançado através da chamada libertação da livre iniciativa das forças empresariais e dos talentos individuais”. Esta expansão foi alimentada pela utilização de indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB)⁵, como unidade de medida por excelência da análise do desenvolvimento de um país (Kingsbury *et al.*, 2016).

O neoliberalismo constitui o sistema de ideias dominante num largo conjunto de Estados-nação, sendo que, em várias organizações internacionais, nomeadamente o FMI, a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o Banco Mundial, predominam as ideias neoliberais (Stiglitz, 2004). O neoliberalismo é uma ideologia poderosa que apela ao interesse próprio dos indivíduos. Assumir tal ideia implica encarar o mercado livre como um estado natural e inevitável no interior do qual os esforços individuais serão recompensados (McMichael, 2017). A própria noção de “fim da história” (Fukuyama, 1992) estabelece o triunfo hegemónico do capitalismo e da democracia liberal. Ao considerar que o “sistema-mundo” existente é eterno, Fukuyama, parece inscrever-se no “trabalho de eterização” (Bourdieu, 1999) conduzido por “instituições como o Estado, as escolas de economia e gestão, os partidos políticos e a comunicação social, cuja finalidade é a manutenção do *status quo*” (Ribeiro, 2017:53).

Para Amin (1999), esta foi a manifestação material e forçada da ideologia ocidentocêntrica dominante e que, novamente, procurava introduzir um único rumo de desenvolvimento, tanto para os países periféricos como para os países centrais. A imposição de um modelo de desenvolvimento que conduziu à subordinação de determinadas sociedades, fez com que se confrontassem, não só diferentes modos de produção, mas também diferentes culturas e que alguns países não tivessem conseguido beneficiar de forma igualitária das trocas capitalistas nem estimular o crescimento do seu

⁵ Taxa de crescimento do rendimento nacional, *per capita*.

PIB e, conseqüentemente, continuam a ocupar lugares inferiores na hierarquia do desenvolvimento (Wolf, 1982). Abria-se, assim, campo para a disseminação do sistema capitalista enquanto projeto económico, político e social mundial.

Este modelo tem vindo a ser amplamente discutido, nomeadamente, em relação à sua sustentabilidade e às suas conseqüências. A emergência de visões que criticam a hegemonia do capitalismo neoliberal e, acima de tudo, a sua conceção enquanto modelo para o desenvolvimento global são tão antigas quanto a própria história deste sistema económico como está bem presente nos escritos de Marx (2017 [1867]). O aumento dos padrões de consumo e o aumento da produção de bens e serviços conduziram à exploração contínua (e excessiva) dos recursos naturais. O capitalismo neoliberal não deverá ser o “fim da história” previsto por Fukuyama mas encerra em si uma dupla contradição. Para O’Connor (1998) mais do que uma contradição entre capital e trabalho, existe um paradoxo entre a forma como o sistema capitalista induz à sobre-exploração dos recursos naturais e a sua dependência dos mesmos para continuar a legitimar-se – a produzir e a extrair mais-valias. Ribeiro (2017:118) descreve esta contradição ao afirmar que: “o capitalismo reduz a natureza, tratada como um conjunto agregado de coisas em lugar de sistema, a um simples meio para a produção de mercadorias e serviços com valor mercantil”.

A erosão do solo, o aumento da temperatura do ar e das águas dos oceanos, a subida do nível do mar, a desflorestação, a poluição, os eventos climáticos extremos, a escassez de água potável, a perda de biodiversidade, a extinção de espécies, as alterações climáticas, são problemas parcialmente gerados pelo capitalismo, *i.e.*, pelos padrões de consumo e produção das sociedades contemporâneas. Face à realidade da emergência climática e perante a desconsideração dos limites dos recursos naturais do planeta, começaram a fazer-se ouvir vozes de pressão que procuraram alternativas e os problemas ambientais começaram a ter palco de discussão enquanto problemas sociais.

2.2 O Ambiente no Espaço Público: Um Problema Social

2.2.1 O Movimento Ambientalista

O ambientalismo enquanto novo movimento social surge nos anos 1960⁶ e caracteriza-se por uma multiplicidade, fragmentação e complexidade de formas e intervenientes que tornam a tarefa de o descrever um tanto ingrata.⁷ Castells (2010: 169) afirma que, dada essa multiplicidade é impossível falar de um movimento ambientalista, mas sim de uma “dissonância da teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social generalizado, descentralizado, multiforme”. No entanto, corrobora a ideia de McCormick (1992), no sentido em que os movimentos que emergem nesta altura aparecem como uma versão mais radical e abrangente, que questionam a própria essência do capitalismo, quando comparada com as iniciativas anteriores.

Alguns exemplos da multiplicidade podem ser encontrados no trabalho de Hughes (1995) que identifica um vasto conjunto de correntes: ecocapitalismo, conservacionismo, ambientalismo, ecopopulismo, verdes, ecologia profunda, ecomarxismo, ecofeminismo, ecologia cultural, ecologia social e ecossocialismo. Ramos (1996), agrupa estes diferentes movimentos em três dimensões principais: a naturalista – que tem origem na década de 1960 e se mantém durante toda a década de 1970 – profundamente marcada pelos ideais libertários e a contracultura norte-americana; a institucional, que se refere à elaboração e divulgação de relatórios e publicações de resultados das discussões em torno da questão ambiental; e a dimensão política – ou como McCormick (1992) define “Ecologia Política” – que procurava aprofundar as discussões sobre a crise ecológica criticando os movimentos ecológicos supostamente “apolíticos”. Inspirado pela tipologia dos movimentos sociais de Touraine, Manuel Castells identificou cinco tipos diferentes de movimentos ambientais, caracterizando-os com recurso à identidade, adversário e objetivos: conservação da natureza, defesa do próprio espaço, contracultura, salvação do

⁶ Embora alguns autores (McCormick, 1992, Medeiros, 1996; Leis e D’Amato, 1998; Castells, 2010) defendam que o nascimento do movimento ambientalista seja difícil de traçar, pois surgiu de forma lenta e gradual. McCormick (1992) situa-o mesmo no século XIX, quando nasceram os primeiros grupos protecionistas na Grã-Bretanha, influenciados por naturalistas desse período, entre os quais, Darwin com a teoria da evolução. Até à década de 1960, os movimentos ambientalistas eram essencialmente marcados por ideias protecionistas e conservacionistas. Só a partir daí é que o movimento ambiental aparece com um conjunto de preocupações que vão para além da conservação da fauna e da flora e se focam num conjunto mais alargado de temáticas, como a sobrepopulação ou a poluição. É esse período que é, particularmente, importante para esta análise pois encerra em si um conjunto de reivindicações que se apresentam como uma crítica ao próprio sistema capitalista.

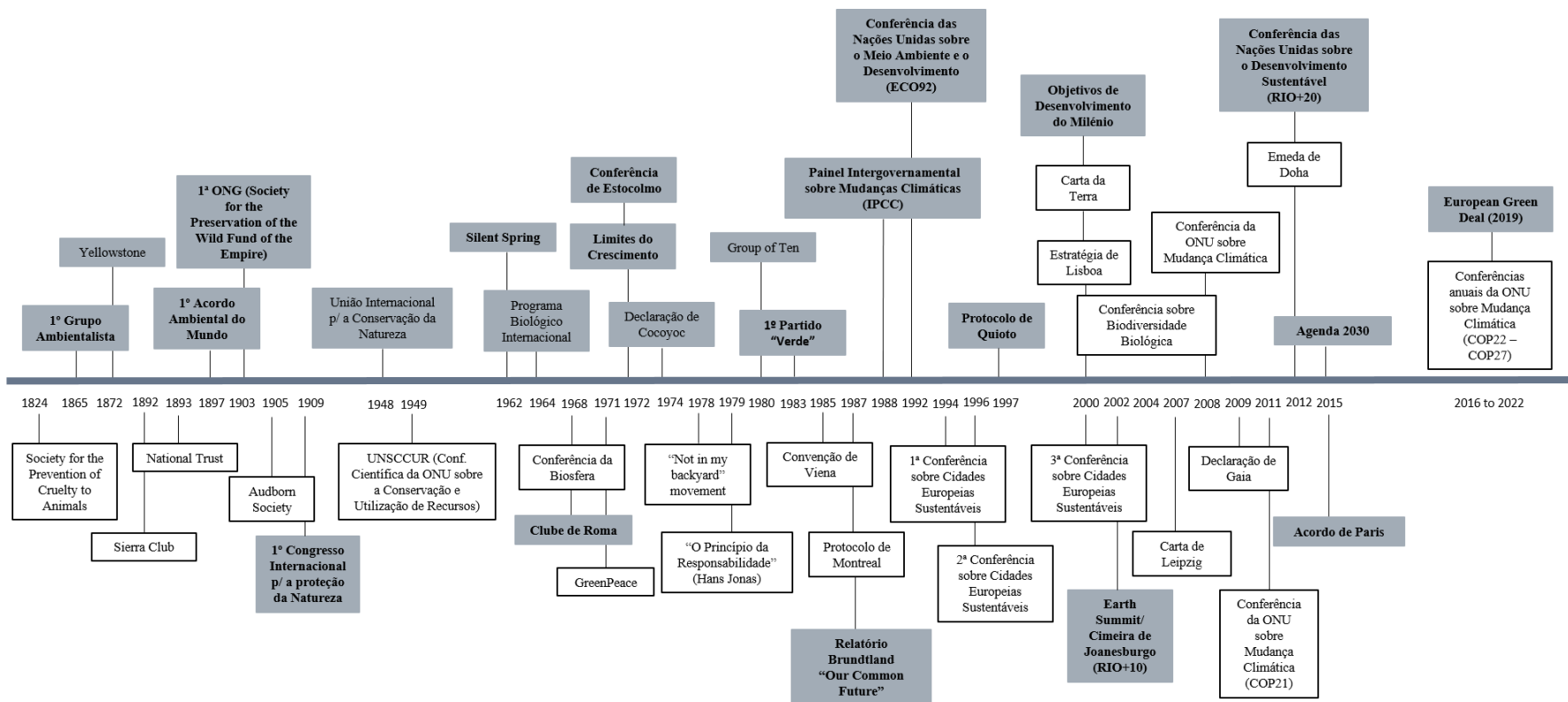
⁷ Revisões exaustivas sobre o movimento ambiental podem ser encontradas em Holliman (1990); Gottlieb (1993); Dalton (1994); Alley et al. (1995); Diani (1995); Wapner (1996).

planeta e política verde. Uma descrição detalhada de cada um dos tipos de movimentos pode ser encontrada em Castells (2010: 171-179).

Castells (2010) estabelece uma distinção importante entre ambientalismo e ecologia. Por ambientalismo entendem-se os formatos da ação coletiva que procuram corrigir as relações entre a ação humana e o seu ambiente natural e que se opõem à lógica estrutural predominante institucionalizada. Ecologia significa o conjunto de crenças, teorias e percepções que refletem sobre a humanidade como uma parte de um ecossistema e que preconizam o equilíbrio entre ambos. No fundo, “o ambientalismo é ecologia na prática e ecologia é ambientalismo na teoria” (Castells, 2010: 170).

Neste momento, pretende-se identificar os principais acontecimentos que marcaram, no espaço público, a discussão sobre o ambiente perspetivando os problemas ambientais essencialmente como problemas sociais. A figura 2.1 é uma representação cronológica dos principais acontecimentos e das diferentes fases do movimento ambientalista. Neste percurso incluíram-se não só os principais eventos científicos e de debate, as principais publicações, como também as principais organizações.

Figura 2.1 - Cronologia dos Principais Acontecimentos no Movimento Ambientalista



Fonte: Elaboração própria

Uma primeira fase ocorre no final do século XIX (1824) e dura até ao início do século XX (até 1909). O primeiro acontecimento identificado na revisão da literatura foi a fundação da *Society for the Prevention of Cruelty to Animals*, uma associação com foco na proteção dos animais. Surge na Grã-Bretanha com uma forte inserção nas classes médias e altas e contribuiu para a divulgação das ideias de proteção da natureza e da biodiversidade (Allen, 1987). Esta divulgação foi exercendo pressão para a discussão do problema da caça de animais selvagens nas colónias e, em 1897, a coroa inglesa organiza, em Londres, uma reunião com vários países colonizadores, designada por *Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África* onde foi celebrado o primeiro acordo ambiental do mundo, que restringia a caça furtiva nas colónias (McCormick, 1992). Estes acontecimentos conduziram à formalização da causa e em 1903 surge a primeira Organização Não Governamental (ONG) a defender causas ambientais, a *Society for the Preservation of the Wild Fauna of the Empire*.

Na lógica conservacionista, surge, em 1865, o primeiro grupo ambientalista privado e formal da história da modernidade, designado *Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society*. Este grupo promoveu campanhas pela preservação de espaços abertos para o uso público, particularmente as áreas verdes urbanas. Nos EUA surgia o primeiro parque natural – o *Yellowstone* - para proteção e preservação de áreas naturais e da biodiversidade animal. Na Inglaterra surge o *National Trust*, inspirado pelo primeiro grupo ambientalista, com o objetivo de proteger a herança natural e cultural da nação, através da aquisição de terras e propriedades para preservação. Ainda no século XIX, nos EUA, surge um conjunto de associações, como o *Sierra Club* e a *Audborn Society*, que viriam a contribuir para a fundação de um grupo particularmente importante para a história do ambientalismo, o *Group of Ten*⁸, criado em 1980 e que ainda hoje é uma das principais referências no trabalho conjunto de organizações ambientais (Castells, 2010). Em 1909 decorre, em Paris, o I Congresso Internacional para Proteção da Natureza durante o qual foi discutida a preservação ambiental e averiguados os progressos da proteção da fauna e flora na Europa e onde foi proposta de um organismo internacional de proteção da natureza (Gottlieb, 1993). Esta primeira fase de expansão culmina com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o movimento ambientalista entra numa fase de desaceleração que só viria a terminar depois da Segunda Guerra.

⁸ <https://green10.org/>

Até meados do século XX, ocorreu um conjunto de acontecimentos que não deixou a causa ambiental cair no esquecimento. Em 1948 é fundada a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), um organismo filiado à ONU através da UNESCO, que tinha como objetivo inicial traçar diretrizes para a criação e gestão de áreas protegidas (McCormick, 1992). Este organismo viria a ser importante para as discussões futuras sobre o conservacionismo e a sustentabilidade e permanece ativo contando com a presença de mais de 1250 organizações, entre as quais órgãos governamentais e ONGs. Esta fase é marcada, aliás como vinha a ser tendência nas discussões antes das guerras, por um cunho conservacionista. Em 1949 realizou-se em Nova Iorque a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR). Esta conferência abriu a discussão em torno da cooperação internacional em investigação ecológica e ambiental e foi considerada como um marco incontornável na expansão do movimento ambientalista internacional (Dubos e Ward, 2000 [1972]). Um dos grandes efeitos desta conferência foi a disseminação da ideia de responsabilidade coletiva sobre o meio-ambiente e a necessidade de construir conhecimento científico que servisse para informar e orientar a ação coletiva. No final deste evento foi criada uma rede mundial para a transferência de conhecimento, com apoio financeiro internacional (Castells, 2010).

Segundo McCormick (1992), a primeira questão ambiental global foi a precipitação radioativa resultante da detonação de um explosivo atômico testado pela União Soviética, em 1949. Este acontecimento fez com que se intensificasse o debate em torno das suas causas e consequências no seio da comunidade académica, e mais tarde, potenciaram a criação, em 1964, do Programa Biológico Internacional, com o objetivo de difundir o estudo internacional da produção orgânica, do uso dos recursos naturais e da adaptação do ser humano a estas condições em transformação. Em 1971, um grupo de ambientalistas conseguiu adiar e posteriormente cancelar, através de uma intervenção *in loco*, os testes nucleares nas ilhas Aleutas (Alasca). Esse grupo viria a designar-se por Greenpeace e a tornar-se numa das principais ONGs de defesa do meio ambiente, cujas intervenções se pautavam por uma postura de guerrilha que caracteriza as intervenções do movimento ambiental desta segunda fase de expansão.

Aliado a isto destaca-se também o crescimento da utilização do DDT (diclorodifeniltricloroetano), um pesticida cuja utilização se torna massiva após a Segunda Guerra Mundial. Um dos grandes marcos do movimento ambientalista acontece

em 1962 com a publicação do livro *Silent Spring* da Rachel Carson, cujo título constitui uma metáfora à ausência do canto dos pássaros na primavera (Carson, 1962). A obra de Carson sublinha a perturbação nos ecossistemas terrestres causada por produtos químicos agrícolas e enfatiza a percepção racionalizada da natureza como externa à sociedade, uma percepção que encoraja a crença de que a natureza é um domínio infinitamente explorável (McMichael, 2017). A presença deste risco viria a inspirar o movimento *Not in my backyard*, durante o qual um conjunto de comunidades se uniu para impedir a utilização de produtos químicos nas proximidades das suas zonas de residência (Castells, 2010). O livro de Carson é uma referência na denúncia dos efeitos dos pesticidas no ambiente e contribuiu para transformar os problemas ambientais numa questão social e política central no debate contemporâneo, sublinhando os efeitos perversos do desenvolvimento e da modernização (Ribeiro, 2017).

Os anos 60 marcam, como foi referido, um ponto de viragem no movimento ambientalista. É uma época marcada por uma onda de ativismo em que a questão ambiental ganha características mais reivindicativas em torno da forma como se pensa a articulação entre a sociedade, a economia e a natureza (Gottlieb, 1993; Esteva e Prakash, 1998; Yougman, 2000). Em 1968 é fundado o Clube de Roma para a discussão em torno destas três dimensões. Estas discussões derem origem à publicação do relatório *Limites do Crescimento* (Meadows *et al.*, 1972) que chamava a atenção para as consequências do crescimento exponencial da população mundial e do seu impacto nos recursos naturais, disseminando a noção de crescimento zero. Em 2004, os seus autores atualizaram as aquelas reflexões e apresentaram uma visão ainda mais pessimista sobre as premissas traçadas em 1972:

A maioria dos críticos acredita que as nossas preocupações acerca dos limites [ao crescimento] resultam duma crença de que os combustíveis fósseis ou outra forma de recurso será brevemente esgotada. De facto, temos uma apreensão mais subtil; o que nos preocupa é que as atuais políticas possam provocar uma passagem dos limites e um colapso apesar dos esforços ineficazes para antecipar e lidar com os limites ecológicos. Acreditamos que a economia humana ultrapassa agora limites importantes, que se irá intensificar nas próximas décadas.⁹ (Meadows *et al.*, 2004: 23)

⁹ Tradução da autora. Original: “Most critics believe that our concerns about limits [to growth] stem from a belief that fossil fuels or some other form of resource will soon be exhausted. In fact, we have a subtler apprehension; what concerns us is that current policies may cause overshoot and collapse despite ineffective efforts to anticipate and address ecological limits. We believe that the human economy is now exceeding important limits; this overshoot will intensify in the coming decades”.

As ideias propostas no relatório *Limites do Crescimento* foram alvo de críticas vindas não só dos países ditos desenvolvidos, uma vez que implicava minimizar o seu crescimento, como também dos países ditos em desenvolvimento que pretendiam convergir para os modelos de desenvolvimento do Ocidente (McCormick, 1992). No mesmo ano, em 1972, decorria a Conferência de Estocolmo, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que veio consolidar as previsões do relatório do Clube de Roma e enfatizar a ideia de que os recursos naturais são limitados o que implicava repensar novos conceitos e formas, não só de crescimento, como principalmente, de desenvolvimento.

Esta conferência daria origem a um relatório que mais tarde se tornaria na obra *Uma Só Terra: a Preservação de um Pequeno Planeta* (Dubos e Ward, 2000 [1972]). Este relatório, de acordo com McCormick (1992: 103), era “um documento frequentemente brando e retórico, ocasionalmente alarmista, que apresentava orientações gerais em vez de propostas específicas”. Esta característica fez com que tivesse uma aceitação mais transversal do que o do Clube de Roma. Aliás, este foi um dos principais propósitos desta conferência – o de discutir as ideias propostas pelo Clube de Roma e traçar uma forma de pensar o desenvolvimento que não fosse tão radical como a sugerida por Meadows *et al.* (1972) mas que, simultaneamente, fizesse a articulação entre sociedade e natureza, através da introdução do conceito de meio ambiente humano (Yougman, 2000). Esta conferência é considerada um marco na história do ambientalismo porque representou, por um lado, um salto qualitativo na discussão de propostas concretas para o uso sustentável dos recursos e, por outro lado, uma tendência de institucionalização dessas discussões, ao nível formal e intergovernamental.

Este salto qualitativo conduziu à constituição do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), para a operacionalização e controlo das medidas aprovadas na Conferência de Estocolmo serviu de inspiração para um conceito científico que procurou dar conta destas mudanças de perspetiva. O conceito de “ecodesenvolvimento”, cunhado por Maurice Strong, posteriormente reestruturado por Ignacy Sachs (2009), contrariava a ideia do PIB como sinónimo de crescimento colocando a tónica no próprio percurso de crescimento e na articulação entre esse percurso e a sustentabilidade dos recursos naturais. Esta seria a primeira pedra no edifício teórico que viria a ganhar o nome de “desenvolvimento sustentável”.

O movimento ambientalista entrava, assim, numa fase mais institucional em que as ideias apresentadas acima ganhavam um palco político. Exemplo disso é a entrada no parlamento nacional da Alemanha, em 1983, do partido “Os Verdes” (Hulsberg, 1988). Na década de 80 foi assinado o Protocolo de Montreal em que os países signatários se comprometiam a diminuir a utilização de substâncias que se revelassem responsáveis pela destruição da camada de ozono. No entanto, o maior marco na história do ambientalismo na década de 80 foi o relatório *O Nosso Futuro Comum* realizado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Comissão de Brundtland,¹⁰ como ficou conhecida.

Este relatório propunha o conceito de “desenvolvimento sustentável” e define-o como “(...) aquele que garante as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras garantirem as suas próprias necessidades” (CCMAD, 1991: 9). A premissa era de que o desenvolvimento sustentável envolvia mudanças económicas e ambientais (Ritzer, 2011) que permitiriam a contínua satisfação de necessidades e pretendia erigir-se como um novo paradigma de desenvolvimento que combinava desenvolvimento económico com bem-estar social e sustentabilidade. Este conceito, que representa uma nova visão sobre o desenvolvimento, embora nunca fosse considerado um paradigma dominante, marcaria toda a discussão ambiental subsequente.¹¹

Em 1988, na sequência do PNUA, surge o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), através da ONU, reforçando a dimensão institucional da questão ambiental. A principal missão do IPCC é a de elaborar relatórios científicos anuais sobre a evolução das alterações climáticas. Durante as décadas de 60 e 70 a pressão dos diferentes grupos ambientalistas, juntamente com o maior conhecimento científico sobre os impactos ambientais, fizeram com que fosse impossível ignorar a introdução desta dimensão no discurso político internacional, até de forma regulamentar. Isto conduziu a alguns avanços simbólicos como, por exemplo, a introdução, nas constituições

¹⁰ Devido ao nome da coordenadora desta comissão, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

¹¹ Viria mesmo a suscitar uma maior reflexão sobre a necessidade de novos paradigmas de desenvolvimento e a inspirar o surgimento do “desenvolvimento humano” contemplado no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que foi bem acolhido pelos movimentos ambientalistas (Ribeiro, 2017). Uma das principais conquistas foi a construção de um indicador composto: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que representava uma alternativa complementar ao PIB, apoiado numa visão mais complexa e menos economicista do desenvolvimento (Sen, 1993). Neste sentido, o IDH acabaria por expor as fraquezas do PIB, uma vez que utilizava três índices (expectativa de vida à nascença, índice de educação e índice de rendimento) em detrimento da utilização de um único indicador como medida de desenvolvimento.

nacionais da Bolívia e do Equador, dos “direitos da mãe Terra” (ou Pachamama¹²) ou a declaração de crimes de ecocídio¹³ na Europa e no Mundo (McMichael, 2017).

Em 1992 decorre, no Rio de Janeiro, a II Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida por “ECO-92” ou “Cimeira da Terra”. Este evento teve como principais objetivos traçar os progressos feitos desde a Conferência de Estocolmo e discutir as potencialidades e limitações do conceito de desenvolvimento sustentável. As principais conclusões desta conferência estão consubstanciadas na “Agenda 21”. Este documento é um plano de ação com 2500 recomendações de como atingir o desenvolvimento sustentável e que valida um acordo entre 179 países para a preparação de novas estratégias de desenvolvimento, dividida em quatro seções: dimensões sociais e económicas, conservação e gestão de recursos para o desenvolvimento, fortalecimento do papel dos grupos principais e os meios de execução (ONU, 1992).

Esta conferência contribuiu ainda para a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), vinculada ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), para a criação da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e para a elaboração da “Carta da Terra”. A Carta da Terra funciona como um complemento à Agenda 21, no sentido em que identifica um conjunto de princípios éticos e filosóficos que deveriam orientar a humanidade para a entrada no século XXI. Este documento foi ratificado pela UNESCO, aprovado pela ONU e partilhado na Cimeira de Joanesburgo em 2002. No preâmbulo pode ler-se:

Estamos perante um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos juntar as forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça económica e

¹² Pachamama significa “Mãe Terra” e é representada pela Deusa da Fertilidade na cultura Inca. Os Andinos, Bolivianos e Peruanos continuam a considerá-la como uma das maiores divindades da sua cultura (Lifitin, 2009)

¹³ Atividades que destroem, em larga escala, o meio-ambiente. Embora seja um crime com enquadramento legal, há quem argumente que toda a humanidade está constantemente a cometer ecocídio (McMichael, 2017). Um caso recente e mediático aconteceu em 2019 e consistiu na formalização da queixa, por parte de um grupo de juristas brasileiros impulsionado por grupos de ativistas ambientais, contra Jair Bolsonaro, por crime ambiental contra a humanidade. Este grupo de juristas argumenta que o aumento dos danos na Amazônia em 2019 se devem à demora da resposta contra as queimadas na região e à atual política ambiental do governo brasileiro. A denúncia foi apresentada ao Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, na Holanda e encontra-se ainda em desenvolvimento.

numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações. (ONU, 2002)

A Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas é um tratado internacional que teve como objetivo estabilizar a concentração de gases indutores do efeito estufa (GEE) na atmosfera. No entanto, este tratado não impunha limites obrigatórios nem sanções para os países que não o cumprissem (Ritzer, 2011) o que conduziu à ineficácia do acordo. Em 1997, é assinado o Protocolo de Quioto, ratificado por 56 países, e que vai para além do antigo Protocolo de Montreal, uma vez que apresenta compromissos mais rígidos para a redução de emissão de gases. O governo dos EUA, o país com maior emissão de poluentes do mundo nessa altura, recusa-se, no entanto, a assiná-lo.

O efeito de estufa começa a crescer de forma exponencial (McMichael, 2017), o que faz com que estes protocolos comecem a ser alvos de críticas, tanto por parte da comunidade académica, como por parte dos grupos de ativistas ambientais. De acordo com Löwy (2013), o protocolo de Quioto ficou muito aquém do que seria necessário, porque se propunha resolver o problema das emissões de gases através do “mercado dos direitos de poluir”. Isto significa a existência de um mercado de transações de emissões que legitima que alguns países industrializados possam comprar créditos de carbono de outros países (que detêm mais créditos para emissão porque necessitam de se desenvolver) para cumprir parcialmente o Protocolo de Quioto.

Três anos antes da entrada num novo milénio, este protocolo representa a mercantilização da própria poluição, uma legitimação do direito de poluir e uma rutura com os princípios éticos ratificados na Carta da Terra. Esta fase institucional representou uma mudança estrutural no problema ambiental, mas, simultaneamente, submeteu-o a uma determinada mercantilização. Isto significa que, se por um lado, a entrada do fenómeno na dimensão política foi fundamental pois permitiu a construção de mecanismos macroestruturais e forneceu-lhe uma visibilidade acrescida. Por outro lado, existia o risco de, num contexto em que o paradigma dominante de desenvolvimento se rege por uma ideologia económica neoliberal, a estrutura política acabar por perpetuar as necessidades capitalistas, de produção e de consumo. Esta mudança parecia confirmar o apelo do filósofo Francis Bacon, no século XVII, quando escreveu: “Que a raça humana

recupere esse direito sobre a natureza que lhe pertence por legado divino” (Semieniuk, 2014). A entrada no novo milénio e num novo século não traria muitas diferenças.

O ano 2000, por tudo o que representava, foi fértil em debate e produção de políticas públicas. Nesse ano, a ONU apresentou oito objetivos internacionais que deveriam ter sido cumpridos até 2015. O documento que apresentava os “Objetivos do Milénio” foi assinado pelos 191 estados-membro da ONU e implicava: erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (ONU, 2000). Embora estes objetivos não sejam exclusivos da dimensão ambiental, representam um conjunto de princípios e de mudanças que implicam uma forma multidimensional de pensar o desenvolvimento, que está na base da proposta de desenvolvimento sustentável.

O período, compreendido entre o início do século XXI até aos dias de hoje, foi marcado por um conjunto de conferências, internacionais e europeias, preocupadas em debater estes objetivos e a aprofundar as práticas que podiam conduzir a um desenvolvimento sustentável. Em 2002 realizou-se a Cimeira de Joanesburgo, mais conhecida por RIO+10, seguindo-se, em 2012, a RIO+20, que assinalava os 20 anos da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, nesta altura já com o cunho do desenvolvimento sustentável. Um dos objetivos desta conferência foi a introdução do conceito de “economia verde”, que para Löwy (2013: 17) representa apenas o “capitalismo pintado com outra cor”.

Foi neste período que se começaram a desenvolver as conferências anuais da ONU sobre as alterações climáticas (COP’s). Na COP21, em 2011, discutiu-se a Emenda de Doha ao Protocolo de Quioto. Esta emenda previa um segundo momento para alcançar as metas do protocolo antecedente e avançava com a necessidade de os países mais ricos financiarem os países em desenvolvimento na luta contra a mudança climática. Devido ao momento de crise financeira que a economia global atravessava, esse acordo não foi concluído o que, segundo Löwy (2013) foi um exemplo da incapacidade dos países industrializados em enfrentar o desafio do aquecimento global. No entanto, este segundo período de Quioto impedia a venda de emissões que tanta polémica havia causado, conferindo-lhe uma face mais ética do que anteriormente.

Em 2015 a ONU publicou um relatório com os resultados que tinham sido atingidos que, de forma geral, considera que os esforços para alcançar os objetivos do milénio tinham sido bem-sucedidos. Os dados sobre o objetivo de garantir a sustentabilidade ambiental revelam que: a camada de ozono deve recuperar-se em meados deste século; as áreas protegidas terrestres e marinhas aumentaram desde 1990; em 2015, 91% da população global usava uma fonte de água potável melhorada, em comparação com 76% em 1990; globalmente, 147 países atingiram a meta de água potável, 95 países atingiram a meta de saneamento e 77 países atingiram as duas; a proporção da população urbana que vive em favelas, nas regiões em desenvolvimento, caiu de, aproximadamente, 39,4% em 2000 para 29,7% em 2014 (ONU, 2015).

O mesmo relatório refere, no entanto, que:

As emissões globais de dióxido de carbono aumentaram mais de 50% desde 1990. Lidar com o aumento inabalável das emissões de gases de efeito estufa e os impactos prováveis resultantes das mudanças climáticas, como ecossistemas alterados, condições climáticas extremas e riscos para a sociedade, continua a ser um desafio crítico e urgente para a comunidade global. Estima-se que 5,2 milhões de hectares de floresta se tenham perdido em 2010, uma área do tamanho da Costa Rica. A super-exploração das unidades populacionais de animais marinhos levou a quedas na percentagem de *stocks* dentro dos limites biológicos seguros, passou de 90% em 1974 para 71% em 2011. As espécies estão, globalmente, a declinar em número e distribuição. Isto significa uma ameaça, cada vez maior, de extinção. A escassez de água afeta 40% das pessoas no mundo e as projeções são de aumento. Os meios de subsistência das pessoas pobres estão mais diretamente ligados aos recursos naturais e, como costumam viver nas áreas mais vulneráveis, sofrem mais com a degradação ambiental. (ONU, 2015: 53)

Se, por um lado, houve resultados animadores, nomeadamente, ao nível das condições de saneamento, por outro lado, as condições que conduzem às alterações climáticas continuam a representar um risco, cada vez maior, para as populações. Estes riscos incluem “ecossistemas e habitats alterados, impactos negativos na agricultura, potencialmente, levando à escassez de alimentos e fenómenos climáticos extremos cada vez mais frequentes e duradouros” (ONU, 2015: 54). Findo o período para alcançar estes objetivos e perante as parcas evoluções ocorridas nesses quinze anos, sentiu-se a necessidade de construir uma nova agenda (com um novo conjunto, mais ambicioso, de objetivos) e um novo acordo para as medidas de redução da emissão de gases.

O ano de 2015 ficará na história do movimento ambiental (institucional) pela ambição subjacente aos documentos criados neste período. A Agenda 2030 apresenta 17 metas globais, conhecidas como os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS). Esta nova versão apresenta um conjunto mais alargado de metas, reunindo velhos e novos desígnios, e implica: a erradicação da pobreza e da fome, educação e saúde de qualidade, igualdade de género, água potável e saneamento, energias renováveis e acessíveis, trabalho digno e crescimento económico, indústria, inovação e infraestruturas, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentáveis, ação climática, proteção da vida marinha e da vida terrestre, paz, justiça e organizações eficazes e desenvolvimento de parcerias para a implementação de objetivos (ONU, 2015).

Como complemento a esta agenda assinou-se o Acordo de Paris que veio substituir o Protocolo de Quioto. Neste novo acordo, os países signatários comprometiam-se a implementar medidas para que: o aquecimento global fosse inferior a 2°C, preferencialmente a 1,5°C; a aumentar a capacidade de adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas, com estratégias de adaptação e mitigação; e a criar fluxos financeiros consistentes na promoção de baixas emissões de gases de efeito estufa e o desenvolvimento resistente ao clima. Entre as medidas previstas no acordo, destacam-se: a obrigatoriedade do registo das emissões pelos países, a criação de estratégias de longo prazo e o compromisso em partilhar conhecimento, tecnologias, práticas, experiências e lições aprendidas (ONU, 2015).

O acordo foi assinado por 195 países, entre os quais, os maiores poluentes mundiais, como a China e os EUA. A cobertura mediática da assinatura do acordo e as declarações dos principais líderes mundiais classificavam-no como um dos principais acontecimentos na história da questão ambiental, principalmente, pela sua universalidade e pela ambição do seu objetivo principal. No entanto, o Acordo de Paris não tem força legal para a imposição de metas específicas nos cortes de emissões, dependendo, largamente, da iniciativa voluntária de cada país. Em 2017, Donald Trump anuncia a saída dos EUA do acordo. Em 2019, Jair Bolsonaro anuncia, durante a campanha para as eleições presidenciais brasileiras, a possível saída do Brasil. No entanto, após alguma pressão política e de um conjunto crescente de manifestações de ativistas ambientais, Bolsonaro acaba por desistir da ideia, mas minimiza as medidas brasileiras para alcançar as metas.

Este acontecimento resgata o movimento ambientalista que começa a ganhar, novamente, contornos mais ativistas, tanto da parte da sociedade civil, como da parte da comunidade académica, que arrogam que as medidas tomadas são insuficientes. Um relatório do Fundo Ecológico Universal revela que das 184 promessas climáticas, apenas 36 foram consideradas suficientes (20%), 12 parcialmente suficientes (6%), 8 parcialmente insuficientes (4%) e 128 insuficientes (70%) (Watson *et al.*, 2019). Os dados deste relatório foram anunciados na COP25, realizada em Madrid em dezembro de 2019 com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de retificação das medidas do Acordo de Paris. De acordo com o mesmo relatório, as metas atuais atingirão um aquecimento próximo de 3°C no final deste século. Simultaneamente, a Casa Comum da Humanidade (CCH)¹⁴ e o Instituto Internacional de Direito e Meio Ambiente (IIDMA), em parceria com um grupo de ONGs, sublinhavam a necessidade de um Pacto Global que reunia, de forma sistemática e articulada, a harmonização de todos os Acordos Multilaterais sobre o Ambiente que se encontram fragmentados em mais de 500 instrumentos jurídicos a nível internacional. No final de 2019 foi ainda publicado um manifesto, na revista *BioScience*, assinado por mais de 10 mil cientistas que afirmam que a condição climática já não é uma crise, mas sim uma emergência (Ripple *et al.*, 2020).

Em 2019 a Comissão Europeia apresenta o Pacto Ecológico Europeu – um conjunto de propostas que funciona como um roteiro para tornar a economia da UE mais sustentável e que tem como objetivo principal transformar os desafios climáticos em oportunidades e promover a transição para a sustentabilidade. Este plano é particularmente estratégico para reforçar a ambição política da EU de ser o primeiro continente do mundo a atingir a neutralidade carbónica até 2050.

Dois dos maiores ícones do ativismo ambiental contemporâneo são a Greta Thunberg que iniciou a sua jornada climática com o movimento *Fridays's for Future*, e David Attenborough que tem dedicado toda a sua vida a dar voz e visibilidade à emergência climática. Ambos são exemplos de uma nova vaga de ativismo que reivindica a necessidade de medidas políticas internacionais mais extremas e eficazes e que procura resgatar o movimento ambientalista das estruturas económicas e políticas (Jung *et al.*, 2020).

¹⁴ Com sede na Universidade do Porto, em Portugal.

A comunidade científica tem defendido a ideia de crescimento zero, já prevista e identificada como essencial no relatório *Os Limites do Crescimento* (Meadows *et al.*, 1972). A pandemia mundial provocada pela Covid-19 veio dar um novo destaque a esta discussão. A declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) do novo coronavírus como uma pandemia obrigou a que muitos governos nacionais declarassem estados de emergência nacional, ordenando a cessação de atividades económicas não essenciais e restringindo a circulação da população. Em meados de março de 2020 cerca de um terço da população mundial estava em isolamento, a consumir apenas os produtos essenciais e nas reuniões parlamentares, nacionais e internacionais, anunciava-se uma crise económica mais severa do que a de 2008.

Ao mesmo tempo, na comunicação social escrevia-se sobre a forma como esta pandemia seria “uma resposta da natureza” e multiplicavam-se os artigos de opinião sobre a relação entre a doença pandémica e os impactos no clima. De facto, segundo a Agência Espacial Europeia (ESA), verificou-se uma diminuição relevante da emissão de gases com efeito de estufa e da poluição na atmosfera, devido às quebras na produção, consumo e deslocação. Importa, no entanto, referir que esta é uma situação transitória, não normativa e, portanto, não estrutural e insuficiente para que se possa falar do início do fim da emergência climática.

2.2.2 Decrescimento e Desenvolvimento Sustentável

Os resultados do último relatório do IPCC (2022) mostram um cenário pouco otimista. Mesmo mantendo o aumento da temperatura global nos 1,5°C, como prevê o Acordo de Paris, os dados mostram que continuará a verificar-se o desaparecimento ou diminuição significativa dos glaciares, que cerca de 350 milhões de pessoas enfrentarão situações de escassez de água até 2030 e 14% das espécies terrestres correrão riscos de extinção. Caso o limite dos 1,5°C seja excedido, a quantidade de efeitos irreversíveis aumenta exponencialmente, nomeadamente, os efeitos climáticos extremos (como ondas de calor, períodos de seca e tempestades).

Estes dados não deixam de servir para refletir, de forma mais profunda, em torno da ideia de crescimento zero defendida não só por Meadows e pelos colegas (1972), como também pelas teses do decrescimento (Latouche, 2009). A ideia de “decrescimento” representa uma crítica radical ao desenvolvimento sustentável por este não parecer uma

abordagem que tenha permitido mitigar os efeitos sociais e ecológicos do processo de desenvolvimento. De acordo com Ribeiro (2017) o que se tem procurado fazer, ao longo das últimas décadas, são constantes alterações às agendas. Boaventura Sousa Santos (1999: 3) argumenta nesta mesma linha que “em vez de se procurarem novos modelos de desenvolvimento alternativo talvez seja tempo de se começar a criar alternativas ao desenvolvimento”.

As principais críticas ao desenvolvimento sustentável são: a sua apropriação política enquanto recurso retórico (Spindler, 2013), como as várias agendas estratégicas tornam visível; a sua apropriação económica, por parte de empresas multinacionais (Latouche, 2009), como é o caso do mercado dos direitos de poluir e do conceito de economia verde, acelerada pela tendência crescente de *greenwashing*; e uma certa plasticidade semântica. Isto significa, para os críticos do conceito, que o desenvolvimento sustentável não tem sido capaz de contestar os limites do produtivismo, da competição e do crescimento, ou seja, os pilares do capitalismo (Ribeiro, 2017). As propostas do decrescimento (Latouche, 2009; Taibo, 2010; Jackson 2011) procuram colmatar estas lacunas. A obra *O Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno* (Latouche, 2009) é uma das mais referenciadas dentro destas abordagens.

Serge Latouche começa por argumentar que o crescimento, como desígnio e como sinónimo de desenvolvimento, é insustentável e indesejável. O autor defende que o decrescimento, mais do que um conceito, é uma proposta que pretende explicar como se pode processar a transformação da sociedade, através de uma transição das sociedades de crescimento para um círculo de decrescimento sereno. A sua proposta apresenta 8 R's para a construção deste círculo: reavaliar (ou seja, discutir valores como o dinheiro, o individualismo e a competição), reconceptualizar (dar novos atributos ao que se entende por pobreza e riqueza), reestruturar (os meios produtivos e as interações sociais), redistribuir, relocalizar (produção local), e os últimos três já mais conhecidos, reduzir, reutilizar e reciclar (Latouche, 2009).

Alguns destes pressupostos também se encontram presentes na proposta de Taibo (2010), como: um decréscimo de consumo e a redução das estruturas produtivas, valorização da microescala em detrimento do global e a existência de políticas de redistribuição como o rendimento básico universal. Este processo de transformação deveria ocorrer, de forma faseada, através de um conjunto de iniciativas locais

decrecentes, como por exemplo, a redução do consumo de energia, aumento dos serviços essenciais de natureza pública, a utilização de produtos de agricultura biológica, priorizar a compostagem como solução para a redução dos resíduos orgânicos, a eliminação do uso de pesticidas e a promoção dos transportes públicos e ciclovias (Latouche, 2008).

Embora a história do movimento ambiental e, mais recentemente, do conceito de desenvolvimento sustentável, fizesse antever e compreender estas críticas, nesta investigação mobiliza-se o conceito de desenvolvimento sustentável para perceber se este continua a ser útil para dar inteligibilidade a um conjunto de modos de viver, produzir e consumir que têm como principal objetivo minimizar o impacto ambiental da ação humana. Isto porque, apesar de se reconhecer que existe uma apropriação política e económica do desenvolvimento sustentável, essa apropriação pode ser vantajosa. Desde logo, porque o problema ambiental é estrutural, transversal e macro, o que significa que não é exclusivo de Estados-nação ou de fronteiras territoriais. Como tal, as respostas devem ser, também elas, estruturais e transversais, portanto, emergentes tanto do nível micro, através de um conjunto de iniciativas da sociedade civil, como do nível macro, através de instrumentos de política pública.

Em segundo lugar, o conceito de desenvolvimento sustentável tende a ser mais agregador de consensos do que o de decrescimento. Este último coloca a tónica numa necessidade de inversão, e em alguns casos até estagnação, do crescimento económico. Embora se possa anuir que a emergência climática requer uma resposta mais radical, também se acredita que essa resposta radical não encontra espaço de diálogo e aceitação nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o potencial de impacto destas propostas parece, neste momento, inexequível na macro escala. Para além disso, o desenvolvimento sustentável, enquanto conceito científico é multidimensional.

Schmidt (2016) identifica três tipos de narrativas: (1) a narrativa dos limites, que se refere aos limites ambientais que a humanidade ultrapassa, (2) a narrativa prometaica, que representa a esperança de que a ciência e a técnica serão capazes de resolver o problema dos recursos; e (3) a narrativa da sustentabilidade, que assenta em novos paradigmas de prosperidade e de desenvolvimento. Em qualquer uma das narrativas encontram-se presentes várias dimensões de sustentabilidade (Schmidt, 2016).

Para Ignacy Sachs (1993), o desenvolvimento sustentável integra cinco dimensões: a sustentabilidade ambiental (subsistência da capacidade de sustentação dos

ecossistemas), à qual se interliga a sustentabilidade ecológica (a manutenção e o uso racional dos recursos naturais), a sustentabilidade social (promoção do bem-estar, da inclusão social em detrimento e da adoção de políticas distributivas), a sustentabilidade económica (eficiente uso dos recursos em geral, caracterizada pela harmonia de fluxos do investimento público e privado), e a sustentabilidade política (promoção da cidadania ativa de modo a garantir a integração dos indivíduos no processo de desenvolvimento).

Na prática existe um conjunto de iniciativas de base micro que se podem considerar híbridas, ou seja, que articulam estas duas propostas. É o caso de iniciativas análogas às “ecoaldeias”¹⁵ ou, como são designadas neste estudo, das Comunidades Sustentáveis Intencionais.¹⁶ Estas comunidades incorporam muitas das iniciativas locais decrescentes previstas na proposta de decrescimento (Latouche, 2009) mas na sua comunicação exterior utilizam, preferencialmente, os termos “sustentável”, “sustentabilidade” e/ou “desenvolvimento sustentável”. São, neste sentido, um exemplo de aplicação de práticas de decrescimento no terreno e, simultaneamente, de retóricas associadas ao desenvolvimento sustentável, o que lhes pode conferir mais legitimidade e voz ativa na sua articulação com as estruturas políticas e governativas e, neste sentido, funcionar, de forma mais eficaz, como agentes de pressão.

Esta secção, intencionalmente descritiva, teve como objetivo situar a questão ambiental como problema social, evidenciando a sua transversalidade, as perceções dos indivíduos que classificam este fenómeno como um problema, e a sua institucionalização. A secção seguinte procurará enquadrá-la enquanto problema sociológico.

2.3 O Ambiente enquanto Problema Sociológico

2.3.1 A Controversa Definição de um Objeto

As referências ambientais na sociologia, desde a sua génese, têm sido escassas, apesar de existirem algumas contribuições clássicas como as de Marx e Engels, que alertaram para o desgaste do solo devido à exploração capitalista; e de Spencer que afirmava que o desenvolvimento da humanidade dependia da disponibilidade de recursos e energia, a dimensão ambiental tardou a entrar na discussão sociológica (Tábara, 2011).

¹⁵ Do inglês “ecovillages”.

¹⁶ A escolha por esta designação é devidamente fundamentada no capítulo seguinte.

A emergência da questão ambiental enquanto problema sociológico só começa a ganhar destaque na década de 1960 nos Estados Unidos (White, 2004) a partir da constatação de que as sociedades modernas se desenvolviam numa direção anti-ecológica (Hannigan, 1995). Perante isto, iniciou-se uma discussão, muitas vezes, controversa, em torno da definição do objeto da sociologia do ambiente. Esta controversa deveu-se, essencialmente, ao facto de os problemas ambientais não serem dotados de agência e é por isso que Hannigan (1995:2) afirma que “os problemas ambientais não são muito diferentes de outros problemas sociais, como o abuso infantil, a falta de habitação, a criminalidade ou a SIDA”.

Compreender o processo de emergência da sociologia do ambiente implica analisar a produção das categorias de “ambiente” e “natureza” (Hannigan, 1995). A natureza representa, simultaneamente, uma condição real e material da existência e uma construção social, no sentido, em que existem diferentes formas de relação entre homem, ambiente e natureza. Como referido anteriormente, as sociedades ocidentais contemporâneas traçaram um processo de afastamento em relação ao ambiente e à natureza, iniciado com os processos de industrialização e modernização. Contudo, continuam a existir coletividades que privilegiam esta ligação, como por exemplo, os povos indígenas da Amazônia. Para Beck (2009) a natureza “natural” já não existe e deu lugar a diferentes formas de socialização, diferentes interposições simbólicas da natureza e diferentes conceitos culturais da natureza.

A sociologia do ambiente foi fortemente influenciada pelo movimento ambientalista e ecologista (Barry, 2007) e na procura pelo seu objeto emergiram duas visões principais – a que defende que os problemas ambientais são, por si só, um problema sociológico (Dunlap e Catton, 1983) e a que defende que o objeto da sociologia do ambiente deveria ser a forma como os problemas ambientais são construídos através da interação entre os atores sociais, os tipos de conhecimento existentes e as relações de poder entre esses fatores (Buttel, 1976; Hannigan, 1995). Por um lado, os seres humanos estão incrustados na ecosfera e co-evoluem no mesmo espaço que as outras espécies. Por outro lado, os seres humanos distinguem-se das outras espécies devido às suas capacidades culturais, tendo o poder de manipular, destruir e ultrapassar os limites do ambiente natural (Buttel e Humphrey, 2002). Enquanto biólogos e ecologistas tendem a defender a primeira proposição, os cientistas sociais procuram teorizar em torno da

segunda. Esta divisão moldou a base dos paradigmas primários da sociologia do ambiente.

Falar dos problemas ambientais enquanto problemas sociológicos implica reconhecer o papel fulcral e pioneiro de Fred Buttel¹⁷, Riley Dunlap¹⁸ e William Catton¹⁹ no surgimento da sociologia do ambiente (Murphy, 1997; Hannigan 1995; Redclift e Woodgate, 1997). Catton e Dunlap trabalharam partilhavam a mesma visão para a sociologia do ambiente que se opunha à perspectiva de Buttel. Os seus debates marcaram a sociologia do ambiente dos EUA nos anos 70.

Dunlap e Catton, foram inicialmente, muito inspirados pela perspectiva da ecologia humana da Escola de Chicago e apelavam para uma maior presença da ecologia nos trabalhos sociológicos, principalmente, em torno dos impactos dos fatores biofísicos na sociedade (Dunlap e Catton, 1979a). Foi com base nesta premissa que criticaram o antropocentrismo do pensamento sociológico com o argumento de que a sociologia tendia a ignorar o ambiente enquanto variável que influenciava as restantes dimensões estudadas (Catton e Dunlap, 1978). Para dar conta da relação dialética que existe entre a natureza e a sociedade, Dunlap e os colegas (2000) construíram um modelo²⁰ funcionalista, que procurava compreender as causas dos problemas ambientais e que funcionava como um guia para explicar como é que os seres humanos interagem com o ambiente. Para estes autores, o ambiente é representado, pelos atores sociais, através de três formas distintas

¹⁷ Foi professor na Universidade de Cornell e, antes de falecer, era professor do Departamento de Sociologia Rural e do Instituto de Estudos Ambientais da Universidade de Wisconsin nos Estados Unidos. Foi presidente do GT 24 da Associação Internacional de Sociologia (ISA), presidente da Associação de Sociologia Rural entre 1990 e 1991 e da Associação de Agricultura, Alimentação e Valores Humanos entre 1998 e 1999. Era co-editor da revista *Society and Natural Resources*. Faleceu em 2005.

¹⁸ Professor de sociologia Emérito na Oklahoma State University. Dunlap estuda as dimensões sociais e políticas das questões ambientais há décadas. O seu trabalho atual concentra-se principalmente nas mudanças climáticas, particularmente na polarização política sobre a questão e na análise do movimento organizado de negação das mudanças climáticas. Presidente da Task-Force da Associação Americana de Sociologia em Sociologia e Mudança Global do Clima, e está envolvido em esforços para promover uma maior compreensão das raízes do debate sobre a mudança climática antropogénica.

¹⁹ Sociólogo norte americano, foi professor emérito de sociologia na Universidade de Washington e o primeiro diretor da Secção de Sociologia do Ambiente da Associação Americana de Sociologia. Os seus trabalhos centraram-se na ligação entre a sociologia e a ecologia humana. Foi colega de Dunlap e ambos são considerados pioneiros na sociologia do ambiente. Faleceu em 2015.

²⁰ A construção de modelos foi importante na sociologia ambiental, principalmente, numa altura em que ainda estava muito associada à ecologia. O modelo de Dunlap veio substituir o de Duncan (1959) que se designava por P.O.E.T (P – pessoas, seres humanos; O – Organização, sociedade; E – Ambiente; e T – Tecnologia) ou “complexo ecológico” de Duncan. Embora os modelos sejam importantes, neste trabalho optou-se por não se lhes dar muito destaque. Esta opção prende-se com o facto de a construção de modelos estar associada às propostas da ecologia humana e neste caso pretender-se evidenciar os contributos da sociologia ambiental, principalmente dos debates que marcaram a génese da mesma.

(em concorrência) de interação: como local de residência, como fonte para a obtenção de recursos, e como depósito de resíduos.

A base dos seus trabalhos assentava na crítica a uma sociologia e a uma antropologia que defendiam que a cultura substituíra gradualmente a natureza e que, nesse sentido, se concentravam na influência dos fatores sociais para legitimar a existência dessas disciplinas (Dunlap e Catton, 1979b). Designaram esta tendência, num primeiro momento, por *Human Exceptionalism Paradigm*²¹ (Catton e Dunlap, 1978) e, posteriormente, por *Human Exemptionalism Paradigm* – HEP (Catton e Dunlap, 1980). A expressão *exceptionalism* que remete para a ideia de exceção – os seres humanos seriam uma exceção relativamente aos restantes seres vivos – foi substituída, pelos autores, por “*exemptionalism*” – a ideia de isenção – para refletir a forma como a sociologia isentava, nas suas análises, os indivíduos da dimensão da natureza e do ambiente. O HEP é um paradigma que entende os humanos como diferentes dos restantes organismos e assume que todo o comportamento humano é controlado pela cultura e livre-arbítrio e que todos os problemas podem ser resolvidos através da inovação e tecnologia humana.

Como alternativa a esta visão antropocêntrica, Catton e Dunlap (1980) elaboraram uma proposta que designaram por “Novo Paradigma Ecológico²²” (NEP). Este paradigma procurava colmatar as limitações do HEP e assentava nos seguintes postulados: na ideia de que os seres humanos são uma espécie que está dependente e interligada com as comunidades bióticas²³ que moldam a vida social; na existência de ligações complexas de causa, efeito e retroação entre as diferentes dimensões da comunidade biótica e que produzem consequências não intencionais que se distinguem das da ação humana intencional; e, por fim, na ideia de que o mundo é finito e, portanto, existem limites que condicionam o crescimento económico, o progresso e outros fenómenos sociais. Esta visão opunha-se à lógica durkheimiana de que os factos sociais se explicam apenas por factos sociais. Esta clivagem entre HEP e NEP sublinhou a importância sociológica para as noções de “limites” e de “escassez” (Vaillancourt, 2010) e enquanto para Catton e Dunlap (1978) a discussão entre estes dois paradigmas era fundamental para a análise dos problemas ambientais, Buttel (1976) considerava que o

²¹ Optou-se por deixar estas expressões no inglês original por não existir uma tradução livre fiel à ideia original.

²² Do inglês, *New Ecological Paradigm*.

²³ Refere-se ao conjunto de todos os seres vivos de diferentes espécies que habitam numa mesma área e que podem estabelecer interações entre si e deriva do termo “biocenose”, do grego bios que significa vida + koinos que significa comum, público (Moreira, 2015).

debate mais estrutural era o que acontecia entre as diferentes abordagens sociológicas dentro do paradigma HEP.

Fred Buttel foi um sociólogo influenciado pela escola alemã e os seus trabalhos procuraram entender as causas sociais dos problemas ambientais (Buttel, 1976; Buttel e Flinn, 1977). As principais críticas que Buttel fez a Catton e Dunlap foram a incapacidade da proposta NEP de explicar o social pelo social, a insistência no determinismo biológico e a incorporação de um conjunto de crenças manifestadas por ativistas ambientais na teoria sociológica (Buttel, 1976). Para este autor, a sociologia não necessitava de uma mudança de paradigma para compreender os problemas ambientais, mas sim, de uma adaptação das teorias e dos métodos sociológicos a este objeto (Buttel, 1987). Na sua perspectiva, embora aceitasse a noção de restrições ecológicas como algo real, Dunlap havia enfatizado excessivamente o ambiente enquanto fator causal ou a “dependência do ecossistema” das sociedades modernas (Buttel, 1978: 253). Neste sentido, os limites biofísicos seriam um fator que contribuía para a intensificação dos problemas económicos e sociais, não de forma determinante, mas sim porque eram criados em interação com a dinâmica social estrutural.

O objetivo primário de Buttel era então promover uma teoria que desse inteligibilidade às causas e consequências sociais da escassez de recursos e dos problemas ambientais (Buttel, 1976). Isto implicava que a sociologia ambiental se afastasse das teorias de médio alcance e procurasse responder aos maiores problemas que a disciplina enfrentava: a relação recíproca entre natureza e sociedade, destacando o papel do Estado, questões de classe social e as leis da mudança social (Humphrey e Buttel, 1982). A sociologia ambiental do autor centrava-se nos valores culturais e nas crenças que motivam diferentes sociedades a utilizarem o meio ambiente de diferentes formas e nas possíveis implicações que essas relações tenham para o consenso e conflito social (Buttel, 1976).

O trabalho pioneiro destes dois autores colocou as sementes para o nascimento de um debate incontornável na sociologia ambiental – o que opõe realistas a construtivistas – e que marcou toda a disciplina até final dos anos 90. Riley Dunlap assume-se como realista no sentido em que defendia que as questões ambientais, como por exemplo, as alterações climáticas, eram, ontologicamente, um objeto em que, pelo menos, parte da realidade é independente de mentes humanas. Fred Buttel aproximava-se mais de ideias construtivistas e defendia que os problemas ambientais eram, acima de tudo, construções

sociais, e dentro da sociologia, tinham que ser analisados apenas através da compreensão que os atores tinham desses problemas, porque era essa a base da sua existência.

Para os realistas, o estudo sociológico dos problemas ambientais implicava confiar nas evidências científicas de outras disciplinas (provenientes das ciências naturais), que provavam a realidade do fenômeno, apesar das suas imperfeições (Dunlap e Catton, 1994; Benton, 2001; Murphy, 2002). Para os construtivistas, os problemas ambientais, como a quantidade de ozônio na atmosfera ou as toneladas de plástico nos oceanos, não são do campo da sociologia. O que a sociologia ambiental deveria estudar seriam as representações e significados que os atores atribuem a estes problemas “reais” (Buttel, 1987; Burningham e Cooper, 1999).

Realistas e construtivistas da sociologia do ambiente envolveram-se em críticas sucessivas enquanto tentavam definir um objeto de estudo. As abordagens realistas, protagonizadas por Catton e Dunlap, foram criticadas essencialmente por se aproximarem de um dogmatismo, ou realismo ingênuo, que defendia uma sociologia que analisasse não só variáveis sociológicas, mas também variáveis ecológicas e ambientais. O realismo de Catton e Dunlap tinha subjacente a crença de que a verdade sobre a natureza do objeto – os problemas ambientais – é acessível e de que podemos conhecer o objeto real em si mesmo (Turner, 2013). A perspectiva de Buttel foi criticada por se apoiar num construtivismo extremo que esvaziava a realidade dos problemas ambientais, caindo num relativismo que levaria à inação. Benton (2001) e Murphy (2002) classificaram esta perspectiva construtivista como uma postura agnóstica que poderia trazer consequências importantes para a ação social. Segundo os autores, descartar ou enfraquecer a importância das evidências científicas das ciências naturais, conforme recomendado por Burningham e Cooper (1999) e outros construtivistas, poderia condicionar, de forma perversa, a formulação de políticas públicas e a ação dos movimentos ambientalistas.

Com o avanço deste debate e face às críticas com que foram sendo confrontados, os pioneiros – Catton e Dunlap, por um lado, e Buttel, por outro – foram suavizando e aproximando as suas perspectivas. Os sociólogos realistas começaram a afirmar que a sua compreensão dos problemas ambientais era, também, socialmente construída, enfatizando que, apesar das suas imperfeições, a ciência provê evidências vitais das condições do mundo real (Dickens, 1996; Murphy, 1997). Dunlap, nos seus trabalhos mais recentes (1997, 2002), explicou que não tencionava substituir variáveis sociais por

ecológicas ou ambientais, mas sim chamar a atenção dos sociólogos para a necessidade de as analisar em simultâneo. Posto isto, começaram a posicionar-se como realistas críticos (e não ingênuos ou dogmáticos) que se preocupavam com as formas (muitas vezes subtis) através das quais os privilégios económicos e o poder político poderiam ser utilizados para excluir e refutar as evidências científicas das alterações climáticas e da degradação ambiental (Freudenburg, 2005; McCright e Dunlap, 2000; Dunlap, 2010).

Buttel, por sua vez, focou-se nas abordagens de conflito estrutural que acreditava serem mais férteis para explicar as restrições às mudanças sociais e ambientais, tema central da sua sociologia ambiental (Vaillancourt, 2010). Buttel viu oportunidades de convergência entre a sociedade e o ambiente e, mais tarde, analisou os fatores físicos e sociais como “constituídos conjuntamente” (Buttel, 1996: 63). Dunlap e Buttel convergem, portanto, em torno da ideia de que a mudança social e os problemas ambientais não são completamente determinados por fatores sociais. Na realidade, Dunlap (2010) concluiu que este debate foi mais uma questão de incompreensão do que uma oposição real com visões contraditórias.

No entanto, embora a batalha realismo-construtivismo tenha terminado, a relevância contínua das questões que lhe estavam subjacentes permanece atual. Dunlap (2010) acredita que continua a existir uma tendência para o posicionamento dicotómico entre os sociólogos do ambiente que circunscrevem as suas análises ao nível simbólico/ideacional/cultural e aqueles que analisam as condições materiais. A distinção entre interações “simbólicas” e “não simbólicas” já tinha sido prevista por Dunlap e Catton (1979: 75) para enfatizar que as sociedades se relacionam com o ambiente, tanto ao nível ideacional como ao nível material. Durante algum tempo, esta visão articulada predominou no campo da sociologia ambiental, dando origem a um conjunto de estudos que procuravam compreender a integração de ambas as dimensões das relações sociais com o ambiente (Woodgate e Redclift, 1998; Murdoch, 2001). No entanto, a dimensão realista-materialista acaba por perder destaque e abrir espaço para a consolidação das abordagens construtivistas aos problemas ambientais.

2.3.2 A Perspetiva Construtivista

No início dos anos 1990, assistiu-se, no campo da sociologia, a um aumento das ideias construtivistas (Taylor e Buttel, 1992; Greider e Garkovich, 1994). Os sociólogos

do ambiente do construtivismo pós-moderno não negavam a realidade dos problemas ambientais. O que esta abordagem procurava enfatizar era a importância dos diferentes atores, reivindicações, tipos de conhecimento, contextos culturais e de comunicação, em que esses problemas são articulados, refutados, apresentados e representados (Barry, 2007). Um outro exemplo é a teoria da política “pós-ecologista” desenvolvida por Blühdorn (2010) que afirmava que o pós-ecologista apresentava sinais de um “feliz nihilismo”, uma vez que a questão importante, para a sociologia, não era a realidade dos problemas ambientais, como por exemplo, a quantidade de ozono na atmosfera, mas sim as razões pelas quais esses problemas ambientais eram encarados pelos indivíduos como problemas sociais.

Michel Carolan (2005) distingue três significados distintos para a palavra “natureza” que são úteis para perceber o objeto da sociologia do ambiente, sob uma perspectiva construtivista. O primeiro significado é a “natureza” enquanto conceito sociodiscursivo utilizado para distinguir aquilo que não é social e que se refere ao mundo natural, à natureza humana ou à nossa herança biológica. O segundo representa “a natureza de campos e florestas, vento e sol, organismos e bacias hidrográficas, aterros sanitários, DDT (...) (2005: 403). É neste contexto que a sociedade interage com a natureza, seja enquanto espaço de vivência, recolha de recursos ou esgotamento de resíduos. O último significado remete para a natureza da gravidade, termodinâmica, etc. A sociologia do ambiente deveria focar-se nos dois primeiros significados e afastar-se deste último.

Para Hannigan (2005) o objeto da sociologia ambiental deve ser apenas a dimensão social dos problemas ambientais, *i.e.*, as formas como os indivíduos interagem com o meio ambiente, como constroem socialmente o(s) seu(s) significado(s) e como percebem os problemas ambientais como problemas sociais ou questões públicas. Perceber os problemas ambientais como algo que é socialmente construído pode conduzir a uma certa descredibilização dos problemas reais (como a camada de ozono). É aqui que têm residido o principal conjunto de críticas a esta perspectiva. Contudo, o que está em causa não são os problemas ambientais, *per se*, mas sim a forma como a sociologia se deve debruçar sobre os mesmos. Neste sentido, os sociólogos do ambiente construtivistas não negam a realidade dos problemas da poluição, *e.g.*, mas insistem que a tarefa dos sociólogos deve passar pela análise dos problemas ambientais enquanto processos sociais

de definição, negociação e legitimação e não pela identificação e descrição dos mesmos (Hannigan, 2006). Tal como Dryzek (2005: 12) afirma:

Só porque algo é socialmente interpretado não significa que seja irreal. A poluição causa doenças, as espécies entram em extinção, os ecossistemas têm capacidades limitadas e as florestas tropicais estão a desaparecer. Mas as pessoas podem relacionar-se com estes fenómenos de formas diferenciadas.²⁴

É na forma como os atores se relacionam e interagem com os problemas sociais que reside o objeto da sociologia do ambiente. Esta interação vai depender da quantidade e qualidade de informação que os indivíduos têm ao seu dispor e da forma como a mesma é transmitida (Hannigan, 2006). Nesta linha de pensamento Yearley (2002:276) conclui que:

Há boas razões para acreditar que os temas que chamam mais à atenção do público não são aqueles em que a realidade do problema está mais bem documentada ou onde os impactos reais são maiores, mas sim aqueles em que os agentes que impulsionam as questões para a consciência pública têm funcionado de forma mais eficaz.²⁵

Latour (2017) contribui para esta discussão com as suas reflexões sobre a separação entre “humano e não humano” e “natureza e cultura”. Para o autor, o problema está na forma como se tem construído o debate científico em torno dos problemas ambientais e defende uma visão antropológica que deve sobrepor-se à discussão e apresentação das métricas utilizadas para analisar os impactos ambientais – compreendidas exclusivamente por especialistas (Latour, 2017). Este debate antropológico enfatiza a noção de agência e o poder de ação dos atores uma vez que os problemas ambientais não se excluem em fenómenos naturais que impactam a sociedade mas também remetem para decisões sociais (por exemplo, políticas) e atitudes individuais que podem ser alteradas (*ibid.*, 2017). A não aceitação desta condição retira aos atores a sua responsabilidade sobre o fenómeno e tende a perpetuar padrões de comportamento:

Ao ouvirmos uma má notícia atrás da outra, é de esperar que sintamos que passamos de uma mera crise ecológica para aquilo a que se deveria chamar uma mutação profunda na nossa relação com o mundo. E, no

²⁴ Tradução da autora. Original: “Just because something is socially interpreted does not mean it is unreal. Pollution causes disease, species go extinct, ecosystems have limited capacities and rainforests are disappearing. But people can relate to these phenomena in different ways.”

²⁵ Tradução da autora. Original: “There are good reasons to believe that the issues that attract the most public attention are not those where the reality of the problem is best documented or where the real impacts are greatest, but rather those where the agents pushing the issues into the public consciousness have worked most effectively.”

entanto, este não é certamente o caso. Pois recebemos todas estas notícias com uma calma espantosa, mesmo com uma forma admirável de estoicismo. Uma certa alienação. (Latour, 2017:8)²⁶

Assim, Latour avança com a noção de “Novo Regime Climático” para descrever a ideia de que a humanidade e natureza devem ser compreendidas como partes integrantes de uma única realidade:

A dificuldade reside na própria expressão “relação com o mundo”, que pressupõe dois tipos de domínios, o da natureza e o da cultura, domínios que são ao mesmo tempo distintos e impossíveis de separar completamente. (...) Neste sentido, a natureza não existe (como um domínio); existe apenas como metade de um par pertencente a um único conceito. Devemos, portanto, tomar a oposição Natureza/Cultura como o tema sobre o qual centrar a nossa atenção e não mais, de todo, como o recurso que nos permitiria sair das nossas dificuldades. (Latour, 2017:15-19)²⁷

A visão de Bruno Latour é útil para ultrapassar as dicotomias que têm marcado as discussões na área da sociologia ambiental. A questão não está só na necessidade de estabelecer uma dialética entre a forma como os indivíduos percebem e constroem os significados e os riscos associados aos “problemas ambientais” e os problemas ambientais efetivamente mensuráveis (como a presença de pesticidas nos alimentos ou o aumento da temperatura da água do mar) como Buttel argumentou. A questão é também refletir sobre a forma como os indivíduos se situam nestes problemas – ao assumirem-se como partes integrantes do binómio natureza e cultura e humano e não humano assumem também a sua responsabilidade e capacidade de agir sobre essa realidade. É essa a ideia subjacente à “agência distribuída” de Latour (2005).

A sociologia ambiental está longe de ser um campo consolidado e continua imerso em ideias que nascem e se fragmentam com a rapidez da própria incerteza ambiental. Um dos principais desafios da sociologia ambiental contemporânea é situar-se entre os problemas ecológicos e as percepções em torno desses mesmos problemas. A urgência climática exige respostas rápidas e concretas. Embora, não seja missão da sociologia

²⁶ Tradução da autora. Original: “As we hear one piece of bad news after another, you might expect us to feel that we had shifted from a mere ecological crisis into what should instead be called a profound mutation in our relation to the world. And yet this is surely not the case. For we receive all this news with astonishing calm, even with an admirable form of stoicism. An alienation.”

²⁷ Tradução da autora. Original: “The difficulty lies in the very expression “relation to the world,” which presupposes two sorts of domains, that of nature and that of culture, domains that are at once distinct and impossible to separate completely. (...) In this sense, nature does not exist (as a domain); it exists only as one half of a pair pertaining to one single concept. We must thus take the Nature/Culture opposition as the topic on which to focus our attention and not at all, any longer, as the resource that would allow us to get out of our difficulties”.

salvar o mundo ou minimizar as alterações climáticas, a sua participação será, certamente, desejável. Todavia, este fenómeno talvez implique a necessidade de uma sociologia mais próxima da ação. Porque se é verdade que as variáveis ecológicas dão uma imagem concreta da realidade ambiental, também é verdade que essa imagem tem que ser interpretada pelos atores. Em última instância, é ao ser humano que cabe a possibilidade de ação sobre estes problemas.

2.3.3 Antropoceno e Risco

A importância de objetos que não apresentam agência ganha destaque na sociologia ambiental contemporânea devido, essencialmente, à entrada numa era que os cientistas ambientais designam de “antropoceno” e que tem mudado a forma como a sociologia se debruça sobre a análise do ambiente. O antropoceno é descrito como um novo ambiente planetário que substitui o holoceno,²⁸ sobre o qual ainda não se sabe muito, mas que é, radicalmente, moldado pelas ações humanas, no sentido em que humanidade se tornou numa força geofísica global, igual a outros processos naturais que atuam no Sistema Terra (Crutzen e Stoermer, 2000; Oldfield *et al.*, 2014; Latour, 2017).

Lidskog e Waterton (2016) identificam quatro aspetos importantes da teoria do antropoceno para a sociologia ambiental: (1) a narrativa do antropoceno é baseada numa ontologia relacional em que a sociedade e a natureza são construídas, no sentido em que os seres humanos se tornaram coprodutores das condições de possibilidade de vida na Terra. Isto pode representar as tais oportunidades para a sociologia ambiental transcender as dicotomias, no sentido em que deve incluir uma compreensão de como é que os ecossistemas são influenciados pelos processos sociais (Palsson *et al.*, 2013); (2) a análise do antropoceno contém uma visão dinâmica, não só da natureza e da sociedade, como de causas e efeitos. Isto implica repensar não apenas a causalidade, o efeito e a linearidade, mas também metamorfosear questões de *responsability* (responsabilidade) em questões sobre *respons-ability* (capacidade de resposta) (Barad, 2007: 25; Latour, 2017); (3) as abordagens do antropoceno enfatizam a necessidade de colaboração interdisciplinar com o objetivo de configurar relações mais férteis entre ciência e sociedade, a fim de encontrar

²⁸ Na escala de tempo geológico, o Holoceno é a época do Período Quaternário que se iniciou há cerca de 11,5 mil anos e que se estende até o presente. É o nome dado ao período que reuniu as condições naturais que permitiram o desenvolvimento do *homo sapiens* (Crutzen e Stoermer, 2000)

acordos sobre soluções para desafios ambientais específicos (Barnosky *et al.*, 2014); e por fim (4) o antropoceno enfatiza a necessidade de mudança.

Esta última dimensão é particularmente importante para este trabalho e, portanto, ser-lhe-á dada um destaque maior. Esta necessidade de mudança ocorre ao nível macro da formulação de soluções políticas para os problemas ambientais. Assim, acaba por oferecer a oportunidade de uma repolitização dos desafios ambientais. Esta repolitização implica uma recontextualização em que a ação política ultrapasse a dimensão nacional e as negociações internacionais, e implica novas formas e combinações de cidadania e subjetividade ambiental (Beck, 2009). Latour (2020) também enfatiza a dimensão política como estrutural para a discussão do antropoceno. Em primeiro lugar, porque o antropoceno implica alterar a ideia de “crise climática” para “mutação climática” e, em segundo lugar, porque esta nova era remete para a aceitação de que a biosfera é dotada de agência originando desafios que precisam de ser respondidos com recurso a novas formas de fazer política que tenham esta dimensão em atenção (*ibid.*, 2020).

O antropoceno pode ser compreendido à luz dos riscos que Beck (1986) identifica. A expressão “sociedade de risco” foi cunhado por Ulrich Beck em 1986, pouco antes do desastre nuclear de Chernobyl. Este acidente conferiu-lhe uma dimensão profética e potenciou a sua visibilidade. O contexto atual talvez seja o que melhor reflete a sociedade de risco, desde 1986. Desde a pandemia de Covid-19²⁹, às ameaças de uma possível guerra com armamento nuclear devido à invasão da Ucrânia pela Rússia até às consequências, cada vez mais visíveis, das alterações climáticas, as sociedades contemporâneas são constantemente confrontadas (e até moldadas) pela sensação de “estar em risco” a que Beck se refere.

A sociedade de risco é um produto da modernidade. Se por um lado, a modernidade reduz o risco, por outro lado, introduz novos riscos cujas consequências são imprevisíveis (Beck, 1986; Giddens, 1999). Se na era pré-moderna, os perigos eram entendidos como “golpes do destino” que agrediam os seres humanos de “fora” e poderiam ser atribuídos a seres “externos”, deuses, demónios ou natureza. Com o

29 Embora não se possa afirmar que o vírus Sars-Cov2 tenha sido manufacturado e, portanto, não pode ser considerado um risco na perspectiva de Beck, não deixa de ser um exemplo de como os indivíduos vivem sob o cenário de um risco de contágio. Isto significa que orientam as suas ações para um contexto de incerteza, percecionando o tal estágio intermédio entre a segurança e a incerteza resultante da iminência de um possível contágio. Assim, um possível acontecimento futuro molda a ação presente, levando os cidadãos portugueses, na sua maioria, a isolarem-se nas suas casas. Isto foi potenciado pela adoção de medidas públicas que obrigaram ao isolamento. Todavia, de acordo com Beck, a ação é reflexiva, ou seja, monitorizada pelo próprio agente e, face ao risco, mesmo sem obrigatoriedade, muitos portugueses teriam a mesma ação.

processo que Weber designou como “desencantamento do mundo” os riscos ganham novos contornos principalmente devido à crescente importância da decisão, incerteza e probabilidade no processo de modernização (Beck, 2009). Ou como Giddens afirma: “[a] modernidade tardia – o mundo do que chamo de alta modernidade – é apocalíptico não porque se dirija inevitavelmente à calamidade, mas porque introduz riscos que gerações anteriores não tiveram que enfrentar” (Giddens, 1999: 27).

A grande diferença reside então nos protagonistas deste risco, tanto na sua concepção como na sua experiência. Estes riscos, aos quais Beck (1986) chama “riscos manufaturados”,³⁰ resultam diretamente dos impactos da ação humana, do seu conhecimento e da sua tecnologia, sobre o mundo natural, como é o caso do antropoceno e dos problemas ambientais. No mundo moderno, os riscos manufaturados são deslocalizados geograficamente, uma vez que os seus efeitos não estão limitados a um contexto específico ou espaço geográfico e têm consequências incalculáveis e imprevisíveis:

Entre outras coisas, o mundo já não consegue controlar os perigos produzidos pela modernidade; para ser mais preciso, a crença de que a sociedade moderna pode controlar os perigos que ela mesma produz está a entrar em colapso - não por causa das suas omissões e derrotas, mas por causa dos seus triunfos. A mudança climática, por exemplo, é um produto de uma industrialização bem-sucedida que desconsidera, sistematicamente, as suas consequências para a natureza e a humanidade. (Beck, 2009:32)

A dimensão de imprevisibilidade dos riscos não implica a inércia humana perante o desastre, mas precisamente o oposto. Quando Beck (1986:14) afirma que “estar em risco é a característica principal das sociedades do século XXI”, não está a alimentar a visão de um destino estagnado e apático onde os atores sociais se rendem ao desastre iminente, mas sim à reação a essa possibilidade. Quando a ação é reflexiva isso significa que os indivíduos a vão orientar, não para lidar com o risco, mas para evitar o perigo, havendo, contudo, uma distinção entre o tomador de decisão e as partes afetadas (Luhmann, 1989). Isto significa que, quando estas duas dimensões não estão articuladas abre-se um espaço para a contestação, ou seja, para a tomada (ou exigência) de decisões

³⁰ O risco encontra-se presente em todas as esferas da existência humana. Entre esses riscos, Beck (1986) inclui os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente. Mais recentemente, identificou três lógicas de riscos globais: riscos de crises ecológicas, riscos de crises financeiras globais, riscos de ameaças terroristas. Uma diferença central entre os dois primeiros e o último é que este é intencional, enquanto aqueles são acidentais, colaterais (Beck, 2009).

sobre o futuro perante as condições de insegurança “fabricada e autoinfligida” e esse é, para Beck (2009), o significado da expressão “sociedade de risco”.

Sendo o risco um estágio intermédio entre a sensação de segurança e a possível eminência de destruição projetada no futuro (Beck, 1986), o presente começa a ser determinado por um futuro, ou seja, por algo que ainda não existe e que não se pode prever, mas que molda a ação, que assim se define como reflexiva. Dando o exemplo da crise ambiental, a iminência de desastres ecológicos futuros condiciona a ação presente, seja através da adoção de comportamentos de consumo mais responsáveis, seja através de práticas de reciclagem e reutilização de recursos ou até à implementação de algumas políticas públicas.

Perante o risco, os indivíduos podem assumir três reações possíveis: desde logo, a *negação* que segundo Beck (2009) é uma marca da cultura moderna; a *apatia* que o autor explica como expressão no nihilismo pós-moderno sobre a qual Pappenheim (1968 [1959]) já tinha refletido; e por fim, mas mais importante para o quadro teórico desta investigação, a *transformação*. Hannah Arendt (2007 [1958]) já tinha dado conta desta última possibilidade, identificando alguns momentos históricos que precederam um novo começo em condições de liberdade. Beck caracteriza a transformação enquanto reação ao risco, como o “momento cosmopolita” da sociedade de risco mundial (Beck e Levy, 2013). Nesta leitura, a transformação é entendida enquanto uma possível reação das sociedades, ou como Norbert Elias definia “um *continuum* de mudanças” (Elias, 1992: 46).

Esta visão parte da premissa segundo a qual as condições políticas e culturais são informadas por “passados significantes”, por presentes em transformação e por horizontes diferentes das expectativas futuras (Elias, 1992). Isto significa que os modos de identificação coletiva e as reivindicações que são percecionadas como legítimas podem mudar ao longo do tempo, no entanto, os seus respetivos significados permanecem conexos por um longo “*continuum* de mudanças”.

Schmidt e Guerra (2018) destacam o papel da sociedade civil como propulsora da mudança, nomeadamente através da edificação de novos mecanismos de participação pública que utilizem métodos e espaços inovadores para o envolvimento cívico. Ao criar uma consciência e uma responsabilidade coletiva, o antropoceno apresenta-se como uma oportunidade para criar um novo público cosmopolita (Beck, 2009; Latour, 2010) que

implica reimaginar a coletividade. O cosmopolitismo, como paradigma analítico, destaca o aparecimento de novos espaços e imaginários sociais (Beck e Levy, 2013). É a construção de coletividades unidas pela presença de um risco comum, neste caso, os riscos ambientais, que ultrapassa fronteiras geográficas e Estados-nação. Esta é uma condição fulcral que sublinha a importância de sociedades civis fortes e mais envolvidas, num contexto marcado por um Estados fraco ou enfraquecido (Schmidt e Guerra, 2018).

O Antropoceno põe em risco as ilusões de longa data do *Human Exceptionalism*, um pilar fundamental do projecto político moderno (Carvalho e Ferreira, 2022). Assim, o contexto do antropoceno abre, implicitamente, não apenas um, mas vários futuros imaginários sobre mundos que seriam bons para viver e várias formas de alcançá-los (Latour, 2010; Lövbrand *et al.*, 2015). Tem havido um aumento gradual da investigação sobre movimentos anti-consumismo e simplicidade voluntária que exploram a forma como os indivíduos se estão a reorganizar para minimizar o impacto ambiental dos seus estilos de vida (York e Dunlap, 2020). Estes estudos têm mostrado que uma das melhores formas de abordar os problemas ambientais é transformar as sociedades para que as suas ações se concentrem na provisão do bem-estar humano, em detrimento do crescimento económico (Lövbrand *et al.*, 2015). Esta posição está em linha com as teses do decrescimento discutidas anteriormente.

O movimento ambientalista contemporâneo assume uma *praxis* que procura experimentar estes vários futuros imaginários e incorpora um *ethos* auto-organizador entre os seus participantes. Isto geralmente assume a forma de construção de comunidades, enquanto modelos de experimentação local, baseados na identificação de projetos de escala humana, em torno de práticas materiais alternativas, focadas na regeneração de ecossistemas (York e Dunlap, 2020). Assim, enquanto a humanidade como um todo está a “pisar o risco”, as comunidades sustentáveis intencionais são um exemplo desta *praxis* ambiental e da experimentação de um outro rumo para um futuro imaginário.

CAPÍTULO 3 – COMUNIDADE(S), PRINCÍPIO DA INTENÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Uma cultura, tal como um indivíduo, é um padrão mais ou menos consistente de pensamento e acção. (...) Cada pessoa consolida cada vez mais a sua experiência, e em proporção com a urgência destes impulsos, os elementos heterogéneos de comportamento assumem uma forma cada vez mais congruente. (...) O todo (...) não é apenas a soma de todas as suas partes, mas o resultado de um arranjo único e de uma inter-relação das partes que faz emergir uma nova entidade.³¹

Ruth Benedict

3.1 A Ideia de Comunidade(s) no Pensamento Sociológico

3.1.1 Os Contributos Clássicos

Repensar a ideia de comunidade implica analisar as contribuições clássicas e contemporâneas que marcaram a discussão em torno das características da vida comunitária. Este capítulo tem, então, como objetivo pôr em evidência as principais diferenças entre as ideias clássicas de comunidade e as características que certas comunidades assumem nas sociedades contemporâneas. Esta última dimensão torna-se importante para definir o objeto empírico da investigação – as Comunidades Sustentáveis Intencionais (CSIs) – articulando a ideia de comunidade com o compromisso para a sustentabilidade e com o princípio da intenção.

O conceito de “comunidade” tem sido um dos mais debatidos e até controversos da sociologia (Cohen, 2001). Com todas as mudanças que ocorreram no século XX e com a complexificação das sociedades, tornou-se mais difícil alcançar uma definição consensual que agregue todas as dimensões da expressão de comunidade. Esta dificuldade deve-se ao facto de a ideia de comunidade se poder materializar por um lado, num conjunto de processos de organização social e, por outro lado, numa combinação de símbolos, valores e ideologias (Redfield, 1955). Tal implica pensar o conceito através de

³¹ Tradução da autora. Original: “A culture, like an individual, is a more or less consistent pattern of thought and action. (...) Each people further and further consolidates its experience, and in proportion to the urgency of these drives the heterogenous items of behaviour take more and more congruous shape. (...) The whole (...) is not merely the sum of all its parts, but the result of a unique arrangement and interrelation of the parts that has brought about a new entity”.

uma combinação entre aquilo que pode ser entendido como uma manifestação objetiva e uma experiência subjetiva.

Pese embora a dificuldade de definição, Hunter (1974) identifica três dimensões heurísticas no conceito de comunidade: a comunidade enquanto uma unidade espacial funcional que responde às necessidades dos seus membros; como uma unidade de interação social padronizada; como uma unidade cultural e simbólica de identidade coletiva. Estas três dimensões podem ser divididas em cinco linhas gerais que são, *grosso modo*, transversais na literatura. Em primeiro lugar, a palavra comunidade sugere uma forma de relação social na qual os atores mantêm um determinado grau de intimidade, vínculos emocionais e um compromisso partilhado (Albrecht, 1994; Allan, 1998). Em segundo lugar, representa unidade e sentimento de pertença, carregando emoções partilhadas (Bruhn, 2011). O espaço (físico, simbólico ou virtual) também é uma dimensão importante na caracterização da comunidade uma vez que a experiência comunitária envolve vínculos de proximidade, físicos ou emocionais (Barnes, 2000; Dynes, 2005). Isto faz com que a comunidade seja um conceito que evoca algo “positivo” e que implica união (Redfield, 1955; Mocellim, 2011). A última dimensão implica uma dicotomia entre a comunidade e a sociedade, contrapondo as formas de organização social das sociedades tradicionais e das contemporâneas (Berger, 1998).

Esta dicotomia, este contraste entre comunidade e sociedade, tem estado presente nos debates desde a sua origem na sociologia. Esta oposição conduziu a discursos sobre a possibilidade de existir uma determinada dissolução da vida comunitária nas sociedades contemporâneas (Redfield, 1955). Embora exista uma linha de pensamento que critica esta visão (Hunter, 1975), a ideia de dissolução da vida comunitária pode ser encontrada nos pensadores clássicos, como Tönnies e Durkheim.

Ferdinand F. Tönnies descreveu, precisamente, estes dois tipos distintos de organização social: *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade). *Gemeinschaft*, para Tönnies, representava o tipo ideal de comunidade assente num modo de vida familiar e íntimo, delimitado espacialmente, onde se verificava um grau elevado de integração afetiva e de coesão e homogeneidade entre os membros (Tönnies, 1957 [1887]). Esta homogeneidade implica a partilha de conhecimentos, objetivos, práticas quotidianas, tradições e ainda, códigos linguísticos e formas de agir e de pensar comuns

(*ibid.*). Estas características comuns são, simultaneamente, causa e consequência da existência de normas que estruturam a organização social dos membros da comunidade.

As comunidades desenvolvem-se a partir das relações de parentesco, de vizinhança e de amizade (*ibid.*, 1957). As relações de parentesco emergem da vida familiar e reproduzem-se através da autoridade dos membros da família, nomeadamente através da idade e sabedoria. As ligações de vizinhança têm por base um território partilhado, ou seja, uma proximidade espacial, onde as necessidades comuns promovem a partilha de hábitos. Por fim, as relações de amizade são caracterizadas por uma homogenia de interesses que se consolida através da similaridade das atividades desenvolvidas. Nas três dimensões existe, para Tönnies, a necessidade de presença e contacto físico frequente, que surge de uma “vontade natural” e cuja emergência é facilitada em contextos comunitários.

A esta forma de organização social opõe-se a *Gesellschaft*. Tönnies procurou perceber as consequências da Revolução Industrial e da rápida urbanização na Europa e considerou que a comunidade se havia perdido, uma vez que estas mudanças alteravam as relações sociais (Bruhn, 2011). A *Gemeinschaft* desaparecia à medida que emergia a *Gesellschaft*. Esta última é caracterizada por grupos societários (ou associativos) onde predominam as relações mais diferenciadas e individualizadas (Tönnies, 1957 [1887]). Assim, a vida em sociedade é estruturalmente diferente da vida em comunidade, na medida em que existe um grau menor de integração afetiva, de intimidade e de coesão. As relações sociais tornam-se mais especializadas e heterogêneas e deslocalizadas porque a sociedade não é circunscrita espacialmente e pode ter uma amplitude ilimitada (Mocellim, 2011). Na(s) sociedade(s) os conhecimentos, os objetivos, as práticas quotidianas e as formas de agir e de pensar não são partilhadas, mas sim diferenciadas e, portanto, as normas estruturam-se através das leis e da opinião pública, o que implica um nível mais baixo de partilha de valores e uma maior separação entre os indivíduos:

Em teoria, a sociedade consiste num grupo humano que vive e habita lado a lado de modo pacífico, como na comunidade, mas, ao contrário desta, os seus componentes não estão ligados organicamente, mas organicamente separados. Enquanto, na comunidade, os homens permanecem essencialmente unidos, na sociedade eles estão essencialmente separados, apesar de tudo que os une. (Tönnies, 1957 [1887]: 252)

Embora a abordagem de Tönnies seja incontornável na exploração do conceito de comunidade, a sua visão dicotômica não está isenta de limitações. Para Brint (2001), um número reduzido de indivíduos a coabitar em espaços físicos próximos não implica a existência de um modo de vida partilhado, modos de vida em comum não se traduzem em crenças idênticas, relações contínuas não envolvem, necessariamente, vínculos emocionais e por assim adiante. Para além disso, a “vontade natural” que caracteriza as relações sociais comunitárias não conduz a todos os resultados que Tönnies associa à *Gemeinschaft*. Na prática, a “vontade natural” das coletividades acaba por envolver mais controlo social (Kanter, 1972) do que a “vontade natural” de uma “comunidade imaginada” onde a copresença física é parca e o objeto de compromisso é simbólico e abstrato (Anderson, 1983). Esta visão tipificada orientou a questão da análise da comunidade em dois sentidos: o da romantização e o da depreciação (Calhoun, 1980).

Simmel (1987) apresentou uma proposta que vai ao encontro das ideias de Tönnies, no sentido em que percecionou a cidade como o *locus* que privilegiava a emergência da individualidade e da impessoalidade. As relações sociais das sociedades modernas e metropolitanas eram caracterizadas por uma atitude *blasé* – uma incapacidade de reagir aos estímulos mais intensos e frequentes que existem no quotidiano dos indivíduos na metrópole. Com o aumento da densidade populacional os contactos interpessoais tornam-se menos intensos e diminuem os laços sociais.

A proposta de Émile Durkheim representa a alternativa mais importante à abordagem tipológica de Tönnies (Brint, 2001). Ambos partiram das mudanças sociais introduzidas pela industrialização da Europa, mas Durkheim focou-se na importância das relações de proximidade para o apoio social dos indivíduos e a sua influência no comportamento e consciência individual³². Neste sentido, a comunidade não é uma estrutura social, mas sim um conjunto de propriedades mutáveis da interação humana que podem estar presentes nas formas tradicionais de organização social, mas também nas cidades modernas (Durkheim, 1933 [1893]). Neste sentido, embora também se possa verificar uma distinção nos trabalhos de Durkheim, não existe uma referência clara a uma oposição entre comunidade e sociedade.

³² Estas conclusões estão relacionadas com dois trabalhos de Durkheim: “O Suicídio” (1951 [1897]) e “As Formas Elementares da Vida Religiosa” (1993 [1893]). Se por um lado, os laços densos que advêm das relações de proximidade serviam um propósito de segurança contra os perigos do suicídio, simultaneamente, as experiências rituais da manifestação do sagrado acabam também por contribuir para a aproximação dos indivíduos.

Para o sociólogo existe, contudo, uma diferença entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas ou, de forma mais precisa, entre grupos de indivíduos que vivem em aldeias e pequenas cidades e aqueles que vivem em contextos onde existe uma maior especialização ocupacional (Durkheim, 1933 [1893]). Os primeiros eram caracterizados pela “solidariedade mecânica” e os segundos pela “solidariedade orgânica”. A solidariedade mecânica verifica-se nos casos em que os laços sociais resultam da semelhança dos seus membros e é mais comum nas formas mais tradicionais de organização social, em que os indivíduos partilham costumes, rituais e crenças e onde são capazes de subsistir sem dependência de grupos externos (*ibid.*, 1933). A solidariedade orgânica está presente em sociedades onde as relações sociais se baseiam nas diferenças, nomeadamente na especialização dos papéis sociais, e onde os indivíduos se tornam mais dependentes de outros para responder às suas próprias necessidades (*ibid.*, 1933).

Em contextos onde predomina a forma de solidariedade mecânica, as formas de agir e de pensar são orientadas pela consciência coletiva e existe pouca diferenciação entre os membros do grupo. De facto, “(...) a solidariedade mecânica só pode ser forte na medida em que as ideias e tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassam, em número e intensidade, as que pertencem pessoalmente a cada um deles.” (Durkheim, 1933 [1893]:69). Neste sentido, existe uma diminuição das individualidades em detrimento da manifestação da consciência coletiva. Portanto, “(...) esta solidariedade apenas pode crescer na razão inversa da personalidade. (...) só existe solidariedade mecânica quando a comunidade ocupa mais espaço do que o eu individual.” (*ibid.*, 1933:69).

Pelo contrário, numa sociedade onde predomina a solidariedade orgânica, verifica-se uma diversidade de formas de agir e de pensar e as orientações morais tendem a ser moldadas mais frequentemente pelas disposições individuais do que pela consciência coletiva. Ou seja, “(...) a solidariedade orgânica só é possível se existir uma esfera de ação individual, ou personalidade. É necessário que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual.” (Durkheim, 1933:72). Enquanto para Tönnies as sociedades não eram estruturas coesas, Durkheim considera que é possível existir coesão nas sociedades onde predomina a solidariedade orgânica. Esta solidariedade implica, portanto, uma diferenciação que é introduzida, essencialmente, pela divisão do trabalho no sentido em que “(...) cada um depende tanto mais

estritamente da sociedade quanto mais o trabalho dividido, e, além disto, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais especializada.” (*ibid.*, 1933:72).

Existem duas dimensões cruciais para entender o trabalho de Durkheim: a divisão do trabalho social e a consciência coletiva. A divisão do trabalho social conduziu à introdução de níveis mais elevados de diferenciação e especialização nas sociedades e, para além de desempenhar funções económicas e produtivas, acaba por gerar solidariedade social. Essa solidariedade é produzida na medida em que aumenta a dependência entre indivíduos diferentes potenciando a necessidade de coesão para o bom funcionamento da vida em grupo. A consciência coletiva é o conjunto de crenças e sentimentos comuns aos membros de uma sociedade e acaba por ter uma dimensão cumulativa e contínua no tempo, no sentido em que existe e permanece para além dos indivíduos. É a consciência coletiva que estabelece a base para a vida comunitária e funciona como um imaginário que orienta a vida social.

Ambas as dimensões introduzem solidariedade nas sociedades. Se por um lado, a divisão do trabalho social fomenta a solidariedade orgânica, por outro lado, a ação coletiva incrementa a solidariedade mecânica. No entanto, esta divisão não é estanque e tanto a divisão do trabalho social como a consciência coletiva não se esgotam numa ou noutra forma de solidariedade, podendo coexistir em determinadas medidas, uma conjugação entre individualização e integração. No entanto, ao contrário do que foi defendido por Tönnies, a diferenciação e a individualização não envolvem apenas dissociação (Brint, 2001). Isto significa que Durkheim não considera que a modernidade tenha conduzido a um declínio das formas de vida comunitária (Cohen, 2001), uma vez que as sociedades modernas, onde predomina a solidariedade orgânica, para além de gerarem diferenciação e individualização, potenciaram a emergência de uma forma de integração que se alicerça na interdependência dos indivíduos.

Contudo, isto não implica que o risco de dissociação deixe de existir. Para Durkheim existe, nas sociedades modernas, o risco de “anomia”, ou seja, a falta de assimilação de normas que regulamentam a vida social (Durkheim, 1951 [1897]). Este estado de anomia é transitório pois, perante o mesmo, as sociedades modernas tendem a reestruturar-se e reorganizar-se para voltar ao estado de equilíbrio – o de solidariedade orgânica. Isto significa que, em estado de equilíbrio, as sociedades onde predomina a

solidariedade orgânica são tão naturais quanto aquelas onde prevalece a solidariedade mecânica.

A proposta de Max Weber (1978 [1922]) sobre as cidades e as sociedades modernas também considerava estas formas de organização social como forças positivas. Embora, na sua tipificação da cidade “ideal” – as comunidades urbanas plenas – as cidades medievais fossem a representação ideal, Weber considerava que as cidades do século XX poderiam reestruturar-se e reemergir para atingir o estado ideal de um equilíbrio entre a coesão e a singularidade. Weber sugeriu que a economia e a política deram às cidades sua singularidade e, portanto, diferentes sociedades criariam diferentes tipos de cidades (Bruhn, 2011).

Os autores clássicos que se debruçaram sobre a passagem das sociedades tradicionais para as modernas, ou da transição das formas de organização comunitárias para as sociedades complexas, dividem-se em dois tipos de juízos. Se por um lado, Simmel e Tönnies viram a cidade e as sociedades industriais como uma ameaça à erosão dos valores humanos, romantizando a ideia de comunidade. Por outro lado, Durkheim e Weber reconheceram os problemas urbanos, mas permaneciam otimistas em relação à capacidade individual de agir sobre esses problemas e de encontrar um equilíbrio coletivo entre a coesão e a individualidade.

3.1.2 O Papel da Comunidade na Modernidade

Os sociólogos têm refletido sobre se a dimensão comunitária se perdeu com o advento da modernidade. Young (2001) defende que, de facto, as comunidades perderam a sua *Gemeinschaft* no século XIX e que esse processo foi exponenciado durante o século XX. Algumas razões apontadas para a perda do sentido de comunidade são o aumento da urbanização, da burocracia, do individualismo, do consumismo e da competitividade, introduzidas pelo capitalismo e pelas mudanças na estrutura da economia (Starr, 1995). A ideia de perda do sentido de comunidade pode, no entanto, constituir uma falácia porque tem implícita a análise da comunidade como um “fim em si mesma separada das atividades e funções que unem as pessoas e separada daqueles valores que constituem uma visão partilhada da vida” (Wrong, 1976:78).

Estas dificuldades de definição inspiraram os investigadores a procurar desconstruir o conceito de comunidade, de forma a aumentar o seu valor analítico e

heurístico. Assim, entender a ideia de comunidade para além de uma conceção vaga e abstrata implica identificar variáveis que permitam caracterizá-las. Isto é particularmente importante nos contextos contemporâneos onde a(s) comunidade(s) têm contornos mais heterogêneos, complexos e plurais. Pensar a noção de comunidade, nas sociedades contemporâneas, implica uma reestruturação das formas como esta é percebida. A comunidade deve ser entendida como um subproduto da procura partilhada de objetivos e atividades tangíveis (*ibid.*, 1976).

Esta ideia é partilhada por Cohen (2001) que defende que os indivíduos mapeiam as suas identidades sociais e encontram as suas orientações sociais entre as relações que lhes estão simbolicamente próximas, em detrimento de uma ideia abstrata de organização social. Para Fuertes (1988) nas sociedades contemporâneas, a comunidade não existe, a comunidade faz-se porque:

A comunidade é fundamentalmente um modo de relação social, é um modelo de ação intersubjetivo construído sobre o afeto e a incontestável esperança da lealdade e da reciprocidade; a comunidade é um exemplo do tipo ideal de ação social, uma construção teórica da própria realidade, que costuma ser algo mais sentido do que conhecido, mais emocional do que racional. (Fuertes, 1988:13)

Brint (2001) identifica seis propriedades das relações comunitárias, dividindo-as entre variáveis estruturais – como a existência de laços sociais densos, ligações ativas e o envolvimento com instituições³³, a realização de rituais ocasionais e a dimensão do grupo – e variáveis culturais – uma perceção partilhada das semelhanças entre os membros do grupo, ao nível, principalmente, do modo de vida e a existência de crenças e códigos de conduta moral comuns.

A importância da coesão social já tinha sido enfatizada por Durkheim (1951), na sua tese sobre o suicídio, nomeadamente, ao refletir sobre o “suicídio egoísta”. Esta coesão pode ser consolidada através da existência de redes e laços sociais fortes e tem sido, frequentemente, associada a várias dimensões da organização social e do bem-estar como: a partilha de um sentido de moral dominante nas sociedades (Homans, 1950), a melhorias na saúde mental e física (Wolf e Bruhn, 1993), enquanto elemento orientador do sentimento de segurança (Erikson 1976), às vantagens das redes de apoio social (Fuchs, 1983) e ao recrutamento para redes de ação coletiva (Hodgkinson, 1996). Neste

³³ No sentido lato de instituições enquanto organizações.

sentido, para apreender o significado das comunidades contemporâneas, é importante perceber o conceito de rede e de laços sociais.³⁴

Sucintamente, o conceito de rede acaba por ser o produto da união da ideia durkheimiana de coesão social com um sentido de estrutura (White *et al.*, 1976). Também as ligações ativas e o envolvimento em organizações (como escolas, igrejas, associações, entre outras) têm vindo a ser analisadas como mecanismos com efeitos positivos sobre a confiança (Putnam, 1993), sobre o desenvolvimento de competências cívicas (Verba *et al.*, 1995) e relações eficientes com as autoridades (Lareau, 1987). A participação coletiva em rituais também fortalece a identificação com os símbolos e com a identidade do grupo (Collins, 1988) e a confiança pessoal que decorre dessas identificações (Goffman, 1967). Esta identificação é tanto mais eficaz quanto mais fortes forem os laços sociais estabelecidos e menor for o tamanho do grupo (Brint, 2001) e vice-versa. Grupos mais pequenos permitem a emergência de relações mais próximas, semelhantes às relações familiares, o que se torna vantajoso para o desenvolvimento das atividades comunitárias.

Também os aspetos culturais mostraram ter efeitos importantes no comportamento dos membros das comunidades. A perceção partilhada das semelhanças entre os membros do grupo são a base para as identificações sociais. Estas identificações estão relacionadas com os sentimentos de segurança e de conforto (Berger, 1988), com semelhanças comportamentais de expressões linguísticas e não-verbais (Rodriguez, 1982), com as escolhas recreativas e de consumo (Bourdieu, 1984) e com as atitudes políticas (Brint, 1994).

McMillan e Chavis (1986) também identificaram quatro dimensões que integram a definição de comunidade. Em primeiro lugar, uma comunidade implica a existência de um sentimento de pertença, da ideia de fazer parte de um coletivo. O sentimento de pertença é condição necessária, mas não suficiente para o sentido de comunidade pois também é fundamental que exista um certo nível de influência. Esta influência opera numa dupla direção porque se por um lado, se refere à ideia de que cada membro deve acreditar que tem algum grau de poder e capacidade de fazer a diferença na comunidade, por outro lado, implica também que existam membros com um nível de influência ou poder superior aos restantes (na lógica da liderança). Esta articulação é frágil para que o equilíbrio necessário ao funcionamento da comunidade se possa manter. A terceira

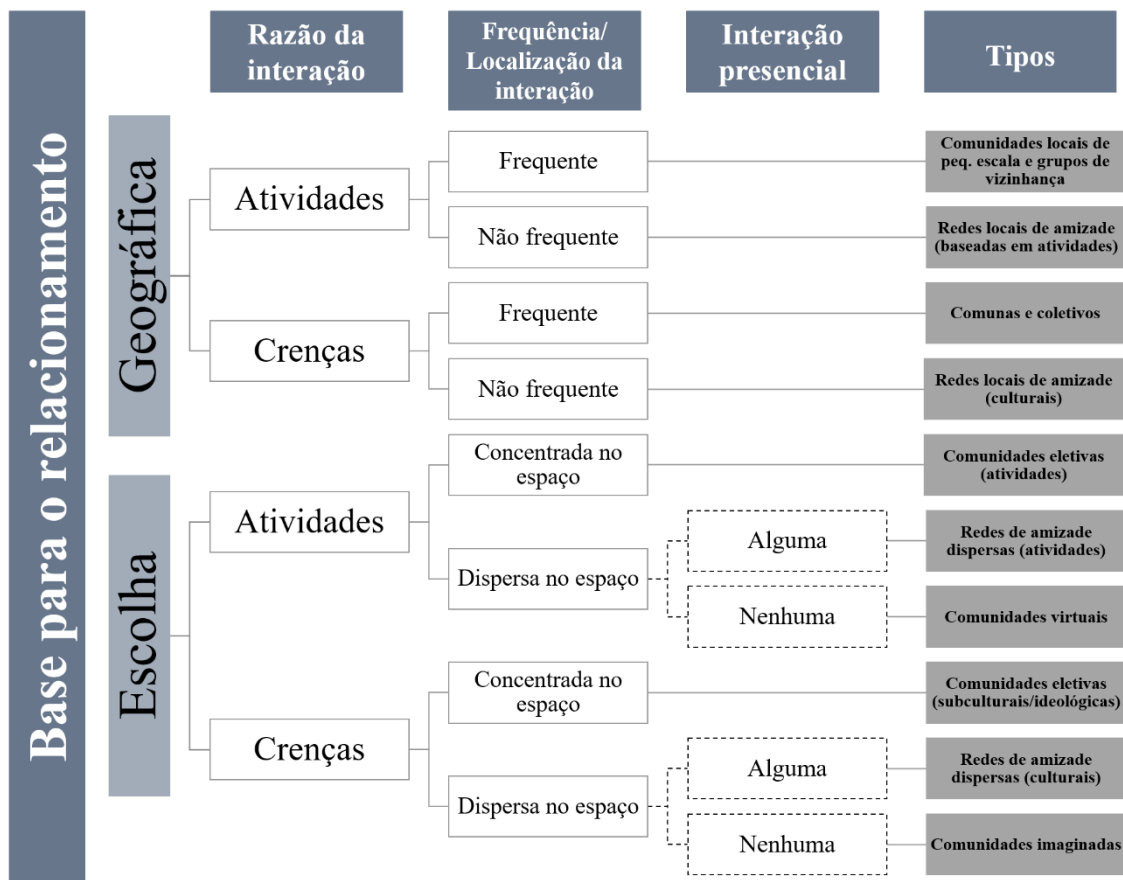
³⁴ Estes conceitos são aprofundados no capítulo seguinte.

dimensão implica a integração e satisfação das necessidades individuais. Novamente, esta dimensão também envolve uma relação dialética porque os membros individuais devem sentir as suas necessidades satisfeitas através da comunidade, mas, simultaneamente, as suas competências individuais também devem servir para colmatar as necessidades da comunidade. Por último, é fundamental que se produza uma conexão emocional partilhada, em que um indivíduo se sente bem em participar num esforço conjunto e desfruta da aceitação de outros membros da comunidade.

Os sociólogos conseguiram definir o conceito de comunidade com relativo sucesso. No entanto, a questão que permanece é se é possível redefinir o conceito de uma forma que permita a descrição das comunidades contemporâneas? De facto, os principais subtipos de comunidade identificados por Tönnies e Durkheim são anacrónicos e inadequados para compreender as comunidades das sociedades modernas (Redfield, 1955). Brint (2001) considera que existem ambientes semelhantes à *gemeinschaft* que geram padrões semelhantes de relações sociais e, portanto, conduzem a padrões semelhantes de comportamento. No entanto, a complexidade da realidade contemporânea aumentou exponencialmente esses ambientes e a proliferação de diferentes subtipos de comunidades. Os subtipos são de maior interesse contemporâneo do que o conceito genérico de comunidade, porque estão associados a variações significativas no clima emocional e nas formas de interação e organização (Brint, 2001).

São várias as tentativas de redefinir o conceito de comunidade fazendo uso das especificidades contemporâneas. Malvin Webber (1963) distingue comunidades “naturais” e “eletivas” para estabelecer a diferença entre indivíduos que pertencem a comunidades de forma nativa e os que escolhem pertencer a um determinado grupo. Anderson (1983) mobiliza metaforicamente o conceito de comunidade (imaginada) para falar das “Nações”. Rheinhold (1993) discute a ideia de “comunidades virtuais” enquanto Calhoun (1998) consolida esta ideia de que os membros de uma comunidade podem não interagir de forma presencial. Esta lista poderia continuar sem acrescentar grande valor analítico à discussão. Brint (2001) sistematizou estas contribuições e construiu uma tipologia que agrega todas estas dimensões, agrupando-as e classificando-as (figura 3.1). O objetivo de mobilizar esta proposta é situar, teoricamente, o tipo de comunidades contemporâneas em questão quando se fala de Comunidade Sustentáveis Intencionais.

Figura 3.1 - Tipos de Comunidades Contemporâneas



Fonte: Adaptado de Brint (2001)

A proposta de Brint (2001) identifica duas variáveis transversais – o contexto da interação e a motivação da interação – e uma variável que se desagrega entre a frequência com que as interações ocorrem (no caso das comunidades com origens geográficas) e a localização dos relacionamentos (no caso das comunidades de escolha). A partir destas variáveis obtêm-se os seguintes subtipos principais de estrutura de comunidade: comunidades de lugar, comunas e coletivos, redes de amizade localizadas, redes de amizade dispersas, comunidades eletivas baseadas em atividades, comunidades eletivas baseadas em crenças, comunidades imaginadas e comunidades virtuais.

O primeiro nível é definido pelo contexto final de interação entre os membros e distingue as comunidades geográficas daquelas que são baseadas em escolhas, ou as comunidades “naturais” das “eletivas” (Weber, 1963). O nível seguinte é determinado pela motivação primária para a interação e diferencia as comunidades que se baseiam em atividades das que são baseadas em crenças e/ou ideologias. O terceiro nível é definido por fatores ecológicos e motivacionais que influenciam as taxas de interação. Para as

comunidades geográficas, esta categoria é alicerçada na frequência das interações e divide os grupos em níveis frequentes e não frequentes de interação. Para as comunidades baseadas na escolha, o terceiro ramo é caracterizado pela localização de outros membros, porque o nível de dispersão introduz uma influência relevante nas possibilidades de interação em todas as comunidades não geográficas. Neste caso, é feita a distinção entre as comunidades que estão concentradas e as que estão dispersas no espaço. Para estas comunidades de escolha é ainda necessário um quarto nível que analisa as taxas de interação e leva em consideração o facto de algumas comunidades baseadas em escolhas não se envolverem em quaisquer interações presenciais (Brint, 2001).

As distinções estão vinculadas a estas variáveis estruturais latentes de várias formas (*ibid.*, 2001). No caso das comunidades geográficas: a copresença física está relacionada com a capacidade dos membros do grupo monitorizarem os seus comportamentos recíprocos e competirem por atenção; e a frequência da interação e a prioridade que lhe é dada estão relacionadas com os níveis de investimento no grupo e, conseqüentemente, com maiores pressões para a conformidade. No caso das comunidades de escolha, os grupos cujos motivos para interagirem são as atividades comuns, acabam por partilhar o prazer da sua prática sem, necessariamente, se sentirem coagidos a conformarem-se noutros aspetos. Por outro lado, os grupos cuja motivação da interação dos seus membros são as crenças, geralmente exercem uma pressão maior sobre os membros para estes se adaptarem às normas, valores e ideologias da comunidade. Isto significa que os grupos baseados em atividades tendem a respeitar mais as diferentes individualidades. No entanto, como os níveis de apoio mútuo estão relacionados com a conformidade às normas do grupo, as expectativas de apoio mútuo costumam ser maiores nas comunidades baseadas em crenças do que em grupos fundamentados por atividades.

Existem algumas dimensões consensuais na caracterização de grupos de organização comunitária, como a partilha de atividades e/ou crenças, a existência de relações de lealdade e/ou preocupações pessoais, a existência de valores em comum, a partilha de um espaço físico, virtual ou até imaginado, um sentimento de compromisso e de pertença, a conformidade com os valores e normas do grupo, bem como, um aumento no bem-estar individual. No entanto, a definição do conceito de comunidade, à luz da(s) realidade(s) contemporânea(s), necessita de ir para além das perceções de um coletivo harmonioso (Loewy, 1993). Estes grupos devem ser compreendidos admitindo a existência de dilemas, paradoxos e tensões e analisando os elementos que os seus

membros mobilizam para a participação coletiva. Neste sentido, compreender a vida comunitária implica analisar, simultaneamente, dimensões como as individualidades e as lutas de poder em detrimento da ideia de comunidade enquanto unidade consensual.

Bauman (2001), embora concorde com Tönnies sobre a ideia de que para existir uma comunidade é necessário entendimento partilhado entre os seus membros, defende que, na modernidade, esse entendimento foi substituído pelo consenso. A diferença reside no facto de o consenso não significar partilha, mas sim uma negociação entre indivíduos com interesses divergentes. Neste contexto, o conceito de identidade ganha importância pois as comunidades contemporâneas agregam a individualidade na pertença a estilos de vida, ideologias e/ou valores. No entanto, essa pertença não se assemelha ao pertencimento comunitário porque é sempre temporária e revogável (*ibid.*, 2001), conferindo uma orientação flexível e mutável às comunidades.³⁵

Beck *et al.*, (2000) questionam se será possível a expressão das identidades individuais (ou *self*) num contexto comunitário. A resposta é que a experiência comunitária, tal como outras formas de organização social, permite o envolvimento em práticas coletivas a partir das quais se desenvolve também a identidade (*ibid.*, 2000). Existe neste sentido, a possibilidade de desenvolver uma noção de identidade consistente com a implicação do “nós” (*ibid.*, 2000).

Castells (1999) propôs uma tipologia para as identidades comunitárias que contempla os seguintes tipos: a identidade legitimadora que, através das instituições dominantes, reforça os padrões de sociabilidade e os valores éticos/políticos que vigoram na sociedade; a identidade de resistência, típica dos atores sociais que ocupam posições desfavoráveis e, por isso, que criam resistências e modos de vida antagónicos aos que são propostos pelas instituições dominantes; a identidade de projeto, observada em atores sociais que propõem novas atitudes e valores e procuram modificar a estrutura social.

Uma comunidade pode ser entendida como o produto de um conjunto de indivíduos que trabalham em organização para a resolução de problemas, para a realização autónoma e coletiva de objetivos internos e para a experiência de viver sob códigos de autoridade que foram definidos, em grande parte, pelas pessoas envolvidas

³⁵ A importância da manutenção das identidades individuais (*self*) em contexto comunitário favorece a emergência de um novo tipo de comunidade: as comunidades estéticas. Para Bauman (2001, p.56-68) estas comunidades diferem substancialmente das comunidades éticas descritas por Tönnies. As comunidades estéticas, criadas em consonância com as novas identidades, os seus membros reúnem-se em torno do entretenimento, de celebridades, de ídolos.

(Nisbet, 1962). Neste sentido, não é diferente de outros tipos de associação, onde o poder é externo ou centralizado (*ibid.*, 1962).

Em suma, é possível perceber que estudar comunidades contemporâneas implica sempre uma análise contextual. Esta subsecção procurou identificar as dimensões genéricas do conceito de comunidade na contemporaneidade, identificando os principais dilemas e debates, mas principalmente, mostrando a complexidade do fenómeno. Neste momento, é necessário particularizar a reflexão e procurar compreender o tipo de comunidades a que este estudo se refere que são, em primeiro lugar, comunidades de escolha que emergem da intenção coletiva.

3.1.3 Reflexividade, Intenção e Sustentabilidade

O “desaparecimento” das comunidades tradicionais condicionou o preenchimento das necessidades de segurança, identidade coletiva e compromisso, o que fomentou o aparecimento de outros tipos de comunidade, nomeadamente, as comunidades intencionais (Bauman 2001; Taylor, 2003; Delanty 2010). As comunidades intencionais podem ser entendidas como quadros onde se desenvolvem as estruturas comunitárias (Sargisson, 2004), através da interação de um grupo que partilha algo ou cujos membros concordam em certas características, comportamentos ou interesses (Stengel, 2005).

O capítulo anterior caracterizou as sociedades modernas como reflexivas. A ideia de reflexividade é importante para definir com rigor as comunidades a que este estudo se refere, pois, a noção de reflexividade enfatiza o poder crescente dos atores sociais e um aumento da individualização. No entanto, a individualização não é encarada numa perspectiva de egoísmo (Beck *et al.*, 2000), mas sim como o processo em que os indivíduos são capazes de construir as suas próprias narrativas biográficas (Giddens, 1991), monitorizando-as continuamente. As comunidades que são o objeto empírico desta investigação são em primeiro lugar, comunidades intencionais, ou comunidades eletivas/de escolha (Brint, 2001). As comunidades intencionais são reflexivas na medida em que um indivíduo “não nasce ou é lançado nestas comunidades, lança-se a si mesmo” (Beck *et al.*, 2000:43).

De facto, as comunidades intencionais traduzem-se numa forma de organização social em permanente evolução, onde existem níveis de interdependência entre os membros e onde se sublinha a importância do papel individual das partes para o

funcionamento do todo (Ware, 1986; Joubert e Alfred, 2007). Neste sentido, a comunidade e o individual não são opostos, não existindo, assim, uma segmentação em compartimentos estanques, mas sim uma lógica de confluência.

As comunidades intencionais podem assumir vários formatos: famílias que vivem em comunidades religiosas, grupos de *hippies* que ocupam um prédio devoluto, ou defensores da sustentabilidade que vivem em propriedades rurais (Christian, 2003; Assadourian, 2008). No entanto, existe um fator comum que as aproxima – o idealismo – todas as comunidades intencionais têm na sua gênese uma partilha de ideais e de objetivos, que passam pela vontade expressa de melhoramento de determinados fatores, sem que isso implique, necessariamente, uma partilha de filosofias ou religiões (Christian, 2003; Metcalf, 2004).

Estas comunidades assumem uma forma de organização intencional para a criação de modelos sociais em microescala, onde os seus membros partilham, não só recursos físicos, mas também recursos inerentes à relação social que estabelecem, como o conhecimento ou as tradições (Ware, 1986). É neste contexto que as comunidades intencionais contemporâneas podem representar um campo de investigação valioso porque apresentam uma forma de organização social assente em princípios comunitários, mas em que cada comunidade é moldada pelos seus membros particulares. Isto faz com que a comunidade represente um termo normativo e um termo descritivo (Kunze, 2012) porque é definida não apenas pelo que é, mas, fundamentalmente, pelo que pretende ser. Os sociólogos concluíram que o comportamento social surge da interação quotidiana e da convivência que origina estruturas comunitárias (Coleman, 1997). Assim, estas comunidades são inclusivas e voluntárias, constituídas através de uma agência significativa, caracterizadas por um baixo grau de formalização e, portanto, onde o sentido de pertença é criado permanentemente pelos seus membros.

Uma comunidade intencional é um grupo de indivíduos que se juntam voluntariamente em torno de um propósito comum, trabalhando cooperativamente para criar um estilo de vida que reflete os seus valores fundamentais (Kozeny, 1995). Este tipo de comunidades constrói a sua identidade através dos significados partilhados e das práticas quotidianas que se orientam para um “bem substantivo” – um desígnio normativo, uma visão ou um objetivo maior – que se torna característica, simultaneamente, dos indivíduos e do grupo.

Estas práticas implicam um investimento imediato de afeto nas ferramentas – incluindo os signos – com que se trabalha e nos seres humanos com que as práticas são partilhadas. As atividades quotidianas no “nós” referem-se às aquisições rotineiras de significado – à produção de bens substantivos – e são guiadas por uma compreensão do que geralmente é considerado por essa comunidade como um bem substantivo. O substantivamente bom não é encarado pelos seres comunais como um “imperativo” separado do mundano e do quotidiano. Em vez disso, já está presente no mundo dos significados e das práticas, ao qual são lançados os seres humanos quando se tornam parte do “nós”. Os significados e as práticas que incorporam o bem substantivo são aprendidas, mas tornam-se, depois, inconscientes, como se estivessem inscritos no corpo. (Beck *et. al.*, 2000:54)

Estas comunidades normalmente assumem-se como marginais à sociedade dominante, através da adoção de alternativas sociais e culturais conscientemente concebidas e geralmente bem pensadas – o bem substantivo (Beck *et al.*, 2000) – que se operacionaliza através da partilha de objetivos (Sargisson, 2004; Metcalf, 2012; Boyer, 2016) – ou significados partilhados e práticas quotidianas (Beck *et al.*, 2000) e do sentido de compromisso para com o projeto.

Nestas comunidades intencionais é precisamente o compromisso o elo pelo qual se alinham as biografias individuais e os objetivos do grupo e este é maior quando o grupo de pertença é escolhido e não herdado (Kanter, 1972). O sentido de compromisso estabelece-se em três dimensões (que podem ou não coexistir num mesmo indivíduo): uma conexão instrumental com um papel social e, portanto, uma vontade de continuar a participar; uma conexão afetiva com um conjunto de relações sociais, conexões significativas e carregadas de emoção com outras pessoas e, portanto, um vínculo emocional com o grupo; e, finalmente, uma conexão moral com um conjunto de crenças, significados ou condutas morais que o grupo ou a ação social abrange e, portanto, uma convicção das normas, regras e valores do grupo e uma vontade de apoiá-los e defendê-los (*ibid.*, 1972). O compromisso acaba por condicionar o desenvolvimento da comunidade pois as desigualdades e os conflitos entre os membros devem-se, essencialmente, aos diferentes níveis de compromisso e envolvimento na comunidade (Brint, 2001).

Numa perspectiva cronológica, Kanter (1972) identifica três ondas comunitárias entre 1600 e a década de 1970. A primeira remete para a predominância de comunidades religiosas até 1845, a segunda onda está relacionada com as dimensões económicas e políticas e a terceira onda é caracterizada por aquilo que Kanter designou por

“comunidades focadas em questões psicossociais” e atingiu o seu pico no final da década de 1960. O que estas três ondas têm em comum é que os indivíduos aderem às comunidades como resultado de culturas em rápida mudança (Schehr, 1997). Schehr identifica ainda uma quarta onda que diverge das três ondas de comunidades anteriores. Os membros das comunidades da quarta onda não procuram um desfazamento total da sociedade, mas sim uma interação e integração, assumindo, no entanto, a opção por uma forma de organização social distinta (Smith, 2002; Sargisson, 2004). Esta quarta fase do movimento das comunidades intencionais refere-se a tipos de comunidade que são menos “alienados da cultura dominante”, como por exemplo, as comunidades sustentáveis intencionais – ou *ecoaldeias* (Smith, 2002:111). A formação de *ecoaldeias*, uma forma específica de comunidade intencional, é um fenómeno relativamente novo e é, precisamente, sobre estas CSIs que se debruça a próxima secção deste capítulo.

3.2 As Comunidades Sustentáveis Intencionais

3.2.1 Em Direção à Definição

As *ecoaldeias* são um tipo de comunidade intencional onde o “bem substantivo” é a procura de um modo de vida sustentável assente em princípios e preocupações coadunantes com o movimento ecológico. Os pioneiros deste movimento começaram a experimentar formas diferentes de tecnologia, mas também novas formas de vida em comunidade, abrangendo integralmente várias áreas da vida, desde o consumo, à produção, ao planeamento infraestrutural, até à organização, à governança e também às relações sociais e à educação (Christian, 2003; Bang, 2005) As *ecoaldeias* são fundadas com uma intenção ecológica e, muitas vezes também, sociopolítica ou espiritual e proporcionam novas formas de vida que procuram responder às crises ecológicas, económicas e sociais contemporâneas (Kunze, 2012).

As *ecoaldeias* são o tipo de comunidade intencional com maior taxa de crescimento e expansão, durante os últimos 40 anos (Adalilar *et al.*, 2015; Waerther, 2014), tendo passando por períodos de multiplicação, reestruturação e organização a nível mundial (Lüpke, 2012), com um foco específico na sustentabilidade ambiental, social e económica (Kirby, 2003). Estes processos de reestruturação e reorganização fazem com que avançar com uma definição estrita de *ecoaldeia* seja também um exercício complexo. Isto porque, de acordo com Warburton (1998:7), este tipo de comunidades tem

“significados diferentes em diferentes contextos, para pessoas diferentes”, à semelhança das dificuldades de definição verificadas no próprio conceito de comunidade, em contextos contemporâneos.

Uma das definições mais referenciadas e que é ponto de concórdia entre os diversos autores é a primeira definição conhecida de *ecoaldeias*. Robert e Diane Gilman, em *Ecovillages and Sustainable Communities* (1991:10) definiam este conceito, em sentido muito lato, como:

uma povoação à escala humana, autossuficiente, que integra múltiplas iniciativas, na qual as atividades humanas são harmoniosamente integradas no mundo natural de forma a suportarem um desenvolvimento humano saudável e cuja continuidade pode ter sucesso num futuro incerto.³⁶

Com o aumento da visibilidade e do interesse académico acerca do fenómeno, esta definição tem vindo a ser alvo de reflexão e refinamento. Em 2004, Metcalf afirmou que as *ecoaldeias* são comunidades que procuram, conscientemente, a sustentabilidade ambiental, numa perspetiva integrada de justiça, igualdade e paz. Em 2005, a expressão passa a ser entendida como comunidades intencionais que procuram melhorar, continuamente, a sua ação para apoiar o desenvolvimento humano saudável e diminuir o seu impacto no meio ambiente, considerando a sustentabilidade das suas ações (Bang, 2005). Desde 2012, que a definição oficial que é apresentada nos documentos da *Global Ecovillage Network* (GEN), é uma das mais referenciadas. As *ecoaldeias* são comunidades intencionais ou tradicionais que são conscientemente projetadas através de processos participativos, com propriedade local, para a regeneração dos ambientes sociais e naturais.

Estas comunidades intencionais orientadas para a sustentabilidade também podem ser entendidas como “comunidades de prática” (Temesgen, 2020). Por comunidades de prática entendem-se:

grupos de pessoas unidas, de forma informal, por experiências compartilhadas e por entusiasmo em torno de um objetivo comum. Os indivíduos em comunidades de prática partilham as suas experiências e

³⁶ Tradução livre da autora. O original define-as como “a human-scale, full-featured settlement, with multiple centers of initiative, in which human activities are harmlessly integrated into the natural world in a way that is supportive of healthy human development and can be successfully continued into the indefinite future” (Gilman e Gilman, 1991:10).

conhecimentos de forma criativa e fomentam a reflexão de novas abordagens para os problemas.³⁷ (Wenger e Snyder, 2000: 139)

As comunidades de prática promovem a aprendizagem social, proporcionando ambientes onde os diferentes membros se podem envolver, aprender e reproduzir novas práticas e competências (Russell, 2013). As CSIs, à semelhança de outros tipos de comunidades intencionais contemporâneas, constroem-se a partir de práticas, símbolos, valores e ideias. Contudo, a especificidade destas comunidades é que aquelas dimensões são orientadas para o que os membros acreditam ser uma sociedade coesa, justa e sustentável. Neste sentido, estas comunidades estimulam cenários para a ação humana e para a produção de novos contextos (materiais, sociais e imaginativos) fruto de contingências históricas, ambientais e imaginativas (Waerther, 2014; Kirby, 2003).

O movimento das *ecoaldeias* tem vindo a apresentar sinais de crescimento, tanto na sua difusão como no número de estudos académicos que se têm debruçado sobre este fenómeno. No entanto, este crescimento tem sido acompanhado por algumas tensões em torno da fixação do conteúdo das noções de “ecoaldeia”, “comunidade sustentável” e “princípio da intenção”. Os contornos pouco claros destas noções e, principalmente, a sobreposição existente entre elas, tem conduzido a análises fragmentadas e desconexas, com falta de rigor conceptual em relação ao objeto sobre o qual se debruçam.

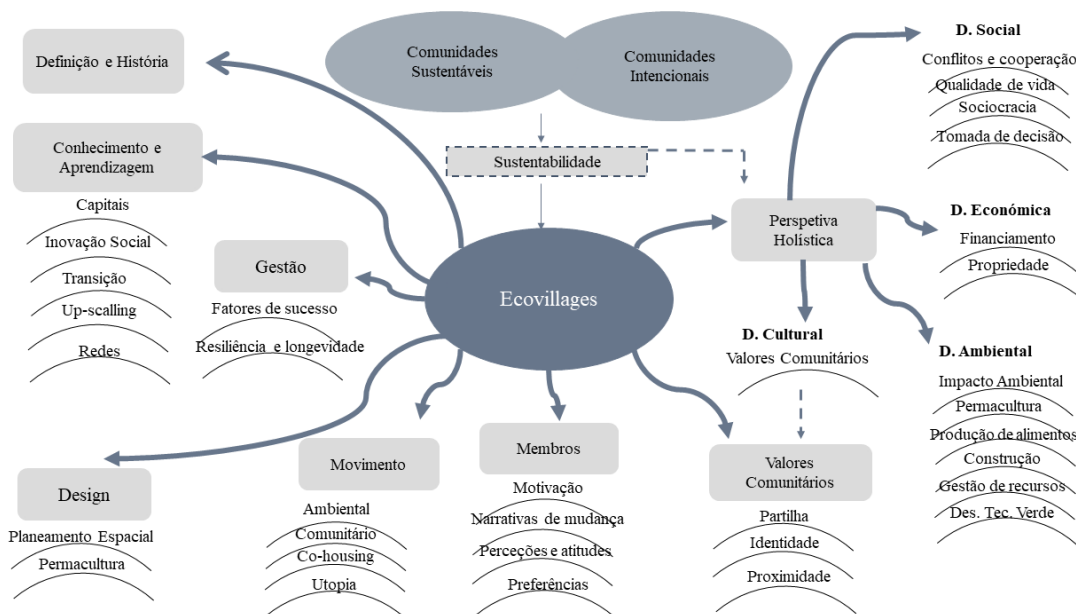
Para colmatar este problema procedeu-se a uma revisão sistemática da literatura sobre o fenómeno. Esta revisão foi apoiada no método SALSA³⁸ (Grant e Booth, 2009). Os métodos selecionados são complementares entre si e procuram por um lado, identificar as principais tendências na literatura relativamente às comunidades sustentáveis, comunidades intencionais e ecoaldeias e por outro lado, sistematizar criticamente os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos.

³⁷ Tradução livre da autora. Original: “groups of people united informally by shared experiences and enthusiasm around a common goal. Individuals in communities of practice share their experiences and knowledge creatively and foster reflection on new approaches to problems”.

³⁸ No que diz respeito à utilização deste método mobilizando o quadro SALSA, de acordo com Grant e Booth (2009), deve-se ter em conta as seguintes questões, em cada uma das fases: a fase de procura e recolha deve iniciar-se com a definição das perguntas de investigação, de modo a avaliar o escopo do estudo que se está a planear; a fase de avaliação das referências é feita tendo por base a adequação dos itens às perguntas de investigação; A sintetização dos documentos selecionados deve ser feita através de um processo de codificação sistemática que resulta da análise dos abstracts e keywords (sempre que necessário deve ser consultada a introdução e conclusão). O objetivo deste processo é gerar o esquema de classificação e organizar as publicações selecionadas de acordo com seu conteúdo; por fim, cada referência deve ser agrupada em uma das categorias. No final deste método deverá ser possível que o investigador identifique quais as dimensões/categorias que têm vindo a ser analisadas na temática que investiga, bem como, a frequência de análise de cada categoria, identificando assim quais as categorias que têm vindo a ser mais abordadas e aquelas em que existem lacunas de investigação.

A primeira etapa foi a construção de um mapa das diferentes dimensões sobre as quais este tipo de comunidades tem sido analisado. O mapeamento fornece uma estrutura do tipo de relatórios de investigação sobre os resultados publicados até à data da sua realização, classificando-os e apresentando-os em um resumo visual (mapa). Para a realização deste mapa foram analisadas 88 referências.³⁹

Figura 3.2 - Mapa das Dimensões Abordadas na Literatura



Fonte: Elaboração própria

O mapa apresentado na figura 3.2 reflete as dimensões que têm sido abordadas na literatura: “definição e história do conceito”; a “sustentabilidade numa perspectiva holística”, tendo em conta a “dimensão social” (conflitos e cooperação, qualidade de vida e tomada de decisão), a “dimensão económica” (financiamento e propriedade), a “dimensão ambiental” (impacto ambiental, permacultura, produção de alimentos, construção, gestão de recursos e desenvolvimento tecnológico verde) e a “dimensão cultural”; os “valores comunitários” (partilha, identidade e proximidade); os “membros” (motivações, narrativas de mudança, perceções e atitudes e preferências); enquanto “movimento” (ambiental, comunitário, *co-housing* e utopia); sobre uma perspectiva de “design”, nomeadamente ao nível do planeamento espacial; “abordagens de gestão”

³⁹ Os itens bibliográficos foram recolhidos através da pesquisa em bases de dados disponíveis online, nomeadamente: ScienceDirect, Springer Link, Taylor and Francis Online, Web of Science, ResearchGate, Elsevier, B-on. Para a recolha foram introduzidos os seguintes códigos de pesquisa: “Communities AND/OR Sustainability”; “Sustainable Communities AND/OR Intentional Communities”; “Sustainable Communities AND/OR Ecovillages”; “Intentional Communities AND/OR Ecovillages”

(fatores de sucesso e resiliência e longevidade); e por fim, têm sido estudadas questões relacionadas com a “aprendizagem” e “geração de conhecimento”, nomeadamente ao nível dos capitais, da inovação social, das transições, *up-scaling* e redes.

Depois da identificação das principais dimensões que têm sido abordadas na literatura optou-se por realizar uma revisão sistemática orientada por algumas perguntas de investigação. As perguntas de investigação finais desta revisão de literatura foram: (1) O que são *ecoaldeias*?; (2) Podemos designá-las por comunidades sustentáveis intencionais?; (3) Para que servem?; (4) Como se manifestam?; (5) O que podemos aprender com elas?. A estas perguntas de investigação somou-se a inclusão de alguns critérios de exclusão (identificados na figura 3.3) e de inclusão (índice de qualidade superior a 20⁴⁰). A figura 3.3 esquematiza o processo da revisão sistemática da literatura⁴¹. A revisão sistemática da literatura foi conduzida tendo por base os 45 artigos que cumpriam os critérios de inclusão.

A literatura utiliza, na sua vasta maioria, a designação *ecoaldeias* para se referir a este tipo de comunidades. O crescimento do movimento das *ecoaldeias* resulta na diversidade de projetos deste género. Embora existam critérios que uma *ecovillage* deve cumprir para ser considerada como tal, não existem comunidades iguais (Litfin, 2014). Neste sentido, o conceito de *ecoaldeia* tem vindo a sofrer reestruturações de forma a tornar-se inclusivo o suficiente para designar vários tipos de projetos, o que introduziu algumas ambiguidades.

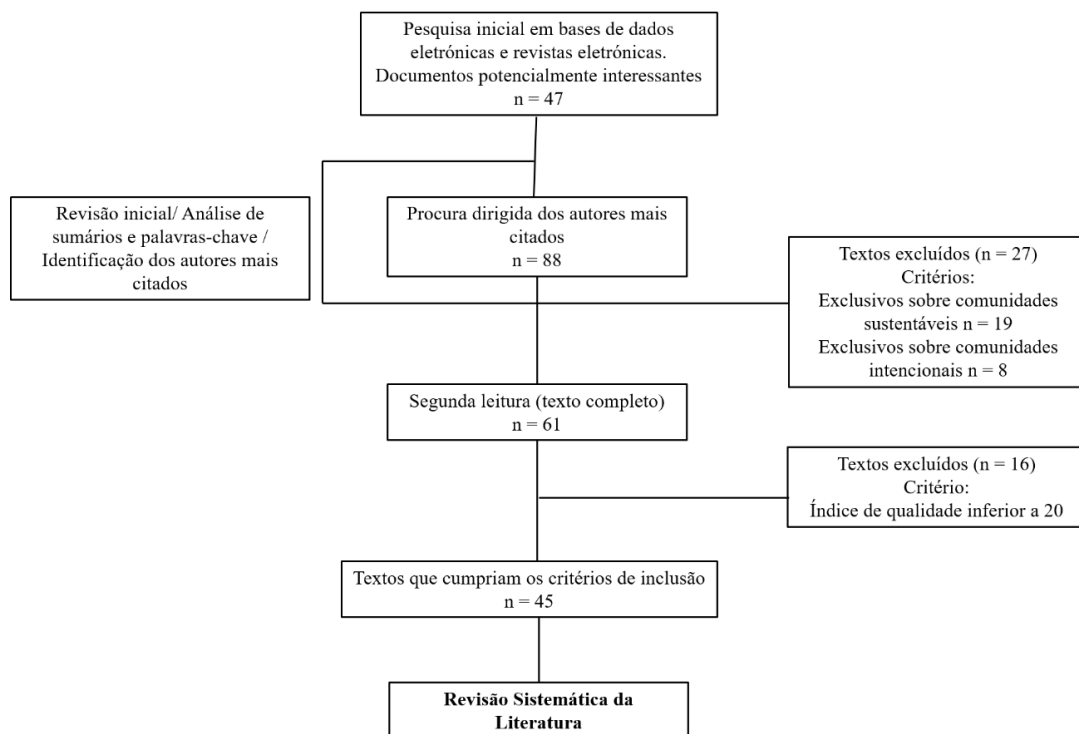
A primeira ambiguidade é relativa à própria semântica do conceito, o prefixo “eco” remete para a dimensão ecológica e, embora essa continue a ser uma dimensão distintiva das *ecoaldeias* em relação a outras comunidades e se adequasse aos projetos que foram fundados no início do movimento, contemporaneamente, as *ecoaldeias* apresentam várias dimensões de sustentabilidade. A segunda ambiguidade reside na diversidade de projetos de sustentabilidade existentes o que conduz a diferentes

⁴⁰De acordo com Tacconelli (2010), os critérios de qualidade são fundamentais para uma boa seleção dos itens bibliográficos a incluir na revisão. Com base no "SCIE Systematic Research Reviews: guidelines" (SCIE 2010), foram considerados diferentes parâmetros para analisar a qualidade dos estudos. A classificação geral da qualidade foi calculada através da atribuição de uma pontuação, de 0 a 5, em que 0 significa “não satisfaz o critério” e 5 significa “satisfaz completamente”, para os seguintes parâmetros: objetivos, amostra, métodos, análise e relevância para as perguntas de investigação.

⁴¹ As questões relativas à metodologia e conclusões deste processo estão devidamente detalhadas em Nogueira, C.; Marques, J. F.; Pinto, H. (2019). Innovative and transition potential of intentional sustainable communities: Towards an exploratory conceptual model. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 39, 155-173. Para este capítulo foram apenas mobilizados os conteúdos considerados pertinentes para, por um lado, identificar as dificuldades sentidas nesta revisão de literatura e como as mesmas foram ultrapassadas e, por outro lado, compreender as dimensões que estão subjacentes às *ecoaldeias* ou comunidades sustentáveis intencionais enquanto objeto de análise.

designações que muitas vezes se sobrepõem. Por fim, e mais estruturante, a terceira está relacionada com a própria percepção do grupo em relação ao seu projeto. *Ecoaldeia* é, também, um conceito émico, o que implica que os membros destas CSIs se auto designem como tal. Neste sentido, poderia ser redutor para esta pesquisa, utilizar apenas esta designação.

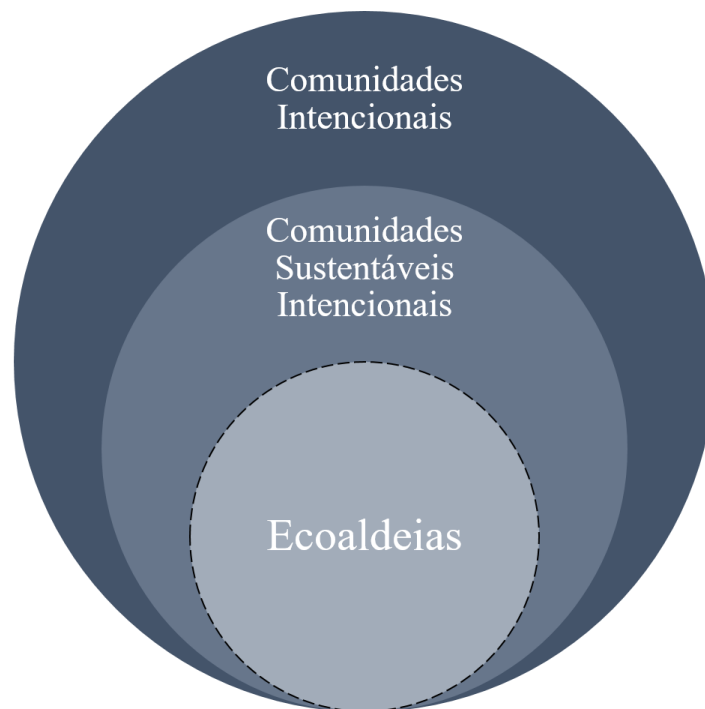
Figura 3.3 - Processo de Revisão Sistemática da Literatura



Fonte: Nogueira *et. al*, 2019

O objeto empírico desta investigação são as comunidades formadas intencionalmente, de forma voluntária, cujo objetivo é a implementação de formas de produção, governança e consumo sustentáveis, daí a designação: *Comunidades Sustentáveis Intencionais*. Desta forma, todas as comunidades a que se refere esta investigação são CSIs, com a particularidade de algumas CSIs se auto-designarem por *ecaldeias*, tal como esquematizado na figura 3.4. Assim, doravante será utilizada a designação CSIs.

Figura 3.4 - Articulação entre CSIs e Ecoaldeias



Fonte: Elaboração própria

De acordo com Bang (2005), as CSIs são construídas tendo em conta três dimensões basilares: a dimensão social, ecológica e cultural. Contudo, a GEN abre o leque destas dimensões, acrescentando a componente económica como determinante nestas comunidades. Assim, atualmente considera-se que uma CSI deve ser fundar-se sobre os seguintes alicerces: dimensão social ou política, uma vez que os seus membros se devem sentir, simultaneamente apoiados e responsáveis pelo grupo, desenvolvendo um sentimento de pertença, através da inclusão no processo de tomada de decisões de forma transparente; dimensão ecológica ou ambiental, através da conexão entre o indivíduo, o grupo e a terra, satisfazendo as necessidades diárias dos membros em articulação e com respeito pelos ciclos da natureza; dimensão cultural ou espiritual, através da promoção de atividades que potenciem o espírito artístico e criativo; e a dimensão económica, fundamentada nos princípios da redistribuição, característicos da economia solidária (Joubert e Alfred, 2007; Hall, 2015; Kunze e Avelino, 2015; GEN, 2019).

Neste sentido e de acordo com os princípios identificados pela GEN, a dimensão social implica que este tipo de comunidade intencional seja capaz de: aceitar a diversidade, cultivar a tomada de decisão inclusiva, responsiva e transparente, capacitar uma liderança e governança participativa, garantir o igual acesso à educação e aos

cuidados de saúde, desenvolver práticas de facilitação de conflitos e comunicação e desenvolver instituições justas, eficazes e responsáveis.

A dimensão cultural tende a ser desvalorizada na literatura acadêmica, com exceção dos estudos antropológicos. No entanto, esta dimensão é importante para o sentido de pertença à comunidade que irá alicerçar e consolidar a capacidade comunitária de desenvolvimento de práticas (Sargisson e Sargent, 2004; Kasper, 2008; Lockyer, 2017). De acordo com a GEN, as CSIs devem: partilhar um propósito, cultivar a atenção e o crescimento pessoal, respeitar as tradições culturais que apoiam a dignidade humana, envolverem-se ativamente para proteger a natureza, comemorar a vida e a diversidade através da arte e promover a conexão à natureza e a estilos de vida de baixo impacto.

As CSIs procuram providenciar comida, abrigo, água e energia de formas que respeitem os ciclos da natureza, aumentando a biodiversidade e regenerando os ecossistemas (Bates, 2003; Hall, 2015). Para tal, a sustentabilidade ambiental e ecológica implica: limpar e reabastecer fontes e ciclos de água, utilizar maioritariamente energias 100% renováveis, cultivar alimentos e solos através da agricultura orgânica, inovar e desenvolver tecnologias de construção ecológica, trabalhar com o lixo como um recurso valioso e aumentar a biodiversidade e regenerar os ecossistemas.

Estas comunidades intencionais têm como objetivo desenvolver práticas e sistemas económicos que contribuam para a partilha de recursos, apoio mútuo e para o fortalecimento de economias e redes locais que atendam às necessidades das populações locais e dos ecossistemas (Chitewere e Taylor, 2010; Litfin, 2014; Kunze e Avelino, 2015). A maioria das CSIs procura construir alternativas sustentáveis à economia dominante e assumir outras formas de pensar sobre a riqueza e o progresso, como as moedas locais, a partilha de recursos, o empreendedorismo social, a economia circular e as formas colaborativas de propriedade. Para alcançarem sustentabilidade económica devem: redefinir os conceitos de riqueza, trabalho e progresso, trabalhar para a propriedade equitativa de terras e recursos, cultivar o empreendedorismo social para criar soluções sustentáveis, capacitar e fortalecer as economias locais, investir em comércio justo e sistemas éticos de troca e gerar o bem-estar para toda a justiça económica.

Com base na revisão da literatura, é possível identificar as dez características básicas das comunidades sustentáveis intencionais (Kasper, 2008; Bates, 2003; Andreas e Wagner, 2012; Ergas e Clement, 2016):

1. São modelos comunitários, focados em múltiplas dimensões da sustentabilidade, criados para colmatar certas necessidades sociais como a identidade ou o sentimento de pertença e segurança;
2. Procuram o desenvolvimento tecnológico sustentável, através da implementação de técnicas agrícolas inovadoras, geração e utilização de energia, reutilização de recursos e construção;
3. Não têm uma dimensão padrão, podendo ser grupos de 10 membros (como por exemplo o Vale da Sarvinda em Portugal) ou 2400 habitantes (como por exemplo Auroville na Índia);
4. Podem oferecer oportunidades de emprego no local para os residentes ou visitantes;
5. Requerem uma arquitetura e *design* planeados (normalmente, seguindo os princípios da permacultura);
6. Minimizam a utilização de veículos no interior dos seus territórios;
7. Têm contratos sociais específicos ou planos de gestão social;
8. Providenciam o alojamento aos seus membros e visitantes (com valores apoiados na ótica do comércio justo);
9. São locais de aprendizagem, geração e partilha de conhecimento;
10. Reconhecem a importância do governo local para o seu sucesso.

Um estudo de 2018 (Barani *et al.*, 2018) analisou 27 projetos que compreenderam mais de 60 *ecoaldeias* e identificou um conjunto de critérios que se desdobram em 119 indicadores (ações) em diferentes categorias e dimensões (social, ecológica, económica e cultural). Os critérios identificados por Barani *et al.* (2018: 13-14) incluem:

- Atividades direcionadas para a proteção e conservação do meio ambiente (como a preservação e revitalização de habitats naturais [pântanos, florestas, entre outros], aplicação dos princípios da permacultura, restrições à circulação de veículos e programas de turismo, entre outros);
- O provimento de *habitats* adequados e sustentáveis (através da utilização de materiais endógenos e naturais, construção económica, técnicas de construção natural, a existência de parques infantis e instalações recreativas e partilhadas, etc.);

- Capital social, individual e espiritual (participação em atividades e serviços coletivos, realização de eventos sociais, rituais, cerimónias, grupos de trabalho, tomada de decisão por acordo maioritário [ou consenso], propriedade comum ou partilhada [espaços, equipamentos, emprego, custos ou recursos], liberdade de ação controlada, adoção de inovações [flexibilidade], entre outros);
- Promoção de um estilo de vida saudável, tanto física como espiritualmente (passar momentos de lazer de forma saudável através de desportos comuns como ioga ou meditação, recreação, arte ou artesanato e consumo de produtos biológicos locais, minimização do consumo de carne, tranquilidade, entre outros);
- Mecanismos de poupança de energia e recursos e sistemas eficazes de transporte (consumo ecológico, eletrodomésticos com eficiência energética, energia alternativa, como painéis solares e fotovoltaicos, turbinas eólicas e hidráulicas e biomassa, acesso a transportes públicos, partilha de veículos, combinação de várias tecnologias, e outras);
- Autossuficiência e apoio da economia local (emprego local, diversificação económica, através da educação/formação, agricultura, artesanato e/ou turismo, presença em mercados locais tanto ao nível da oferta como da procura, desenvolvimento de *edible landscapes*, economia da dádiva, através da troca de mercadorias, desenvolvimento de práticas/ofertas turísticas, entre outros);
- Gestão de águas e águas residuais (captação e aproveitamento de águas pluviais, sistema natural de tratamento e reaproveitamento de águas residuais, sistema de rega eficiente, abastecimento de água local, através da utilização de nascentes, construção ou aproveitamento de barragens e outros);
- gestão de resíduos (resíduos de compostagem, aproveitamento de resíduos orgânicos para animais de estimação e gado, reaproveitamento, recolha e separação de resíduos, baixa produção de resíduos e casas-de-banho de compostagem);
- Desenvolvimento humano e capacitação (centro de aprendizagem de sustentabilidade enquanto local para testar ideias e tecnologias sustentáveis, abertura para a aprendizagem, trocar recursos de informação, realizar formações com base na experiência);

- Prospetiva (ter um plano para o desenvolvimento futuro, esperança por um futuro melhor, visão e objetivo claros - um conjunto comum de valores e visão de mundo).

Para Hall (2015), apesar de existir uma grande diversidade no interior da família das CSIs também é possível identificar alguns pilares comuns como a iniciativa cidadã de resistência e ação, a partilha de valores e a investigação e formação. Como assumem um carácter experimental e laboratorial, estas comunidades tendem a combinar formas de governação, produção e tecnologia de forma criativa, pelo que, segundo Joubert e Dregger (2015), seria redutor conceptualizá-las como um movimento *back to the roots* ou de retrocesso civilizacional. Fatores como a conexão com o mundo natural, organização comunitária, técnicas de cultivo, sustentabilidade inter-relacional e um sentimento de integração, são reorganizados e redefinidos nas CSIs dando lugar a práticas que procuram combinar formas de ser, estar e fazer tradicionais com a tecnologia e conhecimento atual.

Perante estas dimensões e critérios, a literatura identificou alguns fatores que contribuem para o sucesso das comunidades sustentáveis intencionais. Feola e Nunes (2014) destacam a ligação com as comunidades locais, a força e a qualidade dos laços sociais, as contribuições que estas comunidades dão para a capacitação e empoderamento dos atores sociais (membros da comunidade ou atores externos), os impactos externos que têm, a concretização de metas ambientais, sociais ou económicas pré-definidas e a criação de trajetórias que preconizam uma mudança social. O relatório da ECOLISE (Penha-Lopes e Henfrey, 2019) reforça a dimensão da colaboração local, dos laços sociais e a existência de redes de colaboração, como cruciais para o desenvolvimento, longevidade e sucesso das comunidades sustentáveis intencionais.

No entanto, também é possível identificar um conjunto de desafios que estas comunidades enfrentam (Kirby, 2003; Cohen, 2010; Sherry, 2014, Baranti *et al.*, 2018), nomeadamente: dificuldades nos processos de tomada de decisão através da consensualização de posições, a falta de apoio governamental e a inflexibilidade das autoridades reguladoras. De acordo com Garden (2006), estes desafios podem ser os principais motivos pelos quais as pessoas acabam por abandonar este tipo de comunidades. Baranti *et al.* (2018: 6) afirma que:

Houve milhares de tentativas de viver em comunidade que falharam por causa de conflitos interpessoais exacerbados pela pressão de viver em “perfeita harmonia”, pela impossibilidade de viver completamente independente da sociedade em geral, pelas dificuldades de partilha, pela falta de privacidade na vida em comunidade – tanto física como emocional – e pelo excesso de idealismo.⁴²

Outra dimensão conflituante e menos abordada na literatura é a tendência existente nalgumas destas iniciativas de base comunitária para adotarem, de forma consciente ou por convergência, formas de organização e de ação semelhantes com as que estão cristalizadas na sociedade envolvente (Penha-Lopes e Henfrey, 2019). O desenvolvimento de CSIs implica a mobilização em larga escala, não só de capital como de materiais e recursos e, muitas vezes, enfrenta barreiras regulatórias e institucionais significativas (Dias *et al.*, 2017). Como resultado, estas comunidades tendem a reproduzir, na sua dinâmica interna, hierarquias e lutas pelo poder semelhantes às existentes na sociedade em geral (Turner, 2006). Todos estes fatores estabelecem uma tendência para as CSIs serem “suscetíveis à homogeneidade auto-seletiva, pureza dogmática e a assumir diferenças culturais”, e de se tornarem “*habitats* para demagogos”, vulneráveis a desvios de culto e onde se podem verificar índices elevados de conflito (LeVasseur, 2013: 255).

3.2.2 Em Direção à Formalização

Apesar disto e como já mencionado, o fenómeno das comunidades sustentáveis intencionais tem ganho expressão nos últimos anos. Para isto muito contribuiu a formalização dos projetos e, acima de tudo, a sua organização. Embora não seja possível identificar quando surgiu a primeira CSI, é possível nomear alguns momentos que marcam o percurso deste tipo de comunidades, enquanto movimento formal e organizado. A figura 3.5 esquematiza esses acontecimentos de forma cronológica.

Em 1987, a Gaia Trust na Dinamarca começou os trabalhos preparatórios para a construção de uma rede internacional e fundou a rede dinamarquesa de *ecoaldeias* em 1993 (Jackson, 2004). Em 1994, realizou-se o segundo encontro internacional de *ecoaldeias* que teve como resultado a formalização de um secretariado de coordenação

⁴² Tradução livre da autora. Original: “There have been thousands of attempts to live in community that have failed because of interpersonal conflicts exacerbated by the pressure to live in 'perfect harmony', the impossibility of living completely independently of the wider society, the difficulties of sharing, the lack of privacy in community life - both physical and emotional - and excessive idealism.”

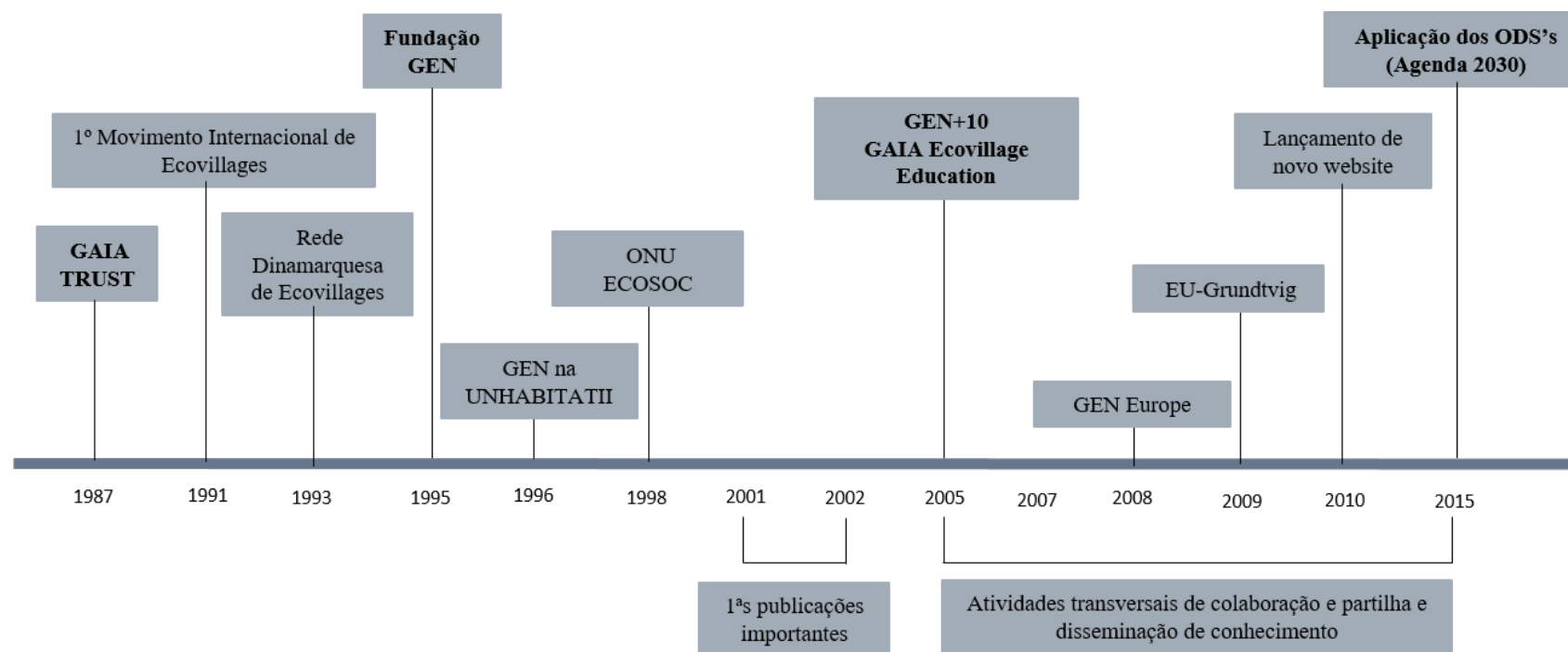
na Dinamarca financiado pelo Gaia Trust. Em 1995, destacam-se dois acontecimentos importantes: a criação de um website (www.gaia.org) que reunia informação sobre as Comunidades Sustentáveis Intencionais e a conferência *Ecovillages and Sustainable Communities for the 21st Century* organizada pela comunidade Findhorn Foundation, na Escócia. Um dos maiores contributos deste encontro foi a articulação, promoção e disseminação do conceito de *ecoaldeias*. Após esta reunião, cerca de 20 membros de *ecoaldeias* decidiram estabelecer formalmente a *Global Ecovillage Network* (GEN), que agregava três redes regionais com centros administrativos nas comunidades The Farm (EUA), Lebensgarten (Alemanha) e Crystal Waters (Austrália).

Um marco para a popularidade e divulgação da GEN foi a sua participação na conferência UN Habitat II em 1996, em Istambul. Desde então, iniciou-se um processo de colaboração com a ONU e vários marcos na história do desenvolvimento e crescimento desta rede. Em 1998 a GEN recebe a nomeação de status consultivo, pela GEN, do UN-ECOSOC (Conselho Económico e Social da ONU).

Este conceito foi oficialmente ratificado pela ONU, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento Comunitário Sustentável (PDCS) e em 1998, as CSIs foram nomeadas pelas Nações Unidas como uma das melhores práticas para o desenvolvimento sustentável e como um modelo vinculativo e pragmático da procura da sustentabilidade como modo de vida (Kunze e Avelino, 2015). Seguiu-se um conjunto de reuniões periódicas entre o conselho internacional da GEN e a ONU.

A ideia das CSIs como centros de convivência e aprendizagem surgiu no final dos anos 1990 e em 1999 a GEN consegue finalmente alocar os recursos obtidos através da ONU (em Istambul em 1996), o que significou cerca de 100 milhões de dólares para construir 50 *ecoaldeias* de demonstração espalhadas por todo o mundo como uma iniciativa concreta da Agenda 21 (Kunze e Avelino, 2015). Entre 2001 e 2002 foi lançado um conjunto de publicações sobre as comunidades sustentáveis sobre o movimento da GEN e sobre educação, editados por Hildur Jackson e Karen Svensson, protagonistas da fundação da GEN. Estas publicações contribuíram para a visibilidade da rede e do movimento que está por detrás deste tipo de comunidades (Jackson, 2004).

Figura 3.5 - Cronologia dos Principais Acontecimentos das CSIs



Fonte: Elaboração própria

Este período e os anos que se seguiram ficam marcados pela concentração de esforços na construção de redes. Dos encontros bianuais que a GEN promovia surgiram três grandes redes regionais: *Ecovillages* da América (ENA), Oceânia e Ásia (GENOA) e GEN Europa. Hoje, existem mais duas redes na América do Norte (GENNA) e na América Latina (CASA), e ainda a GEN África e a NextGEN (a rede juvenil da GEN). Atualmente, a GEN é composta por aproximadamente 10.000 comunidades e projetos relacionados.

Em 2005, na conferência GEN+10 em Findhorn (Escócia), foi lançado o programa GAIA. Este projeto de design ecológico foi um programa educacional que surgiu da GEN para informar e apoiar a construção de *ecoaldeias*. Aquando da formalização jurídica da GEN Europa, em 2008, a rede tinha desenvolvido apenas algumas atividades e não apresentava uma situação financeira muito sustentável (Kunze e Avelino, 2015). Em 2009, assinou a sua primeira parceria de aprendizagem – a UE-Grundtvig⁴³ – e isso possibilitou que começassem a trabalhar com financiamento mais regular. Em 2010 a GEN lançou um novo site (<https://ecovillage.org/>) que agrega todas as redes regionais.

Outra dificuldade no estudo das comunidades sustentáveis intencionais deve-se à incerteza relativamente a quantas destas comunidades existem no mundo. O *website* internacional da GEN identifica cerca de 1000 projetos e redes locais de *ecoaldeias* espalhadas pelo mundo, das quais cerca de 130 estão localizadas na Europa. Importa referir que a inclusão de comunidades sustentáveis intencionais no *website* da GEN é feita através de um auto-registo dos próprios projetos, o que inviabiliza a indicação concreta do número real de *ecoaldeias*. Dados recolhidos em 2014 pelo diretório Eurotopia, uma organização independente da GEN, lista 430 comunidades sustentáveis intencionais, enquanto o mapa providenciado pela ECOLISE - *European Network for Community-led Initiatives on Climate Change and Sustainability*, identifica 57 *ecoaldeias* na Europa. Neste sentido, é possível afirmar que, até à data, o número preciso de comunidades sustentáveis intencionais na Europa não pode ser apurado.

⁴³ Um programa Europeu orientado para a Aprendizagem ao Longo da Vida.

3.2.3 Em Direção à Mudança Social

Até agora procurou-se dar conta das principais dimensões que caracterizam as comunidades sustentáveis intencionais e qual é a sua expressão a nível mundial e europeu. Importa, contudo, trazer uma dimensão importante para o enquadramento do objetivo desta investigação: as CSIs têm vindo a ser analisadas enquanto exemplos de boas práticas para o desenvolvimento sustentável e para a mudança social. Por um lado, porque tentam alterar a ordem social nas áreas de relações, de propriedade e trabalho para orientações mais comunitárias e colaborativas e procuram reivindicar práticas ambientais que minimizem o impacto da atividade humana, ao nível de produção e consumo (Liftin, 2012). Por outro lado, porque podem ser analisadas recorrendo às abordagens do pensamento utópico (MacBeth, 2000), que afirma que as visões utópicas são baseadas na crença em comunidades de pequena escala, que encaram os seus objetivos, e as ações que orientam os realizar, como etapas para uma mudança social contínua. A procura pela edificação de um paradigma social, económico e ambiental, através da construção comunitária de conhecimento e aprendizagem, que implica uma narrativa de mudança, têm sido dimensões determinantes para analisar a ligação entre CSIs e as utopias (Sargisson, 2003; Sargisson e Sargent, 2004; Chitewere, 2008). No entanto, estas comunidades intencionais devem ser analisadas, não em termos de sucesso na criação de utopias, mas sim em termos do processo de procura das suas visões utópicas, numa lógica de mudança contínua (Hong e Vicdan, 2016).

As CSIs são fundadas com uma intenção ecológica e sociopolítica e experimentam formas de vida não convencionais. Trata-se de atores que se auto-organizam, voluntariamente, para além dos mercados e do Estado para responder aos desafios contínuos de sustentabilidade, como visto anteriormente. Neste sentido, a forma experimental utilizada por este tipo de comunidades para o desenvolvimento de modos de vida ecológica e socialmente sustentáveis, pode apontar respostas a questões pouco abordadas sobre a relação entre sustentabilidade, estilos de vida e modos de organização social (Kunze, 2012).

Assim, as ações das CSIs centram-se essencialmente, na articulação entre o ambiente sociocultural com um estilo de vida de baixo impacto ambiental, na promoção de políticas de desenvolvimento social e ambiental, na proteção ambiental como parte integrante do processo de desenvolvimento sustentável através de uma transferência constante de conhecimento e tecnologias, na redução do consumo de energia, no suporte

às indústrias verdes e à criação de emprego, na eliminação de padrões insustentáveis de produção e consumo, no respeito pelos ciclos de regeneração, na redução, reutilização e reciclagem de resíduos, na descentralização de pressões ambientais, e na participação ativa dos cidadãos ao nível global, e dos seus membros à escala local (Kirby, 2003; Bang, 2005; Mulder *et al.*, 2006).

A integração destas práticas e as consequências da sua aplicação constituem as razões pelas quais alguns indivíduos são atraídos para o modo de vida sustentável praticado nas CSIs embora, em certos projetos, possa haver uma dimensão predominante face às restantes, e que outros possam não incluir a totalidade das dimensões, uma vez que são raros os casos em que um projeto cobre a totalidade das dimensões mencionadas (Ergas, 2010; Hall, 2015; Lockyer, 2017). Isto deve-se ao facto das CSIs poderem ser compreendidas como laboratórios onde se desenvolvem práticas que procuram funcionar como alternativas às experienciadas na sociedade envolvente.

De acordo com Kunze (2012) estas práticas alternativas, de base micro, podem traduzir-se em mudanças sociais mais amplas desde que se verifiquem três etapas distintas. A primeira etapa é constituída por ações que retardam o processo de colapso, consiste na resistência pública e política à destruição de sistemas de apoio, através de ONGs, iniciativas locais, demonstrações ou desobediência civil, campanhas públicas, entre outros. A segunda fase da mudança implica a análise e a compreensão das causas estruturais da crise a que se pretende dar resposta e a criação de padrões alternativos e consiste na procura de estruturas alternativas que transformem a sociedade. Por fim, a terceira etapa representa uma mudança fundamental nos valores e nas visões de mundo, através da adoção de novas perspetivas sobre a realidade, consolidando-se em abordagens que compreendem as perceções dos indivíduos enquanto catalisadores e formadores de estrutura.

As CSIs apresentam evidências destas três fases: alguns dos seus membros normalmente fazem parte de movimentos de protesto contra as dimensões que reconhecem como negativas, por exemplo o movimento ambientalista (Avelino e Kunze, 2009; Marckmann *et al.*, 2012); posteriormente, com a materialização da sua existência, fazem parte do segundo estágio de construção de modelos (Adalilar *et al.*, 2015) e, portanto, criam laboratórios experimentais de soluções sustentáveis; e estes estilos de vida experimentais tornam-nas parte integrante do valor e da mudança de consciência (Kunze e Avelino, 2015).

Alguns exemplos concretos do posicionamento das CSIs enquanto mecanismos de ativação de mudança podem ser ilustrados a vários níveis. Na dimensão ambiental, com a adoção de práticas como partilha de transporte e de dispositivos elétricos, autossuficiência na produção alimentar, energias renováveis e desenvolvimento de tecnologia⁴⁴ conseguem atingir níveis significativamente menores de impacto ecológico (Daly, 2007).

A acrescentar a estes fatores, as práticas conduzidas sob a lógica da sustentabilidade social, económica e cultural, aumentam significativamente o bem-estar e a qualidade de vida dos residentes (Mulder *et. al*, 2006; Hall, 2015). Práticas como economia conjunta, equilíbrio entre lazer e trabalho, formas inclusivas de tomada de decisão e resolução de conflito, hierarquia limitada, celebrações, visões partilhadas, propósito, práticas de desenvolvimento pessoal, contacto físico e relações sociais mais próximas, proximidade com a natureza, exercício físico, desenvolvimento de artes e cultura, alimentação saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis, são alguns dos fatores que Hall (2015) identificou no seu estudo como determinantes para o aumento do índice de bem-estar dos residentes neste tipo de comunidades. Tanto no estudo de Mulder *et. al* (2006) sobre a qualidade de vida como no estudo de Hall (2015) sobre o bem-estar, afirma-se que o desempenho em ambos os indicadores (qualidade de vida e bem-estar) é alcançado através da presença de um capital construído através da partilha, um capital social e humano inerente às relações e às celebrações e um capital natural que advém da preocupação ambiental (*ibid.*, 2015).

A terceira fase verifica-se através da emergência e desenvolvimento de novas formas de pensar, novas ferramentas sociais e novas abordagens científicas, como por exemplo novos modelos de governança como a sociocracia⁴⁵, as empresas de propriedade comunitária ou a tomada de decisão coletiva. Embora muitos autores, como foi visto anteriormente, reconheçam a potencialidade deste tipo de comunidades enquanto mecanismos de ativação da mudança, são poucos os estudos primários que as analisam neste sentido.

⁴⁴ O detetor de radiação com menos impacto e a preços mais acessíveis foi desenvolvido pela The Farm no Tennessee (Daly, 2007).

⁴⁵ A sociocracia é um modelo de governação que privilegia a opinião dos diferentes indivíduos que constituem a comunidade. Estes indivíduos agrupam-se em pequenos círculos, cada um dedicado a uma dimensão importante para a vida comunitária, e o processo de tomada de decisão é, em primeira instância, feito dentro desse círculo. O termo “sociocracia” foi cunhado por Auguste Comte.

As CSIs têm desenvolvido práticas que estão diretamente alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Uma série de avaliações de impacto conduzidas pela GEN em 29 *ecoaldeias* de demonstração em cinco continentes mostrou que a grande maioria contribui de forma concretas para alcançar os ODS (Barani et al., 2018). Em relação aos impactos ecológicos, 97% destas comunidades trabalham ativamente para restaurar os ecossistemas degradados (ODS15), 90% retêm carbono no solo e/ou biomassa (ODS13) e 97% trabalham para restaurar ou repor fontes e cursos de água (ODS6). Ao nível da dimensão social, todas as CSIs oferecem educação em áreas relacionados com a sustentabilidade (ODS4), as mulheres ocupam pelo menos 40% dos lugares de tomada de decisão em 90% dos casos (ODS5), todas sustentam tradições locais relevantes para o desenvolvimento de métodos sustentáveis de construção e produção de alimentos (ODS11 sobre comunidades sustentáveis), 90% reutilizam ou reciclam mais de metade dos seus resíduos e 85% transformam todos os resíduos alimentares em composto (ODS12 sobre produção e consumo responsáveis), 80% estabeleceram procedimentos de resolução de conflitos e 100% facultam formação sobre os processos de tomada de decisão (ODS16 sobre organizações responsáveis, paz e justiça), e 95% participam em campanhas que procuram proteger os direitos dos humanos e da natureza (ODS17 sobre parceria).

De facto, a importância destas comunidades para o desenvolvimento sustentável é amplamente abordada na literatura (Carroll, 2010; Loezer, 2011; Waertner, 2014; Bakshi *et al.*, 2014). Por exemplo, Carroll (2010) estudou algumas das CSIs mais desenvolvidas do mundo e relatou a existência de vários métodos para sua sustentabilidade geral, como o *cohousing* e o uso coletivo de recursos, a implementação de tecnologias verdes e métodos de eficiência energética ou a reciclagem de materiais orgânicos. No entanto, importa referir que estes métodos e atividades não são transversais a todas as comunidades e, para além disso, muitos dos métodos e tecnologias estão em constante melhoria e modificação (Kasper, 2008). Neste sentido, as CSIs podem funcionar como locais de aprendizagem para que, posteriormente, o conhecimento gerado venha a ser transferido para contextos sociais de macro escala, como Veteto e Lockyer (2008) enfatizaram quando estudaram a comunidade Earthaven nos Estados Unidos da América. Foram realizados estudos que analisam a sua vertente performativa como centros de formação para a educação ambiental e como laboratórios para o desenvolvimento sustentável (Zamchevska, 2013; Carroll, 2010). Esta perspetiva é

corroborada pelo estudo comparativo de comunidades no Sri Lanka (Damniyamgama) e na Inglaterra (Findhorn), o qual concluiu que as CSIs funcionam como laboratórios vivos e, portanto, são exemplos significativos de educação ambiental (Pathiraja, 2007).

É neste contexto que têm vindo a aumentar os estudos que relacionam estas comunidades com a inovação (Avelino e Kunze, 2009; Kunze, 2012; Kunze e Avelino, 2015), percecionando-as como “comunidades de prática” para uma vida sustentável, nas quais se desenvolvem inovações de base – *grassroots innovations* (Seyfang e Smith, 2007) que procuram colmatar necessidades sociais (Temesgen, 2020). Na prática, isto significa que as CSIs potenciam a adoção de modos de vida alternativos, através da promoção de economias partilhadas que fortalecem as redes e os laços sociais e a redução do impacto ambiental (Pickerill, 2016; Christian, 2003). Um estudo sobre a comunidade *Dancing Rabbit* (EUA) revelou que os seus membros tinham conseguido diminuir o seu impacto ambiental para menos de 10% em relação ao cidadão americano médio, principalmente “saindo da propriedade exclusiva de bens de capital, investindo em competências que facilitam a gestão coletiva de recursos, eliminando o desperdício e aproveitando os recursos disponíveis localmente” (Boyer, 2016: 1).

Este capítulo procurou identificar as principais características das CSIs, através de um percurso que se iniciou nas discussões sociológicas sobre o conceito de comunidade, passou pelas características das comunidades contemporâneas, recorrendo à noção de intenção e de reflexividade e terminou na identificação dos atributos e práticas das CSIs. As práticas apresentadas mostram que estas permitem explorar empiricamente um conjunto de dimensões particularmente relevantes para a análise do seu papel enquanto agentes de mudança e transição para paradigmas de desenvolvimento mais sustentável. A lógica de mudança encontra-se associada a uma necessidade de transformação. Os tempos de crise acabam por ser períodos férteis de inovação e criação de soluções criativas para a minimização das suas consequências. A possibilidade das CSIs representarem laboratórios de inovação e mecanismos de desenvolvimento de propostas de transição é o que se pretende explorar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – A INOVAÇÃO SOCIAL E AS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

*Nunca duvidem que um pequeno grupo de pessoas empenhadas pode mudar o mundo. De facto, é a única coisa que alguma vez o fez.*⁴⁶

Margaret Mead

4.1 Inovação Social e a Construção Social da Inovação

4.1.1 A Inovação Social enquanto Objeto Sociológico

Este capítulo tem como principal objetivo dar a conhecer de que forma é que as CSIs têm sido perspetivadas enquanto agentes de inovação ao nível micro e possíveis indutores de mudança nos níveis meso e macro. Alcançar este objetivo pressupõe mobilizar um conjunto de quadros teóricos que se consubstanciam numa variedade de conceitos cuja articulação implica um exercício reflexivo. Os conceitos que de seguida se apresentam, têm vindo a ser amplamente discutidos na literatura, por vezes, de forma contraditória. Perceber como é que as práticas desenvolvidas pelas CSIs podem ser transferidas para outros contextos, contribuindo para transições para a sustentabilidade, requer explorar conceitos como o de inovação social (IS), mudança social e transições para a sustentabilidade.

Desde a sociologia clássica que existem múltiplos entendimentos sobre o que é a inovação. A generalidade das inovações representa adições ou pequenas modificações aos paradigmas vigentes. A investigação que aqui se apresenta mobiliza o conceito de inovação para problematizar o seu objeto, sustentar os diferentes objetivos e porque este conceito constitui uma peça central no modelo de análise. Importa clarificar, desde já, que nesta investigação compreende-se a inovação sob uma perspetiva construtivista e como um processo inerente à mudança social. Neste sentido, é possível afirmar que a inovação – ou o “novo” – não existe como tal. É, pelo contrário, construída através do discurso dos indivíduos. Um dos primeiros sociólogos a trabalhar o conceito de inovação sob esta perspetiva foi Gabriel Tarde no século XIX (Tarde, 1890). A sociologia da

⁴⁶ Tradução da autora. Original: “Never doubt that a small group of thoughtful committed people can change the world; indeed, it is the only thing that ever has”.

inovação de Tarde distinguia o que era “estático” do que era “dinâmico” e comportava a ideia de que o dinamismo era indutor de mudança (ou evolução) social.

No entanto, foi Schumpeter que veio dar notoriedade ao conceito de inovação⁴⁷ e o seu trabalho ainda hoje marca as definições estabilizadas de inovação – enquanto a introdução de um bem, serviço, método, processo ou modelo organizacional novo ou significativamente melhorado (OCDE, 1995). Pese embora o autor tenha avançado com reflexões orientadas para as dimensões organizacional e económica, o seu contributo para esta investigação é a sua ideia da inovação enquanto força destabilizadora da economia e motor de mudança através do processo de destruição criativa (Schumpeter, 2018 [1942]). É através da destruição criativas que empresas ou modelos económicos considerados obsoletos tendem a desaparecer para a emergência de formatos mais inovadores.

Neste sentido, a inovação pode ser entendida como um reflexo da rejeição do que é estático e como uma atitude em direção à introdução de dinamismo, ou como Merton (1968) afirmou, um tipo de “comportamento desviante”. Merton, no seu ensaio *Social Structure and Anomie* elaborou uma tipologia de desvio baseada nas diferentes atitudes dos indivíduos em relação aos fins culturais e aos meios socialmente aceites para alcançá-los. Para o sociólogo, a maioria dos indivíduos são “conformistas” – o que significa que tendem a concordar tanto com os fins culturais estabelecidos como com os meios comumente aceites para os atingir. Por outro lado, os atores sociais que Merton classifica como “inovadores” têm a particularidade de aceitar os fins, mas comprometem-se a propor formas alternativas de os alcançar. É esta particularidade que os distingue dos “rebeldes” que rejeitam os fins e os meios estabelecidos e também dos “ritualistas” que seguem as práticas estabelecidas sem apresentar preocupação em atingir os objetivos. A tipologia de Merton representa um ponto de partida profícuo para a análise da inovação enquanto mudança social, uma vez que o principal objetivo da inovação é alcançar ótimos sociais através de meios mais eficazes e eficientes, subvertendo as práticas estabelecidas.

A inovação a que esta tese se refere é a que pretende introduzir mudança social. O tipo de mudança que pode advir dos processos de inovação é variável – desde pequenas modificações ao que está estabelecido até grandes transformações que conduzem a tensões estruturais nos paradigmas atuais (Portes, 2021). Para isso, parte-se da ideia de

⁴⁷ Schumpeter (2017 [1934]) sugeriu uma definição de inovação que remetia para novas combinações de conhecimentos, recursos, equipamentos, entre outros que seriam posteriormente comercializadas.

que a inovação é em primeiro lugar, fruto de um processo social e, em segundo lugar, possível indutora de mudanças sociais, mesmo que subtis.

Existe um conjunto de inovações que podem ser sociais no sentido em que reorganizam os papéis e reconfiguram as relações sociais (Portes, 2021). Posto isto, importa perceber se faz sentido continuar a falar de inovação social ou se o facto de toda a inovação ter uma dimensão social é suficiente para descrever os processos aos quais se pretende dar inteligibilidade nesta tese. Toda a discussão que se enceta de seguida tem como objetivo identificar as dimensões do conceito de inovação social que justificam a opção pela sua utilização no contexto desta investigação. Pese embora todas as dificuldades de definição que se apresentam de seguida, existem dimensões do conceito que, se forem exploradas de forma eficaz e sistemática, podem dar contributos vantajosos à análise de determinados fenómenos.

Os desafios sociais, económicos e ambientais que se colocam às sociedades contemporâneas carecem de respostas eficazes. Há quem argumente que a solução para estes problemas não pode ser encontrada nas respostas tradicionais (Periac *et. al*, 2018) e é necessário refletir sobre novas propostas que se consubstanciem em soluções inovadoras para os novos desafios sociais. A inovação social tem vindo a ganhar algum destaque nos últimos anos, tanto no domínio académico como no das políticas públicas, como uma possível ferramenta para enfrentar estes problemas.⁴⁸ Moulaert e MacCallum (2019) destacam a existência de uma “era protodisciplinar” dedicada à análise da inovação social devido às transformações estruturais da sociedade e das suas relações sociais.

O crescente interesse pela inovação social manifestou-se pela introdução do conceito num vasto conjunto de relatórios de políticas públicas, contribuições orientadas para a implementação de práticas e ainda, ao nível da produção académica. Isto fez com que se gerasse aquilo a que Howaldt e Schwarz (2010) designaram por “obsessão discursiva global” e contribuiu para que a IS fosse um termo omnipresente naqueles domínios (EC, 2013; Mulgan *et al.*, 2012). Foi neste sentido que se começaram a levantar

⁴⁸ Mais recentemente, a inovação social começou a entrar no discurso político e a fazer parte das agendas estratégicas da União Europeia, muito devido aos impactos da crise económica de 2008. Esta crise mostrou as principais fragilidades do sistema económico mundial e a inovação social começou a ser analisada como um quadro útil para pensar sobre possíveis soluções para ultrapassar as consequências sociais da crise (EC, 2013). A IS foi a ferramenta proposta para avançar com o processo de financeirização do setor social, através da sua mercantilização e da necessidade de transferir responsabilidades dos Estados para o setor social, numa lógica de contratos-acordo e projetos-concurso

um conjunto de problemas de definição que comprometeram a validade heurística do conceito. Comumente descrito como uma “palavra da moda”⁴⁹ ou um “quasi-conceito” (Godin, 2012; Pol e Ville, 2009), não é fácil responder à pergunta sobre o que é a inovação social. As inúmeras interpretações em torno da IS fizeram com que alguns académicos o abandonassem enquanto conceito científico (Moulaert *et al.*, 2014) ou questionassem a sua utilidade (Pel e Bauler, 2017).

As dificuldades de definição são geralmente atribuídas à ideia de que o termo inovação social tem origem no domínio da literatura cinzenta orientada para as práticas e para as políticas públicas (Benneworth *et al.*, 2015). Contudo, a própria produção académica tem tido tendência para enfatizar diferentes aspetos da inovação social, adaptando-os aos seus objetos empíricos, o que acabou por contribuir para a ausência de consenso em torno da sua definição. Jenson e Harrison (2013:25) afirmam que a inovação social é um conceito híbrido que utiliza a análise empírica de forma indeterminada, tornando o conceito adaptável e flexível “para seguir as voltas e reviravoltas da política”.

As definições de IS que emergem dos documentos de políticas públicas enfatizam a dimensão das necessidades sociais e uma certa normatividade. A Comissão Europeia (2013), *e.g.*, define a inovação social como um processo que é social tanto nos seus fins como nos seus meios e que remete para o desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) que procuram responder a determinadas necessidades sociais e criar novas relações sociais ou colaborações. Esta abordagem revela que uma inovação social representa algo que pode melhorar não só a sociedade, como também aumentar a capacidade dos cidadãos, destinando-se a melhorar o bem-estar das sociedades (BEPA, 2010). Para além disso, denota uma postura normativa sobre o que se entende por IS, uma vez que se traduz em linhas de ação e identifica conjuntos de critérios aos quais determinadas práticas devem obedecer para serem consideradas como IS.

Uma vez que um dos objetivos deste capítulo é identificar as dimensões do conceito de IS que podem ser úteis para a investigação empírica desta tese, optou-se por não dar detalhe aos contributos que emergem da literatura associada aos documentos de políticas públicas.⁵⁰ Esta opção, no entanto, não está isenta de riscos pois reconhece-se

⁴⁹ Do inglês *buzz-word*.

⁵⁰ Ainda que noutros estudos em que a autora participou esse tenha sido precisamente o objetivo, por exemplo, analisando a temática da inovação social nas estratégias de especialização inteligente (Nogueira *et al.*, 2017) ou a componente prática dos atores no terreno em Portugal (Pinto *et al.*, 2021a).

que os critérios que definem a IS enquanto conceito e processo-ação espelham sensibilidades doutrinárias e ideológicas, uma vez que as definições de IS traduzem a ideologia no Estado.

Howaldt e Schwarz (2010) desafiam esta utilização normativa de “social” e a sua relação intrínseca com valores que sejam socialmente aceites. Para os autores, as inovações sociais não podem ser categorizadas como algo de positivo *per se*, uma vez que o que é socialmente desejável está dependente da interpretação dos indivíduos em relação àquilo que são os seus diferentes interesses e às suas diferentes atribuições.

No domínio da produção científica, as definições de inovação social tendem a divergir entre perspetivas individualistas e estruturalistas (Cajaiba-Santana, 2014). A perspetiva individualista alimenta a ideia de que os valores e atributos do agente são a principal força causal na determinação do processo de inovação. Um exemplo deste tipo de abordagem é a definição de Mulgan *et al.*, (2012: 13) onde se destaca o papel de “(...) um número muito pequeno de indivíduos heroicos, enérgicos e impacientes” para a resolução de problemas sociais que não estejam a receber respostas adequadas.

A perspetiva estruturalista é a que tem sido mais comum no campo de investigação da inovação social e entende a estrutura e o contexto como o fator determinante da inovação (Cajaiba-Santana, 2014). Esta visão tem sido dominante, principalmente devido à influência generalizada do estrutural-funcionalismo na análise das organizações. Um exemplo desta perspetiva surge patente na sugestão de Hämäläinen (2007) para estudar os processos de inovação social a partir das capacidades de ajuste estrutural da sociedade para os receber.

A literatura produzida sobre o conceito é vasta e muitas vezes conflituante. Edwards-Schachter e Wallace (2017) fazem uma revisão sistemática que caracteriza e distingue os vários tipos de literatura científica produzida sobre o conceito de inovação social. Os autores defendem que a maior parte das definições avançadas ao longo de seis décadas podem ser agrupadas em três grupos, sugerindo três vertentes ou áreas principais. A primeira vertente consubstancia um conjunto de investigações que entendem a inovação social como processos de mudança social, analisando os processos, mudanças e práticas sociais que sustentam a IS. A segunda dimensão diz respeito a análises que focam a centralidade dos processos de inovação social, do conhecimento, dos atores e da inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável. E por fim, um conjunto de

propostas que sublinham o setor dos serviços. Esta vertente implica uma perspetiva da inovação voltada para as necessidades sociais, particularmente relacionadas com a prestação de serviços, vinculando-se tanto ao mercado quanto à sociedade. Esta vertente não é ausente de controvérsia já que à inovação social e empreendedorismo social se associa a mercantilizações de funções que antes eram assumidas pelo Estado ou pelo terceiro sector.⁵¹

4.1.2 Agência e Estrutura nos Processos de Inovação Social

Nesta investigação privilegia-se a ação e a relação social como dimensões determinantes do processo de inovação. Existe um conjunto de autores que procuraram ultrapassar a fragmentação identificada anteriormente. É o caso de Franz *et al.* (2012:4-5) que argumentam que:

As inovações sociais são novas práticas sociais que compreendem novas ideias, modelos, regras, relações sociais e/ou serviços. (...) a característica decisiva da inovação social reside no facto das pessoas fazerem as coisas de forma diferente devido a essa inovação, sozinhas ou em grupo. O que muda com a inovação social é a prática social, a maneira como as pessoas decidem, agem e se comportam (...)⁵²

Na mesma lógica, Howaldt e Kopp (2012:47) definem inovação social como “uma nova combinação e/ou nova configuração de práticas sociais em certas áreas de ação ou contextos sociais” e para Avelino *et al.* (2015) essas práticas devem ser solicitadas por grupos de atores de forma intencional e direcionada, com o objetivo de satisfazer ou responder melhor às necessidades e problemas que os mesmos identificaram. Crozier e Friedberg (1993:19) também consideram que a IS é, essencialmente, um processo que altera as relações sociais, através de uma “criação coletiva em que os membros de uma determinada unidade coletiva aprendem, inventam e estabelecem (...) novas práticas e relações sociais”.

Colocar o foco na ação coletiva e na alteração das relações sociais implica pensar a inovação social como um processo que integra os níveis macro, meso e micro dos

⁵¹ Cf, por exemplo: Pinto, H.; Ferreira, S. e Guerreiro, J. A. (2021) The emergence of a Social Innovation Ecosystem in Portugal: An exploratory approach based on the perspective of strategic stakeholder. *European Public & Social Innovation Review*, 6(2), 15-34.

⁵² Tradução da autora. Original: “Social innovations are new social practices comprising new ideas, models, rules, social relationships and/or services. (...) the decisive characteristic of social innovation lies in the fact that people do things differently because of that innovation, alone or in groups. What changes with social innovation is social practice, the way people decide, act and behave.”

sistemas sociais (Edwards-Schachter e Wallace, 2017) e, portanto, contribui para ultrapassar a dicotomia entre agente e estrutura que perpassa as perspectivas individualistas e estruturalistas.

Cajaiba-Santana (2014) já havia defendido a importância de uma visão mais holística do fenômeno da inovação social, que designou de “perspetiva de estruturação”. Nesta proposta, a autora defende que as ações dos atores e as estruturas sociais devem ser concebidas como dualísticas e interdependentes. De acordo com essa visão, a IS é entendida como influenciada de forma interativa, tanto pelos indivíduos, quanto pelas estruturas sociais. Isto significa que a inovação social é baseada em ações coletivas que ocorrem dentro de um determinado sistema social e que essas ações são determinadas pelas instituições desse sistema. Compreender o que se entende por inovação social passa também por perceber em que ambientes institucionais estão inseridos os atores e de que forma esses ambientes condicionam ou possibilitam as suas ações.

Importa agora refletir sobre duas dimensões que são importantes para fortalecer este entendimento acerca da inovação social – a construção social dos processos de inovação e a ideia da dualidade entre agência e estrutura. Adotar a “perspetiva da estruturação” de Cajaiba-Santa implica compreender a inovação como resultado de um processo contínuo, que é subordinado aos mecanismos de formação da ação e ao binómio agência-estrutura. Isso requer uma análise que relacione a coordenação dos atores e os recursos disponíveis para a prossecução dos seus objetivos, conforme sugere a Teoria Ator-Rede (Callon, 1999; Latour, 2005). Entende-se assim que a inovação implica mecanismos de reciprocidade entre os indivíduos e é, por isso, necessário considerar aspetos como valores, cultura e objetivos, pessoas, conhecimento e tecnologia e, por fim, como estes elementos são assimilados nas práticas sociais (Piteira, 2014).

Uma das dimensões importantes nos mecanismos de reciprocidade é o capital social – que no capítulo anterior se identificou como determinante no bem-estar e qualidade de vida nas CSIs (Hall, 2015). Na leitura de Putnam (1993), o capital social remete para as ligações que os indivíduos estabelecem e que possibilita a existência de laços comunitários fortes capazes de garantir a ação coletiva. Para Bourdieu (1989) são os recursos que advêm das redes nas quais um indivíduo participa, sendo uma forma de poder simbólico. Para Granovetter (1973) o capital social é referente à qualidade das relações estabelecidas entre atores, no sentido em que aqueles que têm relações fortes

com outros têm mais probabilidade de partilhar recursos e informação e desenvolver sentimentos de confiança. Neste sentido, a importância das redes para o processo de inovação é tanto maior quanto maior for o capital social dos atores que nelas se situam.

Partindo de uma abordagem micro-sociológica que sublinha a capacidade dos indivíduos em atribuir significados aos contextos, às experiências e às suas ações, é possível refletir sobre a ideia de que a percepção sobre a inovação é socialmente construída enquanto processos de construção social no qual os atores se envolvem no decorrer da vida quotidiana (Berger e Luckmann, 1967). Isto significa que estamos perante um espaço que:

passa pela objetivação dos processos e dos significados subjetivos sobre os quais é construído o mundo intersubjetivo do senso comum, que é aquele que partilhamos com os outros nas rotinas normais da vida quotidiana (Sequeira e Marques, 2016:48)

As organizações e os processos de inovação são produtos de pessoas que têm papéis definidos e interações marcadamente idiossincráticas (Oliveira, 2008). Assim, as interpretações geradas pelos atores ao longo dos processos de inovação culminam na construção e atribuição de significados (Weick, 1995) que moldam as atividades de inovação através da criação de padrões de comportamento e códigos partilhados que os situam dentro do processo de inovação e que conduzam a maiores níveis de eficiência (Pinto *et al.*, 2021a). O nível de cristalização desses padrões de comportamento coletivamente entendidos, aceites e adotados, leva à institucionalização de rotinas e comportamentos que se tornam parte integrante do processo de inovação (Colyvas e Powell, 2006).

Em segundo lugar, é relevante sublinhar os pressupostos da dualidade entre estrutura e agência. Isso significa assumir que as ações e comportamentos são condicionados por características estruturais que podem restringir ou potencializar o desempenho e a capacidade de inovar. O trabalho de Giddens sobre a teoria da estruturação (Giddens, 1984) oferece algumas noções básicas que enquadram a inovação como um fenómeno multidimensional, socialmente construído por indivíduos, que é concomitantemente potenciado ou limitado pelo contexto. Uma ideia-chave associada a esta articulação é a já referida noção de reciprocidade. Agência e estrutura são mecanismos de formação de ação recíproca, na forma de “estruturação” ou “dualidade de estrutura”, que implica uma dependência mútua, uma vez que “as propriedades estruturais

de um sistema são o meio e o resultado das práticas que eles organizam recursivamente” (Giddens, 1984:25).

Neste sentido, agência e estrutura não existem independentemente uma da outra. Pelo contrário, são mutuamente dependentes. Isto implica pensar a IS, como um processo social que não é composto apenas por indivíduos, mas por práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. A própria definição de Cajaiba-Santana (2014) sublinha estas dimensões ao conceber as inovações sociais como novas práticas sociais criadas a partir de ações coletivas, intencionais e orientadas para objetivos que visam promover a mudança social, isto é, reconfigurar a forma como os objetivos sociais são alcançados. E é precisamente devido ao facto de as inovações sociais serem orientadas para as práticas sociais, que é necessário refletir sobre a forma como as estruturas sociais, capacitam e restringem os atores ao agirem sobre essas práticas (van der Have e Rubalcaba, 2016).

Esta abordagem ganha validade quando se assume que a IS é um processo que ocorre a vários níveis que estão interligados entre si. Nicholls e Murdock (2012), por exemplo, fazem uma distinção entre inovações incrementais – que se concentram em produtos e serviços institucionais – e inovações disruptivas – que se concentram nos domínios das políticas públicas ou dos movimentos sociais. Moulart *et al.* (2014) discute a IS como a melhoria das relações sociais no nível micro, entre indivíduos, e no nível macro, entre classes e grupos sociais. Cajaiba-Santana (2014) identifica três níveis em que atuam as inovações sociais. No primeiro nível encontram-se as inovações que a autora designou por “intragrupais sociais”, que estão relacionadas com as normas, valores, regras, hábitos e com as convenções básicas de um determinado grupo social. O segundo nível remete para as inovações sociais entre grupos e implica a existência de diferentes grupos sociais ligados por relações colaborativas e/ou competitivas. Este nível é meso e pode ser analisado com recurso a mecanismos sociais como a existência de redes. Por fim, o terceiro é o nível macro e consubstancia-se nos sistemas sociais ou inovações sociais “extra-grupo”.

Outros autores identificaram três escalas onde o processo de inovação social se pode desenvolver: “nicho”, “regime” e “paisagem” (Rip e Kemp, 1998; Geels, 2005). Nesta abordagem, os nichos referem-se aos espaços, ou “ambientes seguros”, onde a inovação social pode ocorrer, enquanto os regimes são as regras ou práticas cristalizadas que tendem a moldar o processo de inovação e a paisagem é o contexto social (ou

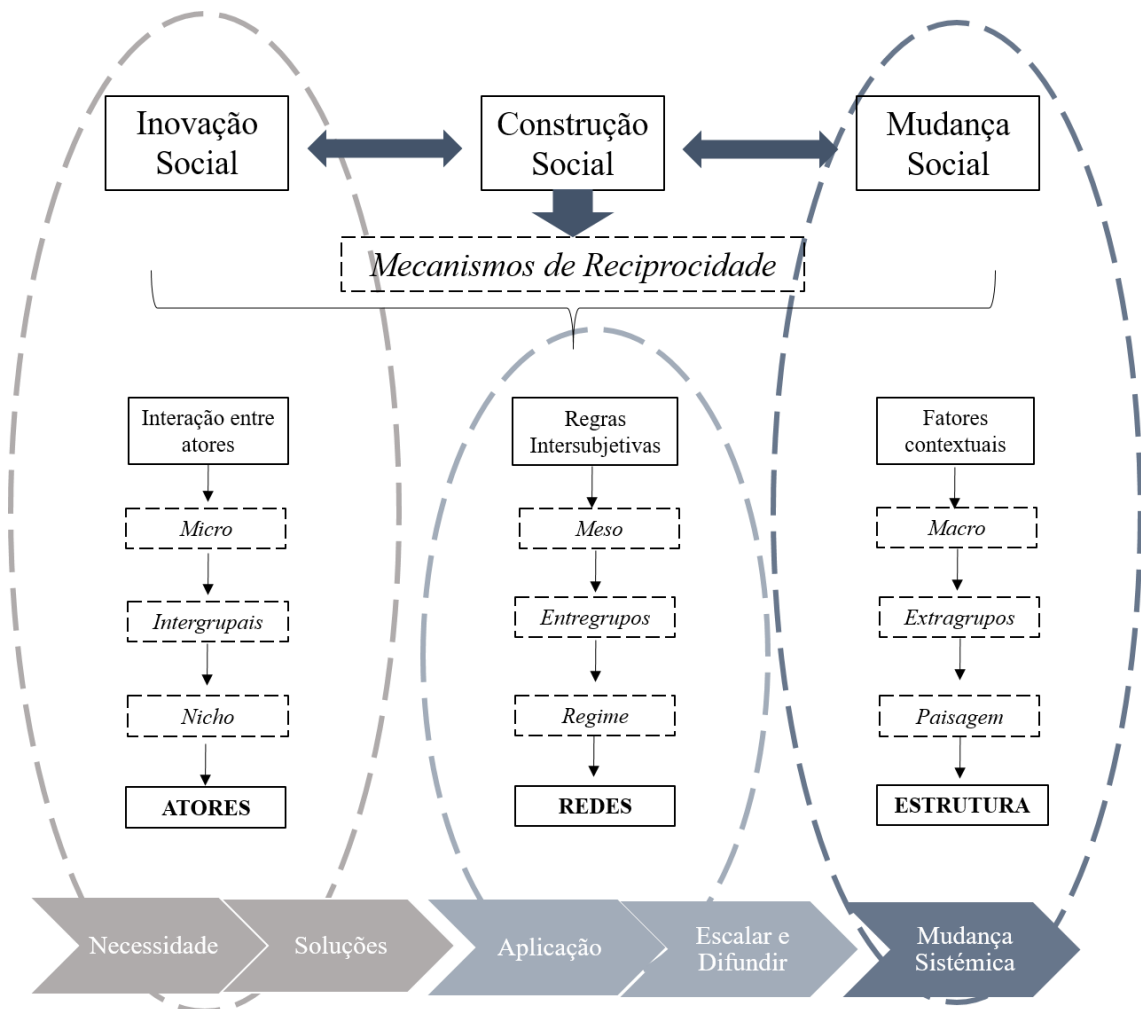
estrutura). Estas escalas são, *grosso modo*, similares aos níveis, respetivamente, micro, meso e macro. No fundo, estes diferentes contributos consubstanciam-se na mesma ideia: a de que a inovação social se desenvolve em múltiplos níveis. Para o argumento que se pretende desenvolver nesta tese, serão utilizadas as noções de *nicho*, *regime* e *paisagem*, em detrimento das restantes. Esta opção deve-se ao facto destes três níveis estarem relacionados com o quadro teórico que sustenta as transições para a sustentabilidade que será abordado, de forma detalhada, no próximo ponto deste capítulo.

As práticas de inovação social ocorrem num fluxo de diferentes estágios que vão do desenvolvimento da ideia até à mudança sistémica (Mulgan *et al.*, 2012). O ponto de partida para o desenvolvimento de práticas de inovação social é a consciência da existência de necessidades que não estão a ser colmatadas e para as quais é necessário identificar soluções (Murray *et al.*, 2010). Segue-se o desenvolvimento, a prototipagem e a aplicação das novas soluções identificadas (Mulgan *et al.*, 2012), para aferir quais são as propostas que funcionam na prática. De seguida, pressupõe-se que as propostas com sucesso devam ser escaladas (aumentar em escala) e difundidas. O aumento de escala depende de dois fatores principais: por um lado, de um ambiente onde exista procura efetiva para essa solução e, por outro lado, de condições que permitam essa prática crescer, como a organização de recursos (Mulgan *et al.*, 2012). Com a utilização generalizada da inovação em causa, a sua adaptação por outros indivíduos pode conduzir a alterações nas práticas em si as quais, muitas vezes, assumem formatos diferentes das expectativas iniciais dos pioneiros. Isto pode resultar em consequências não intencionais e não previstas e em aplicações inesperadas (Mulgan *et al.*, 2012). Por fim, o grande propósito da IS é a mudança sistémica. Estas diferentes fases do ciclo ocorrem predominantemente em níveis diferentes (micro, meso e macro), conforme se esquematiza na figura 4.1.

A mudança sistémica geralmente envolve a interação de muitos elementos, desde movimentos sociais, modelos de negócios, leis e regulamentos, dados e infraestruturas até formas inteiramente novas de pensar e fazer, ou seja, novas práticas e relações sociais (Murray *et al.*, 2010). Interpretar esta mudança como o propósito final da IS pode ser complexo e controverso porque as inovações sociais geralmente esbarram nas estruturas cristalizadas das sociedades, cuja rutura, normalmente, não acontece de forma linear e unidirecional. Portanto, esta ideia da mudança sistémica enquanto o estágio “final” da inovação social enferma de uma certa ingenuidade porque a mudança não acontece como

um acontecimento isolado que irrompe nas estruturas, mas sim através de um processo gradual (Loorbach *et al.*, 2017), alimentado por conjuntos de outras inovações e que tem de ser alicerçado em outros fatores.

Figura 4.1 – Inovação Social: Esquema Conceptual



Fonte: Elaboração própria

A figura 4.1 esquematiza o essencial da discussão feita até aqui e constitui, portanto, a forma como se entende a inovação social nesta tese:

(...) uma ideia que tenta, deliberadamente, satisfazer de forma mais eficaz necessidades e problemas sociais explícitos ou latentes, resultando em novas ou melhores capacidades e na transformação das relações sociais e de poder, visando a mudança social e o

estabelecimento de novas práticas sociais que afetam positivamente a vida dos indivíduos (Pinto *et al.*, 2021a: 65).⁵³

Este entendimento de inovação social é inspirado no significado que Cajaiba-Santana (2014) atribui ao conceito – onde a inovação social é uma ação social cujo principal objetivo é a mudança social. Para atingir este objetivo, existem dois critérios principais aos quais todo o processo deve obedecer: (a) procurar satisfazer necessidades sociais para as quais as respostas sejam inexistentes ou ineficazes; e (b) na criação de soluções para os problemas identificados, os indivíduos devem alterar a forma como se relacionam e como orientam as suas práticas – para modelos mais horizontais, democráticos, inclusivos, participativos e colaborativos. Como é qualquer fenómeno social, a inovação está condicionada, simultaneamente, pela atribuição de significados que os atores fazem das suas ações e do processo de inovação social e pelos recursos que têm à sua disposição, num determinado tempo e espaço.

Esta dualidade implica a existência de mecanismos de reciprocidade que articulem as três dimensões do conceito – micro, meso e macro. O nível micro do processo de inovação social corresponde às interações estabelecidas entre os indivíduos, principalmente no domínio da identificação das necessidades a colmatar e das possíveis soluções para o fazer, colocando, portanto, a tónica na agência. O nível meso consolida-se no conjunto de regras intersubjetivas que moldam o processo e implica uma ligação entre vários grupos, com o objetivo de aplicar, escalar e difundir as soluções encontradas. Neste caso, o foco está nestas ligações, ou seja, na existência de redes de colaboração. Por fim, uma terceira dimensão que corresponde ao nível macro do processo de inovação social, ou seja, aos fatores contextuais, às estruturas que estão cristalizadas nas sociedades. É, neste sentido, uma dimensão que remete para um processo extragrupos orientado para uma mudança social (ou sistémica).

A opção pela utilização do conceito de inovação social, em detrimento de um foco na dimensão social do conceito de inovação, apesar das críticas que lhe estão associadas, justifica-se pelo peso que atribui às práticas sociais, às relações sociais e à mudança social. Colocar o foco na prática social significa assumir que é somente através dela que as diversas inovações penetram na sociedade, tornando-se, assim, objeto de reprodução.

⁵³ Tradução da autora. Original: “an idea that deliberately attempts to better satisfy explicit or latent social needs and problems, resulting in new or improved capabilities, and in the transformation of social and power relations, aiming at social change and the establishment of new social practices that positively affect the lives of individuals”.

A prática social articula-se diretamente com a mudança social, uma vez que a ampla variedade de inovações quotidianas constitui estímulos e incentivos para refletir e, possivelmente, mudar as práticas sociais. Para além disso, a sua utilização também é útil para conseguir distinguir a abordagem que se mobiliza nesta investigação de uma noção tecnologista que tem sido dominante nos estudos de economia e de gestão.

No entanto, a mudança social pode não acontecer num sentido desejável, daquilo que poderia ser considerado como positivo como seria o caso da sustentabilidade. Avelino *et al.* (2019) criaram o conceito de “inovação social transformadora” (IST) para apreender este foco numa mudança social estrutural orientada para a sustentabilidade. A noção de “transformação” é entendida pelos autores como um ajuste nos valores sociais, perspetivas e comportamentos. Assim, a inovação social transformadora é uma “mudança que desafia, altera e /ou substitui instituições dominantes⁵⁴ num contexto sociomaterial específico” (Avelino *et al.*, 2019:17).

Refere-se aqui a IST como ponto de partida para sublinhar de que a inovação social não é uma mudança, *per se*, mas sim um processo cujo objetivo principal é introduzir essa mudança. Nesta investigação considera-se que mudança e transformação são sinónimos. A mudança social a que este texto se refere é a que procura moldar as instituições dominantes, orientando-as para um caminho em direção a uma transição para a sustentabilidade.

Este foco numa mudança que seja transformadora das estruturas é crucial para encarar os novos desafios que as sociedades enfrentam, nomeadamente, os que estão relacionados com os problemas ambientais. Estes desafios exigem respostas transformadoras que vão para além das adaptações superficiais que têm caracterizado as respostas das instituições existentes – como se verificou na análise das políticas públicas para a sustentabilidade realizada no capítulo 2 desta tese. Uma vez que nem toda a mudança institucional é transformadora, é necessária uma reconfiguração das organizações socioeconómicas, culturais, educacionais e políticas para que se possa desenvolver uma transição para paradigmas mais sustentáveis.

⁵⁴ A concepção de instituições a que esta tese se refere é a de instituições como “regras do jogo” (North, 1994) e sistemas de regras estabelecidas que organizam as interações sociais (Hogdson, 2006).

4.2 A Mudança Social e a Transição para a Sustentabilidade

4.2.1 Definição e Características das Transições para a Sustentabilidade

A mudança social não é um processo linear cujo início possa ser identificado antes da mudança estar concluída. As sociedades estão a passar, em permanência, por fases do processo de mudança social. É um processo gradual ainda que em determinados momentos a mudança se torne mais visível e possam motivar alterações rápidas estimuladas por impulsos internos ou externos específicos (Mahoney e Thelen, 2010). Neste sentido, entende-se que a mudança social ocorre através de um processo de transição. O conceito transição é amplamente utilizado em muitas disciplinas científicas para se referir a uma mudança não linear de um equilíbrio dinâmico para outro. O termo “transições para a sustentabilidade” é cada vez mais utilizado para referir mudanças sociais consideradas necessárias para resolver os desafios sociais atuais relacionados com o ambiente. As transições para a sustentabilidade são mudanças disruptivas, em grande escala, nos sistemas sociais, que normalmente surgem no decorrer de um longo período. Essas transições são uma ameaça às configurações existentes, dinamicamente mais estáveis, mas que enfrentam desafios de sustentabilidade persistentes e, por isso mesmo, se expõem à possibilidade de mudanças mais radicais, sistêmicas e aceleradas (Loorbach *et al.*, 2017).

O debate em torno das transições para a sustentabilidade contribui para refletir sobre os desafios estruturais, transversais, complexos e multidimensionais que as sociedades enfrentam e para as quais são necessárias respostas articuladas que emerjam de múltiplas escalas. As estruturas sociais tradicionais não se mostraram eficazes na resposta a esses desafios, como é o caso das alterações climáticas. É neste sentido que na presente investigação se parte da ideia segundo a qual a transição para a sustentabilidade deve ser percebida como uma necessidade social. É, cada vez mais, necessário pensar em respostas inovadoras capazes de desestabilizar regimes.⁵⁵ A inovação social surge assim como um caminho possível para essa desestabilização e rutura.

O campo de conhecimento sobre esta temática tem vindo a ganhar algum destaque nos últimos anos. O estudo das transições surgiu na década de 1990, como campo de investigação transdisciplinar, devido à necessidade de se antecipar e compreender as

⁵⁵ A utilização da palavra “regime” surge aqui como apropriação da nomenclatura utilizada pelo quadro teórico que advém dos estudos de transição, nomeadamente, das transições para a sustentabilidade. Neste sentido, quando se mobiliza a ideia de “destabilizar regimes” não se refere à formulação da ciência política da subversão da ordem instituída e da desobediência civil.

possíveis transições em curso e relacioná-las com a procura do desenvolvimento sustentável (Geels, 2005). Esta ideia tem origem em duas raízes intelectuais principais: por um lado, relaciona-se com a investigação em inovação, incluindo os estudos sobre a ciência e a tecnologia (Geels e Kemp, 2000), e por outro lado, emerge dos estudos ambientais e da sustentabilidade (Kemp, 1994). Mais recentemente, o escopo das transições para a sustentabilidade tem-se ampliado para incluir o papel da sociedade civil, as iniciativas de base micro e a inovação social (Seyfang e Haxeltine, 2012). Isto representa um maior foco nos aspetos socioecológicos, socioeconómicos e nas políticas públicas, como objetos de transição relevantes, em detrimento de um foco exclusivo nos sistemas sociotécnicos (Loorbach *et al.*, 2017).

As transições para a sustentabilidade apresentam um conjunto de características (Köhler *et al.*, 2019): a) são processos multidimensionais e coevolucionários, pois envolvem vários desenvolvimentos interdependentes; b) são processos que mobilizam vários tipos de atores sociais; c) desenvolvem-se num contexto que relaciona estabilidade e mudança porque, se por um lado, é possível assistir, hoje em dia, à emergência de várias inovações e práticas consideradas sustentáveis (por exemplo, a utilização de energias renováveis), por outro lado, existem ainda práticas contrárias que, por estarem profundamente enraizadas, persistem (como é o caso da utilização de combustíveis fósseis).

A investigação sobre as transições para a sustentabilidade procura compreender esta tensão entre as iniciativas que procuram encetar mudanças sociais e as forças que procuram garantir a estabilidade dos sistemas sociais existentes. Para além disto, são processos de longo prazo, imersos na incerteza do carácter não linear dos processos de inovação, políticos e socioculturais. Isto remete para outra importante característica, o facto de a própria noção de sustentabilidade ser contestada, o que significa que diferentes atores tendem a discordar sobre as inovações mais desejáveis para as transições de sustentabilidade. Por fim, as políticas públicas devem desempenhar um papel central na definição da direção das transições (Markard *et al.*, 2012) através de vários domínios, sendo que os mais relevantes para esta investigação são as regulamentações ambientais e as políticas de inovação.

A relação entre estabilidade e mudança nos sistemas sociais tem vindo a ser analisada sobre diferentes perspetivas (Loorbach *et al.*, 2017). Existem três abordagens

principais: abordagem sócio-técnica, sócio-institucional e sócio-ecológica. Este estudo mobiliza uma perspectiva integrada entre as três.⁵⁶ A abordagem sócio-técnica emerge dos estudos sobre ciência e tecnologia, é fortemente influenciada pela perspectiva multinível (MLP⁵⁷) e remete para os processos de substituição tecnológica. A abordagem sócio-institucional coloca a ênfase na forma como as rotinas, os poderes, os interesses, os discursos e as regulamentações criam dependências na trajetória e na forma como estas são desafiadas por inovações sociais (com impacto de transformação), a abordagem socio-ecológica enfatiza o facto destas transições envolverem atores diferentes (de várias origens institucionais) e a forma como, individualmente, contribuem para a mudança nas relações de poder. Estas perspectivas são aqui mobilizadas precisamente para dar conta da dualidade entre a agência e a estrutura já aqui abordada. Isto significa que se assume que os processos de transição devem ser analisados com recurso ao papel da agência e à forma como diferentes tipos de agência influenciam a velocidade e a direção das transições, mas também através da compreensão de como estes diferentes atores se podem associar para contribuir de forma mais efetiva para as transições desejadas.

A razão para a ligação a esta literatura prende-se com a tentativa de analisar a inovação social como um caminho que pode contribuir para a aceleração destas transições – uma das questões de investigação desta tese. Falar sobre transições para a sustentabilidade implica perceber quem são os atores envolvidos e como é que as relações de poder entre os mesmos se alteram (Avelino e Wittmayer, 2016). Há, portanto, um foco nas capacidades que os indivíduos têm para atuar como alavancas para as transições, no sentido em podem agir como *pioneiros* – como “agentes com a capacidade de gerar estruturas dissipativas e operar dentro dessas estruturas desviantes” (Rotmans e Loorbach, 2010:144). Os pioneiros a que se referem Rotmas e Loorbach podem ser comparáveis com os agentes inovadores a que se refere Merton (1968).

Partindo de uma ontologia construtivista é então necessário perceber quais são os significados que os atores atribuem às novas tecnologias (Bijker, 1995) e aos processos de transição. As transições para a sustentabilidade acabam por ser comprometidas pela falta de visões partilhadas, principalmente porque, como já foi referido, a noção de sustentabilidade é ambígua e contestada (Geels, 2010). Neste sentido, os indivíduos não têm apenas diferentes interpretações do equilíbrio desejado entre sustentabilidade social,

⁵⁶ Uma descrição detalhada sobre estas três abordagens pode ser encontrada em Loorbach *et al.*, (2017).

⁵⁷ Do inglês *Multilevel Perspective*.

económica e ambiental, mas também diferentes classificações sobre o que são problemas ambientais e diferentes percepções sobre as (des)vantagens de soluções políticas mais apropriadas. Tudo isto tende a gerar incerteza e impede o compromisso dos autores de políticas públicas, dos consumidores e dos investidores.

As transições para a sustentabilidade, neste caso, visam compreender “a transformação de rotinas e hábitos comuns [...] a forma como os significados, práticas e tecnologias se mantêm unidos e como os próprios processos influenciam o grau e a direção da mudança” (Shove, 2003:20). Como tal, algumas das questões desta investigação são perceber os significados que os indivíduos, nomeadamente, os membros das CSIs atribuem ao desenvolvimento da inovação, ao conceito de sustentabilidade e ao tipo de transição que consideram desejável. Em segundo lugar, porque se parte da premissa que estes atores não existem como unidades isoladas, mas sim como partes integrantes de um todo. Por todo, entende-se, por um lado, a sua experiência comunitária e a forma como a mesma molda as percepções individuais e, por outro lado, a sua relação com o(s) contexto(s) exteriores à comunidade e a forma como os significados se (re)constróem neste cenário. Em terceiro lugar, porque se assumiu que a construção social da inovação implica a existência de um conjunto de mecanismos de reciprocidade que articula os níveis micro, meso e macro, do desenvolvimento da ação. E, por fim, porque as transições para a sustentabilidade implicam que as práticas de inovação sejam capazes de introduzir tensões nas estruturas cristalizadas. Para que isto aconteça é necessário que existam mecanismos de difusão e disseminação do conhecimento e da inovação, como as redes sociais.

4.2.2 Transições a Múltiplos Níveis e Múltiplos Atores

Para apreender este efeito de múltiplas camadas nos processos de mudança, os estudos sobre as transições mobilizam, com frequência, a perspetiva multinível (MLP). A perspetiva multinível (Rip e Kemp, 1998; Geels, 2004; Geels e Schot, 2007) é um instrumento para a compreensão das transições para a sustentabilidade que têm em comum a multidimensionalidade das mudanças sociais. Esta perspetiva pode ser vista como uma teoria de médio alcance,⁵⁸ pois o foco não está em construções abstratas como

⁵⁸ Merton (1968) introduziu a noção de teoria de médio alcance para dar conta dos extremos da grande teoria (como o estrutural-funcionalismo de Parsons) e o empirismo abstraído, que se concentra apenas na recolha e análise de dados. Uma teoria de médio alcance é aquela “(...) que se encontra entre as hipóteses de trabalho menores, mas necessárias, que evoluem em profusão durante a investigação do dia-a-dia e os esforços sistemáticos inclusivos para

a de *sociedade* ou *sistema social*, mas sim em fenômenos concretos, como o das transições sustentáveis. A MLP pressupõe a existência de três níveis principais: o *nicho*, o *regime* e a *paisagem*⁵⁹ (ou contexto).

O nível designado por regime é de interesse crucial, porque as transições são, precisamente, mudanças de um regime para outro. No contexto da MLP, a noção de “regime sociotécnico” foi introduzida por Rip e Kemp (1998) e posteriormente popularizada por Geels (2005) para ajudar a explicar a dependência de trajetória⁶⁰ e do bloqueio dos sistemas sociotécnicos existentes em torno de tecnologias específicas, como a máquina a vapor ou a utilização de combustíveis fósseis. Os regimes podem remeter para diferentes entendimentos, como ser um setor (energético, o agrícola, o da educação, dos transportes), as escolhas dos consumidores, políticas setoriais e cultura. A ideia central é de que as mudanças sistêmicas disruptivas ocorrem nos chamados “regimes” – a ordem dominante num (sub)sistema social (Loorbach *et al.*, 2017). O regime sociotécnico forma a *estrutura profunda* responsável pela estabilidade de um sistema social (Geels, 2004). O conceito de regime refere-se ao conjunto de regras semi-coerentes que orientam e coordenam as atividades dos grupos sociais.⁶¹ Exemplos de regras de regime são as rotinas cognitivas e crenças, as competências partilhadas, os estilos de vida e práticas sociais, os regulamentos institucionais, entre outros (Geels, 2011).

Mobilizando a ideia de dualidade da estrutura de Giddens (1984), essas regras de regime são, simultaneamente, o meio e o resultado da ação. Isto porque, por um lado, os atores produzem regras que regulam as suas práticas locais e, por outro lado, essas mesmas regras constroem a sua ação. Como os regimes existentes são caracterizados pela estabilidade, a inovação ocorre de forma incremental, com pequenos ajustes,

desenvolver uma teoria unificada que irá explicar todas as uniformidades observadas de comportamento social, organização social e mudança social.” (Merton, 1968:39).

⁵⁹ Do inglês *landscape*.

⁶⁰ Um conceito com raízes na economia evolucionista que remete para a forma como determinada condição, como por exemplo um padrão tecnológico ou de desenvolvimento, é baseada num conjunto de sequências de ações anteriores e também para a forma como essa condição se tende a perpetuar no tempo. É um conceito geralmente utilizado para explicar os processos de adoção de tecnologia (Nelson e Winter, 1982).

⁶¹ Uma das críticas que é frequentemente feita à MLP é que não fica claro como é que estes três níveis teóricos são observados empiricamente. A noção de regime é uma das mais criticadas, por ser um conceito analítico que pode ser aplicado a tópicos empíricos de diferentes escopos (combustíveis primários ou sistemas elétricos inteiros) (Smith *et al.*, 2005). Geels (2011) acaba por concordar com estas críticas, afirmando que, muitas vezes, os estudos empíricos usam “regime” como uma abreviatura para “sistema”. Clarifica, no entanto, que na MLP, o sistema refere-se a elementos tangíveis e elementos mensuráveis (como artefactos, participações de mercado, infraestrutura, regulamentos, padrões de consumo, opinião pública), enquanto os regimes se referem a estruturas profundas intangíveis e subjacentes (como crenças, regras práticas, rotinas, formas padronizadas de fazer as coisas, paradigmas políticos, visões, promessas, expectativas sociais e normas). Portanto, “regime” é um conceito que convida o investigador a analisar os mecanismos subjacentes às atividades dos atores que reproduzem os elementos do sistema (Geels, 2011).

acumulando-se em trajetórias estáveis, não apenas na tecnologia, mas também nas dimensões cultural, política, científica e social (Geels, 2011).

Os “nichos” são espaços protegidos para o desenvolvimento de inovação (Geels, 2004). É ao nível do nicho que os atores desenvolvem inovações radicais que se desviam dos regimes existentes. O principal objetivo destes indivíduos é que as práticas que desenvolvem possam ser utilizadas no regime e que contribuam, eventualmente, para a sua alteração (Geels, 2011). Contudo, este processo é difícil porque os regimes existentes estão estabilizados e porque as inovações de nicho podem ter uma correspondência com as dimensões do regime existente (por exemplo, falta de infraestrutura apropriada, regulamentos ou práticas de consumo). Os nichos são cruciais para as transições, porque facultam as sementes para a mudança sistémica.

A literatura sobre o desenvolvimento de inovação ao nível do nicho (Rip e Kemp, 1998; Schot e Geels, 2008) distingue três processos centrais no desenvolvimento de nicho: a) a articulação (e ajuste) de expectativas ou visões, que orientam as atividades de inovação e procuram atrair a atenção e financiamento de atores externos; b) a constituição de redes sociais e a adesão de atores que expandem a base de recursos das inovações de nicho; e c) os processos de aprendizagem e articulação entre os atores. Os nichos potenciam-se, portanto, quando (e se) as expectativas se tornam mais precisas e mais amplamente aceites, o alinhamento de vários processos de aprendizagem resulta numa configuração estável e quando as redes aumentam (Geels, 2011).

A paisagem sociotécnica é o contexto mais amplo, macro-social, onde têm lugar as dinâmicas dos nichos e dos regimes (Rip e Kemp, 1998). O nível da paisagem refere-se ao cenário tecnológico – paradigmas dominantes – que sustenta a sociedade, mas também inclui tendências demográficas, ideologias políticas, valores sociais e padrões macroeconómicos. Geels (2004) inclui este conjunto de fatores na categoria designada por *paisagem* porque contribuem para a arquitetura de um contexto externo, no qual os atores nos níveis do nicho e do regime operam e não conseguem influenciar no curto prazo.

Embora existam várias trajetórias de transição estes três níveis (da MLP) interagem de forma dinâmica. Ao passo que as inovações de nicho criam um *momentum* interno, as mudanças ao nível da paisagem criam pressão sobre o regime e a desestabilização do regime cria janelas de oportunidade para inovações de nicho (Geels,

2011). Ou seja, à medida que o contexto social muda e se desenvolvem novas alternativas, os regimes, inevitavelmente, entram num processo de aumento de tensão, crises internas, desestabilização e, conseqüentemente, de reconfiguração (Loorbach *et al.*, 2017). As tensões subsequentes entre nichos e regimes e a sua possível substituição, ocorrem em várias dimensões (por exemplo, mercados, regulamentações, significados culturais, infraestrutura) e são protagonizadas por indivíduos que negociam, procuram, aprendem e constroem alianças enquanto avançam nas transições (Geels, 2010).

As transições para a sustentabilidade, enquanto processos multifásicos e multinível, que compreendem um determinado período temporal, passam por diferentes fases: emergência, *take-off*, aceleração e destabilização (Rotmans *et al.*, 2001). Cada uma dessas fases está ligada a mecanismos particulares (Geels, 2004). Os principais mecanismos de transição propostos pela MLP são, em primeiro lugar, o facto de as inovações de nicho acumularem impulsos internos, através de processos de aprendizagem, aperfeiçoamentos no desempenho e apoio de outros grupos poderosos; em segundo, quando o nível designado por paisagem cria pressão sobre o regime, originando subsequentes tensões que conduzem à sua destabilização; e, por fim, quando o regime desestabilizado abre oportunidades para a difusão de inovações de nicho (Geels, 2004).

As combinações possíveis nas interações entre os três níveis nas diferentes fases do processo, podem originar quatro tipos de trajetórias na transição para a sustentabilidade (Geels e Schot, 2007). O primeiro cenário é um caminho de *transformação* em que os desenvolvimentos da paisagem exercem pressão sobre o regime quando as inovações de nicho não estão a ser bem desenvolvidas. É um caminho essencialmente macrossocial. Uma outra possibilidade é a *reconfiguração*, que implica que as inovações de nicho têm mais sucesso quando os desenvolvimentos da paisagem exercem pressão sobre os regimes. O terceiro caminho identificado pelos autores designa-se por *substituição tecnológica*. Neste caso, as inovações de nicho são bem-sucedidas quando o desenvolvimento da paisagem exerce pressão sobre os regimes. As tensões no regime formam uma janela de oportunidade para a perfuração de inovações de nicho que substituem o regime. Também pode ocorrer um caminho alternativo, no qual o sucesso das inovações de nicho se deve aos impulsos internos (investimentos, aumento da procura, apoio político, entre outros). Nesses casos, a substituição do regime pode ocorrer sem a ajuda das pressões da paisagem. O último tipo de trajetória que as transições podem assumir é o de *desalinhamento e realinhamento*. Neste caso, as principais pressões da

paisagem causam, numa primeira fase a desintegração dos regimes (desalinhamento). Essa desintegração pode ser aproveitada, posteriormente, pelo surgimento de várias inovações de nicho, que coexistem durante longos períodos, para que ocorra um realinhamento de novos regimes.

A análise que se pretende desenvolver nesta investigação centra-se, essencialmente, ao nível do nicho – das Comunidades Sustentáveis Intencionais. Como tal, procurar-se-á perceber para que fase de transição é que estes atores e as redes que estabelecem tendem a contribuir e ainda se existem diferentes trajetórias de transição a eles associadas. Esta multiplicidade de trajetórias que foi identificada, implica que as transições para a sustentabilidade requeiram o envolvimento de vários indivíduos a operar em diferentes níveis.

Dhale (2007) partiu desta premissa para identificar quatro “perfis estratégicos” de atores nas dinâmicas de transição. O primeiro perfil, que o autor designa por *reformistas*, remete para as elites existentes na esfera política e empresarial. Estes indivíduos envolvem-se no processo de transição quando contribuem para moldar as instituições existentes para direções mais sustentáveis, por exemplo através de impostos verdes e tratados ambientais internacionais. Um exemplo deste tipo de perfil é Al Gore, vice-Presidente dos EUA entre 1993 e 2001 e ativista ambiental após sair da Casa Branca. Este perfil sugere uma trajetória de transformação onde o regime acaba por se ajustar a pressões externas (Geels, 2011).

O segundo perfil – *revolucionários impacientes* – é composto por um conjunto de especialistas ambientais dispostos a implementar medidas drásticas. Este perfil está associado a políticos, de vários quadrantes políticos, que defendem uma visão extremista em relação às alterações climáticas. Dahle (2007) avança com o termo “eco-ditadura” para descrever as práticas e discursos destes indivíduos. A filósofa italo-canadiana Laura Westra – fundadora da Sociedade Internacional de Ética Ambiental e uma porta-voz recente dessa visão – defende o “Princípio da Integridade” e afirma que a crise climática deve ser encarada como a maior de todas as causas sociais, mesmo que isso signifique “impugnar” a democracia. Estes indivíduos formariam uma nova elite que substituiria a existente e, neste sentido, coaduna-se com a trajetória da transição por substituição (Geels, 2011). Estes dois perfis remetem para atores que atuam no nível macro, ou de acordo com a nomenclatura utilizado no estudo sobre transições, na paisagem.

Os outros dois perfis identificados por Dahle, por contraste, são compostos por indivíduos que operam numa base mais micro, ao nível do nicho. É o caso dos *pacientes revolucionários* que são indivíduos que produzem inovações de nicho e aguardam pelo momento em que as estruturas estejam desalinhadas para introduzir as suas inovações nos regimes. Para estes, as soluções (tanto *top-down* como *bottom-up*) são insuficientes e acreditam que “o tempo da mudança ainda não chegou” (Dahle, 2007:493). A transformação só ocorrerá após um colapso ambiental e aí o rumo da mudança será definido pelos indivíduos que estiverem melhor preparados para enfrentar essa situação – os *pacientes revolucionários* – que no entretanto procuram desenvolver possíveis soluções para se tornarem mais resilientes perante o colapso. Lester W. Milbrath tem sido um exemplo importante deste tipo de atores e defende uma mudança para o NEP (Novo Paradigma Ambiental). Outro exemplo, é o ativista Gerhard Breidenstein que acredita que as experiências alternativas como as CSIs podem representar “ilhas que salvam vidas” durante a crise ecológica. Neste caso, estes indivíduos protagonizam a trajetória de desalinhamento e realinhamento (Geels, 2011).

Por fim, existem os *grassroot fighters*, atores que não creem na mudança vinda “de cima”, das instituições estabelecidas. Para estes indivíduos as instituições políticas e económicas são obsoletas e precisam de ser reestruturadas e podem ser associados aos anarquistas e aos socialistas utópicos do século XX. São indivíduos que se organizam coletivamente em estruturas alternativas, como é o caso das cooperativas e até das comunidades sustentáveis intencionais. O peso das escolhas individuais e dos estilos de vida é muito maior nos *grassroot fighters* do que nos perfis estratégicos. Para estes indivíduos a transição para a sustentabilidade só pode ser alcançada se acompanhada por uma transformação individual porque “trabalhar para um novo rumo social significa, acima de tudo, estimular forças espirituais que podem mudar a consciência interior” (Dahle, 2007:496). Este perfil está associado às trajetórias de transição por substituição (Geels, 2011).

Esta tese foca-se, essencialmente, nos últimos tipos, uma vez que procura perceber se as inovações desenvolvidas no nicho podem contribuir para os processos de transição para a sustentabilidade. Embora se reconheça que a mudança social é alcançada através da institucionalização de novas formas de fazer e agir que se constroem através de mecanismos de reciprocidade, regras subjetivas e fatores contextuais, também se sublinha

que o local privilegiado para a emergência de práticas inovadoras que possam levar a uma transformação social orientada para as transições sustentáveis é o nicho.

Esta subsecção procurou identificar as principais características das transições para a sustentabilidade, tendo associado as transições à inovação social e destacado a articulação entre os diferentes níveis e os diferentes tipos de atores. A subsecção seguinte pretende compreender de que forma é que as comunidades sustentáveis intencionais podem ser analisadas enquanto nichos para o desenvolvimento de práticas de inovação social e que papel podem desempenhar no processo de transição.

4.3 As Comunidades Sustentáveis Intencionais enquanto Nichos de Inovação Social

As Comunidades Sustentáveis Intencionais constituem exemplos para o desenvolvimento de propostas de transição. As referências mais recentes têm vindo a refletir acerca deste tipo de comunidades precisamente enquanto agentes de mudança e de transição e também enquanto agentes que desenvolvem inovação social ao nível do nicho (Adalilar *et al.*, 2015; Ergas e Clement, 2016; Avelino *et al.*, 2015; Kunze e Avelino, 2015; Pel *et al.*, 2020).

Pel *et al.* (2020) ao analisarem o papel dos atores que operam no desenvolvimento de inovação social ao nível do nicho identificaram diferentes tipos de relações que estes podem desenvolver para ter um impacto transformador. O primeiro tipo consiste nas relações que se desenvolvem dentro das próprias iniciativas de inovação social, como as CSIs, e para forma como os seus membros procuram criar lógicas de empoderamento entre si. A defesa de um conjunto de valores alternativos faz com que, neste caso, as CSIs se proponham a criar um espaço reflexivo e experimental no qual materializam as suas visões acerca das relações sociais e das práticas sociais que conduzem ao empoderamento individual e coletivo (Haxeltine *et al.*, 2018). Esse empoderamento é incontornável para que estes atores possam desafiar, alterar ou substituir instituições dominantes.

Estas comunidades, bem como outras iniciativas de inovação social, são empoderadas através das relações que emergem na formação de redes (Pel *et al.*, 2020). As redes formadas pelas CSIs combinam a sua integração local com uma conectividade translocal e transnacional (Avelino *et al.*, 2019). Esta conectividade acaba por contribuir, de diferentes formas, para o seu impacto transformador. Por um lado, porque esse impacto depende das mudanças nas tensões e na estabilidade do(s) campo(s) de ação em que

operam (Pel *et al.*, 2020). Neste caso, as comunidades em análise podem ser entendidas enquanto campo de ação. Por outro lado, as redes translocais são uma fonte de capacitação para as iniciativas de inovação social (Avelino e Kunze, 2009). E, por fim, a formação de discursos alternativos e a sua mediação através de infraestruturas de comunicação, aumentam o alcance da formação da rede (Pel *et al.*, 2020). As CSIs produzem discursos alternativos ou narrativas de mudança e a *Global Ecovillage Network* (GEN) assume um papel central na sua disseminação.

Outra dimensão crucial é a relação que estas iniciativas têm com a mudança institucional, refletida na forma como procuram desafiar, alterar ou substituir as instituições dominantes, ao mesmo tempo que são condicionadas por elas (Pel *et al.*, 2020). Esta relação entre agência e estrutura permite refletir sobre a forma como as comunidades adaptam as suas estratégias para lidar com os constrangimentos do ambiente institucional e, simultaneamente, sobre a forma como as oportunidades de desenvolvimento de inovação social são construídas através dos ambientes institucionais, com vários *stakeholders*, em vários níveis. Um exemplo disto são as técnicas de construção natural que as CSIs desenvolvem que depois implicam que os municípios procurem adaptar a legislação para licenciar este tipo de construções. A fim de conduzir mudanças institucionais, as CSIs precisam de combinar diferentes formas de empreendedorismo institucional e adaptar essas estratégias de forma proactiva, em resposta às mudanças nas circunstâncias (Pel *et al.*, 2020).

Combinado com o argumento segundo o qual as lógicas dominantes de governança do Estado e do mercado estão em conflito com a sustentabilidade, a governança para a transição exige geralmente estratégias direcionadas para capacitar soluções transformadoras específicas desenvolvidas em redes de múltiplos atores. Isso implica, por exemplo, um foco específico na inovação social em estágios iniciais da transição, bem como em estratégias focadas em lidar com a desestabilização do regime e a institucionalização das transições emergentes (Loorbach *et al.*, 2017). Entende-se, então, que as CSIs têm potencial para servir como mecanismo de transição em fases iniciais através do desenvolvimento de um conjunto de práticas inovadoras e também como mecanismos de destabilização dos regimes e institucionalização das transições emergentes, através da sua presença em redes.

As práticas das CSIs podem servir de base para analisar o seu potencial contributo para a transição. Os estudos sobre *transições sustentáveis* têm tido um aumento

significativo, principalmente, devido à crise climática contemporânea (Markard *et al.*, 2012). Neste contexto, a questão de como promover e pilotar uma transição para a sustentabilidade, ou seja, uma transformação para modos de produção e consumo mais sustentáveis, tem recebido atenção crescente tanto na arena política (OECD, 2011; UNEP, 2011), como na investigação em ciências sociais (Frantzeskaki e Loorbach, 2010; Grin *et al.*, 2010; Smith *et al.*, 2005).

Avelino e Kunze (2009) analisaram a ligação entre as CSIs e as transições para a sustentabilidade e levantaram algumas questões, nomeadamente: como se pode caracterizar o movimento das *ecoaldeias* em termos de transição, isto é, em que transições estão envolvidas e qual é a interação dinâmica entre as diferentes escalas (macro, meso e micro)? como é que estas comunidades capacitam os indivíduos e que tipo de poder é que esses indivíduos exercem? e por fim, como, e em que medida, as práticas das *ecoaldeias* podem ser escaláveis e potenciar a transformação social?. Estas perguntas têm vindo a ser respondidas unicamente com recurso a pesquisas etnográficas. A presente investigação pretende contribuir para a discussão e para o avanço do conhecimento, através da utilização de metodologias qualitativas e quantitativas.

Para responder àquelas questões é necessário, em primeiro lugar, perceber que as comunidades intencionais cujos objetivos são a procura de sustentabilidade apresentam em geral métodos de implementação de práticas *bottom-up*. Tal fator contrasta com as abordagens *top-down* das sociedades contemporâneas atuais dependentes das políticas públicas, da intervenção do Estado ou das interações nos mercados. Outros fatores que as caracterizam em termos de transição são, por um lado, a criação de economias de pequena escala e autossustentadas que substituem a economia empresarial e, por outro lado, o autogoverno dos cidadãos que substitui a governança centralizada. Para além disso, os modos de vida socialmente fragmentados e individualizados são substituídos por modos comunitários de viver e trabalhar. Em geral, estas comunidades preveem uma transição global de sistemas sociais de grande escala, fragmentados e centralizados, para sistemas menores, integrados e autogovernados. Nesse sentido, é possível considerá-las como nichos dentro dos modelos existentes de planeamento, governança e economia (Avelino e Kunze, 2009; Kunze, 2012; Haxeltine *et. al.*, 2018).

De forma mais específica, as práticas de agricultura orgânica, o uso de fontes de energia renováveis, os métodos de construção, entre outros, permitem relacionar este tipo de comunidades com várias transições sociotécnicas, uma vez que procuram

experimentar soluções alternativas para os regimes sociotécnicos vigentes. Para além da formação e experimentação de nichos locais, as CSIs formam redes transnacionais, como a GEN, consolidando assim um vínculo entre o movimento global, por um lado, e as iniciativas locais, por outro lado. Neste sentido, Avelino e Kunze (2009) caracterizam-nas como uma rede que visa conectar e facilitar vários nichos transnacionalmente.

A capacitação e a emancipação dos indivíduos, como foi referido, são características fundamentais para que uma transição seja bem-sucedida. As comunidades sustentáveis intencionais têm como objetivo esta capacitação, materializada através de modelos participativos, acesso a recursos, valorização das estratégias e competências e da motivação intrínseca para realizar objetivos específicos. Ao proporcionarem aos seus membros o acesso a ambientes em que é possível mobilizar recursos tecnológicos e naturais para materializar as suas ideias e visões sustentáveis, representam mecanismos de transição. Isto porque a propriedade desses recursos está geralmente associada aos regimes sociotécnicos vigentes (Kunze e Avelino, 2015).⁶² Neste sentido, os modelos de propriedade partilhada das CSIs permitem aos cidadãos possuir e mobilizar recursos tecnológicos e naturais aos quais não teriam acesso de outra forma.

Isto significa que as competências dos membros destas comunidades podem ser materializadas em aplicações tecnológicas em contextos reais desafiando, assim, os regimes, não apenas em termos ideológicos, mas também em termos geopolíticos (Avelino e Kunze, 2009). As CSIs criam novos contextos sociais a partir dos quais emergem novas estruturas e instituições, bem como novo conhecimento que é posteriormente partilhado com o objetivo de criar novos padrões e critérios.

Por último, importa perceber como é que este movimento pode transformar os regimes, ou seja, como é que iniciativas comunitárias à escala micro podem gerar inovações de sustentabilidade potencialmente generalizáveis. Isto implica mecanismos de geração e difusão de conhecimento entre as escalas macro e micro, nos dois sentidos.

Um dos pontos que importa referir é o aumento da procura de modos de vida sustentáveis como resposta aos desafios ambientais, económicos e sociais que as sociedades contemporâneas atravessam. A questão, no entanto, é: em que medida as CSIs são capazes de estimular e facilitar ainda mais essa procura? De facto, muitas destas

⁶² Embora tecnologias como painéis solares e recursos naturais como o acesso à terra possam ser adquiridos, isso é geralmente limitado à população que o pode fazer.

comunidades já recebem pedidos de adesão que ultrapassam a sua capacidade (Kunze, 2012), o que sublinha a importância da sua escalabilidade.

Existem vários exemplos de iniciativas que advêm da escalabilidade deste tipo de comunidades: o movimento *Transition Towns*, que exige a ligação a uma rede das comunidades locais (principalmente governos locais e bairros urbanos) para enfrentar as mudanças climáticas e para criar soluções locais através da aplicação de práticas das CSIs; o movimento das *Eco Towns*, nomeadamente o projeto BedZED que desenvolveu uma aldeia de 82 casas e 18 unidades de trabalho, no sul de Londres, projetada para ser mais eficiente em termos energéticos; ou a comunidade *One Planet Living* em Portugal (Mata de Sesimbra), um projeto para uma reserva natural de 4.800 hectares, com pontos de turismo de 500 hectares, incluindo 5.000 unidades de casas, instalações de lazer e espaço de trabalho para 30.000 pessoas (Barani *et al.*, 2018).

A partir destes exemplos, Avelino e Kunze (2009) formulam as seguintes constatações: em primeiro lugar, o próprio conceito de comunidade sustentável intencional é passível de ser escalado e integrado em diferentes formas, como projetos de co-habitação e cidades de transição. Em segundo lugar, estes exemplos representam uma absorção das práticas das CSIs pelo regime. Essa absorção contribui para a alteração e substituição do regime nas transições sociotécnicas em energia, turismo e habitação. Por fim, o movimento das CSI é reflexivo e flexível, na medida em que consegue adaptar e traduzir os conceitos e práticas para a sociedade dominante, ao mesmo tempo que os protege (através de critérios e avaliações) e mantém os núcleos radicais ativos em milhares de CSIs individuais em todo o mundo. Por núcleos radicais entende-se as características diferenciadoras e exclusivas destas comunidades que lhes permitem ter autonomia e capacidade disruptiva.

Para que a transição ocorra, as práticas desenvolvidas pelos nichos necessitam de ser escaladas e transferidas para as práticas convencionais, alterando as práticas e relações sociais existentes. Embora os nichos possam criar novos recursos, carecem de regimes para distribuir esses recursos e implementar novas arquiteturas num contexto meso e macro. Os regimes também precisam de nichos para enfrentar os novos desenvolvimentos da paisagem. No entanto, a absorção, pelo regime, das práticas desenvolvidas ao nível do nicho pode ter um efeito perverso porque se, por um lado, a influência dos nichos está diretamente relacionada com a sua compatibilidade com os regimes vigentes, por outro lado, esta compatibilidade pode comprometer o seu potencial inovador. Smith (2006)

designa este processo por *paradoxo do nicho* e afirma que, durante o processo de cooperação, existe o risco de que os nichos sejam *absorvidos* pelos regimes, o que pode comprometer a sua capacidade de substituir ou transformar substancialmente estes regimes. Ou como Hess (2007:236) afirma:

os agentes de mudança social muitas vezes descobrem, para seu desgosto, que fizeram história, mas não exatamente de acordo com sua visão original. Em vez de alcançar uma vitória completa, normalmente acabam por se envolver numa dança mais complexa de sucesso parcial e cooptação.⁶³

Neste sentido, os nichos precisam manter alguma flexibilidade para conseguirem atingir algum tipo de reforma ou mudança social. Isto significa, que enquanto alguns, elementos do nicho são transferidos, é crucial que alguns componentes mais radicais permaneçam inalterados para que seja possível continuar o processo de desenvolvimento de experiências radicais no nível micro (Sørensen, 2015). A questão que se coloca então é: de que forma é que estas comunidades se podem envolver com os regimes ao mesmo tempo que mantêm as suas vantagens e núcleos radicais? O poder é uma dimensão essencial nesta análise. Nessa luta pelo poder, o fator chave é a independência, pois quanto mais dependentes os nichos estiverem dos regimes, maior é a probabilidade de serem absorvidos. Para evitar isso, os nichos têm de diminuir a sua dependência em relação aos regimes para garantir a sua sobrevivência e crescimento (Smith, 2006).

As CSIs procuram efetivamente diminuir a sua dependência. Estas comunidades demonstram que, ao criarem sistemas menores, autossuficientes e comunitários, os indivíduos podem mobilizar recursos, independentemente dos regimes existentes (Avelino e Wittmayer, 2016). A multiplicação das CSIs revela que, cada vez mais, cidadãos podem viver de forma relativamente independente dos regimes, ao mesmo tempo que estão ativamente envolvidos na ação social (Avelino e Kunze, 2009). Existem outros exemplos que demonstram esta possibilidade. A habitação ecológica e o movimento da alimentação biológica no Reino Unido (Smith, 2006) constituem casos em que os elementos menos radicais dos nichos foram absorvidos sem terem exigido uma transformação completa dos regimes, mas apenas a sua adaptação. A habitação sustentável e as comunidades sustentáveis são também casos em que os nichos adaptaram

⁶³ Tradução da autora. Original: “agents of social change often find, to their chagrin, that they have made history, but not exactly according to their original vision. Rather than achieving a full victory, they usually become caught up in a more complex dance of partial success and co-optation”.

as suas práticas aos regimes e cada vez mais pessoas fora do nicho são atraídas por modelos de construção mais sustentáveis (Bergman *et al.*, 2007).

Estas considerações permitem pensar as comunidades sustentáveis intencionais como fenómenos com potencial de escalabilidade, principalmente ao nível do conhecimento que produzem. A questão que se mantém é se essa escalabilidade e disseminação do conhecimento pode produzir alterações nos regimes sociotécnicos e posteriormente, introduzir mudanças de carácter macro-social.

Este capítulo procurou contribuir para a reflexão em torno do conceito de inovação social e do papel que as CSIs podem ter nos processos de transição para a sustentabilidade. Considera-se, no entanto, que para verificar este potencial para a transição, é necessário, por um lado, colmatar uma lacuna metodológica – a generalidade dos estudos desenvolvidos assume um carácter qualitativo – através da adoção de uma abordagem mais extensiva e mensurável do fenómeno; e, por outro lado, que se verifiquem algumas condições *a priori*.

Procura-se então perceber, de que tipo(s) de comunidades estamos a falar, se existem, de facto, práticas inovadoras. Ou seja, que vão para além da *invenção* e que tenham capacidade de responder a necessidades, de que forma é que diferentes comunidades desenvolvem e percecionam essas práticas; perceber se estas práticas (a existirem) têm potencial de escalabilidade e, posteriormente, de transição. Isto significa perceber que diferentes representações os indivíduos têm sobre a noção de sustentabilidade e sobre a direção desejável para a transição, para que fase de transição é que procuram contribuir, que trajetória tendem a desenvolver neste processo e sobre que categoria estes indivíduos podem ser classificados. A parte II apresenta o modelo de análise construído a partir destas dimensões.

**PARTE II – ABORDAGEM E
ESTRATÉGIA(S)
METODOLÓGICAS**

CAPÍTULO 5 – DESENHO E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

É minha opinião deliberada que o único requisito essencial do bem-estar humano, em todos os sentidos, é o conhecimento científico da natureza humana.⁶⁴

Harriet Martineau

5.1 Posicionamento da Investigadora

Durante o processo de desenvolvimento da investigação foi necessário refletir sobre a forma como a autora olhava para o seu objeto de estudo e que posições normativas trazia para a investigação (Creswell e Porth, 2018). A importância de pensar sobre este posicionamento ficou particularmente clara após a conclusão da sua dissertação de mestrado na qual ficou latente uma certa romantização em torno das CSIs. Esta tese foi então, para além de tudo o resto, um processo de amadurecimento científico da investigadora, uma vez que se procurou desenhar uma estrutura de investigação que permitisse ultrapassar a visão romantizada da autora em torno do seu objeto.

No entanto, o próprio tema mostra que não é possível uma total dissociação entre investigador e o fenómeno que observa (Bourke, 2014). Assume-se assim uma determinada condição de não neutralidade perante este fenómeno – acredita-se que estas comunidades trazem exemplos reais de boas práticas ambientais, sociais e económicas que devem ser escaladas e difundidas para adoção em contextos macro, com as devidas adaptações. Todavia, não se pretende utilizar esta investigação para justificar esta visão. Pretende-se antes perceber se existem, de facto, práticas inovadoras, mecanismos disponíveis para a difusão de conhecimento, e a perceção dos membros destas comunidades sobre o seu próprio papel.

Existe assim um compromisso deontológico em desenvolver uma investigação que reflita as perceções dos atores nela envolvidos. Foi com essa preocupação em mente que se construiu todo o desenho de investigação que, embora complexo, constitui uma abordagem que se quis rigorosa e sistemática, tanto na recolha como no tratamento dos dados, para evitar eventuais enviesamentos resultantes do posicionamento da investigadora.

⁶⁴ Tradução da autora. Original: “It is my deliberate opinion that the one essential requisite of human welfare in all ways is scientific knowledge of human nature.”

5.2 Problema e Objetivos de Investigação

Identificar um problema de investigação implica estabelecer um facto, objeto ou fenómeno que requer estudos adicionais para que a sua explicação seja mais satisfatória (Bryman, 2012). O problema sobre o qual esta investigação se foca é a análise do papel das CSIs enquanto atores de nível micro para o desenvolvimento de inovação social que possa contribuir para uma transição para a sustentabilidade. Para analisar este problema levantaram-se duas questões de investigação principais:

As comunidades sustentáveis intencionais podem funcionar como laboratórios de práticas de inovação social? Se sim, existem mecanismos de difusão para a escala meso que permitam que estas inovações geradas à escala micro sejam potencialmente generalizáveis para a escala macrosocial?

Os objetivos gerais desta investigação são:

- Perceber em que medida as comunidades sustentáveis intencionais podem funcionar como laboratórios de práticas de inovação social;
- Compreender de que forma é que estas práticas comunitárias à escala micro podem gerar inovações potencialmente generalizáveis para o nível meso, para que possam funcionar como mecanismos de transição para modelos sociais, económicos e ambientais mais sustentáveis.

Estes objetivos têm implícita uma lógica de transferibilidade e de articulação entre os níveis micro, meso e macro. Para que as iniciativas do nicho possam escalar as suas práticas necessitam de mecanismos de difusão de conhecimento que as conecte, em primeiro lugar, com o nível meso. Por isso, esta investigação centra-se, empiricamente, nesses dois níveis (micro e meso), de modo a permitir perceber que articulação existe entre estes níveis que possa facilitar, futuramente, a introdução de práticas no nível macro.

Difícilmente se concretizariam estes objetivos gerais sem a identificação de um conjunto de objetivos específicos e das dimensões e variáveis basilares para o desenho metodológico desta tese. A tabela 5.1 identifica os objetivos específicos e as perguntas de investigação que orientam esta investigação.

Tabela 5.1 - Objeto, Objetivos e Perguntas de Investigação

CATEGORIA	OBJETIVO	PERGUNTAS
CSIs Europeias - Desenvolvimento de inovação	Caracterizar as CSIs da Europa.	Em que país se encontram? Onde estão localizadas (meio rural, urbano ou ambos)? Qual o estatuto jurídico? Qual é a área de que dispõem? Quantos anos de existência? Quantos membros têm?
	Identificar as práticas de sustentabilidade que desenvolvem.	Que práticas de sustentabilidade (ambiental, social e económica) é que desenvolvem? Em que nível é que essas práticas estão integradas no seu quotidiano?
	Identificar dinâmicas de inovação social geradas por estas comunidades.	Estas comunidades geram inovação? Se sim, de que tipo? Se não, porquê?
		Quais são os principais facilitadores para o desenvolvimento de práticas inovadoras?
		Quais são as principais dificuldades no desenvolvimento de práticas inovadoras?
Verificar se as inovações geradas pelas comunidades têm potencial de transferência.	Que necessidades estas práticas procuram colmatar?	
CSIs Europeias - Mecanismos de reciprocidade para disseminação do conhecimento	Identificar a existência de mecanismos de reciprocidade, como a pertença a redes de colaboração, destas comunidades.	As comunidades sustentáveis intencionais geram redes de colaboração?
		Se sim, com que tipo de entidades? Porque motivos?
		Qual a estrutura das redes geradas pelas comunidades?
		Qual a importância da pertença a estas redes?
CSIs Europeias - Identificação de Estudos de Caso	Construir uma tipologia das CSIs da Europa para a identificação de estudos de caso.	Que tipos de CSIs existem na Europa, com base nas práticas de sustentabilidade?
	Comparar os estudos de caso.	Existem diferenças e semelhanças entre os diferentes tipos, ao nível das seguintes dimensões: caracterização, desenvolvimento de inovação e pertença em redes? Quais?
Membros das CSIs Europeias - Perceções	Conhecer as representações dos membros sobre a noção de sustentabilidade e sobre a direção desejável para a transição.	O que entendem por sustentabilidade? Qual consideram ser a mudança/transição necessária para um desenvolvimento sustentável?
	Compreender qual a representação que fazem sobre o seu papel enquanto agentes contribuidores para a transição.	O papel dos membros das CSIs é importante para as transições para a sustentabilidade? De que forma? O que fazem neste sentido?
	Perceber para que fase de transição é que procuram contribuir e de que forma.	Caso procurem contribuir para as transições, para que fase é que o fazem (Emergência, <i>take-off</i> , aceleração e/ou destabilização)?

		Como é que estão a fazer? Através de trajetórias de transformação, reconfiguração, substituição tecnológica, desalinhamento e/ou realinhamento ou outras não identificadas na literatura?
--	--	---

Fonte: Elaboração própria

Os objetivos acima identificados dividem-se em três grandes categorias. Em primeiro lugar, os que procuraram perceber as características gerais das comunidades em análise, tanto ao nível das suas condições estruturais como também ao nível das suas dinâmicas de inovação social. Em segundo lugar, aqueles que visaram compreender que mecanismos de reciprocidade, nomeadamente sob a forma de redes, têm estas comunidades, para que seja possível a disseminação de conhecimento em ambos os sentidos (de dentro para fora da comunidade e vice-versa). Em terceiro lugar, os que se prenderam com a identificação de estudos de caso.

O procedimento que conduziu a escolha dos estudos de caso é explicado mais à frente neste capítulo, mas, por agora, importa esclarecer que esta fase da investigação pretendeu identificar diferentes tipos de CSIs europeias, relativamente, à questão da sustentabilidade. Os estudos de caso serviram para analisar, de forma mais aprofundada, as diferenças e semelhanças ao nível das condições estruturais, do desenvolvimento de inovação, da pertença a redes e da forma como estas dimensões podem (ou não) moldar as perceções dos membros destas comunidades. É por essa razão, que as categorias “CSIs Europeias - Identificação de Estudos de Caso” e “Membros das CSIs Europeias – Perceções” estão separadas com uma linha tracejada na tabela 5.1. A análise das perceções dos membros das comunidades será conduzida exclusivamente através dos estudos de caso identificados.

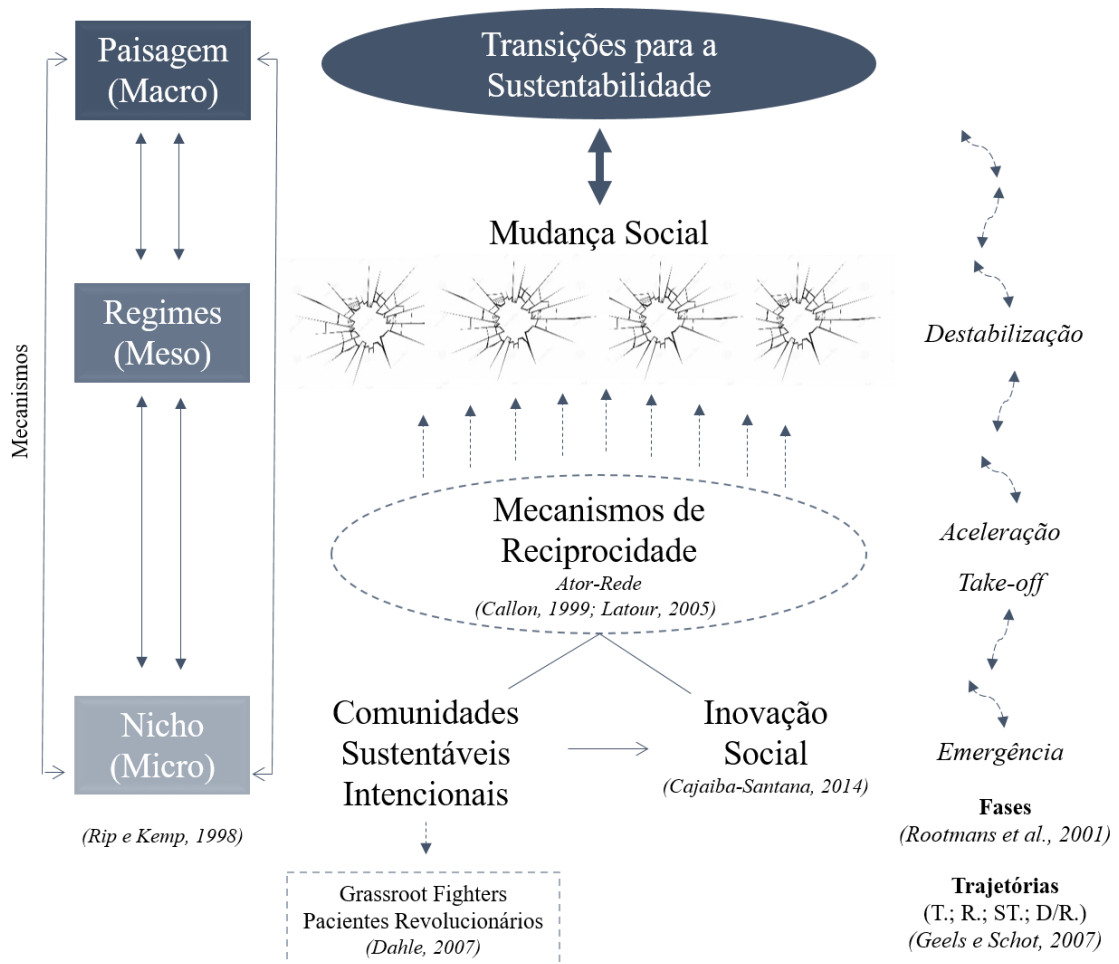
A multiplicidade destes objetivos deriva, em grande medida, da combinação dos diferentes quadros teóricos mobilizados e da complexidade dos problemas de investigação e dos seus objetivos gerais.

5.3 Definição do Modelo de Análise

Para atingir os objetivos definidos foi necessária a mobilização de conceitos de diferentes campos disciplinares, os quais contribuíram para a compreensão das comunidades sustentáveis intencionais enquanto objeto empírico, da forma como estas

comunidades podem gerar inovação e posteriormente, de como é que essa inovação pode contribuir para as transições para a sustentabilidade. A figura 5.1 esquematiza o modelo teórico-analítico que orienta esta tese.

Figura 5.1 - Modelo de Análise



Fonte: Elaboração própria

O modelo apresentado identifica os principais conceitos mobilizados e reflete as articulações entre eles. Esta tese inspira-se na perspectiva multinível (Elzen *et al.*, 2004; Geels, 2002; Smith *et al.*, 2005), já referida no capítulo anterior. Esta perspectiva concebe as transições como processos interativos de mudança nos níveis micro (nichos) e meso (regimes) e macro (paisagem) (Verbong *et al.*, 2008). De um modo geral, a abordagem multinível distingue três níveis de agregação funcional: a paisagem (macrotendências exógenas), os regimes (instituições e práticas dominantes) e os nichos (lugares de práticas inovadoras). Esta abordagem permite perceber de que forma uma prática desenvolvida ao nível micro é passível de transferência para o nível meso e macro, ou seja, analisa os

processos de transferência que permitem uma transição de práticas e/ou comportamentos desde o nicho até ao contexto.

Essa transferência é facilitada por um conjunto de mecanismos. Os mecanismos são úteis para compreender a interação entre os diferentes níveis (Pinto, 2018). Os mecanismos são as causas, caminhos ou processos através dos quais se alcança um determinado efeito ou objetivo (Hedström e Ylikoski, 2010). Na sociologia os mecanismos mais importantes são as ações ou crenças dos atores, as condições estruturais, as redes que descrevem os relacionamentos entre conjuntos de atores e as regras informais e normas sociais que restringem ou potenciam a ação social (*ibid.*, 2010). Identificar os mecanismos subjacentes à transferência de práticas entre o nicho e a paisagem permite compreender a mudança social, o comportamento dos atores e a seleção, variação e reprodução de rotinas (Pinto, 2018). Neste sentido, procura-se perceber a influência das ações individuais, das condições estruturais, da reciprocidade e das instituições na escalabilidade das práticas desenvolvidas ao nível do nicho.

No caso específico desta investigação, a análise centra-se, em primeiro lugar, ao nível do nicho, tendo as CSI como objeto empíricos e concebendo-as como atores que desenvolvem práticas de inovação social. Parte-se da premissa de que a inovação social é uma ação coletiva socialmente construída cujo principal objetivo é a mudança social. Para atingir essa mudança social, o que implica criar pressão sobre as estruturas cristalizadas ao nível dos regimes (nível meso), é necessário que as práticas desenvolvidas em nichos sejam transferíveis e escaláveis para esse nível. Só com essa transferência assegurada é que existe a possibilidade de introduzir mudança no nível meso e no nível macro. Essa transferência entre os níveis micro, meso e macro dá-se através de um conjunto de mecanismos, nomeadamente os de reciprocidade que atuam nas redes sociais formadas entre as CSIs e outros atores sociais externos, coletivos ou individuais.

É a escalabilidade das práticas desenvolvidas ao nível do nicho que pode fazer com que estas, eventualmente, façam pressão sobre os regimes, originando mudanças sociais macro que contribuam para as transições para a sustentabilidade. Este processo pode ocorrer através de diferentes trajetórias (Transformação – T, Reconfiguração – T, Substituição Tecnológica – ST e Desalinhamento e/ou Realinhamento – D/R) e consubstancia-se em diferentes fases, nomeadamente, emergência, *take-off*, aceleração e/ou destabilização. Importou então perceber para que fases do processo de transição as

CSIs podem contribuir e qual a trajetória que estes atores consideram mais eficaz e desejável.

Para isso, esta investigação procurou prestar atenção a uma multiplicidade de aspetos que influenciam a forma como estas comunidades podem contribuir para a mudança social orientada para a sustentabilidade. Desde logo, compreender as características estruturais destas comunidades e a forma como integram comportamentos de sustentabilidade no seu quotidiano. Mais orientado para os objetivos gerais do estudo, importou perceber se estas comunidades desenvolvem práticas que possam ser consideradas práticas de inovação social. Assim, nesta investigação pretendeu-se averiguar que práticas de inovação são geradas ao nível da comunidade e a que necessidades dão resposta.

O desenvolvimento de práticas de inovação social é entendido como uma sucessão de diferentes estágios que vai desde a emergência da ideia inicial à introdução de mudanças sistémicas (Mulgan *et al.*, 2012). Neste sentido, procurou-se identificar que estágio as práticas inovadoras, desenvolvidas pelas comunidades, conseguem alcançar. Este fluxo de inovação relaciona-se com a potencialidade de transição. Isto quer dizer que, quanto mais transferíveis e escaláveis forem as práticas desenvolvidas maior é seu o potencial para introduzirem mudança nos regimes e no contexto.

Para que esta transferência e escalabilidade ocorram é necessário que existam mecanismos de difusão do conhecimento. Estes mecanismos implicam que os atores dos diferentes estágios e níveis de ação estejam conectados. Para tal, é fundamental que existam redes entre as comunidades sustentáveis intencionais e outros atores (outras comunidades, agências de desenvolvimento local, órgãos de governança, etc.). No caso desta tese, o objetivo foi mapear as ligações que as comunidades estabelecem no sentido de perceber se o conhecimento gerado no seu interior tem potencial de transferibilidade e escalabilidade e analisar de que forma (com que parceiros e ligações) esta transferência é efetuada. Esta análise procurou produzir conhecimento sobre a forma como estes atores de nível nicho podem, através de mecanismos de reciprocidade, destabilizar as estruturas cristalizadas ao nível do regime, sendo, portanto, uma análise ao nível meso.

Por fim, a análise ao nível micro foi retomada para permitir perceber a atribuição de significados que os atores fazem das suas ações e do processo de inovação social. Como foi referido no capítulo anterior a noção de “sustentabilidade” é muitas vezes

contestada e existe uma certa plasticidade semântica em torno deste conceito. Para além disso, a própria direção desejável para o processo de transição tende a não ser reunir consenso entre os diferentes atores que intervêm no mesmo. Isto implicou perceber, de forma aprofundada, o que é que os membros destas comunidades entendem por sustentabilidade, que trajetória consideram mais eficaz para a atingir e quais são as perceções individuais em torno do seu próprio papel enquanto possíveis agentes de transição.

Partindo das interações entre níveis, esta investigação mobiliza a teoria da estruturação de Giddens (1984) que coloca agência e estrutura como mutuamente dependentes. Esta teoria é aqui utilizada em duas dimensões principais: a primeira porque se assume que o contexto – ou na linguagem que aqui se mobiliza – a “paisagem”, exercem uma influência direta sobre os regimes e os nichos, moldando a sua capacidade de introdução de inovação nos regimes, e posteriormente, na sua possibilidade em contribuir para a mudança social ou transições sustentáveis; a segunda porque, como se verá mais adiante, se procura perceber se diferentes tipos de CSIs têm influência nas perceções e representações dos membros destas comunidades, sobre a inovação social, mudança social e sustentabilidade. Uma vez que o foco empírico se situa no nível micro, assumiu-se uma ontologia construtivista que concebe a realidade social como produto das interações entre os atores e uma epistemologia interpretativista que privilegia a interpretação das perspetivas e visões dos atores, neste caso as CSIs.

5.4 Triangulação de Métodos

Tendo em conta a sua problemática e os objetivos identificados, esta investigação combinou abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, bem como diferentes técnicas de análise de dados. As diferentes formas de combinar metodologias podem ser descritas como métodos mistos, métodos múltiplos ou triangulação (Bryman, 2012). Nesta investigação, utilizou-se uma abordagem por triangulação, a qual tem como principal objetivo articular métodos quantitativos e qualitativos (Fielding e Schreier, 2001) e instrumentos de recolha de dados (della Porta, 2008). A complementaridade entre estas abordagens tem vindo a ser apresentada na literatura como vantajosa para algumas questões de investigação e como um caminho útil para fundamentar estudos com um cariz interdisciplinar como é o caso deste.

A noção de triangulação tem as suas origens na topografia e remete para a importância de fixar uma posição, através da observação de dois pontos (Cox e Hassard, 2005). Nas ciências sociais, a ideia de triangulação não assume um carácter tão literal e está envolta em algumas ambiguidades, uma vez, que não é possível determinar, de forma precisa, um ponto em função de outros. Denzin (1989) reflete sobre esta ambiguidade identificando quatro tipos diferentes de triangulação: (1) a triangulação de dados – que se refere à recolha de dados que recorre a diferentes fontes; (2) a triangulação teórica – onde são utilizadas diferentes teorias para compreender um conjunto de dados; (3) a triangulação do investigador – em que diferentes investigadores recolhem dados de forma independente e procuram comparar os seus resultados; e por fim (4) a triangulação metodológica – onde se utilizam diferentes métodos para analisar um determinado problema de investigação.

Esta investigação utilizou a triangulação porque permite a combinação de diferentes métodos e abordagens e possibilita aliar a importância das grandes amostras para a identificação de padrões, com a força dos estudos em profundidade, nomeadamente, dos estudos de caso, para a identificação dos mecanismos causais (Bryman, 2012).

Para tal, foi utilizada uma triangulação metodológica (Denzin, 1989) que resultou da combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Existem várias formas de se combinar os métodos. Aqui, optou-se por uma abordagem sequencial (Bryman, 2012), em que o investigador utiliza inicialmente um método e, posteriormente, o outro. A abordagem ao modelo iniciou-se com um método quantitativo tendo-se recorrido, em seguida, ao aprofundamento de algumas dimensões de análise através de um método qualitativo. Esta investigação utilizou uma abordagem de complementaridade onde se evidenciam diferentes dimensões do mesmo problema (Kelle e Erzberger, 2005) e que permite explorar e confrontar potenciais contradições, mostrando diferentes lentes do fenómeno em análise:

Os métodos quantitativos e qualitativos, normalmente, facultam informações em diferentes níveis de descrição sociológica: as análises quantitativas mostram os fenómenos num nível agregado e podem, assim, permitir a descrição de estruturas macrossociais. Embora os dados qualitativos também possam estar relacionados com fenómenos de nível macrossocial, a sua força específica está na sua capacidade de levantar o véu dos macroprocessos sociais e tornar visíveis fenómenos culturais até então desconhecidos. Para formular explicações

sociológicas adequadas de certos fenômenos sociais, muitas vezes será necessário combinar os dois tipos de informação⁶⁵ (Kelle e Erzberger, 2005: 103).

Os métodos quantitativos e qualitativos apresentam diferenças importantes. São essas diferenças que tornam as diversas abordagens adequadas a diferentes objetivos de investigação. As diferenças estão, essencialmente, relacionadas com o tipo de informação recolhida, a forma como essa recolha é feita e com o tratamento dos dados (Bryman, 2012).

Em relação à forma como os dados são recolhidos, as principais diferenças consistem na forma como as investigações estão estruturadas (*ibid.*, 2012). Se por um lado, os métodos quantitativos permitem que o investigador dê resposta a questões específicas, por outro lado, os métodos qualitativos tendem a ser menos estruturados para permitir apreender os significados subjetivos que os atores atribuem às suas ações e aos contextos e potenciar a emergência de conceitos relacionados. O papel do investigador e a relação que mantém com os participantes na investigação também é distinto nas duas abordagens. Na pesquisa quantitativa, o envolvimento do investigador com os seus sujeitos é menor e, por vezes, até inexistente. Frequentemente, essa falta de relacionamento com os sujeitos de uma investigação é considerada desejável para minimizar situações de subjetividade. Ao contrário, numa investigação qualitativa, o investigador procura um envolvimento próximo com as pessoas investigadas, para que possa compreender o fenómeno através dos olhos destas.

Existem também diferenças significativas na forma como se analisam os dados (*ibid.*, 2012). Em primeiro lugar, os dados quantitativos tendem a ter um enfoque macro, uma vez que procuram revelar tendências sociais de larga escala. Pelo contrário, os dados qualitativos focam-se em aspetos de nível micro, de pequena escala da realidade social, como por exemplo os processos de interação. Em segundo lugar, existem contrastes na forma como se relacionam com as teorias e os conceitos. Na investigação quantitativa o trabalho teórico precede a recolha de dados, uma vez que mobiliza um conjunto de contributos teóricos na elaboração dos instrumentos de recolha. Nos estudos

⁶⁵ Tradução da autora. Original: "Quantitative and qualitative methods usually provide information on different levels of sociological description: quantitative analyses show phenomena on an aggregate level and can thus enable the description of macrosocial structures. Although qualitative data can also relate to macro-level phenomena, their specific strength lies in their ability to lift the veil of social macro-processes and make hitherto unknown cultural phenomena visible. To formulate adequate sociological explanations of certain social phenomena, it will often be necessary to combine both types of information."

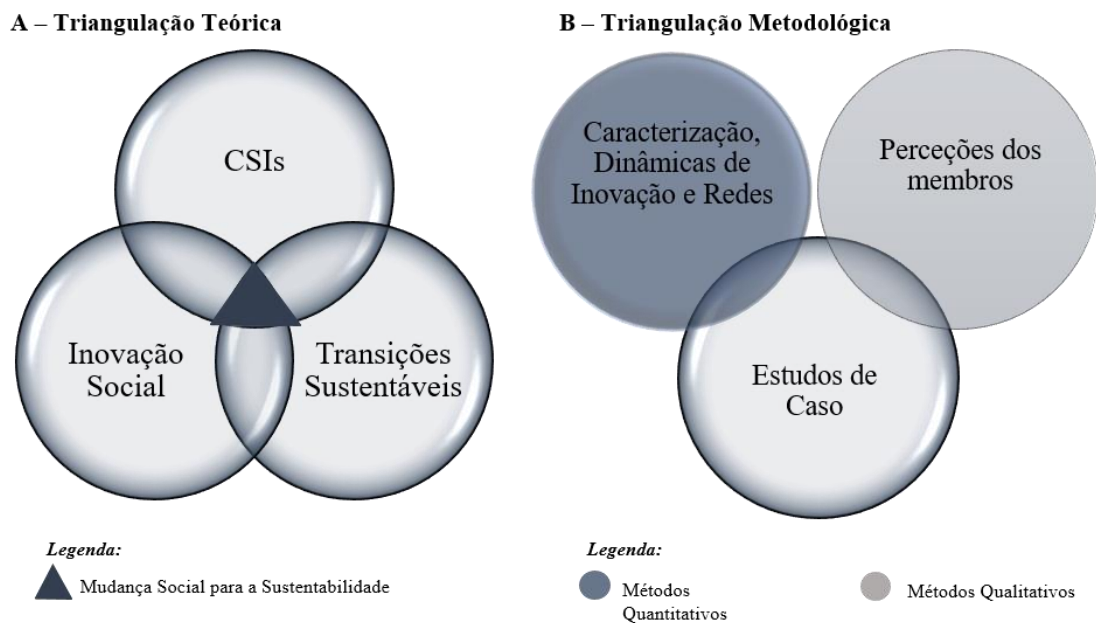
qualitativos, embora exista um trabalho teórico prévio, existe também a possibilidade de emergência de conceitos e formulação teórica, através da análise da informação recolhida. Em terceiro, enquanto que a investigação quantitativa procura generalizações para a população em análise, a qualitativa procura uma compreensão contextual.

Para construir uma estratégia que triangula dados obtidos através de diferentes métodos importa também identificar algumas semelhanças entre as metodologias quantitativa e qualitativa (Hardy e Bryman, 2004). Desde logo, ambas almejam a redução de dados para que lhes possam imprimir inteligibilidade. Independentemente das técnicas usadas para essa redução serem distintas, ambas procuram responder a questões de investigação, relacionam a análise de dados com a literatura que suporta a investigação e defendem a importância da transparência. Nesta lógica, exista uma outra semelhança importante – assegurar que não existem distorções deliberadas. Embora, atualmente, seja aceite que dificilmente o investigador é totalmente objetivo e imparcial, ambos os métodos procuram garantir que não existem “preconceitos intencionais” ou “deturpações conscientemente motivadas” (*ibid.*, 2004).

Tanto os investigadores quantitativos como qualitativos, embora com recurso a diferentes ferramentas, estão preocupados com a variação, ou seja, em perceber como é que os indivíduos (ou outras unidades de análise) se diferenciam e em explorar os fatores relacionados com essas variações. Os dois métodos aproximam-se ainda, na forma como abordam a questão do erro, no sentido de o reduzir ao máximo possível para que as variações identificadas sejam reais e não produto de problemas na construção e aplicação dos instrumentos de recolha.

Face a estas diferenças e semelhanças e tendo em conta os objetivos da investigação, optou-se por utilizar a estratégia de triangulação em duas vertentes principais: a triangulação teórica, uma vez que se mobilizam diferentes quadros teóricos para compreender o objeto em estudo e a triangulação metodológica com recurso a diferentes métodos para analisar o problema de investigação. A figura 5.2 esquematiza a forma como a triangulação teórica e a metodológica se constroem nesta investigação.

Figura 5.2 - Triangulação Teórica e Metodológica da Investigação



Fonte: Elaboração própria

Os objetivos referentes à identificação das características destas comunidades e, ainda, das suas dinâmicas de inovação e das relações em rede que estabelecem com outros atores, foram abordados com recurso a métodos quantitativos. A informação relativa à compreensão das perceções que os membros destas comunidades têm sobre as noções de sustentabilidade, as práticas de inovação que desenvolvem e a forma como interpretam o seu papel enquanto possíveis agentes indutores de mudança social foi desenhada com recurso a métodos qualitativos. Por fim, os estudos de caso mobilizam informações de ambas as abordagens metodológicas. A secção seguinte detalha o desenho da investigação, explicando quais as técnicas de recolha e de análise utilizadas em cada fase.

5.5 Desenho de Investigação

5.5.1 Componentes da Investigação e Matriz de Planeamento

O desenho da presente investigação é inspirado no trabalho metodológico desenvolvido por Cruz (2016) que também segue uma estratégia de triangulação identificando diferentes componentes de investigação. Para cumprir os objetivos propostos nesta investigação foram delineadas quatro componentes de investigação que se consubstanciam em diferentes etapas empíricas. As diferentes componentes não se desenvolveram de forma estanque, embora tenham seguido uma lógica sequencial. A

sequencialidade do estudo seguiu, em primeiro lugar, uma abordagem quantitativa onde se procurou analisar, de forma transversal, o nível de integração de diferentes práticas de sustentabilidade no quotidiano destas comunidades, as atividades inovadoras que desenvolvem, os principais facilitadores e obstáculos que encontram nesse desenvolvimento e ainda, até que fase do ciclo de inovação social conseguem escalar essas práticas (componente de investigação 1).

Para um nível de análise mais meso, procurou-se perceber se estas comunidades têm mecanismos de reciprocidade, ou seja, se as relações que estabelecem com outras entidades, permitem a disseminação e transferência do conhecimento (componente de investigação 2). Aproximando a análise de um nível mais micro, mas ainda, com um foco quantitativo, os dados recolhidos foram tratados para permitir identificar diferentes tipos de CSIs no que diz respeito aos seus comportamentos de sustentabilidade e à forma como os diferentes tipos se comportam face ao desenvolvimento de inovação e da pertença a redes (componente de investigação 3). Esta fase serviu ainda para informar a escolha dos estudos de caso. Por fim, numa perspetiva mais micro, e de índole qualitativa, a investigação centra-se na análise aprofundada de uma comunidade por cada tipo encontrado para compreender as perceções dos membros destas comunidades sobre o significado de sustentabilidade e sobre as transições sustentáveis (componente 4).

Apesar da sequencialidade destas várias fases, a investigação teve várias retroações entre os diferentes momentos. Neste sentido, a concretização dos diferentes passos, permitiu, no momento de consolidação do estudo, rever o problema e o próprio do desenho da investigação. A figura 5.3 apresenta graficamente as diferentes componentes desta investigação.

Figura 5.3 - Componentes de Investigação

macro ↑ Nivel analítico ↓ micro	Componente de Investigação 1	Sustentabilidade e Dinâmicas de Inovação	Integração de práticas de sustentabilidade e desenvolvimento de inovação nas CSIs da Europa
	Componente de Investigação 2	Mecanismos de reciprocidade e disseminação de conhecimento	Análise das relações estabelecidas pelas CSIs da Europa
	Componente de Investigação 3	Tipos de CSIs na Europa	Identificação de diferentes tipos de comportamentos de sustentabilidade nas CSIs da Europa
	Componente de Investigação 4	Perceções sobre a sustentabilidade e as transições sustentáveis	Compreensão das (diferentes) representações dos membros dos diferentes tipos de CSIs

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Cruz (2016)

A matriz de planeamento abaixo (tabela 5.2) sistematiza a metodologia da investigação, identificando as suas diferentes fases e especificando a ligação entre os objetivos, unidade de análise, quadro conceptual, informação recolhida e métodos e técnicas utilizados em cada um dos momentos.

Tabela 5.2 - Matriz de Planeamento

O QUE SE PRETENDE SABER?	QUAL O ENFOQUE?	QUE CONCEITOS MOBILIZAR?	O QUE É NECESSÁRIO RECOLHER?	COMO RECOLHER ?
Práticas de sustentabilidade (ambiental, social e económica) desenvolvidas e o seu nível de integração no quotidiano.	CSIs da Europa.	Desenvolvimento; Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável.	Informação primária sobre as práticas de sustentabilidade desenvolvidas e sobre o nível de integração de cada uma no quotidiano.	Inquérito por questionário - Estatística descritiva dos dados com recurso ao software <i>SPSS</i> .
Desenvolvimento de inovação – facilitadores, obstáculos e grau de implementação.	CSIs da Europa.	Inovação Social; Transferência de conhecimento; Scalling-Up.	Informação primária sobre as atividades de inovação desenvolvidas, o que facilita e condiciona esse desenvolvimento e até que nível essas práticas são escaladas.	Inquérito por questionário com estatística descritiva dos dados com recurso ao <i>software SPSS</i> . Entrevista semiestruturada e respetiva análise de conteúdo.
Existência de mecanismos de reciprocidade entre as CSIs e outros atores.	CSIs da Europa.	Reciprocidade; Transferência de conhecimento; Redes; Centralidade; Buraco estrutural.	Informação primária relacional sobre as principais relações das CSIs.	Inquérito por questionário - Análise estrutural de redes efetuada com recurso ao <i>software Gephi</i> .
A existência de diferentes tipos de CSIs na Europa com base nos seus comportamentos sustentáveis.	CSIs da Europa.	Desenvolvimento; Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável.	Informação primária sobre as práticas de sustentabilidade desenvolvidas e sobre o nível de integração de cada uma no quotidiano.	Inquérito por questionário – Análise Fatorial e análise de clusters com recurso ao <i>software SPSS</i> .
Representações individuais do significado de sustentabilidade e de Transições Sustentáveis. Perceber se existem	Estudos de Caso – 1 comunidade por cada um dos tipos identificados.	Construção Social; Inovação Social; Sustentabilidade; Mudança Social; Transições Sustentáveis.	Informação primária sobre as representações individuais dos membros das CSIs em análise.	Entrevista semiestruturada – análise de conteúdo com recurso ao software <i>Nvivo</i> .

diferentes percepções individuais nos 4 estudos de caso.				
--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria inspirado em Maxwell (1996)

Posto isto, importa perceber como é que se desenvolveu cada uma das componentes de investigação e os respetivos métodos e técnicas aplicados. Embora só tenham sido utilizados dois instrumentos de recolha de dados, foram utilizadas várias técnicas de análise para tratar os dados recolhidos.

5.5.2 Práticas de Sustentabilidade e Dinâmicas de Inovação

A primeira componente de investigação procura fornecer uma panorâmica geral das características destas comunidades e das atividades de inovação social que desenvolvem. Bryman (2012) afirma que o processo de investigação quantitativa deve ser conduzido de uma forma linear através de um processo que vai desde a identificação de hipóteses que decorre da revisão da literatura, a sua operacionalização, o processo de amostragem, a recolha e interpretação de dados, até à validação, corroboração ou contrariar as hipóteses. A tabela 5.3 sumariza os conceitos, as dimensões e as variáveis mobilizadas para esta componente de investigação.

Tabela 5.3 - Conceitos, Dimensões e Variáveis da Componente de Investigação 1

CONCEITO(S)	DIMENSÕES	VARIÁVEIS
Comunidades Sustentáveis Intencionais	Caracterização	País e localidade
		Meio (urbano/rural/outro)
		Área (em hectares)
		Estatuto jurídico
		Idade
		Nº de membros
Sustentabilidade	Sustentabilidade Ambiental (nível de integração)	Reutilização e reaproveitamento de recursos
		Desenvolvimento de práticas de permacultura
		Desenvolvimento de práticas de Bio-Construção
		Cultivo de alimentos endógenos/endémicos
		Produção de alimentos orgânicos/ biológicos
		Limpeza e reabastecimento de fontes e cursos de água
	Sustentabilidade Social (nível de integração)	Utilização de energias renováveis
		Promoção da biodiversidade/regeneração dos ecossistemas
		Participação ativa nas tarefas quotidianas da comunidade
		Tomada de decisões fundamentais por via do consenso
		Gestão coletiva de recursos e atividades
		Utilização de um método formal para a governança

		Existência de um líder
		Membros com diferentes níveis de compromisso
		Partilha dos recursos da comunidade
		Pagamento de salários ou de rendimentos
	Sustentabilidade Económica (nível de integração)	Utilização de uma moeda alternativa
		Existência de trocas não monetárias
		Instituições financeiras criadas dentro da comunidade
		Divisão equitativa da terra
		Atividades de autofinanciamento
		Dinamização da economia local
		Preocupação com o consumo de produtos/serviços
Inovação Social	Áreas de desenvolvimento	Alimentação
		Água potável
		Habituação
		Energia
		Transporte
		Educação e Formação
		Emprego
		Cuidados de saúde
		Qualidade financeira ou jurídica
		Outras/Nenhuma das anteriores
	Obstáculos	Identificação das necessidades
		Envolvimento dos membros da comunidade
		Envolvimento dos indivíduos exteriores à comunidade
		Sem necessidade de desenvolver práticas de inovação
		Investimentos em inovação são muito arriscados
		Investimentos em inovação são muito dispendiosos
		Dificuldades de acesso a fontes de financiamento
		Dificuldades de acesso a infraestruturas
		Estrutura legal
		Falta de facilitadores
		Falhas na colaboração com agentes de I&D
		Dificuldades em transferir e receber conhecimento
		Redes de partilha de conhecimento pouco estruturadas
	Diferentes ferramentas e/ou capacidades de gestão	
	Facilitadores	Envolvimento dos membros da comunidade
		Apoio de organizações de I&D
		Apoio dos órgãos de governança
		Existência de programas de apoios
		Facilidade a aceder a programas de financiamento europeu
		Colaboração com outras instituições
		Existência de uma estrutura de investimentos
		Clima político
	Práticas Inovadoras	Descrição das práticas (pergunta aberta)
		Grau de desenvolvimento
		Nível de implementação geográfica

Fonte: Elaboração própria

Para recolher informação que permitisse analisar estas dimensões e variáveis utilizou-se o inquérito por questionário. Fowler (2014) informa que uma das questões a ter em atenção ao desenhar um questionário é procurar mobilizar contributos de questionários já existentes e validados sobre as temáticas que se pretende analisar. Neste

sentido e principalmente nas dimensões associadas à inovação social, optou-se por seguir essa recomendação.

Como tal, o questionário foi construído tendo como referência um conjunto de estudos financiados pela Comissão Europeia que identificam áreas-chave de inquirição, de entre os quais se destacam o BEPA (2014), TEPsIE project (2014) e SI-DRIVE (2015). Foram identificadas as principais dimensões úteis à presente investigação que, posteriormente, foram traduzidas para se adaptarem ao contexto de recolha de dados e à população-alvo. Uma das preocupações principais aquando da construção do instrumento foi, precisamente, garantir que as perguntas eram adequadas a estas comunidades.⁶⁶ Para além disso, uma das vantagens da aplicação deste questionário remete para a possibilidade de validar um instrumento de recolha sobre este tema a estas comunidades, permitindo assim, refletir sobre as suas potencialidades e limitações.⁶⁷

A construção do questionário procurou seguir as diretrizes que informam sobre a forma adequada de construir perguntas. Em suma, as perguntas devem ser simples, diretas e familiares aos entrevistados. Cada pergunta deve ser formulada de forma neutra e, sempre que possível, deve ser providenciar todas as informações necessárias para evitar interpretações diferentes interpretações (Fowler, 2014). Existem dois critérios que podem ser utilizados para avaliar a qualidade das perguntas (Bryman, 2012): a confiabilidade (que verifica se a pergunta produz uma resposta consistente) e a validade (que permite perceber se a pergunta mede, de facto, o que se pretendia medir). Para garantir que se cumpriam estes dois critérios foi feito um pré-teste ao questionário. Este pré-teste foi feito a 4 CSIs portuguesas cuja relação com a autora deste estudo havia sido estabelecida durante a sua dissertação de Mestrado. Este pré-teste permitiu identificar as limitações e potencialidades das diferentes questões e refazê-las para que cumprissem os critérios de qualidade.

Devido ao vasto número de variáveis a analisar, outra das preocupações foi garantir que o questionário não era excessivamente longo. A literatura sobre a construção e aplicação de questionários refere que a qualidade das informações que os entrevistados fornecem diminui, significativamente, ao fim de 30 minutos (Fowler, 2014). Assim, procurou-se encontrar um equilíbrio entre o número de perguntas necessárias para abarcar todas as variáveis – que pela sua natureza exploratória teve que ser um pouco extenso –

⁶⁶ O inquérito por questionário aplicado pode ser consultado no Apêndice B – Inquérito por Questionário

⁶⁷ Esta reflexão é desenvolvida nas conclusões.

e o tempo médio que demoraria a preencher o questionário. O tempo médio de resposta ao questionário foi de aproximadamente 23 minutos.

Optou-se, então, pela aplicação de um questionário *online*. Existem duas formas de aplicar questionários em contexto *online* – por e-mail e através da *Web*. No primeiro caso, o questionário é enviado por e-mail a um respondente, enquanto numa pesquisa na *Web*, o respondente é direcionado para um *site* para responder (Brymann, 2012). Nesta investigação, foi enviado por e-mail, um convite para os inquiridos visitarem um site no qual o questionário pôde ser encontrado e preenchido on-line. A plataforma utilizada foi a SurveyMonkey® e optou-se pela versão *premium*.

As investigações *online* têm tido um aumento significativo nos últimos anos (Fowler, 2014). De facto, existe um conjunto relevante de vantagens da aplicação de inquéritos *online*. Bryman (2012) destaca as seguintes: o baixo custo; a celeridade do processo; os formatos são mais atrativos, uma vez que algumas plataformas permitem utilizar vários estilos e diferentes filtros; não existem restrições de cobertura geográfica; evitam que perguntas fiquem sem resposta, principalmente devido à utilização de filtros que explicitam a obrigatoriedade de resposta, sem a qual não é possível avançar no preenchimento; as perguntas abertas tendem a ser respondidas de forma mais detalhada; e, por fim, a automatização da entrada de dados e a monitorização automática de tempos e taxas de resposta.

Apesar disto, também se observam desvantagens (*ibid.*, 2012) sobre as quais é importante refletir. A taxa de resposta em investigações *online* tende a ser relativamente baixa (entre 20 a 30%). Para além disso, é uma opção que restringe a investigação a populações com acesso à internet e literacia digital e que requer mais persuasão por parte do investigador, devido à saturação de solicitações que algumas populações sofrem. Este é manifestamente, o caso das comunidades em análise que têm vindo a ser cada vez mais, solicitadas para participar em investigações. Por fim, a investigação *online* levanta questões éticas de confidencialidade e anonimato.

Para minimizar esta última desvantagem, o investigador deve optar por plataformas que notifiquem os utilizadores que o site é público, que especifiquem os limites de privacidade e que garantam que os dados recolhidos são privados e não serão utilizados para fins comerciais (Bryman, 2012). A opção pela versão *premium* (através de um pagamento mensal) do SurveyMonkey® ficou a dever-se, precisamente, à

possibilidade de garantir essas clarificações. É sempre possível argumentar que nada na internet é completamente privado. No entanto, quanto mais a plataforma se reconheça como um espaço público menor será a obrigação do investigador de proteger a confidencialidade e o anonimato dos indivíduos que respondem ao questionário (*ibid.*, 2012). Ainda assim, na informação prévia que corresponde ao consentimento informado, foi indicado que os dados estavam a ser recolhidos através de um espaço público, no qual se garantia, na medida do possível e dentro das normas da plataforma, a privacidade dos dados e que estes não iriam ser utilizados para outros fins que não os diretamente relacionados com a investigação em causa. Só depois da aceitação destas condições é que os inquiridos eram direcionados para o preenchimento do questionário.

O modelo escolhido foi o questionário de auto-preenchimento. Uma das recomendações quando se aplica este modelo é a preferência por perguntas fechadas. As perguntas abertas devem ser reduzidas ao mínimo porque sem a presença do investigador para garantir que as respostas estão alinhadas com os objetivos das perguntas, a sua codificação e comparabilidade pode ficar comprometida (Fowler, 2014). No questionário que foi aplicado, foram colocadas apenas três perguntas abertas. A primeira permitia aos inquiridos identificarem outras práticas de sustentabilidade quotidianas que desenvolvessem na comunidade e que não estivessem identificadas nas perguntas anteriores (fechadas). A segunda era apenas para as comunidades que afirmavam não desenvolver práticas de inovação e questionava sobre as razões para tal. Por fim, a terceira pergunta aberta permitia aos inquiridos identificarem as três práticas inovadoras desenvolvidas que consideravam mais importantes para a comunidades.

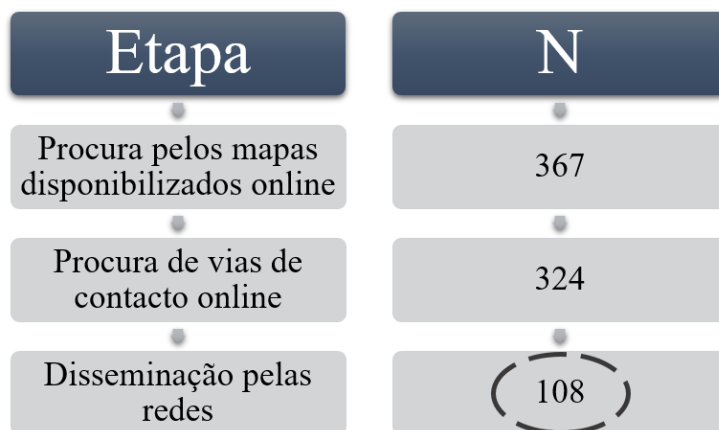
Esta investigação seguiu um procedimento amostral não probabilístico por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque a forma como se aplicou o questionário retirou da amostra todas as CSIs que não estão conectadas *online*. Existem várias comunidades que assumem uma postura mais radical e que minimizam ao máximo o contacto com o exterior, nomeadamente, a presença em contextos virtuais. Uma vez que os objetivos da investigação passam pela inovação, pela conectividade e pela transferência de conhecimento, assumiu-se que a perda associada a não aceder a estas comunidades, não seria relevante, principalmente por serem comunidades fechadas. Em segundo lugar, porque uma das dificuldades no estudo destas comunidades é a impossibilidade de identificação do universo de CSIs na Europa.

O objetivo principal do processo de amostragem foi conseguir chegar ao máximo de CSIs que fosse possível encontrar *online*. Por isso, optou-se por seguir um processo de amostragem por conveniência, no qual o primeiro passo foi construir uma base de dados que incluísse todas as comunidades identificadas nos mapas disponibilizados *online* pela GEN, Eurotopia e ECOLISE, excluindo as repetições. Nessa primeira fase, foram identificadas 367 comunidades. A segunda fase, consistiu em verificar se cada uma destas comunidades tinha um *website* ou página nas redes sociais digitais. Este passo serviu, essencialmente, para identificar a existência de um canal de comunicação que permitisse o envio do convite para o questionário (*e-mail* ou página nas redes sociais). Os *websites* ou páginas foram analisadas para perceber, quando possível, se a comunidade ainda se encontrava em funcionamento. Este procedimento resultou na eliminação de 43 CSIs, das quais não se encontrou nenhum contacto.

No total, a base de dados incluía 324 CSIs, para as quais foi enviado o convite para o preenchimento do questionário. Devido, a uma fraca adesão à participação, e para maximizar a taxa de resposta, foi solicitada, numa primeira fase, a colaboração da GEN – *Global Ecovillage Network* e, numa segunda fase, das seguintes redes: BEN - *Baltic Ecovillage Network*; RIE - *Iberian Network of Ecovillages* e RIVE - *Italian Network of Ecovillages*. O apoio solicitado a estas redes foi o da disseminação do questionário pelas suas bases de dados internas. No total, foram recebidas 108 respostas,⁶⁸ 103 válidas, resultando numa taxa de resposta de 31,8% - dentro do que é previsto na literatura como taxa de resposta aceitável para questionários online. A figura 5.4 sumariza o processo de amostragem.

⁶⁸ A lista completa das comunidades respondentes não será disponibilizada devido à garantia de anonimato assegurada pela investigação.

Figura 5.4 - Processo de Amostragem



Fonte: Elaboração própria

As instruções de resposta no convite para o preenchimento do questionário forneciam informações acerca das dimensões em análise. Nesse sentido, foi solicitado que quem respondesse ao questionário (em representação da comunidade) tivesse conhecimento sobre estas dimensões. Além disso, destacou-se a importância de receber apenas uma resposta por comunidade, pois, nesta fase, procurou-se recolher informações sobre as práticas da comunidade e não sobre as percepções individuais dos seus membros.

O questionário esteve *online* durante, aproximadamente 6 meses, entre abril e outubro de 2019 e obteve uma taxa de conclusão de 96%. Posteriormente, os dados foram codificados e introduzidos numa base de dados no *software SPSS - Statistical Package for the Social Sciences*. O tratamento e análise foi feito com recurso ao mesmo software.

A componente de investigação 1 consubstanciou-se num conjunto de análises descritivas. Para este tratamento estatístico as variáveis foram codificadas em diferentes níveis de medida, nomeadamente, nominal e ordinal. As variáveis nominais expressam atributos ou qualidades e a sua codificação numérica serve para categorizar os elementos. A maior parte das variáveis trabalhadas nesta fase são de nível nominal (Pestana e Gageiro, 2008). As escalas ordinais permitem distinguir diferentes graus de um atributo ou variável, tendo implícito uma relação de ordem, como é o caso da área (em hectares) que estas comunidades têm, o ano de início de atividades ou o nível de integração de práticas de sustentabilidade.

Para além da análise descritiva, foram ainda conduzidos procedimentos de análise univariada e bivariada para verificar a existência de associações entre as variáveis. Num

primeiro momento, efetuou-se uma análise univariada, na qual cada variável foi tratada de forma isolada, com o objetivo de fazer uma primeira exploração dos dados. De seguida, efetuaram-se análises bivariadas que mostrassem relações entre variáveis. A utilização destas técnicas centrou-se na associação entre as variáveis pertencentes à dimensão da caracterização e as variáveis da dimensão sustentabilidade e inovação, para perceber se as características das comunidades influenciavam as práticas de sustentabilidade e inovação que desenvolvem. Para isso, foram utilizados essencialmente, o teste do chi-quadrado e o coeficiente de correlação de Spearman (R). As especificidades destas análises estão descritas no próximo capítulo.

Embora se tenha explicado todo o processo de construção e aplicação do questionário nesta subsecção, importa mencionar que os dados recolhidos através deste instrumento, contribuíram não só para a componente de investigação 1, através da análise descritiva, como também para as componentes de investigação 2 e 3, conforme se detalha nas seguintes subsecções.

5.5.3 Mecanismos de Reciprocidade para a Disseminação de Conhecimento

A componente de investigação 2 teve como principal objetivo perceber se as CSIs em análise estabelecem relações de colaboração com outras entidades, qual a estrutura dessas relações, que atores intervêm nas mesmas e com que objetivos as relações se estabelecem. As redes sociais não constituem apenas canais de circulação de informação, são também meios de partilha de significados e identidades (Tindall *et al.*, 2020). No caso destas comunidades, caracterizadas como nichos, a presença de relações de colaboração com outros atores tende a criar canais de influência social e de difusão das suas práticas e identidades. Os dados que integram esta fase da investigação foram também recolhidos através do inquérito por questionário. A tabela 5.4 sumariza os conceitos, as dimensões e as variáveis mobilizadas para esta componente de investigação.

Tabela 5.4 - Conceitos, Dimensões e Variáveis da Componente de Investigação 2

CONCEITO(S)	DIMENSÕES	VARIÁVEIS
Capital Social; Colaboração	Colaboração com outras entidades	Sim
		Não
		Não sabe/não responde
		Razões para não colaborar
	Atores / Tipos de entidades	Governança
		Universidade e/ou centro de I&D
		Outras CSIs
		Agência de desenvolvimento

Rede Social; Capital Social; Buracos Estruturais; Laços		Rede nacional/internacional
		Empresa
		Associação privada s/ fins lucrativos
		Associação pública
		Outro tipo de entidade
	Motivos para a relação	Partilha de recursos mercantis e monetários
		Partilha de infraestruturas/equipamentos
		Intercâmbio de membros
		Desenvolvimento de atividades
		Atividades de comunicação
		Outro
	Importância da relação	Avaliado numa escala de 1 (nada importante) a (7 muito importante)
		Não sabe/não responde
	Intenção de manter a relação	Sim
Não		
Ainda não sabe/não decidiram		

Fonte: Elaboração própria

A análise destas variáveis foi feita com recurso a um *software* específico de Análise Estrutural de Redes Sociais (AERS) - *Gephi* (versão 0.8.2) (Bastian *et al.*, 2009). Para tal criou-se uma base de dados com a codificação de todos os atores e de todas as relações indicadas pelos inquiridos. Este método foi escolhido porque permite analisar a densidade, tipos de relação, posições e centralidades dos atores e das relações que estabelecem entre si o estudo das relações entre atores sociais (Lemieux e Ouimet, 2008).

A AERS envolve a descrição das características estruturais das relações sociais de indivíduos e grupos, possibilitando a identificação de propriedades estruturais que visam explicar padrões de ação e processos de mudança (Scott, 2017). É uma abordagem teórico-metodológica que procura estudar de forma sistemática a estrutura das redes, através da extração de propriedades e da sua discussão a partir de métricas específicas (Cruz, 2016).

A característica fundamental da AERS é permitir tratar dados relacionais (Wasserman e Faust, 1994), ou seja, dados que expressam relações (conexões ou laços) entre objetos (nós, indivíduos, grupos) diversos. Assim, é importante olhar para elementos como a posição dos nós na rede, as suas relações e os seus atributos (Scott, 2017). Estes elementos permitem descobrir relações entre esses nós e compreender as propriedades estruturais dessas redes. Neste sentido, a AERS permite deslocar a atenção dos atributos individuais para as relações que os atores estabelecem com outros coparticipantes num determinado contexto social (Cruz, 2016). Adaptada às relações sociais a AERS tem-se demonstrado relevante para a compreensão de problemas

complexos, como a integração entre estrutura social (macro) e ação individual (micro) (Degenne e Forsé, 1999; Scott, 2017). Assim, representa uma proposta que aproxima os níveis de análise micro e macro, resultando numa ferramenta flexível que também pode ser usado a um nível meso - algo que não é abundante em ciências sociais (Cruz, 2016; Pinto *et al.*, 2021b).

O tipo de relação que se analisou está relacionado com as questões de investigação. Neste caso, optou-se por analisar as relações de colaboração de modo a verificar questões de simetria, ou seja, relações mútuas ou recíprocas, em que uma relação é estabelecida entre dois atores e funciona nos dois sentidos (Scott, 2017). Estas relações também podem ser descritas e analisadas através da sua intensidade. Esta dimensão está associada ao debate sobre laços fracos ou fortes (Granovetter, 1983). A premissa base é que enquanto os laços fortes são estruturantes das redes, os laços fracos são essenciais na procura de oportunidades, na introdução de novidade e inovação na rede e na inclusão de novos atores em determinados subgrupos da rede.

Quando as conexões entre dois subgrupos dentro de uma rede são dependentes de um número limitado de intermediários pode criar-se um buraco estrutural (Burt, 1995). Este é outro dos conceitos mobilizados nesta análise e remete para situações em que existam atores que ficam isolados dentro da rede se os nós que os conectam forem removidos. Estes buracos estruturais imprimem destaque aos atores cujas relações eliminam os buracos (*ibid.*, 1995) porque representam oportunidades para intermediar fluxos de informação, coordenar e mobilizar outros atores de acordo com objetivos próprios.

As investigações que recorrem à AERS podem mobilizar uma de duas abordagens: ou se propõem desenhar uma rede egocêntrica ou mapear toda a rede num determinado domínio (Marsden, 2005). No primeiro caso, a análise foca-se no estudo do conjunto de relações com outros atores e objetos de um determinado ator central – o ego – e que é o ponto de partida da análise. No segundo caso, o propósito é mapear a rede global, através da identificação de atores e objetos inter-relacionados entendidos como delimitadores de determinado coletivo social (Pinto *et al.*, 2021b). No caso desta investigação, o objetivo foi o de mapear toda a rede de relações de colaboração entre as comunidades sustentáveis intencionais e outros atores, no sentido de perceber se o conhecimento gerado dentro das comunidades tem potencial de escalabilidade e

transferibilidade e de analisar de que forma (com que parceiros e ligações) esta transferência é efetuada. Este processo foi fundamental para permitir perceber o impacto que as comunidades sustentáveis intencionais podem ter enquanto laboratórios e contextos privilegiados para a emergência de inovação social.

Para além disso, a estrutura da rede tem consequências importantes ao nível das políticas públicas (Crespo *et al.*, 2013). Num contexto marcado por profundos desafios sociais, económicos e ambientais, esta abordagem metodológica é particularmente interessante, pois permite perceber como é a estrutura das redes das CSIs, e informar as políticas públicas sobre as mudanças estruturais que seriam necessárias para que as redes se tornem mais resilientes e para que o potencial destas comunidades contribuam para o processo de transição para a sustentabilidade seja aumentado.

5.5.4 Tipos de Comunidades Sustentáveis Intencionais na Europa

A componente de investigação 3 teve como objetivo identificar diferentes tipos de CSIs na Europa. Para tal, foram utilizados os dados recolhidos através do inquérito por questionário e optou-se por classificar as comunidades em análise com base nos seus comportamentos quotidianos de sustentabilidade (tabela 5.5). A tipologia foi realizada através da técnica da análise de clusters com recurso ao *software SPSS - Statistical Package for the Social Sciences*. Após a construção da tipologia, foram isolados *clusters* tendo em conta as variáveis de caracterização e as de inovação.

Tabela 5.5 - Conceitos, Dimensões e Variáveis da Componente de Investigação 3

CONCEITO(S)	DIMENSÕES	VARIÁVEIS
Sustentabilidade	Sustentabilidade Ambiental (nível de integração)	Reutilização e reaproveitamento de recursos
		Desenvolvimento de práticas de permacultura
		Desenvolvimento de práticas de Bio-Construção
		Cultivo de alimentos endógenos/endémicos
		Produção de alimentos orgânicos/ biológicos
		Limpeza e reabastecimento de fontes e cursos de água
		Utilização de energias renováveis
		Promoção da biodiversidade/regeneração dos ecossistemas
	Sustentabilidade Social (nível de integração)	Participação ativa nas tarefas quotidianas da comunidade
		Tomada de decisões fundamentais por via do consenso
		Gestão coletiva de recursos e atividades
		Utilização de um método formal para a governança
		Existência de um líder
		Membros com diferentes níveis de compromisso
Partilha dos recursos da comunidade		
Pagamento de salários ou de rendimentos		

Sustentabilidade Económica (nível de integração)	Utilização de uma moeda alternativa
	Existência de trocas não monetárias
	Instituições financeiras criadas dentro da comunidade
	Divisão equitativa da terra
	Atividades de autofinanciamento
	Dinamização da economia local
	Preocupação com o consumo de produtos/serviços

Fonte: Elaboração própria

Antes de se executar uma análise de *clusters* é recomendado, principalmente quando existem muitas variáveis, fazer uma análise fatorial, de modo a reduzir a dimensão dos dados (Pestana e Gageiro, 2008). A análise fatorial (AF) é utilizada para investigar os padrões ou relações latentes para um número grande de variáveis e determinar se a informação pode ser resumida a um conjunto menor de fatores (ou componentes). Através da AF é possível “reduzir o número de dimensões necessárias para se descrever dados derivados de um grande número de medidas” (Urbina, 2007: 176). Neste sentido, esta análise permitiu simplificar os dados, através da verificação das correlações entre as variáveis. Ao aplicar esta técnica torna-se possível identificar a existência de um número menor de variáveis não observáveis subjacentes aos dados (*ibid.*, 2007).

Um fator pode ser definido como uma combinação linear das variáveis originais. Os fatores revelam as dimensões latentes que resumem o conjunto original de variáveis, mantendo a representatividade das características das variáveis originais. Assim, a análise fatorial é usada para investigar as relações entre um grande número de variáveis e organizá-las em um conjunto menor de fatores (Hair *et al.*, 2006).

A primeira preocupação foi verificar a adequabilidade dos dados. Existem vários fatores a ter em conta, nomeadamente: o tipo de variáveis, o tamanho da amostra, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de Bartlett. Depois de verificar a adequabilidade da base de dados, o investigador deve determinar a técnica de extração dos fatores. Existem várias técnicas de extração, nomeadamente: componentes principais, fatores principais, factoração por imagem, factoração por verossimilhança máxima, factoração alfa, mínimos quadrados não ponderados e mínimos quadrados (Tabachnick e Fidell, 2007).

Neste caso, optou-se pela técnica de componentes principais (ACP). A ACP é uma técnica de análise exploratória de dados multivariados que transforma um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes, simplificando

os dados através da redução do número de variáveis necessárias para os descrever, que são combinações lineares das variáveis originais, designadas por componentes principais (Moroco, 2003). Nesta componente da investigação utilizou-se uma técnica de ACP do tipo exploratório na qual não se definiu *a priori* o número de dimensões a reter. Posteriormente, procedeu-se a uma análise confirmatória que atestou a validade de retenção de 6 componentes que explicam 65,145% da variabilidade dos dados. Foi então com base nestes componentes que se executou a análise de *clusters*.

A análise de *clusters* é um procedimento multivariado que serve para detetar grupos homogéneos nos dados. A formação de grupos pode ter implicações teóricas e empíricas, importantes (Pestana e Gageiro, 2008). A pertinência da utilização desta técnica neste estudo surge com o interesse de classificar e agregar os diferentes casos analisados e estabelecer uma tipologia de CSIs que sejam não só relativamente semelhantes entre si (homogeneidade intra-grupos) como também distintas das outras (heterogeneidade entre-grupos) face aos seus comportamentos e práticas quotidianas de sustentabilidade.

No final, foram identificados 4 clusters com características homogéneas face às dimensões latentes extraídas da Análise Fatorial. O cluster 1 inclui 44 casos, o cluster 2 tem 10 casos, o cluster 3 tem 33 casos e o cluster 4 tem 13 casos. A descrição e nomeação dos clusters, bem como o desenvolvimento da justificação das escolhas aqui indicadas estão devidamente apresentados no capítulo 8 desta tese.

5.5.5 Significados de Sustentabilidade, Práticas de Inovação Social e Representações sobre a Transição

A componente de investigação 4 focou-se na análise aprofundada de estudos de caso. Os estudos de caso emergiram da componente anterior a qual permitiu identificar 4 tipos de CSIs existentes na Europa. Cada caso escolhido procura representar um destes tipos. O estudo dos casos recorreu aos dados quantitativos para mostrar a forma como integram no seu quotidiano as diferentes práticas de sustentabilidade, que atividades inovadoras desenvolvem e que lugar ocupam na rede. Para além disso, esta componente de investigação foi complementada pelos dados qualitativos emergentes da aplicação de entrevistas semiestruturadas a membros destas comunidades. Estas entrevistas tiveram como objetivo dar a perceber de que forma é que estes indivíduos constroem os

significados da noção de sustentabilidade e de mudança social e de que forma percebem e representam o seu papel enquanto agentes com capacidade para induzir essa mudança e contribuir para o processo de transição para a sustentabilidade. A tabela 5.6 identifica as variáveis utilizadas para a análise de casos.

Tabela 5.6- Conceitos, Dimensões e Variáveis da Componente de Investigação 4

CONCEITO(S)	DIMENSÕES	VARIÁVEIS
Comunidades Sustentáveis Intencionais	Caracterização	País e localidade
		Meio (urbano/rural/outro)
		Área (em hectares)
		Estatuto jurídico
		Idade
		Nº de membros
	História da comunidade	Percurso de fundação da comunidade
	Objetivos, valores e missão da comunidade	
	Momentos cruciais de mudança na comunidade	
Sustentabilidade	Sustentabilidade Ambiental (nível de integração)	Reutilização e reaproveitamento de recursos
		Desenvolvimento de práticas de permacultura
		Desenvolvimento de práticas de Bio-Construção
		Cultivo de alimentos endógenos/endémicos
		Produção de alimentos orgânicos/ biológicos
		Limpeza e reabastecimento de fontes e cursos de água
		Utilização de energias renováveis
	Promoção da biodiversidade/regeneração dos ecossistemas	
	Sustentabilidade Social (nível de integração)	Participação ativa nas tarefas quotidianas da comunidade
		Tomada de decisões fundamentais por via do consenso
		Gestão coletiva de recursos e atividades
		Utilização de um método formal para a governança
		Existência de um líder
		Membros com diferentes níveis de compromisso
		Partilha dos recursos da comunidade
	Pagamento de salários ou de rendimentos	
	Sustentabilidade Económica (nível de integração)	Utilização de uma moeda alternativa
		Existência de trocas não monetárias
		Instituições financeiras criadas dentro da comunidade
		Divisão equitativa da terra
Atividades de autofinanciamento		
Dinamização da economia local		
Preocupação com o consumo de produtos/serviços		
Significados	Significado(s) do termo “sustentabilidade”	
Inovação Social	Práticas Inovadoras e Significados	Perceções sobre a existência de práticas inovadoras
		Identificação e descrição das mesmas
		Significado(s) do termo “inovação”
		Alinhamento das práticas com as necessidades da comunidade (ou do exterior)
		Perceção da importância de disseminação das práticas
		Obstáculos do desenvolvimento de inovação
		Facilitadores do desenvolvimento de inovação
		Sugestões para maximizar a escalabilidade e transferência das práticas
Perceção da importância da pertença a redes		

		Perceção das ligações de colaboração mais estruturais
Transições Sustentáveis	Atores da Transição	Perceção do papel destas comunidades enquanto contribuidores para os processos de transição
		Perceção das características que consubstanciam esse papel
	Fases de Transição	Identificação da fase de transição para a qual podem contribuir
		Representação sobre o papel desempenhado nessa fase
		Representação sobre o papel que podem desempenhar noutras fases
	Trajetórias de transição	Representação da trajetória de transição desejável para o futuro
		Perceção do papel destas comunidades nessa trajetória
	Mudança Social	Identificação de práticas que introduziram mudança fora da comunidade
		Descrição das mesmas
		Identificação das características que permitiram essa difusão
		Representações da direção desejável para a mudança social
	Políticas públicas	Sugestão de políticas públicas para aumentar o impacto destas comunidades no processo de transição e mudança

Fonte: Elaboração própria

A escolha da utilização de estudos de caso para esta investigação prende-se com a centralidade da análise comparativa nas ciências sociais (Yin, 2014). Para esta fase, optou-se por uma abordagem comparativa com a intenção de verificar a influência do contexto, *i.e.*, do tipo de comunidade no desenvolvimento de inovação e na formação dos significados e das perceções dos seus membros. A abordagem comparativa justifica-se pela sua capacidade de ir para além das medidas estatísticas descritivas, para uma compreensão profunda das motivações individuais (della Porta, 2008). Isto significa que se procurou perceber quais são as semelhanças e diferenças existentes entre os casos para, por um lado, proceder à sua comparação, e por outro lado, dar voz às especificidades da vida comunitária.

Um caso é um fenómeno ou um evento escolhido, conceptualizado e analisado empiricamente como uma demonstração de uma classe mais ampla de fenómenos ou eventos (Gerring, 2006; Yin, 2014). Um estudo de caso é uma estratégia de investigação baseada na investigação empírica aprofundada de um, ou de um pequeno número de fenómenos, com o objetivo de explorar a configuração de cada caso e de desenvolver e/ou avaliar explicações teóricas (Yin, 2014). Isto significa que o caso não é apenas uma unidade de análise, mas sim uma categoria teórica. O caso não é espacialmente delimitado *a priori* e essa delimitação, espacial ou não, é resultado de uma conceptualização teórica

utilizada pelo investigador (Rueschemeyer, 2003). É uma estratégia de investigação na qual os dados podem ser recolhidos de várias formas, assumindo abordagens qualitativas e quantitativas onde a triangulação metodológica é desejável (Yin, 2014).

Vennesson (2008) identifica quatro tipos de estudos de caso, que correspondem a propósitos diferentes de investigação: 1) o estudo de caso descritivo que é uma descrição sistemática dos fenómenos sem intenção teórica explícita; 2) o estudo de caso interpretativo que tem como característica utilizar referenciais teóricos para apresentar uma explicação de casos particulares, o que pode levar também a uma avaliação das teorias; 3) o estudo de caso heurístico, que procura gerar novas hipóteses indutivamente e/ou refinar hipóteses existentes; e 4) os estudos de caso de avaliação de teoria que são usados para avaliar se as teorias existentes são responsáveis pelos processos e resultados dos casos selecionados. Nesta investigação, os estudos de caso são fundamentalmente interpretativos, pois parte-se de um conjunto de referenciais teóricos que refletem sobre o tipo de atores que participam no processo para as transições sustentáveis e que situam os atores do nicho como cruciais para esse processo. Através da análise dos casos em estudo procura-se avaliar estes pressupostos teóricos e perceber se o contexto influencia, de facto, no processo de desenvolvimento de inovação social.

A escolha dos casos deve obedecer a um conjunto de critérios relacionados com os objetivos da investigação, o tipo de abordagem que se pretende seguir, o tipo de comparação que se pretende fazer, a epistemologia base da investigação. A literatura identifica duas correntes lógicas principais que podem ser seguidas na escolha dos casos: a que é orientada para variáveis (*variable-oriented*) e a orientada para casos (*case-oriented*)⁶⁹ (Gerring, 2006; della Porta, 2008). Sucintamente, os estudos orientados a variáveis visam, principalmente, estabelecer relações generalizadas entre variáveis, enquanto os estudos orientados para casos procuram compreender unidades complexas (della Porta, 2008).

Esta investigação utiliza a lógica *case-oriented* porque se concentra num número relativamente pequeno de casos⁷⁰ e privilegia cada caso como um todo interpretável (Yin, 2014) e se procura compreender uma unidade complexa, em detrimento do estabelecimento de relações entre variáveis (della Porta, 2008). Na investigação *case-*

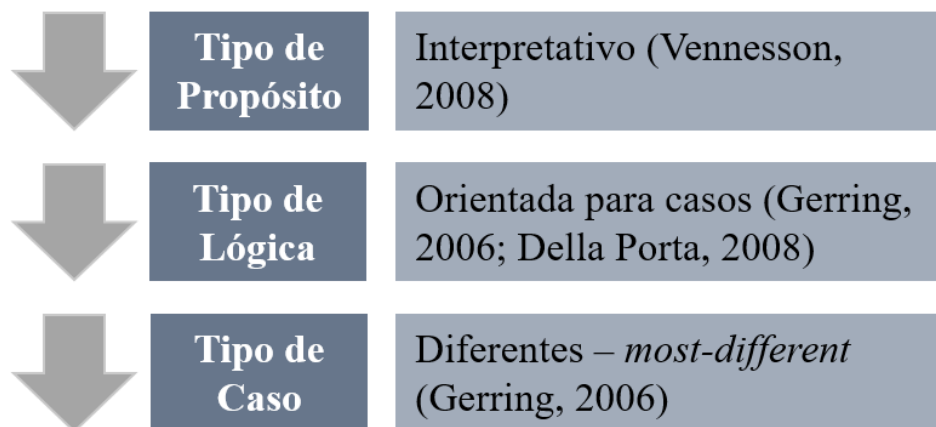
⁶⁹ A partir daqui utilizar-se-á a expressão em inglês porque se acredita que a tradução livre não reflete de forma adequada o significado da expressão *case-oriented*.

⁷⁰ O número pequeno de casos (small-N) situa-se entre 2 a 20 casos (della Porta, 2008).

oriented, os casos não são determinados previamente no início de um projeto de pesquisa, mas, pelo contrário, “(...) emergem através do decorrer da investigação, através de um diálogo sistemático entre ideias e evidências.” (Ragin, 2004: 127). Este foi o procedimento seguido, uma vez que foi a identificação de diferentes tipos de CSIs na Europa (componente de investigação 3) que informou a escolha dos casos – um por cada tipo identificado.

Para além disto, existem outros aspetos a ter em conta quando se escolhem os casos a estudar, sendo de suma importância perceber o seu grau de homogeneidade e heterogeneidade (Gerring, 2006). Ou seja, no que é os casos são diferentes e o que os aproxima. Quando o investigador se concentra numa comparação *case-oriented* com um número pequeno de casos, deve esclarecer as semelhanças e diferenças através de um conjunto de critérios e sem interesse na generalização (della Porta, 2008). Neste sentido, a estratégia escolhida para a escolha dos casos foi a de casos diferentes (*most-different cases*).⁷¹ Nesta estratégia o investigador procura identificar casos em que apenas uma variável independente (X1), bem como a variável dependente (Y), covariam, enquanto todos os outros fatores plausíveis (X2a-z) apresentam valores diferentes (Gerring, 2006). A figura 5.5 sumariza as escolhas metodológicas para a escolha dos estudos de caso.

Figura 5.5 - Etapas e Escolhas para a Identificação dos Casos



Fonte: Elaboração própria

A escolha de casos *most-different* implicou a identificação das variáveis em análise. Então:

⁷¹ Gerring (2006) identifica 9 tipos de estudos de caso: o típico, o diverso, o extremo, o desviante, o influente, o crucial, o de *path-way*, o de casos semelhantes (*most-similar*) e o de casos diferentes (*most-different*).

- X_1 é o fator-chave de interesse ou variável dependente, neste caso X_1 é o facto de todos os casos serem CSIs;
- Y é o *outcome* de interesse ou variável independente, neste caso Y é o desenvolvimento de inovação e a pertença a redes;
- X_2 são os vetores de controlo ou fatores plausíveis, neste caso X_{2A} são as variáveis de caracterização das comunidades e X_{2B} é o desempenho dos casos nas componentes.

Com base nisto, os casos escolhidos são a Comunidade Los Portales (cluster 1), a Live With Earth (cluster 2), a Cloughjordan Ecovillage (cluster 3) e a comunidade Ppauw (cluster 4). A tabela 5.7 caracteriza os casos em relação a X_1 , Y e X_2 .

Tabela 5.7 - Caracterização dos Casos (most-different)

	Los Portales	Live With Earth	Cloughjordan	Ppauw
X_1 (CSIs)	=	=	=	=
X_{2A} Região Europeia	Sul	Sul*	Norte	Ocidental
X_{2B} N° de membros	36 a 45	1 a 15	Mais de 95	1 a 15
X_{2C} anos de existência	37	5	22	7
X_{2D} Desempenho nas componentes /clusters	≠	≠	≠	≠
Y_1 Desenvolvimento de inovação	=	=	=	=
Y_2 Pertença a redes	=	=	=	=

Fonte: Elaboração própria

Na tabela pode verificar-se que a comunidade Live with Earth pertence à mesma região europeia que a comunidade Los Portales. Inicialmente, tinha sido seleccionada outra comunidade, como representante do cluster 2. Essa comunidade cumpria todos os critérios identificados acima, incluindo o facto de pertencer a uma região europeia (um dos fatores plausíveis ou X_2) diferente de todos os outros casos (Europa Oriental). Esta comunidade está localizada na Bielorrússia e quando contactada para entrar no estudo, informou que devido ao contexto de tensão política e social, consequência da invasão da Ucrânia pela Federação Russa e às especificidades do regime político de Aleksandr Lukashenko, a maioria dos seus membros estavam em situação de asilo político, fora da comunidade e do país. Por isso, optou-se por não avançar com esse estudo de caso e escolher a segunda comunidade a cumprir os critérios de seleção identificados.

A escolha dos estudos de caso pretende-se então com a necessidade de perceber como, e porquê, diferentes comunidades, com diferentes comportamentos de

sustentabilidade e com diferentes contextos tendem a convergir no mesmo *outcome* (Y), *i.e.*, o desenvolvimento de inovação e a pertença a redes e a forma como estas diferenças moldam as perceções individuais dos atores.

Para verificar então, as perceções individuais dos atores, utilizou-se a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados. Segundo Bryman (2012), a entrevista é o método mais utilizado na investigação qualitativa. A entrevista semiestruturada consiste num instrumento segundo o qual o investigador tem um conjunto de perguntas orientadas num roteiro ou guião, mas onde existe a possibilidade de alterar a sequência das mesmas e onde o entrevistador tem liberdade para fazer perguntas adicionais caso considere necessário explorar as respostas do entrevistado (*ibid.*, 2012).

O principal propósito de uma entrevista semiestruturada é o de permitir ao entrevistador compreender a forma como os seus interlocutores percecionam determinadas dimensões da pesquisa e também flexibilidade na condução da conversa (Kvale, 1996). Essa flexibilidade é conseguida através da forma como as perguntas são construídas. A formulação das questões deve ter em conta a possibilidade de deixar em aberto vias alternativas de investigação que possam surgir durante a recolha de dados – este é, precisamente, um dos pressupostos da investigação qualitativa.

Bryman (2012) identificou um conjunto de critérios que devem ser tidos em conta aquando da construção de um guião semiestruturado⁷² e da aplicação do mesmo:

- a) Criar uma ordem nas áreas temáticas para que se consiga ter um guião fluído, mas que permita ao investigador alterar a ordem das perguntas consoante as respostas do entrevistado;
- b) As perguntas devem estar alinhadas com as questões de investigação, mas não ser demasiado específicas;
- c) Usar uma linguagem compreensível (que não seja demasiado codificada) e adaptada ao público ao qual as perguntas são feitas;
- d) Solicitar ou registar informações gerais como o nome, idade, género, ou outras que sejam relevantes para a investigação para contextualizar as respostas dos entrevistados;

⁷² O Guião de Entrevista Semi-Estruturado pode ser consultado no Apêndice C.

- e) O entrevistador deve estar familiarizado com o ambiente e contexto em que o entrevistado vive ou trabalha (dependendo do escopo da investigação) para que seja possível descodificar os termos específicos utilizados pelo entrevistado;
- f) Minimizar posturas de concordância ou discordância com o entrevistado para diminuir o risco de distorcer respostas posteriores;
- g) Estar atento ao discurso do entrevistado para evitar colocar questões que já foram respondidas e aprofundar dimensões que possam parecer interessantes

Devido às limitações impostas pela pandemia de COVID-19, as entrevistas foram realizadas *online*. Os constrangimentos que estas circunstâncias trouxeram ao desenho de investigação estão devidamente explicados nas conclusões desta tese. Alguns objetivos foram revistos devido à impossibilidade de visitar *in loco* os casos em estudo, a condução *online* das entrevistas não condicionou os objetivos gerais da investigação.

Existe um conjunto de desvantagens na realização de entrevistas *online* que se prendem com três dimensões principais (Bryman, 2012). A primeira dimensão está associada ao acesso à internet. Uma investigação que utilize recolha de dados *online*, acaba por se cingir aos entrevistados que têm acesso a ferramentas como um computador ou instalação de *internet* e aos que se sentem confortáveis com este tipo de tecnologias. Para além disso, existe o risco de dificuldades de conexão e de ligação que podem ocorrer ao longo da entrevista e comprometer tanto o seu desenvolvimento como a qualidade da gravação. A segunda dimensão relaciona-se com a perda de confiança associada às trocas de informação feitas em contexto *online*. Muitas vezes, quando o convite é feito por e-mail, os participantes tendem a vê-lo como *spam* ou um incómodo. Para além disso, também há um maior receio sobre a confidencialidade dos dados e potencialidade de fraudes ou *hackers*. A terceira dimensão prende-se com fatores relacionados com a falta de presença física que dificulta a capacidade de captar pistas visuais que permitem perceber como o entrevistado se está a sentir durante a entrevista. Isto pode resultar num menor compromisso de longo prazo para com a entrevista.

Enquanto as desvantagens associadas à primeira dimensão são mais difíceis de ultrapassar, a investigadora procurou desenvolver estratégias que permitissem minimizar as restantes. Em relação à segunda dimensão utilizou-se a plataforma *Zoom*, através da conta institucional da investigadora. Isto permite que se associe uma senha de acesso à reunião *zoom*, que foi partilhada apenas com o entrevistado, para evitar potenciais fraudes. Os convites para as entrevistas foram feitos por *e-mail*, o que permitiu encetar

algumas conversações prévias com os entrevistados, de forma a criar confiança mútua e um sentido de compromisso. As perguntas não foram enviadas previamente, mas foram facultadas informações sobre as dimensões e tópicos a abordar durante a entrevista. A falta de contacto físico foi parcialmente colmatada uma vez que se recorreu à utilização de vídeo, para além do áudio, o que permitiu à investigadora verificar possíveis expressões faciais que fossem importantes para a condução da entrevista.

Existe, por outro lado, um conjunto de vantagens na realização de entrevistas em modelo *online* (Bryman, 2012). Desde logo, é um processo mais acessível do ponto de vista económico, principalmente no caso desta investigação onde as entrevistas presenciais implicariam várias deslocações pela Europa. Outra das vantagens prende-se com a maior facilidade em agendar as entrevistas com um menor constrangimento nas agendas dos participantes. O contexto *online*, por ter associado um certo distanciamento, faz com que as pessoas se sintam mais confortáveis a falar sobre determinados assuntos e o facto de não existir um gravador “em cima da mesa” acaba também por facilitar o processo. Quando os entrevistados estão *online* em casa acabam por estar num “ambiente anónimo, seguro e não ameaçador” (O'Connor e Madge 2001: 11), que pode ser especialmente útil.

Em suma, perante estas desvantagens e vantagens, procurou-se reproduzir, ao máximo, o ambiente de entrevista “cara-a-cara”, recorrendo a um modelo síncrono e com recurso a vídeo. No início da entrevista, ainda antes de iniciar a gravação, a entrevistadora procedeu à aplicação de um consentimento informado para a participação neste estudo. O consentimento informado é um procedimento ético crucial que se preocupa em dar ao entrevistado um conjunto de informações que lhe permitam considerar o seu envolvimento na investigação (King e Horrocks, 2010). O consentimento informado aplicado⁷³ segue as normas definidas no código deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia (2012) e no Regulamento Geral de Proteção de Dados em vigor (RGPD, 2016/679).

Antes de iniciar a gravação, a entrevistadora fez a sua apresentação e da investigação, sublinhou a importância da participação do entrevistado, informou sobre a utilização exclusiva dos dados para esta investigação e para os seus resultados, enfatizou a voluntariedade da participação e a possibilidade de terminar a entrevista quando o

⁷³ Apêndice D - Consentimento Informado para as Entrevistas.

entrevistado assim o entendesse ou de não responder a qualquer uma das perguntas colocadas, explicou de que forma se dividia a entrevista e sobre que tópicos se centrava, perguntou se o entrevistado preferia manter o anonimato e por fim, solicitou a autorização para proceder à gravação da entrevista. Após esta autorização a entrevista começou a ser gravada iniciando com o entrevistado a afirmar que lhe foi lido o consentimento informado e que autorizava a gravação.

No final da entrevista foi explicado como é que os dados seriam guardados e que todos os resultados decorrentes da análise da entrevista seriam enviados aos participantes. Esta foi aliás uma preocupação transversal a todas as componentes de investigação. A investigadora foi divulgando, através dos contactos de *e-mail*, todas as publicações produzidas e a participação em conferências para apresentação dos resultados. Estes procedimentos de *feedback*, para além de éticos, foram cruciais para não perder o envolvimento dos participantes na investigação. Isto foi particularmente importante porque o questionário foi aplicado em 2019 e as entrevistas em 2022. Durante esse período era importante manter os participantes ativos e envolvidos no estudo pois seria através dos respondentes ao questionário que se iniciaria o processo de recrutamento dos entrevistados.

No inquérito por questionário solicitou-se o nome do respondente, um *e-mail* de contacto e a manifestação do interesse em continuar a participar neste estudo. Posteriormente, contactou-se a pessoa respondente ao questionário por cada uma das 4 comunidades (casos em estudo), para encetar as conversações sobre a participação nesta componente de investigação. Uma vez que a investigadora não estava presencialmente nas comunidades, como inicialmente previsto, não foi possível seguir o processo de recrutamento que estava planeado. Esse processo implicava que a investigadora tivesse algumas conversas informais durante a sua estadia de forma a perceber quais as pessoas a entrevistar.

O processo de recrutamento teve então de passar pela pessoa de contacto em cada uma das comunidades. Foi-lhes solicitado que indicassem a possibilidade de realizar entrevistas com um mínimo de 5 membros da comunidade. As pessoas a entrevistar deveriam cumprir os seguintes critérios: ter um grau elevado de compromisso com a comunidade, viver há mais de 3 anos na comunidade e estar diretamente envolvido nas atividades inovadoras desenvolvidas pela comunidade. Foi ainda solicitada uma

entrevista com um membro fundador. Estes critérios ficam a dever-se ao tema específico a ser tratado. Por um lado, porque implica que os participantes tenham conhecimento das dimensões inovadoras da comunidade e por outro lado, porque uma vez que se trata de estudos de caso, o tipo de comunidade é uma variável de interesse e, como tal, os participantes deveriam ter um nível de compromisso alto com a comunidade e ter uma determinada duração de residência.⁷⁴ As entrevistas foram então realizadas a membros que podem ser designados como “Membros Nucleares”, ou seja, indivíduos com um grau elevado de compromisso com o projeto, com vínculos contratuais de trabalho estáveis e que desempenham cargos de responsabilidade na comunidade (onde se incluem os fundadores) (Nogueira, 2015).

A estratégia de recrutamento dos entrevistados foi conduzida de forma diferente em cada uma das comunidades. Houve casos em que a pessoa de contacto selecionou os indivíduos que cumprissem estes critérios, fez um primeiro contacto a verificar o seu interesse em participar e em caso afirmativo facultou os seus contactos à investigadora, fazendo uma breve apresentação do seu papel na comunidade. Noutros casos, a pessoa de contacto aguardou pela reunião comunitária seguinte durante a qual apresentou o que foi solicitado e identificou os membros interessados em participar que contactaram diretamente a investigadora. Em ambos os casos, a entrevistadora trocou e-mails com os possíveis participantes no sentido de averiguar e confirmar se estes cumpriam os critérios estabelecidos. Importa sublinhar que, em ambas as estratégias (embora na primeira seja maior), existe sempre associado um certo enviesamento introduzido pela pessoa que seleciona os indivíduos que lhe parecem cumprir os critérios. Esta é uma das limitações desta investigação, mas foi a estratégia possível tendo em conta o contexto.

Embora se tenha solicitado um mínimo de 5 entrevistas por estudo de caso, a determinação do número final de entrevistas a realizar teve em conta o princípio de saturação (Guerra, 2006). Neste sentido, o número final de entrevistas realizadas em cada comunidade é indicado para a problematização teórica e conceptual e para as informações recolhidas. Os entrevistados deixaram de ser selecionados assim que os dados recolhidos já não contribuíam com novas informações pertinentes para a problematização. No total foram realizadas 22 entrevistas, 6 na Comunidade Los Portales (cluster 1), 4 na Live with

⁷⁴ A troca de membros entre estas comunidades é elevada (Liftin, 2009). Para além disso, existem vários membros que estão nestas comunidades para experienciar um modo de vida diferente e acabam por não desenvolver um sentimento de compromisso para com a comunidade e tendem a ficar pouco tempo na mesma comunidade. Este tipo de membros pode ser enquadrado num perfil de “Participantes-Voluntários” (Nogueira, 2015).

Earth Organization (cluster 2), 7 na Cloughjordan Ecovillage (cluster 3) e 5 comunidade Ppauw (cluster 4). As entrevistas foram realizadas entre 29/03/2022 e 02/06/2022, tiveram uma duração média de 1 hora e 33 minutos e foram posteriormente transcritas integralmente no idioma original em que foram realizadas (inglês e espanhol).

Após a transcrição das entrevistas iniciou-se o processo de análise da informação com recurso ao software *NVivo Qualitative Data Analysis Software (QSR International Pty, Ltd., versão 11.1, 2015)*. A análise de conteúdo foi conduzida de duas formas: por um lado, fez-se uma análise dirigida, baseada em categorias sugeridas pela revisão de literatura (Hsieh e Shannon, 2005), e por outro lado, seguiram-se procedimentos de análise convencional baseados em categorias abertas (Bardin, 2008).

A identificação de categorias foi feita através de processos de codificação. A codificação é considerada o ponto de partida para a análise de dados qualitativos (Bryman, 2012) e é considerada como um mecanismo que permite pensar sobre o significado dos dados e reduzir a sua quantidade (Miles e Huberman, 1994). Recorreu-se ainda à contagem do número de ocorrências codificadas nas diferentes categorias (Cruz, 2016). Este é um processo exploratório que permite ter uma ideia da prevalência de uma determinada categoria em relação a outra (Namey *et al.*, 2008). O número de ocorrências numa determinada categoria é, no entanto, um indicador quantitativo limitado, principalmente porque pode ser inflacionado por diversos fatores, sendo o principal a repetição de uma ideia pelo mesmo entrevistado (Cruz, 2016). Todavia, é um elemento adicional da análise que permite sugerir a amplitude e a relevância de um determinado tema para os entrevistados (Namey *et al.*, 2008). Para verificar a prevalência de determinadas categorias o investigador deve utilizar o rácio entre ocorrências específicas e ocorrências totais (por categoria ou por subgrupo) para comparar diferentes preferências nas dimensões analisadas e os contrastes entre subgrupos de entrevistados nas categorias de análise (*ibid.*, 2008). A interpretação desta contabilização deve ser feita com algumas reservas e não deve ser entendida como um indicador quantitativo preciso de qualquer tipo de preferência ou comportamento, mas sim como uma pista exploratória (Cruz, 2016).

As citações diretas dos entrevistados foram traduzidas e são apresentadas em português, sempre com a identificação do texto no idioma original em nota de rodapé. Aquando da leitura do consentimento informado os entrevistados foram questionados

sobre se pretendiam manter o anonimato ou utilizar os seus nomes verdadeiros. A larga maioria dos entrevistados revelou preferência pela utilização do seu nome. No entanto, uma vez que houve entrevistados que manifestaram intenção de permanecer anónimos, decidiu-se nunca utilizar os nomes reais para evitar situações que permitissem a possível identificação dos entrevistados que optaram pelo anonimato.

Esta componente de investigação não tem pretensão de tecer generalizações ou transferibilidade. No entanto, foram tidos em conta aspetos que garantem a confiabilidade e a validade da pesquisa qualitativa. Para isso, adotou-se uma abordagem de auditoria (Bryman, 2012) que se materializou no registo completo e acessível de todas as fases do processo de investigação – formulação do problema, seleção dos participantes da pesquisa, notas, transcrições de entrevistas, decisões de análise de dados e assim por diante – sobre a qual a equipa de orientação se dedicou com atenção.

Seguiram-se ainda critérios de autenticidade da investigação (Lincoln e Guba, 2003). Os critérios tidos em conta foram a autenticidade ontológica – os resultados da investigação servem para que os membros entrevistados tenham uma melhor compreensão sobre o seu meio social, a autenticidade educativa – a investigação ajuda os participantes a perceberem melhor as perspetivas de outros membros do seu ambiente social e a autenticidade catalítica – a pesquisa serviu como um impulso para os participantes se envolverem em ações que permitam alterar as suas circunstâncias. Para isto, esta investigação produziu um pequeno manual, em inglês e com uma linguagem não científica, onde se sumarizaram os seus principais resultados e se identifica um conjunto de boas práticas, que será distribuído por todos os participantes após a publicação desta tese.

A próxima parte desta tese, divide-se em 4 capítulos onde se apresentam os resultados de cada uma das componentes de investigação aqui identificadas.

PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

CAPÍTULO 6 – PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DINÂMICAS DE INOVAÇÃO

*Somos livres para mudar o mundo e começar algo de novo nele.*⁷⁵

Hannah Arendt

6.1 Caracterização das CSIs em Análise

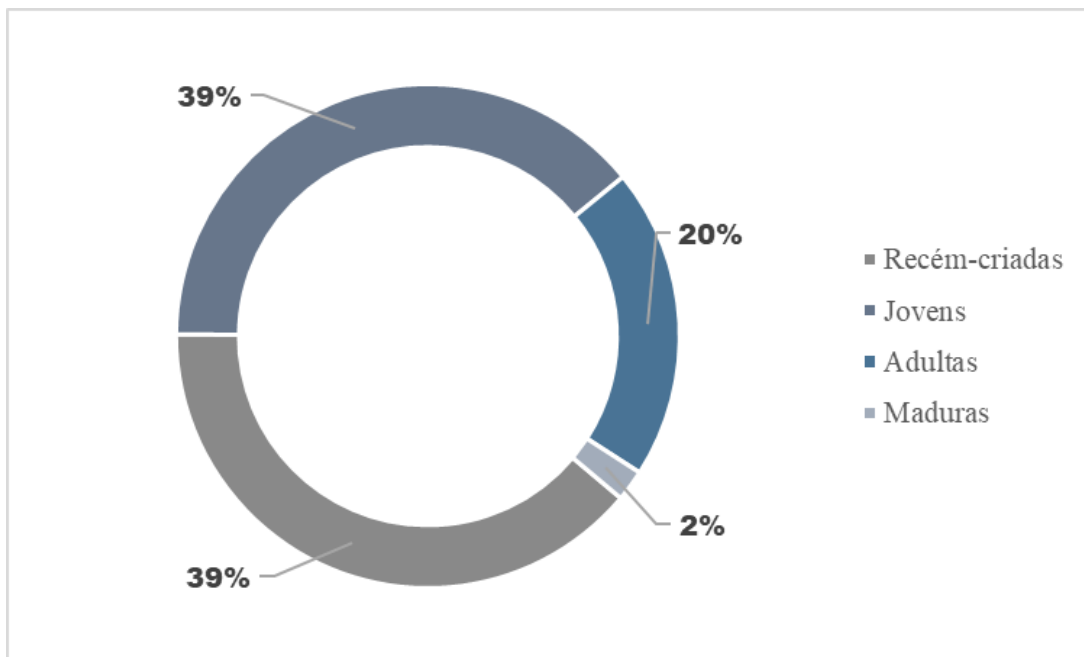
As CSIs são o tipo de comunidade intencional com maior taxa de crescimento e expansão, durante os últimos 40 anos (Adalilar *et al.*, 2015; Waerther, 2014), passando por períodos de multiplicação, reestruturação e organização a nível mundial (Lupke, 2012). Das comunidades analisadas nesta investigação, a maioria (63,3%) foi fundada durante os últimos 20 anos. Embora estes dados possam corroborar a literatura e revelar um sinal do crescimento nos últimos anos, também é verdade que estas comunidades têm uma taxa de insucesso muito elevada (Bates, 2003), pelo que também podem revelar os efeitos de uma baixa taxa de sobrevivência das CSIs.

Para analisar o tempo de existência destas CSIs foram criadas quatro categorias: comunidades recém-criadas (com entre 1 e 10 anos), comunidades jovens (entre 11 e 30 anos), comunidades adultas (entre 31 e 50 anos) e comunidades maduras (com mais de 50 anos). A figura 6.1 mostra os anos de existência das comunidades analisadas nesta investigação. De facto, apenas 2% são comunidades com uma longevidade superior a 50 anos (comunidades maduras). Na amostra, existem 39% de comunidades recém-criadas (com menos de 10 anos) e de comunidades jovens (entre 11 e 30 anos) e apenas 20% são comunidades adultas, com entre 31 a 50 anos de existência.

Em relação à dispersão geográfica (figura 6.2), as CSIs presentes nesta investigação, situam-se essencialmente, em Espanha (n=20), Dinamarca (n=15), Alemanha (n=12) e Portugal (n=10). A Itália é representada por um total de 8 comunidades, seguindo-se a Suécia, com 5. Foram registadas 4 comunidades na Holanda e no Reino Unido; 3 em França e na Suíça; 2 na Áustria, Eslovénia, Hungria e Grécia; e por fim, com apenas uma comunidade em estudo, estão países como a Islândia, Irlanda, Bélgica, Finlândia, Letónia, Rússia, Bielorrússia, Polónia, Ucrânia e Turquia.

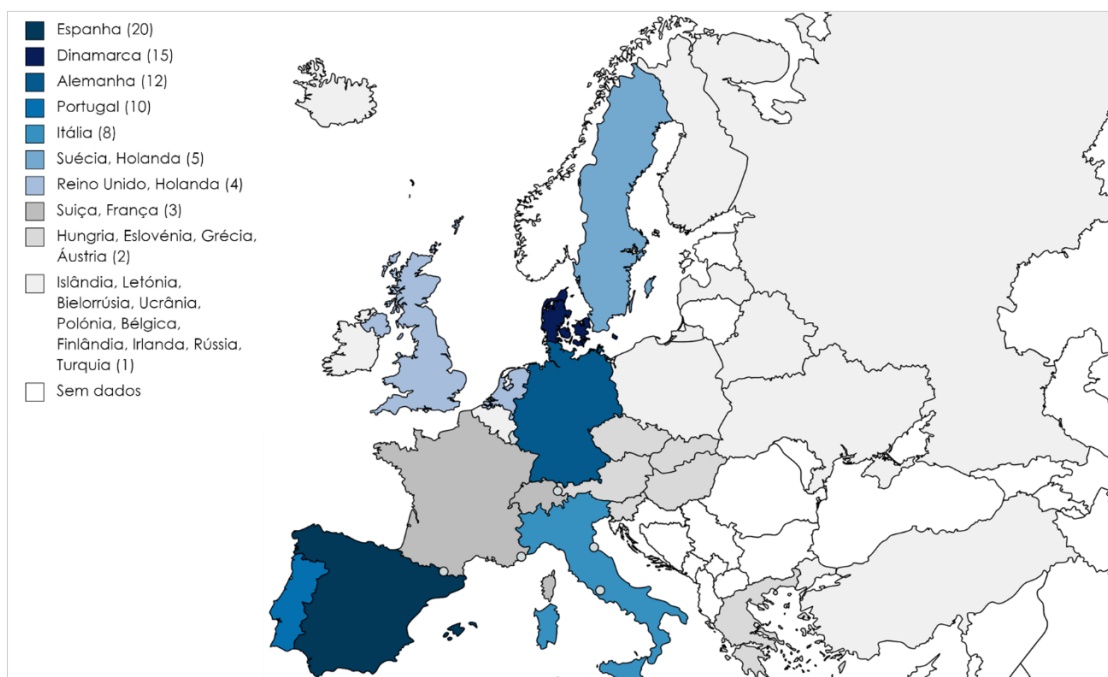
⁷⁵ Tradução da autora. Original: “We are free to change the world and start something new in it.”

Figura 6.1 - Anos de Existência das CSIs Analisadas



Fonte: Elaboração própria

Figura 6.2 - Dispersão Geográfica da Amostra



Fonte: Elaboração própria

Estes dados não permitem afirmar que existem, no universo das CSIs, uma tendência de maior concentração numa determinada zona da Europa, porque a taxa de resposta, por país, poderá estar relacionada com a proximidade às redes que disseminaram

o questionário. A disseminação através destas redes poderá ter condicionado o número de respondentes em cada país, aumentando o número de respostas nos países diretamente associados às mesmas. Da amostra analisada, 41% destas CSIs estão localizadas na Europa do Sul, 27% na Europa do Norte, 24% na Europa Ocidental e apenas 8% na Europa Oriental.

Uma comunidade sustentável intencional pressupõe a existência de um espaço físico onde os membros possam residir e onde seja possível desenvolver as atividades que contribuem para o sucesso da comunidade (Liftin, 2014). No caso das comunidades em análise, a maioria (80%) situa-se em contextos rurais, 5% em contexto urbano e 12% afirmam situar-se em ambos os contextos. Estas últimas são, normalmente, comunidades nômadas sem terrenos próprios, que transitam entre espaços disponíveis. Um estudo sobre este tipo de comunidades em Portugal revelou precisamente esta mesma tendência (Nogueira, 2015). Isto porque uma das principais preocupações, transversal a estes projetos, é garantir a capacidade de subsistência alimentar, através de práticas sustentáveis de agricultura biológica e permacultura, o que implica a existência de um contexto geográfico que possa providenciar condições ao desenvolvimento destas atividades (Bang, 2005).

A amostra também foi caracterizada em relação à sua dimensão, nomeadamente, ao número de membros que vivem a tempo inteiro nestas CSIs. Os membros das CSIs são a dimensão crucial do seu sucesso. No entanto, a dimensão relacional é, simultaneamente, o grande desafio da experiência comunitária. Karen Liftin no seu extenso trabalho etnográfico sobre as ecoaldeias – um tipo de CSIs – afirma que:

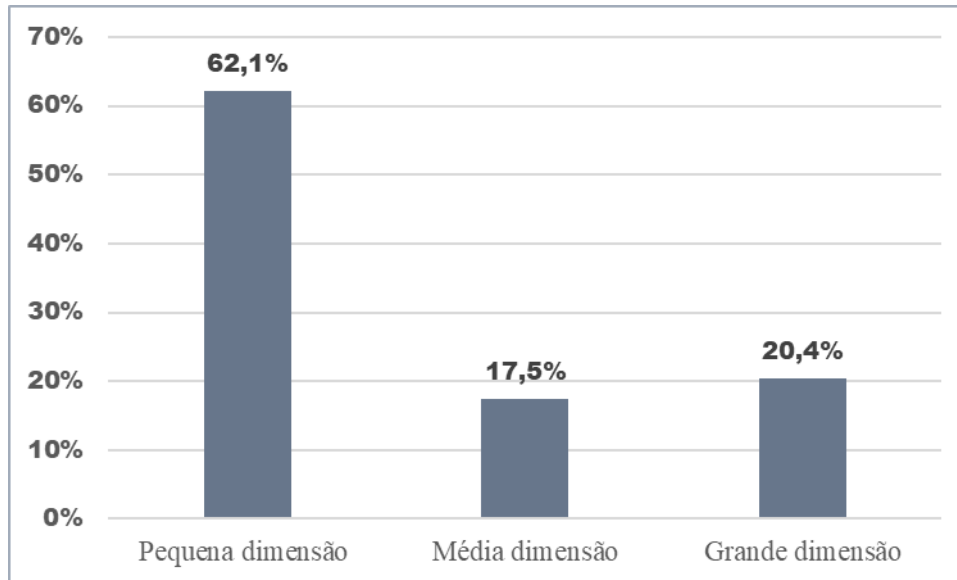
Durante as minhas entrevistas com quase 150 membros destas comunidades pelo mundo, uma das questões que fiz com mais frequência foi: Qual é o maior desafio da vida comunitária? As respostas mais comuns referiam-se sempre ‘às pessoas’. Quando perguntava sobre o aspeto mais recompensador, os mesmos entrevistados, muitas vezes, riam quando davam a sua resposta: ‘as pessoas’⁷⁶ (Liftin, 2014:113).

Como é possível perceber na figura 6.3, a maioria das comunidades em análise neste estudo são de pequena dimensão e têm entre 1 a 35 membros (62,1%), cerca de 18%

⁷⁶ Tradução da autora. Original: “During my interviews with roughly 150 ecovillagers around the world, one of the questions I always asked is: What do you experience as the most challenging aspect of community life? The most common answer was some version of ‘the people’. When I inquired about the most rewarding aspect, the same ecovillagers often chuckled as they gave their answer: ‘the people’.”

são compostas por entre 36 a 75 membros e 20,4% são comunidades de grande dimensão que contam com mais de 76 membros para o desenvolvimento das suas atividades.

Figura 6.3 - Número de Membros das CSIs em Análise



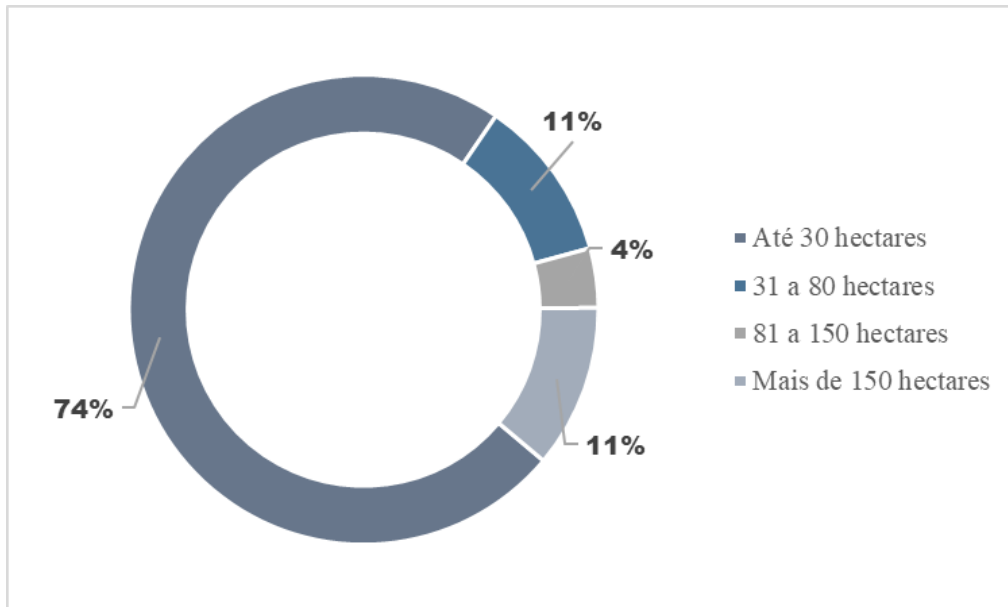
Fonte: Elaboração própria

O facto de existirem poucas comunidades com mais de 76 membros pode estar relacionada com esta dificuldade que Liftin expõe. Para além disso, existe uma tendência de mobilidade de indivíduos entre diferentes CSIs. Membros com menor grau de compromisso tendem a experimentar diferentes comunidades, em diferentes fases da sua vida ou quando se vêem envolvidos em conflitos nas comunidades onde estão (Bang, 2005). Outro fator que pode ajudar a interpretar estes dados é a idade das CSIs em análise. Uma CSI é fundada por um grupo de atores, normalmente, com relações de proximidade prévias e apenas com o passar do tempo essa comunidade pode tornar-se atrativa para outros indivíduos (Waerther, 2014). Assim, comunidades mais recentes, como a maioria das analisadas nesta amostra, tendem a ter menos membros a tempo inteiro dedicados ao projeto.

Outra variável que permite verificar a dimensão das comunidades é a área, em hectares, que têm disponível (figura 6.4). Nesta variável os resultados seguem tendências semelhantes às verificadas no número de membros. A maioria (74%) são comunidades que têm pequenos territórios (até 30 hectares) e cerca de 11% têm entre 31 a 80 hectares. No polo oposto, existem um conjunto de CSIs que têm territórios vastos, nomeadamente 4% das CSIs analisadas foram classificadas como tendo grandes territórios (81 a 150

hectares) e 11% têm mais de 150 hectares disponíveis para o desenvolvimento das suas atividades.

Figura 6.4 - Área Disponível das CSIs em Análise (em hectares)



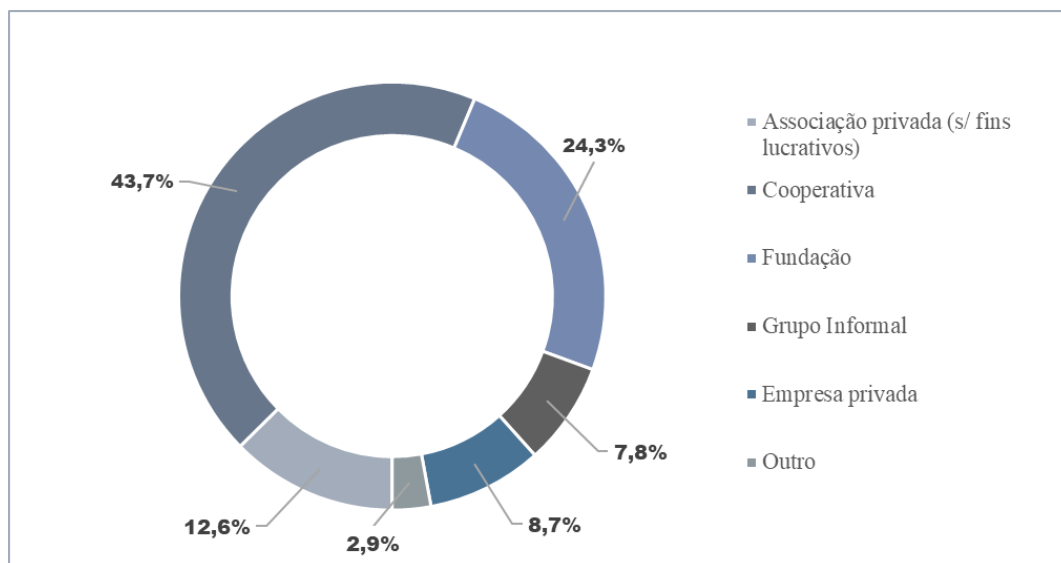
Fonte: Elaboração própria

As variáveis que permitem analisar a dimensão destas comunidades, tanto o número de membros como a área disponível, são importantes para se compreender a capacidade de produção das CSIs. Quanto maior for o território mais espaço existe para o desenvolvimento de práticas de agricultura que podem garantir, em primeiro lugar, a subsistência alimentar dos membros da comunidade e, em segundo lugar, a rentabilização dos excedentes da produção (Kirby, 2003). Para além disso, territórios maiores permitem também a construção de infraestruturas comunitárias importantes para a prosperidade da comunidade e para o aumento do bem-estar dos seus membros (Hall, 2015). Estas infraestruturas comunitárias podem ser espaços que permitem a partilha das refeições, práticas de grupo (como o yoga coletivo ou manifestações culturais), oficinas para o fabrico de artefactos, transformação de alimentos (compotas, vinho e outros), e até espaços que possibilitam o desenvolvimento de eventos para indivíduos exteriores à comunidade, como *workshops*, cursos e festivais – importantes para o autofinanciamento das CSIs. No entanto, esta relação entre espaço e atividades não é linear (Bang, 2005) e grandes territórios podem ficar sem exploração – de forma intencional para regenerar a paisagem e promover a biodiversidade – ou de forma não intencional por falta de

capacidade de intervenção e aproveitamento dos mesmos. Assim, o território é condição necessária, mas não suficiente para a produção comunitária.

Tal como seria expectável, as CSIs em análise assumem formatos jurídicos associados ao Terceiro Sector⁷⁷ (figura 6.5), numa lógica apoiada nos princípios da economia social e solidária⁷⁸, em detrimento à economia de mercado. Neste sentido, 44% dos projetos em análise são associações privadas sem fins lucrativos, 24% são cooperativas e 8% são fundações. Este tipo de comunidades tende a assumir-se como modelos alternativos à economia de mercado e a representar uma tentativa de rutura com as estruturas sociais instituídas (Chitewere, 2017), o que, normalmente, aumenta o nível de informalidade do seu estatuto jurídico (Joubert e Alfred, 2007; Haxeltine *et al.*, 2018). Estes dados revelam, no entanto, uma percentagem considerável de formalização dos projetos e mostram apenas cerca de 9% de grupos informais.

Figura 6.5 - Estatuto Jurídico das CSIs em Análise



Fonte: Elaboração própria

⁷⁷ Por Terceiro Setor entende-se “um conjunto de relações sociais diferentes das do Estado e do mercado. Como tal, é uma definição relacional que também depende das mudanças na natureza do Estado e das forças de mercado.” (Ferreira, 2009:322).

⁷⁸ A economia social remete para as atividades económicas caracterizadas pela hibridação de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários (Defourny, 2009). Embora a economia social moderna tenha tido as suas principais expressões na Europa ao longo do século XIX, as suas raízes históricas remontam às formas mais antigas de associações humanas (*ibid.*, 2009). A economia solidária é um conceito mais recente que começou a ganhar destaque a partir dos anos 1990 como uma proposta económica que remete para a ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado (Laville e Gaiger, 2009). Por uma questão de praticidade e principalmente, pelas barreiras entre economia social e economia solidária não serem claras, atualmente, utiliza-se o termo “economia social e solidária” para referir propostas económicas que defendem a existência de três princípios de governação económica: Estado, mercado e ação coletiva (Laville e Gaiger, 2009) em detrimento do mercado como princípio de governação económica por excelência.

Existe ainda um conjunto de projetos (12%) que têm formatos híbridos, categorizados como “outros” e que, essencialmente, são ou agrupamentos complementares de empresas, que detêm uma percentagem de todos os projetos, funcionando como cooperativas ou mais do que uma organização, normalmente associações privadas sem fins lucrativos e empresas, para por um lado, desenvolver a missão de CSIs e por outro lado, obter financiamento, principalmente, através do turismo.

6.2 Tendências e Práticas de Sustentabilidade

As CSIs são modelos comunitários, focados na sustentabilidade em quatro dimensões principais: a ecológica ou ambiental, a económica, a social e a espiritual (Kirby, 2003; Bates, 2003; Bang, 2005; GEN, 2012; Kunze, 2012; Liftin, 2014; Hall, 2015). Nesta análise optou-se por incluir apenas três dessas quatro dimensões, nomeadamente: a dimensão ambiental/ecológica; a dimensão social/comunitária; e a dimensão económica. Excluiu-se a dimensão espiritual por se acreditar que algumas variáveis desta dimensão não podiam ser mensuradas através de um questionário, por esta não ser estrutural para um número significativo de CSIs, e também por não estar diretamente relacionado com os objetivos principais da investigação.

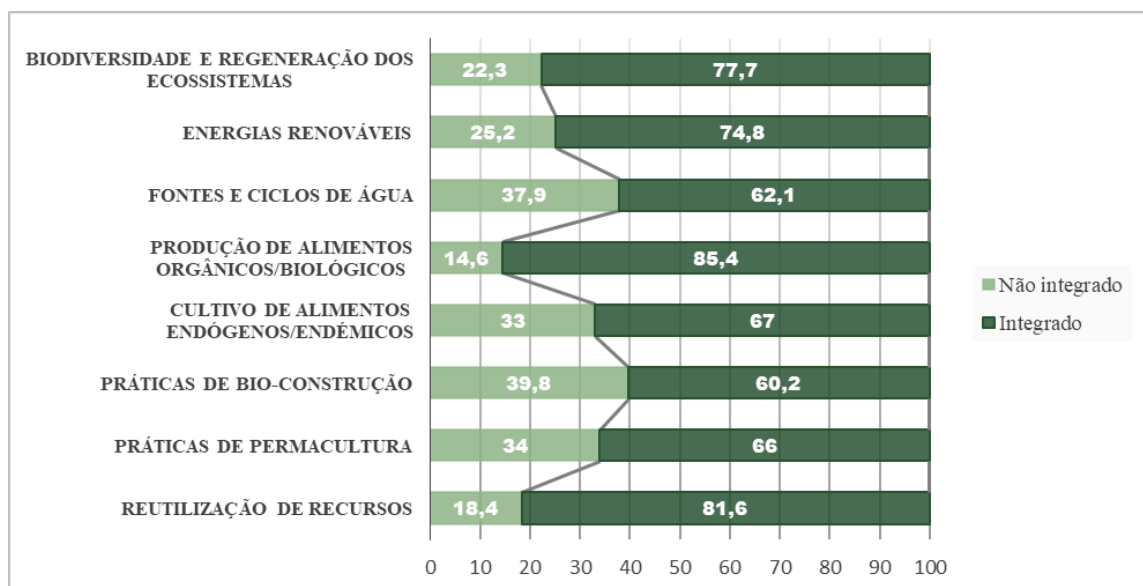
Os indicadores utilizados para a análise da integração de práticas de sustentabilidade foram inspirados pela literatura (Bang 2005; Hall, 2015; Liftin, 2014) e pelas indicações presentes no *website* da GEN. Foi solicitado aos respondentes que classificassem de 1 a 6 o nível de integração, de cada um dos indicadores, nas suas práticas diárias, em que 1 significava “prática nada integrada” e 6 significava “prática totalmente integrada”. Para facilitar a leitura dos dados, optou-se por apresentar os resultados divididos em duas classificações – “prática integrada” (que resulta da soma das categorias de 1 a 3) e “prática não integrada” (que resulta da soma das categorias de 4 a 6).

Bang (2005) já havia informado que diferentes práticas de sustentabilidade, nas suas diversas dimensões, poderiam estar mais ou menos presentes no quotidiano destas comunidades. A maior, ou menor, atenção que cada CSI imprime às diferentes dimensões da sustentabilidade está relacionada com as principais missões e objetivos da comunidade (Kirby, 2003) e ainda com os recursos que tem disponíveis. Para além disso, os objetivos destas comunidades podem alterar-se no decurso da sua existência (Hall, 2015) o que

significa que o foco direcionado para cada uma destas dimensões também se pode alterar ao longo do tempo. Esta análise mostra uma imagem estática das práticas quotidianas destas comunidades no momento da recolha dos dados.

A figura 6.6 mostra o nível de integração das práticas categorizadas na dimensão de sustentabilidade ambiental. Alcançar a sustentabilidade ambiental é um dos principais propósitos destas comunidades e desenvolver práticas quotidianas que possam contribuir para esse objetivo é uma condição necessária para que uma comunidade seja considerada uma CSI (Barani *et al.*, 2018). De facto, uma das principais características deste tipo de comunidade intencional é a partilha de um estilo de vida orientado para um objetivo comum, aquilo a que Beck *et al.* (2000) designou por “bem substantivo”, que nas CSIs é a sustentabilidade, principalmente a ambiental.

Figura 6.6 - Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Ambiental



Fonte: Elaboração própria

De forma geral, a sustentabilidade ambiental deve consubstanciar-se em quatro áreas principais: a alimentação e agricultura, a construção, a energia e a água (Liftin, 2014). Como seria expectável, a maioria das CSIs participantes no estudo revelam integrar no seu quotidiano atividades que garantem a sustentabilidade ambiental. A prática mais integrada é a produção de alimentos orgânicos e biológicos, seguida pela reutilização de recursos, a biodiversidade e regeneração dos ecossistemas e as energias renováveis. Apesar de todas estarem largamente integradas, as que tiveram percentagens mais baixas foram: o cultivo de alimentos endógenos ou endémicos, ou seja, que

respeitem as características do local, as práticas de permacultura, a construção natural (ou bio-construção) e a limpeza e reabastecimento de fontes e ciclos de água.

Estes dados revelam que as CSIs estudadas tendem a ter mais facilidade em integrar práticas relacionadas com a área da energia e da agricultura, de forma a garantirem algum nível de subsistência que possa colmatar as necessidades básicas dos seus membros, por vezes, com recurso a técnicas de permacultura. A permacultura, termo cunhado por David Holmgren e Bill Mollison na década de 70, é uma forma de organizar a paisagem e os ecossistemas que quando aplicada à agricultura significa “cultura permanente” por oposição às técnicas de monocultura características da agroindústria (Mollison e Holmgren, 1978). Os princípios da permacultura estão diretamente relacionados com a regeneração dos ecossistemas e reutilização dos recursos – outras das dimensões mais integradas no quotidiano destas CSIs.

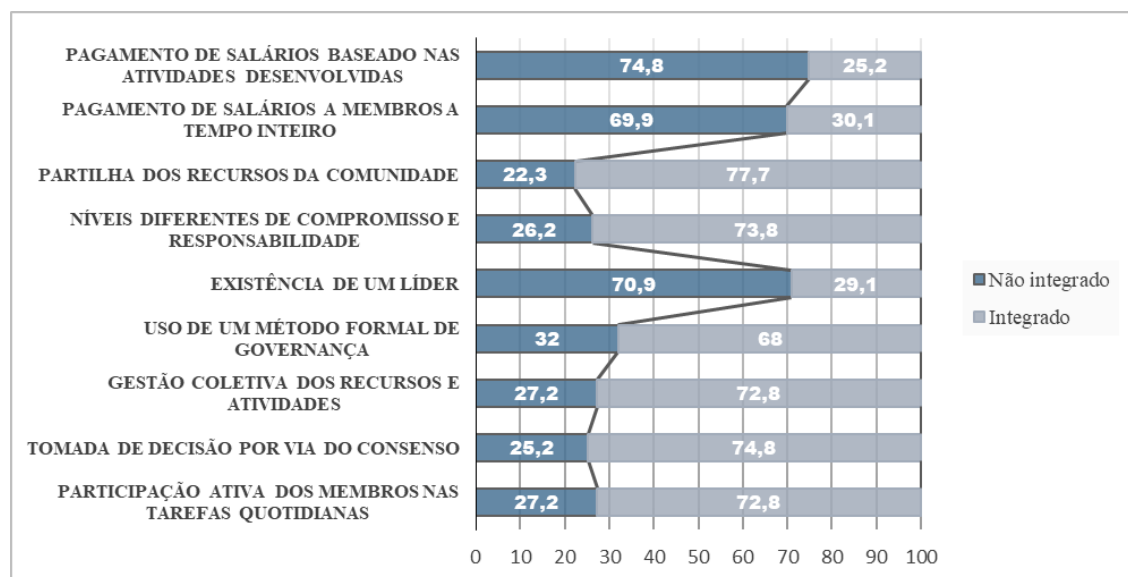
A dimensão social da sustentabilidade é fundamental para o desenvolvimento e consolidação do sentimento de pertença à comunidade. A conexão dos membros à comunidade implica a capacidade de cada indivíduo compreender o papel social que desempenha, as relações sociais que desenvolve com os restantes membros e uma conexão moral orientada para um objetivo que é partilhado (Kanter, 1972). A partilha de recursos e a participação ativa no processo de tomada de decisão são elementos incontornáveis para garantir que as CSIs são sustentáveis do ponto de vista social. Como foi referido anteriormente, a baixa taxa de sobrevivência destas comunidades não se deve às dificuldades na produção de alimentos ou na construção de infraestruturas com baixo impacto ambiental, mas sim, às dificuldades associadas à dimensão social e relacional.

Pese embora esta seja uma dimensão crucial para o sucesso e longevidade das CSIs, os dados relativos à integração de práticas de sustentabilidade social revelam precisamente as dificuldades identificadas pela literatura. Num cenário, relativamente, diferente do verificado na dimensão ambiental, os indicadores mobilizados para a análise da sustentabilidade social (figura 6.7), mostram uma tendência de não integração quotidiana de determinadas práticas.

As práticas mais integradas são a partilha dos recursos da comunidade, o processo de tomada de decisão por via do consenso, a gestão coletiva dos recursos e atividades, a existência de membros com diferentes níveis de compromisso e responsabilidade dentro da comunidade, a participação ativa dos membros nas tarefas quotidianas, e a utilização

de um método formal de governança. As questões da governança e do processo de tomada de decisão são, normalmente, considerados como uma das principais características distintivas das CSIs (Haxeltine *et al.*, 2018). O processo de tomada de decisão através do consenso é entendido por Liftin (2014) como modelo de governança de pequena escala. O consenso não significa que todos os membros tenham de concordar com tudo, mas sim que cada indivíduo deve estar suficientemente satisfeito com uma determinada decisão para não a bloquear (*ibid.*, 2014). Este processo de tomada de decisão pode ser parte integrante de um modelo de governança formal, muito comum nestas comunidades, que é a sociocracia.⁷⁹

Figura 6.7 - Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Social



Fonte: Elaboração própria

Existem três indicadores que mostram percentagens muito baixas de integração, nomeadamente: a existência de um líder e o pagamento de salários, seja com base nos diferentes tipos de atividades desenvolvidas, seja aos membros a tempo inteiro. O não pagamento de salários levanta questões interessantes sobre o método de subsistência financeira individual (e/ou familiar) dos diferentes membros, que lhes permita ter acesso ao consumo de bens e serviços não existentes e não colmatados, na e pela comunidade. A literatura é conflituante neste aspeto. Se por um lado, há autores que indicam que as

⁷⁹ Um dos métodos de governança mais identificados pelos participantes neste estudo é a sociocracia. O termo sociocracia foi cunhado pelo filósofo francês Auguste Comte (1798 – 1857). É um sistema de governação dinâmico e baseado na autogestão que considera a opinião de sujeitos iguais integrantes de uma estrutura organizacional, numa lógica funcionalista. A sociocracia é considerada pelos participantes como uma das principais práticas inovadoras desenvolvidas nestas CSIs. Por isso será devidamente detalhado no capítulo 9 desta tese.

CSIs devem providenciar oportunidades de emprego aos seus membros (Andreas e Wagner, 2012), por outro lado, Liftin (2014) afirma que as oportunidades de emprego dentro da comunidade estão relacionadas com as capacidades individuais de cada membro e da importância das mesmas para as tarefas a desenvolver na comunidade, como por exemplo, um arquiteto receber um pagamento para projetar as infraestruturas ou um contabilista por tratar da tesouraria da comunidade. Contudo, os membros das CSIs “podem conseguir alimentar-se a si próprios e até imprimir a sua própria moeda, mas a maioria ainda necessita de ter empregos fora da comunidade” (*ibid.*, 2014:79).

A obediência a um líder tende a ser rejeitada nestas comunidades. Tal não implica que não exista um (ou vários) membros que têm um maior nível de responsabilidade dentro das comunidades. O que é rejeitado, na maioria das CSIs, é a ideia de líder, ou “guru” carismático, frequentemente associada a determinados cultos característicos das comunidades com um foco mais religioso ou espiritual (Bates, 2003). Este tipo de liderança seria contraditório com os modelos de governança assentes no consenso e os dados apresentados acabam por sublinhar isso mesmo. Contudo, também é verdade que este tipo de projetos acaba por não ter em conta as lutas de poder e as desigualdades sociais e, muitas vezes, acabam por reproduzi-las. A reprodução dessas desigualdades é associada ao facto de os membros com maiores níveis de responsabilidade dentro das CSIs serem, normalmente, homens, carismáticos, com índices elevados de capital cultura (Turner, 2006; LeVasseur, 2013).⁸⁰

Os dados relativos às práticas de sustentabilidade económica revelam que estas também não estão totalmente integradas na vida destas comunidades. A dimensão económica da vida comunitária tende a ser controversa, principalmente porque, apesar do custo de vida nas CSIs ser significativamente mais baixo, principalmente devido às práticas de consumo dos membros e à partilha de recursos, “são necessários recursos financeiros para viver em qualquer local do planeta, mesmo que consigamos trocar peixe por pele de veado. Uma comunidade [deste género] não é exceção” (Liftin, 2014:77).

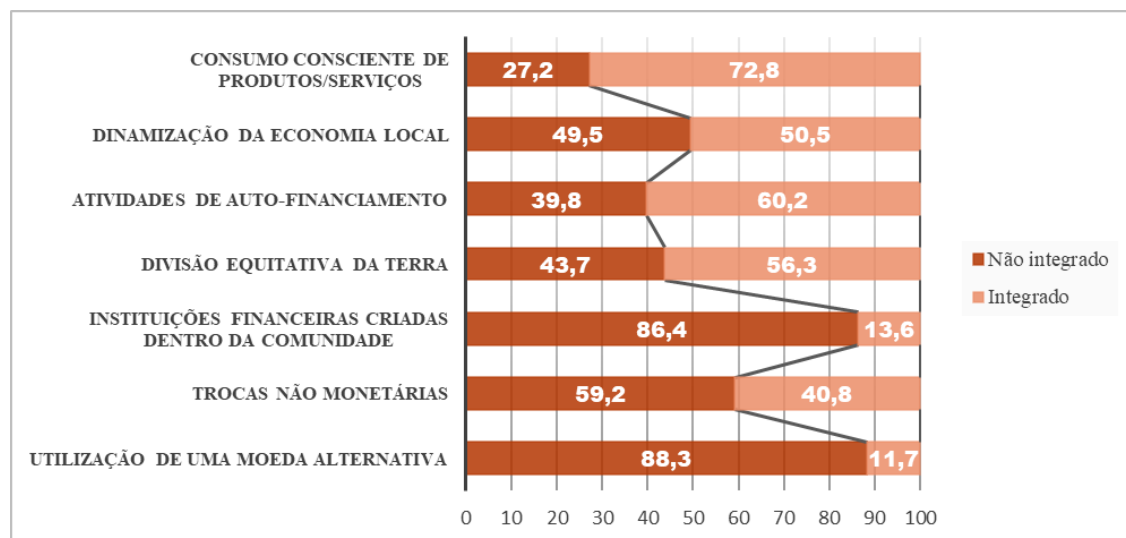
Apesar dos desafios associados aos recursos financeiros necessários para a satisfação das necessidades individuais existem outras dimensões que distinguem as práticas destas CSIs das verificadas nas sociedades contemporâneas, principalmente

⁸⁰ No capítulo 9 apresenta-se uma análise sociodemográfica dos entrevistados, de modo, a perceber se os membros escolhidos para a entrevista e, portanto, com maiores níveis de compromisso com o projeto corroboram esta afirmação. Para tal, procurou-se perceber também dimensões como o capital cultural e social, género, idade e nacionalidade.

ocidentais industrializadas. Os dados abaixo (figura 6.8) revelam que estas CSIs tendem a integrar de forma mais regular práticas relacionadas com a preocupação com o consumo de produtos/serviços, na forma como são produzidos e distribuídos e o desenvolvimento de atividades para o autofinanciamento da comunidade, como por exemplo, aluguer de alojamento, venda de produtos/serviços, organização de cursos e *workshops*, entre outros (Mulder *et al.*, 2006).

Também se verifica um nível maioritário de integração (56,3%) de divisão equitativa da terra. Isto significa que todos os membros da comunidade têm igual acesso à terra, mas não, necessariamente, à propriedade da mesma (Sherry, 2014). Uma visão que suporta os dados aqui apresentados é a de Liftin (2014) que, embora caracterize estas comunidades como laboratórios para experiências económicas com uma multiplicidade de modelos de propriedade híbridos, com diferentes combinações entre a propriedade privada e o comunalismo, também afirma que é comum existir uma divisão entre proprietários do terreno e arrendatários. A questão da propriedade da terra é assim, um dos maiores desafios e pontos de clivagem que estas comunidades podem enfrentar.

Figura 6.8 - Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Económica



Fonte: Elaboração própria

Exemplo das experiências inovadoras a que Liftin se refere é a implementação de uma moeda complementar para ser utilizada dentro da comunidade. No entanto, este tipo de experiências ainda é incipiente e mais comum nas comunidades com maior número de membros e com mais anos de existência, como é o caso de Findhorn (com o *eko*), a Earthaven (com o *leaps*) e Damanhur (com o *credito*) – considerada a mais bem-sucedida

nesta dimensão. Os dados apresentados corroboram estas ideias, uma vez que a utilização de moedas alternativas e a existência de instituições financeiras criadas (e geridas) dentro da própria comunidade são as práticas menos integradas nas CSIs em análise. Desde logo, pelo seu carácter experimental e também porque esta é uma amostra composta essencialmente por CSIs de pequena dimensão.⁸¹

As práticas menos integradas são, precisamente, aquelas que constituem maiores ruturas com as estruturas cristalizadas na sociedade. De facto, a literatura dá conta da dificuldade que estas CSIs têm em divergir radicalmente das formas de organização económica predominantes nas sociedades envolventes (Penha-Lopes e Henfrey, 2019). A questão da moeda e das instituições financeiras comunitárias enquadram-se nesta dificuldade porque estas comunidades, no decurso das suas atividades, enfrentam barreiras regulatórias e institucionais significativas (Dias *et al.*, 2017).

Os dados obtidos revelam uma tendência relativamente previsível. As práticas mais integradas no quotidiano destas comunidades são as relativas à sustentabilidade ambiental. Em primeiro lugar porque um dos seus principais objetivos é o acesso a alimentação, habitação, água e energia de maneiras que respeitem os ciclos da natureza. E em segundo lugar, porque estas comunidades surgem, historicamente, inspiradas pelo movimento ecológico dos anos 70, enquanto resposta aos problemas ambientais produzidos pelo desenvolvimento industrial. Tanto na dimensão social como na económica existe um conjunto de práticas que, embora possam contribuir para a dinâmica das CSIs – pagamentos de salários, da liderança, e dos recursos financeiros, entre outros – ainda têm níveis baixos de integração.

6.3 Dinâmicas de Inovação Social

6.3.1 Áreas, Obstáculos e Facilitadores para o Desenvolvimento de Inovação Social

Embora alguns estudos explorem a ligação entre CSIs e inovação social (Avelino e Kunze, 2009; Kunze e Avelino, 2015; Avelino *et. al.*, 2015; Haxeltine *et. al.*, 2018), não

⁸¹ Para averiguar se existia uma correlação estatisticamente significativa entre os anos de existência e a integração de práticas de sustentabilidade (nas três dimensões analisadas) calculou-se, com recurso ao SPSS, o coeficiente de correlação de Spearman (R). A opção por este indicador deveu-se ao facto de se tratarem de variáveis ordinais e da amostra não seguir uma distribuição normal o que impediu a realização do teste estatístico a partir do coeficiente de correlação de Pearson. Normalmente, assume-se que existe correlação significativa entre duas variáveis quando o R Spearman é superior a 0,30 e o nível de significância (p-value) é inferior a 0,05 (Pestana e Gageiro, 2008). As variáveis da dimensão ambiental foram as únicas onde se identificou valores mais elevados de R e p-value inferior a 0,05. No entanto, os valores do coeficiente de Spearman são inferiores a 0,3 e, portanto, não existe evidência estatística de que estas variáveis estão correlacionadas com o ano de fundação das comunidades.

existem dados quantitativos sobre as comunidades que desenvolvem práticas de inovação, em que áreas, com que dificuldades e com que facilitadores. Esta secção pretende colmatar estas lacunas traçando um quadro descritivo das dinâmicas de inovação social das CSIs da Europa.

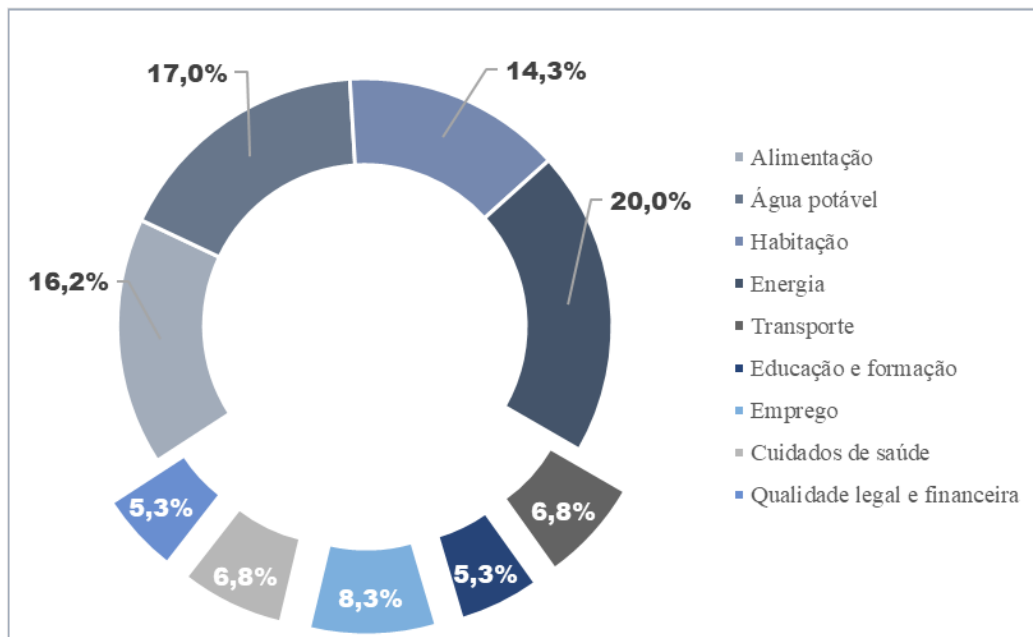
Das comunidades em análise neste estudo, a grande maioria, cerca de 72%, afirma desenvolver, ou ter desenvolvido, práticas de inovação social nos últimos três anos. Para as restantes 28% que não desenvolvem práticas de inovação, as razões mais apontadas são: facto de o investimento em inovação ser demasiado arriscado (30%) e dispendioso (25,4%); a dificuldade em identificar as suas necessidades (13%); o envolvimento dos membros da comunidade (10%); o envolvimento dos indivíduos exteriores à comunidade (9,7%); o facto de não reconhecerem vantagem em desenvolver inovação (7,3%); e a falta de tempo para o seu desenvolvimento (4,6%).

Um dos principais propósitos da inovação social é responder a necessidades sociais. Essas necessidades podem referir-se a: necessidades básicas, como o acesso a habitação, alimentação, educação e saúde (Murray *et al*, 2010; Mulgan, 2012); necessidades latentes, *i.e.*, as que estão associadas com as competências e aptidões necessárias para a integração em sociedade, como os relacionamentos interpessoais, sentimento de pertença, identidades pessoais e coletivas e bem-estar (*ibid.*, 2010; *ibid.*, 2012); necessidades emergentes, aquelas que emergem das características sociais, económicas e ambientais específicas de um determinado território (CE, 2013); e as necessidades estratégicas que são definidas pela UE como estratégicas para o desenvolvimento dos Estados-Membro, como as tendências demográficas e a sustentabilidade ambiental (CE, 2013; CE, 2014). Neste sentido, as áreas sobre as quais as práticas de inovação recaem procuram estar alinhadas com aquelas que são as principais necessidades identificadas por quem as desenvolve.

A figura 6.9 mostra as áreas nas quais as CSIs mais se focam no desenvolvimento de inovação. As quatro áreas que mais se destacam são a educação e formação (20%), a habitação (17%), a alimentação (16,2%) e a energia (14,3%). Como foi mencionado na subsecção anterior, estas CSIs têm mais facilidade em desenvolver práticas de sustentabilidade social e ambiental. As áreas onde concentram os seus esforços de inovação são um reflexo disso, nomeadamente no que diz respeito à formação, à alimentação e à energia. As áreas que se revelaram menos prioritárias nos esforços de

inovação desenvolvidos pelas CSIs são: o emprego (8,3%) que já tinha sido anteriormente identificado como um dos principais desafios destas comunidades; o acesso a água, uma vez que uma das suas prioridades na escolha do terreno para a sua localização é precisamente o acesso a fontes de água (Kirby, 2003). O o acesso a cuidados de saúde (6,8%), os transportes e o enquadramento legal adequado e sustentabilidade financeira (5,3%) são as áreas onde estas CSIs menos desenvolvem inovação.

Figura 6.9 - Áreas de Desenvolvimento de Inovação



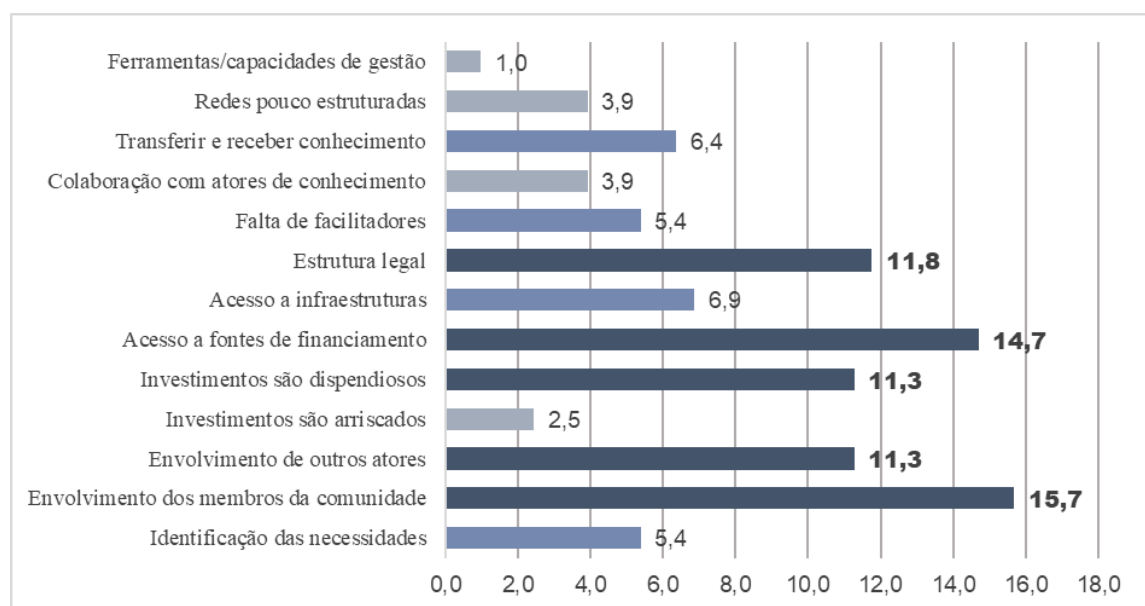
Fonte: Elaboração própria

Como já foi referido no capítulo 4, esta investigação defende que, para estudar os fenómenos de inovação, é necessário entender que estes são o resultado de processos contínuos condicionados pelos mecanismos de formação da ação, o que torna necessária uma análise articulada entre a coordenação por parte dos atores sociais e os recursos físicos que lhes permitem alcançar os seus objetivos (Piteira, 2014). A interação entre atores e estruturas num determinado contexto conduz ao estabelecimento de padrões comportamentais que situam os atores no processo de inovação e que permitem a criação de um código partilhado que permite alcançar níveis mais altos de eficiência na construção do processo (Oliveira, 2008). O nível de incorporação desses padrões comportamentais, coletivamente aceites e adotados, leva à institucionalização de rotinas que se tornam parte integrante do processo (Giddens, 1984).

Embora os atores sejam fundamentais para o processo de produção da inovação, as suas ações e comportamentos são condicionados por características estruturais que

podem quer limitar quer potenciar o seu desempenho e a sua capacidade de inovar. Uma análise que procure perceber as especificidades estruturais que condicionam desenvolvimento de inovação deve enfatizar, não apenas a importância da agência, mas também os principais aspetos estruturais. Neste sentido, procurou-se perceber se as características contextuais das CSIs em análise estavam relacionadas com o desenvolvimento de inovação. Para tal, cruzaram-se todas as variáveis de caracterização (como o país, o contexto geográfico, o ano de fundação, o número de membros, a área em hectares e o estatuto jurídico) com a variável *desenvolve (ou não desenvolve) inovação*. A análise revelou que o desenvolvimento de inovação não é dependente de nenhuma daquelas variáveis de caracterização.⁸² Embora não existam relações estatisticamente significativas entre as características destas comunidades e o desenvolvimento de inovação, existem outros fatores que condicionam esse desenvolvimento. A figura 6.10 identifica esses fatores.

Figura 6.10 - Obstáculos ao Desenvolvimento de Práticas de Inovação



Fonte: Elaboração própria

⁸² Para a análise da dependência entre o desenvolvimento de inovação e país (p-value: 0,387 e χ^2 : 25,344), contexto geográfico (p-value: 0,407 e χ^2 : 2,900) e estatuto legal (p-value: 0,163 e χ^2 : 7,883), utilizou-se o teste do qui-quadrado, por se tratar do cruzamento de variáveis nominais com uma variável dicotómica (desenvolve ou não inovação) (Pestana e Gageiro, 2008). A análise revelou valores de significância superiores a 0,05 e, portanto, não se rejeita a H_0 que diz que não há relação entre as variáveis, concluindo-se que as variáveis são independentes. Para a análise da dependência entre o desenvolvimento de inovação e área (p-value: 0,686 e KS: 0,715), ano (p-value: 1 e KS: 0,179) e número de residentes (p-value: 0,75 e KS: 0,676), utilizou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov, por se tratar do cruzamento entre variáveis ordinais e uma variável dicotómica (Pestana e Gageiro, 2008). À semelhança do referido anteriormente, os valores da significância e do KS revelam não existir dependência entre as variáveis.

Os principais fatores que dificultam o desenvolvimento de práticas de inovação (nomeadamente, de inovação social) são, de acordo com as CSIs participantes neste estudo: a dificuldade em envolver os membros da comunidade (15,6%), o acesso a fontes de financiamento (14,6%), a estrutura legal, nomeadamente, ao nível dos processos burocráticos (11,7%), o custo dos investimentos e a dificuldade no envolvimento de atores exteriores à comunidade (11,2%). Observaram-se, igualmente, um outro conjunto de constrangimentos com menor relevância, como: a dificuldade em transferir e receber conhecimento, a falta de facilitadores, dificuldades de acesso a infraestruturas e dificuldade em identificar as necessidades que precisam de ser colmatadas. Os obstáculos menos referidos foram: as ferramentas e capacidades de gestão, o facto de as redes de partilha de conhecimento serem pouco estruturadas, as falhas na colaboração com as universidades, centros de investigação e outros agentes de conhecimento, o risco inerente ao desenvolvimento de inovação e a inexistência de necessidade de desenvolver práticas de inovação.

Na mesma lógica, foi solicitado aos participantes que identificassem os principais aspetos facilitadores do desenvolvimento de inovação (figura 6.11). Neste caso, fica claro que o fator que mais possibilita a atividade inovadora é o envolvimento dos membros da comunidade (32,4%). De seguida, situa-se um conjunto de dimensões mais estruturais como: o apoio dos órgãos de governança (nacionais, regionais e/ou locais), a existência de programas de apoio à inovação (11,8%), a colaboração com outras instituições (11,8%) e a facilidade a aceder a programas de financiamento europeu (11,2%). Os menos importantes foram o apoio de agentes de conhecimento (7,6%), o ambiente político (7,1%) e a existência de uma estrutura de investimento (5,3%).

Os dados obtidos revelam que, embora os indivíduos sejam fundamentais para o desenvolvimento de inovação, existe um conjunto de variáveis estruturais que devem ser tidas em conta. A mobilização da “teoria da estruturação” de Giddens (1984), introduzida no capítulo 4, deveu-se precisamente, à necessidade de enquadrar a inovação como um fenómeno multidimensional, que é construído pelos atores, ao mesmo tempo que é potenciado ou limitado pelo contexto. Esta visão da articulação e dependência entre agência e estrutura ajuda a compreender que o foco da inovação é o indivíduo articulado com um ambiente favorável.

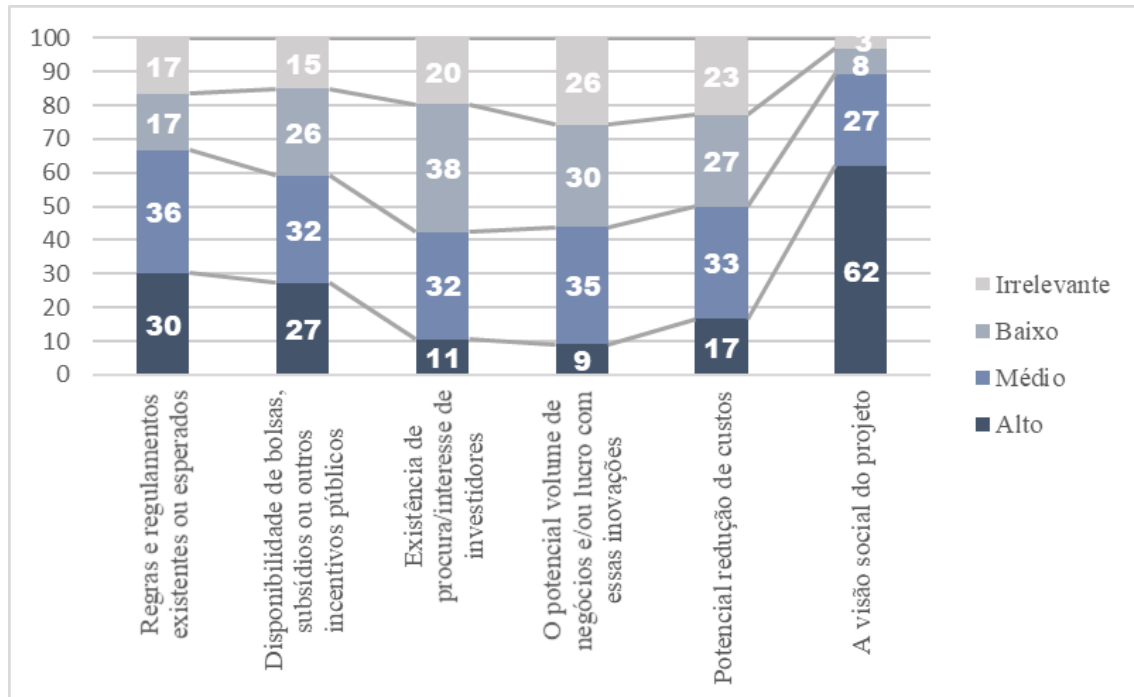
Figura 6.11 – Elementos Facilitadores do Desenvolvimento de Práticas de Inovação



Fonte: Elaboração própria

Os atores, com os seus conhecimentos particulares e com as redes próprias que desenvolvem por estarem incrustados em locais específicos acabam por ser centrais nos processos de inovação (Cooke, 2001). O envolvimento dos membros da comunidade e a de um conjunto de outros fatores relacionais e estruturais como determinantes no desenvolvimento de inovação corrobora a ideia de que esta resulta de interações sociais imbuídas de significado. A figura 6.12 procura explicitar esta visão.

Figura 6.12 - Nível de Importância de Fatores Estruturais para o Desenvolvimento de Inovação



Fonte: Elaboração própria

A *visão social do projeto* é, em larga medida, o fator que as CSIs analisadas consideram como mais relevante para as práticas que escolheram desenvolver. Isto diferencia estas comunidades de outro tipo de organizações que produzem inovação com características mais orientadas para o lucro (Pel *et al.*, 2020). No entanto, verificou-se que existem outros fatores que estas comunidades consideram muito relevantes principalmente, ao nível da burocracia e das regras e regulamentos existentes ou esperados, da potencial redução de custos e ainda, ao nível do financiamento, mais precisamente da disponibilidade de bolsas, subsídios ou outros incentivos públicos. Com exceção da primazia da valorização da visão social do projeto, os restantes fatores identificados como mais relevantes para as CSIs estão alinhados com os reportados normalmente por empresas – o que se pode conferir, por exemplo, nos resultados do último “Inquérito Comunitário à Inovação (CIS, 2020).

6.3.2 Grau de Implementação das Práticas

De modo a perceber, de forma mais concreta, que tipo de inovação é desenvolvida por estas comunidades, foi solicitado aos participantes que identificassem as três práticas

inovadoras, que desenvolveram ou desenvolvem e que considerassem como as mais importantes para a satisfação das necessidades coletivas. Esta era uma pergunta aberta que foi, posteriormente, codificada para a análise. As práticas de inovação, nomeadamente, de inovação social podem ser categorizadas em produtos, serviços, de modelos e processos (OCDE, 2018). Seguiu-se esta tipologia das práticas de IS para categorizar e codificar as respostas recebidas através do questionário.

Neste sentido, na categoria *inovação de produto* incluem-se práticas como as casas de banho secas e sanitas de compostagem, onde não se utiliza água nem produtos químicos, que não estão ligadas às redes de águas residuais e onde os resíduos são degradados e desidratados com recurso a folhas e serradura. Esta prática pode ser considerada como inovadora uma vez que os resíduos não são apenas depositados no solo (o que poderia contribuir para a sua contaminação) mas sim tratados para que possam vir a ser utilizados posteriormente. O mesmo processo é utilizado nos sistemas de compostagem que transformam a matéria orgânica alimentar em composto. Esse composto, juntamente com os resíduos biológicos tratados, é utilizado para fertilização do solo e também como biomassa que pode depois ser utilizada como combustível.

As práticas que entram na categoria *inovação de serviços* referem-se aos serviços que estas CSIs desenvolvem para colmatar as necessidades de educação, de formação e de cuidados à população idosa. Ao nível da educação destaca-se o recurso a pedagogias alternativas como a Waldorf ou Montessori. Embora estas propostas pedagógicas já sejam relativamente antigas, verifica-se nas CSIs em análise uma tendência de readapta-las às suas necessidades e conhecimentos atuais. A pedagogia Waldorf consiste num conjunto de técnicas de educação de crianças até aos 7 anos que enfatiza a importância do ritmo de desenvolvimento individual de cada criança, onde o foco está na expressão artística, sem recurso a livros com texto, e onde se privilegia uma aproximação ao “saber fazer” e à proximidade com a natureza (Moreno, 2010). O Montessori é um método em que o espaço físico (ambiente de sala de aula) é organizado tendo em conta o objetivo de desenvolver competências de independência nas crianças. É dividido em quatro “Planos de Desenvolvimento” que vão dos 0 aos 24 anos em que cada um destes planos procura desenvolver competências nas crianças e jovens para que consigam alcançar estágios progressivos de independência física (primeiro plano), imaginação (segundo plano), independência social (terceiro plano) e missão de vida (quarto plano) (Bermúdez-Jaimes

e Mendoza-Páez, 2008). Ao nível dos cuidados à população idosa, estas comunidades procuram integrá-los nas atividades quotidianas, valorizando as suas experiências. Normalmente, são os membros com idades mais avançadas e já reformados que assumem cargos de responsabilidade e supervisão, seja nos jardins, na resolução de conflitos ou mesmo na educação das crianças.

Na *inovação de processos* estão essencialmente incluídas as práticas relacionadas com o uso e gestão da terra, nomeadamente através da integração dos princípios da permacultura. Já neste capítulo se tinha dado conta de que a permacultura é uma das práticas mais integradas no quotidiano destas comunidades contribuindo assim para a sua sustentabilidade ambiental. A permacultura é, no entanto, mais do que um sistema de cultivo e pode ser descrita como um sistema de *design* para o uso da terra com base nos princípios de *design* ecológico, aplicado não só à agricultura, mas também à construção de infraestruturas e à tecnologia (Mollison e Holmgren, 1978). Esta forma de pensar a relação entre paisagem, recursos e satisfação de necessidades tem vindo a ser discutida como uma possível orientação normativa para a transição agroecológica (Ferguson *et al.*, 2014).

Foram ainda reportadas práticas que foram categorizadas como potenciais *inovações na área da comunicação*. Este tipo de práticas consiste, fundamentalmente, nas ferramentas de gestão de conflitos e de comunicação entre os membros. Destacam-se, entre outras, as formas de comunicação não violenta. O método de “Comunicação Não-Violenta” foi desenvolvido pelo psicólogo Marshall Rosenberg no início dos anos 60, inspirado pelo movimento dos direitos civis e pela segregação racial nos Estados Unidos. Assente em quatro componentes (observação, sentimento, necessidades e pedido) o método inclui um conjunto de técnicas que têm como objetivo alterar a forma como os indivíduos expressam verbalmente as suas necessidades, fazendo a observação dos sentimentos que determinada situação de conflito lhe causou e explicando a forma como gostaria que essa situação tivesse sido abordada (Rosenberg, 2006). Este método tem sido visto como uma alternativa à tendência de tecer imediatamente juízos de valor e começa a ser utilizado nas dinâmicas de grupo em empresas, organizações públicas e escolas (Monteiro *et al.*, 2020). Outra das práticas comumente mencionadas pelas CSIs respondentes foi o “Forum” – uma prática desenvolvida pela *ecovillage* ZEGG.⁸³ O

⁸³ Uma CSI alemã, com mais de 100 membros, fundada em 1991. É uma das CSI mais estudadas do ponto de vista etnográfico, nomeadamente, no que diz respeito às suas técnicas de comunicação.

“Forum” é um processo para grupos de 15 a 50 participantes cujo objetivo é que cada indivíduo partilhe as suas inquietações e necessidades mais íntimas. O grupo reúne-se em círculo e, à vez, cada um dos participantes ocupa o centro para partilhar os seus sentimentos. Aos restantes participantes cabe a função de testemunhar e suportar cada um dos intervenientes, sem julgar nem colocar questões. Esta técnica tem sido perspetivada como uma ferramenta que contribui para a coesão do grupo e tem sido replicada em várias CSIs (Liftin, 2009). Uma das comunidades estudadas em profundidade nesta investigação, a Los Portales, é um desses casos.

Estas práticas de inovação contribuem para consolidar a forma como as CSIs se organizam e se governam. De entre as práticas categorizadas como *inovações organizacionais* destacam-se três: a sociocracia, o *dragondreaming* e o método *8-shields*. O *dragondreaming* é um método participativo e inclusivo focado no conhecimento coletivo e que procura reconhecer, compreender e desconstruir padrões comportamentais. É utilizado comumente como forma de edificar projetos sociais para o desenvolvimento sustentável (ECOLISE, 2019). O método *8-shields* constitui um treino para a conexão entre seres humanos, ambiente e animais. Este método é baseado em 8 princípios: amor e perdão, mente consciente, presença e criatividade, felicidade, vitalidade, compromisso com orientação, empatia e respeito pela natureza, utilidade e vivacidade plena (ECOLISE, 2019).

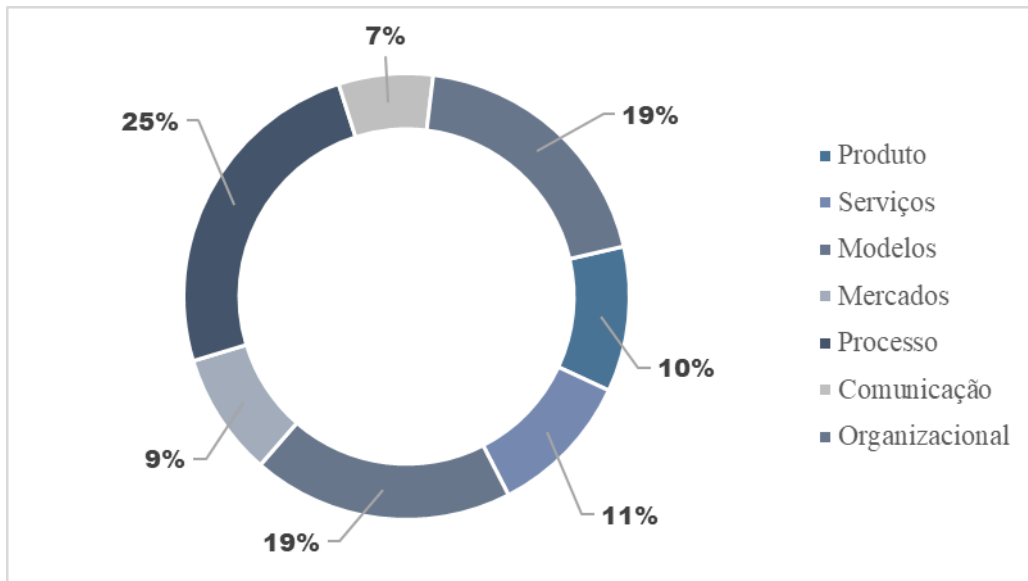
No que concerne à *inovação relacionada com os mercados* estão práticas orientadas para o autofinanciamento das CSIs e, portanto, para a sua capacidade económica. O que é importante nesta dimensão não são propriamente as práticas desenvolvidas, mas a forma como isso é feito. Para o seu autofinanciamento estas CSIs comercializam os bens produzidos ou transformados na comunidade (nomeadamente, excedentes de produtos agrícolas, como compotas, pão, entre outros), organizam *workshops* e cursos de construção natural, sociocracia e permacultura, dedicam parte das suas infraestruturas para receber turistas, entre outras atividades que lhes fornecem rendimento. Em todas estas atividades tendem a incorporar os princípios do *marketing* consciente e do comércio justo. Um exemplo da interligação entre práticas turísticas como fonte de rendimento e princípios económicos alternativos aos da economia de mercado é o que é reportado em Nogueira (2015), na comunidade Vale da Sarvinda, a qual desenvolveu um parque de campismo, com *bungalows* de construção natural. No seu aluguer, não existe um preço fixo estabelecido para a diária e cada pessoa paga aquilo

que considera justo para o serviço que recebeu. Muitas vezes, o montante que cada turista atribui à sua experiência é superior ao preço que é praticado no mercado para o mesmo tipo de serviço (Laville, 2009; Nogueira, 2015).

Uma categoria das práticas de inovação que pode trazer alguma controvérsia do ponto de vista teórico é a que foi designada por *inovação relacionada com modelos de vida*. Trata-se de um conjunto de práticas que, de algum modo, inclui todas as que foram referidas anteriormente. Esta categoria foi criada para agrupar as respostas que não podiam ser codificadas de outra forma. Muitos respondentes escreveram coisas como “um modo de vida sustentável”, “partilha de objetivos comuns”, “aposta nas relações humanas”, indicando o estilo de vida como a principal inovação desenvolvida na comunidade. Embora de acordo com a literatura, estes aspetos não possam ser vistos como inovação, acabam refletir a importância que os participantes dão ao seu próprio estilo de vida. Este foi um aspeto também verificado nos dados qualitativos e que está relacionado com o significado que cada ator atribui à palavra “inovação”. Esta reflexão será retomada no capítulo 9.

Após a categorização das diversas práticas de inovação identificadas pelas CSIs procedeu-se à avaliação do seu peso, relativamente à totalidade das práticas inovadoras. A figura 6.13 indica as percentagens das práticas inovadoras, por categoria. Utilizaram-se as categorias referidas anteriormente e que foram inspiradas no Manual de Oslo (OCDE, 2018). É possível perceber que, de entre todas as práticas mencionadas, as codificadas como inovação de processo são as mais desenvolvidas pelas CSIs (25%). Logo a seguir situam-se as inovações relacionadas com a dimensão organizacional da comunidade (19%) e também com os modelos de vida. As práticas categorizadas como inovação de serviços (11%), de produto (10%), de mercados (9%) e nas formas de comunicação (7%), são as que têm menor peso relativo nesta análise.

Figura 6.13 - Práticas Inovadoras Desenvolvidas, por Categoria

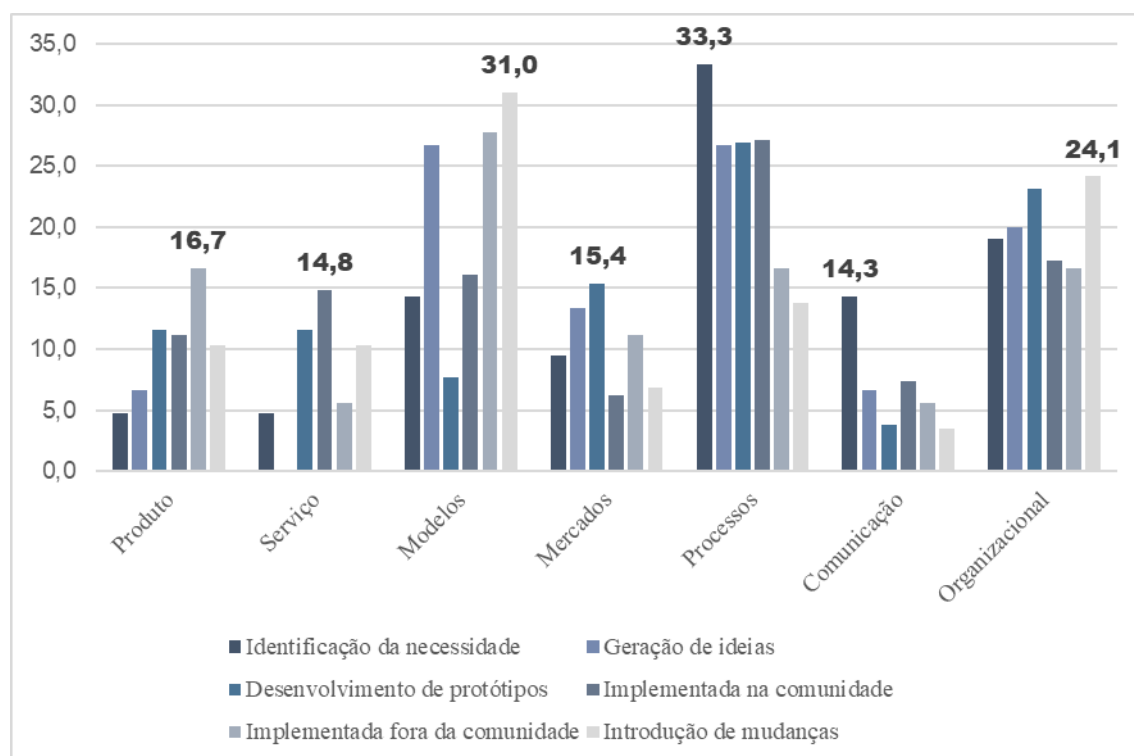


Fonte: Elaboração própria

Como foi referido no capítulo 4, o processo de IS desenvolve-se normalmente através de um conjunto de etapas relativamente sequenciais: identificação da necessidade a colmatar, geração de ideias, desenvolvimento e teste de protótipos, implementação, transferência (*scaling-up*), até à introdução de mudanças sistémicas (Mulgan, 2012). Um dos principais objetivos da presente investigação é perceber se as práticas de IS que são geradas na escala micro, ou seja, no contexto comunitário, são transferidas para outros contextos. Para tal, foi solicitado aos participantes que indicassem em que fase de desenvolvimento se encontravam as práticas identificadas (figura 6.14).

Os dados obtidos revelam que embora as práticas categorizadas como *inovação de processo* tenham sido as mais referidas o seu grau de desenvolvimento ainda está na fase inicial de identificação da necessidade (33,3%). Das *inovações de produto*, 11,5% estão no desenvolvimento de protótipos, 11% estão a ser implementadas dentro da comunidade e cerca de 17% já estão a ser implementadas em contextos exteriores à comunidade. As práticas classificadas como *inovação de serviços* situam-se, essencialmente, na fase de desenvolvimento de protótipos e a ser implementadas na comunidade, ao passo que as *inovações de mercados* estão ao nível da geração de ideias e do desenvolvimento e teste de soluções. Ao nível da comunicação, verificou-se que os participantes consideram que ainda estão, em larga medida, na fase de identificação das necessidades (14,3%).

Figura 6.14 - Grau de Desenvolvimento das Práticas de IS, por Categorias



Fonte: Elaboração própria

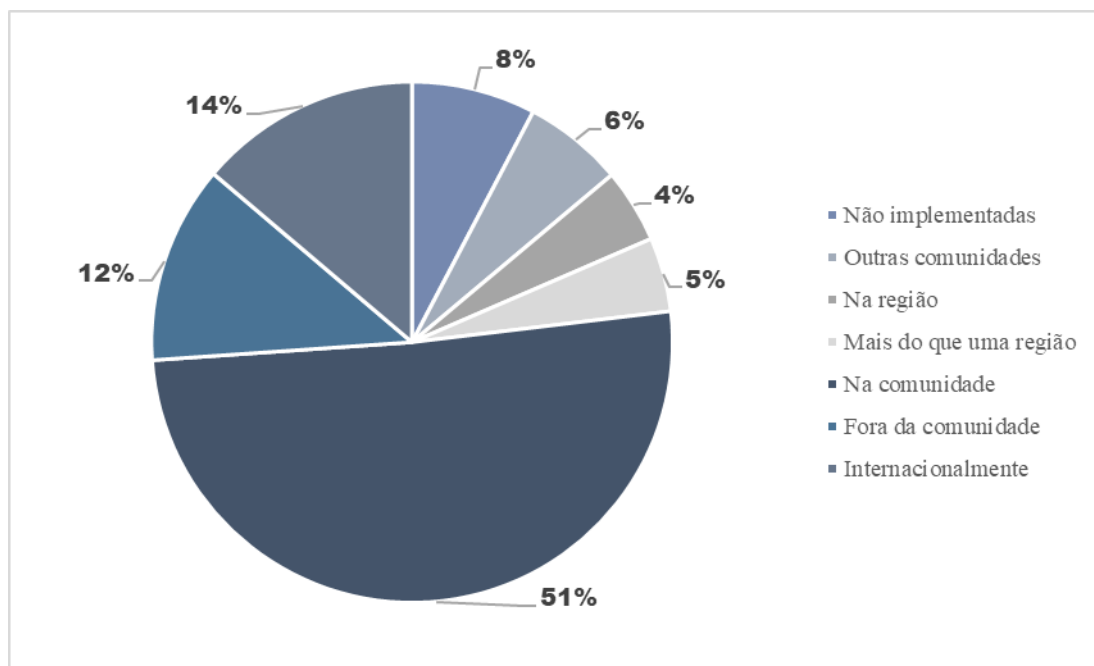
Ao olhar para os níveis de desenvolvimento das práticas codificadas como *inovação nos modelos* verifica-se que 31% das comunidades constata a introdução de mudança sistémica, revelando que, tal como acontece na dimensão organizacional (24,1%), esta é a categoria de práticas que tende a ir mais longe no ciclo inovação. Este aspeto revela algumas idiossincrasias porque, tendo em conta a literatura, a introdução de mudança sistémica refere-se ao estágio em que a solução é adotada por diversos atores sociais e instituições e passa a ser parte do sistema. Isto significa que essa “inovação” possui capacidades transformadoras que conduzem a uma mudança cultural e política na forma como se olha e intervém no problema em causa (Murray *et al.*, 2010).

Numa primeira leitura, é possível concluir que, de facto, as práticas categorizadas como inovação de modelos estão longe de introduzir aquilo que a literatura designa, e que nesta investigação se entende, por mudança sistémica. A tendência para situar estas práticas como estando num nível avançado do ciclo pode dever-se a um sentimento de compromisso forte para com os modelos de vida, a uma tentativa de sublinhar a importância destas práticas para a sociedade, a alguma romantização das mesmas ou a

uma projeção de um futuro mais desejável, tudo isto podendo influenciar o julgamento dos participantes nesta auto-classificação.

Foi ainda colocada uma pergunta alternativa cujo objetivo perceber se existiam incongruências entre as respostas, funcionando como despiste para a validade da variável anterior. Foi solicitado aos participantes que identificassem a que nível geográfico é que estas práticas de inovação se encontram a ser implementadas, sendo que, neste caso, não se contemplou uma divisão por categorias. Assim, como é possível verificar na figura abaixo, 50,8% dos respondentes afirma que as práticas estão a ser desenvolvidas dentro da comunidade, 13,8% diz já terem sido implementadas a nível internacional e em 12,3% a prática foi (ou é) desenvolvida fora da comunidade. Cerca de 8% revela ainda não ter implementado e 6,2% diz ter implementado em outras comunidades, para além da sua. Os restantes afirmam que as práticas foram (ou são) implementadas na região (4%) ou em mais do que uma região (4,6%).

Figura 6.15 - Nível Geográfico de Implementação das Práticas de IS



Fonte: Elaboração própria

Isto sublinha a importância de uma análise dual dos sistemas e do processo de inovação. O processo de inovação deve ser entendido numa lógica de coevolução substituindo noções mais simplistas, de direção única. Tal implica repensar o que é entendido por “sistema”, substituindo a noção de equilíbrio por uma noção de dinamismo e adaptação. Na teoria da estruturação de Giddens (1984), esta substituição

consubstancia-se na ideia de que as práticas sociais estão localizadas no tempo e no espaço, contribuindo para a análise empírica da diversidade e mudança social e da relação entre os níveis micro e macro de análise (Walby, 2003). O capítulo seguinte apresenta, através da análise das redes em que as CSIs participam, os mecanismos de reciprocidade, que podem potenciar a escalabilidade das práticas de inovação.

CAPÍTULO 7 – MECANISMOS DE RECIPROCIDADE PARA A DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

Quando (...) somos desapossados de um lugar, ou de uma comunidade, podemos sentir que estamos a passar por algo temporário, que o luto terminará e que alguma restauração da ordem anterior será conseguida. Mas talvez quando nos submetemos ao que fazemos (...) algo que delinea os laços que temos com os outros, que nos mostra que esses laços constituem o que somos e o que nos compõe. Não é como se um “eu” existisse independentemente aqui e depois simplesmente perdesse um “tu” ali, especialmente se o apego a esse “tu” fizer parte do que compõe o que o “eu” sou. Quando perdemos alguns destes laços pelos quais somos constituídos, não sabemos quem somos ou o que devemos fazer.⁸⁴

Judith Butler

7.1 Conectividade da Rede das Comunidades Sustentáveis Intencionais

A existência de mecanismos de reciprocidade entre atores é condição necessária para a transferência de conhecimento e informação. Nesta investigação, os mecanismos de reciprocidade são analisados através das ligações que as CSIs estabelecem entre si e entre outros atores e, portanto, das redes que originam. Esta rede é entendida como uma dimensão que aproxima os níveis micro – onde se desenvolve a ação inovadora – e os níveis macro – onde ocorre a mudança social para a transição sustentável. A análise que se apresenta neste capítulo procura identificar que ligações existem entre as CSIs e outros atores, quais os mais centrais, quais as principais fragilidades existentes na rede que podem condicionar o fluxo de conhecimento e inovação e que tipo de relação é que os aproxima. As redes sociais não constituem apenas canais de circulação de informação, são também meios de partilha de significados e identidades (Tindall *et al.*, 2020). No caso destas comunidades, caracterizadas como nichos, a presença de relações de colaboração

⁸⁴ Tradução da autora. Original: “When (...) we are dispossessed from a place, or a community, we may simply feel that we are undergoing something temporary, that mourning will be over and some restoration of prior order will be achieved. But maybe when we undergo what we do (...) something that delineates the ties we have to others, that shows us that these ties constitute what we are, ties or bonds that compose us. It is not as if an “I” exists independently over here and then simply loses a “you” over there, especially if the attachment to “you” is part of what composes who “I” am. (...) When we lose some of these ties by which we are constituted, we do not know who we are or what to do.”

com outros atores tende a criar canais de influência social e de difusão das suas práticas e identidades.

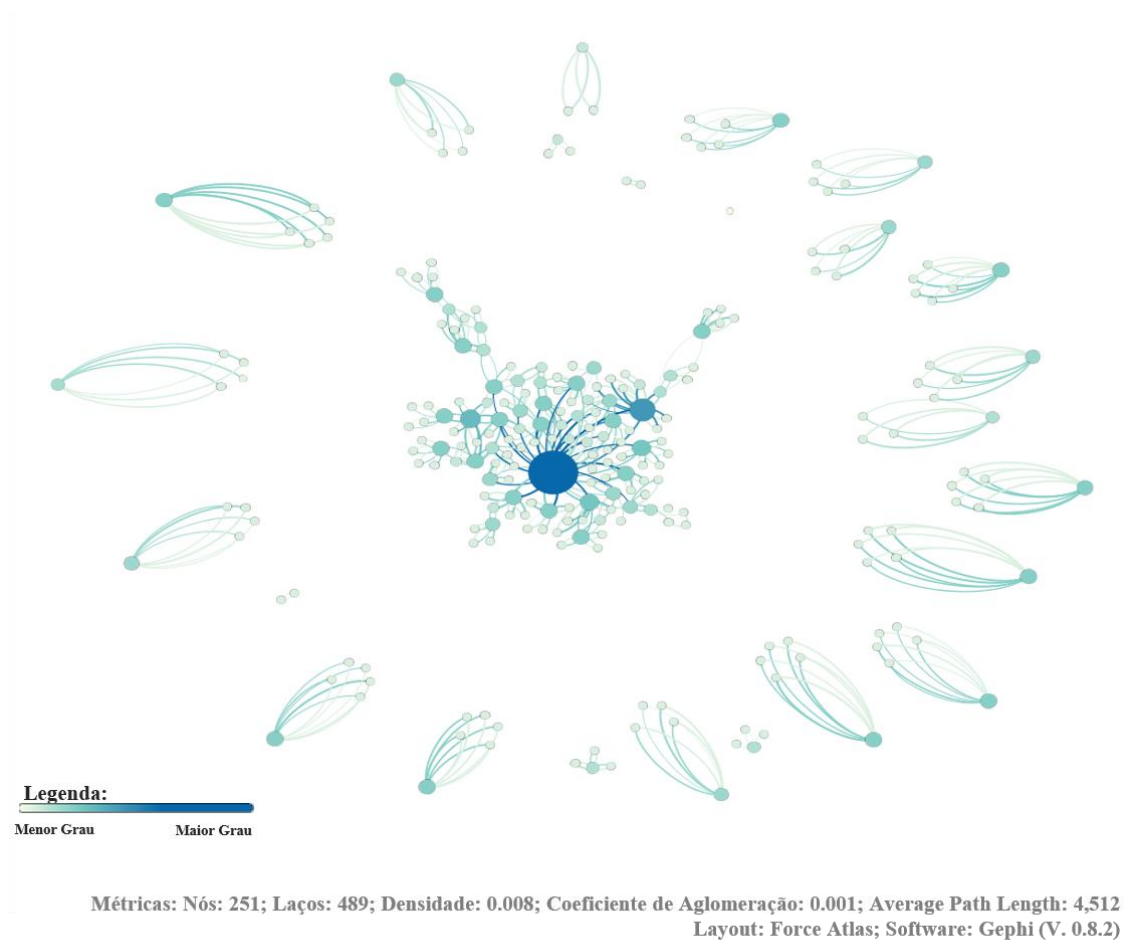
Como foi referido no capítulo onde se apresentou a metodologia da investigação, os dados que possibilitam a análise da rede tiveram origem nas perguntas do inquérito por questionário, nas quais se pedia que cada CSI identificasse até 5 organizações com as quais mantem ligações de forma frequente. Neste sentido, esta rede revela as ligações mais frequentes entre as entidades e não necessariamente a totalidade das relações que estabelecem. Entre as respostas validadas (n=108), 62,1% das CSIs afirma colaborar com outras entidades, 35,9% refere não colaborar e 1,9% não sabe ou não responde. Neste sentido, a Análise Estrutural de Redes Sociais (AERS) aqui apresentada corresponde aos dados referentes aos 62,1% que afirma estabelecer relações com outras entidades (n=64).

Importa, contudo, esclarecer que a AERS se desenvolve através da identificação e inclusão de todas as organizações (nós) identificadas pelos respondentes. As organizações foram classificadas de acordo com a seguinte tipologia: órgãos de governança, universidades/centros de investigação ou outros agentes de conhecimento, empresas, agências de desenvolvimento, redes nacionais/internacionais, associações privadas sem fins lucrativos, associações públicas e outras comunidades do mesmo género.

A figura 7.1 corresponde à rede completa, contemplando todos os atores (nós) identificados. No total, foram identificados 251 nós e 489 laços (ligações reportadas). Na figura, os círculos representam os nós e as linhas as suas ligações. O tamanho e a cor dos nós indicam o seu grau, quanto maior e mais escuro for o nó, maior grau tem⁸⁵. No geral, cada CSI estabeleceu uma média de 0,4 ligações com organismos de governação e com associações privadas sem fins lucrativos, 0,3 ligações com agentes do conhecimento (universidades e centros de I&D) e 0,2 com outras organizações. É de sublinhar que comunidades tendem a ter mais relações com outras comunidades do mesmo tipo, com uma média de 1,5 relações para cada CSI e com redes nacionais e internacionais, com uma média de 1,3 ligações.

⁸⁵Para este grafo (figura 7.1) foi utilizado o *layout* Force Atlas. O Force Atlas é *layout* clássico que dá um destaque particular à força das ligações e que usa os princípios de repulsão, atração e gravidade para fornecer graus de precisão mais elevados para conjuntos pequenos de dados (Jacomy *et al.*, 2014). Isto significa que níveis mais altos de força de atração reunirão os nós conectados, levando a uma rede potencialmente mais agrupada, dependendo, é claro, do conjunto de dados subjacente. Para esta primeira análise revelou-se particularmente útil pois concentrou a componente conectada e afastou as componentes desconectadas, o que permite uma visualização mais clara da estrutura da rede total.

Figura 7.1 - Estrutura da Rede das CSIs



Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Gephi* (V. 0.8.2)

A AERS utiliza um conjunto de métricas que permitem perceber a estrutura da rede. Para esta análise, uma das métricas utilizadas foi a densidade – nível geral de conexão numa rede. Um grafo muito denso ou completo é aquele em que cada ponto é conectado diretamente a todos os outros (Scott, 2017). A densidade é uma medida que pode variar entre 0 (0%) a 1 (100%). Gráficos com valores próximos de 1 são tipicamente considerados *densos*, enquanto aqueles próximos de zero são denominados como gráficos *esparcos* (*ibid.*, 2017). As ligações identificadas pelas CSIs em estudo representam uma rede com muito baixa densidade, ou esparsa, ou seja, a proporção de laços existentes para o número total de ligações possíveis é de apenas 0,008. O grau mede o total de conexões que um nó estabelece e no caso desta rede o grau médio (*average degree*) é de 1,901 o que significa que cada nó tem cerca de 2 conexões com outros atores na rede. O número de ligações é por vezes considerado uma medida do capital social (Grannovetter, 1985).

A rede apresenta um coeficiente de aglomeração (*clustering coefficient*)⁸⁶ baixo, de 0,001 o que significa que, nesta rede, existe muito pouca probabilidade de dois atores associados ao mesmo nó estarem conectados entre si.

Foi também analisado o diâmetro da rede, ou seja, o número máximo de conexões necessárias para percorrer o grafo (Scott, 2017). Na prática o diâmetro permite perceber a complexidade da rede porque indica quantas etapas (ligações) são necessárias para que os dois nós (atores) mais distantes da rede se possam alcançar um ao outro. Por exemplo, um gráfico com um diâmetro de três, geralmente, será menos complexo do que um com um diâmetro de sete (Borgatti *et al.*, 2013). Neste caso, estamos perante uma rede complexa, uma vez que o seu diâmetro é 10, o que significa que a maior distância entre dois atores é de 10 laços.

Esta distância pode ser medida também em termos relativos, através da distância média entre pares de atores (*average path length*). A distância média do caminho representa uma medida da eficiência da comunicação dentro da rede, medindo o caminho mais curto possível entre todos os nós. Esta medida deve ser, obrigatoriamente, menor que o diâmetro da rede. Neste sentido, valores mais baixos (mais afastados do diâmetro) indicam que a rede é mais eficiente e números médios mais altos (mais próximos do diâmetro) significam uma rede relativamente ineficiente para o fluxo de informações (Mizruchi, 1982). Neste caso, a distância média entre pares de atores é de 4,512 laços o que indica que é uma rede relativamente eficiente. No entanto, esta eficiência pode estar relacionada com o facto da própria rede poder ter alguns nós conectados remotamente e muitos nós que são vizinhos um do outro, aumentando assim a sua eficiência (Barabási e Albert, 2002), como acontece no núcleo da rede estabelecida pelas CSIs.

De facto, uma das principais características desta rede é o facto de ter um núcleo (componente principal) completamente conectado e, portanto, mais denso e uma periferia composta por várias componentes desconectadas. Na literatura, os grafos podem ser denominados como conectados, nos casos em que todos os nós estão unidos através de uma rede totalmente vinculada, e como desconectados, nos quais existem grupos de nós separados que formam vários grupos de nós independentes, sem vínculos com outras partes do grafo (Scott, 2017). Uma componente, na linguagem de redes, consiste em todos

⁸⁶ Esta medida varia entre 0 e 1 (Scott, 2017).

os nós que podem ser conectados entre si por pelo menos um caminho (laço) e a existência de componentes é a configuração mínima para que exista uma estrutura coesa.

Neste caso foram identificadas 25 componentes, a mais central e pequenos grupos à sua volta que não se encontram conectados à componente principal. Estas componentes periféricas e desconectadas são formadas pela comunidade respondente e pelas entidades que elas identificaram como as parcerias mais importantes. Um aspeto interessante de verificar na análise das componentes desconectadas é a diversidade de tipos de entidades com as quais se relacionam. Enquanto na componente principal existe uma primazia de conexões com outras comunidades do mesmo género (como se verá em detalhe mais à frente), no caso das componentes desconectadas as tipologias de entidades com as quais estabelecem ligações estão mais equilibradas. Neste sentido, do total de ligações identificada é possível perceber que 21,8% são com outras comunidades do mesmo género, 17,2% com órgãos de governança, 16,1% com universidades e centros de I&D, 11,5% com associações públicas, 9,2% com empresas e também com associações privadas s/ fins lucrativos, apenas 5,7% se relacionam com redes nacionais/internacionais, e 4,6% com agências de desenvolvimento e outro tipo de entidades.

O facto de estabelecerem pequenas redes, na sua maioria locais ou regionais, faz com que aumentem a diversidade do tipo de entidades com as quais se relacionam para que possam suprir as suas necessidades de acesso e partilha de informação. A maior parte das relações que estabelecem são para o desenvolvimento de atividades (47%), recursos financeiros (16%) e comunicação (12%). Tal como seria expectável, estas relações são extremamente importantes para estas comunidades que se situam na periferia da rede e 95,4% dos inquiridos revela que pretende manter estas relações no futuro.

Esta estrutura revela aspetos interessantes das interações das comunidades respondentes. Desde logo, reforça a ideia de que estas comunidades procuram ganhar autonomia, pois a maioria visa atingir níveis altos de autossuficiência ecológica, económica e social no seu contexto local e regional (Bang, 2005; Kirby, 2003; Liftin, 2012; Hong e Vicdan, 2016; Nelson, 2018). Embora esta tendência seja transversal a todas as comunidades sustentáveis intencionais, existem algumas que são manifestamente mais fechadas (Andreas e Wagner, 2012), o que pode condicionar as suas ligações com outras entidades.

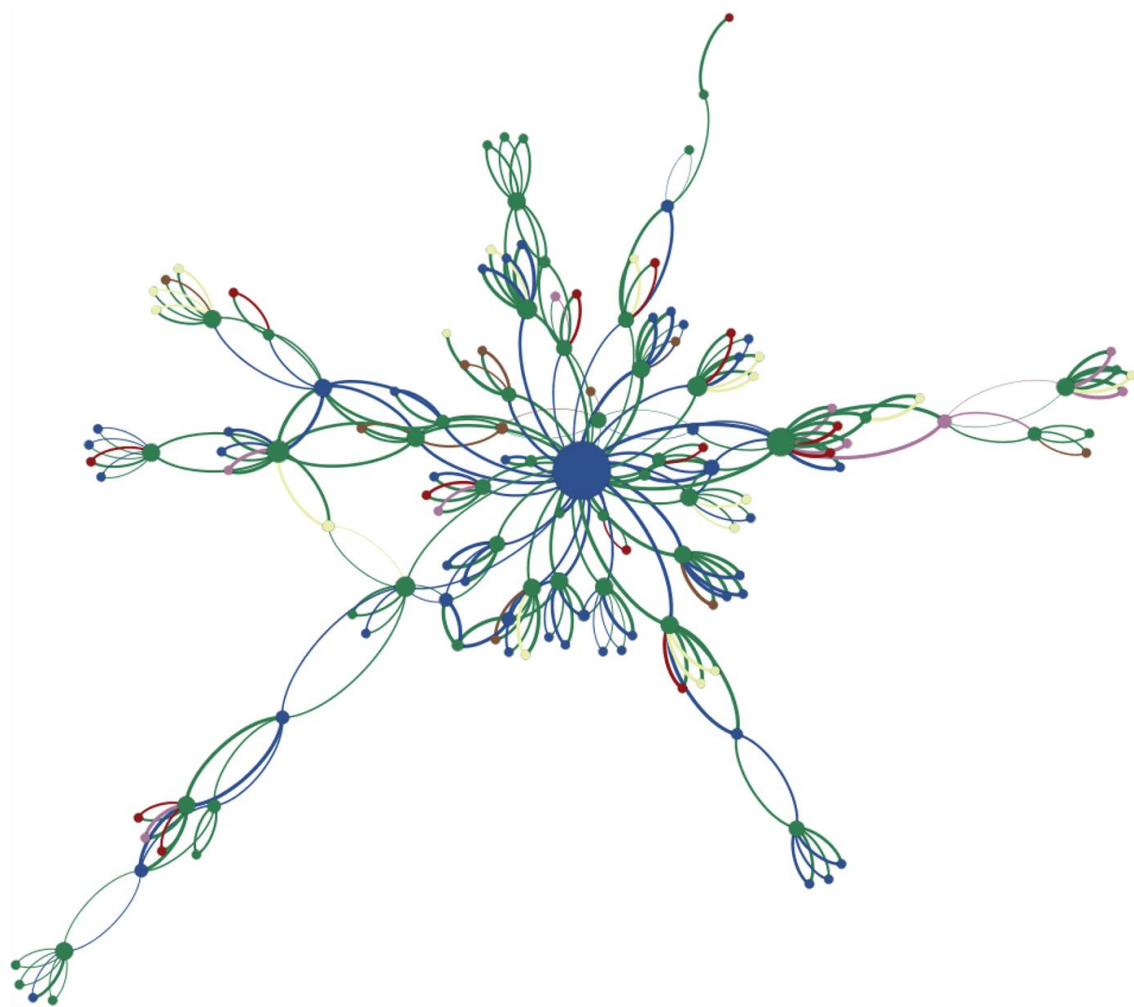
Para além disso, quando do surgiu a primeira onda deste tipo de comunidades, por volta dos anos 70, não existiam estruturas que as agregassem e que facilitassem a comunicação entre elas. Com a criação da GEN, em 1995, assistiu-se à passagem de pequenos grupos para uma maior conexão (Nelson, 2018). A GEN veio trazer mais coesão ao movimento das CSIs tendo um papel crucial nesta rede. É o nó com maior número de ligações (grau) e uma vez que funciona como um espaço onde é possível partilhar experiências sobre como alcançar a autonomia que estas comunidades procuram.

De modo a facilitar a análise dos principais nós e das principais ligações da componente principal da rede, optou-se por aplicar um filtro que eliminasse os nós que não lhe estão conectados. Na componente principal foram identificados 144 nós e 323 laços (figura 7.2).⁸⁷ As métricas apresentadas anteriormente mantêm-se válidas pois esta análise refere-se a uma parte da rede completa e, portanto, obedece às mesmas características de densidade, diâmetro e coeficiente de aglomeração. De qualquer das formas importa destacar métricas que dizem respeito aos nós e que se alteram na componente principal. Neste sentido, o grau médio (*average degree*), ou seja, a média das conexões que cada nó estabelece, aumenta para de 1,901 para 2,159.

Na figura 7.2, o tamanho dos nós indica o seu grau e a cor indica o tipo de entidade que representam. Na componente principal, 34,72% dos atores são CSIs, identificadas pelos nós coloridos de verde, e 31,25% são redes nacionais/internacionais, representadas pelos nós a azul. A maioria da rede é formada por este tipo de entidades. As entidades com menos representação na rede são as associações privadas sem fins lucrativos (9,72%), as universidades e centros de I&D (6,94%), os órgãos de governança (6,25%), e as entidades classificadas como “outras” (11,1%). Dentro desta categoria, 5,55% são associações públicas, 4,86% são outro tipo de entidades e 0,69% são empresas.

⁸⁷ O *layout* utilizado foi o Yifan Hu. Este algoritmo também é baseado na força e concentra-se na força de atração e repulsão ao nível da vizinhança/periferia (Yifan Hu, 2005). A escolha da utilização deste *layout* prendeu-se com a necessidade de analisar mais detalhadamente a componente principal, nomeadamente a existência de buracos estruturais dentro desta, bem como as características da periferia.

Figura 7.2 - A Componente Principal e Buracos Estruturais



Legenda:

- Comunidade (34,72%)
- Rede Nacional e/ou Internacional (31,25%)
- Associação Privada s/ Fins Lucrativos (9,72%)
- Universidade e Centro de I&D (6,94%)
- Governança (6,25%)
- Outras (11,1%)

Métricas: Nós: 144; Laços: 323; Densidade: 0.008; Coeficiente de Aglomeração: 0.001; Average Path Length: 4,553
Layout: Yifan Hu.; Software: Gephi (V. 0.8.2)

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Gephi* (V. 0.8.2)

O ator mais central, com um grau manifestamente maior do que os restantes, é a GEN ($g=48$), seguido por um conjunto de CSIs: CSI1 ($g=20$), CSI2 ($g=14$) e pelas CSIs 3, 4 e 5 ($g=12$)⁸⁸. O grau pode ser considerado como uma medida da centralidade local

⁸⁸ Por uma questão de garantia de anonimato não se identificam aqui os nomes das CSIs respondentes ao questionário.

(Nieminen, 1974) e analisa o número (ou proporção) de outros nós vinculados a um nó específico.

A análise da estrutura da componente principal desta rede teve como objetivo perceber a existência de buracos estruturais. Este é o conceito importante na AERS, principalmente, para concluir sobre o fluxo de informações, conhecimento e escalabilidade da inovação. Através da figura 7.2 é possível perceber que entre o núcleo e a periferia da rede, há vários atores que têm uma posição chave em relação aos outros. Isso permite identificar possíveis buracos estruturais (Burt, 1992), o que significa que, no caso de um agente intermediário (ou *gatekeepers*) desaparecer, os atores que ele conecta na rede serão separados um do outro. Nessa perspectiva, um determinado ator está numa posição vantajosa ao promover contatos entre outros atores que não possuem qualquer outro tipo conexão entre eles.

Embora os atores presentes no núcleo da rede tenham mais facilidade no fluxo de informação (tanto na sua rapidez como na sua quantidade) e, por isso, tenham posições mais centrais, a periferia da rede tem características diferenciadoras. Burt (1992) argumenta que ligações locais densas acabam por ser redundantes e que redes localmente densas podem ser uma fonte de rigidez. É neste sentido que a existência de buracos estruturais é fundamental para uma rede. Os atores intermediários garantem a ligação entre o núcleo e a periferia, mais precisamente, conectam vizinhos que não estariam conectados se o *broker* não existisse. Isto permite que os nós conectados ao *broker* tenham acesso a diferentes fontes de informações dispersas.

Os buracos na estrutura social são reforçados pela organização social em redor do buraco. Quanto mais reforçado o buraco, maior é a dificuldade de haver uma ponte entre os nós desconectados, mas maior é a probabilidade de uma ponte bem-sucedida levar informações inovadoras e, portanto, potencialmente valiosas para as pessoas do outro lado (Burt, 2004). Estes buracos estruturais são, portanto, uma forma de capital social valioso e uma posição que permite obter vantagem e controlo, uma vez que dá “a certos jogadores uma vantagem na negociação nos seus relacionamentos” (Burt, 1992: 76). Isto pode implicar a introdução de restrições e oportunidades na rede, que são paralelas à conceção de Giddens (1984) da dualidade de estrutura, como mecanismos de ação que interagem de forma a reforçar e perpetuar, mutuamente, a estrutura social através do processo de estruturação (Sydow e Windeler, 1998).

Para além disso, os atores próximos dos buracos de uma estrutura social têm mais possibilidades de ter “boas ideias” (Burt, 2004: 351). Isto porque a opinião e o comportamento tende a ser mais homogéneo dentro dos grupos, portanto, as pessoas que se situam na conexão entre diferentes grupos têm mais opções de selecionar e sintetizar diferentes tipos de fontes de informação. As novas ideias surgem desta seleção e síntese através dos buracos estruturais entre os grupos e uma percentagem dessas novas ideias resultará necessariamente em ideias criativas e com valor (Burt, 2004).

A componente principal das redes estabelecidas pelas CSIs tem vários buracos estruturais. A RIE – Rede Iberica de Ecoaldeas,⁸⁹ a Permakultur Danmark,⁹⁰ a LØS,⁹¹ o WWOOF⁹² e a Comissão Europeia, embora não seja os únicos, são os principais *gatekeepers* desta rede, funcionando como atores intermediários que fazem a ponte entre o núcleo da rede e um conjunto de atores que estariam desconectados caso estes nós não existissem. Os principais *gatekeepers* são, assim, organizações nacionais e internacionais, que por sua vez, se encontram ligados ao núcleo através de um laço com comunidades.

Os nós que se encontram na periferia da rede, normalmente estabelecem ligações menos intensas, ou por outras palavras, têm um maior peso de laços fracos (Granovetter, 1973). Embora os nós com laços mais fortes apresentem, teoricamente, relacionamentos mais estáveis, os atores periféricos, com laços fracos, tendem a fomentar mais ligações fora da rede (*ibid.*, 1973). Isto significa que desempenham um papel importante pois estas relações exteriores potenciam e facilitam o fluxo de novas ideias e a introdução de inovação na rede (*ibid.*, 1973).

Para se perceber de forma mais aprofundada os diferentes papéis que os atores desempenham na componente principal da rede foram analisadas diversas medidas de centralidade.

7.2 Atores Centrais para a Reciprocidade

O conceito de centralidade permite perceber a influência relativa de nós individuais na rede. Existem quatro medidas principais de centralidade que permitem

⁸⁹ É uma rede criada em 2001 que conecta as diferentes ecoaldeias da península ibérica.

⁹⁰ É uma rede de permacultura localizada na Dinamarca.

⁹¹ É uma rede de alimentos biológicos e orgânicos na Dinamarca.

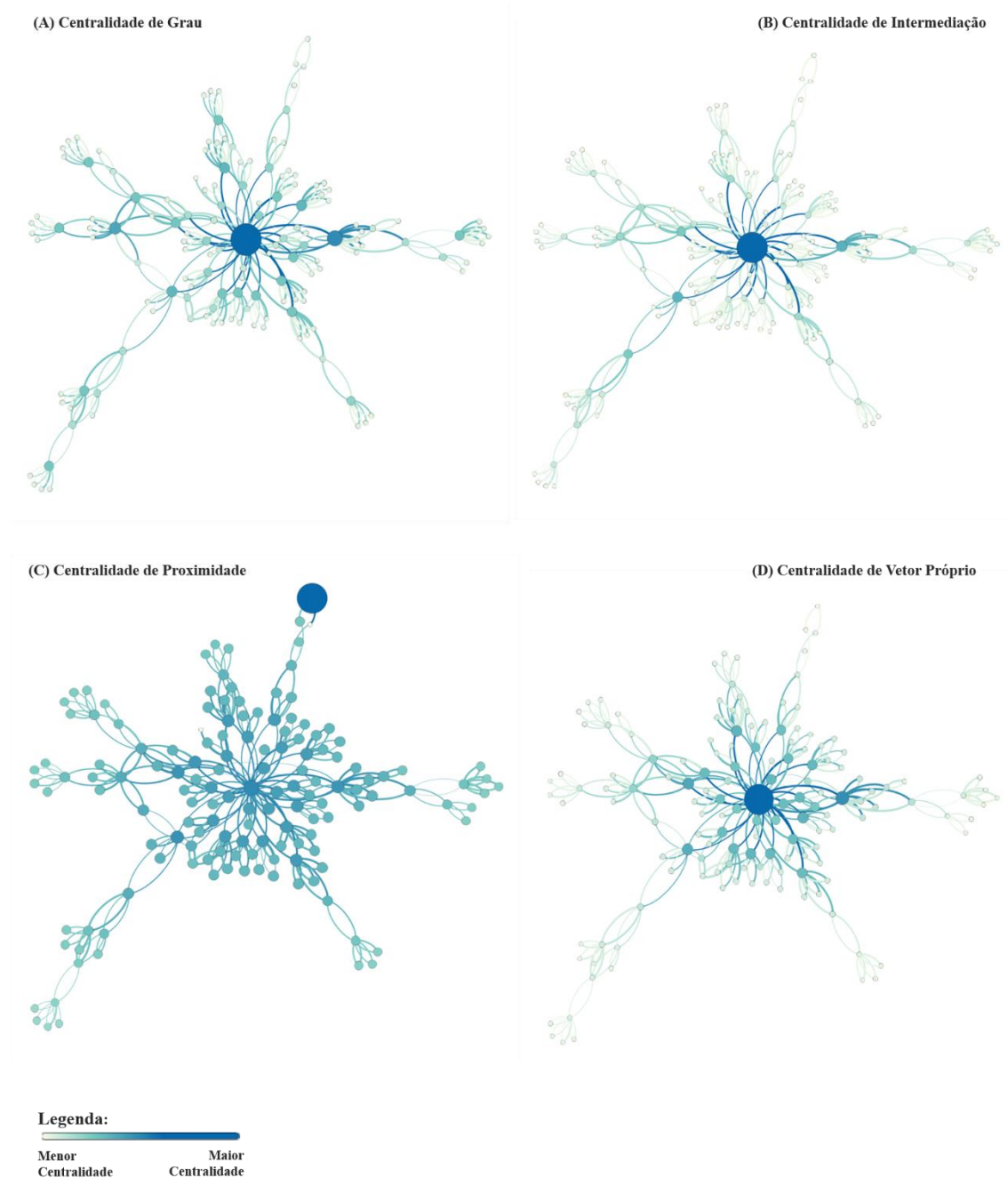
⁹² World-Wide Opportunities on Organic Farms é uma rede de organizações nacionais que promovem o trabalho de voluntariado em quintas ecológicas de todo o mundo.

avaliar a importância dos nós, as quais estão identificadas na figura 7.3. A forma mais simples e direta de medir a centralidade dos nós é através do grau (figura 7.3 [A]). Neste caso, como já foi mencionado, os nós com maior grau são a GEN e um conjunto de CSIs. Estes atores funcionam como uma espécie de eixo relativamente ao fluxo de informações, no sentido em que podem não ser a fonte de informação direta, mas desempenham um papel crítico na dispersão dessas informações para outros atores (Scott, 2017).

A figura 7.3 [B] identifica a centralidade de intermediação (*betweenness centrality*). A centralidade de intermediação aprofunda o conceito de centralidade ao avaliar em que medida um nó específico está “entre” outros nós na rede (Borgatti *et al*, 2013). Um nó com poucas ligações pode, ainda assim, desempenhar um papel importante de mediador e, portanto, ser crucial para a rede. A intermediação de um nó mede a possibilidade de um ator se transformar num *broker* com potencial influência sobre os outros. O nível de centralidade de intermediação pode dar pistas importantes para a identificação de buracos estruturais, uma vez que são nós que formam uma ponte entre partes do sociograma e, portanto, desempenham um papel fundamental na redução da distância a percorrer. O mesmo é dizer que é uma medida que informa com que frequência um determinado nó se encontra no caminho mais curto entre dois outros nós.

A centralidade da intermediação desempenha um papel importante na compreensão de como a informação flui dentro da rede (Newman, 2005). Os atores com maior centralidade de intermediação nesta rede são a GEN, Permakultur Danmark e duas CSIs que já se haviam destacado na análise da centralidade de grau. A mancha gráfica do sociograma B permite perceber que, para além da GEN, os nós com maior centralidade de intermediação se situam, tal como a literatura indica, entre o núcleo e a periferia da rede, funcionando, assim, como pontes entre as duas zonas. A GEN continua a ter um destaque considerável mesmo não sendo um *gatekeeper*, o que se deve, principalmente, a ser o principal elo de ligação entre vários dos nós do núcleo. Existe um conjunto de CSIs que também desempenham um papel importante para o fluxo de inovação na rede, não só por serem nós com muitas ligações, mas porque, simultaneamente, funcionam como *gatekeepers*.

Figura 7.3 - Centralidades da Componente Principal



Métricas: Nós: 144; Laços: 323; Densidade: 0.008; Coeficiente de Aglomeração: 0.001; Average Path Length: 4,553
Layout: Yifan Hu; Software: Gephi (V. 0.8.2)

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Gephi* (V. 0.8.2)

A figura 7.3 [C] representa a centralidade de proximidade, (*closeness centrality*) que calcula a menor distância entre um nó e todos os outros nós da rede (*average path length*). Ou seja, em média, quantos laços um ator tem de “percorrer” para alcançar qualquer outro ator na rede (Borgatti *et al*, 2013). Ou seja, um nó com forte centralidade

de proximidade, normalmente, teria caminhos muito curtos para todos os outros nós da rede. A centralidade da proximidade é uma medida interessante pois permite perceber que os nós, apesar de estarem pouco conectados num sentido direto, como o medido pela centralidade de grau, podem, no entanto, ser influentes devido à proximidade de vizinhos bem conectados. Se um ator tiver conexões de grau suficientes, provavelmente terá menos conexões de proximidade com outros nós, resultando numa pontuação mais baixa nessa estatística.

O que acabou de ser dito faz sentido se se olhar para o caso da GEN, que é central em todas as medidas de centralidade, mas com menos destaque na centralidade de proximidade. A centralidade de proximidade mede a autonomia dos atores. Quanto mais longe um ator estiver do resto da rede, mais autónomo ele será nas suas ações, como é o caso da associação privada sem fins lucrativos Hyllegarden Udvikling (com um valor de proximidade de 1). Ao olhar para todo o sociograma, percebe-se que praticamente todos os nós da componente principal da rede têm tamanhos similares, ou seja, são todos centralmente próximos, o que significa que todos estes nós têm aproximadamente o mesmo caminho a percorrer para alcançar outros nós da rede. Isto deve-se ao facto de muitos deles apenas estabelecerem uma relação com o núcleo (GEN) e com as outras entidades periféricas, aumentando assim a sua centralidade, uma vez que a distância aos outros nós é menor. A proximidade pode ser considerada como uma medida de rapidez, para determinar a velocidade necessária para difundir informações de um nó a todos os outros nós sequencialmente (Newman, 2005). Neste sentido, é possível inferir que a informação circula ao mesmo tempo pela maioria dos nós da rede.

Por fim, a figura 7.3 [D] mostra a centralidade de vetor próprio (*Eigenvector centrality*). Esta métrica não leva apenas em conta as conexões de um determinado nó, mas sim as conexões dos nós que se conectam a ele. Assim, mede a importância do nó na rede através da importância dos seus vizinhos, ou seja, permite compreender melhor o quão relevante é o nó para a rede, pois avalia também as conexões indiretas (Bonacich, 1972). Neste sentido, a centralidade do vetor próprio acaba por ser um aprofundamento da centralidade da proximidade porque, em vez de analisar o número de laços necessários para alcançar todos os outros membros da rede, foca-se na importância das conexões. Ou seja, não é uma questão de ter muitas ligações, mas sim de ter as ligações mais importantes (com os nós mais influentes).

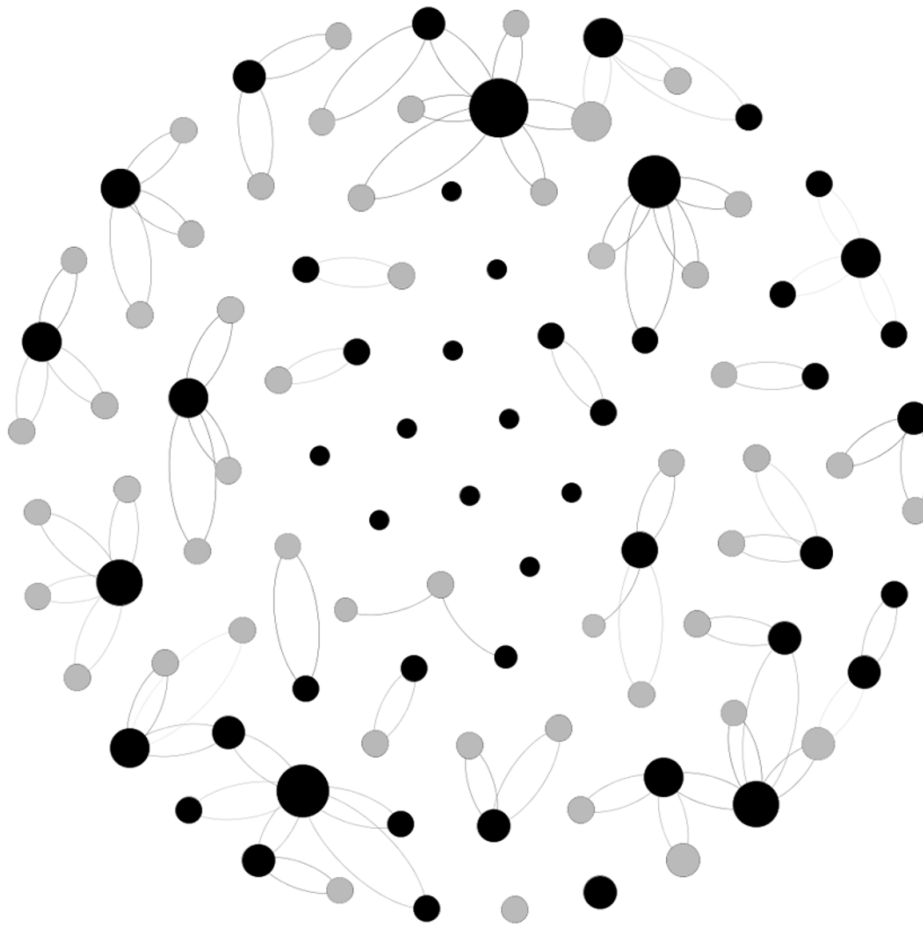
A centralidade de vetor próprio é medida pela quantidade de ligações que um nó individual estabelece com outros nós influentes e é calculado num *continuum* de 0 a 1, com valores próximos a 1 a indicar níveis mais altos de centralidade (Scott, 2017). É provável que a centralidade do vetor próprio mostre uma correlação positiva com a centralidade de grau e com a centralidade da proximidade, embora as correlações relativas mudem dependendo da estrutura da rede (Bonacich, 1972). Neste caso, verifica-se esta tendência, sendo que os cinco nós com maior centralidade de vetor próprio são os que têm maior centralidade de grau e de intermediação, o que reforça a importância do papel destes atores, nesta rede. Importa ainda sublinhar novamente que a GEN assume uma posição de destaque, enquanto os restantes nós têm valores de vetor próprio manifestamente inferiores e também muito próximos uns dos outros, principalmente no núcleo da componente principal, o que pode ser explicado pela própria ligação à GEN.

A análise das centralidades revela uma rede autónoma, com uma limitada variedade interna de tipos de atores e muito dependente de um nó central. No que concerne ao papel das CSIs na rede, podem distinguir-se essencialmente três: 1) papéis centrais, ou seja, comunidades muito conectadas no geral e com ligações influentes; 2) comunidades intermediárias que, embora não tenham muitas ligações nem as melhores ligações, são fundamentais para a estrutura da rede e para a diversificação da informação circulada; e, por fim, 3) comunidades periféricas que tendem a ser mais resilientes em caso de quebra da estrutura (desaparecimento de um nó central ou intermediário) porque mantêm relações com uma tipologia de atores mais diversificada e também eles periféricos.

Como foi possível perceber até agora, a GEN é, de facto um ator central na rede estabelecida pelas CSIs em estudo. Para além da GEN existem outras redes nacionais/internacionais que também têm posições influentes, principalmente, enquanto intermediários, como é o caso da RIE, da Ecolise da BEN – Baltic Ecovillage Network, entre outras. Para representar, de forma gráfica, a importância das redes nacionais e internacionais, no sociograma seguinte (figura 7.4) procedeu-se à aplicação de um filtro que eliminasse os nós que representam estas redes.⁹³

⁹³ O *layout* utilizado foi Fruchterman-Reingold. Este *layout* foi escolhido porque simula um sistema de partículas de massa, colocando-as em posição circular, o que permite uma visualização mais imediata das características dos nós e não tanto da estrutura da rede (Fruchterman-Reingold, 1991).

Figura 7.4 - Centralidade das Redes Nacionais/Internacionais



Métricas: Nós: 144; Laços: 323; Densidade: 0.008; Coeficiente de Aglomeração: 0.001; Average Path Length: 4,553
Layout: Fruchterman Reingold; Software: Gephi (V. 0.8.2)

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Gephi* (V. 0.8.2)

Na figura 7.4, os círculos a preto representam as comunidades e os círculos a cinzento representam todas as outras entidades. O tamanho dos círculos indica o grau de cada nó. Neste caso, é possível perceber que ao eliminar as redes nacionais/internacionais, o núcleo da rede fica completamente desconectado e as comunidades que o constituem perdem centralidade porque perdem a sua principal ligação – a que estabelecem com a GEN. Paralelamente, as comunidades da periferia apresentam graus maiores porque estabelecem relações com outros tipos de entidades, para além das redes nacionais e internacionais. Se por um lado, as comunidades do núcleo podem ter vantagens no acesso e partilha de informação, porque estão conectadas ao ator mais central da rede, por outro lado, as comunidades da periferia tendem a ser mais resilientes, não só pela ligação com

outro tipo de entidades, como tendem a estabelecer mais ligações fora da rede, corroborando a importância e a força dos laços fracos da periferia (Granovetter, 1973).

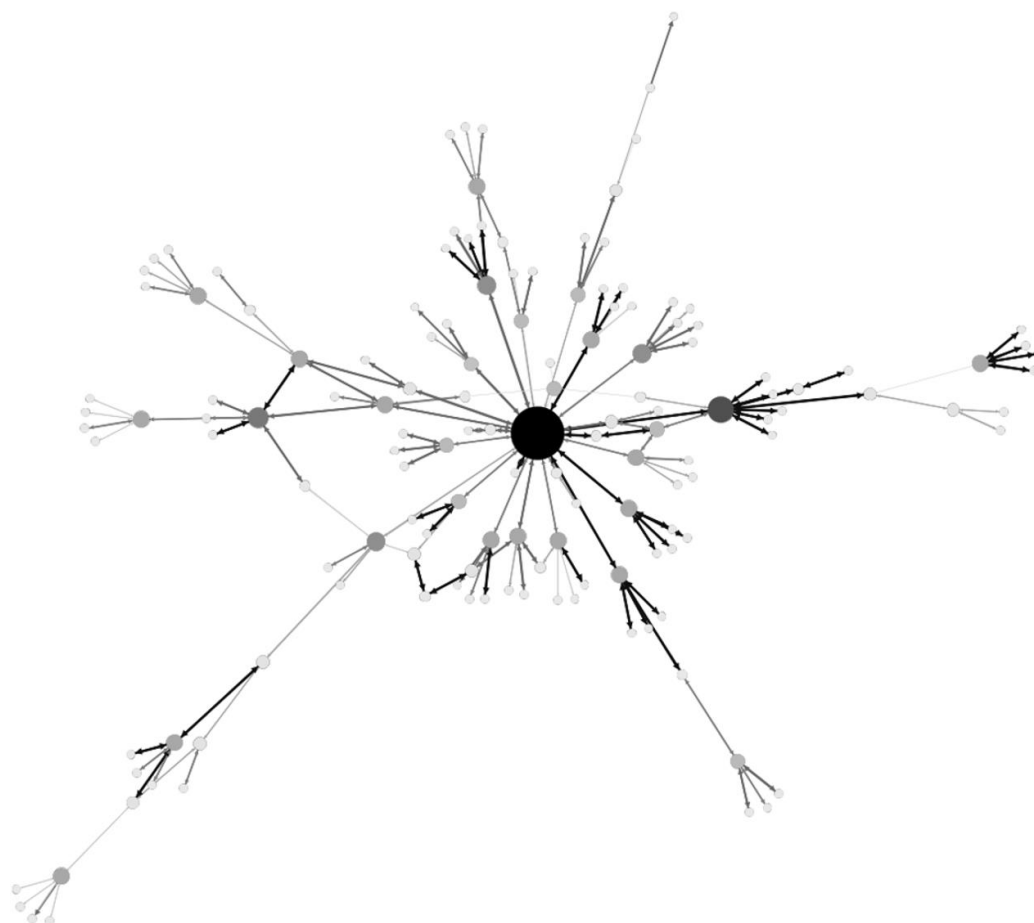
Os problemas ambientais e a formalização da GEN podem ser compreendidos como *game-changers*. Os problemas ambientais estão em linha direta com aquilo que inicialmente foi definido por *game-changer* – fenômenos que ocorrem ao nível macro (crises, políticas públicas, entre outros fatores) que moldam os valores, as instituições e as relações sociais dominantes (Avelino *et al.*, 2014:6). A formalização da GEN, contudo, enquadra-se mais no que Pel *et al.* (2016) entendem por fatores que podem alterar a forma como as sociedades se organizam. Estes autores baseiam-se na Teoria do Ator-Rede para contestarem a existência de um “campo de jogo” fixo e enfatizarem o papel das relações entre os atores nesta dinâmica. Nesta leitura, a agência é distribuída e tanto os “jogadores” como o “campo” se definem mutuamente (Latour, 2005).

A análise da estrutura da rede das CSIs e dos atores com maiores centralidades na mesma, mostra que a GEN veio moldar a forma como as CSIs se relacionam, não só entre si como com outros atores, aumentando a reciprocidade na rede e assim, facilitando a disseminação de conhecimento. A ausência deste ator comprometeria toda a estrutura da rede o que revela que a estrutura não é fixa, mas sim dependente da agência (Giddens, 1984; Pel *et al.*, 2016) e que na “inovação social, os atores e a estrutura codesenvolvem-se e podem ser todos entendidos como estando constantemente a ser negociados e remodelados” (Avelino *et al.*, 2017:41).

7.3 Análise das Ligações das Comunidades Sustentáveis Intencionais

Para analisar as ligações, *i.e.* os laços, estabelecidas pelas CSIs, foi-lhes solicitado que identificassem a importância de cada uma das relações identificadas. Para tal, deveriam utilizar uma escala de 1 a 6, em que 1 significa que a relação é irrelevante e 6 que é extremamente importante. Importa, contudo, distinguir entre *importância* e *força* dos laços. A importância é uma percepção dos respondentes em torno da intensidade das relações que estabelecem, enquanto a força é uma noção teórica (Granovetter, 1973) que tem a ver com a localização e direção dos laços. Na figura 7.5 é analisada a importância.

Figura 7.5 - Importância dos Laços



Legenda:

■ Extremamente Importante (27,65%)	■ Pouco Importante (16,4%)
■ Muito Importante (21,54%)	■ Nada Importante (8,68%)
■ Importante (21,86%)	■ Irrelevante (3,86%)

Métricas: Nós: 144; Laços: 323; Densidade: 0.008; Coeficiente de Aglomeração: 0.001; Average Path Length: 4,553
Layout: Yifan Hu; Software: Gephi (V. 0.8.2)

[Percentagens face ao total de ligações na rede]

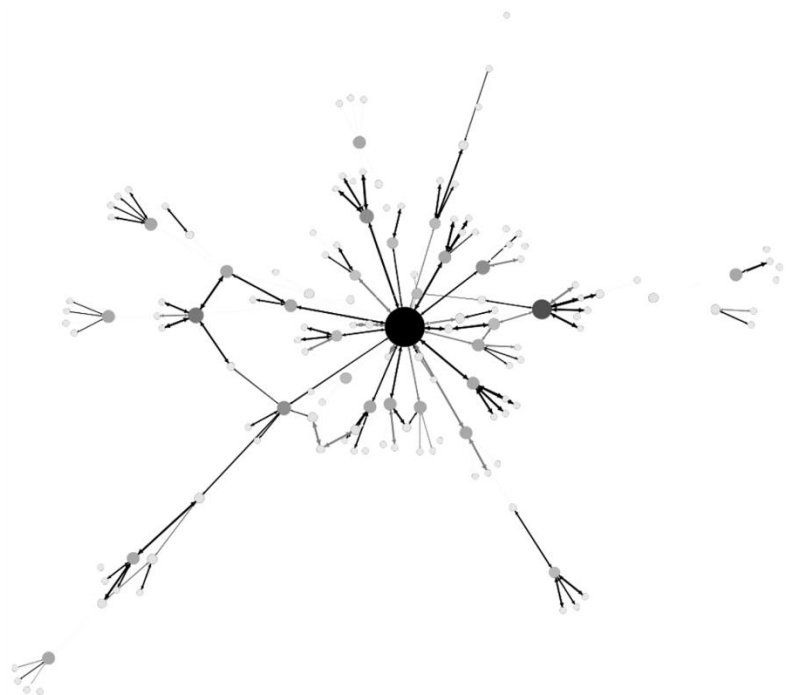
Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Gephi* (V. 0.8.2)

É possível perceber que as CSIs respondentes consideram, de forma geral, que as ligações que estabelecem são importantes, mais precisamente, 27,65% considera-as extremamente importantes, 21,54% muito importantes e 21,86% percecionam-as como importantes. Contudo, 16,4% considera que algumas das relações que estabelecem são pouco importantes, 8,68% classifica-as como nada importantes e cerca de 4% afirma mesmo que são irrelevantes.

A cor das linhas identifica o seu nível de importância e as setas a direção da ligação. As linhas (laços) a preto são as ligações que os respondentes consideram como extremamente importantes. É possível perceber que as relações que as CSIs consideram como mais importantes são as que se estabelecem entre o núcleo e a periferia da rede, principalmente, naqueles casos onde existem buracos estruturais e essas ligações servem para conectar grupos de atores que de outra forma não estariam conectados. Também se consegue verificar, através da direção das setas, que são laços que partem do núcleo para a periferia.

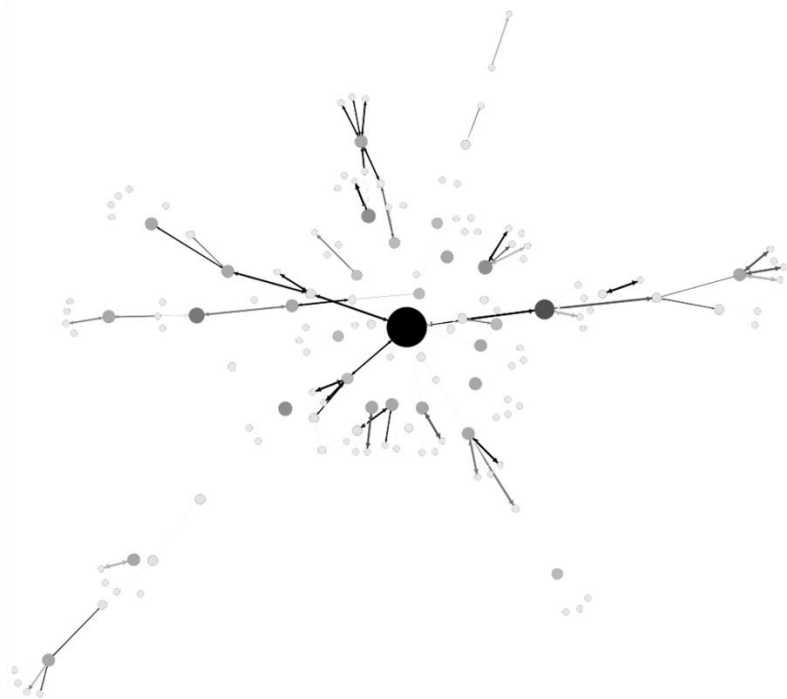
Aos participantes foi também solicitado que identificassem a razão das suas colaborações (figura 7.6). Ao analisar a imagem do topo é possível perceber que os laços entre os nós situados no núcleo da rede, onde as relações são mais densas, estabelecem-se para o desenvolvimento de atividades e na comunicação. Embora as relações deste tipo se situem essencialmente no núcleo da rede, também se estabelecem na zona de transição entre o núcleo e a periferia. De forma mais concreta, 50,48% das relações têm como objetivo o desenvolvimento de atividades e 18,97% têm como objetivo a comunicação. Neste caso, dominam as relações centro-periferia e periferia-periferia. A imagem de baixo mostra os outros tipos de relações, os quais são tendencialmente, periferia-periferia. Também é possível perceber que a maioria destes laços (16,08%) se deve a outro tipo de relações: 5,14% das relações são estabelecidas para partilha de recursos humanos e recursos financeiros e 4,18% para a colaboração ao nível dos equipamentos e infraestruturas.

Figura 7.6 - Caracterização dos Laços



Legenda:

■ Desenvolvimento de Atividades (50,48%) ■ Comunicação (18,97%)



Legenda:

■ Outra (16,08 %) ■ Recursos Financeiros (5,14%)
■ Recursos Humanos (5,14%) ■ Infraestruturas/Equipamentos (4,18%)

Métricas: Nós: 144; Laços: 323; Densidade: 0.008; Coeficiente de Aglomeração: 0.001; Average Path Length: 4.553
Layout: Yifan Hu; Software: Gephi (V. 0.8.2)
[Percentagens face ao total de ligações na rede]

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Gephi* (V. 0.8.2)

Às comunidades que responderam ao questionário, foi também perguntado se pretendiam manter estas relações no futuro. De facto, existe um propósito claro em manter os laços que identificaram, para cerca de 97% das CSIs em análise.

Em suma, a análise de redes demonstrou a existência de uma rede com um elevado número de componentes desconectadas, com densidade interna limitada e excessivamente dependente de uma organização central. Para além disso, foi possível perceber que diferentes CSIs têm um capital social diferente, ocupam diferentes lugares na rede e, portanto, podem assumir diferentes papéis na disseminação do conhecimento. O capítulo que se segue propõe uma tipologia das CSIs e explora a forma como diferentes CSIs se distinguem tanto ao nível do desenvolvimento de inovação como ao nível do papel que assumem na rede que estabelecem.

CAPÍTULO 8 – TIPOS DE COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS INTENCIONAIS NA EUROPA

A unidade, não a uniformidade, deve ser o nosso objectivo. Alcançamos a unidade apenas através da variedade. As diferenças devem ser integradas, não aniquiladas, não absorvidas.⁹⁴

Mary Parker Follett

8.1 Os Fatores de Diferenciação das Comunidades Sustentáveis Intencionais

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma tipologia das CSIs em análise nesta investigação. Esta etapa constitui também o ponto de partida para a identificação dos estudos de caso que se apresenta no capítulo seguinte. A tipologia foi realizada através da técnica de análise de *clusters* e os critérios para a divisão e classificação das comunidades foram os seus comportamentos de sustentabilidade, ou seja, as práticas sustentáveis que integram no seu quotidiano. Este capítulo consubstancia as fases necessárias para a criação da tipologia e apresenta, num primeiro momento, os os fatores que possibilitam distinguir os diferentes *clusters* de CSIs.

A primeira etapa foi então a análise fatorial (AF) que permitiu diminuir o número de variáveis em análise. Para realizar uma AF é necessário ter em consideração alguns aspetos. Um deles é a natureza das variáveis utilizadas. As variáveis utilizadas para esta análise são de natureza não métrica ordinal, uma vez que refletem o nível de integração quotidiana de práticas de sustentabilidade. A escala ordinal reflete uma ordenação entre as categorias que constituem uma variável. Embora essas medidas sejam frequentemente representadas por números numa escala, esses números possuem o significado de simplesmente indicar uma ordem. Assim, as variáveis são ordenadas em relação ao peso do atributo (Hair *et al.*, 2006). Embora a literatura mais conservadora recomende a utilização de variáveis contínuas ou discretas para a análise fatorial (Figueiredo e Silva, 2010), a sofisticação atual dos *packages* de *software* estatístico, permite realizar este tipo de análise com variáveis categóricas, nomeadamente com as variáveis ordinais (King, 2001).

⁹⁴ Tradução da autora. Original: “Unity, not uniformity, must be our aim. We attain unity only through variety. Differences must be integrated, not annihilated, not absorbed.”

O número de casos também influencia a qualidade dos resultados obtidos através da AF. A literatura sugere que a amostra deve ser superior a 50 casos, embora se aconselhe um mínimo de 100 observações para garantir resultados mais robustos (Hair *et al.*, 2006). Como já foi referido, esta análise foi feita com base nas 103 respostas válidas recebidas através do inquérito por questionário, cumprindo-se assim, o critério de dimensão da amostra. Outro dos aspetos tidos em conta, foi a qualidade das correlações entre variáveis. Para aferir esta qualidade utilizaram-se o teste de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e o teste de *Bartlett* (Pestana e Gageiro, 2008).

Em relação ao KMO, Pestana e Gageiro (2008) afirmam que, quanto mais próximo o valor for de 1, melhor resultado a análise poderá gerar sendo que, valores abaixo de 0,7 são razoáveis, entre 0,8 e 0,9 são bons e entre 0,9 e 1 são muito bons. Neste caso o KMO é 0,808 (tabela 8.1) o que indica que a análise fatorial é boa. O teste de esfericidade de *Bartlett* testa a hipótese nula de a matriz das correlações ser a matriz identidade e deve ser estatisticamente significativa, ou seja, a significância deve ser menor que 0,05 ($p < 0,05$). (Pestana e Gageiro, 2008). Neste caso, a H_0 do teste de esfericidade de Bartlett foi rejeitada e, portanto, valida-se assim o uso da Análise Fatorial. (tabela 8.1).

Tabela 8.1 - KMO e Teste de Bartlett

KAISER-MEYER-OLKIN		0,805
BARTLETT'S TEST OF SPHERICITY	Approx. Chi-Square	949,376
	df	231
	Sig.	0,000

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *SPSS*

Depois de se verificar a adequabilidade da base de dados, foi determinada a técnica de extração de fatores. Neste caso, optou-se pela técnica de componentes principais (ACP) por permitir transformar o conjunto das variáveis em análise num conjunto menor de variáveis independentes – os componentes principais (Moroco, 2003; Pestana e Gageiro, 2008). É importante haver um equilíbrio entre o que se quer como valor explicativo e a parcimónia. Quanto mais componentes forem extraídos, menor é o grau de parcimónia, no entanto, maior é a quantidade total de variância pelos componentes. Por outro lado, quanto menos componentes forem extraídos, maior é o grau de parcimónia, todavia, menor será a quantidade total de variância carregada pelos componentes (Hair *et al.*, 2006).

Apesar de não existir um consenso relativamente ao número de componentes a reter, existem algumas indicações. Para Hill (2000), o número de componentes necessários para descrever os dados pode ser obtido através de um dos seguintes procedimentos, principalmente para análises com menos de 30 variáveis, como é o caso:

- a) O critério de Kaiser porque se o componente apresenta um valor próprio (*eigenvalue*) baixo, significa que contribui pouco para explicar a variância nas variáveis originais;
- b) O *scree plot*, *i.e.*, o gráfico da variância pelo número de componentes, onde os pontos no maior declive são indicativos do número apropriado de componentes a reter (Pestana e Gageiro, 2008);
- c) Adicionalmente, pode utilizar-se o critério da variância acumulada para determinar a quantidade de fatores que devem ser extraídos. Hair *et al.* (2006) sugerem o patamar de 60% como sendo aceitável.

Com base nestas indicações, procedeu-se a uma ACP exploratória, onde não se identificou o número de componentes a reter. Esta escolha prendeu-se com a necessidade de comparar os três critérios identificados acima de modo a escolher, com maior segurança, o número final de componentes. O primeiro passo foi perceber qual era o número de componentes que permitia cumprir o critério da variância acumulada (tabela 8.2).

Na coluna total, os valores próprios (*eigenvalues*) ordenam-se por tamanho. As componentes principais são calculadas por ordem decrescente de importância, isto é, a primeira explica a máxima variância dos dados, a segunda a máxima variância ainda não explicada pela primeira, e assim sucessivamente (Pestana e Gageiro, 2008). Na situação inicial, uma vez que se utilizou o método de extração das componentes principais, a soma dos valores próprios iguala o número de variáveis, neste caso, 22. Para explicar 100% da variância dos dados eram necessárias as 22 componentes. Assim, a proporção da variância explicada por cada componente corresponde ao quociente entre cada valor próprio e a variância total (*ibid.*, 2008). Neste caso, através do critério de Kaiser, foram extraídos 6 componentes que explicam 65,145% da variância total das 22 variáveis iniciais.

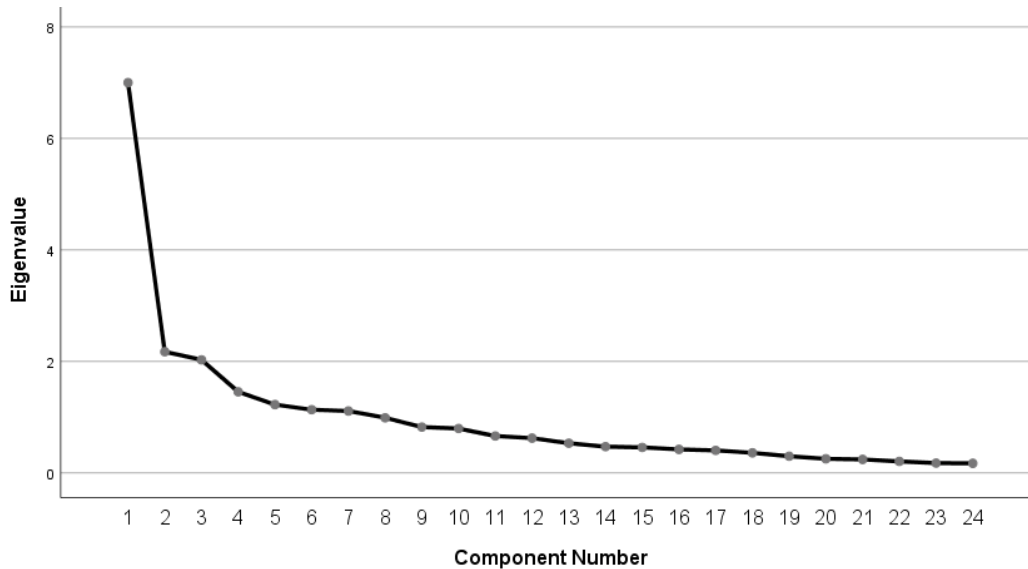
Tabela 8.2 - Variância Explicada e Componentes a Reter Antes e Após Rotação

COMP.	EIGENVALUES INICIAIS			EXTRAÇÃO DA SOMA DOS LOADINGS QUADRADOS			ROTAÇÃO DA SOMA DOS LOADINGS QUADRADOS		
	Total	% Variância	% Cumulativa	Total	% Variância	% Cumulativa	Total	% Variância	% Cumulativa
1	6,583	29,924	29,924	6,583	29,924	29,924	4,157	18,894	18,894
2	2,140	9,728	39,651	2,140	9,728	39,651	2,639	11,994	30,888
3	1,945	8,840	48,492	1,945	8,840	48,492	2,147	9,760	40,648
4	1,362	6,189	54,681	1,362	6,189	54,681	1,971	8,958	49,606
5	1,171	5,322	60,003	1,171	5,322	60,003	1,921	8,733	58,339
6	1,131	5,142	65,145	1,131	5,142	65,145	1,497	6,806	65,145
7	1,066	4,846	69,991						
8	0,843	3,834	73,825						
9	0,778	3,537	77,362						
10	0,683	3,106	80,468						
11	0,645	2,930	83,398						
12	0,530	2,409	85,806						
13	0,461	2,096	87,903						
14	0,433	1,970	89,872						
15	0,410	1,863	91,736						
16	0,401	1,822	93,558						
17	0,318	1,447	95,004						
18	0,263	1,196	96,201						
19	0,252	1,146	97,347						
20	0,228	1,036	98,383						
21	0,181	0,822	99,205						
22	0,175	0,795	100,000						

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *SPSS*

Optou-se ainda para utilizar o *scree plot* para validar visualmente a escolha (figura 8.1), o que permitiu deduzir também a retenção de 5 ou 6 componentes.

Figura 8.1 - Scree Plot



Fonte: Elaboração própria com recurso ao SPSS

De modo a minimizar a superestimação ou subestimação de fatores a reter, os critérios mencionados devem ser utilizados em conjunto. Veja-se o caso aqui apresentado:

- a) Critério 1 (Kaiser) - apenas os fatores que tem *eigenvalue* superior a 1 são retidos. Este critério foi cumprido nesta análise e de acordo com o mesmo devem ser retidos 6 componentes;
- b) Critério 2 (*Scree Plot*) – o *scree plot* mostra a curva da variância individual de cada fator. O número de componentes a reter é estabelecido pelo momento em que a curva se torna horizontal ou sofre uma queda abrupta (ponto de inflexão da curva). Este critério foi cumprido nesta análise e o *scree plot* aponta para 5 ou 6 componentes, ponto de inflexão da curva;
- c) Critério 3 (variância total acumulada) – estabelece que se deve reter o número de componentes que garantem um patamar mínimo de 60% da variância total acumulada. Este critério também foi cumprido nesta análise e, de acordo com o mesmo, a retenção de 6 componentes é adequada, pois são capazes de explicar 65,145% da variabilidade dos dados.

Depois de se verificar a adequabilidade da base de dados e determinar a técnica de extração e o número dos componentes, deve-se decidir o tipo de rotação desejada. O

principal objetivo da rotação dos componentes é facilitar a interpretação dos resultados conservando as suas propriedades estatísticas (Tabachnick e Fidell, 2007). O tipo de rotação utilizado foi o ortogonal com método *Varimax* porque procura minimizar o número de variáveis que apresentam cargas mais elevadas em cada componente (Pallant, 2007). Este método agrupa o número de variáveis com *loadings* elevados num componente, obtendo uma solução na qual cada componente principal, no caso de associação, se aproxima de ± 1 ou de zero na ausência de associação. São considerados significativos os *loadings* superiores a 0,5 (Pestana e Gageiro, 2008). A matriz de componentes rodada é apresentada abaixo⁹⁵ (tabela 8.3).

Tabela 8.3 - Matriz de Componentes após Rotação (15 iterações)

VARIÁVEL	COMPONENTE					
	1	2	3	4	5	6
Desenvolvimento de práticas de permacultura	0,789	-0,086	0,056	0,068	0,279	-0,029
Existência de trocas não monetárias	0,763	0,095	-0,137	0,231	-0,110	0,175
Tomada de decisões fundamentais através da consensualização de posições	0,699	0,470	-0,096	-0,069	0,151	-0,127
Promoção da biodiversidade e regeneração dos ecossistemas	0,596	0,111	0,048	0,453	0,238	-0,099
Preocupação com o consumo de produtos/serviços	0,594	0,201	0,474	0,118	0,060	0,178
Desenvolvimento de atividades para o autofinanciamento da comunidade	0,558	0,093	0,449	-0,037	0,112	0,403
Produção de alimentos orgânicos/biológicos	0,530	0,154	0,176	0,260	0,437	-0,049
Utilização de um método formal para a governança da comunidade	-0,044	0,768	0,155	-0,030	0,109	0,081
Divisão equitativa da terra	0,132	0,680	-0,160	0,362	-0,141	0,030
Partilha dos recursos da comunidade	0,505	0,641	0,036	0,081	0,011	0,080
Gestão coletiva de recursos e atividades	0,580	0,585	-0,054	0,015	0,141	0,005
Existência de um líder	-0,147	-0,305	0,730	0,093	0,048	0,005
Existência de membros com diferentes níveis de compromisso e responsabilidade	0,052	0,363	0,568	0,053	-0,279	-0,160
Dinamização da economia local	0,494	0,181	0,542	0,160	0,123	0,286
Participação ativa de todos os indivíduos nas tarefas quotidianas da comunidade	0,366	0,451	0,463	0,111	0,330	0,053
Limpeza e reabastecimento de fontes e cursos de água	0,057	0,003	0,059	0,804	0,214	0,073
Utilização de energias renováveis	0,242	0,201	0,135	0,687	0,159	0,072

⁹⁵ A matriz de componentes original pode ser consultada no Apêndice F – Matriz de Componentes Original da Análise Fatorial Confirmatória).

Cultivo de alimentos endógenos/endêmicos	0,258	0,090	0,081	0,082	0,756	0,039
Desenvolvimento de práticas de Bio-Construção	0,074	-0,037	-0,084	0,327	0,672	0,040
Utilização de uma moeda alternativa	0,058	0,016	-0,011	0,255	-0,234	0,711
Pagamento de salários ou de um rendimento fixo aos membros a tempo inteiro	0,050	0,075	0,025	-0,050	0,363	0,622
Pagamento de salários ou de rendimentos c/ base no tipo de atividades desenvolvidas	-0,060	0,024	0,451	-0,363	0,085	0,461

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *SPSS*

O componente 1 explica 18,894% da variância dos dados e agrupa várias dimensões. Desde a dimensão mais relacionada com a permacultura e promoção da biodiversidade, às questões relacionadas com as trocas e autofinanciamento, ao processo de tomada de decisão e de produção de alimentos. Considera-se que estas dimensões integram os comportamentos basilares para que uma CSI possa existir. Como foi referido anteriormente, as práticas mais integradas no quotidiano destas comunidades estão relacionadas com a produção de alimentos, com as preocupações ambientais, com o autofinanciamento e com os processos de tomada de decisão. Tudo isto está relacionado não só com os princípios base das CSIs no geral, mas também com a sua prosperidade, a sua possibilidade de ser bem-sucedida. Neste sentido, o componente 1 foi designado por “Prosperidade”.

O componente 2 explica 11,994% da variância dos dados e está essencialmente relacionado com a governança da comunidade, a partilha, a divisão e a gestão de recursos. Esta componente agrega variáveis associadas à sustentabilidade social destas comunidades. No capítulo 6 já se havia defendido que esta dimensão é uma das mais importantes para o sucesso das CSIs mas também uma das mais desafiantes. Todos estes aspetos estão relacionados com a forma como a comunidade é administrada e gerida. Neste sentido, designou-se de “Governança”.

O componente 3 explica 9,760% da variância dos dados e está relacionada com a existência de líderes, com a existência de membros com diferentes níveis de responsabilidade dentro da comunidade e com a sua participação ativa no quotidiano das tarefas. Neste sentido, está associada à forma como as CSIs organizam os seus membros em torno da divisão do trabalho e da responsabilidade. Este componente foi nomeado como “Liderança”.

O componente 4 explica 8,958% da variância dos dados e está relacionado com o cuidado e reutilização das fontes e cursos de água e com o uso de energias renováveis. Estas duas variáveis implicam uma atenção com as fontes de energia que a comunidade utiliza, nomeadamente, através da reutilização de recursos para a geração da mesma e para o impacto ambiental associado. Neste caso, nomeou-se este componente como “Eficiência Energética”.

O componente 5 explica 8,733% da variância dos dados e agrupa as variáveis de bio-construção e de cultivo de alimentos endémicos. A bioconstrução procura usar os materiais existentes no local aproveitando resíduos e minimizando o uso de matérias-primas que necessitem de transporte. Ambas as variáveis refletem uma preocupação com a utilização de recursos locais e com o consumo de produtos cujo circuito de produção, transporte e utilização seja o menor possível, muito assente na lógica de economia circular. A este componente designou-se de “Circuitos Locais”.

O componente 6 explica 6,806% da variância dos dados e remete para a utilização de uma moeda alternativa e para o pagamento de salários aos membros da comunidade. Como foi verificado anteriormente, estas são das dimensões menos integradas no quotidiano destas comunidades e podem ser entendidas como práticas que contribuem para a sua sustentabilidade económica. Quando integradas numa comunidade estas práticas contribuem para a sua sustentabilidade económica e para um maior afastamento das estruturas das sociedades contemporâneas. Portanto, este componente designa-se por “Emancipação Económica”.

8.2 Uma Tipologia(s) de Comunidades Sustentáveis Intencionais

8.2.1 Procedimentos Estatísticos: Análise de Clusters

Após a identificação dos componentes a reter procedeu-se à análise de *clusters* para identificar os tipos de CSIs. Existem três critérios fundamentais que devem ser consideradas na aplicação da análise de *clusters*: qual é a medida da similaridade dos dados, como formar os agrupamentos e quantos grupos formar.

Conforme Hair *et al.* (2006), na análise de *clusters* as características de cada objeto são combinadas em medidas de semelhança, que podem ser de similaridade ou dissimilaridade, para possibilitar a comparação de objetos. Neste caso, escolheu-se a distância euclidiana quadrada. A distância euclidiana é utilizada para calcular medidas

específicas (Pestana e Gageiro, 2008) e quanto mais próximo de zero for a distância euclidiana, mais similares são os objetos comparados (Hair *et al.*, 2006). O procedimento de aglomeração foi uma análise hierárquica em que os casos são agrupados com base nas suas proximidades. Para os procedimentos de aglomeração deve optar-se por um método específico. Nesta investigação utilizou-se o método *Ward*.⁹⁶ Este método origina agrupamentos de dimensões idênticas devido à minimização de variação interna (Malhotra, 2006; Kubrusly, 2001). A forma utilizada para escolher o número de *clusters* foi o visionamento do dendograma, através do *Furthest neighbor* como método de *cluster* e da distância euclidiana quadrada como medida de intervalo. O dendograma é uma representação gráfica na qual os objetos semelhantes, segundo as variáveis estudadas, são agrupados entre si. Da análise do dendograma retiraram-se quatro *clusters* de CSIs com características homogêneas face às dimensões latentes extraídas da ACP.⁹⁷

Dada a decisão de se reterem quatro *clusters*, solicitou-se ao *software* que guardasse essa solução. Assim, o *cluster* 1 inclui 44 casos, o *cluster* 2 tem 10 casos, o *cluster* 3 tem 33 casos e o *cluster* 4 tem 13 casos.

Após a divisão dos casos em diferentes grupos é necessário verificar como é que os diferentes *clusters* se comportam face aos componentes extraídos na ACP. Para tal, fez-se o teste da ANOVA para esses componentes. A ANOVA é uma análise de variância que tem como objetivo comparar a média de população amostral e assim identificar se essas médias diferem significativamente entre si. A análise de variância pode determinar se as médias de três ou mais grupos são diferentes (Pestana e Gageiro, 2008). Neste caso, optou-se por realizar esta análise para perceber se os *clusters* variam nos componentes extraídos.

⁹⁶ Segundo Hair *et al.* (2006), o método de Ward consiste num procedimento de agrupamento hierárquico no qual a medida de similaridade usada para juntar agrupamentos é calculada como a soma de quadrados entre os dois agrupamentos feita sobre todas as variáveis.

⁹⁷ O cronograma de aglomeração é um resumo numérico da solução do cluster. Uma boa solução de cluster vê um salto repentino (*gap*) no coeficiente de distância. A solução antes da lacuna indica a boa solução. A análise da tabela também indica uma solução de 4 clusters. No entanto, apresenta-se como pouco satisfatória como solução, porque não existe uma classificação forte. A recomendação é utilizar uma solução usando *complete linkage* (*Furthest neighbor*) como o método de cluster. Procedeu-se então à utilização dessa solução e pela leitura do dendograma (Apêndice J) mantém-se a escolha dos 4 clusters e portanto, todas as considerações e opções identificadas anteriormente se mantêm válidas. O dendograma deriva da escolha do *Furthest neighbour* como método de *cluster* e da distância euclidiana quadrada como medida de intervalo.

Tabela 8.4 - Análise da ANOVA

COMPONENTES EXTRAÍDOS		SOMA DOS QUADRADOS	DF	MÉDIA QUADRADA	F	SIG.
Prosperidade	Entre grupos	30,820	3	10,273	15,177	0,000
	Dentro dos grupos	64,984	96	0,677		
	Total	95,804	99			
Governança	Entre grupos	32,537	3	10,846	16,050	0,000
	Dentro dos grupos	64,870	96	0,676		
	Total	97,407	99			
Liderança	Entre grupos	31,238	3	10,413	14,268	0,000
	Dentro dos grupos	70,057	96	0,730		
	Total	101,295	99			
Eficiência Energética	Entre grupos	32,852	3	10,951	15,595	0,000
	Dentro dos grupos	67,409	96	0,702		
	Total	100,261	99			
Circuitos Locais	Entre grupos	4,595	3	1,532	1,565	0,203
	Dentro dos grupos	93,957	96	0,979		
	Total	98,553	99			
Emancipação Económica	Entre grupos	25,667	3	8,556	11,817	0,000
	Dentro dos grupos	69,506	96	0,724		
	Total	95,173	99			

Fonte: Elaboração própria com recurso ao SPSS

A tabela 8.4 mostra o teste de hipóteses à diferença entre os *clusters* identificados nas componentes extraídas. É possível perceber que o nível de significância estatística, em 5 dos 6 componentes em análise é 0,000 ($<0,05$) e, portanto, rejeita-se a hipótese nula, o que significa que os *clusters* são diferentes em relação à prosperidade, governança, liderança, eficiência energética e emancipação económica. A análise da variância permitiu também perceber que os clusters não diferem de forma estatisticamente significativa no que diz respeito aos circuitos locais ($sig = 0,203$).

Dado que se verificou que os *clusters* são diferentes em 5 dos 6 componentes em análise, a tabela 8.5 mostra a média de cada um desses componentes e qual o desempenho de cada *cluster*. Este desempenho torna-se mais fácil de compreender através da sua visualização gráfica (figura 8.2).

Tabela 8.5 - Estatística Descritiva dos Clusters

COMPONENTES EXTRAÍDOS	CLUSTERS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Prosperidade	1	-0,2161544	0,96652939
	2	-1,2039675	0,47473606
	3	0,3613250	0,81312840
	4	0,8766906	0,36836239
Governança	1	-0,2154455	0,83840528
	2	-1,4330037	0,73879431
	3	0,5409660	0,85769089
	4	0,1820787	0,71832725
Liderança	1	0,5980790	0,90336481
	2	-0,6847014	0,80318809
	3	-0,2429941	0,75462418
	4	-0,8258925	0,95470148
Eficiência Energética	1	0,4208994	0,89630822
	2	-0,6058844	0,84868051
	3	-0,6964798	0,85929697
	4	0,6459165	0,47897866
Circuitos Locais	1	0,0742074	1,07412718
	2	-0,0166511	0,73264569
	3	-0,2446314	1,03359726
	4	0,4277611	0,66639264
Emancipação Económica	1	-0,2868415	0,95475363
	2	0,3474817	0,71697394
	3	-0,2450055	0,79445737
	4	1,2052015	0,67611390

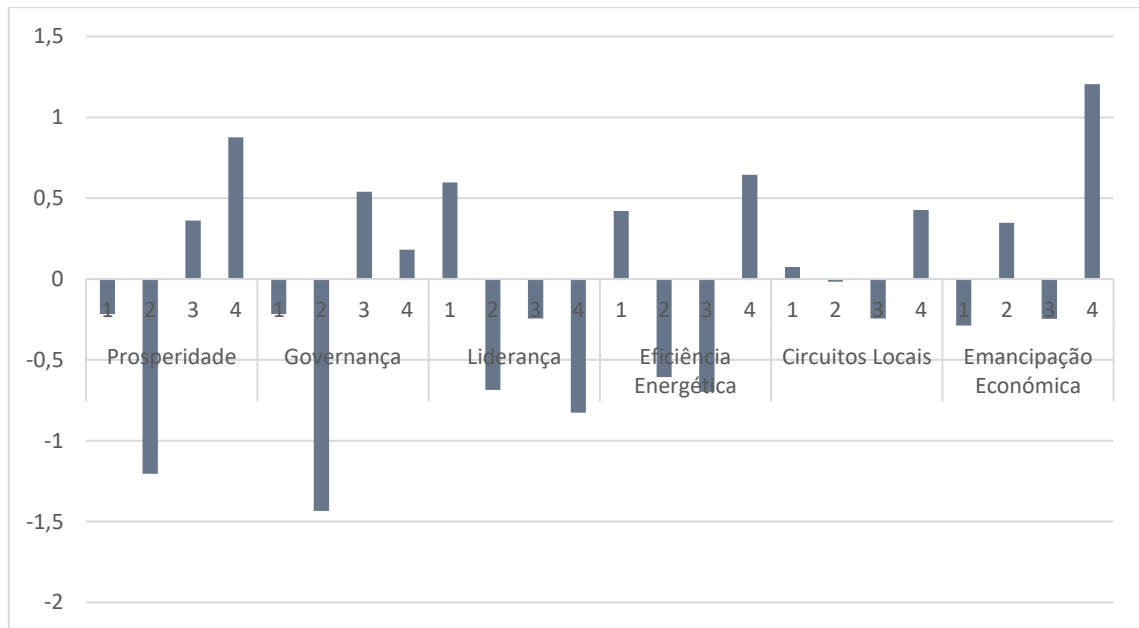
Fonte: Elaboração própria com recurso ao *SPSS*

Neste sentido, o *cluster* 3 e 4 estão acima da média na prosperidade, destacando-se o *cluster* 4 que se situa bastante acima da média. O *cluster* 1 e 2 apresentam desempenhos abaixo da média nesta dimensão. Em relação à governança mantém-se a tendência identificada na dimensão da prosperidade, ou seja, o *cluster* 1 e 2 com desempenhos abaixo da média e o *cluster* 3 e 4 acima da média. No caso da liderança apenas o *cluster* 1 tem um desempenho acima da média. Ao nível da eficiência energética os *clusters* 1 e 4 apresentam desempenhos acima desta média e os *clusters* 2 e 3 encontram-se abaixo da média. Como já tinha sido mencionado, os *clusters* não são significativamente diferentes na dimensão dos circuitos locais. Assim, embora os *clusters* 1 e 4 estejam acima da média e os *clusters* 2 e 3 se situem abaixo, todos revelam desempenhos relativamente próximos. Por fim, na dimensão caracterizada como

emancipação económica os *clusters* 2 e 4 apresentam desempenhos acima da média e os *clusters* 1 e 3 situam-se abaixo.

A representação gráfica abaixo (figura 8.2) permite uma comparação mais imediata do desempenho dos diferentes *clusters* nos componentes extraídos.

Figura 8.2 - Desempenho dos *Clusters* nos Componentes



Fonte: Elaboração própria

Através do gráfico é possível perceber que:

O *cluster* 1 situa-se ligeiramente abaixo da média na prosperidade, governança e emancipação económica. Por outro lado, apresenta desempenhos superiores à média nas dimensões da eficiência energética e da liderança. A eficiência energética está diretamente relacionada com a sustentabilidade ambiental e a liderança com a existência de um líder específico, mas também com a existência de membros com diferentes níveis de responsabilidade. É importante referir que a liderança nestas comunidades não está, muitas vezes, associada à obediência, mas sim à existência de um fundador (ou grupo de fundadores) que têm uma visão específica ou uma orientação espiritual que baliza o desenvolvimento da comunidade. Isto significa que este conjunto de CSIs incorpora práticas de sustentabilidade ambiental com uma dimensão espiritual sob a qual consolidam o seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Este cluster denomina-se “Comunidades Híbridas de Desenvolvimento” (C.H.D).

O *cluster 2* apresenta desempenhos abaixo da média em todos os fatores em análise com exceção da emancipação económica. Os fatores com pior desempenho são a prosperidade e a governança. São essencialmente, comunidades mais recentes que ainda estão no início da sua atividade. Uma análise mais detalhada das características destas comunidades devido, principalmente, ao seu desempenho na emancipação económica, permitiu perceber que são CSIs onde as práticas de atividades de autofinanciamento estão muito integradas no quotidiano. A explicação para estes desempenhos pode estar relacionada com um método de fundação mais planeado (uma vez que têm acesso aos sucessos e erros de outras comunidades já estabelecidas), em que se reconhece a importância de sustentabilidade económica para alavancar todas as restantes atividades. Devido a estas especificidades este cluster foi nomeado “Comunidades Emergentes” (C.E).

O *cluster 3* encontra-se ligeiramente abaixo da média nos fatores de emancipação económica, liderança e circuitos locais. O fator com pior desempenho é o da eficiência energética. Os fatores de prosperidade e governança estão acima da média. Estes fatores estão relacionados com as dimensões basilares ao desenvolvimento e organização da comunidade, nomeadamente, na dimensão social. Neste sentido, este grupo intitula-se “Comunidades de Pertença” (C.P).

O *cluster 4* apresenta quase todos os fatores acima da média com exceção da liderança. Onde tem melhor desempenho é na emancipação económica e na prosperidade, seguindo-se a eficiência energética. Devido a este desempenho acima da média em todos os fatores e simultaneamente, a uma lacuna na liderança, este *cluster* foi denominado “Comunidades Anárquicas Dinâmicas” (C.A.D).

O desempenho dos diferentes *clusters* nas dimensões latentes em análise está sistematizado na tabela 8.6.

Tabela 8.6 - Dimensões Latentes e Performances Comparativas dos Clusters

	PROSPERIDADE	GOVERNANÇA	LIDERANÇA	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	CIRCUITOS LOCAIS	EMANCIPAÇÃO ECONÓMICA
Melhor performance	C.A.D	C.P	C.H.D	C.A.D	C.A.D	C.A.D
Segundo Classificado	C.P	C.A.D	C.P	C.H.D	C.H.D	C.E
Abaixo da média	C.H.D	C.H.D	C.E	C.E	C.E	C.P
A necessitar melhorar	C.E	C.E	C.A.D	C.P	C.P	C.H.D

Fonte: Elaboração própria

Embora já tenha sido possível perceber como é que os diferentes tipos de CSIs se comportam nos componentes extraídos, é necessário compreender, de forma mais aprofundada, como é que estes grupos se comportam nas outras variáveis, nomeadamente ao nível das práticas de inovação e dos mecanismos de reciprocidade. Para tal, realizaram-se análises de tabulações cruzadas, o que permitiu compreender a relação entre duas ou mais variáveis.

8.2.2 Caracterização dos Clusters

As especificidades de contexto

As primeiras dimensões analisadas foram as variáveis de contexto, aquelas que permitem caracterizar as comunidades em termos da sua localização, do seu estatuto jurídico, do seu tempo de existência e da sua dimensão (tabela 8.7). Neste caso, depende-se através do *p-value* (sig.), que em todas as variáveis, com exceção das regiões europeias não existem diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters*. No entanto, a estatística é dinâmica e por vezes implica uma análise mais detalhada para explorar as diferenças (Pestana e Gageiro, 2008). Assim, apesar de não ser possível rejeitar a hipótese nula de os *clusters* serem iguais nestas variáveis, existem pequenas diferenças que importa salientar e que ficam visíveis através da leitura das percentagens.

Tabela 8.7 - Caracterização dos Clusters por Contexto

DIMENSÃO	VARIÁVEL	COM. HÍBRIDAS DE DESENVOLVIMENTO	COM. EMERGENTES	COM. DE PERTENÇA	COM. ANÁRQUICAS DINÂMICAS	SIG
Contexto	Rural	81,8%	100%	69,7%	92,3%	0,309
	Urbano	6,8%	0%	6,1%	0%	
	Ambos	11,4%	0%	15,2%	7,7%	
	Outro	0%	0%	9,1%	0%	
Estatuto Jurídico	Associação	43,2%	70%	33,5%	53,8%	0,193
	Cooperativa	18,2%	30%	33,3%	15,4%	
	Fundação	13,6%	0%	6,1%	0,0%	
	Grupo Informal	4,5%	0%	12,1%	23,1%	
	Empresa	6,8%	0%	0%	0%	
	Outro	13,6%	0%	15,2%	7,7%	
Nº residentes	Pequena dimensão	63,6%	80%	54,5%	76,9%	0,504
	Média dimensão	13,6%	10%	27,3%	15,4%	
	Grande dimensão	22,7%	10%	18,2%	7,7%	
Área (ha)	Até 30 hectares	69,0%	80%	77,4%	76,9%	0,893
	31 a 80 hectares	11,9%	0%	12,9%	15,4%	

	81 a 150 hectares	4,8%	10%	3,2%	0%	
	Mais de 150 hectares	14,3%	10%	6,5%	7,7%	
Tempo de existência	Recém-criadas	50%	40%	24,2%	38,5%	0,153
	Jovens	27,3%	50%	54,5%	30,8%	
	Adultas	22,7%	10%	15,2%	30,8%	
	Maduras	0%	0%	6,1%	0%	
Região Europeia ⁹⁸	Europa Oriental	9,1%	40%	0%	0%	0,001
	Europa do Norte	22,7%	10%	42,4%	15,4%	
	Europa do Sul	50,0%	40%	24,2%	53,8%	
	Europa Ocidental	18,2%	10%	33,3%	30,8%	

Fonte: Elaboração própria

As “comunidades híbridas de desenvolvimento” estão majoritariamente localizadas em contextos rurais, tal como acontece com todas as comunidades em análise. Ao nível do estatuto jurídico, embora cerca de 43% sejam associações privadas sem fins lucrativos, também existem 18,2% de cooperativas e aproximadamente 14% de fundações. Em relação ao número de residentes, tal como acontece em todos os *clusters*, a maioria das comunidades híbridas de desenvolvimento são de pequena dimensão embora existam cerca de 23% de grande dimensão. A mesma tendência se verifica ao nível da dimensão da área que têm disponível onde 69% têm até 30 hectares e 14,3% com mais de 150 hectares. Cerca de 50% são comunidades recém-criadas, com no máximo 10 anos de existência, cerca de 28% têm entre 11 a 30 anos e cerca de 23% são comunidades adultas. 50% destas comunidades situa-se na Europa do Sul, cerca de 23% na Europa do Norte e 18,2% na Europa Ocidental.

Em relação às “comunidades emergentes”, situam-se todas em contextos rurais, a grande maioria são associações privadas sem fins lucrativos e 30% são cooperativas. 80% são de pequena dimensão tendo entre 1 a 35 membros e 80% têm territórios com menos de 30 hectares. Ao nível do tempo de existência, 50% são jovens e têm entre 11 a 30 anos de existência e 40% são recém-criadas, o que acaba por justificar o nome atribuído a este *cluster*. Por fim, 40% situa-se na Europa Oriental – sendo que é o único cluster que se destaca nesta região da Europa – e 40% situa-se na Europa do Sul.

Cerca de 70% das “comunidades de pertença” também se situam em contextos rurais e na maioria são associações privadas sem fins lucrativos (33,5%) e cooperativas (33,3%). A tendência da dimensão mantém-se, no sentido em que a maioria são de

⁹⁸ Os países foram agrupados e classificados de acordo com a divisão da Organização das Nações Unidas, disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>

pequena dimensão. No entanto, 27,3% são de média dimensão e 18,2% têm mais do que 76 membros. Ao nível da dimensão do território a tendência geral também se mantém e a maioria desenvolve as suas atividades em territórios pequenos. Ao nível do tempo de existência, a maioria são comunidades jovens, com entre 11 a 30 anos de existência, 24,2% são recém-criadas, 15,2% são comunidades adultas e 6,1% são comunidades maduras com mais do que 50 anos de existência, o que pode corroborar a importância da dimensão social para a longevidade das comunidades. É o único *cluster* onde existem comunidades com tantos anos de existência o que sublinha a importância da dimensão social e da componente “prosperidade” para a longevidade destas comunidades. Não existem comunidades deste tipo na Europa Oriental e 42,4% estão situadas na Europa do Norte, 33,3% na Europa Ocidental e 24,2% na Europa do Sul.

Por fim, as “comunidades anárquicas dinâmicas” estão na sua maioria em contextos rurais, e embora a maioria também sejam associações, destaca-se a percentagem de grupos informais (23,1%), corroborando a ideia anárquica deste *cluster*. A grande maioria são comunidades de pequena dimensão, 15,4% são de média dimensão e 7,7% são de grande dimensão. Ao nível da área disponível mantém-se a tendência verificada anteriormente e a maioria desenvolvem as suas atividades em territórios com menos de 30 hectares. Ao nível do tempo de existência existe uma dispersão equitativa entre as comunidades recém-criadas (38,5%), comunidades jovens (30,8%) e adultas (30,8%). A maioria destas comunidades situa-se na Europa do Sul (53,8%) embora exista uma % considerável deste tipo de comunidades na Europa Ocidental (30,8%).

Em suma, uma análise mais profunda que foi para além da significância estatística permitiu apurar as principais diferenças entre os tipos de comunidades. Em primeiro lugar, importa destacar que as que têm atraído mais membros e, portanto, têm uma maior dimensão são as “comunidades de pertença” e as “comunidades híbridas de desenvolvimento”. Isto pode indicar que fatores como a eficiência energética, a sustentabilidade social, a liderança descentralizada e o foco no desenvolvimento pessoal são potenciais fatores de atratividade nestas CSIs.

Como já foi referido, estas comunidades têm tendência para ter uma baixa taxa de sobrevivência (Bates, 2003). As únicas comunidades em análise que são consideradas maduras, ou seja, com mais de 50 anos de existência, são as classificadas como “comunidades de pertença”. Estes dados estão diretamente alinhados com a literatura que

identifica a ligação com as comunidades locais, a força e a qualidade dos laços sociais e a existência de redes de colaboração como fatores cruciais para o sucesso e longevidade das CSIs (Penha-Lopes e Henfrey, 2019; Feola e Nunes, 2014).

Ao nível do estatuto jurídico, as “comunidades anárquicas dinâmicas” estão muito associadas a grupos informais ao passo que nas “comunidades emergentes” não existem taxas de informalidade. Este último fator consolida a ideia de que estas comunidades mais recentes e com desempenhos abaixo da média em todos os componentes com exceção da emancipação económica tendem a apostar na sua formalização, possivelmente, para conseguirem aceder a fundos de apoio e outros mecanismos de investimento que lhes permitam desenvolver as suas atividades.

Especificidades no desenvolvimento de inovação

Um dos principais objetivos deste estudo é perceber as tendências de inovação social das CSIs da Europa. Neste sentido, procurou-se perceber como é que os diferentes *clusters* se comportam nas variáveis de inovação. Em relação ao desenvolvimento de práticas de inovação, 75% das “comunidades híbridas de desenvolvimento” afirmam desenvolvê-las, tal como 75,8% das “comunidades de pertença” e 76,9% das “comunidades anárquicas dinâmicas”. Pelo contrário, apenas 40% das “comunidades emergentes” afirma desenvolver inovação. Isto mostra que comunidades mais estabelecidas, em fases mais adiantadas do seu desenvolvimento, tendem a disponibilizar mais recursos e tempo à inovação.

O desenvolvimento de inovação implica um conjunto de condições que podem facilitar ou limitar a sua emergência. A tabela 8.8 mostra como os diferentes tipos de comunidades se distinguem face a um conjunto de fatores facilitadores e de obstáculos.

Tabela 8.8 - Obstáculos e Facilitadores de Inovação por Cluster

DIMENSÃO	VARIÁVEL	COM. HÍBRIDAS DE DESENVOLVIMENTO	COM. EMERGENTES	COM. DE PERTENÇA	COM. ANÁRQUICAS DINÂMICAS	SIG.
Obstáculos sentidos no desenvolvimento de práticas de inovação (% 's de respostas afirmativas)	Identificar as necessidades que precisam de ser colmatadas	13,30%	33,30%	21,70%	12,50%	0,724
	Promover o envolvimento dos membros da comunidade	50%	66,70%	56,50%	25%	0,436
	Promover o envolvimento dos indivíduos exteriores à comunidade	46,70%	33,30%	21,70%	37,50%	0,317
	Não existe necessidade de desenvolver práticas de inovação	0%	33,00%	0%	0%	0
	Investimentos em inovação são muito arriscados	16,70%	0%	0%	0%	0,105
	Investimentos em inovação são muito dispendiosos	26,70%	33,30%	43,50%	37,50%	0,643
	Acesso a fontes de financiamento para atividades de inovação	40%	66,70%	47,80%	50%	0,796
	Acesso a infraestruturas para o desenvolvimento de inovação	26,70%	0%	13%	37,50%	0,329
	Estrutura legal	36,70%	33,30%	39,10%	25%	0,912
	Falta de facilitadores	10%	66,70%	21,70%	12,50%	0,082
	Falhas na colaboração com agentes de conhecimento	13,30%	33,30%	8,70%	12,50%	0,679
	Dificuldades em transferir e receber conhecimento	13,30%	66,70%	21,70%	25%	0,17
	Redes de partilha de conhecimento pouco estruturadas	13,30%	0%	8,70%	25%	0,595
	Conhecimento de diferentes ferramentas e/ou capacidades de gestão	0%	0%	4,30%	12,50%	0,321
Facilitadores para o desenvolvimento de práticas de inovação (% 's de respostas afirmativas)	Envolvimento dos membros da comunidade	80%	100%	87%	75%	0,703
	Apoio de agentes de conhecimento	16,70%	0%	13%	62,50%	0,014
	Apoio dos órgãos de governança (nacionais, regionais e/ou locais)	46,70%	33,30%	13%	50%	0,057
	Existência de programas de apoios	33,30%	33,30%	17,40%	62,50%	0,124
	Facilidade a aceder a programas de financiamento europeu	40%	0%	17,40%	37,50%	0,196
	Colaboração com outras instituições	26,70%	0%	34,80%	37,50%	0,59
	Existência de uma estrutura de investimentos	16,70%	0%	8,70%	25%	0,573
	Clima político	16,70%	33,30%	4,30%	50%	0,026

Fonte: Elaboração própria

Ao nível dos obstáculos, a maioria das “comunidades híbridas de desenvolvimento” destaca a dificuldade em promover o envolvimento dos membros da comunidade e dos indivíduos exteriores à comunidade. As “comunidades emergentes” são as que identificam um conjunto mais alargado de dificuldades, nomeadamente o envolvimento dos membros da comunidade, as dificuldades no acesso a fontes de financiamento para atividades de inovação, a falta de facilitadores e dificuldades em transferir e receber conhecimento. As “comunidades de pertença” também identificam o envolvimento dos membros da comunidade como o maior obstáculo, bem como, dificuldades de acesso a fontes de financiamento para atividades de inovação. As “comunidades anárquicas dinâmicas” são as que identificam menos dificuldades, no entanto destacam-se as dificuldades de acesso a fontes de financiamento para atividades de inovação.

Em relação aos facilitadores, a maioria das comunidades, em todos os *clusters*, destacam o envolvimento dos membros da comunidade como o principal indutor de práticas de inovação. As “comunidades híbridas de desenvolvimento” também destacam o apoio dos órgãos de governança (nacionais, regionais e/ou locais). As “comunidades emergentes” dividem-se entre o clima político, o apoio dos órgãos de governança (nacionais, regionais e/ou locais) e a existência de programas de apoio. Cerca de 35% das “comunidades de pertença” sublinham a colaboração com outras instituições. As “comunidades anárquicas dinâmicas” consideram importantes todos os facilitadores, destacando-se o apoio das universidades públicas, centros de investigação e/ou outros agentes de conhecimento e a existência de programas de apoio.

As práticas de inovação que são desenvolvidas pressupõem a melhoria de determinadas áreas da vida da comunidade. A tabela 8.9 mostra as áreas melhoradas em cada *cluster*.

Tabela 8.9 - Áreas Melhoradas pelas Práticas de Inovação por Cluster

		COM. HÍBRIDAS DE DESENVOLVIMENTO	COM. EMERGENTES	COM. DE PERTENÇA	COM. ANÁRQUICAS DINÂMICAS	SIG.
Áreas melhoradas (%'s de respostas afirmativa)	Educação e formação	86,7%	66,7%	82,6%	87,5%	0,814
	Emprego	36,7%	100,0%	47,8%	25,0%	0,124
	Rendimento	43,3%	33,3%	39,1%	25,0%	0,817
	Saúde mental e bem-estar	60,0%	66,7%	78,3%	75,0%	0,534
	Saúde física	40,0%	33,3%	52,2%	75,0%	0,318

Inclusão social e integração cultural	70,0%	100,0%	60,9%	100,0%	0,125
Competitividade e empreendedorismo	30,0%	66,7%	17,4%	25,0%	0,301
Alojamento	23,3%	66,7%	26,1%	25,0%	0,449
Cooperação e colaboração	60,0%	100,0%	82,6%	75,0%	0,202
Participação democrática	36,7%	100,0%	65,2%	37,5%	0,051
Igualdade	40,0%	100,0%	47,8%	62,5%	0,196
Empoderamento	76,7%	100,0%	87,0%	87,5%	0,611

Fonte: Elaboração própria

Todas as comunidades consideram que houve melhorias significativas nas seguintes áreas: educação e formação – o que seria expectável uma vez que, na generalidade, se trata de comunidades de aprendizagem e de prática (Temesgen, 2020); da saúde mental e bem-estar, também identificado como um dos contributos que estas comunidades têm para os seus membros (Hall, 2015); na inclusão social e integração cultural, principalmente através de modos de governança horizontais e participativos (Joubert e Alfred, 2007); no empoderamento que é considerado uma dimensão que contribui para o sucesso e longevidade das CSIs (Feola e Nunes, 2014); e por fim, na cooperação e colaboração também um fator de sucesso identificado na literatura (Penha-Lopes e Henfrey, 2019).

Olhando para os diferentes tipos é percebe-se que as “comunidades híbridas de desenvolvimento” consideram que melhoraram essencialmente a educação e formação, o empoderamento e a inclusão social e integração cultural. Das áreas onde este tipo de CSIs afirma ter tido menos melhorias destacam-se a participação democrática e a igualdade, o que pode estar relacionado com o forte peso do componente de “liderança” neste *cluster*. Mais de 80% das “comunidades de pertença” melhoraram a educação e formação, a cooperação e colaboração e o empoderamento. Em relação às “comunidades anárquicas dinâmicas”, todas melhoraram na dimensão da inclusão social e integração cultural, e quase 90% melhoraram a educação e o emprego e o empoderamento. A totalidade das comunidades classificadas como “emergentes” também destacam melhorias nestas áreas com particular destaque para o emprego o que consolida a ideia da procura de emancipação económica deste tipo de comunidades.

Especificidades de papéis na rede

Como se viu no capítulo anterior, a difusão e mudança de escala das práticas de inovação necessita de mecanismos de reciprocidade. Importa, portanto, perceber se existem diferenças nos papéis que as comunidades de cada *cluster* desempenham na rede que estabelecem entre si. De forma genérica, foi possível aferir que existem dois tipos de comunidades que estabelecem mais frequentemente redes de colaboração: 72,1% das “comunidades híbridas de desenvolvimento” e 71,9% das “comunidades de pertença”. Ou seja, à semelhança do que se verificou no desenvolvimento de inovação, existe uma maior tendência para comunidades mais estabelecidas e mais antigas apostarem na cooperação com outras entidades. Das “comunidades anárquicas dinâmicas” apenas 46,2% participa em redes e no caso das “comunidades emergentes” esta % diminui para 30%.

Foi também possível perceber que existem diferenças relativamente ao papel que cada um dos tipos de CSIs identificados desempenha na rede analisada anteriormente. Em primeiro lugar, importa referir que não existe um tipo de comunidade que desempenhe apenas um papel, tal como não existem grupos que desempenhem todos os papéis simultaneamente.

De forma mais específica, as “comunidades híbridas de desenvolvimento” assumem, na sua maioria (62%), um papel central na rede. Esta centralidade é, fundamentalmente, uma centralidade de grau. Ou seja, estas comunidades são as que têm um maior número de ligações reportada com outros atores da rede. Para além disso, uma percentagem significativa (23%) destas CSIs também apresenta valores elevados de centralidade de proximidade. Isto significa que o papel destas comunidades na rede é de influência pois, por um lado, têm muitas ligações e, portanto, estão em posição de dispersar a informação que circula na rede para outros atores e, por outro lado, têm maior autonomia e estão mais próximos de vizinhos bem conectados. Isto significa que as “comunidades híbridas de desenvolvimento” são atores estruturais tanto para o acesso como para a disseminação de conhecimento e de informação.

Outro tipo de comunidade que tem um papel muito importante na rede – no que diz respeito à reciprocidade necessária para a disseminação e escalabilidade da inovação – são as “comunidades de pertença”. Estas, dividem-se entre aquelas que desempenham um papel de intermediação (51%) e as que têm valores elevados de centralidade de vetor

próprio (49%). Neste sentido, estas CSIs funcionam como *gatekeepers* que conectam atores que de outra forma não teriam ligação (os tais, buracos estruturais). Como já foi explicado, estes intermediários são cruciais para a inovação porque é principalmente através destas comunidades que se introduz criatividade e novidade na rede. O facto de se dividirem entre a intermediação e o vetor próprio faz sentido porque são medidas de centralidade que estão relacionadas (Bonacich, 1972). Para além disso, são também comunidades que podem não ter muita centralidade de grau mas que, com a sua centralidade de vetor, acabam por estar conectadas a outros nós importantes.

As “comunidades emergentes” por sua vez são essencialmente CSIs periféricas (80%) que não estão conectadas à componente principal. Isto significa que este grupo privilegia relações mais frequentes com atores territorialmente mais próximos e criam pequenos *hubs* regionais. Embora não tenham tanto acesso à informação que circula na componente principal da rede, acabam por ser mais resilientes a eventuais choques que ocorram no núcleo da rede. Por fim, as “comunidades anárquicas dinâmicas” também ocupam, na sua maioria (69%), este papel periférico. Contudo, existem algumas CSIs deste *cluster* que também desempenham um papel de intermediação.

Este capítulo permitiu identificar diferentes tipos de CSIs e perceber as suas características. O capítulo que se segue apresenta os estudos de caso de uma comunidade representante de cada tipo.

CAPÍTULO 9 – SIGNIFICADOS DE SUSTENTABILIDADE, PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÕES SOBRE A TRANSIÇÃO

Não nos é pedido que subscrevamos qualquer utopia ou que acreditemos num mundo perfeito ao virar da esquina. Pedem-nos que sejamos pacientes e que avancemos de forma tímida e lenta no percurso, e que estejamos prontos para cada passo em frente, à medida que se torna praticável. É-nos pedido que nos dotemos de coragem, esperança, prontidão para o trabalho árduo, e que acalentemos grandes e generosos ideais.⁹⁹

Emily Greene Balch

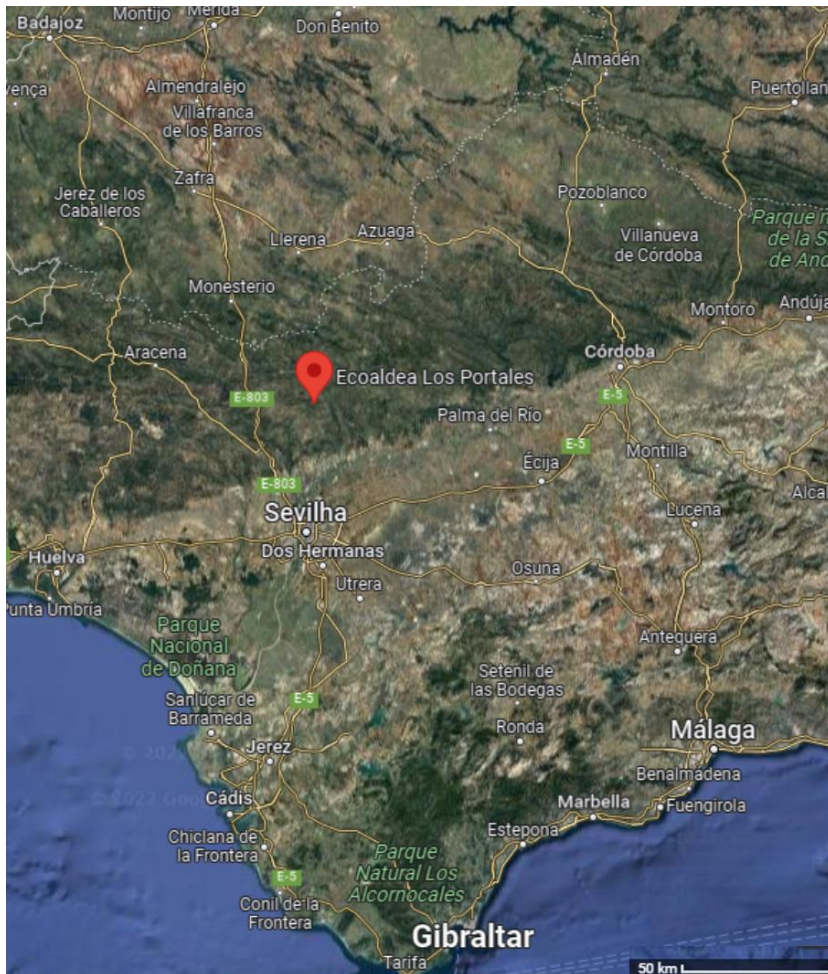
9.1 Uma Comunidade Híbrida de Desenvolvimento: Los Portales

9.1.1 Apresentação de Los Portales

O representante do *cluster* nomeado “Comunidades Híbridas de Desenvolvimento” foi Los Portales – uma comunidade intencional situada na Andaluzia, em Espanha, a cerca de 55km de Sevilha (figura 9.1). Esta CSI está localizada num território rural com cerca de 200 hectares e atualmente tem 40 membros a residir a tempo inteiro. É uma associação privada sem fins lucrativos que pretende ser um local de desenvolvimento em constante evolução e reestruturação e que tem como principal missão ser flexível o suficiente para ir respondendo às necessidades globais e individuais de mudança. Neste sentido, o *modus operandi* da comunidade remete para três dimensões principais: a ambiental, a social e a de desenvolvimento pessoal.

⁹⁹ Tradução da autora. Original: “We are not asked to subscribe to any utopia or to believe in a perfect world just around the corner. We are asked to be patient with necessarily slow and groping advance on the road forward, and to be ready for each step ahead as it becomes practicable. We are asked to equip ourselves with courage, hope, readiness for hard work, and to cherish large and generous ideals.”

Figura 9.1 - Localização de Los Portales



Fonte: Google Maps

Embora tenha sido fundada em 1984, os trabalhos preparatórios para a formalização da comunidade surgiram em 1987 em Bruxelas, através de um grupo de cidadãos que se começaram a reunir para trabalhar de forma profunda no seu desenvolvimento pessoal. Inspirados pela psicologia *Junguiana*¹⁰⁰ e orientados por profissionais de psicologia começaram a desenvolver sessões conjuntas de terapia fundamentadas na “análise dos sonhos”. A fundadora da comunidade era uma terapeuta de origem *Junguiana* que tinha viajado e visitado vários grupos étnicos que atribuíam grande importância aos sonhos e que tinham sido estudados por antropólogos. O que a fundadora percebeu era que estes grupos tendiam a ser mais pacíficos porque o trabalho com os sonhos tinha um efeito de regulação emocional do grupo. Esta importância dada aos sonhos tinha tido início nos finais dos anos 70 na Bélgica e não tinha como propósito

¹⁰⁰ Também conhecida como psicologia analítica e desenvolvida Carl G. Jung tem como principal propósito ajudar o paciente a encontrar a sua verdadeira essência, ou seja, aquilo que o paciente realmente é, e procura estabelecer uma ligação entre a essência do indivíduo e a forma como a mesma se materializa na sociedade e ambiente envolvente.

inicial a criação de uma CSI, mas sim a constituição de um grupo de trabalho para o desenvolvimento pessoal. Nessa altura, o grupo era constituído por cerca de 15 pessoas que se juntavam semanalmente para partilhar os seus sonhos.

Os fundadores desta CSI acreditam que a partilha coletiva dos sonhos individuais permite identificar os medos, preocupações e potencialidades que se manifestam no inconsciente. Esta partilha é uma forma dos indivíduos se apresentarem ao coletivo o que, conseqüentemente, auxilia os restantes membros a melhor compreenderem determinadas atitudes e comportamentos. Para os membros de Los Portales, esta prática, que impulsionou a fundação da comunidade, é uma das principais razões para o sucesso da comunidade:

E quando penso nisso agora, apercebi-me de que o que fizemos foi realmente construir um espírito comunitário naquele momento, e depois veio a verdadeira comunidade. Mas acima de tudo, foi criar este vínculo muito profundo, porque estávamos a partilhar a parte mais pessoal de nós próprios através dos nossos sonhos. Não estávamos interessados em criar uma comunidade ou em criar uma ecoaldeia, apenas queríamos ter uma melhor compreensão de nós próprios através do trabalho dos sonhos.¹⁰¹ (Entrevistado 1, membro fundador, 38 anos de residência)

Esta comunidade não foi criada porque as pessoas queriam viver numa comunidade. Esta comunidade foi criada porque as pessoas queriam tornar-se completas no seu ser interior, e tornar-se completas significa integrar todas as diferentes partes que se têm.¹⁰² (Entrevistada 4, responsável pela regeneração dos ecossistemas, 10 anos de residência)

A fundação da comunidade surgiu, então, como uma forma de “testar” o trabalho individual que tinham desenvolvido na Bélgica. O facto de passarem a partilhar um espaço físico e de viverem juntos permitiu consolidar as relações interpessoais que haviam sido criadas anteriormente. Na procura pelo espaço onde iriam construir a comunidade, encontraram um terreno em Espanha e começaram a construção do edifício principal. Uma das particularidades desta CSI é que todos os espaços são partilhados, não existem casas individuais e todos os membros vivem no edifício principal (figura 9.2) no qual se situa também a cozinha e espaços coletivos de lazer.

¹⁰¹ Tradução da autora. Original: “And when I think about that now, I realized that what we did was actually build a community spirit at that moment, and then came the real community. But first of all, it was like creating this very deep bond because we were like sharing the most personal part of ourselves through our dreams. We were not interested in creating a community or creating an ecovillage, we just wanted to create, to have a better understanding of ourselves through the dream work.”

¹⁰² Tradução da autora. Original: “This community wasn't created because the people wanted to live in a community. This community was created because people wanted to become complete, as in their inner being and becoming complete means integrating all the different parts that you have.”

Figura 9.2 - Comunidade Los Portales



Fonte: Foto cedida pela comunidade | **Créditos:** © Los Portales

A comunidade surge como a materialização de um objetivo e de uma forma de continuarem, de forma mais profunda, o trabalho desenvolvido em Bruxelas. Para além disso, os fundadores estavam preocupados em “ter um lugar físico para nós, para ensinar aos nossos filhos, queríamos que eles tivessem um lugar na natureza para terem uma melhor compreensão de si próprios mas também do ambiente”¹⁰³ (entrevistado 1, membro fundador, 38 anos de residência). Inicialmente, assumiram uma postura de comunidade fechada para que se pudessem focar no desenvolvimento destes objetivos e para iniciarem a construção de infraestruturas, de regeneração dos ecossistemas e de tratamento da terra. Com o passar dos anos começaram a perceber que a comunidade estava consolidada e que, portanto, havia poucos riscos em abri-la a outros membros e a visitantes. Este percurso está diretamente relacionado com a principal missão da CSI – a de estar em constante evolução para responder às necessidades de transformação global:

¹⁰³ Tradução da autora. Original: “to have a physical place for us to, to teach our children, we wanted them to have a place in the nature to have a better understanding of themselves, but also of the nature and have a better environment”.

Uma comunidade pode ser considerada como uma forma de melhorar as relações e um caminho de transformação para os indivíduos e para a sociedade. Sinto a necessidade de evoluir para responder à necessidade global de mudança neste momento muito especial da história humana.¹⁰⁴ (Entrevistado 2, membro fundador, 38 anos de residência)

Após a consolidação do trabalho coletivo inicial, a comunidade começou a focar-se em desenvolver atividades nas outras dimensões da sustentabilidade. Atualmente, é uma comunidade bem estabelecida que desenvolve práticas de agricultura biológica, educação, psicologia, governança inclusiva, arte, energias alternativas e uma economia baseada na partilha.

A nível ecológico, a comunidade produz vegetais, fruta, azeite e cereais, alcançando uma autossuficiência alimentar de cerca de 75%. Criam animais, incluindo cavalos e um rebanho de cabras. Todos os cereais necessários à alimentação dos animais são produzidos na comunidade. Para além da produção, a comunidade também se dedica à transformação de produtos, algo fundamental para o seu autofinanciamento. Com o leite produzido pelo rebanho fabricam queijo e iogurte, produzem o seu próprio vinho, mel e azeite, produzido de forma artesanal num antigo lagar de pedra, e transformam várias plantas em cosméticos e produtos medicinais. A maior parte dos 200 hectares permanece no seu estado natural, com o objetivo de preservar o ecossistema local.

Têm ainda um conjunto de atividades em curso com o objetivo de prevenir a erosão e a desertificação e regenerar a terra e a paisagem. Destaca-se um projeto de reflorestação e a criação de uma barragem para retenção de água. Uma das características distintivas de Los Portales é o facto de ser completamente independente das redes de fornecimento públicas (*off the grid*), tanto de energia como de água. Para fazer face às necessidades energéticas dispõem ainda de painéis solares, turbinas eólicas de fabrico caseiro e uma turbina hidráulica.

A nível económico, Los Portales, foi fundada sobre um princípio ao qual os seus membros chamam “economia da dádiva”: cada um contribui de acordo com as suas possibilidades e obtém do grupo de acordo com as suas necessidades, dentro de um quadro acordado coletivamente. Toda a propriedade é coletiva e detida por todos os membros.

¹⁰⁴ Tradução da autora. Original: “A community can be considered as a way to improve relationships and a path to transformation for individuals and for society. I feel the need to evolve to respond to the global need for change at this very special moment in human history.”

Desde o início trabalhámos com aquilo a que agora chamamos economia da dádiva: cada pessoa colocou todo o dinheiro que tinha numa caixa comum e cada um tirou o que precisava – independentemente do que cada um colocou. Mas se precisasse de 3.000 euros, por exemplo, para uma operação, podia ir à caixa e tirar. Trabalhámos sempre assim e isto é muito inovador e muito transformador, porque nos força a livrarmo-nos do nosso materialismo individual e a confiar na inteligência colectiva, na sabedoria do campo comunitário. Todos põem o seu dinheiro na caixa comum e uns põem milhões e outros não põem nada, mas quando se trata de tirar dinheiro somos todos iguais.¹⁰⁵ (Entrevistado 3, coordenador de comunicação e administração, 34 anos de residência)

Este modelo, que vem desde a fundação da comunidade, evoluiu ao longo do tempo para um modelo de economia mista, incorporando empresas comunitárias e fontes de rendimento individuais. Atualmente, a comunidade garante a sua sustentabilidade económica através da produção de grande parte da alimentação dos seus membros e de rendimentos gerados pelos negócios do azeite, pão, cosméticos, queijo, vinho, entre outros e também através da organização de *workshops* e cursos.

Estes princípios económicos comunitários eram originalmente aplicados no momento em que algum membro decidia abandonar a comunidade. Os membros que pretendiam sair, independentemente da quantia que tinham introduzido na economia comum comunitária, recebiam o equivalente a três salários mínimos para que conseguissem estruturar a sua vida fora da comunidade. No entanto, sendo uma comunidade em constante evolução, este procedimento foi alterado. O motivo da alteração está relacionado com a idade dos membros que pretendem abandonar a comunidade. Enquanto os jovens em idade laboral conseguiam organizar-se com esse valor até encontrarem trabalho, membros com 60 anos ou mais próximos da idade da reforma viam as suas dificuldades aumentadas. Neste sentido, a comunidade evoluiu para um conceito misto em que os diferentes membros também têm as suas economias pessoais para que um dia, se quiserem sair, possam ter essa liberdade. Para os membros que permanecem na comunidade o sistema continua igual – todos dão o que podem e todos tiram o que precisam.

¹⁰⁵ Tradução da autora. Original: “Desde el principio funcionamos con lo que llamamos ahora la economía del don: Cada persona ponía todo el dinero que tenía en una caja común y cada uno sacaba lo que necesitaba, no importaba cuánto pusiera, o si no ponía nada porque no tenía, ¿sabes? Pero si necesitabas 3 mil euros, por ejemplo, para una operación podías ir a la caja y sacarlos. Siempre trabajamos así y esto es muy innovador y muy transformador, porque nos obliga a deshacernos de nuestro materialismo individual y a confiar en la inteligencia colectiva, en la sabiduría del campo comunitario. Todo el mundo ponía su dinero en la caja común y algunos ponían millones y otros no llegaban a poner nada, pero a la hora de sacar el dinero somos todos iguales.”

Los Portales, como já foi referido, é uma comunidade que privilegia a dimensão social. Para além do trabalho com os sonhos como ferramenta principal e de um aprofundamento da espiritualidade, os seus membros adotam um modelo sociocrático para o processo de tomada de decisões e de resolução de conflitos. É esta forma de governança que tem permitido gerir algumas das dimensões mais conflituantes na comunidade. A educação das crianças é um dos exemplos. No início as crianças eram escolarizadas fora da comunidade, em escolas públicas ou privadas, consoante a vontade dos pais. Atualmente, as crianças são escolarizadas dentro da comunidade o que acaba por levantar alguns conflitos entre os membros que desempenham o papel de educadores e os pais. Este é, de acordo com os entrevistados, um tema que é constantemente debatido nas reuniões de grupo e para o qual têm testado várias soluções: inclusão nas escolas públicas, nomeação de membros da comunidade responsáveis pela educação de todas as crianças ou educação individualizada onde cada pai ou mãe educa o(s) seu(s) próprio(s) filhos.

Outras preocupações que Los Portales enfrentam atualmente são morte dos seus membros, o luto e as separações dos casais. Após quase quarenta anos de existência e embora seja uma comunidade multigeracional, já faleceram dois membros e houve alguns casais que se separaram. Mais do que respostas, os entrevistados revelam preocupações com a dinâmica da vida em comunidade. São ansiedades que começaram a sentir recentemente e relativamente às quais se têm levantado algumas perguntas que têm sido o foco do debate do grupo:

Como é que incluímos a morte e o luto na comunidade? Que papel damos às pessoas idosas e às pessoas com doenças? Ainda estão ou não envolvidas na comunidade? De que forma? Mais uma vez, o lugar de cada um não depende de critérios materiais, dinheiro ou o trabalho que podem desenvolver. Este tem sido também um assunto complicado (...) Outro grande problema social é o que fazemos quando um casal separa.... Claro que, se viver na cidade, um deles muda-se e vai viver para outro lugar e esquece-se disso, mas um casal que se separa aqui e quer continuar a viver na comunidade, acaba por cruzar com essa pessoa todos os dias e isso não é fácil de lidar, por isso temos de encontrar uma forma para que isso não gere conflitos.¹⁰⁶ (Entrevistado 3, coordenador de comunicação e administração, 34 anos de residência)

¹⁰⁶ Tradução da autora. Original: “¿Cómo incluimos la muerte y el duelo en la comunidad? ¿Qué papel damos a las personas mayores y a las personas con enfermedades? ¿Siguen participando o no en la comunidad? ¿De qué manera? Una vez más, el lugar de cada uno no depende de criterios materiales, de dinero o trabajo aportados. Este también ha sido un tema complicado. (...) Otro gran problema social es lo que hacemos aquí cuando una pareja se separa... Por supuesto, si vives en la ciudad, te mueves y te vas a vivir a otro sitio y te olvidas de ello, pero una pareja que se separa

Estas preocupações revelam a importância que Los Portales atribui à dimensão social e comunitária e são, simultaneamente, causa e consequência, do seu foco no trabalho coletivo de desenvolvimento pessoal. Refletir sobre estes temas que são normalmente, decisões individuais e privadas, a partir de uma perspetiva comunitária é um reflexo do clima social desta comunidade e da importância que as ferramentas de organização social têm para os seus membros. É neste sentido que se pode afirmar que este é um caso híbrido. Por um lado, porque os membros deste coletivo continuam focados em desenvolver atividades que contribuam para a sustentabilidade ambiental. E por outro lado, porque têm uma preocupação em se tornarem indivíduos que conhecem as suas fragilidades e potencialidades para que possam ser melhores para a comunidade.

9.1.2 Caracterização dos Entrevistados de Los Portales

Foram realizadas 6 entrevistas a membros de Los Portales, dois dos quais fazem parte do grupo inicial que se reunia em Bruxelas, um, também fundador, mas que se juntou ao projeto já em Espanha e outros três membros que têm funções de responsabilidade dentro de comunidade e graus de compromisso elevados para com o projeto. Foram entrevistados três homens e três mulheres, de nacionalidades belga, alemã e espanhola. A média de idades situa-se nos 56 anos, sendo que o entrevistado com mais idade tem 68 anos e a mais nova 38 anos. No geral, todos os entrevistados têm mais de 30 anos de residência na comunidade – os três fundadores estão envolvidos no projeto há 38 anos e os membros mais recentes residem em Los Portales há 6 e 10 anos. Todos os entrevistados têm formação superior, incluindo um deles com mestrado.

As motivações identificadas para a residência nesta comunidade são comuns a todos os entrevistados e estão relacionados com a necessidade de desenvolvimento pessoal. A maioria relata ter atravessado períodos de ansiedade, depressão ou abuso e dependência de substâncias tóxicas e ter sido essa a motivação principal para procurar ajuda no grupo que se havia formado em Bruxelas. Isto é particularmente válido para os dois fundadores:

Bem, eu diria que foi um apelo da alma. (...) diria talvez algum tipo de depressão, ver o que está a acontecer à minha vida. (...) portanto, essa foi, para mim, a primeira motivação. Não compreendi o que me estava

aquí y quiere seguir viviendo en la comunidad, te vas a cruzar todos los días con esa persona y eso no es fácil de tratar, así que tenemos que encontrar la manera de que esto no genere conflictos.”

a acontecer inicialmente, mas sabia que não era feliz da forma como estava a viver antes. E depois conheci este círculo de pessoas que estavam a trabalhar com os sonhos. E percebi que, através dos meus sonhos, podia compreender cada vez mais o que estava a acontecer dentro de mim.¹⁰⁷ (Entrevistado 1, membro fundador, 38 anos de residência)

Bem, a razão pela qual estou aqui há quase 40 anos tem-se alterado ao longo do tempo. No início só pensava em melhorar a minha vida porque estava numa situação emocional muito má. Depois, à medida que fui melhorando este desconforto pessoal, pude abrir-me a uma dimensão maior da minha vida e do meu potencial e, partilhando com outros, participar em algo muito maior.¹⁰⁸ (Entrevistado 2, membro fundador, 38 anos de residência)

Para os membros que se juntaram à comunidade depois da sua fundação foram outras as motivações associadas à escolha deste estilo de vida como, por exemplo, a necessidade de estabelecerem um maior contacto com a natureza e de saírem do “lufa-lufa quodiano”, como José Machado Pais (2010) designou o ritmo da vida na cidade.

Senti-me particularmente atraída pelo trabalho com os sonhos. Foi isso que me agarrou. Mas este trabalho, além de ser um instrumento para me conhecer melhor, permitiu-me dar a volta à minha vida. Fui viver numa comunidade, primeiro na cidade, e após dois anos mudei-me para Los Portales, o que me tornou ainda mais feliz, pois permitiu-me viver na natureza.¹⁰⁹ (Entrevistada 6, gestora do rebanho e da queijaria, 27 anos de residência)

O foco no desenvolvimento pessoal e o trabalho com os sonhos é sempre mencionado como um dos principais atrativos desta CSI em específico e representa um dos maiores aspetos distintivos desta comunidade.

¹⁰⁷ Tradução da autora. Original: “Well, I would say it was a call of the soul. (...) would say maybe some kind of depression, see what's happening to my life. (...) So that was, for me, the first motivation. I didn't understand what was happening to me initially, but I knew I wasn't happy the way I was living before. And then I met this dream worker circle. And I realized that through my dreams, I could understand more and more what was happening inside me.”

¹⁰⁸ Tradução da autora. Original: “Well, the reason I've been here for 40 years has evolved over time. In the beginning I was only thinking of improving my life because I was in a very bad emotional situation. Then, as I improved this personal discomfort, I've been able to open up to a larger dimension of my life and my potential and, sharing with others, participate in something much bigger.”

¹⁰⁹ Tradução da autora. Original: “Me atrajo sobre todo el trabajo con los sueños. Fue lo que me enganchó. Pero este trabajo, además de ser una herramienta para conocerme mejor, me permitió dar a mi vida un vuelco total. Me fui a vivir en comunidad, primero en la ciudad, y después de dos años, me trasladé a Los Portales, lo que me hizo aún más feliz, ya que me permitió poder vivir en la naturaleza.”

9.1.3 Inovação em Los Portales

Representações sobre a Inovação

Um dos objetivos dos estudos de caso é perceber que representações é que os membros das diferentes CSIs têm das práticas de inovação que desenvolvem. Nesta investigação compreende-se a inovação sob uma perspectiva construtivista (Cajaiba-Santana, 2014) que emerge da agência e das interações entre atores (Piteira, 2014). Isto significa que cada um desses atores pode atribuir diferentes significados ao processo de inovação e, portanto, importa analisar as representações que os entrevistados de Los Portales têm da ideia de inovação.

Inicialmente, foi feita uma análise exploratória à informação dada pelos entrevistados, para se perceber a que dimensões de análise estes dão mais importância (Namey *et al.*, 2008) e, conseqüentemente, determinar qual é a tendência dos seus pontos de vista em relação às representações sobre a inovação. O mapa hierárquico abaixo (figura 9.3) baseia-se nas percentagens de referências codificadas para criar áreas proporcionais ao número total de ocorrências em cada categoria (através do software *NVivo*).

Figura 9.3 - Representações sobre a Inovação em Los Portales

DIMENSÃO SOCIAL	NECESSIDADES
	EFICIÊNCIA
NOVIDADE E CRIATIVIDADE	RISCOS

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

De todas as categorias criadas para a codificação das representações sobre inovação, os entrevistados de Los Portales tendem a relacionar, de forma frequente, a inovação com a dimensão social. Alguns criticam mesmo a ideia de inovação enquanto característica exclusiva dos processos tecnológicos e relacionam-na com a importância de articulação entre o *self*, o outro e o ambiente. Práticas que respeitem esta articulação são interpretadas pelos entrevistados como inovadoras uma vez que não têm sido por estes valores que se têm pautado os desenvolvimentos tecnológicos. Novamente, os membros desta CSI voltam a enfatizar a importância do desenvolvimento pessoal, das relações interpessoais e da confiança como mecanismo de transformação e inovação:

Também me surge a ideia de confiança como um elemento muito importante: cada indivíduo do grupo precisa de sentir que existe um quadro de confiança no qual podemos abrir-nos, partilhar sem medo, um quadro seguro. Além disso, todos nós, como membros do grupo, confiamos no próprio grupo, na sabedoria que emerge do coletivo. Cada um de nós traz a nossa presença e forma a comunidade, mas a comunidade torna-se outra entidade que vai para além de cada um de nós como indivíduos e na qual confiamos plenamente. Esta interação entre o pessoal e o grupo é necessária para esta troca, esta transformação.¹¹⁰ (Entrevistada 6, gestora do rebanho e da queijaria, 27 anos de residencia)

Estou a pensar menos na tecnologia, parece-me mais que inovar está no contacto social, na forma como nos ligamos uns aos outros. Sim, penso que isso seria o mais inovador e também no que estamos realmente a inovar é em trazê-lo para a vida quotidiana.¹¹¹ (Entrevistado 1, membro fundador, 38 anos de residência)

Estes excertos revelam que os entrevistados de Los Portales colocam o foco do processo de inovação no papel individual porque, embora a experiência coletiva seja determinante, existe um reconhecimento do papel de cada um já que “cada um é responsável por si próprio, a comunidade dá-me poder para assumir a responsabilidade pelas consequências dos meus atos”¹¹² (Entrevistada 5, responsável pela administração e finanças, 6 anos de residência). Neste sentido, percebem a inovação como um processo

¹¹⁰ Tradução da autora. Original: “También me viene la confianza como elemento importantísimo: cada individuo del grupo necesita sentir que hay un marco de confianza en el que nos podemos abrir, compartir sin temor, un marco seguro. Además todos, como miembros del grupo, confiamos en el propio grupo, en la sabiduría que emerge del colectivo. Todos y cada uno aportamos nuestra presencia y formamos la comunidad, pero ésta, se convierte en otra entidad que va más allá de cada uno de nosotros como individuo y en ella confiamos plenamente. Esta interacción entre lo personal y el grupo es necesaria para que exista este intercambio, esta transformación.”

¹¹¹ Tradução da autora. Original: “I’m thinking less about technology, but I’m seeing more that innovating is actually in the social contact, the way that we connect with each other. Yeah, I think that would be the most innovative and also what we are really innovating is to bring it into the daily life.”

¹¹² Tradução da autora. Original: “everyone is responsible for themselves, the community brings empowerment for me to take responsibility for the consequences of my actions”.

de nível micro dependente dos indivíduos para a identificação das necessidades a colmatar e das soluções para o fazer. Isto corrobora a ideia da inovação social enquanto um processo socialmente contruído pelos atores, dependente das suas interpretações em relação aos seus diferentes interesses (Howaldt e Schwarz, 2010). Os entrevistados desta CSI enquadram-se no que Merton (1968) designou por “inovadores”, porque são indivíduos que se comprometem com a necessidade de mudança, mas propõem formas alternativas de a alcançar.

Esta perceção está alinhada com a valorização que os membros da comunidade dão à experiência da vida coletiva. Todas as outras categorias codificadas através da informação prestada pelos entrevistados estão também associadas ao conceito de inovação social – enquanto processo que procura responder a necessidades sociais, através do desenvolvimento de produtos ou serviços que sejam mais eficazes (Mulgan *et al.*, 2012).

Os fragmentos de discurso que foram codificados como “novidade e criatividade” não remetem necessariamente para o desenvolvimento de algo novo, mas sim, de criar novidade recuperando o conhecimento já existente e torná-lo mais eficaz para responder a necessidades ou, como diz a entrevistada 5: “Ninguém vai inventar a roda aqui, mas olhamos para o que já existe e transformamos isso para ser consistente com os nossos valores e responder às nossas necessidades”.¹¹³ A entrevistada 6 reforça esta visão, ao afirmar que a inovação também passa por “valorizar e recuperar o que é valioso e útil do passado e deixar para trás o que já não é útil. Procurar o novo apoiando-nos no que já existe do passado”.¹¹⁴

No fundo, os membros de Los Portales percecionam a inovação como um processo inteiramente social, mesmo que seja o desenvolvimento de um artefacto tecnológico. É um processo social nos seus fins e nos seus meios porque implica satisfazer as necessidades específicas da comunidade em particular e da sociedade no geral, através de procedimentos que valorizem o que já existe e que estejam alinhados com os valores e visões da comunidade. A prática inovadora que se analisa de seguida exemplifica isso mesmo.

¹¹³ Tradução da autora. Original: “Nobody is going to invent the wheel here but we look at what already exists and transform that to be consistent with our values and respond to our needs”.

¹¹⁴ Tradução da autora. Original: “valorar y recuperar lo que es valioso y útil del pasado y soltar, dejar atrás lo que ya no es útil. Buscar lo nuevo, apoyándose en el pasado”.

Sociocracia em Los Portales

Foi solicitado aos entrevistados que explicassem qual, ou quais, são as práticas desenvolvidas pela comunidade que consideram como mais inovadoras. Algumas das práticas mencionadas acabam por ser comuns a todos os casos em análise. Nesse sentido, optou-se por selecionar as mais distintivas de cada comunidade e analisá-las com recurso às dimensões da inovação social que foram identificadas no capítulo 4. Para Los Portales selecionou-se a sociocracia como a prática a analisar com mais detalhe. Embora seja dado destaque a esta prática, importa sublinhar a importância da economia comunitária e do trabalho com os sonhos como aspetos distintivos desta CSI e que já foram referidos na descrição do caso.

A palavra “sociocracia” surge pela primeira vez através do sociólogo Auguste Comte para se referir ao “governo dos sócios” – sócios remetendo para partes iguais de um todo. Nessa altura a ideia de sociocracia era uma teoria abstrata sem aplicabilidade prática. Posteriormente, Lester Frank Ward, um sociólogo norte-americano, aprofundou os pressupostos da teoria, mas foi entre 1926 e 1945 que Kees Boeke (um ativista social e professor) fez a primeira experiência de sociocracia aplicada na escola onde lecionava, com base nos princípios do consenso Quaker¹¹⁵ (Boeke, 1945). Desta experiência resultou um livro intitulado *Sociocracy: Democracy as it might be*, publicado por Boeke em 1945. Em 1970, Gerard Endenburg, um aluno da escola de Boeke, inspirado pelos princípios da engenharia e da cibernética desenvolveu aquilo que viria a ser designado por “sociocracia moderna” – uma forma de organização social e institucional. Endenburg publicou várias obras sobre o tema das quais se destaca *Sociocracy: The organization of decision-making* (1988). Formou um dos nomes mais influentes da sociocracia atual – Gilles Charest. A sociocracia em Los Portales é inspirada pelos princípios que Charest identifica na sua obra *La démocratie se meurt, vive la sociocratie*.¹¹⁶

O método sociocrático baseia-se em quatro regras básicas: tomada de decisão através do consenso, estrutura por círculos especializados e interligados, fluxo bidirecional de informações entre esses grupos e eleições abertas sem um candidato anterior.¹¹⁷ (Charest, 2007: 23)

¹¹⁵ Grupos religiosos, com origem comum num movimento protestante britânico do século XVII.

¹¹⁶ “A democracia está morta, viva a sociocracia”

¹¹⁷ Tradução da autora. Original: “The sociocratic method is based on four basic rules: decision-making by consent, structure based on specialized and interconnected circles, two-way flow of information between these groups, and open elections with no prior candidate.”

Este breve enquadramento histórico é importante pois foi precisamente Gilles Charest quem treinou os membros de Los Portales no sistema sociocrático. Em outubro de 2015, alguns membros da comunidade tiveram um *workshop* de 6 dias onde desenvolveram competências de sociocracia interna – para compreenderem as suas necessidades interiores para negociar decisões pessoais – e de sociocracia externa – para a gestão dos grupos. Poucos meses depois, este instrumento de governo foi apresentado a todo a comunidade e foi criado um grupo de trabalho para desenhar uma estrutura sociocrática para Los Portales. Esse plano foi apresentado e aprovado em março de 2016. Para os membros da comunidade, este foi um ponto de viragem na forma como abordavam os assuntos sensíveis para a comunidade e como tomavam decisões:

Já estávamos a trabalhar em conjunto e a tomar decisões. De certa forma, não era nada muito estruturado, e depois com a sociocracia compreendemos que tínhamos uma ferramenta poderosa para trazer clareza na nossa tomada de decisões e na forma de trabalharmos juntos. E também é um instrumento muito poderoso para o empoderamento, o empoderamento individual, e para a confiança.¹¹⁸ (Entrevistado 1, membro fundador, 38 anos de residência)

Na prática, para gerir os diferentes domínios, a comunidade está organizada em círculos que gerem a sua área de forma autónoma. Atualmente, existem vários círculos: o da administração, das visitas, da agricultura, o financeiro, o da comunicação, o da paisagem, o da proteção do ambiente, o da manutenção dos espaços interiores (como por exemplo, gestão da limpeza e da cozinha), o da manutenção das condições estruturais (edifícios, tecnologias, entre outros) e o da educação. Por fim, existe o círculo geral que é composto por dois representantes de cada círculo que funcionam como coordenadores ou “duplos elos”. Estes coordenadores reúnem-se todos os meses para apresentarem os progressos e tomarem decisões que vão para além do âmbito de um determinado círculo (como, por exemplo, a atribuição de orçamentos).

O sistema sociocrático foi desenvolvido de forma flexível para se adaptar à realidade e visão da comunidade e às mudanças nas suas necessidades. O processo de tomada de decisão, por exemplo, tem algumas adaptações dos princípios base da sociocracia. Em Los Portales, o processo de tomada de decisão tem de ser por consenso

¹¹⁸ Tradução da autora. Original: “We were already working together and building, making decisions. In a way, it was not very clear, and then with sociocracy, we understood that we had a powerful tool to put clarity in our decision making and how to work together. And also, it's a very powerful tool for empowerment, individual empowerment, and trust.”

e não por maioria. Isto significa que todos os membros têm de se envolver no processo e, caso não estejam de acordo com uma decisão, podem fazer uma objeção. Quando a objeção é levantada, dá-se um processo de negociação para se perceber o que é que o indivíduo em causa necessita para retirar a sua objeção, até que todos estejam de acordo. Este é um aspeto que, segundo os entrevistados, distingue a vida comunitária das formas de organização social democrática:

É importante que todos participem na tomada de decisões. Na sociocracia, alguém pode dizer: Não é o que eu teria decidido e tenho uma objeção em que quero que trabalhemos para que eu possa aceitar a decisão colectiva. Em democracia, a maioria impõe a sua decisão e a luta continua com a oposição.¹¹⁹ (Entrevistado 2, membro fundador, 38 anos de residência)

A tabela 9.1 apresenta a prática da tomada de decisão sociocrática tendo em conta as várias dimensões do conceito de inovação social. Com base nos pressupostos teóricos, uma inovação social é mais do que uma prática que procura responder a uma necessidade social. Esse processo, deverá conduzir à transformação das relações sociais, das relações de poder e das práticas sociais (Cajaiba-Santana, 2014). Ao nível mais concreto, a prática inovadora deve implicar um conjunto de mecanismos de difusão que permitam a sua escalabilidade e assim, aumentar a sua capacidade de induzir a mudança social. Nas linhas da tabela identificam-se os diferentes níveis do processo de inovação social e nas colunas as alterações em cada dimensão do conceito. Este exercício que permite identificar as fragilidades e potencialidades das práticas inovadoras.

Tabela 9.1 - Sociocracia em Los Portales

IMPACTO ESTÁGIO	INTERAÇÃO ENTRE ATORES	RELAÇÕES SOCIAIS	RELAÇÕES DE PODER	PRÁTICAS SOCIAIS
Identificação da Necessidade	Verificou-se a necessidade de melhorar as formas de gestão de conflitos e de tomada de decisão. esta foi identificada por todos os membros da comunidade.	Embora só alguns membros tenham recebido a formação inicial sobre sociocracia, todos os membros concordaram com a ferramenta.	A identificação da necessidade foi feita de forma democrática e inclusiva, não havendo uma decisão unilateral.	Foram utilizadas técnicas de tomada de decisão por consenso.

¹¹⁹ Tradução da autora. Original: “It is important that everyone participates in decision-making. In sociocracy, someone can say: It's not what I would have decided and I have an objection that I want us to work on, so that I can accept the collective decision. In democracy, the majority imposes its decision and the fight continues with the opposition”.

Desenvolvimento de ideias e protótipos	Todos os membros interagem entre si e com atores externos que facilitaram a formação.	As relações sociais são fortalecidas porque todos os membros desempenham um papel fundamental em cada círculo.	O sistema por círculos permite uma distribuição do poder para todos os membros da comunidade uma vez que cada círculo é independente e autónomo nas suas decisões.	O sistema não foi aplicado tendo em conta todos os princípios da sociocracia. Foi, e é, adaptado às necessidades emergentes de cada um dos membros.
Escalar e difundir	A escalabilidade da prática implicou uma interação entre os membros da comunidade e outros formadores. Atualmente, existem formadores certificados dentro da comunidade que partilham os seus conhecimentos dando cursos para outras organizações e para outras CSIs.	Os membros da comunidade estabelecem parcerias com empresas para alterar a sua estrutura organizativa para um modelo sociocrático. Isto implica alteração nas relações sociais fora da comunidade, nomeadamente, entre os indivíduos que pertencem a essas empresas.	O reconhecimento da comunidade enquanto um agente com potencial de formação na sociocracia e o seu acesso a empresas e organizações confere um poder simbólico à comunidade. Este poder é simbólico no sentido em que lhes permite transferir este conhecimento, mas o principal propósito da difusão da prática é tornar organizações com estruturas hierárquicas em organizações mais uma distribuição horizontal de poder.	A comunidade desempenha um papel importante de colaboração, principalmente com algumas organizações locais. É esta colaboração que lhes permite difundir a prática. Para além disso, alguns dos seus membros são representantes da GEN e da RIE o que lhes proporciona mais canais de difusão.
Mudança social	Dentro da comunidade a prática alterou de forma estrutural a interação entre os membros.	Dentro da comunidade a prática moldou as relações sociais. Fora da comunidade também já conseguiu alterar relações sociais nos atores (organizações, empresas e comunidades) que recorreram a Los Portales para implementar a sociocracia.	O facto de a prática estar a ser implementada em empresas em parceria com a comunidade mostra o seu potencial de introdução de mudança.	A prática em análise ainda não revela mudança social pois, embora tenham resultados positivos fora da comunidade, ainda não é uma prática a ser implementada em macro escala.

Fonte: Elaboração própria com base em Mulgan *et al.*, 2012 e Cajaiba-Santana, 2014

Esta prática constitui um exemplo claro daquilo que se entende por inovação social. O facto de ser um modelo de governança que distribui o poder por todos os participantes conduz a alterações significativas nas relações sociais. A difusão da prática para o exterior da comunidade, nomeadamente para outras CSIs e, principalmente, para empresas locais, demonstra o seu potencial de transformação e realça o seu contributo para a alteração das relações e práticas sociais fora da comunidade. Os entrevistados sublinham a importância de desenvolver a sociocracia a nível governamental de pequena escala, como por exemplo, nas autarquias locais e esse é um dos seus objetivos no longo prazo. No entanto, como se verá mais à frente, esta é uma comunidade que, embora muito conectada com outros atores, tende a ter relações frágeis com os órgãos de governança. Neste sentido, embora existam grandes potencialidades e indicadores de sucesso na difusão da prática, existe uma lacuna ao nível das relações de colaboração com os órgãos de governança que pode ser um impedimento à sua disseminação transversal e, conseqüentemente, à sua capacidade de introduzir mudança social. Para além disso, a sociocracia tem tido sucesso em organizações de pequena escala e a sua capacidade de ser um sistema de governação nacional é altamente discutida.

9.1.4 Sustentabilidade e Transição em Los Portales

É na articulação entre o nível micro (o nicho) e o nível macro (o contexto) que se desenvolve a transição para a sustentabilidade. A plasticidade semântica da ideia de sustentabilidade pode originar diferentes entendimentos. Aos entrevistados foi solicitado que refletissem sobre o papel que as CSIs poderiam desempenhar no processo de mudança social orientada para a sustentabilidade. Para tal, deveriam identificar o que entendem por sustentabilidade, quais são as mudanças que consideram prioritárias na sociedade atual e ainda, de que forma é que a sua comunidade poderia contribuir para a transição e para *um mundo melhor*.

A figura 9.4 mostra o mapa hierárquico das referências codificadas na categoria “perceções sobre a sustentabilidade”. As entrevistas revelaram perceções que relacionam a sustentabilidade com o desenvolvimento sustentável e que a descrevem como uma forma de manter a capacidade dos ecossistemas, numa lógica de durabilidade e de assegurar que as gerações futuras possam continuar a satisfazer as suas necessidades

(CCMAD, 1991). Esta é uma visão mais formal e alinhada com as definições convencionais de desenvolvimento sustentável.

Diretamente associados a esta dimensão surgem discursos que sublinham a importância de priorizar as necessidades básicas de cada indivíduo e que representam uma crítica aos modelos de consumo exacerbado. Alguns entrevistados afirmam que a sustentabilidade passa por uma vida minimalista onde se colocam as necessidades ambientais e dos outros acima da vontade individual. É esta a ideia presente na solidariedade mecânica de Durkheim (1933) que se caracteriza por um aumento da consciência coletiva – um cenário onde o coletivo é mais importante do que o individual.

Figura 9.4 - Representações sobre a Sustentabilidade em Los Portales

VISÕES NEGATIVAS	NECESSIDADES BÁSICAS	VIDA MINIMALISTA
DISCURSOS ALTERNATIVOS	CAPACIDADE DOS ECOSISTEMAS	

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

As representações categorizadas como “visões negativas” associam a ideia de sustentabilidade com a possibilidade de suste e manter um sistema que está cristalizado e que é pouco flexível à mudança social – é o caso do sistema de propriedade privada, da economia capitalista, dos padrões de produção e de consumo, das emissões de carbono e até do próprio sistema democrático. Estes “sistemas” a que os entrevistados se referem constituem aquilo que nesta investigação se define como “regimes”, ou seja, as regras ou

práticas cristalizadas que formam a estrutura responsável pela estabilidade de um sistema social (Geels, 2004). Os entrevistados consideram que a utilização da sustentabilidade como meta ou do desenvolvimento sustentável como possível paradigma é contraproducente pois não contribui para alterar a trajetória destes regimes e, portanto, não favorecem a mudança social. Neste caso, a tónica da sustentabilidade é colocada na sobrevivência e não na mudança:

Sustentabilidade, para nós é o mínimo que pode acontecer. Queremos mais do que esse sistema porque significa apenas não nos destruímos, ser sustentados para sustentar algo. Por isso é como se estivesse tudo bem isto com só sobreviver. Nós queremos prosperar, por isso queremos trazer um outro nível.¹²⁰ (Entrevistada 5, responsável de administração e finanças, 6 anos de residência)

Não gosto muito da palavra sustentabilidade porque dá a impressão de sustentar ou manter algo e não creio que se possa salvar algo sustentando, parece-me ser uma noção estática, conservadora. Não nos podemos limitar a manter algo porque o planeta está tão ameaçado que temos de fazer uma revolução, uma regeneração completa. Temos de pensar numa forma de virar as coisas, de virar o sistema em que vivemos de cabeça para baixo.¹²¹ (Entrevistado 3, coordenador de comunicação e administração, 34 anos de residência)

Estes excertos revelam a postura “revolucionária” dos entrevistados desta comunidade. Esta atitude veio a consolidar-se no decurso das entrevistas e é importante para se perceber o papel que eles percebem poder vir a ter na transição para a sustentabilidade. Para os membros de Los Portales, a sustentabilidade não permite prosperar e a mudança social passa por uma revolução. Essa revolução deve começar pela alteração dos códigos linguísticos e das palavras utilizadas e apropriadas pela sociedade para se referirem ao rumo da mudança, porque “as palavras, de facto, importam”¹²² (entrevistado 1). Neste caso, a palavra “regeneração” surge de forma recorrente nos discursos dos entrevistados:

Assim, quando se corta uma árvore, planta-se outra árvore. Está bem, mas para mim eu substituiria a palavra sustentabilidade por regeneração. Penso que é preciso realmente concentrar na regeneração

¹²⁰ Tradução da autora. Original: “Sustainability, for us it's like it's the minimum that can happen, it's like we want more than that system, it is just not to destroy yourself, to be sustained to sustain something, so it's just like okay this is surviving, we want to thrive, so we want to bring the other level”.

¹²¹ Tradução da autora. Original: “No me gusta mucho la palabra sostenibilidad porque da la impresión de sostener o custodiar algo y, no creo que se pueda salvar algo sosteniendo, me parece una noción estática, conservadora. No podemos limitarnos a custodiar algo porque el planeta está tan mal, está tan en peligro que tenemos que hacer una revolución, una regeneración completa. Tenemos que pensar en cómo le damos la vuelta a las cosas, cómo le damos la vuelta al sistema en el que vivimos”.

¹²² Tradução da autora. Original: “words, indeed, matter”.

dos ecossistemas, porque regenerar significa que já se está a cuidar e a respeitar e valorizar tudo o que já existe e o que já existiu antes.¹²³ (Entrevistada 4, responsável pela regeneração dos ecossistemas, 10 anos de residência)

O que precisamos agora é de regenerar e não de sustentar, porque os danos causados aos ecossistemas são tão grandes que precisamos de uma ação muito activa para regenera-los, tanto os sistemas ecológicos como os sistemas humanos.¹²⁴ (Entrevistado 3, coordenador de comunicação e administração, 34 anos de residência)

Penso que a regeneração é mais apropriada porque continuamos a destruir-nos a nós próprios e ao ambiente, mesmo que com boas intenções. Mas a regeneração pode tornar-se a próxima palavra-chave e então não sei qual será a solução.¹²⁵ (Entrevistada 5, responsável de administração e finanças, 6 anos de residência)

A regeneração a que os entrevistados se referem é inspirada nos trabalhos de Daniel Wahl. Segundo este autor é necessário transformar a visão da sustentabilidade para uma ideia de culturas regenerativas, o que implica enfrentar diversos desafios: diminuir a procura e o consumo a nível global ao mesmo tempo que se reabastecem os recursos através do *design* e da tecnologia regenerativa (Wahl, 2019). Para Reed (2007) a questão é colocada de forma similar porque a mudança deve passar pela aprendizagem coletiva que permita enquadrar e compreender as inter-relações dos sistemas vivos de uma forma integrada. As culturas regenerativas são as que têm capacidade de aprendizagem contínua e transformação em resposta, e antecipação, a mudanças inevitáveis (Wahl, 2019).

Estes contributos estão diretamente relacionados com uma mudança nas mentalidades e com uma vida minimalista em prol do fortalecimento da consciência coletiva, não apenas social, mas ambiental. Criar sistemas regenerativos não é simplesmente uma mudança tecnológica, económica, ecológica ou social, mas simultaneamente, “uma mudança subjacente na forma como pensamos em nós próprios, nas nossas relações uns com os outros e com a vida como um todo” (Wahl, 2019:244).

¹²³ Tradução da autora. Original: “So, when you cut down a tree, you plant another tree. Okay, but for me I would replace the word sustainability with regeneration. I think you have to really focus on regenerating ecosystems, because regenerating means you're already taking care and respecting and valuing everything that there is already and what has been there before”.

¹²⁴ Tradução da autora. Original: “Lo que necesitamos ahora es regenerar y no sostener porque el daño que se hace a los sistemas vivos es tan grande que necesitamos una acción muy activa para regenerar los sistemas, tanto los ecológicos como los humanos”.

¹²⁵ Tradução da autora. Original: “I think regeneration is more appropriate because we continue to destroy ourselves and the environment, even if with good intentions. But regeneration might become the next buzzword and then I don't know what the solution will be”.

Como já havia sido verificado, Los Portales enfatiza a importância do desenvolvimento pessoal como uma ferramenta estrutural para a experiência comunitária e para um modo de vida sustentável ou “regenerativo” segundo Wahl (2009), e o discurso dos entrevistados em torno da importância da regeneração consolida esta visão.

Neste sentido, e em concordância com as representações identificadas até aqui, os entrevistados desta comunidade consideram que a mudança prioritária no processo de transição para a sustentabilidade é, precisamente, a mudança das mentalidades. Os entrevistados destacam a importância da responsabilização individual e do empoderamento. Por exemplo, o entrevistado 2 afirma que: “(...) para mim, a chave está no empoderamento pessoal”¹²⁶ e a entrevistada 5 que o “trabalho pessoal é o processo, em geral, penso que é a prioridade porque o resto vem depois”.¹²⁷

Outra das mudanças que estes entrevistados consideram prioritárias é o resgatar da experiência comunitária e do sentido de comunidade, no sentido de estreitar as relações de conexão, não só entre os seres humanos, mas entre estes e o ambiente:

Para mim um processo que está a acontecer é um processo de comunidade, mas no sentido lato da palavra comunidade, no sentido de ligação. Mudar o individualismo, a competição, a separação e continuar a trabalhar para estabelecer mais conexão e mais comunidade a todos os níveis.... Conexão, conexão e conexão é o que precisamos, na minha opinião, a nível humano e a nível de ligação com o planeta...¹²⁸
(Entrevistado 3, coordenador de comunicação e administração, 34 anos de residência)

Todas as mudanças que os membros de Los Portales mais destacam como prioritárias são de base micro, colocando a tónica no papel da agência e da comunidade. Isto significa que para estes indivíduos o processo de transição está numa fase incipiente ou de emergência (Rotmans *et al.*, 2001) uma vez que não estão garantidas as condições que os entrevistados consideram necessárias para a transição (a das mentalidades). Neste sentido, só em nichos onde essa mudança esteja assegurada é que se podem verificar pequenas sementes de transformação. Los Portales é um destes nichos e, portanto,

¹²⁶ Tradução da autora. Original: “for me the key is in the personal empowerment”.

¹²⁷ Tradução da autora. Original: “personal work is the process, in general, I think it's the priority because the rest comes after”.

¹²⁸ Tradução da autora. Original: “Para mí un proceso que se está dando es un proceso de comunidad, pero en el sentido amplio de la palabra comunidad, en el sentido de conexión. Cambiar el individualismo, las competencias, la separación y seguir por más conexión y por más comunidad a todos los niveles... Conexión, conexión y conexión es lo que necesitamos, en mi opinión, a nivel humano y a nivel de conexión con el planeta”.

importa perceber de que forma é que percebem o papel que podem ter no processo de transição (figura 9.5).

Figura 9.5 - Representações sobre o Papel na Transição em Los Portales

LOCAL DE DEMONSTRAÇÃO	DESENVOLVIMENTO PESSOAL	COLABORAÇÃO
LABORATÓRIOS	ASSUMIR OS RISCOS	

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

O papel que os membros das CSIs acreditam poder vir a desempenhar no processo de transição é semelhante em todos os casos em análise. O aspeto distintivo de Los Portales é o foco no desenvolvimento pessoal. Os entrevistados consideram que essa é uma dimensão na qual as suas experiências podem ser importantes principalmente, devido ao trabalho que têm desenvolvido: “Tem de ser o trabalho interior, todas as ferramentas que criámos, toda a experiência que temos sobre o aspeto de viver juntos de uma forma harmoniosa”¹²⁹ (entrevistada 4). Ou como afirma o entrevistado 2, Los Portales podem ensinar que é importante “colocar uma máscara em ti primeiro e só depois colocá-la na tua criança”¹³⁰ fazendo uma analogia com o procedimento em caso de despressurização da cabine num avião e remetendo para esta ideia da necessidade de trabalho individual como catalisador da mudança social.

¹²⁹ Tradução da autora. Original: “Let it be the inner work, all the tools that we created, all the experience we have on the aspect of living together in a harmonious way”

¹³⁰ Tradução da autora. Original: “put just a mask for yourself first and after that put it to your child”.

Acima de tudo, os entrevistados consideram que estas comunidades funcionam como laboratórios para o desenvolvimento de práticas inovadoras e consequentemente, servir como uma montra para demonstrar o seu *know-how*. Los Portales são um laboratório vivo e adaptável às necessidades (internas e externas) que vão surgindo, com 40 anos de existência e com muito conhecimento acumulado:

Através do que já estamos a fazer. Fazemos o que podemos para fazer do mundo, que depende de cada um de nós e de todos nós enquanto grupo, um lugar melhor. A nossa intenção é sermos úteis para o mundo. É por isso que acredito que contribuimos para um mundo melhor e que temos impacto: mostramos que é possível viver de forma diferente, que é possível criar outros modelos baseados na confiança e no amor, que é possível viver com menos e mais perto do que é essencial. E estamos sempre a aprender: sobre nós próprios, as nossas relações com os outros, com a natureza, como ser mais sustentável e coerente, tanto economicamente como em termos de governação, como regenerar o solo, reflorestação, retenção de água...¹³¹ (Entrevistada 6, responsável pela gestão do rebanho, 27 anos de residência)

Mostrando que é possível. Estamos há 40 anos a fazer experiências, fazemos muitas coisas boas... e erros, e algumas comunidades falharam, mas nós ainda estamos aqui e numa condição humana muito melhor do que muitas outras estruturas sociais. Assim, neste momento em que a sociedade expressa mais necessidades sobre algo diferente, as comunidades podem dizer: Isto é algo diferente que existe... e funciona.¹³² (Entrevistado 2, membro fundador, 38 anos de residência)

Este conhecimento deve ser, depois, partilhado e esse é outra das representações que os entrevistados fazem do papel das CSIs: serem locais de demonstração. Estas CSIs estão comprometidas com a abertura necessária para transmitirem aprendizagens a quem estiver interessado. No entanto, a sua preocupação não está tão relacionada com a transferência do modelo de experiência comunitária como forma de organização social, mas sim com determinadas práticas que podem ser transferidas e aplicadas em outros contextos. Este papel de local de demonstração foi algo que foi ganhando destaque nos últimos anos (Liftin, 2009), nomeadamente através dos vários momentos de formalização

¹³¹ Tradução da autora. Original: “A través de lo que ya estamos haciendo. Hacemos lo que está es nuestra mano para que el mundo, que depende de cada de nosotros y de todos como grupo, sea mejor. Nuestra intención es ser útiles en el mundo. Por eso creo que contribuimos a un mundo mejor y que tenemos un impacto: demostramos que se puede vivir de otra manera, que se pueden crear otros modelos basados en la confianza y en el amor, que se puede vivir con menos y más cerca de lo esencial. Y seguimos aprendiendo siempre: sobre nosotros mismos, las relaciones con los demás, con la naturaleza, cómo ser más sostenibles y coherentes, tanto a nivel, económico, de gobernanza, buscamos cómo regenerar el suelo, nos ocupamos de la reforestacion, retención de agua...”

¹³² Tradução da autora. Original: “By showing that it's possible. There have been 40 years of experiences, making a lot of good things... and errors, and some communities have failed, but we are still here, and in a much better human condition than many other social structures. So at this time where society expresses more needs about something different, the communities can say: This something different exists... and it works”.

do movimento, mas também através do reconhecimento da sua importância enquanto exemplos de educação ambiental (Pathiraja, 2007) e do desenvolvimento de práticas de inovação social (Kunze e Avelino, 2015). O excerto abaixo reflete a forma como este papel se foi alterando na sociedade:

Penso que a forma como somos vistos mudou. Há quarenta anos atrás, éramos uma aberração. Agora somos vistos como uma fonte de inspiração que mostra que se pode fazer algo mais. O que é engraçado é que esta não foi a nossa primeira intenção. Não tínhamos qualquer intenção. Surgiu por si só: conseguimos formar um grupo sólido e coeso que funciona de uma forma diferente do que conhecemos.¹³³ (Entrevistada 6, responsável pela gestão do rebanho, 27 anos de residência)

Para este efeito desenvolvem várias estratégias desde seminários, *workshops*, dias abertos e receção de estudantes. No entanto, os entrevistados relegam para segundo plano o papel da governança nos processos de transição e este é outros dos aspetos distintivos desta comunidade. Como foi mencionado anteriormente, algumas das citações aqui apresentadas demonstram um certo sentido de rebeldia e de revolução. Analisando as perceções que os entrevistados têm sobre o seu papel à luz dos perfis de transição propostos por Dahle (2007) os membros de Los Portales podem ser caracterizados como *grassroot fighters*, ou seja, indivíduos que não creem na mudança *top-down*, com origem nas instituições estabelecidas:

Acho que o movimento vai começar pela base e pelos indivíduos e não vir de cima. Tenho a certeza. Acreditar que o governo é o único responsável por nos trazer felicidade e mudança social é uma ideia completamente sem futuro.¹³⁴ (Entrevistado 2, membro fundador, 38 anos de residência)

Creio que a mudança tem de vir de baixo, como um resultado das conexões entre as pessoas que procuram a mudança e não das instituições ou do governo. Tudo o que temos feito aqui, fizemo-lo nós mesmos.¹³⁵ (Entrevistada 6, responsável pela gestão do rebanho, 27 anos de residência)

¹³³ Tradução da autora. Original: “Creo que la forma en la que se nos mira ha cambiado. Hace 40 años éramos un bicho raro. Ahora somos mirados como una fuente de inspiración que demuestra que se puede hacer otra cosa. Lo que es curioso es que esto no fue nuestra intención primera. No pretendíamos nada. Ha surgido por sí misma: hemos conseguido formar un grupo sólido bien cohesionado que funciona de forma diferente a lo conocido.”

¹³⁴ Tradução da autora. Original: “I think the movement will start from the base and from the individual, not from above. I’m sure. Believing that the government is the only one responsible to give us happiness and social change is completely an idea without a future”.

¹³⁵ Tradução da autora. Original: “Creo que el cambio tiene que venir desde abajo, resultado de las conexiones entre las personas que buscan cómo cambiar, y no de las instituciones o del gobierno. Me viene que todo lo que hemos hecho aquí, lo hemos ido haciendo nosotros mismos.”

Estes excertos ilustram a forma como estes indivíduos percecionam as instituições políticas: como estruturas obsoletas e ineficazes para contribuir para o processo de transição. Os *grassroot fighters* são atores que colocam a tónica nas escolhas individuais e que defendem que a transição para a sustentabilidade implica, em primeiro lugar, uma transformação individual (Dahle, 2007). Uma das entrevistadas chamou a estas comunidades “pequenas ilhas de sanidade” o que reflete de forma muito precisa todas as representações, perceções e significados que foram apresentadas neste estudo de caso.

Por último e relacionado com o papel na transição, os entrevistados foram convidados a refletir e sugerir possíveis políticas públicas que pudessem aumentar os impactos das mudanças que estas comunidades introduzir. Os membros de Los Portales facultaram informações que foram codificadas como “governança não reconhecida”, principalmente porque não dependem do governo para satisfazer as suas necessidades. Isso deve-se a dois motivos: por um lado, porque relativizam o que consideram como necessário, ou como afirma o entrevistado 1: “Não estamos à procura de políticas vindas do exterior. Se precisarmos de algo vamos encontrar uma forma de o fazer. Se conseguirmos fazer fazemos, se não conseguirmos não fazemos”¹³⁶; e por outro lado, ao facto de serem uma comunidade *off the grid* que não depende dos canais públicos de distribuição de energia ou água:

E, claro, quando há pessoas como nós que não estão conectadas a nenhuma rede elétrica, que não leva os seus filhos à escola, que não tem televisão, claro que isto põe os políticos nervosos. Como é que nos podem controlar assim? Por isso, posso dizer-te que sou um pouco pessimista em relação à política. Realmente, não acredito que a política possa ajudar-nos porque não o querem fazer.¹³⁷ (Entrevistado 3, coordenador de comunicação e administração, 34 anos de residência)

Embora tenham deixado claro esta afirmação, alguns dos entrevistados acabaram por fazer algumas sugestões de políticas públicas relevantes para a análise. A maioria está relacionada com a importância de aumentar a autonomia financeira comunitária, diminuir a burocracia associada à venda de produtos fabricados na microescala, e desenvolver processos de controlo de qualidade mais adequados a estes contextos. Destacam também

¹³⁶ Tradução da autora. Original: “So, we are not looking for outside policies. If we need it, we will find a way to do it. We can do it, we'll do it, we can't, we don't.”

¹³⁷ Tradução da autora. Original: “Y, por supuesto, cuando hay gente como nosotros que no está conectada a ninguna red eléctrica, que no lleva a sus hijos al colegio, que no tiene televisión, por supuesto que esto pone nerviosos a los políticos, ¿cómo podrían controlarnos así! Por lo tanto, te diré ahora mismo que soy un poco pesimista sobre la política. Realmente no creo que la política pueda ayudarnos porque no quiere hacerlo.”

a importância de transferência de poder para a escala local, nomeadamente para as autarquias que são os atores de governança mais próximos da sociedade civil. E por fim, defendem a necessidade de atribuição de um estatuto legal específico para as CSIs e para as ecoaldeias para que lhes seja mais fácil interagir nas áreas económicas, políticas e administrativas.

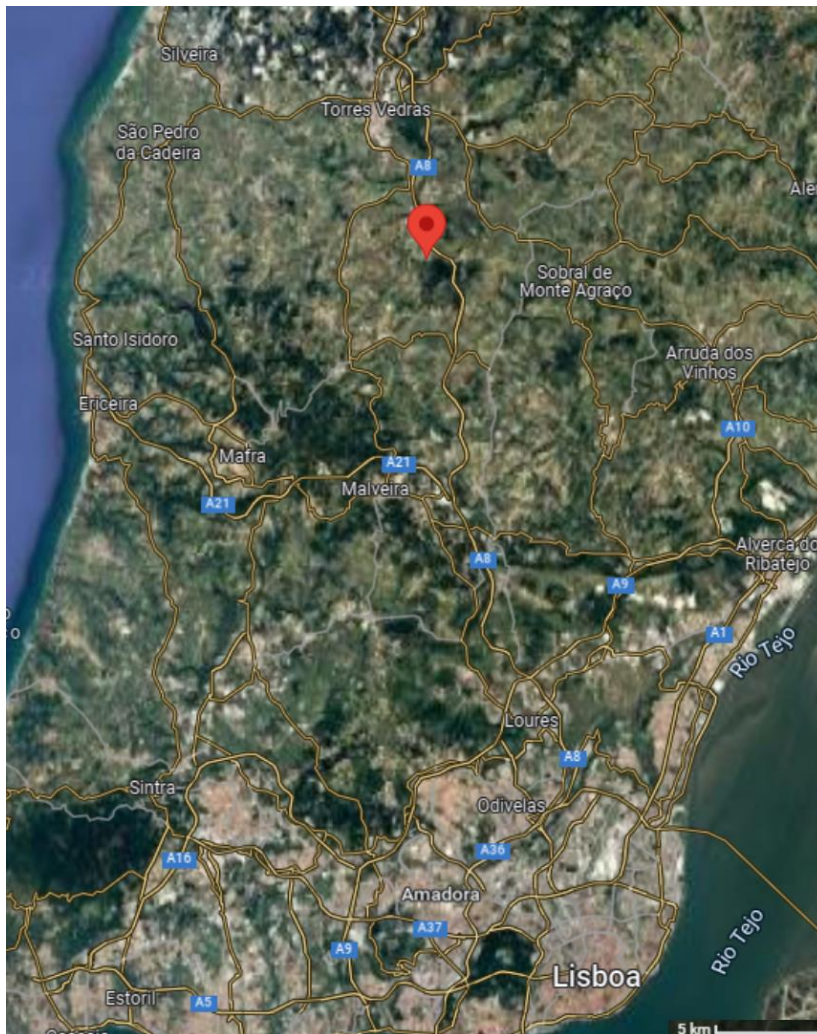
9.2 Uma Comunidade Emergente: Live with Earth Organization

9.2.1 Apresentação da Live with Earth

A Live with Earth – Organização para o Desenvolvimento Sustentável & Economia Circular é uma organização sem fins lucrativos situada em Torres Vedras, na região Centro de Portugal, numa zona de paisagem protegida local das serras do Socorro e Archeira (figura 9.6) a cerca de 40km de Lisboa. A sede da organização situa-se numa escola primária abandonada, cedida pelo município, que tem vindo a ser reabilitada pelos membros da comunidade. Esta CSI, fundada em 2017, está localizada num território rural com cerca de 2 hectares e atualmente tem cerca de 9 membros.

É a comunidade mais recente e com menor número de membros dos quatro casos em estudo nesta investigação. A sua principal missão é promover o desenvolvimento sustentável de pessoas, coletivos e regiões através das áreas da consciencialização, capacitação, convergência e inovação. Esta organização é um projeto ainda incipiente, em fase de construção e desenvolvimento. O percurso que levou à sua fundação é significativamente diferente dos restantes casos analisados pois surge em articulação estreita com a academia, através de um projeto de investigação (a dissertação de mestrado do fundador). Por isso, desde o seu início que assume como principal objetivo criar e implementar, através da investigação, sistemas inovadores sustentáveis e colaborativos para fomentar o desenvolvimento local.

Figura 9.6 - Localização de Live with Earth



Fonte: Google Maps

A dissertação de mestrado do fundador, foi defendida em 2012, com classificação de 20 valores, no âmbito do Mestrado de *Design* de Produção Industrial, no IADE, intitulada *Eco-Village Community*. O projeto foi notícia em Portugal e no estrangeiro e acabou por funcionar como uma porta de entrada para o reconhecimento das áreas do Empreendedorismo Social, *Design* de Permacultura e Economias Alternativas. O objetivo da dissertação era refletir sobre possíveis soluções para os problemas ambientais, sociais e económicos existentes.

O resultado foi a criação de um modelo (figura 9.7) através de técnicas de *design thinking* que pudesse responder a esses problemas. Foi assim que nasceu a visão de uma CSI, ou “sistema social autossuficiente”, como o fundador lhe chama. O objetivo final é a implementação real do modelo apresentado abaixo e desde 2017 que se têm vindo a dar os primeiros passos nesse sentido:

Neste momento, temos um micromodelo. Porque na tese é um modelo maior, focado para à volta de 300 pessoas, ou seja, uma mini vila. Aqui é um espaço pequenino. Temos o nosso coletivo, fazemos alguns projetos, vamos regenerando o espaço e desenvolvendo também as infraestruturas. (Entrevistado 1, membro fundador, 5 anos de residência)

Figura 9.7 – Maquete Final em Barro da *Eco-Village Community*



Fonte: Página de facebook da Live With Earth Organization | **Créditos:** © IADE-LabFotografia

A formalização do projeto aconteceu durante a organização do IFAC 2017 - *International Festival of Art and Construction*,¹³⁸ onde a Live with Earth (LWE), organizadora do festival, iniciou uma parceria com o Município de Torres Vedras, a Junta de Freguesia do Turcifal, e outras entidades locais, nacionais e internacionais. Esta parceria surgiu com o enquadramento do ECOCAMPUS, uma plataforma de empreendedorismo para a reabilitação de património público desocupado para incubação de empresas *start-ups* na área da economia verde, sustentabilidade e economia circular. O município de Torres Vedras é um parceiro estrutural desta CSI e tem apostado de forma

¹³⁸ O maior festival da Europa sobre artes e construção sustentável que conta anualmente com mais de 300 participantes.

constante nas áreas da sustentabilidade. Em 2015 a cidade ganhou o prêmio Europeu *Green Leaf* e foi considerada a primeira capital da economia verde na Europa.

Os projetos e atividades desenvolvidas pela comunidade são inspirados pelos quatro elementos naturais: água, terra, fogo e ar. Simbolicamente, a água representa o “acordar” nacional e internacional, para as questões da sustentabilidade. As atividades que se agrupam neste elemento estão relacionadas com a comunicação e disseminação, como a realização de conferências, vídeos, documentários, participação na comunicação social e programas de intercâmbio multicultural. O elemento terra remete para atividades de “empoderamento” individual e coletivo, como a gestão eficiente dos recursos locais e cursos de permacultura e de construção natural. O fogo está relacionado com a “convergência” entre o conhecimento produzido, as culturas locais e os projetos que desenvolvem. Por fim, o elemento ar está relacionado com a preocupação com a “inovação”. Devido também ao seu contexto de emergência a LWE mantém a inovação como uma das suas principais bandeiras:

Procuramos sempre inovar, desenvolver e testar soluções. Essa é uma das nossas missões através do desenvolvimento de protótipos de sistemas e tecnologias para a autossuficiência, de modelos, técnicas e métodos para a harmonia social, de modelos de comércio justo e de economias alternativas e, acima de tudo, de construção sustentável. (Entrevistado 1, membro fundador, 5 anos de residência)

Atualmente, a LWE encontra-se a desenvolver vários projetos, a maioria deles focados na área da sustentabilidade ambiental. De entre as várias atividades que desenvolvem, destacam-se o desenho e implementação de soluções autossuficientes como a construção de fornos solares e a lenha, cozinhas comunitárias, lagos e piscinas naturais, casas de apoio agrícola, peças de decoração, sistemas de aquecimento integrado, sistemas de aproveitamento de água, agricultura biológica, sistemas de compostagem e casas de banho secas. A figura 9.8 mostra exemplos das construções feitas pela LWE.

Como são ainda uma comunidade emergente, a dar os seus primeiros passos e, portanto, com algumas limitações no espaço físico que têm disponível, têm-se concentrado em ser um parceiro estratégico para outras comunidades através da disseminação do seu *know-how* e do apoio na implementação destas atividades.

Figura 9.8 - Atividades em Construção Natural da LWE



Fonte: Website da Live with Earth (www.livewithearth.org/livewithearth) | **Créditos:** © Live With Earth

Outra das grandes preocupações da LWE é promover soluções inovadoras de pequena escala e difundir informação sobre técnicas que possam contribuir para a transição para a sustentabilidade. Operacionalizam esta preocupação de duas formas principais. Por um lado, através da dinamização de cursos e *workshops* de permacultura, empreendedorismo social e *habitats* orgânicos autossuficientes. Esta é uma das principais fontes de rendimento desta CSI. E, por outro lado, através de uma presença forte nas redes sociais e nos meios de comunicação tradicional. O *marketing* e a comunicação são uma dimensão importante para este caso:

Para além dos membros sociais da organização temos mais pessoas que colaboram connosco e participam dos nossos projetos. E, depois, temos comunidades de grupos *online* no *WhatsApp*, *Telegram*, têm à volta de 100 ou 200 pessoas cada grupo e temos muitos seguidores nas redes sociais e, também temos, uma newsletter que disseminamos por vários canais. (Entrevistado 1, membro fundador, 5 anos de residência)

Esta CSI representa o *cluster 2* que, como foi referido no capítulo 8, inclui as comunidades emergentes com poucos anos de existência que surgem com um foco na investigação e na colaboração. Os discursos dos entrevistados denotam uma certa

institucionalização e uma preocupação em serem atores importantes no ecossistema de inovação para a sustentabilidade. Este fator distingue-os dos restantes casos em estudo. Em Los Portales, por exemplo, essa consciência e missão só surgiu mais recentemente, após a comunidade estar consolidada enquanto a LWE foi fundada com esse propósito.

São, por isso, um projeto muito bem conectado, principalmente a nível nacional, seja com os órgãos de governança (município de Torres Vedras), com as universidades, com empresas, associações, cooperativas, fundações, agências de comunicação social, e outras instituições e colaboradores individuais. Na análise das práticas inovadoras desenvolvidas por esta CSI estas redes de colaboração serão abordadas de forma mais detalhada.

Associado à importância da colaboração está também um foco na inovação. O fundador deste projeto encontra-se a desenvolver a sua tese de doutoramento (financiada pela FCT), a qual tem como objetivo desenvolver pigmentos naturais que sirvam como alternativa às tintas utilizadas atualmente no mercado. Este é um projeto realizado em parceria com a organização, numa lógica de investigação-ação. Para além disso, têm ainda parceria com a Laureate University e parcerias internacionais para exportação e replicação de modelos, produtos e serviços, para adaptação em países em desenvolvimento.

Apesar disto, a LWE tem enfrentado algumas dificuldades, principalmente relacionadas com a COVID-19, uma vez que cerca de metade dos seus anos de existência foram passados em contexto de pandemia. Os confinamentos obrigatórios e a minimização de contactos sociais condicionaram o desenvolvimento dos projetos que tinham em curso. Alguns desses projetos, nomeadamente, os *workshops* acabaram por se realizar em contexto *online* – o que acabou por aumentar o número de participantes, mas condicionou a parte prática das atividades. Neste momento, encontram-se em fase de relançamento de todas as atividades que tinham previstas.

9.2.2 Caracterização dos Entrevistados

Foram entrevistados quatro membros da Live with Earth: o fundador e três que fazem parte dos órgãos sociais da organização. Dos quatro entrevistados, três são homens e uma é mulher, todos de nacionalidade portuguesa e todos envolvidos desde o início do projeto. A média de idades é 44 anos, sendo que o participante mais novo tem 33 anos e

o mais velho tem 60. Todos os entrevistados têm formação de nível superior – dois são licenciados e dois são doutorados (ou em fase final do doutoramento, como é o caso do fundador). Com exceção de uma entrevistada que é socióloga, os restantes são formados na área do *design*.

Um aspeto que foi verificado é que todos os entrevistados se associaram à LWE devido ao facto de terem algum tipo de relação com o fundador. E, por isso, algumas das principais motivações para a pertença a esta CSI estão relacionadas com esse facto. Surgiram, no entanto, outras duas motivações que são comuns a todos os entrevistados. Por um lado, a preocupação com a sustentabilidade, com o desafio das alterações climáticas e por outro lado, a necessidade de adaptar as suas práticas profissionais às suas preocupações pessoais.

Havia uma essência, uma ligação que vem de muito mais de trás; que vem da infância. [Eu] tinha raízes rurais por parte dos avós, por isso, íamos, frequentemente, aos fins de semana ou em viagens, a essas raízes. Comecei a questionar-me a mim próprio, nas minhas escolhas pessoais e profissionais. Muito embora tivesse já uma consciência ecológica, a título individual tinha boas práticas, profissionalmente não se sintonizavam com isso. Depois dei um passo de sair da caixa e enfrentar o medo de sair da caixa, romper com essas estruturas e ir à procura de um mundo novo que me levasse até mim próprio, a encontrar-me e a partir dessa ecologia interior começar a desenvolver praticas mais ligadas à sustentabilidade exterior e comunitária. E, nessas escolhas, coincidiu, num festival que foi o PRIMAL em Sintra, encontrar a Live with Earth e desde aí estamos ligados, de forma simbiótica e sinérgica, encontramos e temos estado juntos. (Entrevistado 4, responsável pela gestão local e organização de eventos, 5 anos de residência)

A minha chegada à Live with Earth foi uma coincidência de lugares. Eu, deste pequeno, sempre gostei da natureza. Fui escuteiro deste pequeno, portanto, as minhas aventuras sempre foram feitas no meio da natureza. E não queria trabalhar daquela maneira na indústria; quis aplicar os meus conhecimentos em algo que me fizesse mais sentido. (Entrevistado 2, membro polivalente e apoio na organização de eventos, 5 anos de residência)

Estes excertos também revelam que os entrevistados já tinham raízes na natureza e nos contextos rurais, um contacto com formas mais tradicionais de saber e fazer. Estes contactos prévios com a natureza contribuíram para uma maior consciência da importância de valorizar os recursos naturais e para a necessidade de direccionar as práticas

individuais e coletivas para um percurso sustentável e mais alinhado com os seus próprios valores.

9.2.3 Inovação na Live with Earth

Representações sobre a Inovação

À semelhança do que se fez para o caso anterior, antes de analisar as práticas inovadoras da Live with Earth, analisaram-se as representações que os entrevistados têm da inovação. A figura 9.9 mostra o mapa hierárquico que permite perceber quais são as dimensões que os entrevistados privilegiam nos seus discursos sobre inovação, tendo em conta o total de referências codificadas nesta categoria. Os participantes enfatizam três dimensões do conceito de inovação: enquanto processo criativo que origina algo novo, enquanto algo que colmata necessidades e como uma forma de aumentar a eficiência de produtos, serviços e técnicas.

Figura 9.9 - Representações sobre a Inovação na LWE



Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

Em relação à dimensão com maior número de referências codificadas – a novidade e criatividade – importa realçar que os entrevistados entendem o “criativo”, não como

algo que é completamente “novo”, *i.e.*, como algo que ainda não existe. Pelo contrário, os discursos analisados revelam um foco na articulação entre conhecimento tradicional e tecnologias contemporâneas, uma reinterpretação das formas de fazer adaptadas às necessidades atuais, à luz do conhecimento existente. Isto é particularmente visível quando os entrevistados mencionam formas tradicionais de produzir alimentos, de valorizar e respeitar os recursos naturais, principalmente os endógenos, e de organização social:

Sugere-me encontrar novas soluções, mesmo que seja para problemas antigos, haver qualquer coisa de novo. O próprio radical da palavra sugere isso. Ao mesmo tempo, acho que num mundo tão acelerado, a um ritmo tão intenso, algo de inovador, no presente, é de uma forma circular, o voltar às origens. Preferencialmente, fazer um bom casamento entre o desacelerar e recuperar práticas ancestrais e fundi-las com o conhecimento e com a tecnologia, para aproveitar as possibilidades que este novo mundo nos criou. Em parte, inovar hoje em dia até é um voltar atrás e daí partir para novas possibilidades. (Entrevistado 4, responsável pela gestão local e organização de eventos, 5 anos de residência)

Os entrevistados representam a inovação como algo que é socialmente construído, adaptado aos contextos e às circunstâncias. O que esta citação deixa transparecer pode ser analisado com recurso à sociologia da inovação de Tarde (1890) que se consubstancia na distinção entre o estático e o dinâmico. Para os membros da LWE, a inovação é entendida como a rejeição do estático e como um processo de introdução de dinamismo (Merton, 1968), através da ligação entre conhecimento tradicional e contemporâneo.

O que é inovador é aquilo que é capaz de satisfazer necessidades de forma mais eficaz do que as soluções anteriores. Esta representação remete para uma visão mais institucional, semelhante às avançadas pela Comissão Europeia (2013):

Inovação é quando surge algo do processo de investigação e que traz mais valias àquilo que já existia; traz mais funcionalidades ou que resolve mais problemas de uma forma mais eficiente da que já existe. (Entrevistado 1, membro fundador, 5 anos de residência)

Encontrar novas soluções para problemas do dia-a-dia, do nosso quotidiano. Mas para isso, é preciso identificar quais as nossas necessidades. Não vamos criar por criar porque senão estamos apenas a reproduzir os erros da sociedade de consumo. Existem vários tipos de necessidades e não podemos responder a todas. Por isso, há que fazer escolhas. Mas se a inovação não servir para satisfazer necessidades, então... fica aquém do que poderá ser inovador. (Entrevistado 2,

membro polivalente e apoio na organização de eventos, 5 anos de residência)

A CE (2013) identifica vários tipos de necessidades sociais às quais o processo de inovação social deve procurar responder. Estas necessidades podem ser divididas em: necessidades básicas (acesso a habitação, alimentação, educação e saúde), necessidades latentes (necessidades associadas com as competências e aptidões necessárias para a integração em sociedade, como os relacionamentos interpessoais, sentimento de pertença, identidades pessoais e coletivas e bem-estar), necessidades emergentes (que são aquelas que emergem das características sociais, económicas e ambientais específicas de um território) e necessidades estratégicas (aquelas definidas pela UE como estratégicas para o desenvolvimento dos Estados-Membro, como tendências demográficas, desenvolvimento ambiental, novas tendências de comunidade, e as tendências relacionadas com a pobreza, saúde e bem-estar).

Quando interpelados sobre que tipo de necessidades se estavam a referir, os entrevistados enfatizaram as necessidades básicas, principalmente a alimentação porque “não faz sentido estar tudo [referindo-se aos alimentos] cheio de químicos e toda a gente sabe que nos faz mal e não existem soluções. Isto é uma necessidade muito real” (entrevistada 3, responsável pela administração e tesouraria, 5 anos de residência); e também as necessidades estratégicas como as alterações climáticas ou outros assuntos na agenda europeia como a economia circular: “a grande necessidade é óbvia... é o ambiente, mas a solução para isso não é fácil e o sistema económico é fundamental – criar outras formas de pensar a economia, como a economia circular, por exemplo” (entrevistado 2, membro polivalente e apoio na organização de eventos, 5 anos de residência).

As representações dos entrevistados sobre a inovação denotam uma postura normativa que se pode traduzir em linhas de ação e critérios que devem orientar as práticas de inovação social (CE, 2013). Isto remete para uma abordagem mais “instrumental” que é comum nas políticas públicas relacionadas com as prestações de serviços sociais voltados para as necessidades sociais e para as falhas de mercado (Edwards-Schachter e Wallace, 2017).

Esta representação mais próxima da visão das políticas públicas, pode dever-se, precisamente, ao facto das características do *cluster* das comunidades emergentes, onde não se verificaram elevadas taxas de informalidade e que são comunidades que estão

muito engajadas com as políticas públicas. Por isso, é normal existir uma determinada absorção, e reprodução, dos discursos institucionais.

Construção Natural na Live with Earth

A Live with Earth prioriza as práticas de inovação social, que estão relacionadas com a comunicação e com a forma de gestão da CSI – nomeadamente o recurso à sociocracia e ao *design thinking* – e com a educação ambiental. No entanto, e uma vez que a maioria dos entrevistados está ligada ao *design*, as práticas de construção natural (categorizadas como inovação na área ecológica) surgiram com mais destaque. Posto isto, a prática que se analisa em detalhe é um trabalho de construção natural que conseguiu já ser transferido e disseminado para fora da comunidade.

A construção natural ou bioconstrução surge, na Live with Earth, inspirada nas práticas da *Cal-Earth* uma fundação pioneira e inovadora que desenvolve tecnologias relacionadas com a terra, cerâmica e arquitetura sustentável. Na prática, a construção natural é a edificação de infraestruturas com recurso a matérias naturais, concretamente através de uma tecnologia denominada superadobe¹³⁹ (sacos de terra e arame farpado). Estas construções tendem a ser mais práticas e económicas e permitem aos indivíduos participarem ativamente na construção das suas casas, ao mesmo tempo que preservam os recursos naturais.

Os membros da LWE têm participado em vários projetos de construção natural em Portugal. Estiveram envolvidos no projeto CRIANA – um projeto de permacultura, agricultura regenerativa e de bioconstrução, localizado em Casal da Laje (Torres Vedras). Esta parceria resultou na construção de uma casa que já está a ser habitada e na recuperação de uma outra que foi reconvertida através da bioconstrução e da utilização de materiais sustentáveis como a palha, na qual o isolamento foi feito com argila local. Estão também a construir um *ecohostel* perto da sede da comunidade. Os entrevistados revelaram que, há três anos, tiveram muitas dificuldades para encontrar técnicos que fizessem a avaliação dos imóveis porque “na câmara municipal não havia ninguém que

¹³⁹ Não importa para esta investigação especificar todos os aspetos técnicos da construção em superadobe mas sim analisar o processo enquanto inovação social. Posto isto, não se detalham todos os materiais e técnicas que podem ser utilizados. Mais informações sobre construção natural podem ser encontradas em: The California Institute of Earth Art and Architecture, <http://calearth.org/>

percebesse daquele tipo de construção” (entrevistado 2, membro polivalente e apoio na organização de eventos, 5 anos de residência).

O projeto que aqui se destaca é a construção de uma *earthship* (figura 9.10). A *earthship* é um estilo de arquitetura desenvolvido no início do século XXI pelo arquiteto Michael Reynolds. No fundo, são “naves terrestres” concebidas para se comportarem como abrigos solares feitos tanto de materiais naturais como de materiais de alta densidade de carbono, tais como pneus. Esta é uma técnica de construção que tem vindo a ganhar destaque, principalmente, face ao aquecimento global e ao aumento das situações de temperaturas extremas. Um artigo do Jornal de Notícias¹⁴⁰, publicado em 2018, descrevia estas casas como um conceito revolucionário na área da construção contemporânea uma vez que são resistentes a sismos e tsunamis, são mais acessíveis do ponto de vista económico e autossustentáveis do ponto de vista energético. A ideia original é que estejam completamente desconectadas das redes de abastecimento de água e de energia mas, dependendo da necessidade dos utilizadores, essa ligação também pode ser feita nomeadamente em contextos urbanos devido ao tratamento das águas residuais.

A construção da *earthship* em Torres Vedras na qual a LWE esteve envolvida tem um aspeto particularmente interessante como exemplo de prática de inovação social: foi o primeiro projeto do género totalmente licenciado pelo município e financiado por uma instituição bancária. Isto representa que foram dados passos em direção à disseminação da prática e à sua institucionalização. Para os entrevistados, isto é uma forma de promover a mudança social porque molda a forma como estas instituições olham para a potencialidade destes materiais e deste tipo de construção:

Estamos a falar de uma *earthship* que vai buscar materiais naturais, como a terra e a lama e reciclados, como pneus e latas. Estamos a falar de coisas que, para essas instituições são como lixo e eles nem imaginavam como possíveis. Por isso, é muito interessante levar isto a locais onde normalmente isto não está; [onde] não são tão alternativos. Aprovado pelo município e ser financiado por um banco e ter um avaliador que vai ao local e tem que fazer contas para tentar perceber quanto é que vale e tem dificuldade em perceber quanto vale a terra ou um pneu. E isso é interessante... conseguir ir a esses lugares que estão um pouco mais formatados por modelos que têm sido dominantes. (Entrevistado 4, responsável pela gestão local e organização de eventos, 5 anos de residência)

¹⁴⁰ <https://www.jn.pt/nacional/especial/as-casas-que-resistem-as-catastrofes-9368926.html>

É giríssimo ver os avaliadores dos bancos irem lá ver paredes em pneus, por exemplo. Eles sabem quanto custa o metro quadrado de alvenaria mas quando olham para isto ficam assim um bocado... “-como é que eu hei-de avaliar aqui o monte pneus cobertos com argila ou com lama”. (Entrevistado 2, membro polivalente e apoio na organização de eventos, 5 anos de residência)

Figura 9.10 - Exemplo de uma *Earthship*



Fonte: Istockphoto | **Créditos:** © GNagel

A tabela abaixo apresenta a prática descrita, com base nas diferentes dimensões do conceito de inovação social utilizado nesta investigação e permite perceber quais as principais alterações verificadas em cada uma das fases do processo.

Tabela 9.2 - Construção Natural na Live with Earth

IMPACTO ESTÁGIO	INTERAÇÃO ENTRE ATORES	RELAÇÕES SOCIAIS	RELAÇÕES DE PODER	PRÁTICAS SOCIAIS
Identificação da Necessidade	A prática promoveu a interação entre os membros da comunidade e outros atores externos (clientes e outras organizações).	O processo nesta fase potenciou as relações entre os atores envolvidos e a verificação das necessidades que a habitação deveria colmatar processo participativo e inclusivo.	A identificação da necessidade não transformou as relações de poder pois foi feita entre atores com poderes simbólicos semelhantes.	Foram utilizadas técnicas de <i>design thinking</i> .
Desenvolvimento de ideias e protótipos	Todos os <i>stakeholders</i> envolvidos (LWE, clientes e outras organizações) interagiram e contribuíram para o desenvolvimento de ideias.	Esta fase beneficiou das relações sociais estabelecidas na fase de identificação da necessidade .	As relações de poder alteraram-se devido à necessidade de compromisso em algumas escolhas entre o cliente e os especialistas na construção natural.	Esta fase enfatizou a importância da autossuficiência da habitação e da utilização de materiais endógenos contrariando práticas sociais de consumo não sustentável.
Escalar e difundir	A escalabilidade e aplicação da prática promoveu a interação entre a micro e a macro escala, ou seja, entre a LWE e os seus parceiros e as instituições bancárias e órgãos de governança.	As relações sociais entre a LWE, instituições bancárias e órgãos de governança foram pautadas pela confiabilidade do processo e pela demonstração da eficiência energética e garantia de qualidade da construção.	Nesta fase, houve uma clara transferência de poder simbólico das instituições bancárias e dos órgãos de governança para a LWE e para os seus parceiros, uma vez que foram pioneiros no licenciamento e financiamento deste tipo de projetos.	O carácter institucional deste projeto fez com que existisse uma disseminação das práticas de sustentabilidade para círculos e esferas de ação que ainda são moldados pelos modelos dominantes de construção, licenciamento e financiamento.
Mudança social	A construção natural é um processo de equipa, multidisciplinar e onde necessidades específicas de cada contexto e de	A prática potenciou relações sociais com atores da escala macrossocial o que é importante para aumentar a	Esta prática não é exclusiva da LWE e existe cada vez mais empresas especializadas em construção natural e cada vez mais procura por este	A prática encontra-se a ser aplicada um pouco por todo o mundo. Ainda não se pode dizer que existe mudança social

	cada habitação devem ser tidas em conta, o que favorece a interação entre diferentes <i>stakeholders</i> .	consciência em torno destes projetos e estabelecer parcerias que podem ser úteis para a replicação do mesmo.	tipo de habitação. Isto faz com que, gradualmente, os processos de licenciamento e financiamento tenham que se adaptar a estas realidades.	porque a maioria da construção ainda utiliza métodos convencionais, mas existem bons indícios que estes projetos podem orientar as práticas sociais na direção da construção natural.
--	--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria com base em Mulgan *et al.*, 2012 e Cajaiba-Santana, 2014

De todas as práticas inovadoras em análise nos três casos em estudo, as técnicas de construção natural são, provavelmente, as que têm maior potencial para facilitar as transições sustentáveis no setor da construção. O facto de “forçarem” o setor da construção, as instituições bancárias e os órgãos de governança a alterar as suas práticas e os seus métodos para se adaptarem a este tipo de construção é um sinal. É também uma forma de aumentar a consciência social em torno da necessidade de sustentabilidade do próprio setor. Esta é, no entanto, uma das principais dificuldades que os entrevistados identificam neste processo: a relação burocrática com atores que estão formatados pelos modelos que têm sido dominantes. No entanto é também a sua principal potencialidade: conseguir penetrar estas barreiras.

O regime sociotécnico (Geels, 2005) do setor da construção é apenas um dos que necessita de ser destabilizado para que uma transição para a sustentabilidade possa ocorrer. Esta prática cria tensão nesse regime, principalmente, quando se pensa nas limitações atuais do setor da habitação. Desde o aumento dos eventos de temperaturas extremas, ao aumento dos preços da habitação, à necessidade global de abrigar milhões de refugiados e pessoas deslocadas (fenómeno que aumentará com as alterações climáticas), às fracas condições de habitabilidade em que vivem alguns cidadãos, a construção natural pode representar uma solução fiável, rentável e eficiente para estes desafios.

9.2.4 Sustentabilidade e Transição na Live with Earth

Nesta secção analisam-se as perceções dos entrevistados sobre a sustentabilidade e sobre o papel que acreditam que as CSIs podem ter nas transições para a sustentabilidade e para a mudança social. A figura 9.11 mostra a proporção das referências que foram

codificadas na categoria “percepções sobre a sustentabilidade”. As considerações dos entrevistados dividem-se entre a importância de reorientar e reavaliar as necessidades e procurar responder apenas às necessidades básicas e entre a ideia de vida minimalista.

Figura 9.11 - Representações sobre a Sustentabilidade na LWE

NECESSIDADES BÁSICAS	CAPACIDADE DOS ECOSISTEMAS
VIDA MINIMALISTA	

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

A categoria “necessidades básicas” remete para uma crítica aos padrões de consumo contemporâneos. No capítulo 2 já se tinha refletido sobre o aumento do consumo de bens e serviços como uma das dimensões que contribuem para a crise ambiental, uma vez que a natureza é tratada como um meio de produção para gerar valor mercantil (Ribeiro, 2017). Segundo Baudrillard (1995), a “Sociedade de Consumo” é caracterizada por comportamentos individuais e coletivos de consumo exacerbado que vão para além da satisfação das necessidades. Para tal, contribuem as estratégias de publicidade que procuram gerar nos indivíduos uma insatisfação relativamente àquilo que possuem e uma procura incessante por aquilo que é novo (*ibid.*, 1995).

O problema está relacionado com aquilo que nós consumimos e aquilo que nós produzimos. E isso não é sustentabilidade, porque não é o necessário para nós vivermos. Colocar em risco a própria vida do planeta terra. Ou seja, sustentabilidade é a gestão dos recursos que temos, tendo em conta aquilo que são as nossas necessidades básicas,

que na realidade não são assim tantas. (Entrevistado 2, membro polivalente e apoio na organização de eventos, 5 anos de residência)

Há uma ânsia pelo que é novo, por ter mais e melhor. E, para mim, sustentabilidade é algo que funciona e que pode produzir mais do que aquilo que consome. Isto depende dos comportamentos individuais porque, para além de um consumismo exagerado, existe também um comodismo. Ir ao supermercado e comprar legumes embalados em plástico é mais simples do que ir a um mercado. (Entrevistado 1, membro fundador, 5 anos de residência)

Os entrevistados já tinham relacionado a inovação como um processo em que se articula o passado com o presente, uma espécie de reciclagem de conhecimento e de artefactos e, portanto, esta percepção da sustentabilidade como capacidade de resposta a necessidades básicas acaba por alimentar o significado atribuído à inovação.

As representações categorizadas como vida minimalista acabam também por estar relacionadas com as de necessidades básicas porque remetem para a atribuição de novos sentidos em torno daquilo que é necessário para cada indivíduo. Como já referido na análise do caso anterior, esta categoria prioriza a consciência e necessidades coletivas (globais) em detrimento das individuais. Importa sublinhar que esta ideia de vida minimalista não implica uma ausência da expressão das identidades individuais, mas sim a necessidade de desenvolver uma noção de identidade consistente com o “nós” (Beck *et al.*, 2000) – sendo esse “nós” o eu, o outro e o ambiente:

A forma mais simples para mim é tudo aquilo que nós conseguimos fazer começando pelas necessidades que temos de uma forma simbiótica entre os todos os intervenientes e o meio, portanto, que seja positivo para todos. Por isso, sustentabilidade é todo o tipo de relações e aqui sim, conosco próprios, com o outro, com o meio ambiente e que possam ser de ganho-ganho, em que nós sabemos respeitar a nós próprios, o outro, o todo. E que, no final, estas relações possam ser benéficas e positivas para todos. (Entrevistado 4, responsável pela gestão local e organização de eventos, 5 anos de residência)

É nesta relação entre o *self*, o outro e o ambiente que emergem também discursos associados à capacidade dos ecossistemas. Estas representações mostram que os entrevistados da LWE associam a sustentabilidade diretamente ao desenvolvimento sustentável e reproduzem visões institucionais. A definição mais referenciada sobre desenvolvimento sustentável é a da Comissão de Brundtland que o define como “(...) aquele que garante as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras garantirem as suas próprias necessidades” (CCMAD, 1991: 9).

Os outros casos em análise também identificam a importância das dimensões assinaladas na figura 9.11. No entanto, os seus discursos não revelam o peso que os entrevistados da LWE lhes atribuem. Novamente, verifica-se na LWE uma visão alinhada com os relatórios estratégicos de políticas públicas, o que permite caracterizar este projeto como alinhado com as normas e diretrizes europeias e corrobora a incrustação desta CSI em redes compostas por diversos *stakeholders*, tanto outras comunidades, como órgãos de governança e universidades. Este tipo de retórica, mais institucional, acerca do desenvolvimento sustentável, pode conferir à LWE mais legitimidade e voz ativa na sua articulação com as estruturas políticas e governativas.

Posto isto, as mudanças que os entrevistados consideram como prioritárias para o processo de transição para a sustentabilidade estão essencialmente relacionados com duas dimensões principais altamente interligadas: a educação e a mudança de mentalidades. Esta foi uma CSI que enfatizou a importância da educação ambiental e da introdução da temática da sustentabilidade nos currículos escolares:

Eu penso que a educação é um pilar fundamental, porque as populações precisam de ser educadas para as práticas mais sustentáveis. O processo de uma possível transição ou transformação vai demorar algum tempo e por isso, é fundamental que as nossas crianças e jovens estejam capacitados para ser os protagonistas do futuro. (Entrevistada 3, responsável pela administração e tesouraria)

As questões da sustentabilidade deveriam ser transversais a todos os ciclos de estudos. E também nas universidades é importantíssimo que, antes dos jovens entrarem no mercado de trabalho, possam estar ao serviço da sociedade, portanto, é onde vão dedicar a sua energia e o seu tempo e treinar a forma como irão contribuir para a sociedade como um todo. (Entrevistado 1, membro fundador, 5 anos de residência)

A importância que atribuem à educação está diretamente relacionada com o que os entrevistados entendem por mudança de mentalidades que, por consequência, se associa à ideia de reavaliação das necessidades básicas e de uma vida minimalista. Essa articulação é evidenciada nos seguintes excertos: “educação das crianças e dos jovens é fundamental porque é aí que se formam as estruturas mentais e a forma como se vê o mundo e se aceita a realidade à sua volta” (entrevistado 1) e “temos que começar a preparar as mentalidades nos mais jovens, educar nesse sentido” (entrevistado 4).

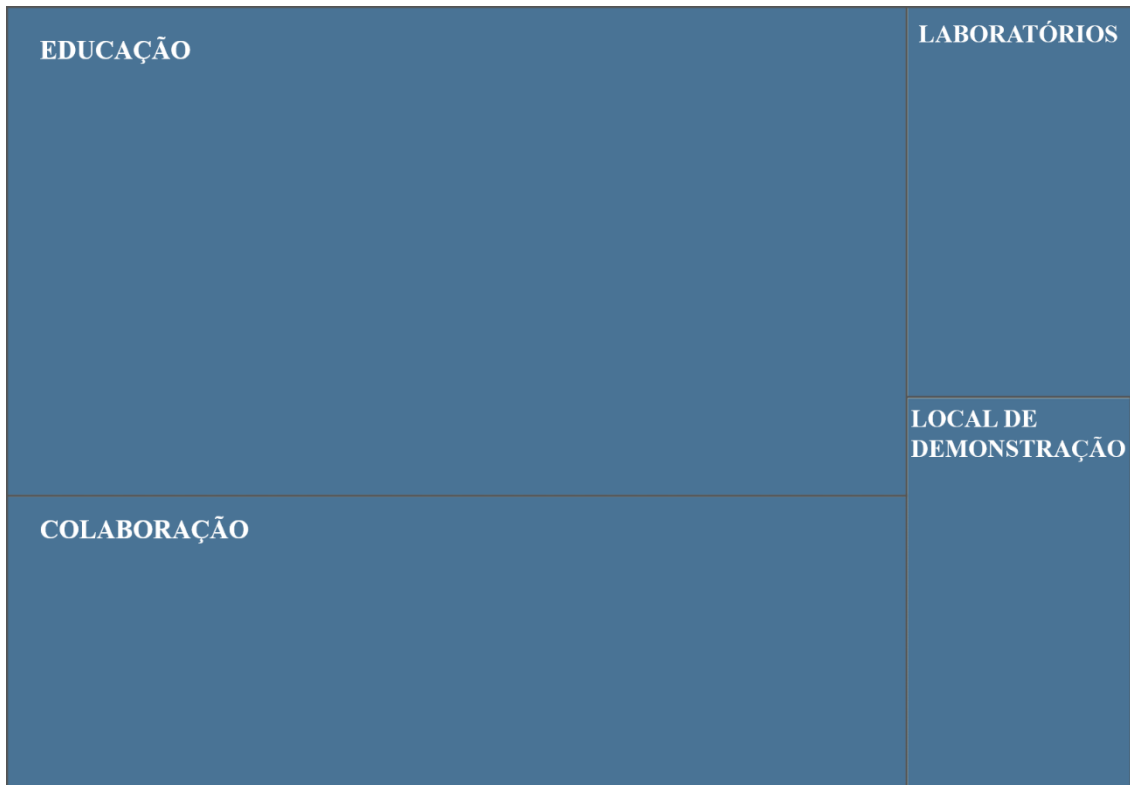
Para os membros da LWE a mudança social orientada para a sustentabilidade é um processo contínuo que tem origem na educação, pois é através da capacitação e

conhecimento que os indivíduos se podem tornar mais conscientes sobre as alterações climáticas e sobre a necessidade de transição, reorganizar os seus valores e as suas práticas de consumo. A educação ambiental desempenha aqui um papel preponderante, pois o aumento do conhecimento sobre os problemas ambientais traduz-se na promoção do sentido crítico que permite aos indivíduos ter mais capacidade para intervir e tomar decisões ambientalmente responsáveis (Schmidt e Guerra, 2014).

As mudanças prioritárias identificadas pelos membros da LWE encontram-se associadas ao nível meso, nomeadamente, no setor da educação. Já existe uma multiplicidade de programas de educação ambiental e de educação para o desenvolvimento sustentável que estão a ser implementados nas escolas portuguesas que têm, essencialmente, origem em iniciativas de âmbito governamental (Schmidt e Guerra, 2014). Assim, é possível perceber que a educação para o ambiente tem o potencial para criar tensões no regime sociotécnico da educação e isto significa que este processo de transição está numa fase de *take-off* (Rotmans *et al.*, 2001). No entanto, estes programas desenvolvem-se no nível local e dificilmente se difundem para o nível regional ou nacional e, menos ainda, para o nível internacional (Schmidt e Guerra, 2014). Os entrevistados reconhecem esta dificuldade de difusão e acreditam que a escala micro, nomeadamente as CSIs, pode ter um importante papel a desempenhar nesta área. Isto significa que, embora possam existir algumas tensões no setor da educação que formam uma janela de oportunidade, esta deve ser aproveitada para a introdução de inovações de nicho (Geels e Schot, 2007).

Contribuir para a maior, mais diversificada e mais transversal oferta de educação ambiental nas escolas portuguesas é uma das principais funções que os entrevistados afirmam poder desempenhar no processo de transição (figura 9.12). Embora também considerem que o seu compromisso passa pelo desenvolvimento de práticas inovadoras, enquanto laboratórios de inovação social e ecológica e, posteriormente, como locais de demonstração, a LWE é o único caso em análise que prioriza a educação e a capacidade de colaboração como o principal papel que podem desempenhar no processo de transição.

Figura 9.12 - Representações sobre o Papel na Transição na LWE



Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

Estas comunidades contribuem, através das suas práticas quotidianas, para a experimentação de novos contextos materiais, sociais e imaginativos (Waerther, 2014; Kirby, 2003). Para os membros da LWE, é importante que estas práticas possam ser apresentadas em contextos escolares, funcionando como exemplos de boas práticas, para que as crianças e jovens possam experienciar e conhecer os tais novos contextos materiais, sociais e imaginativos e assim desenvolverem ferramentas que possam ser mobilizadas para a mudança social:

É muito importante as escolas estarem em cada vez mais despertas para estes projetos para, por exemplo, abrirem as portas aos testemunhos de todas as pessoas que trabalham nestes projetos. porque não há nada melhor numa política educativa - Não é? Neste caso, para mobilizar as pessoas na transformação social do que dar os exemplos, do que mostrar as crianças. (Entrevistada 3, responsável pela administração e tesouraria)

Tenho que ir à semente e poder ter logo uma participação muitíssimo maior na educação desde tenra idade, o mais rápido possível. Desde pequeninos podemos aprender ferramentas de autossustentação, de gestão da ecologia interna, ter esse tipo de entendimentos. Se interviéssemos neste campo em particular teríamos mais impacto.

(Entrevistado 4, responsável pela gestão local e organização de eventos,
5 anos de residência)

A educação ambiental é um dos principais propósitos desta CSI e uma das principais razões pelas quais destacam a importância da colaboração. De facto, a colaboração local e a participação em redes são fatores preponderantes para o desenvolvimento e longevidade das CSIs (Penha-Lopes e Henfrey, 2019). A LWE, embora seja uma comunidade recente e ainda em consolidação, tem o potencial para se transformar num exemplo de sucesso se se conseguir manter conectada. Como se verificou através da análise de redes, as “comunidades emergentes” privilegiam a colaboração com diferentes atores, formando pequenos, mas diversificados, *hubs* regionais. Isto significa que conseguem conectar o nível micro ao nível meso através de um conjunto de ligações colaborativas “entregrupos” (Cajaiba-Santana, 2014). Para o fundador da LWE, este é o propósito: “É isso que quero, que o mundo perceba que há espaço para todos e que podemos ter sempre mais ações de colaboração. Acredito que esta é a nossa função”.

O desenvolvimento de inovação ao nível do nicho está dependente da capacidade de atração de financiamento externo e da pertença a redes (Rip e Kemp, 1998; Schot e Geels, 2008). A análise do caso da LWE e os dados analisados anteriormente sobre as comunidades pertencentes ao mesmo *cluster* da LWE revelam que os esforços que estas CSIs têm desenvolvido estão alinhados com o que a literatura identifica como importante para o desenvolvimento dos nichos.

A LWE representa, parcialmente, o perfil que Dahle (2007) caracteriza como *pacientes revolucionários*: atores que produzem inovações de nicho e aguardam pelo momento em que as estruturas estejam desalinhadas para introduzirem as suas inovações nos regimes. Todavia não se pode afirmar que tenham a visão pessimista dos pacientes revolucionários que defendem que a transformação só ocorrerá após um colapso ambiental. Estamos perante um conjunto de indivíduos que desenvolvem inovações de nicho para servirem como exemplos de boas práticas e não para se tornarem mais resilientes perante o colapso.

Neste sentido, são atores que apresentam semelhanças com os pacientes revolucionários, mas também diferenças que se consubstanciam na confiança relativa que têm nas instituições e na mudança social. Posto isto, a presente investigação neste estudo de caso sugere um novo tipo de perfil – *Revolucionários Otimistas Conectados* – para

designar indivíduos comprometidos com o seu papel de nicho na mudança mas otimistas que, com as conexões corretas e com a disseminação de boas práticas, podem influenciar a política pública e assim, acelerar o processo de transição:

O importante é não nos isolarmos porque estabelecer relações com outros atores é, por vezes, difícil. Falamos línguas diferentes ... Eu acho que, por um lado, não [devemos] excluir, temos de incluir porque todas as pessoas têm a ganhar com isso. Mas num mundo que precisa de desacelerar, talvez para acelerar esse desaceleramento seja mesmo muito importante levá-las a estes atores, dessas instituições políticas e bancárias. (Entrevistado 4, responsável pela gestão local e organização de eventos, 5 anos de residência)

Importa, no entanto, sublinhar que a inadequação deste tipo de atores ao perfil identificado por Dahle pode dever-se à distância temporal entre a construção dessa tipologia e o desenvolvimento desta investigação. As alterações de políticas públicas, nomeadamente a Agenda 2030 e os ODSs, podem ter contribuído para a alteração das perceções individuais sobre o processo de mudança social. Estes instrumentos políticos podem ser entendidos como sementes de esperança que têm o potencial para acelerar a transição para a sustentabilidade.

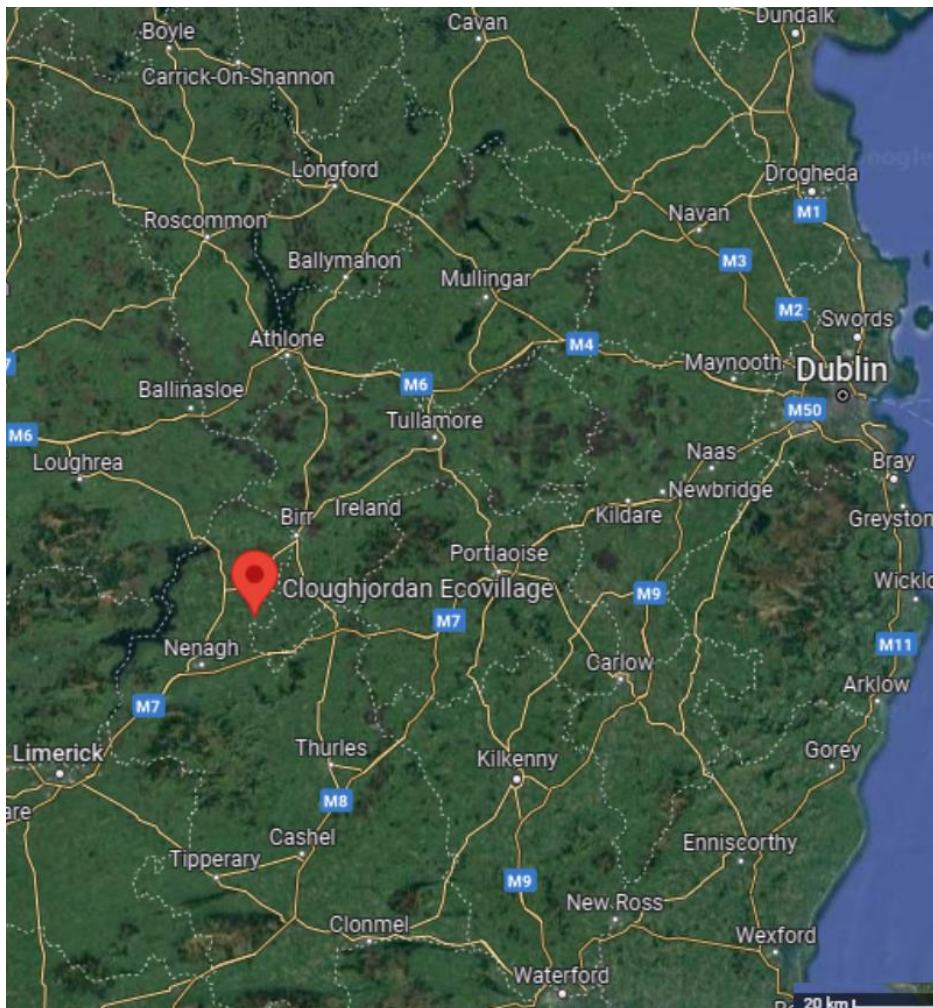
As políticas públicas que os entrevistados consideram mais importantes para acelerar o processo de mudança social orientada para a sustentabilidade estão, portanto, relacionadas com a educação. Neste sentido, sugerem diretrizes para as entidades que tutela a educação em dois domínios. Por um lado, a criação de disciplinas obrigatórias de práticas sustentáveis nas diversas fases dos ciclos de ensino. Em alternativa, também sugerem a inclusão destas temáticas nos programas das disciplinas relacionadas com a cidadania ativa. Por outro lado, o apoio a projetos como a LWE e outras CSIs, para que possam desenvolver de forma mais eficaz programas educativos a serem implementados nas escolas. As sugestões dadas neste âmbito são, por exemplo, campos de férias financiados por programas públicos, facilitando o acesso deste tipo de projetos às escolas e criar a figura de “mentores da sustentabilidade” em contexto escolar, no qual os membros das CSIs pudessem ser envolvidos ativamente.

9.3 Uma Comunidade de Pertença: Cloughjordan Ecovillage

9.3.1 Apresentação da Cloughjordan Ecovillage

Esta comunidade, autodesignada por ecoaldeia Cloughjordan, está localizada na cidade irlandesa de Cloughjordan, na parte noroeste de Tipperary (figura 9.13), e é uma propriedade com cerca de 30 hectares. Foi fundada em 1999, com o estatuto de associação privada sem fins lucrativos e atualmente tem cerca de 130 residentes. É a comunidade com maior número de membros em análise neste capítulo.

Figura 9.13 - Localização de Cloughjordan



Fonte: Google Maps

O catalisador da fundação desta comunidade foi uma campanha de ativismo reativo, contra a Monsanto por parte de um conjunto de cidadãos que estavam envolvidos numa cooperativa alimentar irlandesa.¹⁴¹ No final dos anos 90, este grupo de cidadãos

¹⁴¹ A Monsanto é a maior empresa de sementes do mundo e possui mais de 80% de todas as sementes geneticamente modificadas (OGM) plantadas pelo mundo. É uma empresa que tem recebido inúmeras reações adversas por parte dos movimentos ambientais. Atualmente é detida pela Bayer.

começou a debater as suas ideias sobre a sustentabilidade e começou a consolidar-se a vontade coletiva de assumir uma postura mais proactiva e menos reativa para defender as suas crenças e ideais sobre o ambiente. Em 1999, decidiram então criar uma comunidade que pudesse servir como local de aprendizagem e exposição para acelerar e normalizar as práticas de sustentabilidade (figura 9.14).

Figura 9.14 - Cloughjordan Ecovillage



Fonte: Cedida pela Comunidade | **Créditos:** Eoin Campbell justmultimedia.com

O processo de fundação começou por uma série de reuniões onde se debatiam as diferentes visões para o projeto (ambiental e de vida) e, passados dois anos, os membros iniciais fundaram a associação - a *Sustainable Projects Ireland* - e começaram à procura de terrenos para a implementação do projeto. Após um longo processo de pedidos de financiamento e crédito e de permissões de planeamento e construção, em 2005 adquiriram o terreno e em 2007 começaram o processo de edificação de casas para os seus habitantes. Atualmente, existem 55 casas na comunidade. Simultaneamente, os participantes desenvolveram um sistema de aquecimento distrital neutro em carbono e, em 2008, estabeleceram a *Cloughjordan Community Farm* – uma quinta de produção agrícola apoiada pela comunidade local para estabelecer um sistema alimentar resiliente.

Uma das particularidades desta comunidade é a sua localização. Embora inicialmente a ideia fosse adquirir uma quinta numa zona rural isolada, com as diferentes

discussões sobre o impacto que pretendiam ter, optaram por se sediar numa aldeia já existente que estava em declínio populacional, com o objetivo de participarem ativamente na regeneração desse território.

A preocupação com o contributo que poderiam trazer à aldeia de Cloughjordan estruturou a forma como a comunidade foi construída, uma vez que a entrada pedonal para a comunidade tem uma ligação direta à rua principal da cidade. Esta ecoaldeia não é, por isso, apenas um conjunto habitacional isolado e a este propósito um dos fundadores entrevistados afirma que:

A nossa ecoaldeia é realmente uma vizinhança ecológica com todas as suas características, por isso temos a nossa própria quinta e florestas e centro de energia, temos o nosso próprio centro empresarial. Ou seja, não é apenas um bairro residencial, mas é diferente da maioria das ecoaldeias que estão mais conta própria (...). A ecoaldeia é uma comunidade de comunidades.¹⁴² (Entrevistado 1, membro fundador e responsável pela Clarivate, 22 anos de residência).

De facto, o estabelecimento da comunidade neste local acabou por potenciar a dinâmica do território, nomeadamente, a nível populacional. Antes da existência da ecoaldeia, residiam em Cloughjordan cerca de 550 pessoas e os registos dos últimos Censos indicam cerca de 1000 residentes atuais. De acordo com o mesmo entrevistado, a comunidade serviu como um ponto de atração e como mecanismo que facilita a integração de pessoas que optam por migrar para esta zona rural e interior do país:

Aqui, se voltares para uma zona rural com a tua família, por tua conta e risco, torna-se difícil te integrares. Neste país chamamos-lhes ‘blow ins’. Se fores um estranho, podes ser um estranho durante décadas, mas quando se faz esta mudança em massa e especialmente para uma comunidade progressista como Cloughjordan, penso que é mais seguro, por isso atraímos muitas pessoas para aqui.¹⁴³ (Entrevistado 1, membro fundador e responsável pela Clarivate, 22 anos de residência).

A comunidade foi fundada com a missão de se tornar um laboratório para um modelo de vida ambientalmente sustentável, autónomo, comunitário, neutro em carbono e autossuficiente. Do ponto de vista ecológico é uma comunidade que assenta no princípio

¹⁴² Tradução da autora. Original: “Our ecovillage is really a fully featured eco-neighborhood so we have our own farm and woodlands and energy center, we have our own enterprise center, so it is not just a housing estate but it’s different from most ecovillages that are off on their own (...). The ecovillage is a community of communities”.

¹⁴³ Tradução da autora. Original: “If you go back to a rural area on your own, with your own family, it’s hard to integrate or they call them “blow ins” in this country, you know. If you’re an outsider you can be an outsider for decades, but when you do it on mass and especially to a progressive community like CloughJordan, I think it’s safer, so we’ve attracted lots of people here.”

das baixas emissões de carbono e que rege através da Carta Ecológica que desenvolveram e que especifica os padrões ecológicos para construir na comunidade, garantindo que as casas sejam de baixo consumo de energia e construídas com recurso a materiais ecológicos. Ao nível das infraestruturas, destaca-se o sistema de aquecimento das casas e da água com recurso apenas a energia renovável e a construção de uma estação de canaviais para tratamento das águas residuais. A produção de alimentos e regeneração dos ecossistemas são outras das preocupações centrais da comunidade. A agricultura é praticada com métodos orgânicos e biodinâmicos, através da congregação de esforços entre os membros da comunidade e habitantes da cidade de Cloughjordan. Para além disso, foi desenvolvido um programa de reflorestação na zona circundante da cidade que implicou a plantação de 17000 árvores autóctones.

Na dimensão económica, esta comunidade desenvolveu um ecossistema empresarial para garantir a sua sustentabilidade e autofinanciamento. Existem, na comunidade várias iniciativas empresariais – conectadas através do grupo *Ecovillage Education, Research and Training* – que têm como objetivo tornar Cloughjordan num *campus* de aprendizagem de empreendedorismo e contribuir para um ambiente propício ao desenvolvimento de empresas com preocupações ambientais e locais. Existem vários empreendimentos económicos atualmente na comunidade:

- a) *Middle Country Café* – uma cooperativa estabelecida na rua principal de Cloughjordan que utiliza os produtos da quinta da comunidade para a produção de refeições;
- b) Padaria *RiotRye* – uma empresa privada detida por alguns membros da comunidade que produz pão em fornos solares e os distribui não só pelos membros da ecoaldeia (através de uma subscrição mensal) como também pelos habitantes e estabelecimentos da cidade;
- c) *Django's Hostel* – um *hostel* ecológico para alojamento dos visitantes da ecoaldeia;
- d) *Fabrication Laboratory* (FabLab) – o único FabLab comunitário da Irlanda, fundado por dois membros da ecoaldeia e que faz parte da rede mundial de FabLabs. Um FabLab permite que qualquer cidadão tenha acesso a uma rede de conhecimento e tecnologia de escala mundial seguindo uma lógica de *open source*;

- e) *Red Gardens* – são desenvolvidos e administrados por um membro da ecoaldeia e pretendem explorar a diversidade de respostas complexas sobre a forma de cultivar alimentos. Para além de ser um local de experiências e testes, funciona também como um espaço de aprendizagem, investigação e formação;
- f) *Sheelagh na Gig* – uma livraria local, com serviços de cafetaria e refeições leves, detida por membros da comunidade e situada na rua principal de Cloughjordan;
- g) *WeCreate* – um espaço de *co-working* para empresas, empreendedores e projetos locais que contará, no futuro, com uma cozinha comunitária;
- h) *Gaia Ecotecture* – um atelier de arquitetura sediado na comunidade. Os trabalhos dos seus arquitetos na área da construção sustentável foram reconhecidos com prémios atribuídos pela *An Taisce*, pelo Instituto de Planeamento Irlandês, Federação da Indústria da Construção e por outras autoridades locais, como a Câmara Municipal;
- i) *Cultivate* – uma ONG local, desenvolvida por membros da comunidade, especializada na investigação e desenvolvimento nas áreas da resiliência comunitária e da ecologia;
- j) Anfiteatro – um espaço construído e gerido por membros da comunidade, situado dentro da ecoaldeia, que funciona como centro cultural da cidade de Cloughjordan, onde ocorre um conjunto de eventos regulares de música tradicional, peças de teatro, palestras e outros eventos.

Figura 9.15 - Middle Country Café



Fonte: Cedida pela Comunidade | Créditos: Eoin Campbell justmultimedia.com

Figura 9.16 - Red Gardens



Fonte: Cedida pela Comunidade | Créditos: Eoin Campbell justmultimedia.com

Figura 9.17 - Inauguração do Anfiteatro pelo Presidente da Irlanda



Fonte: Cedida pela Comunidade | **Créditos:** Eoin Campbell justmultimedia.com

Este anfiteatro é também uma infraestrutura importante para a organização social da comunidade, não só porque funciona como um espaço comunitário para o desenvolvimento de atividades internas, mas também porque permite estreitar a ligação com os habitantes da cidade. Esta relação é fortalecida pela utilização do espaço da comunidade pelos escuteiros locais e pela equipa de futebol local de escalão infantil.

Numa perspetiva comunitária, Cloughjordan apresenta algumas particularidades quando comparada com as outras CSIs em estudo. Todas as casas são propriedade privada e para viver na comunidade é necessário capital que permita a compra de uma parcela de terreno e a construção de uma habitação que cumpra os critérios ambientais da comunidade. A crise de 2008, contudo, trouxe consequências graves para a comunidade, uma vez que a procura de terrenos para construção diminuiu substancialmente o que implicou não só uma quebra no rendimento como dificuldades em assegurar o pagamento dos empréstimos contraídos para o desenvolvimento local. Outro dos fundadores da comunidade descreve este período como o mais difícil que a comunidade já enfrentou:

Passámos por anos muito, muito difíceis: 2013/2014/2015 anos de grande crise, de grande receio sobre todo o colapso da ecoaldeia, porque algumas pessoas sentiram que se a empresa tivesse de entrar em liquidação, então o liquidatário venderia os activos, provavelmente o nosso sistema de aquecimento distrital. Embora as nossas casas

permanecessem em propriedade privada, isso mataria todo o projecto comunitário. E penso que foi uma altura em que algumas pessoas ficaram muito desiludidas, e algumas deixaram o projecto.¹⁴⁴ (Entrevistado 7, membro fundador e responsável pelo programa educacional, 22 anos de residência)

O facto de ser necessário deter a propriedade de uma habitação para residir na comunidade faz com que os seus membros sejam, na sua maioria, indivíduos com idades compreendidas entre os 45 e 70 anos, de classe média alta. A propriedade privada das casas faz possibilita a sua venda. Quando novos proprietários chegam à comunidade é-lhes apresentado o plano comunitário. Apesar de existir um “grupo de boas-vindas” que facilita este processo, os membros da comunidade não têm (nem desejam ter) poder de veto sobre quem entra na CSI. Assim, os novos proprietários podem não se envolver nas atividades da comunidade. Para além disso, a crise que a comunidade atravessou também resultou na perda de membros e alguns dos que ficaram e não venderam as suas casas “desinteressaram-se, já não estão realmente empenhados na vida comunitária e isso tem sido doloroso”¹⁴⁵ (entrevistado 7, membro fundador e responsável pelo programa educacional, 22 anos de residência).

Tudo isto é percecionado pelos membros que permaneceram como uma limitação. Para a resolverem procuram trabalhar na dimensão social e comunitária para, progressivamente, incentivarem a participação dos novos proprietários. Em relação à questão da propriedade privada e à necessidade de capital para adquirir uma casa na comunidade, encontra-se em planeamento uma nova fase de desenvolvimento que implica a construção de habitações sociais, sob a forma de cooperativas, para que pessoas com menores rendimentos também consigam residir na comunidade.

Uma das principais dificuldades que Cloughjordan enfrenta atualmente é a proibição de novas construções. Esta proibição deve-se ao facto da estação de tratamento de águas residuais da cidade ter atingido a sua capacidade máxima. Encontrar uma solução para este problema tem sido a grande prioridade da *Sustainable Projects Ireland* – a associação que gere a comunidade – a qual tem dedicado grande parte dos seus

¹⁴⁴ Tradução da autora. Original: “And so we went through very, very difficult years, you know, 2013/2014/2015 years of great crisis, great fear about the whole ecovillage collapsing, because some people felt that if the company had to go into liquidation, then the liquidator would sell off assets, probably our district heating system. though our houses would remain in private ownership, it would kill the whole community project. And I think that was a time when a number of people grew very disillusioned, a number left the project.”

¹⁴⁵ Tradução da autora. Original: “have disengaged, they don’t really engaged anymore in community life and that’s been painful”

recursos para tal. Foram já testadas várias soluções que se revelaram ineficazes. Neste momento, a comunidade encontra-se a trabalhar diretamente com o governo irlandês, com a Companhia de Águas da Irlanda e com a autarquia de Tipperary para o desenho de uma solução que permita resolver este embargo e garantir o crescimento e sustentabilidade da comunidade.

Apesar destas dificuldades, a comunidade tem conseguido destacar-se a nível nacional nas atividades que tem desenvolvido. Como afirma o entrevistado 7: “o que aconteceu reforçou a sensação de que existe um núcleo muito forte na comunidade, que está muito empenhado e continua a ser muito visionário”¹⁴⁶. Este reconhecimento garantiu-lhes um conjunto de prémios e distinções. Em 2013 receberam a medalha de ouro nos Prémios Internacionais para Comunidades Habitáveis,¹⁴⁷ considerados os *Green Oscars* internacionais. Este prémio reconheceu a ecoaldeia de Cloughjordan como um dos projetos mais inovadores ao nível das preocupações ambientais e sustentáveis e sublinhou o impacto positivo na comunidade local onde se encontram inseridos. Em 2014 foi reconhecida como a comunidade com a menor pegada ecológica da Irlanda e foi selecionada pela União Europeia como um dos 23 projetos *Milesecure 2050*¹⁴⁸ devido aos seus resultados na eficiência energética. Foi considerada uma das experiências líderes da Europa na transição para uma sociedade de baixo-carbono. Mais recentemente, em 2020, a comunidade foi uma das finalistas, na categoria de habitação, dos “Prémios para Cidades Transformadoras”.¹⁴⁹

Esta descrição do caso permite enquadrar o percurso, os objetivos, as limitações e potencialidades desta CSI. A Cloughjordan Ecovillage surge nesta investigação como representante do *cluster* designado por Comunidades de Pertença. Embora ainda enfrentem desafios estruturais na dimensão da sustentabilidade social, esta CSI demonstra sentimentos fortes de pertença, não só à própria comunidade – e o investimento

¹⁴⁶ Tradução da autora. Original: “what has happened has reinforced the sense that there is a very strong core to the community who are very committed and remain very visionary”.

¹⁴⁷ O *International Awards for Liveable Communities* foi lançado em 1997 e é uma competição que premeia as melhores práticas internacionais em relação à gestão do meio ambiente e desenvolvimento local. O seu objetivo é desenvolver e partilhar as Melhores Práticas Internacionais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos individuais através da criação de “comunidades habitáveis”.

¹⁴⁸ O *MILESECURE-2050 – Impacto Multidimensional da Estratégia Europeia de Baixo Carbono na Segurança Energética e dimensão socioeconómica até 2050* – foi um projeto europeu financiado através do FP7, coordenado pelo Politécnico de Turim. O projeto teve como principal objetivo identificar os modos através dos quais a segurança energética é definida nas escalas europeia, nacional e local, com foco na transição energética para uma sociedade de baixo carbono (MILESECURE, 2015).

¹⁴⁹ *Transformative Cities Awards* é uma iniciativa que analisa práticas de mudança transformadora a nível internacional em quatro dimensões: água, energia, habitação e sistemas alimentares. Essas práticas são avaliadas por uma equipa multidisciplinar através de um processo de revisão por pares.

económico em casas particulares é um sinal deste compromisso a longo prazo – como também, e principalmente, para com o território onde escolheram sediar e desenvolver o projeto e para a sociedade, numa perspetiva mais global, através do esforço feito para disseminar as suas práticas.

9.3.2 Caracterização dos Entrevistados de Cloughjordan

Os entrevistados fazem essencialmente parte do núcleo que se manteve unido durante todos os momentos de dificuldade que atravessaram, os tais visionários e comprometidos a que um dos fundadores se referia. No total foram realizadas sete entrevistas, das quais duas a membros fundadores (um dos quais responsável pela *Cultivate*), uma responsável pelo programa educacional, um responsável pelo departamento de comunicação, a responsável pela Padaria *RiotRye*, a coordenadora da produção de alimentos e a *Roadmap Developer*. Trata-se de membros com elevados níveis de compromisso com o projeto que têm informações aprofundadas sobre a forma como a comunidade equaciona os projetos de inovação e sobre o esforço que imprime na escalabilidade e disseminação do conhecimento.

Foram entrevistados três homens e quatro mulheres. A maioria dos entrevistados são de nacionalidade irlandesa, dois são ingleses e um escocês. A média de idades situa-se nos 52 anos, sendo que o entrevistado mais velho tem 71 anos e a mais nova 40 anos. No geral, todos os entrevistados têm mais de dez anos de residência na comunidade – os dois fundadores estão envolvidos no projeto há vinte e dois anos e o membro mais recente reside em Cloughjordan há oito. A nível académico, seis dos entrevistados têm formação superior, incluindo um deles com mestrado e um com um doutoramento e apenas uma das participantes não tem formação académica.

Em relação às motivações para residir em Cloughjordan foi possível identificar duas dimensões. Por um lado, motivações comuns a todos os membros em adotar um estilo de vida sustentável e que estão relacionadas com preocupações ambientais, com a sua própria formação (em áreas como a sociologia do ambiente, negócios sustentáveis ou políticas públicas) e ainda com experiências anteriores que os entrevistados categorizam como transformadoras, como viagens ou terem passado a infância em contextos rurais onde experienciaram uma conexão com a terra. Por outro lado, foram identificados outros aspetos que levaram diferentes membros a integrar a comunidade. Os participantes com

mais anos de residência, na faixa etária dos 55 aos 70 anos, identificaram motivações associadas ao ativismo, tanto ambiental como foi o caso do entrevistado 1 que “tinha uma enorme vontade de fazer algo que fosse pró-social, pró-ambiental (...) por isso envolvi-me, no final dos anos 90, na defesa de comunidades sustentáveis e criei três organizações”.¹⁵⁰ E ainda a nível político como afirma o entrevistado 4 que “sempre fui muito politicamente ativo durante toda a minha vida adulta. Penso que é justo dizer que não estava tão interessado em questões relacionadas com o ambientalismo. Estava mais envolvido nas agitações que vinham da esquerda [equanto orientação política]”.¹⁵¹ Para estes entrevistados a comunidade foi uma forma de materializarem as suas preocupações ambientais e políticas e de sentirem que estavam a dar um propósito à sua vida.

Outros participantes viram na comunidade uma forma de escapar do estilo de vida da cidade, onde tinham trabalhos altamente competitivos que não os preenchiam ou que os estavam a levar à exaustão. Esta sensação exacerbou-se a partir do momento em que começaram a ter filhos ou a envelhecer e a valorizar outros aspetos da vida social e familiar. Os excertos abaixo refletem essas motivações:

Então, dei por mim depois de cinco anos a viver no interior norte da cidade, que era muito, muito urbana, com duas crianças pequenas. De repente, tudo fez sentido (...) e eu senti na verdade (...) é este o tipo de contexto em que me vejo a mim própria e aos meus filhos?¹⁵² (Entrevistada 3, coordenadora do programa educacional, 13 anos de residência)

Eu estava a trabalhar na área dos direitos humanos e sentia-me a entrar em *burnout* queria mesmo ir para um sítio onde pudesse escrever e reflectir um pouco. Então, todas essas coisas acabaram por pesar e também uma necessidade de ver o nosso filho a poder ir a pé para a escola e ter um tipo de vida diferente.¹⁵³ (Entrevistada 2, responsável pela produção de alimentos, 8 anos de residência)

¹⁵⁰ Tradução da autora. Original: “I was hungry to do something of... that was pro-social, pro-environmental (...) so I got involved in the late 90’s in advocating for sustainable communities and set up three organizations”.

¹⁵¹ Tradução da autora. Original: “was very politically active throughout my adult life. I think it’s fair to say I wasn’t primarily interested in issues around environmentalism. I was more involved in sort of more general left-wing agitation”

¹⁵² Tradução da autora. Original: “So, then I find myself after, you know, five years living in the north inner city which would be very, very urban, very inner city living with two, two small children. Suddenly, it all made sense (...) and I felt actually (...) that’s the kind of feature that I see myself in and I see my children?”

¹⁵³ Tradução da autora. Original: “I was working in human rights and I was feeling a little burnt out and really wanted to go somewhere where I could do a bit of writing and reflecting. So, those things all came together and also a need for our son to be able to walk to school and have a different kind of life.”

Senti que seria um bom lugar para viver para a fase final da minha vida, quando estava a chegar à reforma.¹⁵⁴ (Entrevistado 7, membro fundador e responsável pelo programa educacional, 22 anos de residência)

A comunidade, é para os entrevistados, simultaneamente uma forma de ativismo e uma forma de satisfazerem as suas necessidades individuais de escaparem ao ritmo e à intensidade do estilo de vida urbano, de proporcionarem aos seus filhos uma experiência sustentável, com liberdade para experienciarem o contacto com a natureza, brincarem e explorarem o exterior e ainda de combaterem um possível isolamento em fases mais avançadas da vida.

9.3.3 Inovação em Cloughjordan

Representações sobre a Inovação

De forma geral, os entrevistados de Cloughjordan relacionam a inovação com os desafios associados ao seu desenvolvimento, entendendo-a como um processo criativo onde se produz algo novo que procura responder a necessidades (figura 9.18). Esta visão está em linha com as definições mais normativas de inovação social que colocam o foco no desenvolvimento de produtos ou serviços novos ou melhorados para dar resposta a necessidades sociais específicas, e que, normalmente, aparecem na literatura “cinzenta” como, por exemplo, no relatório BEPA (2010).

¹⁵⁴ Tradução da autora. Original: “I felt it would be a good place to live for the final stage of my life as I was reaching retirement.”

Figura 9.18 - Representações sobre a Inovação em CloughJordan

DISCURSOS ALTERNATIVOS	RISCOS
	NOVIDADE E CRIATIVIDADE
	NECESSIDADES

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

No entanto, o mais interessante é que muitos entrevistados, após apresentarem uma visão mais formal do que entendem por inovação, assumem uma postura crítica em relação ao próprio conceito. Essas informações foram categorizadas como “discursos alternativos” e a maior parte das ocorrências foram codificadas nesta dimensão. Estes significados mais críticos estão assentes na ideia de que a inovação, na sua versão mais *mainstream*, não serve para responder às reais necessidades das sociedades. Das entrevistas emergem duas correntes diferentes, mas complementares.

Há entrevistados que afirmam que a inovação, mesmo a inovação social, não tem conseguido atingir o seu objetivo final: o da mudança social (Loorbach *et al.*, 2017). Para estes indivíduos, é necessário repensar o que se entende por inovação e, conseqüentemente, a forma como se desenvolvem práticas inovadoras. Os seus discursos colocam o foco na necessidade de transformação social, na mudança de paradigma, na disrupção de estruturas e na mudança de mentalidades:

Penso que a inovação, tal como é percebida atualmente, não tem sido suficiente. Precisamos de inovação transformadora; precisamos de inovação que perturbe verdadeiramente o *status quo* e que nos ajude a seguir um caminho sustentável. (...) precisamos realmente de uma

inovação que altere as visões do mundo e as mentalidades. É o que precisamos realmente de fazer: transformar a sociedade, inovar socialmente. Precisamos de uma transição que se afaste de um paradigma de separação da extração e do consumismo.¹⁵⁵ (Entrevistado 1, membro fundador e responsável pela Clarivate, 22 anos de residência)

Este excerto remete para o conceito de inovação social transformadora (Avelino *et al.*, 2019). As representações dos entrevistados alimentam a visão de uma necessidade de mudança social que deve emergir dos processos de inovação. Os entrevistados consideram, portanto, que a mudança social não se consubstancia exclusivamente na transformação das instituições dominantes, orientando-as para trajetórias de sustentabilidade (Loorbach *et al.*, 2017), mas também por uma alteração das formas de pensar dos indivíduos, numa perspectiva micro social.

Outros entrevistados percebem a inovação de uma forma ainda mais negativa, compreendendo-a como “progresso”. Para estes indivíduos, o progresso não é algo que continue a ser desejável e a mudança está “aprisionada” num ciclo em que algo aparentemente sustentável acaba por criar um novo conjunto de problemas. Nesta leitura, o grande problema social é o modelo de desenvolvimento que tem no lucro o seu catalisador. Como foi visto no capítulo 2, verifica-se uma certa tendência nas políticas de sustentabilidade para enfatizar a dimensão económica do desenvolvimento sustentável (Löwy, 2013). A mesma ideia pode ser encontrada nos trabalhos de Kenis e Lievens (2015) sobre os limites da economia verde e da forma como esta influencia negativamente os caminhos para a sustentabilidade. Os autores defendem que a economia verde é, acima de tudo, uma narrativa sobre crescimento económico e capitalismo. Os discursos alternativos de alguns dos entrevistados exemplificam esta postura:

Considero a noção problemática, enraizada no antropocentrismo e, portanto, de valor muito limitado no contexto da crise climática. De forma a nos realinharmos com o mundo natural precisamos de adaptação, e com isso refiro-me à procura de um reequilíbrio. O processo de adaptação pode, evidentemente, ser inovador. Mas no sentido de um descritor positivo, não de um decreto ou de um imperativo de mudança por causa da mudança, inventar por causa da invenção, construir novo só porque podemos. Prefiro estes termos porque não há nenhuma implicação de que a invenção seja necessária,

¹⁵⁵ Tradução da autora. Original: “I think innovation as it currently is perceived has not been enough. We need transformative innovation; we need innovation that truly disrupts the status quo and helps put us on a sustainable path. (...) We actually need an innovation that changes world views and mindsets. It’s what we actually need to do: transform society, innovate socially. We need a transition away from a paradigm of separation of extraction and consumerism.”

nem de que o avanço tecnológico seja necessariamente progresso. Será que as plantas, insectos e animais irão ‘innovar’ para sobreviver ao calor sufocante, à seca, às inundações e à sobre-extração? Não, mas se tivermos muita, muita sorte eles adaptar-se-ão e poderá haver um reequilíbrio de uma ordem natural sustentável. A linguagem é tão importante em toda esta área. Precisamos de reescrever as histórias e mitos da cultura ocidental, longe dos valores iluministas da centralidade do homem, da onisciência, do domínio da natureza e de toda a ordem antropocêntrica.¹⁵⁶ (Entrevistado 4, responsável pela comunidade de artes de Cloughjordan, 16 anos de residência)

Estas visões e discursos alternativos são, como se perceberá ao longo do estudo de caso, um dos aspetos distintivos desta comunidade. São estas representações individuais sobre o processo de inovação que conduzem à criação de padrões de comportamento que situam os indivíduos no processo de inovação.

O desafio da neutralidade carbónica em Cloughjordan

Foi solicitado aos entrevistados que identificassem as práticas que consideram mais inovadoras na sua comunidade, tendo por base aquilo que acreditam ser inovação. Para Cloughjordan, foram escolhidas duas práticas: a diminuição da pegada de carbono e uma técnica de tratamento de águas residuais. A primeira prática é algo que, embora esteja constantemente em curso, já está consolidada, enquanto a segunda constitui um projeto pioneiro que tinha começado a ser desenvolvido no momento da pesquisa.

A diminuição da pegada de carbono é uma prática que implica inovações incrementais em vários domínios. Em 2014, a comunidade encomendou um estudo à *Tipperary Energy Agency* para medir a sua pegada ecológica (PE) utilizando uma metodologia baseada na da *Global Footprint Network*. Os resultados desse estudo mostraram que a PE média dos membros de Cloughjordan era de 2 hectares globais (gHa), enquanto a média do cidadão irlandês era 5,2 gHa. Isto significa que viver como um

¹⁵⁶ Tradução da autora. Original: “I find the notion problematic, rooted in anthropocentrism and, therefore, of very limited value in the context of the earth and nature crises. In order to realign with the natural world, we need adaption, and by that I mean seeking a rebalancing. The process of adaption can, of course, be innovative. But in the sense of a positive descriptor, not a decree or an imperative to change for change's sake, invent for invention's sake, build new just because we can. I prefer these terms because there is no implication that invention is necessary, nor is technological advancement necessarily 'progress'. I wonder this morning will plants, insects and animals 'innovate' to survive blistering heat, drought, flooding and over-extraction? No, but if we are very, very lucky they will adapt and a rebalancing of a sustainable natural order may happen. Language is so important in this whole area. We need to re-write the stories/myths of western culture, away from enlightenment values of man's centrality, omniscience, the dominance of nature, and the whole anthropocentric order.”

membro de CSI requer, em média, 1,1 Planetas Terra, enquanto viver como um irlandês médio requer 3,14 (www.globalfootprintnetwork).

A razão para estes resultados prende-se com a preocupação central de Cloughjordan em se tornar uma comunidade neutra em carbono. Para atingir esse objetivo, a comunidade tem um sistema de armazenamento de dados que lhe permite monitorizar a utilização de energia em vários domínios: sistema de aquecimento, utilização da água, energias renováveis, entre outros. As práticas incrementais que permitem o sucesso da gestão da PE estão presentes desde a fundação da comunidade. Ao adquirirem a terra, os seus membros destinaram uma parte significativa do território à regeneração da biodiversidade, tendo desenvolvido mecanismos que possibilitaram a introdução de diferentes espécies no local. Estas espécies são depois elementos importantes na fertilização do solo, na produção de alimentos e no equilíbrio do ecossistema. Ao longo do seu tempo de existência estes valores têm sido alimentados focando-se na agricultura comunitária, na utilização de produtos endógenos e sazonais, minimizando a utilização de veículos e incentivando a sua partilha e continuando a desenvolver técnicas mais eficientes (das quais a prática que se analisará de seguida relativa ao tratamento de águas residuais é um exemplo).

Todos estes processos são colaborativos e horizontais, no sentido em que todos os membros se envolvem no processo de decisão, na identificação das necessidades prioritárias, na sugestão de ideias para aumentar a eficiência dos processos energéticos e na consciência das suas práticas individuais. Para além disso, um outro aspeto importante, é que os membros de Cloughjordan afirmam que a monitorização e armazenamento de dados serve também para fazerem *lobbying* junto de outros atores (como os órgãos de governança) para mostrarem que o modelo da CSI funciona e tem resultados positivos.

Esta é uma prática constante porque o objetivo principal – a neutralidade carbónica – ainda não foi atingido. No entanto, é um exemplo de sucesso que pode ser escalado devido à monitorização e armazenamento dos dados; o que demonstra possíveis caminhos para a transição para uma sociedade de baixas emissões de carbono:

Ainda não atingimos o nosso objetivo porque penso que é 1,8 hectares globais por pessoa para estar dentro dos limites da sustentabilidade planetária, mas esse tipo de estatística é um pouco encorajador, agora que estamos definitivamente a chegar lá, não estamos bem lá, mas

estamos a começar a chegar lá.¹⁵⁷ (Entrevistada 3, coordenadora do programa educacional, 13 anos de residência)

É pertinente relembrar que Cloughjordan é uma comunidade assente na propriedade privada, próxima da cidade, com colaborações com os órgãos de governança, nomeadamente com o presidente da Irlanda e que, por isso, representa um exemplo da ligação entre o nicho, o regime e a paisagem (Geels, 2005). Ou seja, mostra que é possível inovar e fazer uma trajetória de mudança social sem se ser necessariamente radical:

Pensei que era muito radical, no sentido em que fizemos com que isto parecesse vulgar, tornámo-lo altamente realizável. Penso é a coisa mais inovadora sobre esta ecoaldeia: mostrar que não é preciso viver num *yurt* no meio do campo, ou nas montanhas da Escócia sem electricidade, para ser mais eficiente.¹⁵⁸ (Entrevistada 2, responsável pela produção de alimentos, 8 anos de residência)

A tabela 9.3 descreve como é que esta prática alterou as relações e as práticas sociais nos seus diferentes estágios de desenvolvimento. Isto permite perceber de que forma é que esta prática pode ser considerada uma inovação social.

Tabela 9.3 - Neutralidade Carbónica em Cloughjordan

IMPACTO ESTÁGIO	INTERAÇÃO ENTRE ATORES	RELAÇÕES SOCIAIS	RELAÇÕES DE PODER	PRÁTICAS SOCIAIS
Identificação da Necessidade	Foram incluídos os membros da comunidade para identificar a necessidade que consideravam mais importante colmatar.	Modelo participativo e inclusivo.	O processo foi feito de forma não hierárquica e numa abordagem <i>bottom-up</i> , gerido pelos membros da CSI.	Foram utilizadas técnicas inovadoras de <i>Viable System Model (VSM)</i> ¹⁵⁹ .
Desenvolvimento de ideias e protótipos	Como a neutralidade carbónica implica várias práticas foram criados grupos dedicados	Pelo funcionamento em diferentes ciclos de ação a CSI utilizou o	Como a diminuição da PE só se alcança com esforços individuais todos os membros	A prática social nesta dimensão foi individual e cada membro desenvolveu práticas que não

¹⁵⁷ Tradução da autora. Original: “Now we’re still not at our target, because I think that it’s 1.8 global hectares per person for, you know, to be within the planetary sustainability boundaries, but that kind of statistic is kind of encouraging in now that we are definitely getting there, we’re not quite there but we are starting to get there.”

¹⁵⁸ Tradução da autora. Original: “I thought actually it’s very radical in the sense that we’ve made this look ordinary, we’ve made it highly achievable. I think that in itself is the most innovative thing about the ecovillage: we show that you do not have to be living in a yurt in the middle of a field, or the mountains in Scotland somewhere, with no electricity in order to be sort of more efficient.”

¹⁵⁹ *Viable System Model* é um modelo da estrutura organizacional de qualquer sistema autónomo capaz de se produzir a si próprio. Uma das principais características dos sistemas que sobrevivem é que são adaptáveis. O modelo foi desenvolvido pelo especialista em cibernética Stafford Beer (1972) e adaptado por Cloughjordan à realidade da comunidade.

	a cada uma das áreas (alimentação, biodiversidade, energia...).	modelo da sociocracia.	diminuíram as suas necessidades, o seu “self” em torno do objetivo do grupo.	comprometessem as ideias e protótipos desenvolvidos.
Escalar e difundir	A escalabilidade dentro da comunidade implicou um cenário em que os diferentes membros se monitorizavam entre si, estabelecendo uma interação nesse sentido. A difusão para o exterior alcançou-se através do pedido de um estudo a uma agência local, estabelecendo assim uma interação com atores externos à comunidade.	Na fase de escalabilidade foi necessário aceitar relações sociais de monitorização, identificação de erros e ajustes coletivos. Para o exterior as relações sociais foram moldadas pela iniciativa de base micro.	A elaboração do relatório e o armazenamento de todos os dados têm como objetivo mostrar para o exterior que o modelo implementado na CSI tem tido sucesso – funcionado como uma forma de pressão e lobby que pode representar um aumento do poder da comunidade.	As práticas que permitem escalar e difundir a prática estão relacionadas com as dinâmicas de colaboração da CSI. A análise de conteúdo corroborou os dados da AERS que desempenham um papel de intermediação e que estão conectadas a atores centrais. A análise de conteúdo revela que esta comunidade tende a relacionar-se muito com a academia e com os órgãos de governança.
Mudança social	A prática consolidou a estrutura comunitária através do envolvimento dos seus membros.	A prática foi possibilitada pelos modelos participativos de governança (sociocracia) que a comunidade já implementava.	Em curso. Por existir indícios de possibilidade de demonstração da eficiência da prática e pela potencialidade de uma transferência de poder para a escala micro servir como laboratório.	A prática em análise ainda não revela mudança social pois embora tenham resultados positivos ainda não atingiram a neutralidade carbónica nem a conseguiram difundir para a escala macro.

Fonte: Elaboração própria com base em Mulgan *et al.*, 2012 e Cajaiba-Santana, 2014

Embora tenha fortes componentes tecnológicas as práticas associadas à diminuição da pegada ecológica podem ser consideradas inovação social, no sentido atribuído por Pol e Ville (2009), para quem, uma inovação tecnológica pode ter associada uma dimensão social. Em todas as fases houve preocupações em que este fosse um processo participativo, inclusivo e democrático, no qual os atores desempenharam um papel crucial que foi suportado por características da estrutura social e facilitado pelos mecanismos de reciprocidade de nível meso.

No entanto, esta prática ainda não atingiu o propósito da mudança social orientada para a sustentabilidade pois, como já foi referido, as emissões carbónicas médias de cada cidadão irlandês ainda são superiores às dos membros das CSIs. Este facto mostra a dificuldade de introdução de mudança social e corrobora a ideia de que esta é um processo contínuo, embora possa ter as suas sementes num determinado espaço. Neste sentido, a grande potencialidade da prática é a de servir como exemplo de sucesso e de boas práticas para a transição para carbono zero. A sua maior fragilidade é a ineficácia dos mecanismos de difusão e o fraco apoio institucional para a replicar noutros contextos e consequentemente, introduzir alterações nos regimes.

O tratamento das águas residuais em Cloughjordan

A segunda prática que analisou é o tratamento das águas residuais da comunidade. O projeto começou a ser desenhado devido à necessidade de responder a um dos principais desafios que a comunidade enfrenta atualmente: a interdição da construção de mais habitações devido à fraca capacidade dos canais de escoamento e tratamento de águas residuais daquele território. A resolução deste problema, permite colmatar uma outra das necessidades atuais de Cloughjordan: a de atrair membros jovens e construir casas economicamente acessíveis.

Identificado este problema, os membros começaram a avançar com possíveis soluções, algumas delas sem sucesso. Atualmente, estão a desenvolver um projeto que está na fase de prototipagem e teste e que é a solução que tem revelado maiores possibilidades de sucesso até à data. Trata-se da separação da urina dos dejetos sólidos nos esgotos. De acordo com o coordenador do projeto, a urina contém nutrientes muito valiosos, principalmente nitratos (um ingrediente chave dos fertilizantes), em concentrações bastante elevadas cuja extração é um processo relativamente simples.

No entanto, a segunda fase do processo é mais complexa (tanto a nível tecnológico como a nível de custos) porque a urina extraída dos canos de esgoto acaba por estar contaminada com antibióticos, plásticos, tecidos e outros materiais. Cloughjordan iniciou testes para a primeira fase do processo tendo, entretanto, conseguido receber financiamento para montar um laboratório onde é feita a recolha de urina e a extração dos nitratos para produzir fertilizantes. Esta prática irá, por um lado, diminuir significativamente os resíduos químicos e biológicos que circulam nos esgotos e que

consequentemente, chegam à estação de tratamento, minimizando a pressão que existe atualmente sobre a mesma. Com este problema resolvido, deixaria de existir motivo para a atual interdição da construção de habitações. Para além disso, na ótica da economia circular, é um processo de reciclagem e de reaproveitamento de resíduos, pois estes depois de tratados, servirão para fertilizar os terrenos.

Esta é uma prática que, para além de resolver as necessidades da comunidade, contribui, acima de tudo, para a cidade de Tipperary e tem um grande potencial de replicabilidade. O objetivo máximo desta prática é vir a ser disseminada por toda o país para que estes possam tornar-se territórios com níveis mais eficientes e menos tóxicos de tratamento de águas residuais. Os entrevistados mencionaram esta prática como uma oportunidade para alterar a forma como são geridos os cursos de água cuja contaminação tem vindo a aumentar devido à intensificação da agricultura e do uso excessivo de fertilizantes.

Pelo facto de se tratar de uma prática ainda em fase embrionária, não se fez o mesmo tipo de reflexão realizado para a redução das emissões de carbono uma vez que não existem ainda dados suficientes para o preenchimento da tabela. No entanto, os entrevistados deram informações que permitem analisar esta prática à luz de algumas das dimensões da IS, principalmente, ao nível da participação dos membros da comunidade. À semelhança do que aconteceu na prática analisada anteriormente, houve um envolvimento dos membros na identificação das possíveis soluções e contribuição em todas as fases de desenvolvimento. Este foi um processo que o entrevistado 4 descreveu como “uma espécie de sabedoria coletiva onde existe uma espécie de impulso coletivo que começa a evoluir”.¹⁶⁰

A comunidade desempenhou um papel importante por duas razões. Por um lado, pela existência de uma consciência e sabedoria coletiva que foi a força motriz para o desenvolvimento do projeto. Por outro lado, pelo facto de ser um espaço autónomo, onde existe liberdade para criar, testar e arriscar:

O tipo de indivíduos que serão atraídos para um projecto como este é o tipo de indivíduos mais inclinados para uma espécie de auto-suficiência ou, alternativamente, mais inclinados para a empatia e para a ligação, ou talvez ambos – numa estranha mistura de como essas ideias emergem através do encorajamento ou da verdadeira facilitação.

¹⁶⁰ Tradução da autora. Original: “a sort of a collective wisdom where there is a kind of a collective momentum that begins to evolve”.

Através da existência de recursos, de uma falta de interferência das burocracias, ou talvez através de um conjunto de uma vontade radical, uma espécie de tentativa de coisas novas ou criatividade. Assim, a ecoaldeia para mim tem sido sempre uma oportunidade de viver a minha vida da forma que eu quero (...) e uma oportunidade de apresentar projectos como o Anfiteatro Comunitário. (...) porque não sou o único a ter estas ideias. Aquilo no que sou único é no facto de ter um lugar onde estas ideias possam ser realizadas e onde eu tenho um público receptivo a elas. E que ouve e ajuda e está empenhado em encontrar soluções.¹⁶¹ (Entrevistado 4, responsável pela comunidade de artes de Cloughjordan, 16 anos de residência)

Estes excertos revelam a importância das CSIs conseguirem manter os seus núcleos radicais (Smith, 2006), *i.e.*, as suas características de autonomia e liberdade para desenvolverem práticas de uma forma que seja fiel aos significados individuais e coletivos que têm acerca da inovação. No entanto, como se verifica através deste exemplo, para que a prática inovadora possa ser indutora de mudança social necessita de um determinado nível de apoio institucional – neste caso o acesso a financiamento – para que possa ser desenvolvida e disseminada. Este apoio, embora crucial, tem o risco de induzir uma absorção institucional da prática e deturpá-la fazendo perder as suas propriedades cruciais, aquilo que Smith (2006) designa por “paradoxo do nicho”.

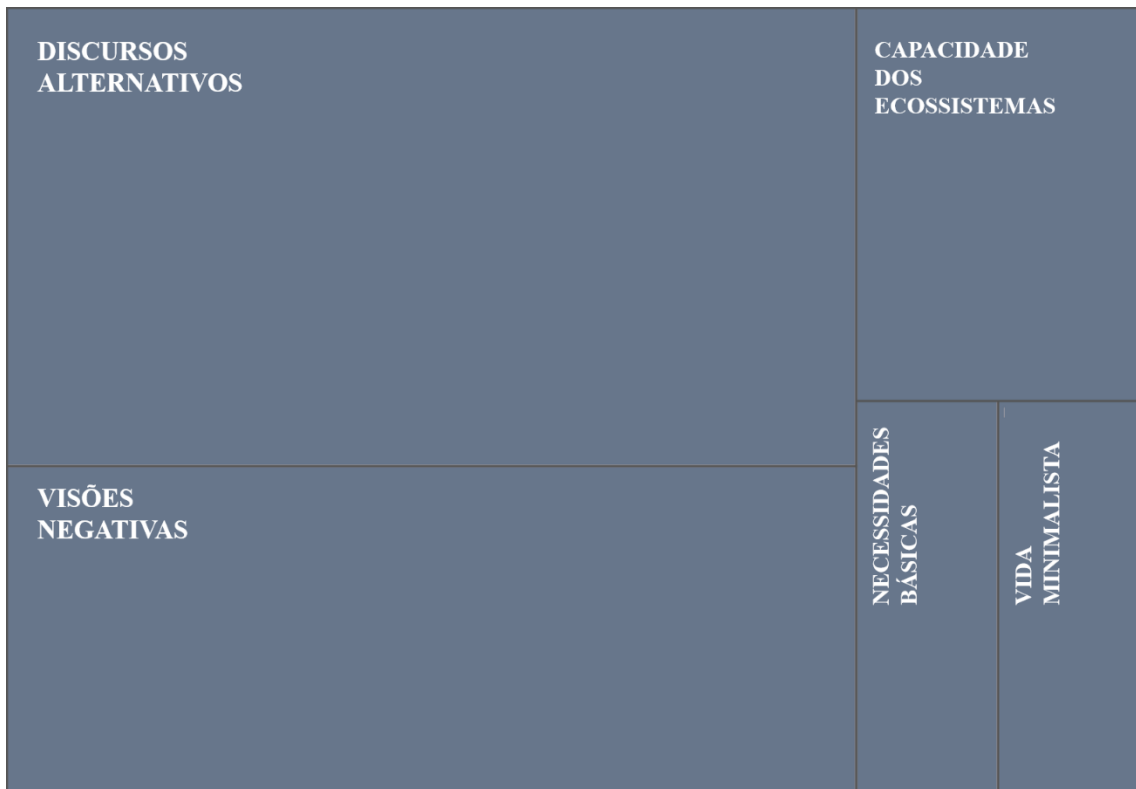
9.3.4 Sustentabilidade e Transição em Cloughjordan

A figura 9.19 mostra o mapa hierárquico das referências que foram codificadas na categoria “perceções sobre a sustentabilidade”. De forma geral, os membros de Cloughjordan têm, em relação à sustentabilidade, ideias semelhantes aos entrevistados de Los Portales uma vez que tanto as categorias como o peso relativo de cada uma delas são muito parecidos nos dois casos. Tanto a importância de manter a capacidade dos ecossistemas, a necessidade de repensar as necessidades básicas individuais e coletivas (e permitir que as próximas gerações as possam também assegurar) como a consequente visão de uma vida minimalista são comuns a Cloughjordan e Los Portales. Para além

¹⁶¹ Tradução da autora. Original: “The type of individuals who will be drawn to a project like this would be the type of individuals who would be more inclined towards sort of self-sufficiency and, or, alternatively more inclined towards empathy and connectedness, or maybe both in a weird sort of mix of how those ideas coalesce through encouragement or true facilitation or to the resources being there, or through, a lack of interference from I'd say bureaucracies, or, through maybe a set of a radical, sort of, will to try new things or creativity or, you know. So, the ecovillage, for me, has always been about an opportunity to live my life the way I want to (...) and an opportunity to bring forward projects like the Community Amphitheatre. (...) because I'm not unique in having these ideas. What I'm unique in is having a place where these ideas can be realised. And where I have an audience receptive to them. And that listen and helps and is committed to find solutions.”

disso, ambas as comunidades reproduzem uma visão negativa relativamente ao emprego da noção de “sustentabilidade” e avançam com discursos alternativos. Isto pode estar relacionado com o facto de se tratar de comunidades com mais anos de existência, com mais membros e mais consolidadas, que lhes permitem ter maior experiência e massa crítica.

Figura 9.19 - Representações sobre a Sustentabilidade em Cloughjordan



Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

As visões negativas identificadas pelos entrevistados de Cloughjordan, tal como se verificou em Los Portales, estão essencialmente relacionadas com o significado da palavra “sustentabilidade” cujo radical vem da ideia de “suster”. Para estes indivíduos, as consequências ambientais da modernidade tornaram-se tão severas e estruturais que sustentar o curso atual do desenvolvimento é contraproducente e ineficaz para a resolução dos problemas ambientais, sociais e económicos das sociedades contemporâneas. É esta a representação expressa na afirmação da entrevistada 5: “Já não gosto da palavra sustentável. (...) porque não podemos sustentar o sistema que temos, é uma loucura

sustentar esse sistema”.¹⁶² A utilização da expressão “sustentabilidade” é perigosa porque legitimiza o rumo do desenvolvimento sustentável que se tem revelado ineficaz:

Tento evitar a palavra; penso que é uma palavra muito perigosa porque é usada de forma a legitimar atividades que não são minimamente sustentáveis. Quer dizer, particularmente o termo desenvolvimento sustentável, penso que causou muitos danos porque validou formas de desenvolvimento que são completamente insustentáveis.¹⁶³ (Entrevistado 7, membro fundador e responsável pelo programa educacional, 22 anos de residência)

Em detrimento da utilização de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento sustentável” os entrevistados sugerem discursos alternativos que consideram mais adequados. Na mesma perspectiva surgem palavras como “adaptação”, “regeneração” ou até “paradigma eco-social”:

Precisamos de algo muito mais radical do que isso. Precisamos de regeneração. Regenerar tudo: agricultura, comunidade... já tivemos estas coisas no passado, mas não temos de replicar a forma como eram feitas no passado, porque temos muito mais informação agora. Por isso, não me parece que seja útil usar a palavra sustentabilidade, que seja útil os governos usarem essa palavra. (...) Penso que, na verdade, é muito prejudicial. É não ser sincero com as pessoas. É como a Rebelião da Extinção, pedir aos governos que digam a verdade, e ao usar a palavra sustentabilidade não se está a ser verdadeiro.¹⁶⁴ (Entrevistada 5, membro da direção e responsável pela Riot Rye Bakery, 11 anos de residência)

Assim, quando o uso, prefiro usar a palavra gaélica ‘*Inmharthanacht*’, que significa algo que vive, que pode continuar a viver. O nosso presidente [referindo-se ao presidente da Irlanda] chama-lhe o Paradigma Eco-Social, e significa que precisamos de passar do paradigma técnico-económico atualmente dominante para um paradigma eco-social. Assim, se estamos a falar de sustentabilidade ou mesmo de ecosocialismo, estamos sempre a encontrar barreiras e estamos a encontrar mal-entendidos. E, portanto, ouvir o nosso presidente usar cada vez mais o termo Paradigma Eco-Social, é muito

¹⁶² Tradução da autora. Original: “I don't like the word sustainable anymore. (...) because we can't sustain the system that we have, it's crazy to sustain that system”.

¹⁶³ Tradução da autora. Original: “I try to avoid the word; I think that's a very dangerous word because it's used in ways that legitimize activities that are not in the slightest way sustainable. I mean, particularly the term sustainable development, I think has done a lot of damage because it has validated forms of development that are completely unsustainable.”

¹⁶⁴ Tradução da autora. Original: “We need something far more radical than that. We need regeneration; regenerative everything, agriculture, community, you know, we've had these things in the past, but we don't have to replicate the way they were done in the past, because we have so much more information now. So, I don't actually think it's helpful to use the word sustainability, for governments to use that word. (...) I think it's actually very damaging. It's not being truthful with people. It's like Extinction Rebellion, you know, asking the governments to tell the truth, and by using the word sustainability it's not being truthful.”

bom.¹⁶⁵ (Entrevistado 7, membro fundador e responsável pelo programa educacional, 22 anos de residência)

O paradigma eco-social tem as suas origens no pensamento económico e está associado à ideia de diferentes formas de coexistência doméstica (Wendt, 2021). É uma proposta que arroga a alteração para um paradigma que coloca todos os seres vivos e os seus ambientes no centro da discussão e que defende a ligação igualitária entre todos estes elementos como prioritária (Longo *et al.*, 2016). Um pouco à semelhança do “Novo Paradigma Ecológico” (NEP) de Catton e Dunlap (1980) ou do “Novo Regime Climático” de Latour (2017) onde se defende a ideia de que os seres humanos são uma espécie que está dependente e interligada às comunidades bióticas que moldam a vida social e que, portanto a sociologia deveria estudá-las de forma articulada.

As ideias de adaptação e regeneração, todavia, acabam por ser contraditórias. A adaptação remete para a necessidade de adaptar estratégias políticas e modos de vida às reais necessidades dos ecossistemas, no sentido de fazer com que ambas as dimensões se combinem para se tornarem mais aptas aos contextos atuais (Dessai e Hulme, 2004). A regeneração aponta, de forma mais direta, para a necessidade de mudança de pressupostos que está subjacente aos discursos alternativos dos entrevistados. A regeneração dos ecossistemas apoia-se nas noções de corrigir, restaurar e reconstituir e implica desenvolver estratégias que permitam que o planeta se regenere (por forma a voltar a ser saudável) face às alterações climáticas na era do Antropoceno (Maienschein e MacCord, 2022).

Com base nestas visões, os entrevistados identificaram as mudanças prioritárias no processo de transição para a sustentabilidade. Os membros de Cloughjordan destacam duas ordens de mudanças fundamentais. A primeira e mais referenciada é a necessidade de retomar o sentido de comunidade, moldando os padrões de consumo e a forma como os indivíduos percecionam as suas necessidades. Esta mudança remete não só para o sentido da experiência comunitária *per se* mas também para a valorização os bens comuns (ou *commons*), como é o caso do ambiente e de outras formas de “fazer” economia, como a economia circular e a economia social. Isto, de acordo com os entrevistados implica:

¹⁶⁵ Tradução da autora. Original: “So, when I use it, I prefer to use the Gaelic word “Inmharthanacht”, which means something that lives on, that can continue living. Our president [referindo-se ao presidente da Irlanda] calls it the “Eco-social Paradigm”, and it means that we need to move from a technical economic paradigm which currently dominates to an eco-social one. So, if you're talking about sustainability or even eco-socialism, you're encountering barriers and you're encountering misunderstandings immediately. And therefore, hearing our president using increasingly the term “Eco-social Paradigm”, is very good.”

Repensar a propriedade, o trabalho e a comunidade e tudo mais. Isso seria uma mudança bastante transformadora no nosso pensamento, mas sim, há muitos exemplos na nossa longa história dos bens comuns e das pessoas conseguirem fazer mais em conjunto – algo que não se baseia apenas na economia capitalista.¹⁶⁶ (Entrevistado 1, membro fundador e responsável pela Clarivate, 22 anos de residência)

A segunda ordem de mudanças está relacionada as políticas públicas. Para os entrevistados, todas as outras mudanças ficarão aquém das suas possibilidades se não existir um trabalho *top-down*, que se desenvolva a partir das políticas públicas, com legislação, incentivos e investimentos que permitam potencializar as pequenas inovações incrementais que surjam da escala micro e meso:

Tem de ser a nível governamental, tem de vir de cima para baixo. Há tantas formas de o governo investir, como isolar o seu parque habitacional. (...) Porque essas são as que constituem o maior desafio para os indivíduos, particularmente para a população que não se pode dar ao luxo de fazer estas escolhas de estilo de vida.¹⁶⁷ (Entrevistada 3, coordenadora do programa educacional, 13 anos de residência)

Penso que tem de vir da política governamental. No entanto, o escopo de atuação do governo também é limitado, mesmo que sejam muito progressistas no seu pensamento, estão tão limitados pelo sistema que simplesmente não têm esse espaço para serem tão recetivos, ou tão progressistas. (...) E é por isso que o que estamos a fazer aqui na ecoaldeia exige tanto trabalho, mesmo apenas para manter o lugar a funcionar...¹⁶⁸ (Entrevistada 5, membro da direção e responsável pela Riot Rye Bakery, 11 anos de residência)

Ao analisar a perceção dos entrevistados em relação às mudanças prioritárias à luz das diferentes fases da transição para a sustentabilidade (Rotmans *et al.*, 2001) é possível perceber que existe um duplo entendimento: de base micro (comunitária) e de base macro (política pública). Isto mostra que o processo de transição, para os membros de Cloughjordan, está ainda numa fase embrionária, de *take-off*, uma vez que as inovações de nicho estão a acumular impulsos internos através de processos de aprendizagem e de

¹⁶⁶ Tradução da autora. Original: “Rethinking ownership and work and community and everything, it’s like quite transforming shift in our thinking, but yeah, that’s lot of examples in our long history of the commons and us doing more together and something that is not based just on capitalist economy.”

¹⁶⁷ Tradução da autora. Original: “Has to be at government level, it has to be from the top down, (...) there’s so many ways that the government can invest in, you know, insulating its housing stock, (...) those are those are very challenging for individuals particularly for the population that can’t afford to make these lifestyle choices.”

¹⁶⁸ Tradução da autora. Original: “I think it has to come from government policy, but also they can only achieve so much, even if they’re very progressive in their thinking they’re so limited by the system that they just don’t have that space to be as responsive, or as progressive. (...) and that’s why what we’re doing here in the ecovillage just takes so much work even to just keep the place running...”

aperfeiçoamentos das suas práticas, mas ainda não existe uma pressão do nível macro que permita que essas inovações se disseminem ao ponto de destabilizar os regimes.

A última afirmação da entrevistada 5 revela também algum cansaço devido ao trabalho que é necessário desenvolver numa CSI e ainda assumir um papel pioneiro de desenvolvimento de soluções inovadoras que contribuam para a transição para a sustentabilidade. A figura abaixo mostra as perspetivas dos membros de Cloughjordan em relação ao papel que podem desempenhar nesse processo.

Figura 9.20 - Representações sobre o Papel na Transição em Cloughjordan

LOCAL DE DEMONSTRAÇÃO	COLABORAÇÃO
LABORATÓRIOS	ASSUMIR OS RISCOS

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

À semelhança do que se verificou nos outros casos, também os entrevistados de Cloughjordan acreditam que o papel que podem desempenhar é acima de tudo de experiência e demonstração. De facto, estas comunidades assumem-se como laboratórios de base micro, como locais de experimentação de parasoluções inovadoras: “contribuímos por existir, por estarmos aqui para redirecionar as nossas necessidades em torno de um bem maior e comum, e mesmo perante as dificuldades continuamos a existir

e a tentar prosperar”¹⁶⁹ (entrevistada 2, responsável pela produção de alimentos, 8 anos de residência). Claro que este carácter experimental não está isento de riscos e muitas vezes as soluções desenvolvidas não chegam a ter sucesso. E a assunção desses riscos é outro dos papéis que os entrevistados consideram poder ter: “estamos a assumir os riscos aqui, os processos de inovação consomem tempo e dinheiro e nós ainda o fazemos, não desistimos, e não há muito mais que possamos fazer”¹⁷⁰ (entrevistado 4, responsável pela comunidade de artes de Cloughjordan, 16 anos de residência).

Uma das funções que os membros de Cloughjordan mais enfatizaram foi o facto de servirem como locais de demonstração, abertos a quem os queira visitar e em estreita colaboração com os órgãos de governança e com a academia. Locais que podem receber políticos, estudantes e outros indivíduos. Esta abertura ao exterior é, na opinião dos interlocutores, fundamental para o processo de transição, porque mostra que é possível viver de forma alternativas e fazer escolhas mais sustentáveis de uma forma simples. Esta é uma das razões pelas quais as CSIs são muitas vezes vistas como comunidades de aprendizagem e de prática (Temesgen, 2020). Esta disponibilidade para partilharem as suas experiências e conhecimentos tende a contribuir para fomentar a reflexão de novas abordagens para determinados problemas (Wenger e Snyder, 2000):

O nosso papel é tentar diferentes formas de viver, construir o nosso próprio conhecimento, construir as nossas próprias competências e, portanto, influenciar os que nos rodeiam e mudar valores e atitudes. Mas também apenas ‘ser’ porque é uma experiência tão gratificante o facto das pessoas virem aqui e se inspirarem e quando partem tentam fazer elas próprias a mudança.¹⁷¹ (Entrevistada 3, coordenadora do programa educacional, 13 anos de residência)

Os membros de Cloughjordan assemelham-se aos da LWE no que diz respeito ao tipo de transição que preconizam. São indivíduos que desenvolvem inovações de nicho e que procuram disseminá-las para outros níveis através das suas conexões, e que acreditam no processo de mudança social:

Penso que estaremos no caminho certo. Mas agora estamos duas ou três décadas atrasados, por isso o tempo é essencial e uma das esperanças

¹⁶⁹ Tradução da autora. Original: “we contribute by existing, for being here to redirect our needs around a greater and common good, and even in the face of difficulties we continue to exist and try to thrive”.

¹⁷⁰ Tradução da autora. Original: “you are taking the risks here, innovation processes are time and money consuming and we still do it, we don’t give up, and there’s not much more we can do.”

¹⁷¹ Tradução da autora. Original: “Our role is trying different ways of living, building our own knowledge, building our own skills and, therefore, influencing those around us and changing values and attitudes and ultimately living the question, but also just being because it’s such a rewarding experience when people come and they become inspired and go off and try and make change themselves.”

que tenho é porque vejo os jovens a acordar, o que leva frequentemente ao luto pelo clima e à ansiedade climática. Vejo algumas coisas que podem acelerar esta transição rapidamente e vejo algumas coisas que vão continuar a abrandá-la, como interesses instalados e *status quo*, mas espero que estejamos no caminho. É definitivamente diferente de quando comecei na agenda da sustentabilidade, agora esta é a voz dos governos, das empresas, todos estão pelo menos a dizer as coisas certas, se pudéssemos apenas fazer mais...¹⁷² (Entrevistado 1, membro fundador e responsável pela Clarivate, 22 anos de residência)

Estes indivíduos acreditam que a mudança social já está em curso, embora defendam que o ritmo a que está a acontecer não é suficiente para regenerar o que já se perdeu. Os entrevistados acreditam também que uma maior eficácia e eficiência das políticas públicas contribuiria para o acelerar do processo de transição. Podem, igualmente, ser classificados como *Revolucionários Otimistas Conectados*. É neste sentido, que procuram estabelecer relações próximas com o governo irlandês:

Penso que temos uma boa capacidade de trabalhar em rede, que há alguns de nós que estão muito, muito ligados em rede em diferentes setores da sociedade irlandesa. Alguns de nós são membros do Partido Verde. Eu sou amigo do presidente da Irlanda. Ele já visitou esta casa, na verdade. Ele escreveu o prefácio do meu último livro. Assim, desde o presidente da Irlanda a todos os setores da sociedade civil, penso que nós estamos muito bem ligados em rede, e isso atrai as pessoas até nós.¹⁷³ (Entrevistado 7, membro fundador e responsável pelo programa educacional, 22 anos de residência)

Os *Revolucionários Otimistas Conectados* são indivíduos que dão importância às políticas públicas e que procuram encontrar soluções que possam melhorar a sua eficácia e, principalmente, que possam aumentar o impacto das CSIs no processo de transição. As políticas sugeridas pelos participantes foram categorizadas como “independência e autonomia comunitária” e como “burocracias e incentivos”.

No que toca à primeira categoria, foram sugeridas políticas como: obrigatoriedade de cada cidadão plantar uma determinada percentagem da sua alimentação. Nos casos em

¹⁷² Tradução da autora. Original: “I think we will be on the right track. But we’re two or three decades late of this now, so time is of the essence and one of the hopes I see young people waking up, often leading to climate grief and climate anxiety. I can see a few things that might accelerate this transition quickly and I can see a few things that are going to continue to slow it down, like vested interests, status-quo, but hopefully we are on the path, it’s definitely different from when I started out in the sustainability agenda that we were lone voices, now this is the voice of governments, companies, everyone is at least saying the right things, if we could just do more...”

¹⁷³ Tradução da autora. Original: “I think we have a good ability to network, that there are a number of us who would be very, very networked in different sectors of Irish society. Some of us would be members of the Green Party. I’m a friend of the president of Ireland. He’s visited this house, actually. He wrote the foreword of my last book. So, you know, from the president of Ireland to all sectors of civil society, I think we, we are very, well networked, and that draws people to us.”

que não exista acesso à terra, este devia ser disponibilizado pelo governo e ser comunitário. Outra sugestão foi a responsabilização dos indivíduos pelas suas ações devolvendo-lhes a capacidade de agência e incentivando a experiência comunitária como fator contributivo para o empoderamento individual. Por fim, a atribuição de mais autonomia às comunidades na gestão da terra e dos territórios.

A segunda categoria inclui propostas como: o aumento do financiamento às CSIs para que possam desenvolver mais práticas de inovação minimizando o risco associado ao insucesso; a criação da figura de “catalisadores comunitários”: membros treinados pela comunidade local para que possam trabalhar com pessoas que partilhem os mesmos códigos de comportamento e valores; e a criação da figura de “*coaches* climáticos comunitários” que poderá ser uma nova função para mediadores culturais, animadores comunitários e *coaches* profissionais.

9.4 Uma Comunidade Anárquica Dinâmica: PPAUW

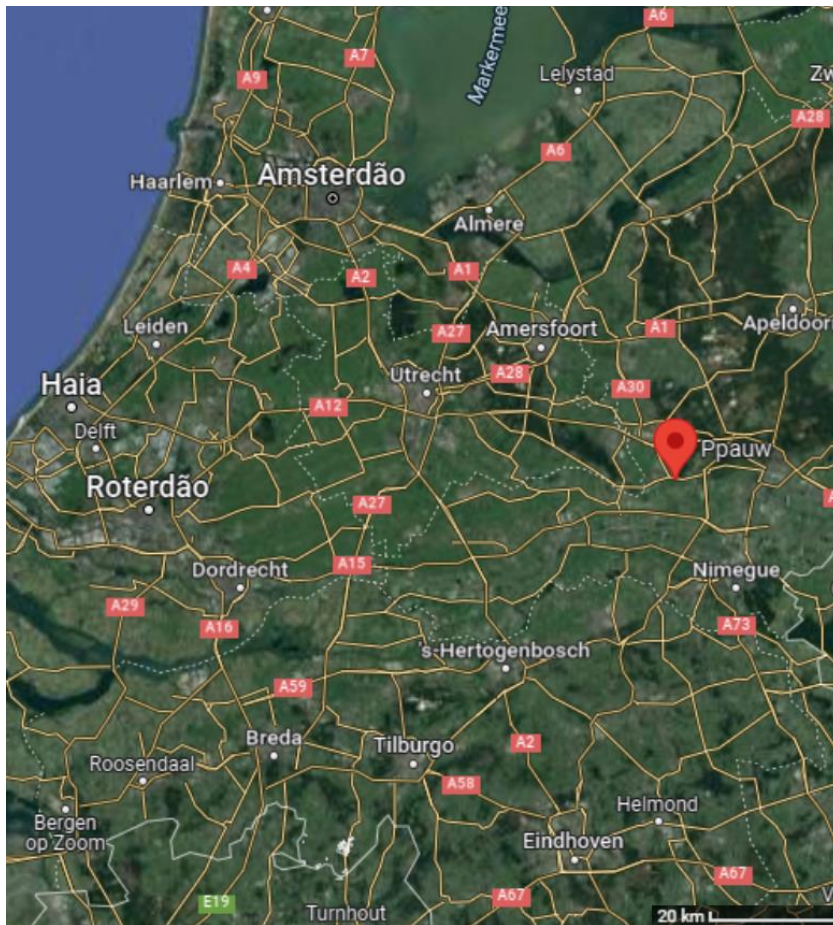
9.4.1 Apresentação de PPAUW

PPAUW é uma CSI que se assume como grupo informal, sem estatuto jurídico definido, situada no município de Wageningen, província de Gelderland, Países Baixos (figura 9.21). Atualmente residem treze pessoas em PPAUW, um número que tem vindo a oscilar desde o início do projeto em 2014. É uma comunidade localizada em contexto rural, mas relativamente próxima do centro de Wageningen.

PPAUW situa-se num terreno privado com cerca de 4 hectares, que foi ocupado¹⁷⁴ pelos membros da CSI pois estava abandonado e não tinha utilização. Num primeiro momento a ocupação foi feita sem o conhecimento do proprietário e, durante esse processo, o fundador teve problemas com o governo local e com a polícia. O que se seguiu foi um esforço, por parte do fundador, para demonstrar os seus planos para a reabilitação do terreno e atualmente a residência dos membros e as atividades desenvolvidas em PPAUW têm a concordância do proprietário do terreno e são toleradas pelo governo local.

¹⁷⁴ Do inglês, *squatted*.

Figura 9.21 - Localização de PPAUW



Fonte: Google Maps

Na visão do fundador, a reabilitação que a comunidade fez no espaço acabou por valorizar o terreno do ponto de vista financeiro e essa é uma das principais razões pelas quais aos membros de PPAUW ainda lhes é permitido manterem-se no local.

O valor deste lugar, sendo nós artistas e porteiros que se preocupam com a limpeza do espaço é mais do que o seu valor original. Antes, era um terreno baldio perigoso e sujo. Com a diferença de valor, podíamos criar coisas bonitas e gerar um rendimento sustentável para nós. Explico sempre este princípio de gentrificação aos proprietários e ao município.¹⁷⁵ (Entrevistado 4, membro fundador, 8 anos de residência)

Tanto o fundador como os membros de PPAUW têm um histórico de ocupação de terrenos e de prédios devolutos. Estão habituados a viver com uma determinada incerteza e volatilidade relativa ao local de residência. Neste sentido, esta CSI é

¹⁷⁵ Tradução da autora. Original: “The value of this place with us being artists, cleaners and gatekeepers is more than the original value. Before, it was a dangerous dirty wasteland. With the difference in value, we could create beautiful things and generate a sustainable income for us. I always explain this gentrification principle to the owners and the municipality.”

comummente definida como um “eco-circo itinerante”, devido à possibilidade eminente de ter de se mudar para outro local. Por isso, os seus membros não se dedicam a construções permanentes e todas as habitações são caravanas ou *tiny-houses* que podem ser movidas. De facto, prevêem-se mudanças breves para esta CSI, uma vez que o município está a preparar um plano de zoneamento para o local onde PPAUW está situada. Esta comunidade deverá desaparecer em 2023 e iniciar uma nova fase num novo território. PPAUW rejeita a ideia de propriedade privada e funciona numa lógica de baixos rendimentos. Cada membro paga cerca de 100€ mensais para despesas comuns, como a alimentação ou a reparação de infraestruturas e é responsável pela manutenção da sua habitação móvel.

Tal como Los Portales, esta comunidade é *off the grid* dado que não está conectada às redes públicas de energia e água, o que representa um desafio acrescido, principalmente no que diz respeito à gestão dos resíduos decorrentes da atividade humana. Para colmatar este problema, os membros têm desenvolvido técnicas de compostagem e de purificação de águas cinzentas. Utilizam casas de banho secas que separam os dejetos sólidos dos líquidos (figura 9.22).

Figura 9.22 - Casas de Banho Secas em PPAUW



Fonte: Website de PPAUW (www.ppauw.nl/) | **Créditos:** PPAUW

Os sólidos passam por um processo de compostagem e os líquidos por procedimentos de tratamento de águas para que possam, ambos, ser utilizados na

fertilização dos solos. As águas cinzentas são recolhidas numa lagoa de evaporação através de um recipiente de fermentação, de um filtro de areia e de um filtro helófito.¹⁷⁶ A água potável é extraída do solo e depois armazenada num tanque com capacidade para 1000 litros.

A nível da produção energética, diversos veículos têm painéis solares (figura 9.23 – em cima). Para além disso, a comunidade ganhou um concurso público para a iluminação de uma estrada próxima do terreno onde está localizada. A iluminação funciona com a energia gerada pela comunidade e as árvores locais são usadas como postes de luz (figura 9.23 – em baixo). Quando a estrada não está a ser utilizada as luzes apagam-se automaticamente garantindo a sua eficiência energética. No entanto, a gestão da energia é um desafio, principalmente, nos meses de inverno quando não há muitas horas de sol. Nesta fase, os membros têm de adaptar as suas necessidades e reduzir o consumo de energia ao mínimo necessário.

É possível, ainda, destacar um conjunto de experiências energéticas que têm vindo a ser desenvolvidas na comunidade, desde a área da cozinha até à dos transportes. Para cozinhar é utilizada apenas energia local e existem quatro equipamentos principais: um secador solar para a desidratação de alimentos, uma lente de luz solar que permite cozinhar no ponto focal e dois fornos solares. Na figura 9.24, à direita o secador solar e à esquerda a lente de luz solar. Ao nível dos transportes, a comunidade dispõe de um carro a GPL, um triciclo elétrico, uma caravana com neutralizador de gases de escape e várias bicicletas, duas das quais elétricas (figura 9.25).

¹⁷⁶ Um filtro helófito é um filtro natural composto por plantas helófitas que têm a capacidade de purificar o ambiente onde se encontram, através da produção de oxigênio, da retenção e estabilização da matéria orgânica e do substrato água, transformando o excesso de nitrogénio e fósforo em biomassa.

Figura 9.23 - Painéis Solares e Iluminação Pública em PPAUW



Fonte: Website de PPAUW (www.ppauw.nl/) | **Créditos:** PPAUW

Figura 9.24 - Artefactos de Cozinha em PPAUW



Fonte: Website de PPAUW (www.ppauw.nl/) | Créditos: PPAUW

Figura 9.25 - Meios de Transporte em PPAUW



Fonte: Website de PPAUW (www.ppauw.nl/) | Créditos: PPAUW

Os membros de PPAUW têm como missão utilizar materiais descartados por outros indivíduos e/ou instituições, categorizados como lixo (ou sem utilidade) e conferirem-lhes uma nova vida e novas utilizações. Na visão dos entrevistados, esta é uma potencialidade porque acreditam que existe um excesso de desperdício e de obsolescência que deve ser combatido, mas também constitui uma dificuldade, pois os artefactos que produzem têm um aspeto pouco apelativo para os padrões das sociedades contemporâneas:

Portanto, é normalmente bastante intensivo em capital se se quiser fazer com que as coisas pareçam realmente com aspeto sofisticado. Se comprar madeira nova e tiver as peças de que necessito a peça vai ter um aspecto mais extravagante do que se utilizar madeira reciclada. Mas é também muito triste tudo o que deitamos fora.¹⁷⁷ (Entrevistada 5, membro polivalente, 3 anos de residência)

A nível social e relacional, a comunidade tem enfrentado algumas dificuldades. Passou por momentos de reestruturação com a saída de vários membros que estavam em PPAUW desde o início e com a entrada de um conjunto de jovens que fazem parte do núcleo atual. Ainda assim, mesmo com as novas ideias que os membros mais recentes trouxeram à comunidade, ainda persistem desafios. A maioria está relacionada com divergências nas diferentes visões, valores e modos de vida dos membros. Há um conjunto de indivíduos que têm ideologias anarquistas e que, portanto, rejeitam todas as formas de controlo e um outro grupo, mais centrado nos valores da ecologia, que tem uma visão mais centrada na sustentabilidade económica, ambiental e social da comunidade. A entrada dos novos membros permitiu a introdução de alguns princípios da sociocracia nos processos de tomada de decisão e de gestão de conflitos que têm tido algum sucesso no equilíbrio das diferentes visões e na consolidação do compromisso para com os valores essenciais da comunidade: a criatividade, a liberdade e a sustentabilidade.

Aqui temos anarquistas e ecologistas que encontraram uma espécie de equilíbrio. Os anarquistas têm os seus carros e motos e adoram as suas festas, mas algumas pessoas só querem semear sementes, fazer o composto, colher os alimentos na floresta, e aumentar os níveis de biodiversidade. Não tenho os mesmos valores de todos os outros membros, mas valorizo o estilo de vida comunitário. Percebi que não devo romantizar o estilo de vida da comunidade. Faz pior romantizar

¹⁷⁷ Tradução da autora. Original: "Therefore, it is usually quite capital intensive if you want to make things really like look super neat. If you buy new wood and you have precisely the parts that you need, then, yeah, it will look fancier than if you use recycled wood. But it's also very sad that we're throwing away so much as society."

do que não romantizar.¹⁷⁸ (Entrevistado 1, responsável pela compostagem e comunicação, 3 anos de residência)

A comunidade tem beneficiado da proximidade com a Universidade de Wageningen. Wageningen é um município pequeno, conhecido pela sua universidade que é, em grande parte, responsável pelo seu número de habitantes. Uma das áreas científicas nas quais a universidade se destaca é a agricultura e PPAUW tem conseguido atrair muitos estudantes para desenvolverem investigação no seu território. Para além disso, a comunidade organiza “campos de ação” com durações aproximadas de três dias durante os quais os estudantes universitários podem aprender e desenvolver técnicas de permacultura. Atualmente, é uma comunidade aberta que recebe entre 50 a 500 visitantes por evento, dependendo das atividades a serem desenvolvidas.

Estas atividades têm sido fundamentais para melhorar a visão que os habitantes do município têm da comunidade e no estabelecimento de relações de cooperação com a universidade. Até porque alguns dos membros mais recentes, são precisamente estudantes ou ex-alunos da Universidade de Wageningen. Alguns desses membros foram os principais impulsionadores da criação de um grupo de *lobby* chamado *Vision Group Ecovillage Wageningen*, que conta com a participação de membros de PPAUW, o CVEG – *EcoVillage Network of Gelderland*, uma organização local designada por *Sustainable Raftening*, um grupo de *Alumni* da Universidade de Wageningen e indivíduos com poder político e capital financeiro. Este grupo permitiu que PPAUW ganhasse voz política a nível municipal e que conseguisse negociar com o proprietário do terreno onde está localizada possíveis soluções de compromisso para o futuro – tanto do terreno como da comunidade. Uma das propostas a ser debatida é a venda ou arrendamento do terreno ao *Vision Group Ecovillage Wageningen* para a construção de uma aldeia ecológica, com casas fixas, a preços acessíveis e com um foco na sustentabilidade. Por enquanto, o futuro de PPAUW ainda é incerto.

¹⁷⁸ Tradução da autora. Original: “Here we have anarchists and ecologists who have a sort of found a balance. The anarchists here have their cars and motorcycles, and they love their parties, but some people just want to sow seeds, do the compost, harvest the foods in the forest, and raise biodiversity levels. I don't share all the values of everyone here, but I do value community and community lifestyle. I've realized now that I should not romanticize the community lifestyle. It does more damage to romanticize it than it does not to romanticize it.”

9.4.2 Caracterização dos Entrevistados de PPAUW

Foram realizadas cinco entrevistas: ao fundador e a quatro membros que fazem parte do grupo que se juntou recentemente a esta CSI. Foram entrevistados três homens e duas mulheres todos de nacionalidade holandesa. Com exceção do fundador, os restantes entrevistados residem em PPAUW há cerca de 3 anos. Das comunidades em análise esta foi onde se registou uma menor média de idades entre os entrevistados: 31 anos (o fundador tem 53 anos e os restantes estão na casa dos 20 anos). Todos os entrevistados, menos o fundador, têm formação superior. Dois detêm mestrados em áreas relacionadas com a agricultura e com o desenvolvimento e inovação rural e três têm formação em artes.

Todos os entrevistados têm um histórico de ocupação de espaços e de ativismo contra a propriedade privada. Muito associados ao movimento *kraker*¹⁷⁹ holandês, estes indivíduos vêm na ocupação de propriedades uma forma de protesto contra o sistema capitalista, uma forma de se manifestarem contra a especulação imobiliária atual e também como forma de expressão da sua individualidade:

Na adolescência envolvi-me bastante em cenas mais alternativas nos Países Baixos, como ocupar casas. Porque sempre tive curiosidade sobre coisas que são diferentes e que são aventureiras e sempre me senti atraída por coisas fora da caixa, por isso já estou dentro desta rede de ‘ocupas’ nos Países Baixos há alguns anos.¹⁸⁰ (Entrevistada 5, membro polivalente, 3 anos de residência)

Eu frequentei a escola de artes em Groningen onde conheci algumas pessoas e comecei a ocupar edifícios. Aí tínhamos obviamente de viver em grupos, pelo que isso também é importante para mim, ocupar espaços com outras pessoas. Senti-me realmente em casa lá. Depois disso, estava a viver numa carroça e fui a PPAUW com a minha banda para o festejar o seu 5º aniversário e acabei por ficar aqui.¹⁸¹ (Entrevistada 3, produtora de eventos e educação, 3 anos de residência)

Eu nunca tinha pensado viver assim até há cerca de quatro anos. Estava a viver numa cidade próxima da universidade. O único quarto que consegui encontrar, por causa da crise da habitação, ficava a trinta minutos de bicicleta. Ainda hoje se sentem os efeitos da crise e é muito difícil encontrar uma casa acessível, mesmo para um estudante como

¹⁷⁹ Proveniente do inglês *crack*, que significa quebrar. O equivalente ao movimento “okupa” em Portugal.

¹⁸⁰ Tradução da autora. Original: “As a teenager, I think I got pretty involved in more alternative scenes in the Netherlands, like the squatting scene. Because I have always been curious about things that are a little bit different and that are adventurous and being attracted to ‘out of the box’ things, so I have had a network squatting scene in the Netherlands for already quite a couple of years.”

¹⁸¹ Tradução da autora. Original: “I went to art school in Groningen, and then I met some people and I got into squatting buildings and we had obviously to live in groups, so that's also important for me, squatting together. I really felt at home there. After that, I was living in a wagon already and then I went to PPAUW with my band for the 5th anniversary of PPAUW, and I ended up staying here.”

eu, por isso acabei por viver numa garagem. Conheci muitas pessoas ativas no cenário da ocupação e das ecoaldeias que viviam de forma sustentável. O que despoletou a minha decisão foi que o facto de não estar a ser respeitado como cidadão. Portanto, isso para mim foi um motivo. Mas também, eu queria realmente ligar-me mais à natureza.¹⁸² (Entrevistado 1, responsável pela compostagem e comunicação, 3 anos de residência)

Sou um fotógrafo profissional, viajo muito, gosto de estar próximo da natureza. PPAUW, para mim, representa um lugar onde posso estar sem compromisso de ficar para sempre, porque não sabemos se existirá para sempre. Adapta-se ao meu estilo de vida e aos meus valores pessoais.¹⁸³ (Entrevistado 2, membro polivalente, 3 anos de residência)

Estes excertos mostram que, embora a experiência de ocupação de espaços tenha sido estruturante para estes entrevistados terem escolhido PPAUW como local de residência, também houve outras motivações. PPAUW é um espaço onde podem viver sem gastar muito dinheiro, em comunhão com a natureza, que lhes permite ter tempo para serem criativos e exprimirem os seus valores pessoais, nomeadamente em relação ao desapego material e à liberdade que lhe está associada.

9.4.3 Inovação em PPAUW

Representações sobre a Inovação

As representações que os entrevistados da comunidade PPAUW têm sobre a inovação, é semelhante à que se verifica na Live With Earth. Ambas as CSIs percebem o processo de inovação como a criação de algo novo que procura responder a necessidades sociais de forma criativa (figura 9.26). No entanto, enquanto a LWE manifesta uma visão mais instrumental do processo de inovação, para os entrevistados de PPAUW a relação entre inovação e necessidades é mais profunda do que a mera forma de as colmatar. Nos discursos analisados subentende-se que os processos e práticas de inovação passam pela iniciativa individual, focado na reestruturação e redefinição das necessidades de cada um. Esta reavaliação é importante para que possa existir congruência entre as competências e

¹⁸² Tradução da autora. Original: “So, I had never aspired to live like this, up until about four years ago. I was living in a city close to the university. It was about 30 minutes of biking, but it was the only room I could find in the city because of the housing crisis. There is a housing crisis still, and it's very hard to find an affordable home, even for a student like myself, so I ended up living in a garage. I met many active people in the scene of squatting of ecovillages, of living sustainably. What pushed me was that I was not being respected as a citizen. So, that was for me, maybe a motive. In the first sense, but also, I really wanted to connect more to nature.”

¹⁸³ Tradução da autora. Original: “I am a professional photographer, I travel a lot, I like to be close to nature. PPAUW, for me, represents a place where I can be without commitment to stay forever because we do not know if it will exist forever. It suits my lifestyle and personal values.”

recursos disponíveis para o desenvolvimento de inovação e entre as necessidades sociais que essa inovação procura satisfazer.

A inovação é a criação de coisas novas que servem as nossas necessidades. Mas, no mundo de hoje, são criadas novas necessidades para os lucros. Se tentarmos satisfazer todas essas necessidades a inovação torna-se destrutiva. A inovação é frequentemente uma ferramenta do consumismo e do capitalismo. Penso que a inovação é necessária mas alinhada com os limites e necessidades de toda a vida na Terra.¹⁸⁴ (Entrevistado 4, membro fundador, 8 anos de residência)

Figura 9.26 - Representações sobre a Inovação em PPAUW

NECESSIDADES	DISCURSOS ALTERNATIVOS
NOVIDADE E CRIATIVIDADE	DIMENSÃO SOCIAL

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

Uma das características distintivas desta CSI, como já foi mencionado, é o aproveitamento de materiais abandonados e a sua reutilização e reconfiguração em novos artefactos que sejam uteis à comunidade. Verifica-se, portanto, um foco no *DIY*,¹⁸⁵ *i.e.*, no desenvolvimento de artefactos com recurso a materiais descartados. Por isso, a ênfase na criatividade é comum nos discursos destes entrevistados, também devido à sua

¹⁸⁴ Tradução da autora. Original: "Innovation is about creating new things that serve our needs. But in today's world new needs are created for profits. If we try to meet all those needs innovation becomes destructive. Innovation often is a tool of consumerism and capitalism. I think innovation is necessary but aligned with the boundaries and needs of all life on earth.

¹⁸⁵ Do inglês "Do it yourself".

formação artística. Existe uma associação direta entre inovação e criatividade e as duas noções são, muitas vezes, confundidas pelos participantes.

Para mim, a inovação é, acima de tudo, a criatividade. Pensar em soluções para os problemas e depois pôr as mãos ao trabalho e desenvolvê-los. Reproduzir o que os outros fazem só porque funciona pode ser útil, mas não é inovador. (...) A capacidade de se desenvolver através da arte é inovação.¹⁸⁶ (Entrevistada 3, produtora de eventos e educação, 3 anos de residência)

Embora este não seja o entendimento de inovação que se mobiliza nesta investigação, a ligação entre inovação e criatividade¹⁸⁷ é relevante. Chen (2012) afirma que as duas noções, muitas vezes, não se distinguem e devem ser entendidas como partes do processo da produção do conhecimento e da sua transformação em criação de valor (social ou comercial). A criatividade (a geração de ideias) antecede a inovação (a implementação dessas ideias), ou nas palavras de Gurteen (1998:6) “a criatividade é o pensamento divergente e a inovação é o pensamento convergente”. Esta é a lógica subjacente ao excerto da entrevistada apresentado acima: a capacidade de criar ideias e “por mãos à obra” para as desenvolver e aplicar.

Do ponto de vista sociológico, a criatividade, tal como a inovação, é um fenómeno social, porque o processo criativo e inovador implica a manipulação de símbolos, regras, tecnologias e materiais e porque as motivações e capacidades individuais derivam dos quadros culturais e institucionais nos quais os indivíduos estão situados (Burns *et al.*, 2015). Os entrevistados corroboram esta ideia e quando são questionados sobre o que entendem por inovação destacam a importância da comunidade enquanto potenciadora do processo:

Aqui em PPAUW eu posso ser criativa e desenvolver coisas porque tenho tempo para pensar e material gratuito para testar ideias. E isso, para mim, é muito importante para a inovação porque se tivesse um trabalho das 09h00 às 17h00 e vivesse numa ‘selva de betão’ a minha cabeça ía estar ocupada com outras coisas: ir ver televisão e não iria ser inovadora. Então, talvez seja isso: inovação é a Liberdade para ter tempo e espaço para pensar e ser criativa. Ou pelo menos é, em parte

¹⁸⁶ Tradução da autora. Original: “For me, innovation is, above all, creativity. Thinking of solutions to problems and then putting your hands to work and developing them. Reproducing what others do just because it works may be useful but it’s not innovative.”

¹⁸⁷ Atualmente, muitos estudos têm sublinhado o contributo da criatividade para o desenvolvimento regional, mobilizando noções como cidade criativa (Landry, 2000), economia criativa (Howkins, 2001), classe criativa (Florida, 2002) ou indústrias criativas (Flew, 2012). Para uma revisão recente do caso português *cf.* Cruz (2016).

isso. Uma grande parte disso.¹⁸⁸ (Entrevistada 5, membro polivalente, 3 anos de residência)

Tanto a inovação como a criatividade estão, neste sentido, relacionadas com a incrustação¹⁸⁹ dos atores em determinados ambientes (Granovetter, 1985) ou, como foi sendo sublinhado ao longo desta investigação, emergem da dialética entre agência e estrutura. As atividades criativas são socialmente contextualizadas, ou seja, a capacidade criativa dos indivíduos depende das características dos contextos e vice-versa. Neste sentido, o contexto pode servir como facilitador ou bloqueador da ação criativa e posteriormente, receber ou rejeitar a inovação (Parker e Hackett, 2012).

PPAUW funciona, para os seus membros, como um contexto facilitador da criatividade o que possibilita o desenvolvimento de práticas de inovação. Como as representações mais mencionadas pelos entrevistados estão relacionadas com as dimensões das necessidades e da criatividade, a prática que se analisará de seguida é, na verdade, um conjunto de práticas que podem ser perpetuadas do ponto de vista da economia circular: a produção com recuso a material descartado e a sua transformação em artefactos que colmatem necessidades da comunidade.

Economia Circular em PPAUW

A Economia Circular (EC) é um conceito que tem recebido um interesse crescente académico nos últimos anos, principalmente desde 2012 (Kirchherr *et al.*, 2017). Tal como acontece com o conceito de inovação, e até com o de desenvolvimento sustentável, a EC foi apropriada pelas políticas públicas, enquanto estratégia para atingir alguns dos ODSs, estando presente em vários relatórios da Comissão Europeia (CE, 2014). O conceito tornou-se popular desde que foi introduzido pelos decisores políticos da China e da União Europeia como uma solução que possibilita aos países, empresas e consumidores reduzir as consequências ambientais dos padrões de produção e consumo e que permite fechar o ciclo de vida dos produtos (*ibid.*, 2014).

¹⁸⁸ Tradução da autora. Original: “Here at PPAUW I can be creative and develop things because I have time to think and free materials to test ideas. And that, for me, is very important for innovation because if I had a 9 to 5 job and lived in a “concrete jungle” my head would be busy with other things, I would be watching TV and I wouldn't be innovative. So, maybe that's it, innovation is the freedom to have time and space to think and to be creative. Or at least it's part of it. A big part of it.”

¹⁸⁹ Do inglês *embeddedness*.

Esta popularização limitou o valor heurístico deste conceito e, atualmente, a economia circular é considerada a nova *buzzword* dos estudos sobre sustentabilidade e transições (Murray *et al.*, 2015). Apesar disto, há quem argumente que a economia circular tem subjacente um conjunto de princípios passíveis de operacionalização prática que podem ser úteis para implementar estratégias de desenvolvimento sustentável (Ghisellini *et al.*, 2016). De facto, como se refletiu no capítulo 2, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido criticado principalmente por ser demasiado vago e pouco operacional ou, como afirma Naudé (2011:352), por ser “um sonho teórico e não uma realidade implementável”.

A economia circular surge como uma contraproposta ao modelo de economia linear e tem por base o princípio de transformar bens que estão no fim da sua vida útil originando novos fluxos de utilização (Prieto-Sandoval *et al.*, 2018). Isto significa “reutilizar sempre que possível, reciclar o que não pode ser reutilizado, reparar o que não funciona e reproduzir o que não pode ser reparado” (Stahel, 2016:435). Neste sentido, os princípios básicos da economia circular são os 4Rs (reutilizar, reciclar, reparar e reduzir) de forma a fechar o ciclo de vida dos materiais, garantir uma maior eficiência dos recursos e minimizar o desperdício (Peters *et al.*, 2007).

Em PPAUW este é um dos principais propósitos: utilizar materiais em fim de ciclo de vida, repará-los ou transformá-los em novos utensílios ou bens. As imagens apresentadas na descrição do caso mostram alguns exemplos desta prática. As práticas de economia circular foram selecionadas como a inovação social desta comunidade por duas razões. Por um lado, porque, embora a ideia de reutilizar, reciclar e reduzir não seja recente, só agora começou a surgir como um objetivo estratégico na Europa e formalizado como conceito científico, o que mostra a sua centralidade na discussão sobre as transições para a sustentabilidade (Prieto-Sandoval *et al.*, 2018). Por outro lado, porque o que os membros de PPAUW fazem é identificar as suas necessidades e procurar satisfazê-las através da reutilização de materiais, utilizando a criatividade e a arte para lhes conferirem novas utilidades, estando, assim, em linha com o que se entende por inovação social (Mulgan *et al.*, 2012).

Os próprios entrevistados consideram estas práticas desenvolvidas pela comunidade como as mais inovadoras e embora sirvam para colmatar as suas próprias

necessidades, acabam por mostrar a quem os visita como funciona a economia circular na prática:

Nós utilizamos imensos materiais da sucata que são descartados aqui perto. Estamos agora a criar estas grandes instalações com um orçamento baixo, em comparação com talvez um projecto muito inovador num bairro sustentável extravagante, ou algo assim. Assim, mostramos à sociedade que fechar ciclos ou viver *off the grid* não tem de ser necessariamente algo super tecnológico e caro porque há muito desperdício na nossa sociedade que pode ser utilizado.¹⁹⁰ (Entrevistada 5, membro polivalente, 3 anos de residência)

Para além disso, tudo é gerido de forma coletiva, desde a identificação da necessidade, ao desenvolvimento da ideia, à procura de materiais e à realização da solução. Os membros de PPAUW têm uma estrutura organizacional dinâmica, não formal e não hierárquica, devido à ideologia anarquista de alguns dos seus membros. Apesar disso, têm reuniões semanais nas quais debatem os assuntos estruturais para a comunidade, sendo a recolha de materiais e o desenvolvimento de artefactos um deles.

Isto também tem um pouco de inovação social porque estamos todos investidos no processo. E, por vezes, eu penso que as minhas necessidades são a prioridade e outra pessoa pode ter uma ideia diferente e temos de chegar a um consenso porque não existem materiais para fazer tudo. Essa parte do processo também é importante. Molda a forma como nos relacionamos e a forma como adaptamos as diferentes necessidades que existem aqui.¹⁹¹ (Entrevistado 1, responsável pela compostagem e comunicação, 3 anos de residência)

A tabela abaixo descreve as principais mudanças sociais que ocorrem no desenvolvimento daquela prática e identifica as suas principais potencialidades e limitações.

¹⁹⁰ Tradução da autora. Original: “We use a lot of, like, scrap materials from the society around us and we are doing, we are now creating these of great facilities with a low budget, as compared to maybe a very innovative project in a fancy sustainable neighbourhood, or something. So, we show society that closing cycles or living in an off-grid way is not necessarily super high tech and very expensive, so to say, because there’s a lot of waste in our society that can be used.”

¹⁹¹ Tradução da autora. Original: “This also has a bit of social innovation because we are all invested in the process. And sometimes, I think that my needs are a priority and someone else may have another idea and we have to reach a consensus because we don’t have enough material for everything. That part of the process is also important. It shapes the way we relate and the way we adapt to the different needs that exist here.”

Tabela 9.4 - Economia Circular em PPAUW

IMPACTO ESTÁGIO	INTERAÇÃO ENTRE ATORES	RELAÇÕES SOCIAIS	RELAÇÕES DE PODER	PRÁTICAS SOCIAIS
Identificação da Necessidade	<p>Todos os membros de PPAUW se envolvem na discussão sobre as necessidades prioritárias. Não existe interação nesta fase com atores externos à comunidade.</p>	<p>As relações sociais consubstanciam-se num conjunto de gestão das diferentes necessidades do grupo.</p>	<p>Nesta fase, não existem indivíduos com maior poder no processo pois a comunidade tem uma estrutura horizontal .</p>	<p>As necessidades são discutidas nas reuniões de grupo semanais onde se utilizam algumas técnicas da sociocracia e da comunicação não violenta (mesmo que de forma informal).</p>
Desenvolvimento de ideias e protótipos	<p>O desenvolvimento de protótipos é feito coletivamente mas gerido por membros que detenham mais capacidades para desenvolver determinados artefactos.</p>	<p>As relações sociais são moldadas através da recolha de materiais em fim do ciclo de vida de forma gratuita, a outras instituições ou indivíduos.</p>	<p>As relações de poder alteraram-se devido à não utilização de dinheiro para adquirir os materiais necessários para o desenvolvimento dos artefactos .</p>	<p>Práticas sociais que contrariam os modelos de consumo dominantes e portanto, não alimentam a produção de materiais.</p>
Escalar e difundir	<p>Procuram envolver outros atores, nomeadamente, os seus visitantes para mostrar a possibilidade de desenvolver artefactos com recurso a materiais reciclados e reutilizados.</p>	<p>Procuram introduzir nos seus visitantes a vontade de apostarem no “DIY” e oferecem cursos práticos de como dar uma nova vida e utilização a materiais considerados como “lixo”.</p>	<p>Existe dificuldade em moldar as relações de poder na fase de escalar e difundir a prática pois a aparência dos artefactos desenvolvidos não é apelativa para investimento.</p>	<p>As práticas sociais que se alteram são ao nível da comunidade e dos seus visitantes. No entanto, existe um número cada vez maior de vizinhos que procuram perceber se os membros de PPAUW têm interesse em ficar com algum material antes de o descartarem.</p>
Mudança social	<p>Não existem elementos que permitam verificar a forma como os atores interagem nesta fase da mudança social porque a prática ainda está localizada ao nível micro da comunidade.</p>	<p>Não aplicável.</p>	<p>A prática tem potencialidade de alterar as relações de poder, retirando poder às indústrias e transferindo-o para os indivíduos, uma vez que implica que os mesmos desenvolvam os</p>	<p>Existe um potencial de alteração das práticas sociais, fortalecendo a ideia dos 4R’s da economia circular o que implicaria um maior compromisso dos indivíduos em reduzir, reutilizar,</p>

			artefactos que consideram necessários para as suas necessidades sem recorrer à compra de novos produtos.	reciclar e restaurar os bens que utilizam. Nesta fase, é apenas uma ideia em potência pois as práticas sociais ainda se situam muito no nível apenas da reciclagem.
--	--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria com base em Mulgan *et al.*, 2012 e Cajaiba-Santana, 2014

As práticas de economia circular ainda estão numa fase incipiente, ocorrendo apenas em nichos específicos, como é o caso de PPAUW. Há ainda um longo percurso para que estas inovações possam ser escaladas e difundidas para outros contextos e assim, introduzir mudanças sociais. Como já foi referido, subsiste na sociedade atual uma insistência no esforço individual para a reciclagem em detrimento da redução do consumo, da reutilização de bens e na sua reparação para desenvolvimento de novas funções. Esta é uma tendência que se deve tentar contrariar nas próximas décadas devido ao compromisso político para a implementação da economia circular nas empresas e nas organizações (CE, 2014). Mas, como qualquer outro processo de transição, este requer um período longo de adaptação para alteração nos regimes sociotécnicos (Geels, 2005). Especificamente no caso de PPAUW, a principal dificuldade encontrada reside na atratividade estética dos artefactos produzidos. Neste sentido, é importante encontrar investimento que lhe permita melhorar a parte estética e posteriormente, tornar estes artefactos atrativos para que, eventualmente, venham a ser difundidos.

9.4.4 Sustentabilidade e Transição em PPAUW

Os entrevistados de PPAUW consideram que a sustentabilidade está, essencialmente, relacionada com a vida minimalista, com a reorientação das necessidades e com a capacidade dos ecossistemas (figura 9.27). Todas estas categorias acabam por estar correlacionadas e estas perceções estão alinhadas com o que se verificou anteriormente: o facto dos entrevistados desta CSI enfatizarem a questão das necessidades individuais nos seus discursos, seja ao nível da inovação como da sustentabilidade.

Figura 9.27 - Representações sobre a Sustentabilidade em PPAUW

VIDA MINIMALISTA	CAPACIDADE DOS ECOSISTEMAS
NECESSIDADES BÁSICAS	DISCURSOS ALTERNATIVOS

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

Como verificado no caso da LWE a categoria “necessidades básicas” está relacionada com os padrões de consumo. Em PPAUW procura-se reduzir o consumo de novos produtos ao mínimo indispensável e grande parte do seu orçamento coletivo vai para a alimentação. Todas as outras necessidades são colmatadas através dos princípios da economia circular. Isto implica, necessariamente, repensar e reorientar aquilo que se considera como necessidades básicas:

Para mim, sustentabilidade está relacionado com a autoconstrução, o fazermos nós próprios, a vida *off grid*. Acho que também está relacionado com tentarmos diminuir o nosso índice e não usarmos tanta energia. E mais importante, não nos esquecermos das coisas que emitimos para o ar, como os combustíveis fósseis. Por isso é que tentamos ser *off the grid*.¹⁹² (Entrevistada 3, produção de eventos e educação, 3 anos de residência).

Penso que consigo ser mais sustentável aqui em PPAUW do que era na vida que tinha antes. Porque aqui os ciclos fecham-se, os meus resíduos fertilizam o solo e por aí adiante. E foi aqui que aprendi quais eram as

¹⁹² Tradução da autora. Original: “For me, sustainability means more self-build, DIY, off-grid living. I think also try lowering your index and not using much energy. And most importantly, don’t forget the things that go out of the air, like fossil fuels. So, we try to be off the grid.”

minhas necessidades básicas. Anteriormente, consumia muito mais e agora sou muito mais feliz. Gosto de viver na natureza e quero fazê-lo de forma minimalista.¹⁹³ (Entrevistado 2, membro polivalente, 3 anos de residência)

Para os membros de PPAUW o imperativo da redução dos consumos individuais é um exemplo da monitorização reflexiva da ação através da qual as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim o seu carácter (Giddens, 1990). É o que este entrevistado procura enfatizar na passagem abaixo:

Eu tenho alguns princípios que orientam as minhas ações. Antes de fazer algo, paro e pergunto-me se esses princípios estão lá. E o primeiro é a sustentabilidade. É reconhecer que a natureza é nossa professora. Toda a educação é sobre a natureza, seja sobre astrofísica, bioquímica ou tecnologia industrial. Se não usares exemplos de como aplicar ou incorporar isto no mundo natural estás ativamente a desconectar o conhecimento da sustentabilidade.¹⁹⁴ (Entrevistado 1, responsável pela compostagem e comunicação, 3 anos de residência)

Para além disso, esta comunidade encara a sustentabilidade como um processo articulado entre diferentes atores e numa simbiose com o ambiente circundante porque como afirma o entrevistado 1 “a sustentabilidade é uma prática comunitária. Não se pode ser sustentável sozinho”.¹⁹⁵ Nesse processo é necessário conhecimento sobre os ecossistemas e sobre o ambiente e para os entrevistados, esse conhecimento só se adquire através de uma experiência comunitária onde se pode experienciar os ciclos da natureza. Estas aprendizagens estão também relacionadas com os discursos que foram categorizados como “capacidade dos ecossistemas”:

Penso que viver na Terra de acordo com as suas capacidades e limites e partir daí para adaptar o nosso comportamento a isso, em vez do contrário. E para alcançar isso, é essencial ter uma sensibilidade para com o nosso ambiente e o nosso impacto sobre ele. E uma das coisas que sinto que está a fazer a humanidade ultrapassar as fronteiras

¹⁹³ Tradução da autora. Original: “I think I can be more sustainable here in PPAUW than I was in my life before. Because here the circles close, my waste fertilizes the soil and so on. And it was here that I learned what my basic needs were. Before, I consumed a lot more and now I am much happier. I like to live in nature and I want to live in some sense minimalistic.”

¹⁹⁴ Tradução da autora. Original: “I have some principles that guide my actions. Like I stop before I do something and ask myself, “are these principles in there”? And the first one is sustainability. Is acknowledging that nature is our teacher. All education is about nature, whether it be astrophysics, biochemistry, or industrial technology. If it’s not, if you’re not using examples of how to apply it or incorporate it into the natural world, you are actively disconnecting the knowledge from sustainability.”

¹⁹⁵ Tradução da autora. Original: ““sustainability is a community practice. You can’t be sustainable alone”.

planetárias é a desconexão que temos com os nossos impactos sobre a Terra.¹⁹⁶ (Entrevistada 5, membro polivalente, 3 anos de residência)

A vida sustentável só é possível com um profundo conhecimento ambiental. O que eu quero dizer por profundo conhecimento ambiental é compreender os princípios básicos dos ecossistemas: reconhecer plantas e animais, os fundamentos da água e do solo e compreender as tuas escolhas alimentares e de transporte. Isto é profundo conhecimento ambiental, quando tu sabes que és um organismo que faz parte de um ecossistema maior e quando reconheces que os teus comportamentos e atividades têm impactos e consequências. Profundo conhecimento ambiental é quando tu ativamente escolhes ter um papel em tudo isso e ser responsável pelas tuas ações.¹⁹⁷ (Entrevistado 1, responsável pela compostagem e comunicação, 3 anos de residência)

Os entrevistados percebem a sustentabilidade fundamentalmente como o conhecimento sobre o ambiente e a importância de monitorizar as ações individuais e adaptar os comportamentos às necessidades do planeta. Neste sentido, as mudanças que consideram como prioritárias para uma transição para a sustentabilidade são as alterações nos padrões de consumo e nas mentalidades. As mudanças na forma como se consome estão relacionadas com as questões da economia circular e as mentalidades associam-se à necessidade de monitorizar as ações individuais e adaptá-las às necessidades dos ecossistemas – ambas mudanças de nível micro.

À semelhança do que se verificou na maior parte dos casos em estudo também em PPAUW se considera que o papel que as CSIs podem desempenhar no processo de transição é funcionarem como laboratórios para a experiência, desenvolvimento e demonstração de práticas de (figura 9.28). Uma das características distintivas deste caso é que os seus membros consideram os meios de comunicação como o principal canal por onde podem disseminar as suas práticas. Para além dos visitantes e estudantes que recebem na comunidade é através da presença em programas de televisão e entrevistas a jornais que desenvolvem o seu papel de local de demonstração. O fundador da comunidade juntamente com outro membro são os principais protagonistas deste papel.

¹⁹⁶ Tradução da autora. Original: “I think just living on the earth within its carrying capacity and, therefore, going from this carrying capacity perspective and adapting our behavior to that, instead of the other way around. And to reach that, it’s essential to have a sensitivity to our environment and its impact on it. And one of the things I feel that what is making humanity exceed planetary boundaries is the disconnection that we have with our impacts on the earth.”

¹⁹⁷ Tradução da autora. Original: “Sustainable living is only possible with deep environmental knowledge. What I mean by deep environmental knowledge is understanding basic principles of ecosystems: recognizing plants and animal species, water and soil fundamentals, and understanding your food choices and travel choices. This is deep environmental knowledge when you know that you are an organism part of a larger ecosystem, and you recognize that your behaviors and activities have impacts and consequences. Deep environmental knowledge is when you actively choose to take a role in that. And be responsible for your actions.”

Figura 9.28 - Representações sobre o Papel na Transição em PPAUW



Fonte: Elaboração própria com recurso ao *Nvivo11*

Os membros de PPAUW, principalmente os anarquistas, consideram que a mudança social está profundamente dependente dos indivíduos ao nível micro e está relacionada com a alteração nos padrões de consumo e com a monitorização reflexiva da ação. Não acreditam que a mudança social orientada para a sustentabilidade seja um processo em curso e acreditam que os órgãos de governança não estão suficientemente preparados para a orientar. Isso não tem sido um impedimento para que desenvolvam as suas práticas. A ideologia anarquista permite-lhes ter uma liberdade, que embora não legitimada, é auto interiorizada, para desenvolverem as suas atividades, desde que as considerem benéficas para a sociedade e para o ambiente:

Vou com muita frequência ao município. Por vezes sinto que a minha função é um bocadinho ser o ‘Joker’ como na velha monarquia. Eu trago novas ideias e eles sabem que se não pararem eu irei tentar implementá-las de qualquer das formas. Sinto-me obrigado a explicar as minhas ideias aquelas pessoas [referindo-se aos políticos locais] para que eles possam ou utilizá-las ou participar na sua utilização. Por vezes, fico um pouco triste de não as podermos implementar logo para toda a cidade. Como artista e ativista sempre tentei desafiar essas barreiras com a arte,

histórias e exemplos.¹⁹⁸ (Entrevistado 4, membro fundador, 8 anos de residência)

Os membros de PPAUW podem ser considerados como *grassroot fighters*, uma vez que são indivíduos que não creem na mudança vinda “de cima”, das instituições estabelecidas (Dahle, 2007). Este perfil enfatiza as escolhas individuais como uma parte estruturante do processo de transição para a sustentabilidade (*ibid.*, 2007) o que é visível na importância que os entrevistados atribuem à monitorização reflexiva das ações individuais, nomeadamente, ao nível da forma como consomem.

Quando questionados sobre possíveis políticas públicas que possam aumentar o impacto das CSIs no processo de transição para a sustentabilidade, todos os entrevistados enfatizam a mesma ideia: repensar a ideia de propriedade privada e incentivar o acesso público “à terra”. Uma vez que consideram a terra como um bem comum sugerem que uma parcela dos territórios seja pública e atribuída de forma gratuita às comunidades que procurem regenerar os ecossistemas e testar soluções inovadoras para os problemas sociais, ambientais e económicos do território. Em alternativa, propõem uma diminuição da burocracia e da legislação do acesso à terra, facilitando e incentivando formas cooperativas de organização social e o seu financiamento.

9.5 Comparação dos Estudos de Caso

Este capítulo teve como objetivo observar aprofundadamente os diferentes tipos de CSIs identificadas nesta investigação. A análise procurou detalhar, do ponto de vista dos membros destas comunidades, as práticas mais inovadoras, a importância da colaboração para a disseminação do conhecimento produzido na microescala e a sua perceção sobre a mudança social.

Nesta subsecção apresenta-se um sumário dos principais resultados dos casos estudados, tendo em conta as dimensões estruturais em análise: características da comunidade, representações sobre a inovação, práticas inovadoras, representações sobre a sustentabilidade, mudanças consideradas prioritárias, perceção do papel que podem

¹⁹⁸ Tradução da autora. Original: “I often go to the municipality. Sometimes I feel my function is like being the “Joker”, as in the old monarchy. I bring new idea's and they know that if they don't stop me, I will often try them out either way. I feel obliged to explain my ideas to those people, so they are able to use them or participate. Sometimes I feel a bit sad that we can't implement them straight away for the whole city. As artist/activist I always try to push these boundaries with art, stories and examples.”

desempenhar na transição para a sustentabilidade e dinâmicas de colaboração. A tabela 9.5 mostra a comparação das quatro comunidades nas dimensões referidas.

Tabela 9.5 - Comparação dos Estudos de Caso

DIMENSÃO	COMUNIDADE			
	LOS PORTALES	LWE	CLOUGH-JORDAN	PPAUW
Características	38 anos de existência; 40 membros; Formal.	5 anos de existência; 9 membros; Formal.	23 anos de existência; 130 membros; Formal.	8 anos de existência; 13 membros; Informal.
Representação Inovação	Dimensão Social.	Novidade e criatividade.	Discursos alternativos.	Necessidades e criatividade.
Prática(s) Inovadora(s)	Socriocracia.	Construção Natural.	Neutralidade Carbônica e Águas Residuais.	Economia Circular.
Representação Sustentabilidade	Visões negativas e discursos alternativos.	Necessidades básicas e vida minimalista.	Visões negativas e discursos alternativos	Necessidades básicas e vida minimalista.
Mudanças Prioritárias	Mentalidades.	Educação.	Sentido de comunidade e políticas públicas.	Padrões de consumo e mentalidades.
Papel na Transição	Laboratórios e locais de demonstração.	Educação e Colaboração.	Laboratórios e locais de demonstração.	Laboratórios e locais de demonstração.
Perfil Estratégico	Grassroot Fighters.	Revolucionários Otimistas Conectados.	Revolucionários Otimistas Conectados.	Grassroot Fighters.
Colaboração	Forte com outras CSI e redes; Médias com a academia; Frágeis com os órgãos de governança.	Fortes com os órgãos de governança; Fortes com a academia; Fortes com outras CSIs.	Fortes com os órgãos de governança; Fortes com a academia; Fortes com outras CSIs.	Forte com a academia; Fortes com a comunicação social; Médias com outras CSIs; Frágeis com os órgãos de governança.

Fonte: Elaboração Própria

A leitura da tabela permite perceber que há diferenças e semelhanças entre as comunidades analisadas em profundidade neste capítulo. No geral, todas as CSIs, independentemente dos anos de existência, do nível de formalidade ou do número de membros, concordam que o principal papel que podem desempenhar no processo de transição é funcionando como laboratórios para o desenvolvimento de experiências inovadoras e, posteriormente, como locais de demonstração dessas práticas. São, assim, comunidades abertas que procuram, ativamente, receber visitantes e estabelecer redes de cooperação para disseminar as soluções que desenvolvem. Estas redes de colaboração

não funcionam da mesma forma para todas as CSIs. Enquanto a LWE e Cloughjordan não apresentam dificuldades em se relacionar com diferentes atores, Los Portales e PPAUW identificam alguns obstáculos, principalmente, na colaboração com os órgãos de governança.

Este fator acaba por ser determinante nos perfis estratégicos que assumem no processo de transição para a sustentabilidade. Los Portales e PPAUW enquandram-se no que Dahle (2007) definiu como *grassroot fighters* e Cloughjordan e a LWE apresentam características de um novo perfil emergente designado nesta investigação por *Revolucionários Otimistas Conectados*. Os *grassroot fighters* consideram que a mudança social prioritária tem de ocorrer ao nível das mentalidades individuais e os revolucionários otimistas conectados, por outro lado, destacam dimensões mais macro como o setor da educação e a política pública como estruturais para a transformação.

Enquanto as CSIs mais recentes entendem a sustentabilidade como uma vida minimalista que remete para o necessário aumento do sentido comunitário e para a reavaliação individual do que são consideradas necessidades básicas, as comunidades mais estabelecidas, com mais anos de existência e maior número de membros tendem a ter uma visão mais negativa sobre a sustentabilidade. É através destes entrevistados que emerge um conjunto de discursos alternativos que consideram mais apropriados para refletir sobre os desafios contemporâneos. Ideias como adaptação, regeneração e paradigma “eco-social” começam a ganhar destaque nestes nichos como formas mais adequadas de pensar o desenvolvimento e a mudança social.

Ao nível das práticas de inovação social, importa sublinhar que experiências como fornos solares, construção natural, agricultura biológica, permacultura, casas de banho secas, compostagem e sociocracia existem em todas as CSIs estudadas. No entanto, para esta análise foram selecionadas aquelas que estavam mais estabelecidas na comunidade e as que melhor se adequavam às representações sobre a inovação que cada uma tinha apresentado.

A escalabilidade das práticas de inovação social desenvolvida por estas comunidades é condicionada ou facilitada por um conjunto de mecanismos. Esta investigação revelou que a transferência da escala micro para as escalas meso e macro está dependente de quatro mecanismos principais.

Em primeiro lugar, assiste-se a uma crescente visibilidade das consequências transversais das alterações climáticas o que acaba por contribuir para a consolidação da ideia de “mutação climática” a que Latour (2020) se referia e a um aumento da noção de “risco” (Beck, 1986). A nível macro pode-se estar a caminhar para uma interiorização da necessidade de pensar a crise climática como um “Novo Regime Climático” (Latour, 2017) no qual a sociedade deve intervir diretamente. Estas condições são *game changers* (Avelino *et al.*, 2014) que funcionam como pressões ao nível da paisagem (macro) que podem acelerar ou despoletar o processo de transição para a sustentabilidade.

Em segundo lugar, o Antropoceno enquanto nova era arroga a importância da emergência de novas formas de fazer política (Latour, 2020) e de uma nova forma de fazer ciência, nomeadamente nas ciências sociais (Carvalho e Ferreira, 2022). Isto significa que a pressão nas instituições para facilitarem esta mudança é cada vez maior. A Comissão Europeia, por exemplo, tem procurado, através de um conjunto de agendas, planos estratégicos e políticas públicas, desempenhar este papel. Isto é um exemplo de como a paisagem pressiona os regimes (nível meso) para a mudança social.

Em terceiro lugar as redes estabelecidas pelas CSIs são outro mecanismo crucial não só para a escalabilidade das práticas mas também, e consequentemente, para aumentar a pressão nos regimes. Os mecanismos de reciprocidade funcionam num sentido duplo (nicho-regime-paisagem e vice-versa) e por isso, desempenham um papel preponderante na aproximação destes níveis.

Por último, foram identificados um conjunto de mecanismos que atuam no nível micro. A análise dos estudos de caso permitiu perceber que os membros destas comunidades são atores com uma preocupação essencial em analisarem as suas ações e em adaptá-las aquilo que acreditam ser o melhor caminho para garantirem a sustentabilidade das suas práticas e assim contribuírem para o processo de transição e mudança social que consideram como desejável. São, portanto, indivíduos que procuram a monitorização reflexiva da ação (Giddens, 1999; Beck *et al.*, 2000). Se, por vezes, estas comunidades são criticadas por poderem representar um retrocesso civilizacional, esta investigação demonstrou que, sendo a reflexividade uma característica da modernidade (Giddens, 1999), estas comunidades podem representar uma nova forma de viver a modernidade mais alinhada com os princípios da sustentabilidade. As ideias de vida minimalista, de reorientação e redefinição de necessidades básicas e da mudança de

mentalidades pode indiciar uma híper-reflexividade destes atores. Para Carvalho e Ferreira (2022), a transição para a sustentabilidade implica também um processo interno – *inner transition* – no qual a “ambientalidade”¹⁹⁹ emerge através de um conjunto de reinterpretações do *self* e de uma mudança de hábitos e estilos de vida. Estas características de transição interna, de monitorização das ações e de híper-reflexividade são, inevitavelmente, transportadas para dentro das redes onde estes atores se situam. A multiplicação das experiências destas comunidades funciona também como um mecanismo de nicho de pressão na paisagem.

¹⁹⁹ Do inglês “environmentality”

CAPÍTULO 10 – CONCLUSÃO

Os estudos sobre a importância da inovação social como uma ferramenta para a mudança social orientada para a sustentabilidade têm florescido nos últimos anos. A razão para esta ligação prende-se com o reconhecimento de que os problemas ambientais atuais, como as alterações climáticas e todas as suas consequências, não podem encontrar respostas nas estruturas tradicionais e na inovação puramente tecnológica (Edwards-Schachter e Wallace, 2017). A produção científica em torno de questões como a inovação social, a sustentabilidade e as transições para a sustentabilidade tem aumentado significativamente nas últimas décadas. Existe uma preocupação transversal em produzir conhecimento que possa informar a sociedade civil e as políticas públicas sobre possíveis soluções que possam colmatar as consequências da crise climática ou sugerir novas formas de produção, consumo e modos de vida que conduzam as sociedades numa direção que cause menos impacto nos ecossistemas e nos recursos naturais.

A sociologia tem aqui um papel preponderante pois as trajetórias de (in)sustentabilidade são protagonizadas por atores, individuais e coletivos, que orientam as suas escolhas e as suas ações, mediante a informação de que dispõem, as necessidades que procuram satisfazer e os objetivos que pretendem alcançar. Compreender a mudança social orientada para a sustentabilidade implica, portanto, analisar agência(s) e contexto(s) de forma articulada e enquanto mutuamente dependentes. A sociologia, nomeadamente a sociologia do ambiente e da inovação, pode dar respostas em ambas as direções e ajudar a identificar mecanismos que as articulam e aproximam.

Nesta investigação, procurou-se construir um quadro analítico que fizesse essa articulação. Situou-se a inovação social enquanto uma construção social que está muito dependente dos significados que os indivíduos atribuem aos contextos, às experiências e às suas ações que moldam a ação coletiva (Cajaiba-Santana, 2014). É portanto, um processo que implica a interação entre as escalas micro, meso e macro e cuja compreensão deve ultrapassar a dicotomia entre as perspetivas individualistas e as estruturalistas. Sendo a transição para a sustentabilidade um processo de mudança social que ocorre em todas aquelas escalas, é necessário perceber o papel que os atores podem desempenhar em cada uma delas.

O papel das iniciativas de base micro, ou de nicho, tem sido amplamente sublinhado como indutor de mudança social (Seyfang e Haxeltine, 2012). Esta investigação procurou perceber de que forma é que as Comunidades Sustentáveis Intencionais – enquanto atores de nicho – podem contribuir para o processo de transição através das suas práticas de sustentabilidade socialmente inovadoras. A conclusão geral é que estas comunidades são laboratórios vivos e locais de aprendizagem, de prática e de produção de conhecimento. Muitas das suas práticas de sustentabilidade quotidiana são exemplos claros de inovação social, tanto ao nível das necessidades a que procuram responder, como na forma como são desenvolvidas, alterando as relações sociais para modelos mais horizontais, participativos e democráticos e abordagens diferenciadas quanto às relações de poder. Por isso, a resposta à primeira pergunta de investigação principal: *“As comunidades sustentáveis intencionais podem funcionar como laboratórios de práticas de inovação social?”* é claramente afirmativa.

Contudo, para que estas práticas de nicho possam ter impacto e contribuir para o processo de transição, são necessários mecanismos de difusão do conhecimento para a escala meso que permitam que a inovação seja potencialmente generalizável para a escala macrossocial. Existem estes mecanismos nestas comunidades? Responder a esta segunda questão principal de investigação não pode ser feito de forma tão linear como na anterior. De facto, as CSIs analisadas dispõem de mecanismos de reciprocidade para a disseminação do conhecimento, sob a forma de redes de colaboração, mas esses mecanismos ainda têm limitações. De forma geral, conclui-se que apesar de existirem mecanismos que permitam que a inovação gerada no nível micro seja potencialmente generalizável, os dados demonstram que essa transferência ainda não acontece para a escala macrossocial e tampouco de forma efetiva e recorrente para a escala meso. São raros os casos em que uma inovação gerada dentro destas comunidades tenha conseguido criar tensão nos regimes sociotécnicos, muito menos destabilizá-los para uma futura reestruturação. Isto não minimiza o seu papel enquanto agentes que contribuem para a transição e mudança social. Apenas evidencia um conjunto de barreiras que têm de ser ultrapassadas para que esse papel possa ter um maior impacto.

Como em qualquer investigação, o processo de tecer conclusões não é linear, no sentido de dar respostas de “sim” e “não” e existem várias nuances que permitem compreender estas conclusões gerais de forma mais precisa e reflexiva. Apresentam-se,

de seguida, as respostas detalhadas às questões de investigação sobre as quais este trabalho se debruçou.

Quais são as principais características das CSIs da Europa?

A caracterização da amostra permitiu corroborar algumas das tendências identificadas pela literatura. Desde logo, o facto destas comunidades terem uma baixa taxa de sobrevivência, apenas 2% das CSIs analisadas são consideradas comunidades longevas. Outro aspeto já previsto é que, embora existam comunidades localizadas em contextos urbanos e até comunidades nómadas como é o caso de PPAUW, a larga maioria está situada em contextos rurais. Isto permite-lhes um acesso mais facilitado a porções de terreno que permite o desenvolvimento de práticas como o cultivo de alimentos, que é estrutural para a sua subsistência e é, principalmente, vantajoso para as comunidades que têm como objetivo serem independentes das redes de abastecimento públicas de água e energia (*off the grid*).

As CSIs que fazem parte deste estudo são de pequena dimensão. Esta conclusão também era esperada no sentido em que existe uma grande taxa de mobilização de indivíduos entre estas comunidades e são os membros nucleares (os que assumem um maior grau de compromisso com o projeto) que tendem a permanecer de forma mais permanente na comunidade. Para além disso, é nas práticas de sustentabilidade que recaem as principais dificuldades que estas comunidades enfrentam. Neste sentido, o que se verificou foi que quanto mais anos de existência tem a comunidade, maior o número de membros. A longevidade é simultaneamente causa e consequência da capacidade de fixação de indivíduos na comunidade. É nestas CSIs com mais anos e mais membros que as práticas de sustentabilidade social se encontram mais integradas.

Esta investigação permitiu também perceber que, atualmente, as CSIs tendem a assumir estatutos jurídicos formais, principalmente sob a forma de associações privadas sem fins lucrativos ou de cooperativas. Isto pode estar relacionado com a própria formalização do movimento das ecoaldeias, tendo na criação da GEN o seu principal motor. Antes deste processo, havia nestas comunidades uma elevada taxa de informalidade (Liftin, 2009) que não se verificou na análise apresentada nesta tese.

Que práticas de sustentabilidade (ambiental, social e económica) é que as CSI desenvolvem? Em que nível é que essas práticas estão integradas no seu quotidiano?

A GEN identifica algumas práticas sustentáveis que as CSIs devem desenvolver para que possam ser consideradas como tal. Estas práticas podem ser categorizadas nas três dimensões principais identificadas nesta pergunta. No entanto, como foi verificado na revisão de literatura apresentada no capítulo 3, estas comunidades têm especificidades que dificultam a sua definição e diferentes dimensões de sustentabilidade podem ser privilegiadas por diferentes comunidades. De forma geral, a análise permitiu perceber que as práticas de sustentabilidade ambiental são as que estão mais integradas no quotidiano destas comunidades. Tal era expectável uma vez que estas comunidades são fundadas com propósitos ecológicos relacionados com a minimização do seu impacto ambiental. É por isso que uma das práticas mais integradas nesta dimensão passa pela reutilização de recursos e pela regeneração dos ecossistemas e da biodiversidade. Para além disso, é também a partir destas práticas ambientais que garantem a satisfação das suas necessidades básicas de alimentação, água, energia e habitação.

As práticas de sustentabilidade social são de basilar importância para estas comunidades. A forma como se organizam, como tomam decisões ou como gerem conflitos são dimensões estruturais para o bem-estar dos seus membros e, conseqüentemente, para a longevidade e sucesso da comunidade. No entanto, o que se percebeu nesta análise é que ainda existe um longo percurso a percorrer neste domínio, uma vez que as práticas de sustentabilidade social revelam níveis mais baixos de integração quotidiana do que as ambientais. Embora, práticas como a utilização de um método formal para a governança, a partilha e gestão coletiva dos recursos e a participação ativa de todos os membros nas tarefas diárias estejam largamente integradas, a possibilidade dos membros destas CSIs auferirem de rendimentos individuais através da comunidade ainda é relativamente baixa.

Inicialmente, havia a ideia, também implícita na literatura, que estas comunidades serviam simultaneamente como espaço de residência, de lazer e de trabalho.²⁰⁰ O que se verificou é que, na maior parte dos casos, as CSIs funcionam como um espaço de residência e ainda não têm capacidade de garantir sustentabilidade financeira aos seus membros para que possam satisfazer as suas necessidades particulares de consumo. A análise qualitativa permitiu olhar para esta conclusão de uma outra forma. Muitos dos entrevistados enfatizam a importância de redefinir o que se entende por necessidades

²⁰⁰ Apenas o trabalho etnográfico de Liftin, 2014 criticou esta visão.

individuais. Conclui-se que estas comunidades não são um espaço romantizado, onde os membros vivem em harmonia, com as suas necessidades completamente satisfeitas, mas sim espaços de emergência de práticas de gestão dessas tensões e de redefinição de necessidades.

As práticas de sustentabilidade económica são as que registam níveis mais baixos de integração quotidiana. Embora muitas destas comunidades defendam um sistema económico mais resiliente, de menor escala, criticando a propriedade privada e a mercantilização dos recursos naturais, são poucas as que conseguem ser economicamente sustentáveis. Questões mais estruturais como a utilização de uma moeda comunitária ou os modelos híbridos de propriedade mostram a dificuldade que estas CSIs têm em divergir radicalmente das formas de organização económica predominantes nas sociedades envolventes.

A análise da integração de práticas sustentáveis em diferentes domínios foi fundamental para esta investigação porque é através destas que emerge a maior parte da atividade inovadora das CSIs. A articulação entre estes resultados de índole quantitativa e os dos estudos de caso permitiu perceber que as CSIs mais estabelecidas, como Los Portales, consideram a dimensão social como a mais inovadora dentro da comunidade, enquanto projetos mais recentes e com menos membros como a Live With Earth e PPAUW tendem a valorizar práticas de sustentabilidade ambiental como as mais relevantes em termos de inovação.

Para além disso, uma análise paralela a esta investigação, mas resultante dos dados aqui apresentados, relaciona a integração destas práticas com os ODSs (Nogueira *et al.*, 2022). O que se percebeu foi que as práticas sustentáveis mais integradas na vida quotidiana destas comunidades estão diretamente relacionadas com o ODS 12 – consumo e produção consciente, com o ODS 13 – ação climática, com o ODS 7 – energias renováveis e acessíveis e com o ODS 6 – água potável e saneamento. Todos estes ODSs caem na dimensão ambiental. No entanto, também existem evidências de que estas comunidades também contribuem para o ODS 16 – paz, justiça e instituições eficazes. As práticas que mais contribuem para este objetivo são sociais e traduzem-se na participação ativa dos membros da comunidade em todas as tarefas e no processo de tomada de decisões através de consenso.

Estas comunidades geram inovação? Se sim, quais? Se não, porquê? Quais são os principais facilitadores para o desenvolvimento de práticas inovadoras? Quais são as principais dificuldades no desenvolvimento de práticas inovadoras? Que necessidades estas práticas procuram colmatar?

A maioria das comunidades em análise desenvolvem inovação social (72%). As principais razões apontadas para o não desenvolvimento de inovação são essencialmente de natureza micro, mais focadas na decisão individual, nomeadamente na falta de envolvimento dos membros da comunidade e na falta de tempo para dedicarem a estes processos. Embora o risco e os custos associados aos processos de inovação também tenham sido identificados como principais fatores, o que se conclui é que o não desenvolvimento de inovação está mais dependente da iniciativa individual e coletiva do que propriamente de dimensões relacionadas com a estrutura, como a falta de programas de apoio, financiamento ou estrutura legal.

As CSIs que desenvolvem práticas inovadoras focam a sua atenção naquelas que foram categorizadas na análise como “inovação de processo” e que remetem para questões relacionadas com o uso e gestão da terra e dos recursos, nomeadamente através da integração dos princípios da permacultura. Verifica-se novamente um predomínio da dimensão ambiental. Conclui-se que estas práticas estão parcialmente alinhadas com as necessidades que as comunidades analisadas consideram como mais importantes de colmatar. Se por um lado, as necessidades mais identificadas pelos participantes podem ser consideradas necessidades básicas, como alimentação, energia e habitação e podem ser respondidas através da inovação de processos. Por outro lado, destacam também necessidades na área da formação e da educação. Este resultado está alinhado com muita da literatura analisada na qual as CSIs são consideradas comunidades de aprendizagem e de prática. No entanto, as inovações que desenvolvem ainda não estão necessariamente alinhadas com essa necessidade.

O envolvimento dos membros da comunidade é compreendido pelos participantes como um dos principais obstáculos, mas também um dos principais elementos facilitadores. No entanto, existe um conjunto de obstáculos mais relacionados com condições estruturais como o acesso a fontes de financiamento, a estrutura legal e o envolvimento de atores externos à comunidade. Isto corrobora a ideia da inovação enquanto processo complexo e multidimensional, que é simultaneamente, socialmente

construído pelos indivíduos e potenciado ou limitado pelo contexto – numa articulação e dependência entre agência e estrutura.

Em que fase do ciclo do processo de inovação se encontram as práticas inovadoras geradas pelas comunidades?

Esta pergunta de investigação é talvez a mais difícil de responder. Na perspetiva das comunidades, o tipo de práticas que estão em fases mais incipientes do ciclo de desenvolvimento são, precisamente, aquelas que foram referidas mais vezes e que são aqui entendidas como inovação de processo: cerca de 30% está ainda na fase inicial de identificação de necessidades. As práticas classificadas como “inovação nos modelos” e que se relacionam com o destaque que os participantes atribuem ao seu estilo de vida são as que, de acordo com os dados, estão em fases mais avançadas – 31% das comunidades considera existir a introdução de mudança sistémica. Do ponto de vista teórico, seria errado interpretar este dado de forma literal. A introdução de mudança sistémica implica uma rutura das estruturas sociais cristalizadas e a sua substituição por, neste caso, modos de vida mais sustentáveis e autossuficientes. O que estes dados ajudam a perceber, e que a parte qualitativa veio reforçar, é que de facto, a inovação é uma construção social, com diferentes significados para diferentes atores. O facto destas CSIs considerarem que esta categoria de inovações está na fase de introdução de mudanças sistémicas traduz-se naquilo que pode ser interpretado como uma romantização destes “modos de vida” e na projeção sobre a mudança e o futuro que consideram desejáveis.

Na prática, a resposta mais satisfatória a esta pergunta é dizer que as práticas geradas neste nível micro chegam, com relativa facilidade, ao desenvolvimento de protótipos e à implementação dentro do contexto comunitário, mas encontram barreiras na sua escalabilidade para outras fases do ciclo de desenvolvimento da inovação social. O facto de 51% das CSIs afirmar que a inovação que desenvolvem está apenas a ser implementada dentro da comunidade acaba por reforçar este entendimento.

As comunidades sustentáveis intencionais geram redes de colaboração? Se sim, com que tipo de entidades? Por que motivos? Qual é a estrutura das redes geradas pelas comunidades? Qual a importância da pertença a estas redes?

A escalabilidade das práticas inovadoras para ciclos de desenvolvimento mais avançados requer mecanismos de difusão e disseminação do conhecimento que é produzido ao nível do nicho. A análise de redes permitiu concluir que existem indícios

positivos que comprovam a presença de mecanismos de reciprocidade entre estas CSIs e outros atores. No entanto, a rede analisada possui características que podem centralizar ou condicionar a transferência de conhecimento. É uma rede complexa com pouca densidade cuja variedade interna de atores é limitada. Estas comunidades tendem a relacionar-se de forma mais frequente com outras comunidades do mesmo género e com organizações nacionais e internacionais de ecoaldeias, como a GEN ou a RIE. A relação com os órgãos de governança, com as instituições de ensino superior e com outras associações ainda é pouco frequente, o que compromete a emergência de um ecossistema de inovação social entre estas comunidades.

Para além disso, a análise revelou uma estrutura com muitas componentes desconectadas. Este facto, por um lado corrobora a ideia de independência destas comunidades e contribui para que consigam ser mais autónomas e manter os seus núcleos radicais no nicho, os quais são fundamentais para o desenvolvimento de inovação disruptiva. Por outro lado, é outro dos impedimentos à emergência do ecossistema que seria desejável para que a inovação de nicho fluísse mais rapidamente, chegasse a mais atores, escalasse para outros níveis e, conseqüentemente, contribuísse de forma mais direta para o processo de transição para a sustentabilidade.

Outra conclusão que é possível retirar, está relacionada com a centralidade dos atores. Esta é uma rede excessivamente dependente de um nó central – a GEN – que assume um papel agregador, mas que torna a rede pouco resiliente face a possíveis choques que retirassem a GEN deste cenário. Neste caso, todas as comunidades do núcleo da rede perderiam a sua principal ligação e algumas delas ficariam desconectadas da componente principal. Estas organizações nacionais e internacionais desempenham um papel fundamental porque são também os principais elos de ligação entre o núcleo e comunidades na periferia da rede. É, portanto, uma rede com vários buracos estruturais, o que num cenário de emergência de um ecossistema de inovação social se revela positivo, pois é através dos buracos estruturais que se introduz nova informação na rede devido à possibilidade de estabelecer conexões com atores que não estão no núcleo da rede e que, portanto, têm tendência a aceder a outras informações através das suas conexões com atores periféricos (Burt, 1995).

Que tipos de CSIs existem na Europa, com base nas práticas de sustentabilidade? Existem diferenças e semelhanças entre os diferentes tipos, ao nível das seguintes

dimensões: caracterização, desenvolvimento de inovação e pertença em redes?

Quais?

Devido à diversidade das CSIs foi realizada uma análise estatística multivariada que permitiu identificar a existência de diferentes comportamentos relativos à sustentabilidade. O primeiro passo foi identificar as dimensões latentes que explicassem a diversidade de comportamentos face à sustentabilidade. Encontraram-se seis fatores diferenciados destas comunidades: prosperidade, governança, liderança, eficiência energética, circuitos locais e emancipação económica. De seguida, realizou-se uma análise de *clusters* que resultou em quatro tipos de CSIs: comunidades híbridas de desenvolvimento, comunidades emergentes, comunidades de pertença e comunidades anárquicas dinâmicas. Estes tipos CSIs diferem essencialmente no nível de integração das práticas de sustentabilidade no seu quotidiano. Ao nível dos componentes que foram extraídos para a análise, são as comunidades anárquicas dinâmicas que apresentam melhores desempenhos em todos, com exceção da liderança e da governança. As comunidades emergentes, pelo contrário, registam desempenhos abaixo da média em quase todos os componentes analisados, o que pode dever-se ao seu tempo de existência. As comunidades de pertença tendem a ser mais prósperas e as comunidades híbridas de desenvolvimento apostam na liderança e na eficiência energética.

Em relação às especificidades de contexto, foi possível concluir que são as comunidades de pertença e as comunidades híbridas de desenvolvimento que registam um maior número de membros e tendem a ter maior longevidade (comunidades com mais de 50 anos de existência apenas foram encontradas no *cluster* das comunidades de pertença). Conclui-se, portanto, que fatores como a eficiência energética, a sustentabilidade social, a liderança descentralizada, o foco no desenvolvimento pessoal e a força dos laços sociais são potenciais fatores que contribuem para a atratividade e longevidade das CSIs.

Quando se analisaram as diferenças relativas ao desenvolvimento de inovação verificou-se que são as comunidades emergentes que tendem a desenvolver menos práticas de inovação e as que identificam um conjunto mais alargado de obstáculos. Um aspeto semelhante a todos os tipos de CSIs é que sublinham o envolvimento dos membros da comunidade como o principal facilitador para o desenvolvimento de inovação. Isto está diretamente relacionado com a forma como gerem as suas redes de colaboração.

Comunidades mais estabelecidas, como as de pertença e as híbridas de desenvolvimento são as que estabelecem mais redes e as que ocupam posições de intermediação e mais centrais, determinantes para a estrutura da rede. As comunidades emergentes e as anárquicas dinâmicas, por sua vez, tendem a desempenhar papéis mais periféricos e muitas vezes, estão desconectadas da componente principal.

Conclui-se assim, que comunidades com maior longevidade e com maior número de membros desenvolvem mais inovação e ocupam posições mais determinantes na rede. Para a consolidação do ecossistema de inovação social das CSIs europeias é necessário que as comunidades emergentes e as comunidades anárquicas dinâmicas comecem a estabelecer relações com atores intermediários e centrais para que se possam conectar à componente principal da rede e assim, ter acesso a informação e conhecimento existente.

Quais são as representações dos membros dos diferentes tipos de CSIs sobre a noção de sustentabilidade e sobre a direção desejável para a transição?

A análise empírica qualitativa permitiu identificar diferentes representações dos entrevistados sobre a noção de sustentabilidade. Nas comunidades emergentes e nas comunidades anárquicas dinâmicas, os entrevistados identificam a inovação como um processo que implica uma reorientação das necessidades básicas individuais – no sentido de uma diminuição ou reestruturação dos padrões de consumo – e uma vida minimalista. Isto significa que existe, nestas comunidades, uma monitorização reflexiva das suas ações que lhes permite gerar, de forma contínua, autoconhecimento para se adaptar às necessidades dos contextos atuais. Para Giddens e para Beck, a reflexividade é uma das principais características da modernidade e, portanto, estes dados contrariam a ideia de que estas comunidades podem ser consideradas como um retrocesso civilizacional, uma das principais críticas que têm sido dirigidas às CSIs. Pelo contrário, estas comunidades e os seus membros revelam características da modernidade avançada, articulando tecnologias com conhecimento tradicional, de modo a produzirem artefactos e a desenvolverem práticas que procuram responder a necessidades do mundo contemporâneo.

Nas comunidades mais longevas e com maior número de membros, como Los Portales e Cloughjordan, observa-se uma visão negativa relativamente ao conceito de sustentabilidade e a emergência de um conjunto de discursos alternativos. A conclusão que daqui se retira é que estes atores revelam um sentido crítico e uma híper-reflexividade

que indicia um processo de transição interior que pode ser um mecanismo importante no processo de transição porque se a realidade social é também composta por quem a observa, isto significa que as alterações na visão do observador implicam alterações na própria realidade social. Os discursos emergentes arrogam a necessidade de novos quadros teóricos mais assentes na lógica da regeneração em detrimento da ideia de sustentação.

Neste sentido, a mudança social orientada para a sustentabilidade deve estar imbuída de um conjunto de prioridades que vão desde a mudança das mentalidades, na redefinição das necessidades, do desenvolvimento pessoal e da ligação entre o “eu”, o “outro” e a “natureza, a uma redefinição das políticas públicas mais assentes na ideia de regeneração, na intensificação do sentido comunitário e até mudanças significativas no setor da educação.

Qual é a representação que os membros das CSIs fazem sobre o seu papel enquanto agentes que contribuem para a transição?

Os entrevistados foram unânimes em relação ao papel que as CSIs podem desempenhar no processo de transição e não se registaram diferenças nos diferentes casos em estudo. A pesquisa empírica permitiu perceber que estas comunidades consideram que o seu papel é o de serem laboratórios para o desenvolvimento de inovação social e, posteriormente, virem a funcionar como locais de demonstração e de apresentação das boas práticas. Isto permite retirar duas ilações e, possivelmente conflitantes.

A primeira ilação sugere que este papel está muito focado naquilo que são as suas práticas quotidianas e no trabalho que desenvolvem dentro da comunidade. Mesmo nos casos onde existem boas relações com os órgãos de governança ou com as universidades e centros de investigação, não foi possível perceber a vontade em assumir um papel mais estratégico e de nível mais meso ou macro no processo de transição. Tendo em conta as práticas de inovação social analisadas, estas CSIs poderiam desempenhar outro tipo de papel caso fortalecessem a sua presença noutras escalas e promovessem mais relações com outro tipo de atores dentro da rede. Esta limitação pode dever-se, não apenas à vontade das CSIs mas também aos obstáculos que encontram na ligação com os órgãos de governança, com as universidades e com outros agentes do conhecimento. Seria, portanto, importante perceber qual é a perceção que estes atores têm sobre as CSIs e sobre

o seu papel no processo de transição. Esta é uma das linhas de futura investigação identificada mais à frente nesta conclusão.

A segunda ilação sublinha a importância destas comunidades serem reflexivas e flexíveis o suficiente para conseguirem traduzir as suas práticas para a escala meso e macro e, simultaneamente, protegê-las para que mantenham as suas características diferenciadoras que lhes permitem ter autonomia e capacidade disruptiva. Isto significa encontrar um equilíbrio entre a flexibilidade para se relacionarem com outros atores e para contribuírem para a mudança social e a capacidade de manter inalterados componentes que possibilitem a continuação do processo de desenvolvimento de experiências radicais no nível micro. Os nichos devem manter a sua independência em relação aos regimes para susterem a sua autonomia e liberdade. Isto é aquilo a que Smith (2006) designa como paradoxo do nicho. Os dados permitem corroborar esse paradoxo. As CSIs analisadas revelam ter vontade de contribuir para a mudança social, mas garantem a sua independência face aos regimes, diminuindo assim a probabilidade de serem absorvidos, funcionando apenas como laboratórios e locais de demonstração.

Embora isto possa comprometer o seu papel no processo de transição, os dados revelam alguns avanços em relação a esta flexibilidade entre adaptação e absorção e autonomia e liberdade. Face aos perfis de transição, de base nicho, identificados por Dahle (2007) – *pacientes revolucionários* e *grassroot fighters* – a pesquisa empírica qualitativa revelou uma necessidade de os reformular. Los Portales e PPAUW provavelmente enquadram-se no perfil dos *grassroot fighters*, *i.e.*, indivíduos que defendem que as instituições sociais estão obsoletas, que não acreditam na mudança social *top-down* e que defendem que a transição para a sustentabilidade só pode ser alcançada se for acompanhada por uma transformação individual. As CSIs são, nesta leitura, as tais “ilhas de sanidade” que uma entrevistada de Los Portales mencionou. Este é o perfil onde, de acordo com este autor, se enquadram as iniciativas do género das CSIs e das ecoaldeias.

No entanto, a análise dos casos de Cloughjordan e da Live with Earth evidenciaram características de um outro tipo de perfil que não os *grassroot fighters*. Estas CSIs apresentam particularidades que as coloca mais próximo do perfil dos *pacientes revolucionários*, mas para com o qual também não existe um alinhamento direto. Os pacientes revolucionários são indivíduos que produzem inovações de nicho,

mas que defendem que a mudança social só poderá ser alcançada através do colapso ambiental ou de uma revolução. Tanto Cloughjordan como a LWE são comunidades que acreditam que a mudança social já está em curso e que as inovações que produzem poderão introduzir tensões nos regimes através do fortalecimento das redes de colaboração. São CSIs que têm relações fortes com os órgãos de governança e com a academia e com atores individuais com funções de liderança e poder nas sociedades onde se encontram.

Neste sentido, a análise evidencia a emergência de um novo perfil a que se designou por *Revolucionários Otimistas Conectados*. Este perfil agrupa atores que operam ao nível do nicho e que estão comprometidos com a mudança social. Acreditam que esta mudança pode ser alcançada através das conexões corretas para a disseminação de boas práticas e para a influência das políticas públicas que acelerem o processo de transição para a sustentabilidade. É provável que sejam estas comunidades que venham a desempenhar um papel fulcral numa transição, mas é também importante que existam CSIs que continuem a desempenhar o papel de *grassroot fighters* e que possam não arriscar a sua autonomia e liberdade.

Uma vez que a análise de redes revelou que as CSIs tendem a relacionar-se mais frequentemente com outras comunidades do mesmo género, conclui-se que o contributo destes nichos na transição emerge de uma ligação estreita e colaborativa entre os *grassroot fighters* e os *Revolucionários Otimistas Conectados*, estes últimos servindo como mediadores e tradutores, fazendo a ponte entre os nichos mais radicais e os regimes.

Para que fase de transição é que as CSIs procuram contribuir e de que forma?

Os estudos de caso revelaram que as CSIs tendem a contribuir para as fases iniciais do processo de transição, situando-se essencialmente, ao nível da emergência e, em alguns casos – como a sociocracia de Los Portales e a construção natural na LWE – ao nível do *take-off*, uma vez que se já se verifica alguma escalabilidade da prática para contextos exteriores à comunidade. Este contributo é feito, no caso dos *grassroot fighters*, através de trajetórias de transição por substituição, dado que consideram importante substituir as instituições sociais cristalizadas e dominantes nas sociedades. Os *Revolucionários Otimistas Conectados* associam-se mais a trajetórias de desalinhamento e realinhamento, uma vez que procuram introduzir as suas ideias nos regimes

sociotécnicos, criando-lhes tensões que os possam desalinhar e posteriormente, contribuir para o seu alinhamento sob formas mais sustentáveis de ser, fazer e estar.

Recomendações de políticas públicas

No capítulo 9 foram apresentadas as sugestões de políticas públicas que foram sendo avançadas pelos entrevistados para aumentar o impacto das CSIs no processo de transição. São agora apresentadas as sugestões que a investigadora considera como mais relevantes, algumas delas inspiradas nas visões dos seus entrevistados e outras decorrentes de algumas lacunas identificadas ao longo da investigação.

Uma primeira recomendação está relacionada com a necessidade de criação de um estatuto jurídico específico para este tipo de comunidades para que lhes seja mais fácil interagir nas áreas económicas, políticas e administrativas e que lhes confira mais autonomia. Estas comunidades têm especificidades que carecem de regulamentação adequada para que algumas das suas práticas possam ser legitimadas pelos órgãos de governança. Essa legitimação contribuiria para que conseguissem desempenhar um papel mais formal no processo de transição e servir como atores que podem informar as políticas para a sustentabilidade.

Um outro aspeto que poderia contribuir para o desenvolvimento de inovação de base micro é a criação de programas de financiamento orientados para as CSIs, para que estas possam continuar a servir como laboratórios de aprendizagem e produção de conhecimento de forma contínua. A divisão dos custos associados ao risco de desenvolver inovação contribuiria para incrementar não só a quantidade como a qualidade dos artefactos e práticas produzidas e, conseqüentemente, melhorar o seu potencial de atratividade, escalabilidade, reprodução e até uma possível comercialização.

Um aspeto crucial seria a criação da figura de “catalisadores comunitários” ou “*coaches* climáticos comunitários” que pudessem desempenhar uma dupla função: a de treinar outras comunidades, nomeadamente as emergentes, na imitação ou adaptação de artefactos, tecnologias e/ou modelos já testados e implementados, e a de servir como ponte entre as CSIs e outros atores importantes para o fortalecimento do ecossistema de inovação. Esta nova figura seria especializada na inovação de nicho que se desenvolve nestas comunidades e abriria portas para o diálogo com os órgãos de governança, a academia e possíveis financiadores. Os *Revolucionários Otimistas Conectados* poderiam

desempenhar este papel crucial por serem atualmente bem conectados e com posições de intermediação na rede.

Por fim, sugere-se uma aposta na sustentabilidade no setor da educação através da criação de disciplinas obrigatórias de práticas sustentáveis nas diversas fases dos ciclos de estudo, em particular no Ensino Superior, ou da inclusão destas temáticas nos programas das disciplinas relacionadas com a cidadania ativa. Esta iniciativa iria ter certamente um impacto transversal e significativo.

Limitações da Investigação

A presente investigação não está isenta de falhas. A primeira limitação que se destaca nesta conclusão está relacionada com o processo de amostragem. Esta é uma limitação que dificilmente se ultrapassaria nesta investigação pois não existe um mapeamento coeso e único de todas as CSIs existentes na Europa. Como o objetivo foi chegar ao maior número de comunidades possíveis foram utilizadas todas as bases de dados disponíveis online e solicitou-se o apoio de diversas redes de ecoaldeias para a disseminação do questionário. O processo de amostragem faz com que o estudo possa não ter representatividade estatística e que, portanto, as conclusões não possam ser inferidas para todas as CSIs da Europa.

A segunda ordem de limitações desta investigação está relacionada com algum eventual enviesamento decorrente das estratégias de recolha de dados. Isto verificou-se tanto na fase quantitativa como na qualitativa. Na aplicação do questionário os participantes foram informados que o aquele deveria ser respondido por um membro que estivesse na posse de informação sobre as práticas de sustentabilidade, de inovação e de colaboração da comunidade, mas que procurasse representar as visões da comunidade sobre estas temáticas. O objetivo foi receber uma resposta por CSI e não houve casos em que se tenha recebido mais de uma resposta por comunidade. No entanto, uma vez que os questionários foram aplicados *online* não foi possível controlar se o respondente mobilizou os restantes membros para o seu preenchimento. Neste sentido, reconhece-se que as respostas podem ter um viés introduzido pelo próprio respondente. Isso pode levantar um problema associado aos dados de nível domiciliar (*household level*) por cada comunidade confiar a um único membro a responsabilidade de relatar as visões da comunidade.

As limitações impostas pela pandemia de COVID-19 condicionaram o desenho de investigação previsto inicialmente. A investigação tinha sido desenhada para que a abordagem qualitativa mobilizasse não só entrevistas, mas, acima de tudo, uma componente etnográfica com observação participante. Embora exista uma lacuna no que diz respeito aos estudos primários de índole quantitativa e que procurem explorar de forma mais sistematizada e transversal a relação destas comunidades com a inovação social e verificar a existência de mecanismos de difusão do conhecimento produzido pelas CSI (Nogueira *et al.*, 2019), a análise em profundidade, de índole qualitativa, continua a ser crucial para a análise deste fenómeno.

Para a fase de investigação qualitativa estava prevista a imersão no terreno durante duas a três semanas. O contexto pandémico veio limitar substancialmente a segunda etapa metodológica desta investigação, nomeadamente ao nível da recolha de dados para análise qualitativa. Previa-se a entrada no terreno para observação *in loco* e realização de entrevistas semiestruturadas no final de janeiro de 2020. Embora nessa altura, em Portugal, ainda não tivessem surgido casos, o eco da pandemia já se fazia sentir pela Europa. Dado que alguns dos estudos de caso não se situavam em Portugal, devido ao contexto de incerteza e de receio crescente, optou-se por adiar a entrada no terreno até uma altura em que a pandemia estivesse mais controlada. Em março de 2020 foram decretadas medidas de confinamento em Portugal o que aumentou o nível de incerteza perante esta fase metodológica e culminou num aumento exponencial da insegurança face à possibilidade de viajar pela Europa para visitar os estudos de caso.

Em setembro de 2020, a investigadora decidiu, em conjunto com a equipa de orientação, que não era exequível adiar por mais tempo a entrada no terreno. Neste sentido, foi necessário preparar uma estratégia alternativa que fosse, simultaneamente, segura do ponto de vista da saúde pública, resiliente face à incerteza das decisões governamentais, restrições impostas e novos possíveis confinamentos, e rigorosa do ponto de vista científico. Estes fatores transportaram a investigação para uma fase de reflexão metodológica e teórica, de modo, a perceber que alterações seriam passíveis de executar cumprindo os critérios anteriormente identificados. Percebeu-se que seria complicado e arriscado manter a observação participante e as entrevistas presenciais como técnicas de recolha de dados, uma vez que implicavam a circulação pela Europa, para países com diferentes graus de risco, e a entrada em comunidades relativamente fechadas onde a pandemia estava a conseguir ter pouca expressão devido à criação de

“bolhas” entre os seus membros. De modo a não comprometer demasiado o desenho de investigação, os objetivos foram reestruturados e a abordagem qualitativa conduzida com recurso às entrevistas *online*.

Uma das principais consequências desta alteração foi a possibilidade de enviesamento introduzido pelas próprias comunidades em análise. Isto porque todos os contactos entre a investigadora e as CSIs foram feitos por e-mail, com a pessoa responsável pelo preenchimento do questionário, a quem foi explicado que tipo de membros se gostariam de entrevistar. Isto significou que o ónus da seleção dos membros a entrevistar ficou na própria comunidade e não na investigadora. No entanto, após a recolha e análise dos dados acredita-se que este viés não comprometeu a direção desejada para o estudo, uma vez que os entrevistados cumpriam todos os critérios antecipados pela autora.

A terceira limitação está relacionada com a construção do inquérito por questionário. Como foi referido no capítulo 5, não existiam estudos de natureza quantitativa sobre as dimensões em análise nesta investigação e as CSIs, nos quais a investigadora se pudesse inspirar. Por isso, foram adaptados indicadores provenientes de estudos anteriores sobre este tipo de comunidades (Nogueira, 2015) e de inquéritos sobre inovação social (SI-DRIVE, 2015; BEPA, 2014; TEPsie, 2014) e incluídos novos indicadores considerados relevantes após a revisão da literatura.

No entanto, reconhece-se agora que existem códigos linguísticos particulares destas CSIs que nem sempre estão alinhados com os termos utilizados na literatura sobre inovação social. Isto foi particularmente sentido nas questões relativas ao estágio de desenvolvimento das práticas de IS desenvolvidas. A ideia de “mudança sistémica” – enquanto estágio final (teoricamente) dos processos de IS – não foi totalmente apreendida pelos respondentes. No entanto, como se mobilizou uma abordagem construtivista que defende que o processo de IS é socialmente construído, em articulação com o contexto onde se insere, este desalinhamento não foi considerado como algo que impossibilitasse a utilização do indicador na análise, mas antes como um dado relevante. Os membros destas CSIs consideram que as práticas que desenvolvem são pequenas sementes de mudança, ainda que em potência. É mais uma projeção do que uma constatação.

Ainda na mesma linha, a quarta limitação está relacionada com o tamanho do questionário e com o compromisso necessário entre número e tecnicidade de perguntas e

o tempo médio de resposta. Este compromisso foi maior nos indicadores relativos à existência de redes de colaboração. Aos participantes foi apenas permitido que identificassem um máximo de 5 organizações com as quais colaborassem frequentemente. Isto permite ter uma ideia geral das principais ligações das CSIs respondentes, mas não mapear a totalidade da rede gerada pelas mesmas.

Estas limitações são o reflexo de que o pensamento e o conhecimento científico são aproximações sucessivas à realidade e o seu decurso histórico encontra-se assente na premissa de que estas aproximações sucessivas deverão ir sofrendo um processo de organização que potencia a evolução do conhecimento. Isto permite a incorporação da máxima filosófica de que não somos condição suficiente, mas seremos condição necessária para a evolução do conhecimento científico. Com base nestas limitações e noutras reflexões identificadas nesta conclusão sugere-se um conjunto de futuras pistas de investigação

Futuras Linhas de Investigação

A primeira sugestão para futuras investigações é a execução de um mapeamento rigoroso das CSIs existentes na Europa. Este não é um trabalho fácil, pois muitas destas comunidades têm uma postura mais radical e isolada e políticas de “porta fechada” a outras pessoas que não sejam membros da comunidade. Mesmo as que têm presença *online* e cuja existência é mais fácil de mapear, muitas vezes, não têm interesse em participar em estudos académicos. Aconteceu nesta investigação a receção de *e-mails* que agradeciam o contacto mas que manifestavam não ter interesse em participar. No entanto, um mapeamento oficial ajudaria a construir desenhos de investigação com processos de amostragem probabilísticos o que permitiria a generalização de resultados. Apesar disto, também cabe sublinhar que a generalização de resultados sobre o fenómeno das CSIs pode até não ser desejável devido às especificidades deste género de comunidades.

Sugere-se também uma reestruturação do inquérito por questionário realizado à luz dos conhecimentos produzidos por esta investigação, para que melhor se adapte às realidades específicas das CSIs. Ainda nesta lógica, este tipo de estudos poderia ser replicado noutros continentes para verificar semelhanças e diferenças entre as abordagens das CSIs à sustentabilidade, inovação, colaboração e mudança social orientada para a sustentabilidade. Partindo de uma perspetiva de dependência mútua entre agência e

estrutura seria interessante verificar se as políticas e comportamentos de sustentabilidade em diferentes continentes e países moldam a forma como estas comunidades operam no seu quotidiano.

Uma terceira linha de investigação que tem potencialidade de ser aprofundada é a análise estrutural de redes. Um estudo específico sobre os mecanismos de reciprocidade de que estas comunidades dispõem que permita mapear a rede de colaboração de forma mais transversal e com recursos a outros indicadores que detalhassem as características da colaboração, como facilitadores e obstáculos para determinadas ligações traria contributos importantes sobre a potencialidade de transferência do conhecimento produzido no nicho para níveis meso e macro.

Por fim, reconhece-se aqui a importância e o interesse dos dados provenientes das entrevistas feitas aos membros dos casos em estudo. O que se sugere é uma reaplicação do guião de entrevista construído nesta investigação a um maior número de entrevistados e a um conjunto mais variado de comunidades, de forma a corroborar ou contrariar a emergência de um conjunto de discursos alternativos sobre inovação e sustentabilidade e a emergência de novos perfis de transição, de nível micro.

Por fim, mas talvez mais importante para o problema de investigação a ser tratado nesta tese, e uma vez que a transição para a sustentabilidade constitui um processo multinível e com múltiplos atores, seria importante alargar a análise para outros atores que não apenas as CSIs. Perceber as perceções que agentes da governança, das universidades, do contexto empresarial, das associações entre outros, têm sobre o papel que estas CSIs podem ter no processo de transição seria uma forma de analisar com mais detalhe de que forma os atores de nível meso e macro se articulam com o nicho e quais as potencialidades e condicionantes destas relações nos processos de transição e mudança social.

Embora nesta investigação se tenha avançado com a ideia de como o aumento da perceção de risco face às consequências de alterações climáticas, a noção de “mutação climática” e de “Novo Regime Climático” sejam cenários macro que contribuem para o processo de transição, existe ainda espaço para aprofundar esta linha de investigação. Por exemplo, perceber o papel de diferentes arquiteturas institucionais mais centradas no mercado ou no papel da coordenação coletiva, como as variedades do capitalismo, e verificar se existem formatos mais propensos à aceleração do processo de transição. Outra

linha de investigação possível é perceber como é que estas inovações sociais para a sustentabilidade podem criar pressão, ou contaminar, setores de atividade altamente poluentes e com muita resistência em fazer esta transição.

Esta investigação demonstrou as dificuldades inerentes ao trabalho com quadros teóricos recentes marcados por profundas idiossincrasias e lacunas heurísticas. Considera-se que o modelo de análise construído representa um avanço na conjugação teórica entre inovação social, iniciativas de base micro, processos de escalabilidade e transições para a sustentabilidade, que poderá ser replicado em investigações futuras. Para além disso, revelou também que embora *on ne change pas la société par décret*²⁰¹ como nos informou Michel Crouzier e que o papel dos indivíduos seja determinante para a transformação das sociedades para caminhos mais sustentáveis, existem ainda dificuldades neste processo.

Esta tese revela que as CSIs integram práticas de sustentabilidade no seu quotidiano, o que permite refletir sobre a forma como moldam as suas práticas sociais através de um conjunto de ações coletivas em direção a modos de vida mais sustentáveis. É verdade que estas práticas emergem mais de tendências culturais e de uma preocupação interna e coletiva sobre as consequências do seu impacto ambiental do que de uma preocupação em alinharem as suas práticas com as estratégias defendidas pelos órgãos de governança. Ainda assim, representam exemplos de boas práticas para informar os indivíduos como mudar coletivamente a forma como se relacionam com o ambiente e uns com os outros. Com a devida divulgação e escalabilidade, estas práticas podem ser alvo de atos de imitação e assim contribuir para a mudança social no sentido de uma transição para a sustentabilidade.

Para isso, são necessários vários mecanismos que podem coexistir no processo de transição e que implicam a articulação de vários atores em diferentes escalas. Ao nível micro, observou-se nos membros destas comunidades uma híper-reflexividade que se manifesta através da monitorização das suas ações e práticas. Estes indivíduos mais do que contribuirem para o processo de transição para a sustentabilidade passam também por um processo de transição interior. Ao nível meso, a presença em redes, embora tenha as limitações já identificadas, é um mecanismo crucial para a transferência não só das práticas como também de um conjunto de modos de vida e de narrativas alternativas. Para

²⁰¹ Tradução da autora: “A sociedade não se muda por decreto”

além disso, verifica-se também uma preocupação cada vez maior, por parte das instituições políticas, em desenvolver estratégias que possam induzir a transição. A nível macro, as pressões da paisagem já mencionadas também são um mecanismo importante para introdução de pressão nos regimes. Todos estes mecanismos funcionam de forma permeável tendo a capacidade de fluir nas diferentes escalas.

Conclui-se então que as comunidades sustentáveis intencionais são um exemplo de boas-práticas de sustentabilidade que funcionam como laboratórios de práticas de inovação social e que apresenta mecanismos de difusão que permite que as suas práticas sejam difundidas. No entanto, o conjunto de mecanismos identificados, nomeadamente os de nível micro e meso, ainda encontram barreiras institucionais e estruturais que comprometem o impacto e generalização destas práticas desenvolvidas ao nível do nicho para a escala macrossocial.

Como se disse na introdução desta tese, as alterações climáticas foram o ponto de partida para esta investigação, que sugere que as sociedades se estão a deparar, cada vez mais, com um conjunto de consequências da mutação climática, não passíveis de serem previstas e para o qual estão, no seu todo, pouco preparadas. As práticas e exemplos das comunidades sustentáveis intencionais mostram possibilidades para trilhar novos caminhos e para desenhar novas trajetórias de um futuro que se pretende mais sustentável. Estas comunidades começam a assumir-se como importantes atores na mudança social. Da qual o resto da sociedade não se pode demitir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adalilar, S. N., Alkibay, S., & Eser, Z. (2015) Ecovillages as a Destination and a Study of Consumer Approaches to Ecovillages. *Procedia Economics and Finance*, 23, 539–546. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)00561-4](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)00561-4).
- Albrecht, T. L. (1994) Social support and community: A historical account of the rescue networks in Denmark, in Burlinson, B. R., Albrecht, T. L. & Sarason, I. G. (Eds.), *Communication of social support: Messages, interactions, relationships, and community*, Thousand Oaks, Sage, 267–279.
- Albrow, M. (1996) *The Global Age*, Cambridge, Polity.
- Allan, G. (1998) Friendship, sociology and social structure. *Journal of Social & Personal Relationships*, 15(5), 685. <https://doi.org/10.1177/0265407598155007>.
- Alley, K. D., Fappel, E. F. & Bailey, C. (1995) The historical transformation of a grassroots environmental group. *Human Organization*, 54 (4), 410–16.
- Amin, S. (1999) *O eurocentrismo: critica de uma ideologia*, Lisboa, Dinossauro.
- Anderson, B. (1983) *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London, New Left Books.
- Andreas, M., & Wagner, F. (2012) *Realizing Utopia: Ecovillage Endeavors and Academic Approaches*, Nova Iorque, RCC Perspectives.
- Appadurai, A. (2005) *Modernity at Large – Cultural dimensions of globalization*, 7ª edição, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Arendt, H. (2007) *A Condição Humana*, 10ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.
- Assadourian, E. (2008) Engaging Communities for a Sustainable World, in Starke, L. (ed.), *State of the world 2008: innovations for a sustainable economy*, Nova Iorque, W. W Norton, 151–165.
- Avelino, F. & Wittmayer, J. M. (2016) Shifting Power Relations in Sustainability Transitions: A Multi-actor Perspective. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 18(5), 628-649, DOI: 10.1080/1523908X.2015.1112259
- Avelino, F., & Kunze, I. (2009) Exploring the Transition Potential of the Ecovillage Movement, apresentado na “European Conference on Sustainability Transitions: Dynamics & Governance of Transitions to Sustainability”, 4 a 6 de junho, Amesterdão. Disponível em: <https://iriskunze.files.wordpress.com/2015/06/transition-potential-ecovillages-avelino-kunze-2009.pdf>, (acedido a 15/12/2019).
- Avelino, F., Wittmayer, J., Dumitru, A., Longhurst, N., Hielscher, S., Weaver, P. & Haxeltine, A. (2015) Transitions towards New Economies? A Transformative Social Innovation Perspective. *TRANSIT working paper series*. Disponível em www.transitsocialinnovation.eu/, acedido a 15/12/2019).
- Avelino, F.; Wittmayer, J.; Pel, B.; Weaver, P.; Dumitru, A.; Haxeltine, A.; Kemp, R.; Jorgensen, M.; Bauler, T.; Ruijskin, S.; O’Riordan, T. (2019). Transformative social

innovation and (dis)empowerment. *Technological Forecasting and Social Change*, 145, 195-206.

- Bachelard, G. (1984) *O Racionalismo Aplicado*, Lisboa, Edições 70.
- Bakshi, N., Vale, P. R., & Vale, P. B. (2014) A low energy community: A comparative study of Eco-Villages around the world, apresentado na “30th International Plea Conference”, 16 a 18 Dezembro, Ahmedabad. Open Access Te Herenga Waka-Victoria University of Wellington. <https://doi.org/10.26686/wgtn.14985156.v1>.
- Bambirra, V. (2012) *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*, Florianópolis, Insular.
- Bang, J. M. (2005) *Ecovillages: a practical guide to sustainable communities*, Gabriola, New Society Publishers.
- Barabási, A. L. & Albert, R (2002) Statistical mechanics of complex networks. *Reviews of Modern Physics*, 74, 47. <https://doi.org/10.1103/RevModPhys.74.47>
- Barad, K. (2007) *Meeting the Universe Halfway*, Durham, Duke University Press.
- Barani, S., Alibeygi, A. H. & Papzan A. (2018) A framework to identify and develop potential ecovillages: Meta-analysis from the studies of world’s ecovillages. *Sustainable Cities and Society*, 43, 275–289. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.08.036>.
- Barbour, R. (2007) *Doing Focus Groups*, Londres, SAGE Publications.
- Bardin, L. (2008) *Análise de Conteúdo*, 4ª edição, Lisboa, Edições 70.
- Barnes, S. (2000) Developing a concept of self in cyberspace communities, in Gibson, S. B. & Oviedo, O. O. (Eds.), *The emerging cyberculture: Literacy, paradigm, and paradox*, Cresskill, Hampton Press, 169–201.
- Barnosky, A. D., Hadly, E. A., Dirzo, R., Fortelius, M. & Stenseth, N. C (2014) Translating Science for Decision Makers to Help Navigate the Anthropocene. *The Anthropocene Review*, 1 (2), 160–170. <https://doi.org/10.1177/2053019614533670>.
- Barry, J. (2007) *Environment and Social Theory*, 2ª edição, Londres, Routledge.
- Bastian, M., Heymann, S., & Jacomy, M. (2009) Gephi: An Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks, In *Proceeding of the International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*, 17 a 20 de maio, California. Disponível em: www.ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/13937/13786. (acedido em 04/03/2020).
- Bates, A. (2003) Ecovillage Roots (and Branches) When, where, and how we re-invented this ancient village concept. *Communities*, 117.
- Baudrillard, J. (1995) *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70.
- Bauman, Z. (1999) *Globalização: as consequências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2000) *Liquid Modernity*, 7ª edição, Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Z. (2001) *Community – Seeking Safety in an Insecure World*, Oxford, Polity Press.

- Beck, U. & Levy, D. (2013) Cosmopolitanized Nations: Re-imagining Collectivity in World Risk Society. *Theory, Culture & Society*, 30(2) 3–31. <https://doi.org/10.1177/0263276412457223>.
- Beck, U. (1986) *Risk Society – Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- Beck, U. (1997) *The Reinvention of Politics: Rethinking Modernity in the Global Social Order*, Londres, Polity Press.
- Beck, U. (2009) *World at Risk*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. (2000) *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Benneworth, P.; Amanatidou, E.; Edwards Schachter, M. E. & Gulbrandsen, M. (2015), Social innovation futures: beyond policy panacea and conceptual ambiguity. TIK *Working Papers on Innovation Studies* No. 20150127, University of Oslo.
- Benton, T. (2001) Environmental sociology: controversy and continuity. *Sociologisk Tidsskrift*, 9, 5–48
- BEPA (2010). *Empowering people, driving change. Social innovation in the European Union*. Bureau of European policy advisors. European Commission. <https://doi.org/10.2796/13155>.
- Berger, B. M. (1998) Disenchanted the concept of community. *Society*, 35(2), 324–327. <https://doi.org/10.1007/BF02695775>.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1967) *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*, Garden City, Doubleday Anchor.
- Bhaskar, R. (1986) *Scientific Realism and Human Emancipation*, Londres, Verso.
- Bhaskar, R. (1989), *Reclaiming Reality*, Nova Iorque, Verso.
- Bijker, W.E. (1995). Sociohistorical technology studies, in Jasanoff, S., Marsh, G.E., Petersen, J.C., Pinch, T. (Eds.), *Handbook of Science and Technology Studies*, Sage, Thousand Oaks, 229–256.
- Blackshaw, T. (2010) *Key concepts in community studies*, Londres, SAGE.
- Bloor, M., Frankland, J., Thomas, M., & Robson, K. (2001) *Focus Groups in Social Research*, Londres, SAGE.
- Blühdorn, I. (2000) *Post-ecologist Politics: Social Theory and the Abdication of the Ecologist Paradigm*, Londres, Routledge.
- Boeke, K. (1945) *Sociocracy: Democracy as it Might Be*. Essay. As edited by Beatrice C. Boeke.
- Bonacich, P. (1972) Factoring and weighting approaches to status scores and clique identification. *Journal of Mathematical Sociology*, 2(1), 113–120. <https://doi.org/10.1080/0022250X.1972.9989806>.
- Borgatti, F., Everett, M., & Johnson, J. (2013) *Analyzing Social Networks*, Londres, SAGE.

- Borgatti, S. P., Mehra, A., Brass, D. J. & Labianca, G. (2009) Network Analysis in the Social Sciences. *Science*, 323, 892-895. <https://doi.org/10.1126/science.1165821>.
- Bourdieu, P. (1984) *Distinction*, Cambridge, Harvard University Press.
- Bourdieu, P. (1989) *O poder simbólico*, Difel. Lisboa.
- Bourdieu, P. (1999) *A dominação masculina*, Oeiras, Celta.
- Boyer, R. H. W. (2016) Achieving one-planet living through transitions in social practice: a case study of Dancing Rabbit Ecovillage. *Sustainability: Science, Practice & Policy*, 12(1). <https://doi.org/10.1080/15487733.2016.11908153>.
- Breiger, R. (2004) The Analysis of Social Networks, in Hardy, M. & Bryman A. (Eds.) *Handbook of Data Analysis*, India, SAGE.
- Brint, S. (1994) *In an Age of Experts: The Changing Role of Professionals in Politics and Public Life*. Princeton, Princeton University Press.
- Bruhn, J. (2011) *The Sociology of Community Connections*, 2ª edição, Londres, Springer.
- Bryman, A. (2012) *Social Research Methods*, 4ª edição, Oxford, Oxford University press.
- Burawoy, M. (2009) Challenges for a Global Sociology. *Contexts*, 8 (4), 36–41. <https://doi.org/10.1525/ctx.2009.8.4.36>.
- Burningham, K. & Cooper, G. (1998) Being constructive: social constructionism and the environment. *Sociology*, 33, 297–316. <https://doi.org/10.1177/S0038038599000280>.
- Burnsa, T. R., Machado, N. & Cortea, U. (2015) The sociology of creativity: Part I: Theory: The social mechanisms of innovation and creative developments in selectivity environments. *Human Systems Management*, 34(3), 179-199. <https://doi.org/10.3233/HSM-150839>.
- Burt, R. (1995) *Structural Holes*, Londres, Harvard University Press.
- Burt, R., (2000) The Network Structure of Social Capital, in Staw, B. & Sutton, R. (eds.) *Research in Organizational Behaviour*, Greenwich, JAI Press, 345-423.
- Burt, R.S. (2004) Structural holes and good ideas. *American Journal of Sociology*, 110, 349–399. <https://doi.org/10.1086/421787>.
- Buttel, F. & Flinn, W. (1977) The interdependence of rural and environmental problems in advanced capitalist societies: models of linkages. *Sociologia Ruralis*, 17, 255–79. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1977.tb00870.x>.
- Buttel, F. (1976) Social science and the environment: competing theories. *Social Science Quarterly*, 57 (2), 307–23.
- Buttel, F. (1978) Environmental sociology: a new paradigm?. *The American Sociologist*, 13 (4), 252–6.
- Buttel, F. (1987) New directions in environmental sociology. *Annual Review of Sociology*, 13, 465–88. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.13.080187.002341>.
- Buttel, F. (1996) Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis. *Rural Sociology*, 61 (1), 56–76. <https://doi.org/10.1111/j.1549-0831.1996.tb00610.x>.

- Buttel, F. H. & Humphrey, C. R. (2002) Sociological Theory and the Natural Environment, in Dunlap, R. & Michelson, W. (Eds) *Handbook of Environmental Sociology*, Westport, Greenwood Press, 33-69.
- Byrne, D. (1998) *Complexity Theory and the Social Sciences: An Introduction*, Londres, Routledge.
- Cajaiba-Santana, G. (2014) Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting & Social Change*, 82, 42–51.
- Calhoun, C. (1980) Community: Toward a Variable Conceptualization for Comparative Research. *Social History*, 5, 105–29.
- Calhoun, C. (1998) Community without Propinquity Revisited: Communications Technology and the Transformation of the Urban Public Sphere. *Sociological Inquiry*, 68, 378–97. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1998.tb00474.x>.
- Calhoun, C. (2003) Pierre Bourdieu, in Ritzer, G. (Ed) *The Blackwell Companion to Major Contemporary Social Theorists*, Reino Unido, Blackwell Publishing, 274-309.
- Callon, M. (1986) The Sociology of an Actor-Network: the Case of the Electric Vehicle, in Callon, M., Law, J. & Rip, A. (Eds.) *Mapping the Dynamics of Science and Technology: Sociology of Science in the Real World*, Londres, Macmillan, 19-34.
- Callon, M. (1999) Actor-network theory, the market test, in Law, J. & Hassard, J. (Eds) *Actor-Network Theory and After*, Londres, Blackwell, 181-195.
- Cardoso, F. H. & Faletto, E. (1970) *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Carolan, M. (2005) Society, biology, and ecology: bringing nature back into sociology's disciplinary narrative through critical realism. *Organization & Environment*, 18, 393–421. <https://doi.org/10.1177/1086026605281697>.
- Carroll, E. (2010) Twenty-five years in the making: Why sustainable development has eluded the U.N., and how community-driven development offers the solution. *Houston Journal of International Law*, 32 (2), 546-585.
- Carson, R. (1962). *Silent Spring*. Boston, Houghton Mifflin.
- Carvalho, A. & Ferreira, V. (2022). Climate crisis, neoliberal environmentalism and the self: the case of 'inner transition'. *Social Movement Studies*. <https://doi.org/10.1080/14742837.2022.2070740>.
- Castells, M. (2010) *The Power of Identity*, 2ª edição, Reino Unido, Blackwell Publishing.
- Cattell, R. B. (1966) The scree test for the number of factors. *Multivariate Behavioral Research*, 1(1), 245-276. https://doi.org/10.1207/s15327906mbr0102_10.
- Catton, W. & Dunlap, R. (1978) Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, 13, 41–49.
- Catton, W. & Dunlap, R. (1980) A new ecological paradigm for post- exuberant sociology. *American Behavioral Scientist*, 25, 15–47. <https://doi.org/10.1177/000276428002400103>.

- Charest, G. (2007) *La démocratie se meurt, vive la sociocratie*. Reggio Emilia, Edizioni Esserci.
- Chase-Dunn, C. & Grimes, P. (1995) World-systems analysis. *Annual Review of Sociology*, 21, 387-417. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.21.080195.002131>.
- Chen, K. (2012) Organizing creativity: Enabling creative output, process, and organizing practices. *Sociology Compass*, 6(8), 624-643. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2012.00480.x>.
- Chitewere, T. (2008) Green Technology and the Design of a Green Lifecycle. *Humanities and Technology Review*, 27, 87–105.
- Chitewere, T. (2016) Equity in Sustainable Communities: Exploring Tools from Environmental Justice and Political Ecology. *Natural Resources Journal*, 50 (2), 315-339.
- Chitewere, T. (2017) *Sustainable communities and green lifestyles: consumption and environmentalism*. Londres, Routledge.
- Chitewere, T., & Taylor, D.E. (2010) Sustainable living and community building in Ecovillage at Ithaca: The challenges of incorporating social justice concerns into the practices of an ecological cohousing community, in Taylor, D. E. (ed.) *Environment and Social Justice: An International Perspective*, Reino Unido, Emerald Group Publishing Limited, 141 – 176.
- Christian, D. L. (2003) *Creating a life together: practical tools to grow ecovillages and intentional communities*, Gabriola, New Society Publishers.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) *Nosso Futuro Comum*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Cohen, A. (2001) *The Symbolic Construction of Community*, Londres, Routledge.
- Cohen, A. (2010) *Design for Sustainable Communities: An Integral Perspective*, África do Sul, University of Stellenbosch.
- Coleman, D.C. (1992) *Myth, History and the Industrial Revolution*, London, Hambledon Press.
- Coleman, J. S. (1987) Norms as Social Capital, in Radnitzky, G. & Bernholz, P. (Eds) *Economic imperialism: The economic approach applied outside the field of economics*, Nova Iorque, Paragon House, 133-155.
- Collier, P. (2007) *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries Are Failing and What Can Be Done About It*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Collins, R. (1988) *Theoretical Sociology*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovonovich.
- Colyvas, J. A. & Powell, W. W. (2006). Roads to Institutionalization: The Remaking of Boundaries between Public and Private Science. *Research in Organizational Behavior*, 27, 305-353. [https://doi.org/10.1016/S0191-3085\(06\)27008-4](https://doi.org/10.1016/S0191-3085(06)27008-4).
- Cooke, P. (2001) Regional Innovation Systems, Clusters, and the Knowledge Economy. *Industrial and Corporate Change*, 10(4), 945–974. <https://doi.org/10.1093/icc/10.4.945>.

- Corbetta, P. (2003) *Social Research - Theory, Methods and Techniques*, Londres, SAGE.
- Costa, S. L. & Freitas B. M. (2009) Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 60–72.
- Costello, A. B. & Osborne, J. W. (2005) Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 10(7), 1-9. <https://doi.org/10.7275/jyj1-4868>.
- Cox, J. W. & Hassard, J. (2005). Triangulation in Organizational Research: a Representation. *Organization*, 12(1), 109-133. <https://doi.org/10.1177/1350508405048579>.
- Crabtree, B. F., Yanoshik, M. M. L., & O'Connor, P. J. (1993) Selecting individual or group interviews, in Morgan, D. L. (Ed.) *Successful Focus Groups: Advancing the State of the Art*, Newbury Park, SAGE, 137–49.
- Crespo, J., Suire, R. & Vicente, J. (2013) Lock-in or lock-out? How structural properties of knowledge networks affect regional resilience?. *Journal of Economic Geography*, 14(1), 199–219. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbt006>.
- Creswell, J. W. (1994) *Research Design. Qualitative and Quantitative Approaches*, Londres, SAGE.
- Crouzier, M. (1979) *On ne Change pas la Société par Décret*, Paris, Le Livre de poche.
- Crozier, M., & Friedberg, E. (1993) *Die Zwänge kollektiven Handelns – Über Macht und Organisation*, Frankfurt, Hain.
- Crutzen, P. J. & Stoermer, E. F. (2000) The ‘Anthropocene’. *Global Change Newsletter*, 41, 17–18.
- Cruz, A. R. (2016) *(N)Um Lugar ao Sol: Contributos do Turismo para as Dinâmicas Criativas e para a Atração da Classe Criativa no Algarve*. Tese de doutoramento, Universidade do Algarve.
- Dahle, K. (2007) When do transformative initiatives really transform? A typology of different paths for transition to a sustainable society. *Futures*, 39, 487–504.
- Dalton, R. J. (1994) *The Green Rainbow: Environmental Groups in Western Europe*, New Haven CT, Yale University Press.
- Daly, M. (2017) Quantifying the environmental impact of ecovillages and co-housing communities: a systematic literature review. *Local Environment*, 22(8), 1-20. <https://doi.org/10.1080/13549839.2017.1348342>.
- Defourny, J. (2019). Economia Social, in Cattani, A. D.; Laville, J. L.; Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Eds). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 156-161.
- Degenne, A. & Forsé, M. (1999) *Introducing Social Networks*, Londres, SAGE.
- DeLanda, M. (2000) *A Thousand Years of Nonlinear History*, Nova Iorque, Swerve Editions.
- Delanty G. (2010) *Community*, 2ª edição, Oxon, Routledge.

- Della Porta, D. (2008) Comparative analysis: case-oriented versus variable-oriented research, in della Porta, D. & Keating, M. (Eds), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences - A Pluralist Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 198-223.
- Denzin, N. K. (1989) *The Research Act*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- Dessai, S. & Hulme, M. (2004) Does climate adaptation policy need probabilities?. *Climate Policy*, 4(2), 107-128, DOI: 10.1080/14693062.2004.9685515.
- Diani, M. (1995) *Green Networks: A Structural Analysis of the Italian Environmental Movement*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- Dias, M. A., Loureiro, C. F. B., Chevitaress, L. & Sousa, C. D. M. E. (2017) The Meaning and Relevance of Ecovillages for the Construction of Sustainable Societal Alternatives. *Ambiente & Sociedade*, 20 (3). <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0083V2032017>.
- Dickens, P. (1996) *Reconstructing Nature: Alienation, Emancipation and the Division of Labour*, Londres, Routledge.
- Dubos, R. & Ward, B. (2000) *Uma Terra Semente: a Preservação de um Pequeno Planeta*, Brasília, Parcerias Estratégicas.
- Duncan, O.D. (1959) Human ecology and population studies, in Hauser, P. & Duncan, O. D. (eds) *The Study of Population*, Chicago, University of Chicago Press, 678–716.
- Dunlap, R & Catton, W. (1979b) Environmental sociology: a framework for analysis, in O’Riordan, T. & d’Arge, R. (eds) *Progress in Resource Management and Environmental Planning*, volume 1, Chichester, John Wiley & Sons, 57–85.
- Dunlap, R. & Catton, W. (1979a) Environmental sociology. *Annual Review of Sociology*, 5, 243–73. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.05.080179.001331>.
- Dunlap, R. & Catton, W. (1983) What environmental sociologists have in common (whether concerned with “built” or “natural” environments. *Sociological Inquiry*, 53, 113–35. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1983.tb00030.x>.
- Dunlap, R. & Catton, W. (1994) Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalization of environmental sociology. *American Sociologist*, 25(1), 5–30.
- Dunlap, R. & Michelson, W. (2002) *Handbook of Environmental Sociology*, Westport, CT, Greenwood Press.
- Dunlap, R. & Van Liere, K. D. (1984) Commitment to the dominant social paradigm and concern for environment quality. *Social Science Quarterly*, 65 (4), 1013–28.
- Dunlap, R. (1997) The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of the American experience, in Redclift, M. & Woodgate, G. (Eds) *The International Handbook of Environmental Sociology*, Cheltenham, Edward Elgar, 21–39.
- Dunlap, R. (2002) Environmental sociology: a personal perspective on its first quarter century. *Organization and Environment*, 15 (1), 10–29. <https://doi.org/10.1177/1086026602151002>.

- Dunlap, R. (2010) The maturation and diversification of environmental sociology: from constructivism and realism to agnosticism and pragmatismo, in Redclift, M. & Woodgate, G. (Eds) *The International Handbook Of Environmental Sociology*, 2ª edição, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 15-32.
- Dunlap, R., Van Liere, K. D, Mertig, A. G. & Jones, R. E (2000) Measuring endorsement of the new ecological paradigm: a revised NEP scale. *Journal of Social Issues*, 56 (3), 425–442. <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00176>.
- Durkheim, E. ([1893] 1933) *The Division of Labor in Society*, Nova Iorque, Free Press.
- Durkheim, E. ([1897] 1951) *Suicide*, Nova Iorque, Free Press.
- Dynes, R. (2005) *Community social capital as the primary basis for resilience*. DRC Preliminary Papers, University of Delaware Disaster Research Center Preliminary. Disponível em: <https://udspace.udel.edu/handle/19716/1621>, (acedido a 05/08/2021).
- Edmunds, H. (1999) *The focus group research handbook*, Chicago, NTC Business Books.
- Edquist, C. (1997) *Systems of Innovation, Technologies, Institutions and Organisations*, Londres, Pinter.
- Edwards-Schachter, M. & Wallace, M. (2017) ‘Shaken, but not stirred’: Sixty years of defining social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 119, 64-79.
- Elias, N. (1992) *Time: An Essay*, Oxford, Blackwell.
- Elzen, B., Geels, F. W., & Green, K. (2004) *System Innovation and the Transition to Sustainability - Theory, Evidence and Policy*, Reino Unido, Edward Elgar Publishing.
- Endenburg, G. (1998) *Sociocracy As Social Design*, Utrecht, Eburon Academic Publishers.
- Engels, F. (1978 [1873]) *Dialética da natureza*, Lisboa, Presença
- Ergas, C. (2010) A Model of Sustainable Living: Collective Identity in an Urban Ecovillage. *Organization Environment*, 23 (1), 32-54. <http://doi.org/10.1177/1086026609360324>.
- Ergas, C., & Clement, M. T. (2016) Ecovillages, Restitution, and the Political-Economic Opportunity Structure: An Urban Case Study in Mitigating the Metabolic Rift. *Critical Sociology*, 42(7–8), 1195–1211. <https://doi.org/10.1177/0896920515569085>.
- Erikson, K. (1976) *Everything in Its Path: Destruction of Community in the Buffalo Creek Flood*, Nova Iorque, Simon and Schuster.
- Esteva, G. & Prakash, M. S (1998) Beyond Development, what?. *Development in Practice*, 8 (3), 280-296. <https://doi.org/10.1080/09614529853585>.
- European Commission (2013) *Guide to Social Innovation*, Brussels, European Commission.
- Everitt, B. S. (1993) *Cluster Analysis*, 3ª edição, Londres, Chapman and Hall.
- Ezzy, D. (2002) *Qualitative analysis: Practice and innovation*, Londres, Routledge.

- Fabrigar, L. R., Wegener, D. T., MacCallum, R. C. & Strahan, E. J. (1999) Evaluating the use of exploratory factor analysis in psychological research. *Psychological Methods*, 4(3), 272-299. <https://doi.org/10.1037/1082-989X.4.3.272>.
- Featherstone, M. & Lash, S. (1995) Globalization, Modernity and the Spatialization of Social Theory, in Featherstone, M., Lash, S. & Robertson, R. (Eds) *Global Modernities*, Reino Unido, Sage, 1-24.
- Feola, G. & Nunes, R. (2014) Success and failure of grassroots innovations for addressing climate change: The case of the Transition Movement. *Global Environmental Change*, 24, 232–250. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2013.11.011>.
- Fern, E.F. (2001) *Advanced focus group research*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Ferreira, S. (2009). Governação Local, in Cattani, A. D.; Laville, J. L.; Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Eds). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 213-219.
- Fielding, N., & M. Schreier (2001) Introduction: On the Compatibility between Qualitative and Quantitative Research Methods. *Qualitative Social Research*, 2(1). <https://doi.org/10.17169/fqs-2.1.965>.
- Figueiredo, D. B & Silva, J.A (2010) Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, 16(1), 160-185. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100007>.
- Flew, T. (2012) *The Creative Industries: Culture and Policy*, London, Sage Publications, Inc.
- Flick, U. (2005) Triangulation in Qualitative Research, in Flick, U., Kardorff, E. V. & Steinke, I. (Eds.), *A Companion to Qualitative Research*, Londres, SAGE, 178-183.
- Florida, R. (2002). *The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community, and Everyday Life*, New York, Basic Books.
- Fowler, F. J. (2014) The Problem with Survey Research. *Contemporary Sociology: A Journal of Reviews*, 43(5). <https://doi.org/10.1177/0094306114545742f>.
- Frank, A. G. (1967) *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Londres, Monthly Review Press.
- Frantzeskaki, N. & Loorbach, D. (2010) Towards governing infrasystem transitions: reinforcing lock-in or facilitating change?. *Technological Forecasting and Social Change*, 77, 1292–1301. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2010.05.004>.
- Franz, H., Hochgerner, J. & Howaldt J. (2012). *Challenge Social Innovation*, Berlin-Heidelberg, Springer.
- Freeman, C. (1988) *The Economics of Industrial Innovation*, Londres, Pinter.
- Freudenburg, W. (2005) Privileged access, privileged accounts: toward a structured theory of resources and discourses. *Social Forces*, 84, 88–114. <https://doi.org/10.1353/sof.2005.0096>.
- Frey J. H. & Fontana, A. (1993) The group interview in social research, in Morgan D. L. (Ed), *Successful Focus Groups: Advancing the State of the Art*, Newbury Park, Sage, 20–34.

- Friedman, J. (1992) *Empowerment: The Politics of Alternative Development*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Friedman, M. (2018[1962]) *Capitalismo e Liberdade*, Coimbra, Actual Editora.
- Fruchterman, T. M. J. & Reingold, E. M. (1991) Graph Drawing by force-Directed Placement. *Software: Practice and Experience*, 21(11). <https://doi.org/10.1002/spe.4380211102>.
- Fuchs, V. (1983) *How We Live*, Cambridge, Harvard University Press.
- Fukuyama, F. (1992) *The End of History and the Last Man*, Londres, Verso.
- Geels, F. W. & Schot, J. W. (2010) The dynamics of transitions: a socio-technical perspective, in Grin, J., Rotmans, J., Schot, J., Geels, F.W. & Loorbach, D. (Eds.), *Transitions to Sustainable Development: New Directions in the Study of Long Term Transformative Change*, Nova Iorque, Routledge, 9–87.
- Geels, F. W. (2010) Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. *Research Policy*, 39(4), 495–510. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2010.01.022>.
- Geels, F. W. (2011) The multi-level perspective on sustainability transitions: Responses to seven criticisms. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 1, 22-40.
- Geels, F.W. & Kemp, R. (2000) *Transities vanuit sociotechnisch perspectief*. Report for the Dutch Ministry of Environment, The Hague.
- Geels, F.W. & Schot, J. (2007) Typology of sociotechnical transition pathways. *Research Policy*, 36, 399–417.
- Geels, F.W. (2004). From sectoral systems of innovation to socio-technical systems: insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. *Research Policy*, 33, 897–920.
- Geels, F.W., (2002) Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. *Research Policy*, 31, 1257–1274. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(02\)00062-8](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(02)00062-8).
- Geels, F. W., (2005) Processes and patterns in transitions and system innovations: refining the co-evolutionary multi-level perspective. *Technological Forecasting and Social Change*, 72, 681–696.
- Genus, A. & Coles, A. M., (2008) Rethinking the multi-level perspective of technological transitions. *Research Policy*, 37, 1436–1445.
- Gerring, J. (2006) *Case Study Research: Principles and Practices*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Giddens, A. (1984) *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity.
- Giddens, A. (1990) *As Consequências da Modernidade*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (1991) *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (1999) *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença.

- Gilman, R. & Gilman, D. (1991) *Ecovillages and Sustainable Communities: A Report for Gaia Trust*, Gaia Trust.
- Global Ecovillage Network (2019) *What Is an Ecovillage?*. Disponível em <https://ecovillage.org/projects/what-is-an-ecovillage/>. (acedido a 04/12/2019).
- Godás, X. (2011) Los Movimientos Sociales, in Giner, S. (Ed), *Teoría Sociológica Moderna*, Barcelona, Ariel, 494-511.
- Godin, B. (2012) *Innovation and Culture (Part I): The Diffusion Controversy and its Impacts on the Study of Innovation, Project on the Intellectual History of Innovation*, Montreal, INRS.
- Goffman, E. (1967) *Interaction Ritual*, Nova Iorque, Anchor Books.
- Gottlieb, R. (1993) *Forcing the Spring: The Transformation of the American Environmental Movement*, Washington, Island Press.
- Granovetter, M. (1973) The strength of weak ties. *The American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380. <https://doi.org/10.1086/225469>.
- Granovetter, M. (1983) The strength of weak ties: A network theory revisited. *Sociological Theory*, 1, 201–233. <https://doi.org/10.2307/202051>.
- Granovetter, M. (1985) Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481–510. <http://www.jstor.org/stable/2780199>.
- Grant, M. J. & Booth, A. (2009) A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, 26, 91–108. <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>.
- Greenbaum, T. L. (2000) *Moderating focus groups: A practical guide for group facilitation*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Greider, T. & Garkovich, L. (1994) Landscapes: the social construction of nature and the environment. *Rural Sociology*, 59, 5–21. <https://doi.org/10.1111/j.1549-0831.1994.tb00519.x>.
- Grin, J., Rotmans, J. & Schot, J. (2010) *Transitions to sustainable development: new directions in the study of long term transformative change*. Londres, Routledge.
- Grinde, B., Bang, R.; MacDonald, I. & Wilson, D. V (2017) Quality of Life in Intentional Communities. *Social Indicators Research*, 137(1), 625–40. <https://doi.org/10.1007/s11205-017-1615-3>.
- Grudens-Schuck, N., Lundy Allen, B., & Larson, K. (2004) *Focus Group Fundamentals*, Ames, University Extension.
- Guerra, I. C. (2006) *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - Sentido e formas de uso*, Estoril, Principia Editora.
- Gurteen, D. (1998) Knowledge, Creativity and Innovation. *Journal of Knowledge Management*, 2(1), 5-13. <https://doi.org/10.1108/13673279810800744>.
- Habermas, J. (1987) *The theory of communicative action*, Volume II, Boston, Beacon Press.

- Hair, J. F, Black, W., Babin, B., Anderson, R., Tatham, R. & Sant'Anna, M. (2006) *Análise Multivariada de Dados*, Porto Alegre, Bookman.
- Hall, R. (2015) The ecovillage experience as an evidence base for national wellbeing strategies. *Intellectual Economics*, 9, 30-42. <http://dx.doi.org/10.1016/j.intele.2015.07.001>.
- Hämäläinen, T. (2007), Social Innovations, Institutional Change and Economic Performance. In Hämäläinen, T. & Heiskala, R (Eds), *Social Innovations, Institutional Change and Economic Performance*, Edward-Elgar, 11-46.
- Hannigan, J. (1995) *Environmental Sociology*, Londres, Routledge.
- Hantrais, L. (2014) Methodological pluralism in international comparative research. *International Journal of Social Research Methodology*, 17, 133-145. <https://doi.org/10.1080/13645579.2014.892656>.
- Hardy, M. & Bryman, A. (2004) Introduction: Common Threads among Techniques of Data Analysis, in Hardy, M. & Bryman, A. (Eds), *Handbook of Data Analysis*. Londres, Sage.
- Harvey, D. (2005) *A brief history of neoliberalism*, Reino Unido, Oxford University Press.
- Haxeltine, A., Avelino, F., Wiitmayer, J., Kunze, I., Longhurst, N., Dumitru, A. & O'Riordan, T. (2018) Conceptualising the Role of Social Innovation in Sustainability Transformations, in Backhaus, J., Audley, G., Lorek, S., Vadovics, E., & Wittmayer, J. (Eds), *Social Innovation and Sustainable Consumption - Research and Action for Societal Transformation*, Londres Routledge.
- Haydu, J. (1998) Making use of the past: Time periods as cases to compare and as sequences of problem solving. *American Journal of Sociology*, 104(2), 339-71. <https://doi.org/10.1086/210041>.
- Hayek, F. (2018 [1960]). *A Constituição da Liberdade*. Lisboa: Edições 70.
- Hayton, J. C., Allen, D. G. & Scarpello, V. (2004) Factor retention decisions in exploratory factor analysis: A tutorial on parallel analysis. *Organizational Research Methods*, 7(2), 191-205. <https://doi.org/10.1177/1094428104263675>.
- Hedström, P. & Ylikoski, P. (2010) Causal Mechanisms in the Social Sciences. *Annual Review of Sociology*, 36, 49-67. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102632>.
- Hill, M. M (2000) *Investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Hodgkinson, V. A. (1996) *Nonprofit Almanac 1996-97: Dimensions of the Independent Sector*, São Francisco, Jossey-Bass.
- Hodgson, G. M. (2006) What Are Institutions?. *Journal of Economic Issues*, 40(1), 1-25.
- Hodson, M., Marvin, S., Bulkeley, H., (2013). The intermediary organisation of low carbon cities: a comparative analysis of transitions in Greater London and Greater Manchester, *Urban Stud.* 50 (7), 1403-1422.
- Holliman, J. (1990) Environmentalism with a global scope. *Japan Quarterly*, 284-90.
- Homans, G. (1950) *The Human Group*, Nova Iorque, Harcourt.

- Hong, S. & Vicdan, H. (2016) Re-imagining the utopian: Transformation of a sustainable lifestyle in ecovillages. *Journal of Business Research*, 69(1), 120–136. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2015.07.026>.
- Howaldt J. & Kopp R. (2012) Shaping Social Innovation by Social Research, in Franz, H. W., Hochgerner, J. & Howaldt, J. (Eds) *Challenge Social Innovation*, Berlin, Springer.
- Howaldt, J. & Schwarz, M. (2010) *Social Innovation: Concepts, Research Fields and International Trends*, IMA/ ZLW.
- Howaldt, J., Kaletka, C. & Schröder, A. (2016) Social Entrepreneurs: Important Actors Within an Ecosystem of Social Innovation. *European Public & Social Innovation Review*, 1(2), 95–110.
- Howkins, J. (2001). *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas*, 2nd edition, London, Penguin Books Limited.
- Hsieh, H. F. & Shannon, S. E. (2005) Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>.
- Hu, Y. F. (2005) Efficient and high quality force-directed graph drawing. *The Mathematica Journal*, 10, 37-71.
- Hughes, D. L. & DuMont, K. (2002) Using focus groups to facilitate culturally anchored research, in Revenson, T. A., D’Augelli, A. R. & French, S. E. (Eds), *Ecological Research to Promote Social Change: Methodological Advances from Community Psychology*, Nova Iorque, Kluwer Academic/Plenum Publishers, 257–89.
- Hughes, J. (1995) A quick guide to eco-ideologies. *Eco-socialist Review*. Disponível em: http://artserve.anu.edu.au/raid1/student_projects/rabbits/ecoid.html, (accedido a 15/02/2020).
- Hulsberg, W. (1988) *The German Greens: A Social and Political Profile*, Londres, Verso.
- Humphrey, C. R. & Buttel, F. (1982) *Environment, Energy, and Society*, Belmont, Wadsworth.
- Hunter, A. (1974) *Symbolic Communities: The Persistence and Change of Chicago's Local Communities*, Chicago, University of Chicago Press.
- Hunter, A. (1975) The Loss of Community: An Empirical Test Through Replication. *American Sociological Review*, 40(5), 537-552. <https://doi.org/10.2307/2094194>.
- Inda, J. X. & Rosaldo, R. (2002) *The Anthropology of Globalization: A Reader*, Malden, MA, Blackwell.
- Jackson, M. (2010) An Overview of Social Networks and Economic Applications, in Benhabib, J., Bisin, A. & M. Jackson (Eds), *Handbook of Social Economics*, United States, Elsevier Science & Technology, 511-585.
- Jackson, R. (2004) The Ecovillage Movement. *Permaculture Magazine*, 40, 1-11.
- Jackson, T. (2011) *Prosperidad sin crecimiento: economía para un planeta finito*, Barcelona, Icaria e Intermon-Oxfam.

- Jacomy, M., Venturini, T., Heymann, S. & Bastian, M. (2014) ForceAtlas2, a Continuous Graph Layout Algorithm for Handy Network Visualization Designed for the Gephi Software. *PLoS ONE*, 9(6). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0098679>.
- Jastrzębska, E. (2017), Engaging stakeholders as a condition of creating social innovations, *Prace Naukowe Uniwersytetu Ekonomicznego we Wrocławiu*, 464, 57-68.
- Jenson, J. & D. Harrison. (2013) *Social Innovation Research in the European Union. Approaches, Findings and Future Directions, Policy Review*. Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- Joas, H. (1996) *The Creativity of Action*, Chicago, University of Chicago Press.
- Joubert, A. K & Alfred R. (2007) *Beyond you and Me, Inspirations and Wisdom for Building Community*, Hampshire, Permanent Publications.
- Joubert, K. & Dregger, L. (2015) *Ecovillage - 1001 Ways to Heal the Planet*, Triarchy Press Ltd.
- Jung, J., Petkanic, P., Nan, D. & Kim, J. H. (2020) When a Girl Awakened the World: A User and Social Message Analysis of Greta Thunberg. *Sustainability*, 12, 2707, 1-16. <https://doi.org/10.3390/su12072707>.
- Kanter, R. M. (1972) *Commitment and Community: Communes and Utopias in Sociological Perspective*. Harvard, Harvard University Press.
- Karlsson, C. (2011) Clusters, Networks and Creativity, in Andersson, D. E., Andersson, Å.E. & Mellander, C. (Eds), *Handbook of Creative Cities*, Cheltenham, Edward Elgar, 85–114
- Kasper, D.V.S. (2008) Redefining Community in the Ecovillage. *Human Ecology Review*, 15 (1), 12-24.
- Keiting, M. (2008) Culture and social science, in Della Porta, D. & Keating, M. (Eds), *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kelle, U., & Erzberger, C. (2005) Qualitative and Quantitative Methods: Not in Opposition, in Flick, U., Kardorff, E. V. & Steinke, I. (Eds), *A Companion to Qualitative Research*, Londres, SAGE, 172-177.
- Kemp, R. (1994) Technology and the transition to environmental sustainability: The problem of technological regime shifts. *Futures*, 26(10), 1023-1046.
- Kenis, A. & Lievens, M. (2015) *The Limits of the Green Economy. From re-inventing capitalism to re-politicising the present*, Nova Iorque, Routledge.
- Kidd P. S. & Parshall, M. B. (2009) Getting the focus and the group: enhancing analytical rigor in focus group research. *Qual Health Res*, 19(3), 293–308. <https://doi.org/10.1177/104973200129118453>.
- King, G. (2001) *Introduction to factor analysis - what it is and how to do it*, Beverly Hills, CA, SAGE.
- King, N. & Horrocks, C. (2010) *Interviews in qualitative research*, Londres, SAGE.

- Kingsbury, D., McKay, J., Hunt, J., McGillivray, M. & Clarke, M. (2016) *International Development Issues and Challenges*, 3ª edição, Londres, Palgrave.
- Kirby, A. (2003) Redefining social and environmental relations at the ecovillage at Ithaca: A case study. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 323–332. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(03\)00025-2](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(03)00025-2).
- Kivimaa, P. (2014) Government-affiliated intermediary organisations as actors in systemlevel transitions. *Research Policy*, 43 (8), 1370–1380.
- Kivimaa, P., Boon, W., Hyysalo, S. & Klerkx, L. (2019) Towards a typology of intermediaries in sustainability transitions: A systematic review and a research agenda. *Research Policy*, 48, 1062–1075.
- Köhler, J., Geels, F. W., Kern, F., Markard, J., Onsongo, E., Wieczorek, A., Alkemade, F., Avelino, F., Bergek, A., Boons, F., Fünfschilling, L. et al (2019) An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 31, 1-32. doi.org/10.1016/j.eist.2019.01.004.
- Kozeny, G. (1995) Intentional communities: Lifestyles based on ideals, in Fellowship for Intentional Communities (Ed), *Communities directory: A guide to cooperative living*, Londres, Routledge, Fellowship for Intentional Community, 18-24.
- Krueger, R.A., & Casey, M.A. (2009) *Focus groups: A practical guide for applied research*, (4ª edição), Thousand Oaks, Sage Publications.
- Kubrusly, L. S. (2001) Um procedimento para calcular índices a partir de uma base de dados multivariados. *Pesquisa Operacional*, 21(1).
- Kuhn, T. S. (1962), *The Structure of Scientific Revolution*, Chicago: University of Chicago Press.
- Kunze, I. & Avelino, F. (2015) *Social innovation and the Global Ecovillage Network* (TRANSIT research report), TRANSIT EU SSH.2013.32-1 Grant agreement no 613169. Disponível em: <http://www.transitsocialinnovation.eu/resource-hub/transit-research-report-social-innovation-and-the-global-ecovillage-network>. (acedido em 06/03/2019).
- Kunze, I. (2012) Social Innovations for Communal and Ecological Living: Lessons from Sustainability Research and Observations. *Journal of the Communal Studies Association*, 32(1), 50-67.
- Kvale, S. (1996) *InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*, Thousand Oaks, SAGE.
- Lakoff, A. (2008) Diagnostic Liquidity: Mental Illness and the Global Trade in DNA. *Sociology of Education*, 60, 73–85. <https://doi.org/10.1215/9780822393306-009>.
- Landry, C. (2000). *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*, London, Earthscan Publications Ltd.
- Lash, S., Szerszynski, B. & Wynne, B. (1996) *Risk, Environment & Modernity: Towards a New Ecology*, Londres e Thousand Oaks, SAGE.
- Latouche, S. (2009) *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, São Paulo, Martins Fontes.

- Latour, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press, New York.
- Latour, B. (2010) An Attempt at a ‘Compositionist Manifesto’. *New Literary History*, 41 (3), 471–490.
- Latour, B. (2017). *Facing Gaia. Eight Lectures on the New Climatic Regime*. New York, Polity Press.
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar?: Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo.
- Laville, J. L. & Gaiger, L. I (2009) Economia Solidária, in Cattani, A. D.; Laville, J. L.; Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Eds). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 162-169.
- Lazarsfeld, P. (1958) Evidence and Inference in Social Research. *Daedalus*, 87, 99 –130.
- Leech, N. L. & Onwuegbuzie, A. J. (2007) An array of qualitative data analysis tools: A call for data analysis triangulation. *School Psychology Quarterly*, 22(4), 557-584. <https://doi.org/10.1037/1045-3830.22.4.557>.
- Leis, H. R. & D’Amato, J. L. (1998) O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivência, in Cavalcanti, C. (Ed) *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*, 2ª edição, Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- Lemieux, V., & Ouimet, M. (2008) *Análise Estrutural das Redes Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget.
- LeVasseur, T. (2013) Globalizing the Ecovillage Ideal: Networks of Empowerment, Seeds of Hope, in Lockyer, J. & Veteto, J. R. (Eds), *Environmental Anthropology Engaging Ecotopia, Bioregionalism, Permaculture, and Ecovillages*, Nova Iorque, Berghahn Books, 251–286.
- Lidskog, R & Waterton, C. (2016) Anthropocene – a cautious welcome from environmental sociology?. *Environmental Sociology*, 2(4), 395-406. <https://doi.org/10.1080/23251042.2016.1210841>.
- Lifin, K. (2009) Reinventing the Future: The Global Ecovillage Movement as a Holistic Knowledge Community, in Kütting, G. & Lipschutz, R. (Eds), *Environmental Governance: Knowledge and Power in a Local-Global World*, Londres, Routledge.
- Lifin, K. (2012) A whole new way of life: ecovillages and the revitalization of deep community, in Young, R. & Princen, T. (Eds), *Localization: A Transition Reader Adapting to a World with Less Material, More Time*, Cambridge, MIT Press.
- Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (2003) Paradigmatic Controversies, Contradictions, and Emerging Confluences, in Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.), *The Landscape of Qualitative Research – theories and issues*, 2.ª edição, Londres, SAGE, 253-291.
- Lifin, K. (2014) *Ecovillages: lessons for sustainable community*, Cambridge, Polity Press.
- Lockie, S. (2015) Why Environmental Sociology?. *Environmental Sociology*, 1, 1–3. <https://doi.org/10.1080/23251042.2015.1022983>.

- Lockyer, J. & Veteto, J. R. (2013) *Environmental Anthropology Engaging Ecotopia: Bioregionalism, Permaculture, and Ecovillages*, Nova Iorque, Berghahn Books.
- Lockyer, J. (2017) Community, commons, and degrowth at Dancing Rabbit Ecovillage. *Journal of Political Ecology*, 24(1), 519-542. <https://doi.org/10.2458/v24i1.20890>.
- Loewy, E. H. (1993) *Freedom and community: The ethics of interdependence*, Albany, State University of New York Press.
- Loezer, B. L. (2011) *Enhancing sustainability at the community level: lessons from American ecovillages*, US, School of the University of Cincinnati.
- Lofland, J., & Lofland, L. (1995) *Analyzing Social Settings: A Guide to Qualitative Observation and Analysis*, 3ª edição, Belmont, Wadsworth.
- Longo, S. B., Clark, B., Shriver, T. E. & Clausen, R. (2016) Sustainability and Environmental Sociology: Putting the Economy in its Place and Moving Toward an Integrative Socio-Ecology. *Sustainability*, 8(5), 437. <https://doi.org/10.3390/su8050437>.
- Loorbach, D., Frantzeskaki, N. & Avelino, F. (2017) Sustainability Transitions Research: Transforming Science and Practice for Societal Change. *Annual Review of Environment and Resources*, 42(1), 599-626.
- Löwy, M. (2013) Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Cadernos CHR*, 26(67), 79-86. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>.
- Luhmann, N. (1989) *Ecological Communication*, Chicago, University of Chicago Press.
- Lundvall, B. A. (1992) *National Systems of Innovation, Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*, Londres, Pinter Publishers.
- Lüpke, v. G. (2012) Ecovillages: Islands of the Future?, in Andreas, M. & Wagner, F. (Eds), *Realizing Utopia: Ecovillage Endeavors and Academic Approaches*, Munique, RCC Perspectives, 73-78.
- Lyotard, J. F. (1978) *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*, Minneapolis, University of Minneapolis Press
- MacBeth, J. (2000) Utopian Tourists - Cruising is Not Just About Sailing. *Current Issues in Tourism*, 3(1), 20-34. <https://doi.org/10.1080/13683500008667864>.
- Macnaghten, P. & Urry, J. (1998) *Contested Natures*, Londres e Thousand Oaks, SAGE.
- Mahoney, J. & Thelen, M. (2010). *Explaining Institutional Change - Ambiguity, Agency, and Power*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Maienschein, J. & MacCord (2022) *What Is Regeneration?*, Chicago, University of Chicago Press.
- Malhotra, N. (2006) *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*, 4ª edição. Porto Alegre, Bookman.
- Manzini, E. (2019) *Politics of Everyday Life: Design Activism and Transformative Normality*, Londres, Bloomsbury Visual Arts.

- Marckmann, B., Gram-Hanssen, K., & Christensen, T. H. (2012) Sustainable living and co-housing: Evidence from a case study of eco-villages. *Built Environment*, 38(3), 413–429. <https://doi.org/10.2148/benv.38.3.413>.
- Markard, J., Raven, R. & Truffer, B. (2012) Sustainability transitions: An emerging field of research and its prospects. *Research Policy*, 41, 955–967. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2012.02.013>.
- Marques, J. F. (2000) O Neo-Racismo Europeu e as Responsabilidades da Antropologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56-60.
- Marques, J. F. (2015) O racismo e a modernidade: algumas reflexões a partir da Sociologia, in Silva, M. C. & Sobral, J. M (Eds) Nacionalismo e Racismo - Migrações, minorias étnicas e contextos escolares, Lisboa, Afrontamento, 167-178.
- Marsden, P. (2005) Recent Developments in Network Measurement, in Carrington, P., Scott, J. & Wasserman, S. (Eds) *Models and Methods in Social Network Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 8-30
- Marshall, C., & Rossman, G. B. (2010) *Designing qualitative research*, Los Angeles, Sage.
- Marx, K. & Engels, F. (1967) *Manifesto of the Communist Party*, Moscovo, Progress Publishers.
- Marx, K. (2017[1867]). *O Capital – Edição Popular*. Lisboa: Edições 70.
- Maxwell, J. (1996) *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*, Londres, Sage Publications.
- McCormick, J. (1992) *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- McCright, A. & Dunlap, R (2000) Challenging global warming as a social problem: an analysis of the conservative movement’s counter- claims. *Social Problems*, 47, 499–522. <https://doi.org/10.2307/3097132>.
- McMichael, P. (2017) *Development and Social Change: A Global Perspective*, 6ª edição, Londres, SAGE.
- McMillan, D. W. & Chavis, D. M. (1986) Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6–23. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198601\)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I).
- Meadows, D. H., Meadows, D. C., Randers, J. & Behrens, W. (1972) *Os Limites do Crescimento*, Lisboa, Dom Quixote.
- Medeiros, A. J. (1996) *Movimentos Sociais e participação política*, Teresina, CEPAC.
- Merton, R. K. (1968) *Social Theory and Social Structure*, Nova Iorque, The Free Press.
- Merton, R. K. (1987) Three fragments from a sociologist's notebook: establishing the phenomenon, specified ignorance, and strategic research materials. *Annual Review of Sociology*, 13, 1-29. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.13.080187.000245>.

- Metcalf, B. (2012) Utopian Struggle: Preconceptions and Realities of Intentional Communities, in Andreas, M. & Wagner, Felix (Eds), *Realizing Utopia: Ecovillage Endeavors and Academic Approaches*, Munique, RCC Perspectives
- Metcalf, W. J. (2004) *The Findhorn book of community living*, Escócia, Findhorn Press.
- Miles, M. B. & Huberman, A. M. (1994) *Qualitative data analysis*, 2ª edição, Londres, SAGE.
- Mizruchi, M. S. (1982) *The American Corporate Network - 1904-1974*, Beverly Hills, SAGE.
- Mocellim, A. D. (2011) A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *PLURAL*, 17(2), 105-125. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2010.74542>.
- Montero, M. (2007) *Introducción a La psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*, 1ª edição, Buenos Aires, Paidós.
- Moreira, C. (2015) Comunidade. *Rev. Ciência Elem.*, 3(4), 259-275.
- Morgan D. L. & Krueger, R. A. (1993) *When to use focus groups and why*, in Morgan, D. L. (Ed), *Successful Focus Groups: Advancing the State of the Art*, Newbury Park, SAGE.
- Morgan, D. L. (1988) *Focus Groups as Qualitative Research*, Londres, SAGE.
- Moroco, J. (2003) *Análise Estatística com Utilização do SPSS*, Lisboa, Sílabo.
- Morse, J. (1994) Designing Funded Qualitative Research, in Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (Eds), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, SAGE, 220-235.
- Moulaert, F., MacCallum, D., Aehmood, A. & Hamdouch, A. (2014) *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, U.K, Edward Elgar Publishing.
- Mulder, K., Costanza, R., & Erickson, J. (2006) The contribution of built, human, social and natural capital to quality of life in intentional and unintentional communities. *Ecological Economics*, 59(1), 13–23. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2005.09.021>.
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2012) *Social Innovation - What it is, Why it matters and How it can be accelerated*, Oxford, Oxford Said Business School Skoll Centre for Social Entrepreneurship - Young Foundation, 1-52.
- Mulkay, M. J. (1972) *The Social Process of Innovation: a Study in the Sociology of Science*, London, Macmillan
- Murdoch, J. (2001) Ecologising sociology: actor- network theory, co- construction and the problem of human exemptionalism. *Sociology*, 35, 111–33. <https://doi.org/10.1177/0038038501035001008>.
- Murphy, R. (1997) *Sociology and Nature: Social Action in Context*, Boulder, Westview Press.
- Murphy, R. (2002) The internalization of autonomous nature into society. *Sociological Review*, 50, 313–33. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2002.tb02807.x>.

- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010) Introduction, in R. Murray, J. Caulier-Grice, & G. Mulgan (Eds), *The Open Book of Social Innovation*, NESTA - The Young Foundation, 1-224.
- Namey, E., Guest, G., Thairu, L., & Johnson, L. (2008) Data reduction techniques for large qualitative data sets, in Guest, G. & MacQueen, K. M. (Eds), *Handbook for team-based qualitative research*, Lanham, AltaMira Press, 137–162.
- Nelson, A. (2018) *Small is Necessary - Shared Living on a Shared Planet*, London, Pluto Press.
- Nelson, R & Winter, S (1982) *An evolutionary theory of economic change*. Harvard, Harvard University Press.
- Nelson, R. R. (1993) *National Innovation Systems: A Comparative Study*, Oxford, Oxford University Press.
- Newman, M. E. J. (2005) A measure of betweenness centrality based on random walks. *Social Networks*, 27, 39–54. <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2004.11.009>.
- Nicholls, A. & A. Murdock. (2012) The Nature of Social Innovation, in Nicholls, A. & A. Murdock (Eds), *Social Innovation: Blurring Boundaries to Reconfigure Markets*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 1–30.
- Nieminen, U. J. (1974) On centrality in a graph. *Scandinavian Journal of Psychology*, 15, 322-336. [https://doi.org/10.1016/0049-089X\(73\)90010-0](https://doi.org/10.1016/0049-089X(73)90010-0).
- Nisbet, R. (1962) *Community and Power (formerly the quest for community)*, Oxford, Oxford University Press.
- Nogueira, C.; Marques, J. F. & Pinto, H. (2019) Innovative and transition potential of intentional sustainable communities: Towards an exploratory conceptual model. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 39, 155-173.
- Nogueira, C.; Marques, J. F. & Pinto, H. (2022) Intentional Sustainable Communities and Sustainable Development Goals: From Micro-Scale Implementation to Scalability of Innovative Practices. *Journal of Environmental Planning and Management*. <https://doi.org/10.1080/09640568.2022.2106553>.
- Nogueira, C.; Pinto, H. & Sampaio, F. (2017). Social innovation and Smart Specialisation: Challenges and Opportunities for Atlantic Regions. *European Public & Social Innovation Review*, 2(2), 42-56, <https://doi.org/10.31637/epsir.17-2.4>.
- Nogueira, Carla (2015) *A procura da sustentabilidade como modo de vida: contornos e tendências das comunidades sustentáveis em Portugal*. Lisboa, ISCTE-IUL. Dissertação de mestrado.
- North, D. C. (1994). Economic performance through time. *American Economy Review*, 84(3):359–368.
- O'Connor, H. & Madge, C. (2001) Cyber-Mothers: Online Synchronous Interviewing using Conferencing Software. *Sociological Research Online*, 5. Disponível em: www.socresonline.org, (acedido a 3/6/2020).
- OCDE (1995) *Oslo Manual - Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data*, 1st edition. Paris, OCDE.

- OCDE (2018) *Oslo Manual 2018 - Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation*, 4th Edition. Paris, OCDE.
- OECD (2011) *Towards Green Growth – A Summary for Policy Makers*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development.
- Ogburn, W. F. & Gilfillan, S. C. (1933) *The Influence of Invention and Discovery*, in *Recent Social Trends in the United States*, Report of the US President's Research Committee on Social Trends, New York: McGraw-Hill, Volume 1.
- Oldfield, F., Barnosky, T., Dearing, J., Fischer-Kowalski, M., McNeill, J., Steffen, W. & Zalasiewicz, J. (2014) The Anthropocene Review: Its Significance, Implications and the Rationale for a New Transdisciplinary Journal. *The Anthropocene Review*, 1 (1), 1–5. <https://doi.org/10.1177/2053019613500445>.
- Oliveira, L. (2008) *Sociologia da Inovação – A construção Social das Técnicas e dos Mercados*. Lisboa, Celta Editora.
- ONU (1992) *Agenda 21*, Rio de Janeiro, United Nations Conference on Environment and Development.
- ONU (2000) *United Nations Millennium Declaration*, Nova Iorque, Organização das Nações Unidas.
- ONU (2002) *Carta da Terra*, Nova Iorque, Organização das Nações Unidas.
- ONU (2015) *The Millennium Development Goals Report*, Nova Iorque, Organização das Nações Unidas.
- Oxfam (2017) *Oxfam Annual Report*, Oxfam.
- Pais, J. M. (2010) *Lufa Lufa quotidiana*. Lisboa, Coleção Breve.
- Pallant, J. (2007) *SPSS Survival Manual*, Reino Unido, Open University Press.
- Palsson, G., Szerszynski, B., Sörlin, S., Marks, J., Avril, B., Crumley, C. & Hackmann H. (2013) Reconceptualizing the 'Anthropos' in the Anthropocene: Integrating the Social Sciences and Humanities in Global Environmental Change Research. *Environmental Science & Policy* 28, 3–13. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2012.11.004>.
- Pappenheim, F. (1968) *The Alienation of Modern Man - An interpretation based on Marx and Tönnies*, Nova Iorque, Modern Reader Paperbacks.
- Parker, J. N. & Hackett, E. (2012) Hot spots and hot moments in scientific collaborations and social movements. *American Sociological Review*, 77(1), 21-44. <https://doi.org/10.1177/0003122411433763>.
- Parsons, H. (1977) *Marx and Engels on Ecology*, Westport, CT, Greenwood Press.
- Patil, V. H., Singh, S. N., Mishra, S. & Donovan, D. T. (2008) Efficient theory development and factor retention criteria: Abandon the 'eigenvalue greater than one' criterion. *Journal of Business Research*, 61(2), 162-170. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2007.05.008>.

- Pel, B. & Bauler, T. (2017) A Transitions-Theoretical Perspective on the Social Economy; Exploring Capture Dialectics in Flemish 'Insertion' Practices. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 88 (2), 279–298.
- Pel, B., Haxeltine, A., Avelino, F., Dumitru, A., Kemp, R., Bauler, T., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J., & Jørgensen, M. S. (2020). Towards a theory of transformative social innovation: A relational framework and 12 propositions. *Research Policy*, 49(8), 104080. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104080>.
- Pel, B., Wallenborn, G. & Bauler, T. (2016) Emergent transformation games: exploring social innovation agency and activation through the case of the Belgian electricity blackout threat. *Ecology and Society*, 21(2), 17-27. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-08346-210217>.
- Penha-Lopes, G. & Henfrey, T. (2019) *Reshaping the Future: how communities are catalysing social, economic and ecological transformation in Europe*. The First Status Report on Community-led Action on Sustainability and Climate Change, Bruxelles, ECOLISE.
- Periac, F., David, A. & Roberson, Q. (2018) Clarifying the Interplay between Social Innovation and Sustainable Development: A Conceptual Framework Rooted in Paradox Management. *European Management Review*, 15(1), 19-35.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2008) *Análise de Dados para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS*, Lisboa, Sílabo.
- Pickerill, J. (2016) *Eco-Homes People, Place and Politics*, Londres, Zed Books.
- Pinch, T. & Bijker, W. (1984) The Social Construction of Facts and Artefacts: Or How the Sociology of Science and the Sociology of Technology Might Benefit Each Other. *Social Studies of Science*, 14, 399-441. <https://doi.org/10.1177/030631284014003004>.
- Pinto, H. (2018) Innovation Dynamics and Resilience: A Crucial Agenda for the Future of Regional Studies and Policy. *RSA Regions e-Zine*, 2. <https://doi.org/10.1080/13673882.2018.00001012>.
- Pinto, H.; Nogueira, C.; Cruz, A. R. & Uyerra, E. (2021b). The social shaping of innovation: networks and expectations as connecting dynamics in regional innovation systems. *International Review of Sociology*, 31(3), 410-431. <https://doi.org/10.1080/03906701.2021.2015982>.
- Pinto, H.; Nogueira, C.; Guerreiro, J. A.; Sampaio, F. (2021a) Social Innovation and the Role of the State: Learning from the Portuguese Experience on Multi-Level Interactions. *World*, 2(1), 62-80. <https://doi.org/10.3390/world2010005>.
- Piteira, M. (2014) *Construção Social da Inovação*, Lisboa, Clássica Editora.
- Pol E. & Ville S. (2009) Social Innovation: Buzz word or enduring term?. *The Journal of Socio-Economics*, 38(6), 878-885.
- Polanyi, K. (2012) *A Grande Transformação – As origens políticas e económicas do nosso tempo*, Lisboa, Edições 70.
- Portes, A. (2021) Innovation as social change: an institutional analysis. *International Review of Sociology*, 31(3), 356-372. <https://doi.org/10.1080/03906701.2021.2015983>.

- Putnam, R. D. (1993) *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- Radcliff-Brown, A. (1952) *Structure and Function in Primitive Societies*, Illinois, The free press.
- Ragin, C. C. (2004) Turning the Tables, in Henry, E. B. & Collier, D. (Eds), *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*, Lanham, Rowman and Littlefield, 123–38.
- Ramos, E. C. (1996) *Educação ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais - Uma avaliação crítica*, Curitiba, Dissertação de Doutorado em Educação, Brasil, Universidade Federal do Paraná.
- Raworth, K. (2017) *Economia Donut – sete formas de pensar como um economista do século XXI*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Redclift, M. & Woodgate, G. (1997) *The International Handbook of Environmental Sociology*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Redfield, R. (1955) *The little community*, Stockholm, Almqvist & Wiksells Boktrycker.
- Reise, S. P., Waller, N. G. & Comrey, A. L. (2000) Factor analysis and scale revision. *Psychological Assessment*, 12(3), 287-297. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.12.3.287>.
- Rey, P. J. & Ritzer, G. (2010) Conceptualizing Globalization in Terms of Flows. *Current Perspectives in Social Theory*, 27. [https://doi.org/10.1108/S0278-1204\(2010\)0000027011](https://doi.org/10.1108/S0278-1204(2010)0000027011).
- Rheingold, H. (1993) *The Virtual Community*, Nova Iorque, Harper.
- Ribeiro, F. B. (2017) *Uma Sociologia do Desenvolvimento*, V. N Famalicão, Húmus.
- Rip, A., & Kemp, R. (1998). Technological change. In S. Rayner, & E. L. Malone (Eds.), *Human choice and climate change: Vol. II, Resources and Technology*, Battelle Press, 327-399.
- Ripple, W. J.; Wolf, C.; Newsome, T. M.; Barnard, P. & Moomaw, W. R. (2020). World Scientists' Warning of a Climate Emergency. *BioScience*, 70(1), 8–12, <https://doi.org/10.1093/biosci/biz088>.
- Ritzer, G. (2011) *Globalization: The essentials*, West Sussex, Wiley-Blackwell.
- Rivera, M.T., Soderstrom, S.B. & Uzzi, B. (2010) Dynamics of Dyads in Social Networks: Assortative, Relational, and Proximity Mechanisms. *Annual Review of Sociology*, 36(1), 91–115. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134743>.
- Robertson, R. & Turner, B. (1991) *Talcott Parsons: Theorist of Modernity*, Thousand Oaks, Sage.
- Rodrigues, J.; Santos, A. C. & Teles, N. (2016) *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*. Coimbra, Almedina.
- Rodriguez, R. (1982) *Hunger of Memory*, Nova Iorque, Bantam.
- Rostow, W. W. (1960). *The stages of economic growth: A non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Rotmans, J. & Loorbach, D., (2010) Towards a better understanding of transitions and their governance: a systemic and reflexive approach, in Grin, J., Rotmans, J. & Schot, J. (Eds.) *Transitions to Sustainable Development, New Directions in the Study of Long Term Transformative Change*, Nova Iorque, Routledge.
- Rotmans, J., Kemp, R. & van Asselt, M. (2001) More evolution than revolution: transition management in public policy. *Foresight*, 3, 15–31.
- Rubin, Z., Willis, D. & Ludwig, M. (2019) Measuring Success in Intentional Communities: A Critical Evaluation of Commitment and Longevity Theories. *Sociological Spectrum*, 39(3), 181-193. <https://doi.org/10.1080/02732173.2019.1645063>.
- Rueschemeyer, D. (2003) Can One or a Few Cases Yield Theoretical Gains?, in James M. & Rueschemeyer, D. (Eds), *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press, 305–36.
- Russell, H. (2013) Sharing conventions: Communities of practice and thermal Comfort, in Spurling, N. & Shove, E. (Eds), *Sustainable Practices: Social Theory and Climate Change*, Londres, Routledge, 103-114.
- Rutten, R., Westlund, H. & Boekema, F. (2010) The Spatial Dimension of Social Capital. *European Planning Studies*, 18(6), 863–871. <http://doi.org/10.1080/09654311003701381>.
- Sachs, I. (1993) *Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*, São Paulo, Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo.
- Sachs, I. (2009) *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Santos, B. S. (1999) *Os Novos Caminhos da Teoria Crítica*. Disponível em: www.ces.fe.uc.pt/coloquio/Boaventura_de_Sousa_Santos.html, (acedido em 2/4/2019).
- Santos, T. dos (2011 [1978]) *Imperialismo y Dependência*, Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho.
- Sargisson L. & Sargent L. T. (2004) *Living in Utopia: New Zealand's International Communities*, Aldershot, Ashgate.
- Sargisson, L. (2003) Surviving Conflict: New Zealand's Intentional Communities. *New Zealand Sociology*, 18(2), 225–251.
- Schehr, R. C. (1997) *Dynamic Utopia: Establishing Intentional Communities as a New Social Movement*, Westport, Bergin & Garvey.
- Schlaile, M. P., Urmetzer, S., Blok, V., Andersen, A. D., Timmermans, J., Mueller, M., Fagerberg, J. & Pyka, A. (2017) Innovation Systems for Transformations towards Sustainability? Taking the Normative Dimension Seriously. *Sustainability*, 9(12), 2253.
- Schmidt, L. & Guerra, J. (2014) Do Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Contextos e Protagonistas da Educação Ambiental em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 25, 193-211.

- Schmidt, L. & Guerra, J. (2018) Sustainability: Dynamics, Pitfalls and Transitions, in Delicado, A., Domingos, N. & Sousa, L. (Eds.) *Changing Societies: Legacies and Challenges - The diverse worlds of sustainability*, volume 3, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 27-53.
- Schmidt, L. (2016) *Justiça para as gerações futuras – A Biosfera*. *Justiça e Bioética - Seminário Nacional*, 107 – 123.
- Schot, J. & Geels, F. W. (2008) Strategic niche management and sustainable innovation journeys. Theory, findings, research agenda, and policy. *Technol. Anal. Strateg. Manag.* 20 (5), 537–554. <https://doi.org/10.1080/09537320802292651>.
- Schumpeter, J. (2017 [1934]) *Theory of Economic Development*. New York, Routledge.
- Schumpeter, J. (2018 [1942]) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Coimbra, Actual
- Scott, A. (1995) *From Silicon Valley to Hollywood: Growth and Development of the Multimedia Industry in California*, Working Paper nº 13, Los Angeles, UCLA's Lewis Center for Regional Policy Studies.
- Scott, J. (2000) *Social Network Analysis: A Handbook*, 2ª edição, Great Britain, Sage Publishers.
- Scott, J. (2017) *Social Network Analysis*, Londres, SAGE.
- Semieniuk, G. (2014) *The digital revolution's energy costs*, Schwartz Center for Economic Policy Analysis, The New School.
- Sequeira, B. & Marques, J. F. (2016) Relações entre Sociedade e Conhecimento. *Desenvolvimento e Sociedade*, 1, 41-56.
- Seyfang, G. & Haxeltine, A. (2012) Growing grassroots innovations: exploring the role of community-based initiatives in governing sustainable energy transitions. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 30, 381 – 400. <http://doi.org/10.1068/c10222>.
- Seyfang, G., & Smith, A. (2007) Grassroots Innovations for Sustainable Development: Towards a New Research and Policy Agenda. *Environmental Politics*, 16 (4): 584-603. <https://doi.org/10.1080/09644010701419121>.
- Sherry, J. (2014) *Community supported sustainability: How ecovillages model more sustainable community*, New Brunswick, Rutgers University,
- Shove, E. (2003) *Comfort, Cleanliness and Convenience. The Social Organization of Normality*. Available online at. Berg (New technologies/new cultures), Oxford. <http://www.loc.gov/catdir/description/hol052/2003006204.html>.
- Silva, M. C. & Cardoso, A. (2005) O local face ao global: por uma revisão crítica dos modelos de desenvolvimento, in Silva, M. C., Marques, A. P. & Cabecinhas, R. (Eds), *Desenvolvimento e Assimetrias sócio-espaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/Inovação à Leitura, 23-79.
- Simmel, G. (1987) A metrópole e a vida mental, in Velho, O. (Ed), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.

- Smith, A. (2006) Green Niches in Sustainable Development: The Case of Organic Food in the United Kingdom. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 24(3):439-458. doi:[10.1068/c0514j](https://doi.org/10.1068/c0514j)
- Smith, A., Stirling, A. & Berkhout, F. (2005) The governance of sustainable sociotechnical transitions. *Research Policy*, 34, 1491–1510. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2005.07.005>.
- Smith, W. (2002) Intentional Communities 1990-2000: A Portrait. *Michigan Sociological Review*, 16, 107-131.
- So, A. (1990) *Social change and development: modernization, dependency and world-systems theory*, Londres, Sage.
- Sørensen, K. H. (2015) ‘From ‘Alternative’ to ‘Advanced’: Mainstreaming of Sustainable Technologies. *Science & Technology Studies*, 28(1), 10–27. doi: 10.23987/sts.55355.
- Spindler, E. A. (2013) The history of sustainability: the origins and effects of a popular concept, in Jenkins, A. & Schröder, R. (Eds), *Sustainability in tourism: a multidisciplinary approach*, Wiesbaden, Springer, 9-32.
- Starr, P. (1995) The disengaged. *American Prospect*, 19, 7–8.
- Steinmo, S. (2008) Historical institutionalism, in Della Porta, D. & Keating, M. (Eds), *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Stengel M. (2005) Was ist Gemeinschaft? – Definitionssuche und Überblick, in Stengel, M. (Ed), *Eurotopia 2005 – Gemeinschaften und Ökodörfer in Europa*, Poppau, Einfach Gut Leben e.V., 10-15.
- Stiegler, B. (1998) *Technics and time*. Stanford, Stanford University Press.
- Stiglitz, J. (2004) *Globalização – A Grande Desilusão* (3ª edição). Lisboa, Terramar.
- Strasser, T., Kraker, J. & Kemp, R. (2019) Developing the Transformative Capacity of Social Innovation through Learning: A Conceptual Framework and Research Agenda for the roles of Network Leadership. *Sustainability*, 11(5), 1304. <https://doi.org/10.3390/su11051304>.
- Sydow, J. & Windeler, A. (1998) Organizing and evaluating interfirm networks: A structurationist perspective on network processes and effectiveness. *Organization Science*, 9, 265–285. <https://doi.org/10.1287/orsc.9.3.265>.
- Tabachnick, B. & Fidell, L. (2007) *Using multivariate statistics*, Needham Heights, Allyn & Bacon.
- Tábara, D. (2011) Teoría Socioambiental y Sociología Ecológica, in Giner, S. (Ed), *Teoría Sociológica Moderna*, Barcelona, Ariel, 432-458.
- Tacconelli, E. (2010) Systematic reviews: CRD’s guidance for undertaking reviews in health care. *The Lancet Infectious Diseases*, 10(4), 226. [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(10\)70065-7](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(10)70065-7).
- Taibo, C. (2010) *Decrecimiento, Crise e Capitalismo*, Vigo, Estaleiro.

- Tarde, G. (1890) *Les lois de l'imitation*, Paris, Félix Alcan.
- Taylor M. (2003) *Public policy in the community*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Taylor, P. & Buttel, F. (1992) How do we know we have global environmental problems?. *Geoforum*, 23, 405–16. [https://doi.org/10.1016/0016-7185\(92\)90051-5](https://doi.org/10.1016/0016-7185(92)90051-5).
- Temesgen, A. K. (2020) Building an Island of Sustainability in a Sea of Unsustainability? A Study of Two Ecovillages. *Sustainability*, 12, 10585. <https://doi.org/10.3390/su122410585>.
- Ter Wal, A. & Boschma, R. (2009) Applying Social Network Analysis in economic geography: framing some key analytic issues. *The Annals of Regional Science*, 43(3), 739-756. <https://doi.org/10.1007/s00168-008-0258-3>.
- Tindall, D. B., Stoddart, M. C. & Howe, A. C. (2020) Social networks and climate change policy preferences: structural location and policy actor support for fossil fuel production. *Soc. Nat. Resour.*, 33 (11), 1359–1379. <https://doi.org/10.1080/08941920.2020.1783730>.
- Tönnies, F. (1957[1887]) *Community & society*, East Lansing, Michigan State University Press.
- Turner, F. (2006) *From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism*, Chicago, University of Chicago Press.
- Turner, J. (2013) *Theoretical sociology: 1830 to the presente*, Londres, SAGE.
- UNEP (2011) *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. United Nations Environment Programme.
- Urbina, S. (2007) *Fundamentos da testagem Psicológica*, Porto Alegre, Artmed.
- Vaillancourt, J. G. (2010) From environmental sociology to global ecosociology: the Dunlap–Buttel debates, in Redclift, M. & Woodgate, G. (Eds), *The International Handbook of Environmental Sociology*, 2ª edição, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 48-62.
- van der Have, R. & Rubalcaba, L. (2016) Social Innovation Research: An Emerging Area of Innovation Studies?. *Research Policy*, 45 (9): 1923–1935.
- Vasques, R. (2011) *Construções sustentáveis: comunidade ecovillages*. Lisboa, IADE. Dissertação de mestrado.
- Venesson, P. (2008) Case studies and process tracing: theories and practices, in Della Porta, D. & Keating, M. (Eds), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences - A Pluralist Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 223-240.
- Verba, S., Schlozman, K. L. & Brady, H. E. (1995) *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, Harvard University Press.
- Verbong, G., Geels, F. W. & Raven, R. (2008) Multi-niche analysis of dynamics and policies in Dutch renewable energy innovation journeys (1970--2006): hype-cycles closed networks and technology-focused learning. *Technology Analysis & Strategic Management*, 20(5), 555-573. <https://doi.org/10.1080/09537320802292719>.

- Veteto, J. & Lockyer, J. (2008) Environmental anthropology engaging permaculture: Moving theory and practice toward sustainability. *Culture and Agriculture*, 30(1,2), 47-58. <https://doi.org/10.1111/j.1556-486X.2008.00007.x>.
- Waerther, S. (2014) Sustainability in ecovillages – a reconceptualization. *International Journal of Management and Applied Research*, 1 (1), 1-16. <https://doi.org/10.18646/2056.11.14-001>.
- Wahl, D. C. (2019) *Sustainability Is Not Enough: We Need Regenerative Cultures*, Nova Iorque, Routledge.
- Walby, S. (2003) *Complexity Theory, Globalisation and Diversity*, Paper presented to conference of the British Sociological Association, University of York, April.
- Wallerstein, I. (1990) *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo no século XVI*, Porto, Afrontamento.
- Wapner, P. (1995) Politics beyond the state: environmental activism and world civic politics. *World Politics*, 311–40.
- Warburton D. (1998) A passionate dialogue: Community and sustainable development, in Warburton, D. (Ed), *Community and sustainable development – Participation in the future*, Londres, Earthscan Publications Ltd. in association with World Wide Fund for Nature, 1-39.
- Ware, C. (1986) *Estudo da Comunidade*, Buenos Aires, Humánitas.
- Wasserman, S. & Faust, K. (1994) *Social Network Analysis: Methods and Applications*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Watson, R., McCarthy, J., Canziani, P. & Nakicenovic, N. (2019) *The Truth Behind Climate Pledges*, FEU-US Universal Ecological Fund.
- Webber, M. (1963) Order in Diversity: Community without Propinquity, in Wingo, L. (Ed), *Cities and Space: The Future of Urban Land*, Nova Iorque, RFF Press.
- Weber, K. M. & Rohracher, H. (2012) Legitimizing research, technology and innovation policies for transformative change. *Research Policy*, 41(6), 1037–1047. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2011.10.015>.
- Weber, M. (1949) *The Methodology of the Social Sciences*, Nova Iorque, The Free Press.
- Weber, M. (1978 [1922]) *Economy and Society*, Berkeley, University of California Press.
- Weber, M. (2004 [1930]) *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, 5ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- Weick, K. (1995) *Sensemaking in organizations*, Londres, SAGE.
- Wendt, W. F. (2021) The Genesis of the Ecosocial Paradigm, in Wendt, W. F. (Ed), *Ecology of Common Care - The Ecosocial Approach as a Theory of Social Work and Human Service*, Berlim, Springer, 11-15.
- Wenger, E. C. & Snyder, W. M. (2000) Communities of Practice: The Organizational Frontier. *Harv. Bus. Rev.*, 78, 139–145.
- White, H. C., Boorman, S. A. & Breiger, R. L. (1976) Social Structure from Multiple Networks. *American Journal of Sociology*, 81(7), 30–80.

- White, R. (2004) *Controversies in Environmental Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Wittmayer, J. M., Backhaus, J., Avelino, F., Pel, B., Strasser, T., & Kunze, I. (2015). *Narratives of change: How Social Innovation Initiatives engage with their transformative ambitions*, TRANSIT working paper 4. TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169.
- Wolf, E. R. (1982) *Europe and the people without history*, Berkeley, University of California Press.
- Wolf, S. & Bruhn, J. G. (1993) *The Power of Clan: The Influence of Human Relationships on Heart Disease*, New Brunswick, Transaction.
- Woodgate, G. & Redclift, M. (1998) From a “sociology of nature” to environmental sociology: beyond social construction. *Environmental Values*, 7, 3–24. <https://doi.org/10.3197/096327198129341447>.
- Wrong, D. H. (1976) *Skeptical sociology*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Yin, R. K. (2014) *Case study research: Designs and methods* (5th edition). Thousand Oaks: Sage.
- York, R. & Dunlap, R. E. (2020) Environmental Sociology, in Ritzer, G. & Murphy, W. (Eds), *The Wiley Blackwell Companion to Sociology*, 2^a edição, Nova Jersey, Wiley Blackwell, 283 -300.
- York, R. (2006) Review of Steven Yearley, Cultures of Environmentalism. *Organization & Environment*, 19, 142–4.
- Young, F. W. (2001) Review essay: Putnam’s challenge to community sociology. *Rural Sociology*, 66(3), 468–474.
- Youngman, F. (2000) *The Political Economy of Adult Education and Development*, Londres, Zed Books.
- Zamchevska, I. (2013) *Sustainable development principals in a community setting: a case study of O.U.R ecovillage*, British Columbia, Canada, University of Saskatchewan.

APÊNDICES

Apêndice A - Publicações e Comunicações Científicas Resultantes da Investigação

1. Publicações Científicas

1.1 Revistas Científicas

Nogueira, C.; Marques, J. F. & Pinto, H. (*aceite para publicação*) Civil Economy as a path towards sustainability: An Empirical Investigation. *Journal of Cleaner Production*. (h-index: 232, Q1).

Nogueira, C.; Marques, J. F. & Pinto, H. (*no prelo*) As Comunidades Sustentáveis Intencionais na Europa e as Transições Sustentáveis: Redes de Inovação e Incrustação Territorial, *Public Policy Portuguese Journal*.

Nogueira, C.; Marques, J. F. & Pinto, H. (2022) Intentional Sustainable Communities and Sustainable Development Goals: From Micro-Scale Implementation to Scalability of Innovative Practices. *Journal of Environmental Planning and Management*. DOI: <https://doi.org/10.1080/09640568.2022.2106553>. (h-index: 75, Q1)

Nogueira, C.; Pinto, H. & Marques, J. F. (2019) Innovative and Transition Potential of Intentional Sustainable Communities: Towards and Exploratory Conceptual Model. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 39, 155-173. DOI: 10.15847/citiescommunitiesterritories.dec2019.039.art07 UID/SOC/03126/2013. (h-index: 7; Q2)

1.2 Textos em Avaliação

Nogueira, C. (em revisão) The Quest for a Transition to Sustainability - Glimpses of Social Innovation Dynamics in Intentional Sustainable Communities in Europe. *Climate Action*, artigo.

1.3 Organização de Book of Abstracts:

Pinto, H. & Nogueira, C. (2020) Social Innovation towards Sustainability: Embracing Contemporary Challenges for Regional Development: Book of Abstracts, Centre for Social Studies: Coimbra.

2. Comunicações em Encontros Científicos

- Nogueira, C.; Marques, J. F.; Pinto, H. (2021) Dinâmicas de Inovação nas Comunidades Sustentáveis Intencionais na Europa: Tipologias de Entidades e Análise de Redes, XI Congresso Português de Sociologia – Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e populismos num mundo efervescente, 29 a 31 de março, online.
- Nogueira, C.; Pinto, H.; Marques, J. F. (2021) Redes de Inovação e Incrustação Territorial das Comunidades Sustentáveis Intencionais na Europa, 4º Encontro Anual da Associação Portuguesa de Economia Política, 28 a 30 de janeiro, online.
- Nogueira, C.; Marques, J. F.; Pinto, H. (2020) Comunidades Sustentáveis Intencionais da Europa - Análise de Redes Sociais, 25th Workshop APDR – Social Innovation Towards Sustainability: Embracing Contemporary Challenges, 28 setembro a 02 outubro, online.
- Nogueira, C; Marques, J.F; Pinto, H. (2019), Social Innovation Dynamics on Sustainable Intentional Communities in Europe: A Preliminary Transversal Approach. 2nd international conference Social Solidarity Economy and the Commons: Contributions to the Deepening of Democracy, Lisboa. 6-8 novembro.
- Nogueira, C; Marques, J.F; Pinto, H. (2018), Uma Análise Exploratória do Potencial Inovador e de Transição das Comunidades Sustentáveis Intencionais. 25th APDR Congress - Circular Economy, Urban Metabolism and Regional Development: Challenges for a Sustainable Future, Lisboa. 5-6 julho 2018.
- Nogueira, C; Marques, J.F; Pinto, H. (2018), No hibridismo da comunidade, sustentabilidade e o princípio da intenção: uma revisão sistemática da literatura sobre Ecovillages. X Congresso APS - Na Era da “Pós-Verdade”? Esfera Pública, Cidadania e Qualidade da Democracia no Portugal Contemporâneo, Covilhã. 10 – 12 julho 2018.

3. Posters

- Nogueira, C.; Marques, J. F.; Pinto, H. (2022) Sustainable Practices from Intentional Sustainable Communities, Encontro de Ciência da FCT, poster.
- Nogueira, C.; Marques, J. F.; Pinto, H. (2020) Sustainable Intentional Communities in Europe Analysis of Collaboration and Innovation Networks, Encontro de Ciência da FCT, poster.
- Nogueira, C.; Marques, J. F.; Pinto, H. (2019) Innovative and Transition Potential of Intentional Sustainable Communities: An Exploratory Analysis of the Literature, Encontro de Ciência da FCT, poster

4. Organização de Eventos Científicos

2022

5º Encontro de Economia Política “Vulnerabilidades e transformações sociais e económicas”, a realizar na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, organizado por Associação Portuguesa de Economia Política (EcPol), Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, CinTurs - Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar, CEFAGE-UAAlg - Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 28 e 29 de Janeiro.

2020

25º Workshop APDR “Social Innovation Towards Sustainability: Embracing Contemporary Challenges for Regional Development”, a realizar na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, com o apoio do CinTurs, 28 setembro a 02 outubro, online.

2018

Sessão Especial “Social Innovation and Regional Development: Conceptualisation, Measurement and Practice”, 25th APDR Congress - Circular Economy, Urban Metabolism and Regional Development: Challenges for a Sustainable Future. Lisboa. 5-6 julho 2018

2017

Workshop “Social Innovation as a Strategy for Atlantic Area Sustainable and Inclusive Development”, 4th Atlantic Stakeholder Platform Conference, 8 novembro 2017, Glasgow, UK

Apêndice B - Inquérito por Questionário



Intentional Sustainable Communities as Laboratories for Social Innovation: an extensive analysis of European experiences

This survey is part of a research being developed at the University of Algarve (Portugal), which seeks to assess the **potential of Sustainable Intentional Communities to function as laboratories for social innovation**. Specifically, this study seeks to understand how these small-scale community-based initiatives can generate potentially generalizable innovations for broader social models.

The questionnaire has four blocks of questions and filling it should take about **15 minutes**. All answers are guaranteed anonymity and the information obtained will be used, exclusively, within the scope of the referred research.

We are aware of the increased requests for responses to online surveys, but due to the fact that this is a cross-sectional study of European countries, it would be impossible to use another methodology. **Obtaining valid answers represents one of the most structural moments for the success of the whole project**. It is in this sense that we appeal to your participation and we count on your help.

Thanks in advance for your participation.

The researcher acknowledges the support from FCT - Portuguese Foundation for Science and Technology to her doctoral research funded by POCH co-financed by the European Social Fund and national funds from the Ministry of Science, Technology and Higher Education) (SFRH/BD/117396/2016).

General Characterization

This first block of questions is about the general characterization of your project/community

* 1. **Project Name** (enter the name of your project/community) 


* 2. **Country** (enter the country where the project/community is) 

* 3. **Location** (insert the geographic place where the project/community is inserted) 

* 4. **Context** 


- Rural
- Urban
- Both
- Other (please specify)

* 5. **Deployment Area** (Please indicate the area, in hectares, available for the project/community) 

* 6. **Legal Status** 

- Private Association (non-profit)
- Cooperative
- Foundation
- Mutuality
- Informal Group
- Private Enterprise (for-profit)
- Other (please specify)

* 7. Indicate the **year** in which the project **started its activities** 


* 8. **Number of full-time residents**, in the current moment (Indicate in which interval is the number of members that integrate the project/community, in the current moment) 

- Between 1 to 15
- Between 16 to 25
- Between 26 to 35
- Between 36 to 45
- Between 46 to 55
- Between 56 to 65
- Between 66 to 75
- Between 76 to 85
- Between 86 to 95
- More than 95

Sustainability


The second block of questions refers to the different sustainable practices, in three main dimensions, developed in your project

* 9. Environmental Dimension

(Please indicate the extent to which the activities mentioned below are integrated into the day-to-day activities of your project using a scale where: 1 means "No integrated practice" and 6 means "Fully integrated practice") 

	No integrated practice			Fully integrated practice		
Reuse of various types of resources (organic and inorganic, clothing, water, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Development of Permaculture Practices	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Development of Bio-Construction Practices	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cultivation of endogenous/endemic food products	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organic/biological food production	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clean and replenish sources of water and water cycles	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Use of renewable energies	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Increasing biodiversity and regenerating ecosystems	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>


*** 10. Social Dimension**

(Please indicate the extent to which the activities mentioned below are integrated into the day-to-day activities of your project using a scale where: 1 means "No integrated practice" and 6 means "Fully integrated practice") 


	No integrated practice			Fully integrated practice		
Active participation of all individuals in the daily tasks of the community	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Making key decisions by consensus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Collective management of resources and activities	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Use of a formal method for community governance (such as democracy, sociocracy, or other)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existence of a leader	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existence of members with different levels of commitment and responsibility in the community	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sharing common community resources	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Payment of wages or a fixed income to members who reside full time in the community	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Payment of wages or income based on the type of activities carried out by the different members	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Please explain the governance method used

*** 11. Economic Dimension**


(Please indicate the extent to which the activities mentioned below are integrated into the day-to-day activities of your project using a scale where: 1 means "No integrated practice" and 6 means "Fully integrated practice") 

	No integrated practice				Fully integrated practice	
Use of an alternative coin	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existence of non-monetary exchanges	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existence of financial institutions created within the community	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equitable division of land (all members of the community have equal access to land)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Development of activities for self-financing of the community (such as rental of accommodation, sale of products/services, organization of courses and workshops, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Streamlining the local economy (through buying/selling local products)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concern about the consumption of products/services (in the way they are produced and distributed)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Are there **other activities/initiatives** that your project/community develops and that are fully integrated in your day-to-day life, beyond those addressed in the previous questions? (If so, please indicate which) 

Innovation

In this section questions are asked regarding the development of innovative activities within the project/community

* 13. In the **last three years**, has your project offered or invigorated the use of **new or improved products, services and/or processes** that improve access to the following elements? (*select all that apply*) 

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Food | <input type="checkbox"/> Education and training |
| <input type="checkbox"/> Drinkable water | <input type="checkbox"/> Employment |
| <input type="checkbox"/> Housing | <input type="checkbox"/> Health care |
| <input type="checkbox"/> Energy | <input type="checkbox"/> Financial or legal quality |
| <input type="checkbox"/> Transportation | <input type="checkbox"/> None of the above |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify) | |


* 14. What are the main **obstacles** to the development of innovative practices? (*select all that apply*)



- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Difficulty identifying the needs to be addressed | <input type="checkbox"/> Difficulties in accessing infrastructures for the development of innovation activities (including R&D) |
| <input type="checkbox"/> Difficulty in involving community members | <input type="checkbox"/> Legal structure |
| <input type="checkbox"/> Difficulty promoting the involvement of agents outside the community | <input type="checkbox"/> Lack of facilitators |
| <input type="checkbox"/> There is no need to develop innovation practices (including Research and Development - R&D) | <input type="checkbox"/> Failures in collaboration with universities, research centers and other knowledge agents |
| <input type="checkbox"/> Investments in innovation (including R&D) are very risky | <input type="checkbox"/> Difficulties in transferring and receiving knowledge |
| <input type="checkbox"/> Investments in innovation (including R&D) are very costly | <input type="checkbox"/> Unstructured networks for sharing knowledge |
| <input type="checkbox"/> Difficulties in accessing funding sources for innovation activities (including R&D) | <input type="checkbox"/> Knowledge of different tools and/or management skills |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify) | |


* 15. What are the **enabling** factors for the development of innovative practices in your community, including social innovation? (*select all that apply*) 

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Involvement of community members | <input type="checkbox"/> Ease of access to European funding programs |
| <input type="checkbox"/> Support from public universities, research centers and/or other knowledge agents | <input type="checkbox"/> Collaboration with other institutions |
| <input type="checkbox"/> Support from governance bodies (national, regional and/or local) | <input type="checkbox"/> Existence of an investment structure |
| <input type="checkbox"/> Existence of support programs | <input type="checkbox"/> Political environment |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify) | |

* 16. What is the **degree of importance of the following factors** for the development of these innovations practices in the last 3 years? (select one option per line) 

	Irrelevant	Low	Medium	High
Existing or Expected Rules and Regulations	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Availability of grants, subsidies or other public incentives	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existence of investor demand/interest	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The potential turnover and/or profit from these innovations	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Potential cost reduction	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The social vision of our project	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Voluntary codes of conduct in the sector with the aim of stimulating social challenges	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Other (please specify)

* 17. Please indicate the **3 innovative practices** that you consider to be the most important for meeting community needs and for the development of your project (in particular) and the surrounding society (in general). 

Innovative Practice 1

Innovative Practice 2

Innovative Practice 3

* 18. For each one indicate their **level of importance** and the **degree of development** within the project? 

	Importance of the development of this practice? (Being 1 not important and 6 extremely important)	Degree of development within the project/community
Innovative Practice 1	1 	We were able to identify the need 
Innovative Practice 2	1	We were able to identify the need
Innovative Practice 3	2	We generated ideas
	3	We developed prototypes
	4	We implemented in the community
	5	Implemented outside the community
	6	This practice has already introduced systemic change

* 19. Do these identified innovation practices **create** ...? (select all that apply) 

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Education and training | <input type="checkbox"/> Competitiveness and entrepreneurship |
| <input type="checkbox"/> Employment | <input type="checkbox"/> Accommodation |
| <input type="checkbox"/> Income | <input type="checkbox"/> Cooperation and collaboration |
| <input type="checkbox"/> Mental health and well-being | <input type="checkbox"/> Democratic Participation |
| <input type="checkbox"/> Physical health | <input type="checkbox"/> Equality |
| <input type="checkbox"/> Social inclusion and cultural integration | <input type="checkbox"/> Empowerment |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify) | |

* 20. At what **geographical level** are these innovative practices being implemented? (choose only one option) 

- Not yet implemented
- In our community
- In a small area outside the community
- In other communities
- In the region
- In more than one region
- At national level
- Internationally
- Other (please specify)

Networks

This last part is made up of questions regarding the partnerships your project/community has with other organizations

* 21. Does your project/community **collaborate** with other organizations? 

- Yes
- No
- Do not know/do not respond

If no, Please indicate the main reasons for not collaborating with other entities

* 22. Please indicate **up to 5 organizations** with which your project/community most closely relates.

Organization 1	<input type="text"/>
Organization 2	<input type="text"/>
Organization 3	<input type="text"/>
Organization 4	<input type="text"/>
Organization 5	<input type="text"/>

* 23. For each one listed, select their **type**, the **reason** for the collaboration, its **importance** and the **intention** to maintain it.

	Organization type	Why does your community collaborate with this organization?	How important is this relationship (Being 1 not important and 6 extremely important)	
Organization 1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Organization 2	Governance	Financial resources	1	Yes
Organization 3	University and/or research center	Infrastructure/Equipment	2	No
Organization 4	Other community	Human Resources	3	Don't know yet/Haven't decided yet
Organization 5	Development agency	Development of activities	4	
	National and/or international network	Communication	5	
	Enterprise	Other	6	
	Private non-profit association	<input type="text"/>		
	Public association			
	Other			

Apêndice C - Guião de Entrevista Semi-Estruturado

Nome do entrevistado(a): _____
Nome da comunidade: _____
Tipo de comunidade: _____
Função do entrevistado(a) na comunidade: _____
Nº de anos de residência: _____
Género: _____ Idade: _____
Data de realização da entrevista: _____ Duração: _____
Entrevistado faculta autorização para gravação áudio da entrevista? _____
ID Gravação: _____

Questions for the Founder of the Community:

- A. First, I'd like us to talk a little bit about the history of the community. How was the founding process? What motivated you to found the community? What are the main goals, values and missions of the community?
- B. Has the community undergone any changes that you consider important, from its foundation to the present day? What are the moments of change in the community that you consider most important?

Questions for all Respondents:

NOTE: For the founder the first question should not be asked unless the points to be explored have not been addressed in questions A and B

1. First, I would like you to tell me a little about your experience in the community. Why did you choose to embrace a community and sustainable lifestyle? How did you come to this community? What kind of functions do you carry out in the community since you arrived?
2. Now let's talk a little about innovation. What means innovation for you? What is an innovative practice for you?
3. Based on that, do you think your community does something that you consider innovative? What? Why do you consider these practices as innovative?
4. Do you consider that these practices are aligned and responding effectively to the needs of the community? In what way? In addition, do they seek to respond to other needs outside the community?
5. What is most difficult in the process of developing innovative practices?

6. What is your opinion on the importance of disseminating the practices developed in the community to the rest of society?
 7. In your opinion, how important is it for your community to establish cooperation networks with other organizations? Do you think this is useful for the development of innovation? In what way?
 8. With what types of actors (organizations, governance, academia, etc...) would it be important to collaborate so that the practices you develop in the community can be transferred and disseminated? What facilitates and conditions this collaboration?
 9. Now let's talk a little bit about sustainability and social change. The idea of sustainability is sometimes contested – what governance bodies mean by sustainability is not necessarily what you think or what someone else thinks. What sustainability means to you?
 10. These Communities have been discussed as important actors in the process of a transition to more sustainable development models. When we talk about sustainable transition, we are talking about a long-term process, which needs several decades to unfold and which refers to the need to break the structures (or regimes) crystallized, for example, in the energy, agriculture, of education, etc.
- What do you consider to be the priority change/transition for sustainable development? Do you think this process of change is underway? If yes, why (what evidence do you see that this change is happening)?
11. Given what we've been talking about, this shift to a sustainable society or a transition to sustainability, how can the community you belong to contribute to a better world?
 12. In this process, are there any changes that you have already managed to introduce outside the community? (ask for details – actors, practice, context).
 13. Finally, I only have 2 more questions. The first is: what could society learn from these communities?
 14. If you could suggest 2 or 3 public policy proposals to increase the impact of introducing change that these communities can have, what would they be?
 15. Do you have any ideas to add to what you explained?

Apêndice D - Consentimento Informado para as Entrevistas

Context of the Interview:

First of all, I would like to thank you again for your willingness to accept this interview.

This research started in 2019 and is now in its final phase. The main objective, in a very general way, is to understand how these communities can function as laboratories of social innovation and contribute to social change, to a sustainable transition.

Here in our interview I think we can divide it into 3 moments, a first moment where we talk a little about your path and your role in the community, then some questions related to innovation, and finally, we talk a little about sustainability and social change.

Interviewee rights:

1. The data resulting from our conversation will only be used for this research and the resulting outputs.
2. Your participation is voluntary and you may withdraw at any time, without this decision being reflected in any detriment to you.
3. You can end the conversation whenever you want or choose not to answer any question.
4. You have the right to know the objectives of the study in which this interview falls.
5. No direct quote from this interview will be used without your prior knowledge and acceptance so that you can indicate whether you are comfortable with the quote to be used.
6. You have the right to change your mind on any of the questions in this informed consent. If you change your opinion, you must send this information to the researcher, through the contacts provided.
7. The audio and transcripts of this interview will be kept in a private place and on a device not connected to the internet, for a maximum period of 5 years.
8. You have the right to request the deletion of the interview files at any time.

Previous questions to the interview:

1. Did you understand the research objectives?
2. Did you understand the objectives of this interview?
3. Do you voluntarily participate in this interview?
4. Do you want to keep your identity anonymous or in the analysis of the data can I use your name if I use a direct sentence of something you said, subject to prior authorization?
5. Do you authorize the recording of our interview to make it easier to transcribe and analyze the data?
6. Do you have any questions you would like to clarify before we start the interview?
7. By starting the recording you are agreeing to the responses given to this informed consent. Can I start recording?

Apêndice E - Árvore de Códigos da Análise de Conteúdo

C1 - FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE

- C1.1 - História
- C1.2 - Momentos de mudança
- C1.3 - Motivações

C2 - MEMBROS

- C2.1 - Funções
- C2.2 - Motivações para o estilo de vida

C3 - INOVAÇÃO

- C3.1 - Dificuldades
 - C3.1.1 - *Burocracia*
 - C3.1.2 - *Identificar necessidades*
 - C3.1.3 - *Incerteza(s)*
 - C3.1.4 - *Participação coletiva*
 - C3.1.5 - *Reconhecimento*
- C3.2 - Percepções sobre a Inovação
 - C3.2.1 - *Dimensão social*
 - C3.2.2 - *Discursos alternativos*
 - C3.2.3 - *Eficiência*
 - C3.2.4 - *Necessidades*
 - C3.2.5 - *Novidade e criatividade*
 - C3.2.6 - *Riscos*
- C3.3 - Práticas Inovadoras da Comunidade
 - C3.3.1 - *Social*
 - C3.3.2 - *Ecológica*
 - C3.3.3 - *Económica*
- C3.4 - Disseminação de práticas
- C3.5 - Resposta a necessidades

C4 - COLABORAÇÃO

- C4.1 - Importância
- C4.2 - Atores
 - C4.2.1 - *Academia*
 - C4.2.2 - *Comunidade local*
 - C4.2.3 - *Governança*

- C4.2.4 - *Escolas*
- C4.2.5 - *Redes e outras comunidades*
- C4.2.6 - *Empresas*
- C4.2.7 - *Meios de comunicação*

C5 - SUSTENTABILIDADE E TRANSIÇÃO

- C5.1 - Percepções sobre a sustentabilidade
 - C5.1.1 - *Capacidade dos Ecossistemas*
 - C5.1.2 - *Minimização do “self”*
 - C5.1.3 - *Necessidades básicas*
 - C5.1.4 - *Visões negativas*
 - C5.1.5 - *Discursos alternativos*
- C5.2 - Mudanças Prioritárias
 - C5.2.1 - *Educação*
 - C5.2.2 - *Energia*
 - C5.2.3 - *Mentalidades*
 - C5.2.4 - *Padrões de consumo*
 - C5.2.5 - *Política pública*
 - C5.2.6 - *Retorno “à terra”*
 - C5.2.7 - *Sentido comunitário*
- C5.3 - Papel na Transição
 - C5.3.1 - *Assumir riscos*
 - C5.3.2 - *Colaboração*
 - C5.3.3 - *Desenvolvimento Pessoal*
 - C5.3.4 - *Laboratórios*
 - C5.3.5 - *Locais de demonstração*

C6 - SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- C6.1 - *Acesso público “à terra”*
- C6.2 - *Burocracia e incentivos*
- C6.3 - *Económicas*
- C6.4 - *Educativas*
- C6.5 - *Energéticas*
- C6.6 - *Estatuto legal*
- C6.7 - *Governança não reconhecida*
- C6.8 - *Independência e autonomia comunitária*

Apêndice F - Matriz de Componentes Original da AFConfirmatória

VARIÁVEL	COMPONENTE					
Desenvolvimento de práticas de permacultura	,644	,177	,136	,119	,080	-,079
Existência de trocas não monetárias	,663	,139	,284	-,359	,198	-,254
Tomada de decisões fundamentais através da consensualização de posições	,328	-,207	,516	,130	-,007	,272
Promoção da biodiversidade e regeneração dos ecossistemas	,510	-,047	,406	-,131	-,046	,337
Gestão coletiva de recursos e atividades	,694	-,083	,253	-,147	-,179	,053
Preocupação com o consumo de produtos/serviços	,394	-,197	,417	,553	-,176	-,051
Desenvolvimento de atividades para o autofinanciamento da comunidade	,563	-,137	,218	,358	-,254	-,026
Produção de alimentos orgânicos/ biológicos	,694	-,245	,196	,082	,002	-,203
Reutilização e reaproveitamento de recursos	,712	,246	-,048	-,052	-,270	,109
Utilização de um método formal para a governança da comunidade	,703	-,271	-,286	-,312	,074	-,025
Divisão equitativa da terra	,715	-,188	-,338	-,160	,025	,111
Partilha dos recursos da comunidade	,387	,080	-,465	,143	-,210	,297
Participação ativa de todos os indivíduos nas tarefas quotidianas da comunidade	-,021	,615	,332	,119	-,275	-,253
Existência de um líder	,244	,334	-,342	,072	-,424	-,290
Dinamização da economia local	,696	-,112	-,380	-,112	-,093	,083
Existência de membros com diferentes níveis de compromisso e responsabilidade	,259	,272	,192	-,045	,153	,598
Pagamento de salários ou de rendimentos c/ base no tipo de atividades desenvolvidas	,063	,668	-,006	-,156	,079	,213
Limpeza e reabastecimento de fontes e cursos de água	,174	,264	-,042	,499	,558	,031
Utilização de energias renováveis	,639	-,192	-,074	,000	,419	-,254
Desenvolvimento de práticas de Bio-Construção	,213	,215	-,322	,461	,300	-,015
Cultivo de alimentos endógenos/endêmicos	,425	-,271	-,485	,352	-,157	,178
Utilização de uma moeda alternativa	,633	,477	,037	-,152	,170	-,014
Existência de instituições financeiras criadas dentro da comunidade	,693	,439	,049	,008	-,007	-,095
Pagamento de salários ou de um rendimento fixo aos membros a tempo inteiro	,721	,327	-,022	-,047	,049	-,222

Extraction Method: Principal Component Analysis.; a. 6 components extracted.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao SPSS

Apêndice G - Comunalidades da ACP

VARIÁVEL	INICIAL	EXTRAÇÃO
Desenvolvimento de práticas de permacultura	1,000	0,716
Desenvolvimento de práticas de Bio-Construção	1,000	0,574
Cultivo de alimentos endógenos/endêmicos	1,000	0,662
Produção de alimentos orgânicos/ biológicos	1,000	0,597
Limpeza e reabastecimento de fontes e cursos de água	1,000	0,704
Utilização de energias renováveis	1,000	0,620
Promoção da biodiversidade e regeneração dos ecossistemas	1,000	0,642
Participação ativa de todos os indivíduos nas tarefas quotidianas da comunidade	1,000	0,676
Tomada de decisões fundamentais através da consensualização de posições	1,000	0,762
Gestão coletiva de recursos e atividades	1,000	0,701
Utilização de um método formal para a governança da comunidade	1,000	0,635
Existência de um líder	1,000	0,658
Existência de membros com diferentes níveis de compromisso e responsabilidade	1,000	0,563
Partilha dos recursos da comunidade	1,000	0,680
Pagamento de salários ou de um rendimento fixo aos membros a tempo inteiro	1,000	0,530
Pagamento de salários ou de rendimentos c/ base no tipo de atividades desenvolvidas	1,000	0,559
Utilização de uma moeda alternativa	1,000	0,630
Existência de trocas não monetárias	1,000	0,706
Divisão equitativa da terra	1,000	0,657
Desenvolvimento de atividades para o autofinanciamento da comunidade	1,000	0,697
Dinamização da economia local	1,000	0,694
Preocupação com o consumo de produtos/serviços	1,000	0,667

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *SPSS*

Apêndice H - Cronograma de Aglomeração

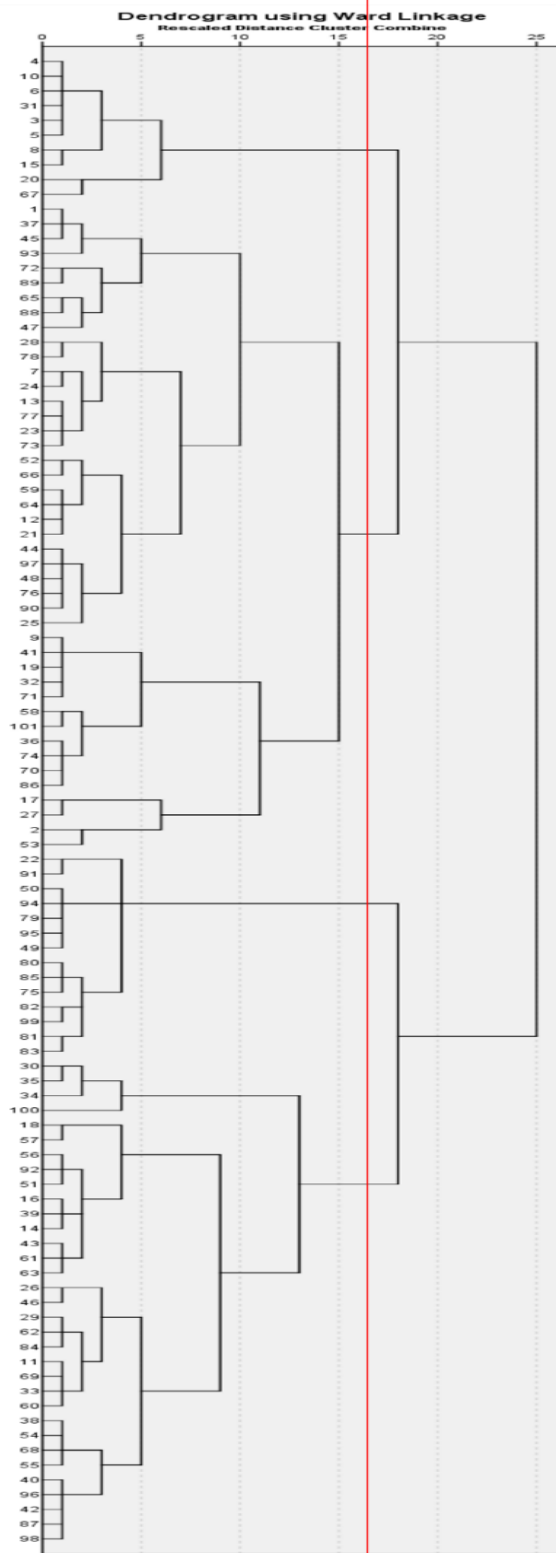
AGGLOMERATION SCHEDULE						
STAGE	CLUSTER COMBINED		COEFFICIENTS	STAGE CLUSTER FIRST APPEARS		NEXT STAGE
	CLUSTER 1	CLUSTER 2		CLUSTER 1	CLUSTER 2	
1	4	10	0,094	0	0	29
2	13	77	0,300	0	0	18
3	3	5	0,509	0	0	52
4	79	95	0,721	0	0	12
5	80	85	1,012	0	0	49
6	50	94	1,320	0	0	55
7	48	76	1,678	0	0	35
8	6	31	2,160	0	0	29
9	59	64	2,648	0	0	41
10	38	54	3,154	0	0	25
11	16	39	3,701	0	0	37
12	49	79	4,321	0	4	55
13	44	97	4,981	0	0	56
14	22	91	5,684	0	0	86
15	58	101	6,407	0	0	71
16	1	37	7,143	0	0	47
17	7	24	7,926	0	0	72
18	13	23	8,727	2	0	60
19	11	69	9,533	0	0	24
20	56	92	10,341	0	0	51
21	43	61	11,204	0	0	57
22	40	96	12,068	0	0	50
23	9	41	12,935	0	0	62
24	11	33	13,822	19	0	45
25	38	68	14,728	10	0	36
26	42	87	15,636	0	0	46
27	29	62	16,560	0	0	44
28	19	32	17,485	0	0	48
29	4	6	18,448	1	8	52
30	26	46	19,435	0	0	78
31	65	88	20,429	0	0	65
32	82	99	21,426	0	0	64
33	8	15	22,440	0	0	77
34	12	21	23,470	0	0	41
35	48	90	24,510	7	0	56

36	38	55	25,613	25	0	81
37	14	16	26,828	0	11	63
38	52	66	28,078	0	0	66
39	81	83	29,449	0	0	64
40	36	74	30,849	0	0	54
41	12	59	32,291	34	9	66
42	70	86	33,745	0	0	54
43	17	27	35,201	0	0	90
44	29	84	36,674	27	0	68
45	11	60	38,183	24	0	68
46	42	98	39,808	26	0	50
47	1	45	41,470	16	0	74
48	19	71	43,207	28	0	62
49	75	80	44,959	0	5	69
50	40	42	46,725	22	46	81
51	51	56	48,525	0	20	76
52	3	4	50,400	3	29	77
53	28	78	52,275	0	0	80
54	36	70	54,206	40	42	71
55	49	50	56,172	12	6	84
56	44	48	58,193	13	35	70
57	43	63	60,250	21	0	63
58	18	57	62,591	0	0	82
59	72	89	65,062	0	0	79
60	13	73	67,575	18	0	72
61	30	35	70,281	0	0	73
62	9	19	72,989	23	48	89
63	14	43	75,832	37	57	76
64	81	82	78,828	39	32	69
65	47	65	81,833	0	31	79
66	12	52	84,959	41	38	83
67	2	53	88,346	0	0	90
68	11	29	91,903	45	44	78
69	75	81	95,465	49	64	84
70	25	44	99,555	0	56	83
71	36	58	103,753	54	15	89
72	7	13	107,987	17	60	80
73	30	34	112,437	61	0	85
74	1	93	117,440	47	0	87
75	20	67	122,474	0	0	91
76	14	51	127,613	63	51	82
77	3	8	133,031	52	33	91

78	11	26	138,548	68	30	88
79	47	72	144,368	65	59	87
80	7	28	151,579	72	53	92
81	38	40	158,809	36	50	88
82	14	18	168,275	76	58	93
83	12	25	177,951	66	70	92
84	49	75	187,632	55	69	86
85	30	100	197,788	73	0	96
86	22	49	208,337	14	84	99
87	1	47	219,492	74	79	94
88	11	38	230,832	78	81	93
89	9	36	243,420	62	71	95
90	2	17	256,958	67	43	95
91	3	20	270,557	77	75	98
92	7	12	287,683	80	83	94
93	11	14	309,200	88	82	96
94	1	7	334,206	87	92	97
95	2	9	360,990	90	89	97
96	11	30	394,108	93	85	99
97	1	2	433,468	94	95	98
98	1	3	478,842	97	91	100
99	11	22	525,815	96	86	100
100	1	11	591,776	98	99	0

Fonte: Elaboração própria com recurso ao SPSS

Apêndice I - Dendograma



Fonte: Elaboração própria com recurso ao SPSS

Apêndice J - Caracterização dos Entrevistados

Cluster	ID da entrevista	Formação	Naturalidade	Gênero	Idade	Anos de residência	Função na comunidade	Data da entrevista
Comunidades Híbridas de Desenvolvimento	C1E1	Lic. em Educação e Formação	Belga	Masculino	68	38	Membro fundador e formador	19/04/2022
	C1E2	Lic. Em Economia	Belga	Masculino	67	38	Fundador e Gestão Financeira e Burocrática	19/04/2022
	C1E3	Lic. Em Psicologia	Espanhol	Masculino	63	34	Coordenador de Comunicação e Administração	20/04/2022
	C1E4	Mestrado - Global Change Management	Alemã	Feminino	38	10	Responsável pelo Jardim e Regeneração de Ecossistemas	25/04/2022
	C1E5	Lic, Agronomia e Moda de alta costura	Belga	Feminino	51	6	Administração e Finanças e Rebanho	27/04/2022
	C1E6	Lic. Filosofia e música	Espanhola	Feminino	55	27	Gestão do rebanho e da queijaria	28/04/2022
Comunidades Emergentes	C2E1	PhD (em curso) em Design	Brasileira e Portuguesa	Masculino	33	5	Fundador	16/05/2022
	C2E2	Lic. Design Educação	Portuguesa	Masculino	52	5	Polivalente e Organização de Eventos	20/05/2022
	C2E3	PhD – Ciências Sociais	Portuguesa	Feminino	60	5	Administração e Tesouraria	27/05/2022
	C2E4	Profissional - Design	Portuguesa	Masculino	33	5	Gestão Local e Organização de Eventos	20/05/2022
Comunidades de Pertença	C3E1	Lic. Antropologia	Escocesa	Masculino	52	22	Membro fundador e Clarivate	29/03/2022
	C3E2	Lic. Direito	Irlandesa	Feminino	45	8	Produção de alimentos	04/04/2022
	C3E3	Lic. Sociologia e história da arte	Irlandesa	Feminino	50	13	Membro fundador e Education Charity	04/04/2022

	C3E4	Mestrado - artes	Irlandesa	Masculino	55	16	Chair of Cloughjordan Community Arts	05/04/2022
	C3E5	Dançarina Profissional	Inglesa	Feminino	52	11	Riot Rye bakery and Board of Cloughjordan	06/04/2022
	C3E6	Mestrado - sustainable business	Inglesa	Feminino	40	4	Roadmap developer	06/04/2022
	C3E7	PhD – Sociologia e políticas públicas	Irlandesa	Masculino	71	22	Fundador e Programa Educacional	21/04/2022
Comunidades Anárquicas Dinâmicas	C4E1	Mestrado – Agricultura Orgânica	Holandesa	Masculino	25	3	Responsável pela Compostagem e Comunicação	10/04/2022
	C4E2	Lic. em Fotografia	Holandesa	Masculino	24	3	Polivalente	11/04/2022
	C4E3	Mestrado - artes	Holandesa	Feminino	31	3	Produtora de Eventos e Educação	12/04/2022
	C4E4	Equivalente ao 10º ano	Holandesa	Masculino	53	8	Membro fundador	18/04/2022
	C4E5	Mestrado - Development and Rural Innovation	Holandesa e Peruana	Feminino	24	3	Polivalente	22/04/2022

Fonte: Elaboração própria

